

Anayde Corrêa de Carvalho

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE ENFERMAGEM
1926 - 1976**

DOCUMENTÁRIO

<https://doi.org/10.51234/aben.23.e23>

COMO CITAR

Carvalho AC. Associação Brasileira de Enfermagem, 1926-1976: documentário. Brasília : ABEn, 1976. 560 p. <https://doi.org/10.51234/aben.23.e23>

A536 Carvalho, Anayde Correa

Associação Brasileira de Enfermagem, 1926-1976:
documentário. / Anayde Correa Carvalho. Colaboradores. -
Brasília : ABEn, 1976.
560 p.: il.

ISBN 978-65-89112-16-7
Ebook Digitalizado do Original Impresso (PDF)

1. Enfermagem - Brasil. 2. Enfermagem- História. 3.
Enfermagem-Documentário. I. Anayde Correa Carvalho.
II. Título.

CDU: 612-083(81)(09)

ERRATA

- 102** — Leia-se: Presidiu a sessão da Seção em Minas Gerais, Waleska Paixão.
- 124, 409, 427** — Leia-se: Zaira Cintra Vidal. (1943-1947)
- 141** — Leia-se: ... Como base para admissão em 1964...
- 171** — Leia-se: — Em novembro de 1968, a mesma escola realizou...
- 183** — Leia-se: ... essa lei definiu de maneira inequívoca a educação nacional em três faixas de ensino: primário, médio (primeiro e segundo ciclo) e superior; a formação de técnico...
- 187** — Leia-se: ... o projeto desse deputado ainda hoje em tramitação, tomou o n.º 2334/70
- 217** — Leia-se: — O relatório da Comissão de Legislação apresentado em 1951, dava conta ...
- xiii** — de 237 — Leia-se: Enfermeiro no Serviço Técnico Científico.
- 241** — Leia-se: ... que poderiam, de uma maneira ou de outra, influir na mudança...
- 402** — Suprima-se o parágrafo: Em dezembro de 1957 a administração da ABEn instalou-se definitivamente no Distrito Federal.
- 503** — Leia-se: Amalia Corrêa de Carvalho: 39, 42, 56, 59, 60, 61, 62, 64, 66, 72, 84, 127, 154, 157, 185, 187, 200, 204, 260, 261, 268, 270, 271, 273, 278, 292, 305, 310, 311, 312, 313, 314, 323, 333, 346, 397, 398, 400, 402, 415, 422, 424, 426, 430, 435, 454, 461, 472.
- 511** — Leia-se: Maria Ivete Ribeiro de Oliveira: 56, 57, 62...

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE ENFERMAGEM
1926 - 1976

DOCUMENTÁRIO

ANAYDE CORRÉA DE CARVALHO
Docente da Escola de Enfermagem da
Universidade de São Paulo

BRASÍLIA — DF
1976

*A MEMÓRIA
DE
EDITH DE MAGALHÃES FRAENKEL
MARINA DE ANDRADE RESENDE
GLETE DE ALCÂNTARA*

S U M Á R I O

PRIMEIRA PARTE: ORIGEM E ORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM

	Pág
CAPÍTULO I: Antecedentes Históricos	3
<i>Inicio do Ensino de Enfermagem no Brasil.</i>	4
Primeiras tentativas; escola profissional de enfermeiros e enfermeiras, 1890; Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira, 1916; curso para Visitadoras Sanitárias, 1920; Carlos Chagas e a reforma do Departamento Nacional de Saúde Pública, 1920.	
<i>Criação da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública — Escola Ana Neri.</i>	7
Ethel O. Parsons e o Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, 1922; primeiras enfermeiras da Missão Técnica de Cooperação para o Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil, do Serviço Internacional de Saúde Pública da Fundação Rockefeller, 1922; regulamentação da Escola D. Ana Neri, 1923.	
<i>Primeiras Figuras de Relevo na Enfermagem Brasileira.</i>	11
Características pessoais das líderes da enfermagem: Ethel O. Parsons, Edith de Magalhães Fraenkel, Clara Louise Kieninger, Bertha Lucille Pullen, Rachel Haddock Lobo.	
Notas	17
CAPÍTULO II: Concretização de uma Idéia	20
<i>Origem da Associação.</i>	20
Tentativa para organizar uma associação de ex-alunas, 1925; criação da Associação Nacional de Enfermeiras Di-	

plomadas, 1926; diretoria provisória; esboço do estatuto; sócias fundadoras; primeira diretoria eleita; período de funcionamento informal.	
<i>Período Nebuloso</i>	24
Organização formal da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras, 1928; primeiro estatuto; filiação ao Conselho Internacional de Enfermeiras, 1929; diretoria de 1929 a 1938.	
Notas	30
CAPÍTULO III: Constituição da Associação Brasileira de Enfermagem	31
<i>Primeiras reformas do estatuto; estatuto vigente de 1929 a 1939</i>	31
<i>Modificações de 1944 à Época Atual</i>	33
Reorganização da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas; criação de uma Comissão Consultiva; inclusão na diretoria das representantes dos Serviços de Enfermagem nos Estados e no Distrito Federal, 1944.	
Período de 1946-1951, 34	
Criação das seções estaduais, das divisões e do Conselho Consultivo, 1946; deliberação sobre os congressos da Associação, 1947; inclusão dos distritos, 1948, e secretaria executiva, 1950; votação por delegação 1950; voto por procuração, 1951.	
Período de 1952-1962, 38	
A Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas denomina-se Associação Brasileira de Enfermagem, 1954; Assembléia Geral constituída por delegados das Seções, 1955; criação dos Setores de Filiação Internacional, 1957; extintos o voto por procuração, por delegação e o Conselho Deliberativo, 1958; criado o cargo de 2.º vice-presidente, 1958.	
Período de 1963-1975, 41	
Assembléia Geral transformada em Assembléia de Delegados, 1965; extintos os Setores de Filiação Internacional, 1965; admitido o Técnico de Enfermagem como membro efetivo e estabelecido mandato de quatro anos para os membros da diretoria, 1971; mudança da sede para Brasília, 1973; inclusão das obstetras como membros efetivos, 1974.	
Notas	43

CAPÍTULO IV: Atuação das Diretorias*Atuação das diretorias sob a presidência de:*

Edith de Magalhães Fraenkel, 1927-1938; Hilda Anna Krisch, 1938-1941; Edith de Magalhães Fraenkel, 1941-1943; Zaira Cintra Vidal, 1943-1947; Marina Bandeira de Oliveira, 1947-1948; Edith de Magalhães Fraenkel, 1948-1950; Waleska Paixão, 1950-1952; Glete de Alcântara, 1952-1954; Maria Rosa Sousa Pinheiro, 1954-1958; Marina de Andrade Resende, 1958-1962; Clarice Della Torre Ferrarini, 1962-1964; Circe de Melo Ribeiro, 1964-1968; Amália Corrêa de Carvalho, 1968-1972; Glete de Alcântara, 1972-1974; Maria da Graça Simões Corte Imperial, 1974-1976.

Secretaria Executiva

Ella Hasenjaeger, 1948-1951; Dulce Ferreira Pontes, 1950-1952; Maria Beatriz Cavalcanti de Albuquerque, 1952-1959; Judith Feitosa de Carvalho, 1959-1960; Violeta Aragão de Araújo, 1960-1961; Maria Helena Ferreira de Aguiar, 1961-1962; Ida de Jesus Picanço, 1962-1964; Esther Moraes, 1964-1965; Neusa Aparecida Ramos, 1966-1967; Yoriko Hara (Kamiyama), 1967; Denise Ribeiro Cardoso, 1968; Clarice Della Torre Ferrarini, 1970-1976.

*Notas***CAPÍTULO V: Comissões Permanentes***As Comissões Permanentes e o Estatuto**Comissões criadas e extintas, de 1939 a 1965.**Atuação das Comissões*

Biblioteca, 1938-1946; Enfermagem de Saúde Pública, 1946-1963; Informações e Publicidade, 1944-1955; Intercâmbio Cultural e Profissional, 1946-1963; Finanças, 1949-1965; Assistência, 1955-1963; Relações Públicas, 1955-1963; Enfermagam Hospitalar, 1957-1963; Proteção à Maternidade e à Infância, 1957-1965; Defesa da Classe, 1963-1965; Assistência de Enfermagem, 1963-1976.

*Notas***CAPÍTULO VI: Seções Estaduais**

Seção de São Paulo, 1945; Seção da Guanabara, 1946; Seção do Pará, 1950 (Amazônia, 1946); Seção de Minas Gerais, 1947; Seção da Bahia, 1948; Seção de Goiás, 1948;

Seção de Pernambuco, 1949; Seção do Estado do Rio de Janeiro, 1949; Seção do Vale do Rio Doce, 1949; Seção do Rio Grande do Sul, 1950; Seção do Amazonas, 1950; Seção do Ceará, 1951; Seção de Sergipe, 1954; Seção do Espírito Santo, 1954/1975; Seção da Paraíba, 1954; Seção do Paraná 1956; Seção do Maranhão, 1958; Seção do Piauí, 1959; Seção de Mato Grosso, 1959; Seção do Rio Grande do Norte, 1960; Seção do Distrito Federal, 1960; Seção do Amapá, 1961; Seção de Santa Catarina, 1962; Seção de Alagoas, 1963.	
Notas	117
SEGUNDA PARTE: ENSINO E LEGISLAÇÃO DE ENFERMAGEM	
CAPÍTULO I: Papel da ABEn na formação do Enfermeiro	121
<i>Comissão de Legislação</i>	122
<i>Comissão de Educação</i>	123
Primeira comissão, 1939; Divisão de Educação, 1946; regimento interno e comissões permanentes da Divisão de Educação; a Divisão e o I Congresso Nacional de Enfermagem, 1947.	
<i>Legislação do Ensino de Enfermagem e Enfermagem Obstétrica</i>	128
Lei n.º 775/49, 129	
Considerações gerais; aspectos da lei de interesse para a ABEn.	
Lei n.º 2995/56, 132	
Inquérito nas escolas de enfermagem; divergência entre os enfermeiros sobre o Projeto n.º 2991/53.	
Atuação da Subcomissão de Diretoras de Escolas de Enfermagem, 134	
Criação da Comissão Permanente de Diretoras de Escolas de Enfermagem, 1954; criação da Comissão de Educação, 1955; formação de grupos regionais, 1955; Projeto de Lei n.º 2684/60; projeto de novo regulamento da Lei n.º 775/49, currículo mínimo apresentado pela ABEn, 1961; subcomissões de programas, 1961.	
Retrospectiva Histórica do Ensino de Enfermagem Obstétrica, 140	

Projeto de Lei n.º 2640/52, 142	
Origem; divergências entre enfermeiros e obstetras; acompanhamento do projeto; Projeto n.º 30/55; Emenda Gilberto Marinho, 1955; voto do Presidente da República, 1956; atuação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria.	
Projeto de Lei n.º 3082/57, 148	
Comissão Ministerial, 1956; relatório da comissão, 1957; divergências entre enfermeiros e obstetras; Comissão Tríplice, 1957; Projeto n.º 114/59; modificações apresentadas pela ABEn em 1960, 1961 e 1963; arquivamento em 1964.	
A ABEn e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 155	
Atuação da ABEn; Lei 5540/68; Lei n.º 464/69 e Lei 5692/71.	
<i>Curriculum Mínimo dos Cursos de Enfermagem e Obstetrícia</i>	157
Curriculo mínimo apresentado pela Comissão de Peritos em Enfermagem, 1962.	
Parecer n.º 271/62, 158	
Curriculo mínimo apresentado pela comissão do CFE, 1962; exposição de motivos da ABEn; guia de regulamento para as escolas particulares, 1962.	
Parecer n.º 303/63, 160.	
Origem; modificações em relação ao Parecer 271/62; estudos posteriores.	
Parecer n.º 163/72, 163.	
Conseqüências da reforma universitária; resultado do III Congresso de Educação de Enfermagem, 1967; propostas apresentadas pela ABEn em 1968, 1969 e 1970.	
<i>Seminários e Congressos Educacionais</i>	169
Notas	172
CAPÍTULO II: Ensino de Enfermagem de Grau Médio	178
<i>Curso Técnico de Enfermagem</i>	178
Origem e Controvérsias.	
Papel decisivo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 183	
Primeiros cursos criados e a Legislação do Exercício Profissional, 185	
<i>Formação do Auxiliar de Enfermagem</i>	188
<i>A Comissão de Auxiliar de Enfermagem e a Evolução do Ensino nesse Nível</i>	189

Determinações da Lei do Ensino n.º 775/49, 189	
Novas Exigências de Escolaridade, 193	
Portaria n.º 106/65, 196	
Curso Intensivo de Auxiliar de Enfermagem, 197	
O Auxiliar de Enfermagem no Campo de Saúde Pública, 199	
I Seminário Regional de Ensino Médio de Enfermagem — Região Sul, 200	
<i>A ABEn e a União Nacional de Auxiliares de Enfermagem</i>	201
<i>Cursos Volantes</i>	202
<i>Programa para Formação de Auxiliares de Enfermagem para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, no Brasil</i> Projetos n.º 287/63, n.º 287/6301 e n.º 287/6302	203
Notas	207
 CAPÍTULO III: Regulamentação do Exercício Profissional	
<i>Considerações Gerais</i>	210
Decreto n.º 20109/31; reação das irmãs de caridade, enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira, enfermeiros do Exército e da Polícia Militar e enfermeiros práticos.	
Providências Preliminares, 213	
Solicitação do Sindicato de Enfermeiros Terrestres e primeiro anteprojeto elaborado, 1939; Decreto n.º 8778/46; estudo dos problemas da Enfermagem no Brasil, 1947; recomendações do II Congresso Nacional de Enfermagem, 1948.	
Lei n.º 2604, de 17 de setembro de 1955, 216	
Legislação reguladora do exercício profissional até 1955; programa de trabalho da Comissão de Legislação; recomendações dos Congressos realizados em 1948, 1950, 1951 e 1952; atuação da ABEn no prosseguimento do Projeto n.º 1741/52.	
Lei n.º 2822, de 14 de julho de 1956, 222	
Lei n.º 3640, de 10 de outubro de 1959, 223	
Decreto n.º 50387, de 28 de março de 1961, 224	
Projeto de Lei n.º 3803/61, 227	
<i>Enfermagem no Funcionalismo Civil</i>	229

Concurso do DASP, 1941; promoção na carreira de enfermeiro do MES, 1947 e 1953; carreira de enfermeira de Saúde Pública, 1948, 1949; reestruturação da carreira de enfermeiro na Prefeitura do Distrito Federal.	
Notas	232
CAPÍTULO IV: Enfermagem — Serviço Técnico Científico	
<i>A ABEn e o Plano de Classificação de Cargos</i>	237
Comissão Especial de Reestruturação da Carreira, 1953; Projeto de Lei n.º 4844/55 e reação da ABEn; Projeto de Lei n.º 1853/56; Substitutivo Jarbas Maranhão	
Lei n.º 3780, de 12 de junho de 1960, 244	
Repercussão. Decreto n.º 299/67.	
Situação em 1975, 245	
<i>Duração do Curso de Enfermagem e Níveis de Vencimentos</i>	243
Pareceres do Conselho Federal de Educação n.º 346/64 e n.º 397/64; parecer do Consultor Geral da República; Decreto n.º 57180/65.	
Notas	250
CAPÍTULO V: Conselho Federal de Enfermagem	253
<i>Conselho de Enfermagem</i>	254
Primeira Fase: 1944-1954, 254	
Plano de trabalho da presidente Zaira Cintra Vidal; os cinco primeiros anteprojetos encaminhados: 1945, 1946, 1947.	
Segunda Fase: 1960-1973, 259	
Conselho ou sindicalização do enfermeiro, 1960; comissão especial em 1962 e 1963; primeiro parecer de Cesarino Júnior, 1963; revisão e tramitação do anteprojeto encaminhado em 1965; anteprojetos de 1968, 1970, 1972; novo parecer de Cesarino Júnior e novo anteprojeto enviado pela ABEn, 1972; Lei n.º 5905, de 12 de julho de 1973, 274	
<i>Instalação do Conselho Federal de Enfermagem</i>	277
Notas	279
TERCEIRA PARTE: REALIZAÇÕES SÓCIO-CULTURAIS	
CAPÍTULO I: Código de Ética	285
Comissões especiais para elaboração de anteprojeto do Código de Ética; aprovação pela Assembléia Geral, 1958;	

atuação da Comissão Permanente de Ética, de 1958 a 1965; Comissão Especial de Revisão do Código, 1972; aprovação do novo Código de Ética, 1975.	
Notas	293
 CAPÍTULO II: Recursos e Necessidades de Enfermagem	
	294
<i>Primeiros Estudos</i>	294
Levantamento censitário em 1950; levantamento a pedido da CAPES, 1952; questionário da Fundação W. K. Kellogg, 1954; Comissão Especial de Levantamento Estatístico, 1954; recomendações do VII Congresso Nacional de Enfermagem, 1954	
<i>Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil</i>	299
Providências preliminares, 299	
Tentativa para o estabelecimento de convênio e oferecimento da Fundação Rockefeller, 1954; decisões da reunião preliminar, 1955.	
Organização do Centro de Levantamento, 301	
Planejamento e organização, 1956; doações da Fundação Rockefeller, 1956 e 1957.	
Áreas de estudo, 303	
Objetivos do levantamento; metodologia.	
Relatório final, Recomendações e Resultados Obtidos, 304	
Apresentação parcial dos resultados, 1958; recomendações finais; Seminário Didático Internacional sobre Levantamentos de Enfermagem, 1958; resultado das recomendações.	
<i>Comissão de Seguimento do Levantamento</i>	307
Recomendação do XI Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1958; Comissão Especial de Seguimento, 1958; Comissão de Seguimento do Levantamento, 1960; financiamento pela Fundação Rockefeller, 1961/1962; financiamento pela ABEn, 1962/1964; cooperação com a Diretoria do Ensino Superior do MEC	
Organização da Comissão de Seguimento — Objetivos e constituição, 314	
Realizações da Comissão — Plano de trabalho, 316	
Atualização de dados, 317	
Assistência técnica às escolas e assessoramento às seções estaduais, 318	

Campanhas de divulgação da profissão e de recrutamento de alunos, 318	
Campos de demonstração de ensino, 320	
<i>Comissão de Documentação e Estudos</i>	322
Dados sobre a formação de pessoal de Enfermagem no Brasil	
<i>Centro de Estudos e Pesquisas de Enfermagem</i>	324
Notas	325
 CAPÍTULO III: Publicações	329
<i>Revista Brasileira de Enfermagem</i>	329
<i>Origem e primeiras lutas: 1932-1945</i>	330
Enfermeiras presentes ao I Congresso Quadrienal do ICN, 1929; grupo de planejamento para criação da revista; primeiros cargos; primeiro número, 1932	
Administração da revista, 334; direção e membros colaboradores, de 1932 a 1941; inatividade, de 1941 a 1945	
Edições anuais — Edições, de 1932 a 1941, 336	
<i>Período Intermediário: 1946-1947</i>	337
Redação transferida para São Paulo, administração e reformas, nesse período.	
<i>Progressos e vicissitudes: 1948-1954</i>	340
Administração da revista, 341	
Colaboração científica, 343	
<i>Reflexos do Desenvolvimento da Época: 1955-1975</i>	344
Administração da revista, 346	
Colaboração científica, 347	
<i>Finanças</i>	348
Primeira fase: 1932-1945, 348	
Empréstimo e doações, 349	
Segunda fase: 1946-1947, 350	
Terceira fase: 1948-1954 — Assinantes. Anúncios. Preço da assinatura. Doações, 350	
Quarta fase: 1955-1975. Contribuição e empréstimos, 354	
<i>Sucursais</i>	358
<i>Registro</i>	359
<i>Sede da Revista</i>	361

	Pág.
<i>A Revista e o Estatuto</i>	361
<i>Boletim Informativo</i>	362
<i>Concurso “Marina de Andrade Resende”</i>	365
<i>Fundo de Impressão</i>	366
Notas	369
 CAPÍTULO IV: Congressos	 370
Generalidades e fatos ocorridos em alguns dos congressos.	
<i>Congressos de Enfermagem</i>	375
<i>Temas dos Congressos Brasileiros de Enfermagem</i>	377
Notas	380
 CAPÍTULO V: Patrimônio e Sede	 381
<i>Terreno na Ilha do Governador</i>	382
Aquisição, 1929; projetos para construção da casa da enfermeira, 1929, 1945, 1956 e 1971; demarcação, 1957.	
<i>Primeira sede própria no Rio de Janeiro</i>	385
Sedes provisórias, de 1926 a 1955; aquisição de sede própria, 1953; problemas com a isenção de imposto predial.	
<i>Sede em Brasília</i>	392
Doação de terreno pela NOVACAP, 1963; planos para a construção; dificuldades financeiras; lançamento da pedra fundamental, 1967; campanhas para levantamento de recursos; inauguração, 1971; transferência da sede, 1975.	
Notas	404
 CAPÍTULO VI: Filiação a Associações Internacionais de Enfermagem	 406
<i>Conselho Internacional de Enfermeiras</i>	406
Origem do ICN, 1899; filiação da ABEn, 1929; participação da ABEn nas atividades do ICN; X Congresso Quadrienal, 1953; aprovação do Código Internacional de Ética, 1953	
<i>Comitê Internacional Católico de Enfermeiras e Assistentes Médico-Sociais</i>	416
União das Religiosas Enfermeiras do Brasil, UREB, 1944, 417	

<i>União Católica de Enfermeiras do Brasil, UCEB, 1948</i> , 419	
Problemas com a filiação da ABEn ao CICIAMS, 423	
<i>Federação Pan-Americana de Enfermeiras/os</i>	426
Primeiros planos; tentativa em 1950; criação em 1966; primeiro estatuto, 1970	
<i>Congressos Interamericanos de Enfermagem</i>	431
Notas	433
 CAPÍTULO VII: Sindicalização do Enfermeiro	434
<i>Sindicato de Enfermeiros</i>	435
<i>Enfermagem, Profissão Liberal</i>	436
<i>Associações Profissionais</i>	441
Notas	444
 CAPÍTULO VIII: Outras Realizações	445
<i>Homenagens, Prêmios e Distinções</i>	445
Sócios honorários, 446. Sócios beneméritos, 449. Homenagens especiais, 450. Medalha comemorativa do Centenário da Escola de Enfermagem do Hospital São Tomás, em Londres, 452. Bolsas de estudo, 452. Prêmios e medalhas, 453. Prêmio Enfermeira do Ano, 453. Diploma de Honra ao Mérito, 453. Menção Honrosa, 454. Prêmio Associação Brasileira de Enfermagem, 455.	
<i>Emblema da ABEn</i>	455
<i>Medalha presidencial</i>	456
<i>Semana da Enfermagem</i>	457
<i>ABen — Serviço de Utilidade Pública</i>	458
<i>Política de trabalho da Associação Brasileira de Enfermagem</i>	460
<i>A Associação Brasileira de Enfermagem e os estudantes de Enfermagem</i>	462
<i>Relações com outras Entidades</i>	463
Colaboração com os Ministérios — Trabalho da ABEn para conseguir representação nos Ministérios da Saúde e da Educação e Cultura, 463	

Pág.

Comissão de Peritos, 468	
Comissão de Especialistas no Ensino de Enfermagem, 471	
Programa Intensivo de Preparo de Mão-de-Obra, 472	
Representação nos Órgãos Centrais de Saúde, 473	
<i>Associação Brasileira de Escolas de Enfermagem</i>	474
Núcleo Integrado de Recursos Humanos para a Saúde, 475	
<i>Fundo de Bolsas</i>	476
<i>Bolsas da CAPES</i>	476
Notas	477

APENSOS

1. Comissão Especial do Histórico da ABEn que apresentou trabalho em 1968	479
2. Estatuto da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas — 1929	480
3. CEEEnfermagem — Subsídio para o desenvolvimento da enfermagem no Plano Decenal	485
4. Política de Trabalho da Associação Brasileira de Enfermagem	495
5. Demonstrativo da construção da sede em Brasília — 1966 a 1972	498
6. Contribuição das Seções	499
BIBLIOGRAFIA	500
RELAÇÃO DOS NOMES CITADOS	502

AGRADECIMENTOS

A todos que ajudaram a construir a História da ABEn e que possibilitaram este documentário; às colegas entrevistadas e às que enviaram, por carta, preciosas informações; a Edméa Cabral Velho, autora das primeiras pesquisas sobre a Associação; a Bertha Lucille Pullen, pela pronta resposta ao nosso apelo, rememorando fatos dos primeiros decênios; à Diretoria da Escola Ana Neri e à Diretoria da ABEn — Seção de São Paulo, que possibilitaram a pesquisa em seus arquivos; a Zaíra Cintra Vidal, pela doação de importante documento histórico; a Irmã Maria Tereza Notarnicola, pela presteza com que sempre procurou auxiliar; a Amalia Corrêa de Carvalho, pelas preciosas sugestões e pelas muitas horas dispendidas na revisão do manuscrito; a Haydée Guanais Dourado, pela leitura final do texto; à Diretoria da Associação Brasileira de Enfermagem que, pacientemente, esperou o término deste trabalho.

P R E F Á C I O

Esta história levou cinqüenta anos para ser vivida e cinco para ser contada. De princípios de 1970 a fins de 1975, muitos fatos foram pesquisados, analisados, testados e finalmente relatados; o teste final, porém, será feito pelo leitor atento e experiente que poderá, com suas observações e críticas, contribuir de modo eficaz para o aperfeiçoamento do trabalho.

Estudar os acontecimentos procurando determinar suas causas, consequências e repercussões na atualidade foi o alvo almejado, embora nem sempre totalmente atingido.

Disse René Sedillot em seu livro A História do Universo: "Todos aqueles que figuraram na história da humanidade merecem deferência (...) Cada um deles ajudou a determinar a forma do mundo (...) Os fatos são muito numerosos para serem todos contados. O historiador concentra em um, porque este lhe parece ser o essencial (...)" Perdoem-nos, pois, todos aqueles que ajudaram a construir a História da Associação Brasileira de Enfermagem, que foram muitos e que, pelo volume dos fatos e pelo número de personagens, não puderam ser considerados.

Ao fazer o relato dos dados colhidos, foram adotados certos critérios visando, principalmente, a preservar a verdade histórica. Assim, procurou-se usar as siglas do nome da Associação de acordo com a época em que foram empregadas: ANEDB, até 1944; ABED, até 1954; ABEn, a partir dessa última data⁽¹⁾.

Para designar os congressos, foram empregadas as siglas: CNEn até o oitavo congresso, realizado em 1955, e CBEn a partir do nono, em 1956. A mesma norma foi adotada em relação a outras abreviaturas. Ressalte-se, porém, que o emprego destas foi limitado ao mínimo possível.

Na designação do profissional de enfermagem de nível universitário, o feminino enfermeira foi empregado até 1950⁽²⁾. Sa-

be-se que elementos masculinos associados nos três primeiros de- cênios, se houve, eram em número bastante reduzido, como conti- nuam sendo ainda hoje. São poucos os homens que escolhem a enfermagem como profissão; até 1974, diplomaram-se apenas 477, de um total de 13.724 desses profissionais (cerca de 3%).

No XXI Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado em Porto Alegre, em 1969, a questão do emprego da palavra enfermeira e não enfermeiro nas discussões foi levantada, com base nas nor- mas gramaticais da língua portuguesa; a Assembléia de Delegados então realizada optou pela manutenção do vocábulo no feminino, acrescentando-se o designativo o ou os, entre parêntesis, no final da palavra.

Como, no entanto, este se trata de trabalho longo em que o termo focalizado é exaustivamente empregado, decidiu-se pelo uso genérico do masculino a partir de 1950 — respeitadas as citações — para não ferir a norma gramatical, embora seja esta, segundo opi- niões feministas, preconceituosa e pouco democrática.

Referências bibliográficas simplificadas, que deveriam constar ao pé da página, assim como explicações mais extensas tidas como necessárias para a melhor compreensão do texto, foram coloca- das no final de cada capítulo.

INTRODUÇÃO

“... vós que escreveis, tomai assunto igual às vossas forças, pesai longamente o que podem ou não agüentar vossos ombros”. HORÁCIO. (Citação de Hélio Fraga, em “Oração do paraninfo”, 1963).

A impressão causada pelo convite recebido da diretoria da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), em 1969, para rever e complementar o manuscrito sobre sua história foi, a princípio, de que a tarefa não seria difícil, mas, sim, fascinante e de grande satisfação pessoal. Com o decorrer do tempo e, à medida que toda a extensão do compromisso então assumido ia-se definindo mais claramente em nosso espírito, essa maneira de sentir desapareceu; em seu lugar ficou a convicção de que o peso da tarefa e a força dos ombros que a deviam sustentar não haviam sido convenientemente avaliados.

A primeira tentativa para reunir em uma única obra toda a gama de fatos que deveriam moldar a História da Associação Brasileira de Enfermagem foi feita por Marina de Andrade Resende durante o período em que ocupou a presidência da Associação (1958-1962) e, mesmo, algum tempo depois; o destino, porém, não permitiu que levasse a termo a idéia. O seu desaparecimento prematuro, em 1965, privou a ABEn de uma colaboradora de excepcional talento, integral dedicação e de grande força moral.

Em junho daquele ano a presidente Circe de Melo Ribeiro (1964-1968) lembrou à diretoria que a História da Associação deveria ser escrita. Um só documento, contando suas lutas e vitórias, tornaria mais fácil a divulgação, entre os enfermeiros, da influência que a Associação vem exercendo, direta ou indiretamente, na vida profissional de cada um. O resultado desse tra-

balho ser a colocado à disposição dos associados como parte das comemorações do quadragésimo aniversário da ABE_n, em agosto de 1966.

Aceita a sugestão, foi lembrado o nome de Edith de Magalhães Fraenkel para coordenar as atividades necessárias ao empreendimento e formar a “Comissão Especial do Histórico da ABE_n”. O trabalho deveria ser realizado até o mês de dezembro de 1965. Nova comissão especial seria então organizada para revisão e complementação do mesmo ⁽¹⁾.

Atendendo ao convite, tratou logo a coordenadora de formar o grupo de trabalho, convidando a Irmã Maria Tereza Notarnicola, Clotilde Accioly de Carvalho, Heloísa Quintela Tanajura e Edméa Cabral Velho, para colaborarem com ela na pesquisa da documentação existente e na posterior elaboração do documento.

Para financiar a obra, Clarice Della Torre Ferrarini sugeriu fosse feita campanha junto a cinqüenta associadas, cada uma contribuindo com vinte cruzeiros como doação. A campanha foi realizada entre as ex-alunas da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e membros da diretoria da ABE_n. Com algumas outras doações, foi levantada e entregue à coordenadora da recém-criada Comissão Especial a quantia de um mil e duzentos cruzeiros.

As dificuldades encontradas foram muitas, motivadas, principalmente, pela falta de documentação referente ao período compreendido entre 1926, data da criação da ABE_n, e 1938. O incêndio, verificado na sala que a Associação ocupava como sede provisória em 1951, destruiu grande parte dessa documentação, inclusive o primeiro livro de atas das reuniões então realizadas, considerado como a principal fonte de informações sobre esse período. Com relação ao incêndio, nenhuma referência foi encontrada nos arquivos da ABE_n. Segundo Edméa Cabral Velho, o fato deu-se naquele ano, na sede da Liga Anti-Alcoólica, à Avenida Rio Branco, 161, esquina com a Rua do Rosário, Rio de Janeiro, onde funcionava a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas. A falta dessa documentação obrigou o dedicado grupo a utilizar outros meios de investigação, principalmente a tradição oral, por meio de entrevistas.

Pelo volume de dados a colher, foi logo verificada a impossibilidade de concluir tão amplo programa em prazo tão curto (de agosto a dezembro de 1965). Em julho de 1967, a presidente informou às enfermeiras presentes ao XX Congresso Brasileiro de

Enfermagem (CBEn) que o *Histórico da ABEn* já se encontrava em fase de elaboração; de fato, a 6 de maio de 1968, ele foi entregue à diretoria, acompanhado de ofício assinado por Edith de Magalhães Fraenkel, com os seguintes dizeres:

“Tenho o prazer de passar às vossas mãos o Histórico da Associação Brasileira de Enfermagem elaborado por Edméa Cabral Velho, sob a minha orientação, auxiliada por Irmã Maria Tereza Notarnicola e por Clotilde Accioly de Carvalho.

O trabalho foi árduo. Edméa Cabral Velho foi incansável, mas o Histórico não está ainda bem completo. Parece-nos que seriam necessários talvez mais dois anos de pesquisa para se poder considerá-lo completo”.

Nesse trabalho, os principais fatos históricos da Associação Brasileira de Enfermagem foram concentrados em, aproximadamente, cento e sessenta páginas datilografadas; o assunto foi dividido em quarenta e cinco capítulos, a maior parte dos quais resumindo os fatos considerados de relevância acontecidos de 1938 a 1967.

A diretoria empossada em julho de 1968, cuja presidente era Amalia Corrêa de Carvalho (1968-1972), indicou Waleska Paixão para rever o trabalho e sugeriu que fosse reformado e completado. Waleska Paixão, tendo deixado a direção da Escola Ana Neri, havia-se transferido para Sergipe a fim de dedicar o tempo, agora disponível, ao trabalho de ação comunitária, naquele Estado. Suas novas e múltiplas atividades e a distância que a separava do centro, onde estavam localizadas as principais fontes de consulta, impossibilitaram-na de realizar o que havia sido deliberado e o trabalho foi devolvido à diretoria, apenas com algumas sugestões para a sua reformulação.

Em 1969, de posse novamente do “Histórico”, a diretoria decidiu que deveria ser indicada outra associada que se dispusesse a estudar novamente o assunto e a realizar as tarefas anteriormente propostas. Alguns meses mais tarde, a autora foi convidada para reorganizar e completar a “História da Associação Brasileira de Enfermagem”, tomando como base as investigações já realizadas.

Ao dar início ao trabalho, reconheceu, de pronto, a impossibilidade de chegar a qualquer resultado satisfatório sem um conhecimento mais aprofundado de todos os fatos que constituíam ou estavam ligados à história da Associação. Assim pensando, deci-

diu recorrer a outras fontes de informação e às já analisadas, antes de iniciar tarefa de tão grande alcance.

Como primeiro passo foi feita a seleção do material bibliográfico pertinente, merecendo especial atenção as informações contidas nos vários volumes da Revista Brasileira de Enfermagem (1932-1975), fonte de inegável recurso histórico. Passou, em seguida, ao exame dos documentos oficiais da Associação, particularmente dos livros de atas das reuniões de seus órgãos de deliberação e de execução e de relatórios dos membros das diretorias e de comissões permanentes e especiais; os arquivos da ABEn, em sua antiga sede no Rio de Janeiro e os arquivos da Seção de São Paulo, foram extensamente examinados. As recomendações emanadas dos Congressos Brasileiros de Enfermagem, realizados anualmente, foi também dada especial atenção; mostram elas, de maneira concreta, a participação ativa da ABEn nos problemas da classe.

Devido à escassez de dados sobre os primeiros anos de existência da Associação, foram feitas entrevistas com as pioneiras Záira Cintra Vidal, Izaura Barbosa Lima, Heloisa Maria Carvalho Veloso e Luiza de Barros Thenn de Araújo, enfermeiras integrantes dos grupos que se diplomaram pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EE Ana Neri) nos anos de 1925 e 1926, além de outras. Por ter sido essa Escola o berço da Associação, seus arquivos foram também examinados.

Outro meio ainda utilizado foi o envio de cartas a algumas enfermeiras solicitando o relato de fatos ocorridos em determinado período, sua confirmação ou simplesmente informações mais detalhadas sobre este ou aquele acontecimento. Colaboraram com respostas, Edméa Cabral Velho, Bertha L. Pullen, Hilda Anna Krisch, Marieta Valverde Legey e Ana Jaguaribe da Silva Nava.

O material assim recolhido foi ordenado em três partes, cada qual abordando um determinado aspecto da história da Associação.

A primeira, **ORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM**, consta de seis capítulos, nos quais estão narrados, em primeiro plano, acontecimentos ligados à origem da Associação. Procura-se também mostrar as modificações introduzidas em sua estrutura organizacional, destacando o papel que cada um dos seus elementos componentes desempenhou em favor da classe nesses primeiros cinqüenta anos de vida da Associação.

Na segunda parte, **ENSINO E LEGISLAÇÃO DE ENFERMAGEM**, de cinco capítulos, tenta-se focalizar os acontecimentos

que influíram no progresso do ensino da Enfermagem, as circunstâncias que os determinaram e o desmedido esforço da Associação para elevar os padrões de prática profissional. Especial destaque foi dado às recomendações dos congressos anuais realizados pela Associação. Essa parte procura ilustrar, de maneira concreta, que nenhuma profissão se desenvolve a não ser quando seus membros se reúnem em uma associação de classe e juntos lutam na defesa de seus interesses e bem-estar que, em última análise, refletem os próprios interesses e bem-estar do público consumidor.

Os fatos de ordem mais geral, alguns dos quais considerados de grande alcance na história da Associação foram incluídos na terceira parte, intitulada **REALIZAÇÕES SÓCIO-CULTURAIS DA ABEn**. Cuida, também, esta parte de demonstrar o apreço da Associação a todos aqueles que prestaram ou ainda prestam serviços desinteressados ou contribuem de maneira relevante para o desenvolvimento da enfermagem, em nível nacional.

Dois propósitos orientaram esta esquematização: apresentar os dados históricos de modo a constituírem recurso de fácil consulta, e, documentar os esforços desenvolvidos pelos órgãos executivos da ABEn para conseguir realizar os objetivos determinados em seu estatuto.

A ABEn é o que são seus membros; sua força está na essência de sua natureza, as seções estaduais, às quais aqueles estão ligados. Sua história só será completa quando incluir a história de cada uma dessas forças. Enquanto tal não acontece, que os fatos aqui narrados esclareçam os enfermeiros descrentes da vitalidade e do dinamismo da ABEn e inspirem os futuros colaboradores para que o ideal — ABEn — continue a ser sempre uma grande realidade.

NOTAS

PREFÁCIO

1. A Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) foi criada em 1926 como Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas; em 1929, foi oficializada com a denominação de Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras (ANEDB); em 1944, essa denominação foi mudada para Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED), passando à designação atual, Associação Brasileira de Enfermagem, em 1954.

2. De 1925 a 1935, as diplomadas pela Escola Ana Neri foram as únicas de alto padrão do país. De acordo com Bertha Pullen, até 1939 a Associação contava apenas com enfermeiras dessa Escola que, por muito tempo, somente admitiu estudantes do sexo feminino.

INTRODUÇÃO

I. Informações sobre as atividades da Comissão Especial para Estudos da História da ABEn serão encontradas: 1) no Livro de Atas de reuniões da diretoria, n.º 5 — reuniões de junho e agosto de 1965, janeiro de 1966, agosto de 1968, março de 1969; 2) na Revista Brasileira de Enfermagem, de agosto de 1966, pp. 455 e 500; agosto de 1967, p. 388; 3) no relatório final da Comissão entregue à diretoria, nos arquivos da sede da ABEn.

P R I M E I R A P A R T E

**ORIGEM E ORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE ENFERMAGEM**

I

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) tem sua origem estreitamente ligada à Escola de Enfermagem Ana Neri da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EE Ana Neri), criada em 1922, e regulamentada em 1923, em regime de subordinação ao Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) do então Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Para melhor compreensão de sua origem, acredita-se válida uma narração sucinta dos fatos que antecederam a criação dessa Escola e a evocação das figuras que se destacaram nos períodos anterior e imediatamente posterior àquele acontecimento.

Por aquela época, década de vinte, o Brasil contava com uma população de 30.635.605 habitantes dos quais 15.191.787 (49,6%) pertenciam ao sexo feminino.

Entre os maiores de 15 anos, apenas 6.155.567 “sabiam ler”, ou seja, 20% da população.

A população da cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, era de 1.157.873 habitantes (3,78% do total) dos quais cerca de 38% iletrados (¹).

O sistema educacional do país procurava dar, pelo menos, instrução primária a uma parte da população; o preparo profissional ficava reservado a uma elite que podia freqüentar escolas particulares, existentes em maior número. Dessa elite, o sexo masculino devia seguir uma carreira. Por isso tinha prioridade, na família, para a instrução profissional, universitária. Às mulheres estava re-

servado um certo preparo acadêmico e muito boa formação para o lar.

Apesar de ser essa a situação aceita pela sociedade da época, notava-se já certa mudança de atitude por parte do sexo feminino, no sentido de conseguir também um lugar nas universidades, no comércio e no campo profissional. O movimento feminista liderado por Bertha Lutz, nessa época, teve grande influência na modificação da posição da mulher, tanto na restrita área familiar como na própria sociedade.

Com relação à saúde, a situação também não era satisfatória, tomando-se como base a cidade do Rio de Janeiro. Em artigo publicado em *Anais de Enfermagem* em 1932, Edith Fraenkel (2) retratou, de maneira sucinta, a chocante realidade da situação de saúde da população nesse período da nossa história e a inquietação então reinante no Departamento Nacional de Saúde Pública com os problemas de Higiene e Saúde Pública. Disse a autora:

“... O nosso acordar foi lento. Nos hospitais, as Irmãs de Caridade cuidavam dos nossos doentes e em nossas casas sempre se encontrou alguém disposto a passar a noite em claro para dar medicamento à hora certa.

Era isto suficiente, sendo a maioria de nosso povo sem instrução, minada por taras? Então este povo, que forma o nosso país, poderá progredir ou desenvolver-se com a doença a corroer-lhe o organismo, muitas vezes por ignorar as mais rudimentares regras de higiene? Como auxiliá-lo? Como abrir-lhe os olhos? Qual será o futuro desta raça (sic) que traz consigo, a abater-lhe a energia, a obscurecer-lhe a inteligência, taras que se multiplicam sob condições tão precárias?

(...) Alguns dos seus médicos, conhecedores dos métodos usados em outros países, principalmente nos Estados Unidos, viram que somente um serviço de enfermeiras de saúde pública poderia solucionar este grande problema de higiene e saúde pública”.

INÍCIO DO ENSINO DE ENFERMAGEM NO BRASIL

1890

A primeira providência no sentido de sistematizar o preparo de pessoal para o cuidado dos doentes foi tomada em 1890. Nesse ano, pelo Decreto n.º 147-A do novo Governo Republicano, o hospital para doentes mentais “Hospício Pedro II”, que havia sido

construído na chácara Praia Vermelha, deixou de ser dirigido pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e passou para o controle direto do Governo, com o nome de Hospício Nacional de Alienados.

As irmãs de caridade, até então responsáveis pela administração interna do hospital, foram excluídas do trabalho na seção masculina que foi entregue a enfermeiros e aos guardas. As irmãs sentiram-se diminuídas em sua autoridade com o novo sistema implantado e decidiram abandonar o hospital, que ficou quase que completamente sem recursos de pessoal (3).

Para que fato semelhante não acontecesse no futuro, os responsáveis pela sua direção decidiram criar uma escola profissional de enfermeiros e enfermeiras nos moldes da existente em Salpetrière, na França, o que aconteceu no dia 27 de setembro de 1890, pelo Decreto n.º 791 do Governo Provisório da Segunda República dando, assim, início oficial ao ensino de Enfermagem no Brasil (4).

A finalidade desse curso, de dois anos de duração, era preparar enfermeiros de ambos os sexos para trabalhar nos hospícios e hospitais civis e militares. Para ser admitido, o candidato deveria saber ler e escrever e conhecer aritmética elementar. O ensino, efetuado três vezes por semana, era feito "pelos internos e inspetoras, sob a fiscalização do médico e superintendência do diretor geral". Consistia em adquirir noções práticas de propedêutica clínica, anatomia, fisiologia, higiene hospitalar, curativos, pequena cirurgia, cuidados especiais a certas categorias de enfermos, aplicações balneoterápicas e noções gerais de administração interna e escrituração do serviço sanitário e econômico das enfermarias.

A existência desse curso há mais de dez anos não impediu que Jane A. Jackson escrevesse, no relatório enviado ao I Congresso Internacional de Enfermeiras realizado pelo Conselho International de Enfermeiras (ICN) (5), em Buffalo, EUA, em 1901, que não havia "escolas para treinamento de enfermeiras no Brasil e que o cuidado aos pacientes no hospital de doentes mentais estava entregue a Irmãs francesas" (6). Jane A. Jackson era, por essa época, supervisora (Matron) e superintendente do Hospital da Associação dos Estrangeiros, fundada em 1893, no Rio de Janeiro, e representou a Enfermagem do Brasil naquele congresso.

Desde 1914, a Cruz Vermelha Brasileira (7) mantinha um curso de pequena duração para voluntárias, dirigido e administrado por médicos, cuja finalidade era preparar senhoras e moças da so-

ciedade que desejavam servir o País tanto em tempo de guerra como em tempo de paz.

1916

Em março de 1916, foi criada a Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira, filial do Rio de Janeiro. A finalidade do curso era preparar socorristas voluntárias para situações de emergência. Para o ingresso era exigido o certificado do primário. O primeiro grupo diplomou-se com apenas um ano de estudos, mas a partir de 1917, o curso passou a ser de dois anos de duração.

1920

Com o intuito de melhorar os padrões de cuidados médicos, utilizando outros profissionais do campo da saúde, Amaury de Medeiros criou, em 1920, na Escola da Cruz Vermelha, um curso para visitadoras sanitárias.

Os produtos de todas essas louváveis realizações não foram, porém, da qualidade desejada pelos médicos do Departamento Nacional de Saúde Pública, nem considerados adequados às necessidades da situação então vigente.

A reorganização da Saúde Pública em 1920, no Rio de Janeiro, e as constantes viagens de estudos de médicos brasileiros à Europa e aos Estados Unidos fizeram surgir nova mentalidade sobre o papel que a enfermeira poderia desempenhar nos programas gerais de saúde da população.

Criada a Inspetoria de Profilaxia da Tuberculose, conseguida por José Plácido Barbosa, foi logo percebida a falta de um elemento que servisse de elo entre o dispensário e o lar e esse elo deveria ser a enfermeira. Assim, para solucionar os problemas de Higiene e Saúde Pública, tornava-se necessária a organização de um serviço de enfermeiras de Saúde Pública. Pouca valia teriam os cuidados prestados nos dispensários se faltassem orientação e assistência às famílias expostas ao contágio.

Como solução de emergência, uma vez que não havia pessoal preparado para desempenhar tal atividade, um grupo de senhoras foi organizado para visitar os doentes em suas casas e orientar as famílias quanto ao tratamento e aos perigos de contágio. Essa idéia inicial deu origem, mais tarde, à formação das “visitadoras de higiene sanitária”.

Por essa época o Departamento Nacional de Saúde Pública passava por uma fase de franco desenvolvimento sob a orientação de Carlos Chagas, seu Diretor Geral. Este, em uma de suas visitas aos Estados Unidos, quando teve oportunidade de observar os

serviços de Higiene e Medicina Preventiva, e, inspirado por Plácido Barbosa e J. P. Fontenelle, solicitou a cooperação e assistência do Serviço Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller para a organização, no Brasil, de um serviço de enfermeiras de Saúde Pública que pudesse auxiliar no progresso das várias atividades do Departamento, mediante controle dos pacientes tratados nos dispensários do Rio de Janeiro. Nesse movimento estão as raízes da criação da Escola de Enfermagem Ana Neri.

**CRIAÇÃO DA ESCOLA DE ENFERMEIRAS DO
DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA —
ESCOLA ANA NERI**

Dos entendimentos referidos anteriormente resultou a vinda da enfermeira norte-americana Ethel O. Parsons, do Serviço Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller, que passou a chefiar a Missão Técnica de Cooperação para o Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil. Ethel Parsons aqui chegou em 2 de setembro de 1921, com a incumbência de estudar a situação e fazer recomendações ao governo brasileiro sobre o programa a ser seguido.

1921

Como primeira providência para ajustar as idéias do sistema norte-americano às necessidades do Brasil, foi criado o Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, no mesmo nível de autoridade dos demais serviços do Departamento e ao qual deveriam ficar subordinadas todas as outras atividades de enfermagem existentes ou a serem iniciadas ⁽⁸⁾

1922

A criação da Escola de Enfermeiras foi o segundo passo, uma vez que era imprescindível que o próprio país fornecesse pessoal adequadamente preparado para auxiliar na solução dos problemas de saúde da sua população ⁽⁹⁾.

Para dar andamento ao Serviço de Enfermeiras e organizar a recém-criada escola foram enviadas ao Brasil, em 1922, mais treze enfermeiras da Missão Técnica, sete para os serviços de Saúde Pública e seis para a Escola. Fazia parte desse primeiro grupo Clara Louise Kieninger que viria a ser a primeira diretora da Escola (1922-1925).

O código sanitário elaborado por Carlos Chagas, do qual resultou o Decreto n.º 16 300, de 31 de dezembro de 1923, que aprovou o regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública,

1923

formalizou as providências sugeridas para elevar o padrão dos serviços de saúde do país com o auxílio de enfermeiras tecnicamente preparadas. O capítulo XII desse decreto foi dedicado ao Serviço de Enfermeiras, destinado aos trabalhos técnicos do Departamento Nacional de Saúde Pública, subordinado à sua diretoria geral. Esse serviço tinha "a seu cargo uma escola para instruir e diplomar enfermeiras, sob a jurisdição de uma diretora subordinada à superintendente geral". O capítulo XIII cuidava da regulamentação da Escola de Enfermeiras, criada um ano antes pelo Decreto n.º 15 799, de 10 de novembro de 1922, anexa ao Hospital Geral de Assis-tência daquele departamento.

Para acudir as necessidades mais prementes da comunidade e como solução de emergência, enquanto eram feitos esses estudos e ultimados os preparativos para a abertura da escola, foi organizado um curso rápido e intensivo para "visitadoras de higiene", primeiro de seis e depois de dez meses de duração. Para esse curso foram aproveitadas algumas das visitadoras que já estavam trabalhando e algumas senhoras voluntárias. Dentre as visitadoras, encontrava-se Edith de Magalhães Fraenkel que, em 1922, seguiu para os Estados Unidos a fim de fazer o curso regular de Enfermagem, de três anos de duração⁽¹⁰⁾.

Desde o início dos entendimentos, o diretor geral do DNSP, Carlos Chagas, com uma clara visão das possibilidades do desenvolvimento futuro da Enfermagem no Brasil, determinou que a escola deveria ser criada de acordo com os mais elevados padrões de ensino existentes na época. Deveriam, portanto, ser aceitas somente estudantes bem qualificadas, que tivessem o diploma de Escola Normal ou equivalente⁽¹¹⁾.

Uma vez que a direção da escola e o ensino de Enfermagem deveriam ser entregues somente a enfermeiras, foi solicitado novamente o auxílio da Fundação Rockefeller que para cá enviou outro grupo de profissionais constituído de seis enfermeiras: uma para os serviços de Saúde Pública e cinco para a Escola⁽¹²⁾. Essas, assim como as do primeiro grupo e as que as substituíram, deveriam atuar como instrutoras e supervisoras das diversas zonas em que haviam sido distribuídos os distritos do Rio de Janeiro ou como instrutoras da Escola, responsabilizando-se também pela supervisão das unidades de enfermagem do hospital campo de prática. Ambos os grupos deveriam servir até que as diplomadas brasileiras as substituíssem em seus postos.

De 1921 a 1931, prestaram serviços no Brasil trinta e duas enfermeiras da Missão Técnica, das quais vinte e cinco eram norte-

americanas, duas inglesas, duas holandesas, uma canadense, uma norueguesa e uma belga. O tempo de permanência no Brasil, de cada uma, que deveria ser de dois anos, variou de alguns meses a dez anos. O período de 1923 a 1925 contou com quinze enfermeiras da Missão; esse número foi decrescendo até 1931, quando as duas últimas voltaram para os Estados Unidos: Ethel Parsons, até então na superintendência geral do Serviço de Enfermeiras, e Bertha L. Pullen, que se encontrava na direção da Escola. Esta retornou ao Brasil e a esse mesmo posto em 1934, nele permanecendo até 1938. Do grupo que participou da Missão, doze eram enfermeiras de Saúde Pública, dezessete vieram como instrutoras-supervisoras e três para a direção da Escola.

A Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública começou a funcionar no dia 19 de fevereiro de 1923, com treze alunas residentes, das dezesseis admitidas. Segundo Ethel Parsons "uma casa pequena, ao lado do hospital, foi alugada e, com algumas reformas, adaptada para salas de aula e residência para as diplomadas e (...) estudantes" (9).

Em abril de 1926, a residência das estudantes e instrutoras que então já funcionava à rua Valparaíso, na Tijuca, passou para as instalações do prédio que fora construído para ser o Hotel Sete de Setembro, na Avenida Rui Barbosa (13). Pelo Decreto n.º 17 268, de 31 de março de 1926, a escola passou a denominar-se Escola de Enfermeiras Dona Ana Neri. Foi elevada a escola oficial padrão, pelo Decreto n.º 20 109/31, quando foi designada simplesmente Escola de Enfermeiras "Ana Neri". Em 1937, a Lei n.º 452 de 5 de julho incorporou-a à Universidade do Brasil como instituição de ensino complementar, com completa autonomia. Bertha Pullen, diretora na época, assim descreveu o fato:

"Em meados de março de 1937 descobriu-se quase accidentalmente que uma nova reforma na Universidade estava sendo discutida no Congresso e que a Escola Ana Neri estava incorporada nesse plano como uma escola para Enfermagem e Serviço Social.

Uma proeminente Congressista de São Paulo, Carlota de Queiroz, muito interessada em serviço social mas completamente desinformada sobre enfermagem, submeteu um projeto de reforma da Escola Ana Neri de modo que esta ficasse também responsável por um curso de

serviço social, sem fazer nenhuma consulta à enfermagem. Esforços foram feitos para retirar as palavras "serviço social" da cláusula, mas a oposição foi muito grande" (3).

Esse ato separou completamente a Escola do Serviço de Enfermagem: a primeira passou a funcionar na Universidade, cuja subordinação administrativa era ao Departamento Nacional de Educação e o último continuou no DNSP.

Pelo Decreto n.º 21 321, de 18 de junho de 1946, que aprovou o Estatuto da Universidade do Brasil, a Escola foi definitivamente integrada à mesma Universidade como estabelecimento de ensino superior.

O curso, de início, tinha a duração de dois anos e quatro meses, estes últimos dedicados à especialização em "Enfermagem de Saúde Pública, enfermagem clínica ou administração hospitalar" (14); passou, em 1926, para dois anos e oito meses e, em 1928, para trinta e quatro meses, ou seja, quatro anos de duração.

Como órgão máximo da Enfermagem no Brasil, o Serviço de Enfermeiras do DNSP era responsável administrativamente pela Divisão de Saúde Pública e pela Divisão de Instrução, à qual a Escola Ana Neri estava vinculada. Esta contava com uma diretoria que respondia junto à superintendente geral daquele serviço pelo progresso e engrandecimento da Escola e bom andamento dos serviços de Enfermagem do Hospital.

Rememorar essas particularidades teve como único intento mostrar a unidade de pensamento e de propósitos que existiu entre a direção da Escola e a Superintendência do Serviço de Enfermeiras. As ações são, geralmente, fruto de longas reflexões internas ou de influências recebidas do mundo exterior, muitas vezes sem que a consciência, de início, delas se aperceba. Compreende-se, dessa maneira, a grande influência que as idéias, experiências e métodos de organização e execução das enfermeiras que ocuparam esses postos deve ter exercido nas ações das estudantes e primeiras diplomadas.

Uma rápida descrição de traços de suas marcantes personalidades poderá trazer alguma luz sobre o caminho que foi seguido para chegar à criação de uma associação de classe e de sua sobrevivência nos seus primeiros anos de vida.

PRIMEIRAS FIGURAS DE RELEVO NA ENFERMAGEM BRASILEIRA

Ethel O. Parsons ocupou o cargo de superintendente geral do Serviço de Enfermeiras, de 2 de setembro de 1921 a 3 de setembro de 1931, quando deixou definitivamente o Brasil.

Clélia Allevato (15), sua secretária durante esses dez anos, descreve-a como uma criatura inteligente, dinâmica e idealista: elegante e de porte altivo, olhava sempre para a frente e para o alto, infundia respeito e, talvez, certo temor a estudantes e recém-diplomadas; eram poucas as que a ela se achegavam com mais freqüência e, entre essas, contava-se Edith M. Fraenkel que mais tarde a substituiria no cargo. Sua preocupação constante era assegurar para a profissão, no Brasil, de maneira definitiva, um alto nível de preparo e de exercício (16).

Dentre as muitas medidas por ela levadas a efeito para o desenvolvimento da Enfermagem, tem significativa relevância o terreno que preparou para a promulgação do Decreto n.º 20 109/31, que regulou o exercício da Enfermagem no país até o advento da Lei n.º 2 604/55.

Apresentou, assim que o primeiro grupo de alunas terminou o curso em 1925, uma exposição de motivos solicitando "Registro de Estado" para as novas enfermeiras. Constava da justificativa: "espera-se pelo menos que o título de Enfermeira Diplomada, Enfermeira Graduada ou outro similar, possa ser dado por escolas regularmente organizadas e dirigidas. Esta garantia elementar não pode ser recusada à nova profissão". O pedido nunca foi apreciado pelo Congresso embora contasse com a simpatia do Ministro da Justiça da época (17).

O Decreto n.º 20 109, de junho de 1931, foi a grande conquista das enfermeiras. Ethel Parsons pôde, assim, partir tranquila, deixando "nas mãos de enfermeiras brasileiras hábeis e muito capazes" toda a responsabilidade pela direção dos trabalhos daí por diante.

Referindo-se a Ethel Parsons por ocasião de seu falecimento a 13 de novembro de 1953, disse Manoel José Ferreira:

"Mais talvez do que o alto nível técnico que Ethel Parsons tinha emprestado na época à Escola Ana Neri, devemos-lhe todos, a impregnação da mística da enfermagem, da nobreza da profissão, da dignidade necessá-

ria à formação profissional, o senso de ética e responsabilidade que sem dúvida a ela devem todas as que vieram pelo tempo afora se entregando a esse honroso mister.

(...) É necessário que os que como eu, tendo tido a ventura de assistir a esse nascimento e acompanhar-lhe a evolução, não percam a oportunidade de deixar aos da geração que nos sucede, o panorama em que viveram aqueles cujo desaparecimento não deve permitir o olvido do que realizaram de fundamental e imperecível.

(...) Para deixar o futuro da profissão nas mãos da classe estimulou e ajudou a criar a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, filiando as enfermeiras brasileiras ao Conselho Internacional de Enfermeiras" (18).

Sobre o início da enfermagem moderna no Brasil, disse Ethel Parsons: "Não é exagero dizer que na maneira de pensar da média das pessoas, no Brasil, a posição de uma enfermeira não é mais elevada do que era na Inglaterra antes do advento da santa padroeira de todas as enfermeiras, Florence Nightingale. Considerando o preconceito nacional e tradicional, a resposta das mulheres brasileiras ao convite para entrar na Escola de Enfermagem foi tão satisfatória quanto se podia esperar do que era (para elas) uma extrema aventura (...) As que foram admitidas mostraram um espírito de devoção e idealismo edificantes, a par de excelente habilidade na execução e energia no trabalho" (9).

Edith de Magalhães Fraenkel — foi a segunda e última superintendente geral do Serviço de Enfermeiras do DNSP; permaneceu nesse posto de 1931 a 1940.

Antes de seguir para os Estados Unidos, em 1922, Edith Fraenkel havia feito o curso de Enfermagem de guerra na Cruz-Vermelha Brasileira, em 1918. Trabalhou na Inspetoria de Tuberculose do DNSP como uma das suas primeiras visitadoras, onde fez um curso rápido em 1920.

Tendo revelado desde cedo capacidade e pendores para liderança, ao lado de grande potencial para o trabalho, foi escolhida para se preparar a fim de, futuramente, ocupar o cargo de Superintendente Geral. Aceitando sugestão de Ethel Parsons e com auxílio da Fundação Rockefeller, seguiu para os Estados Unidos para fazer o curso de Enfermagem na Escola de Enfermagem do Hospital Geral de Filadélfia, onde permaneceu de março de 1922 a maio de 1925; de maio a novembro visitou escolas e serviços de

Enfermagem do Canadá e nesse mesmo mês voltou ao Brasil. Foi, portanto, a primeira brasileira a fazer o curso de Enfermagem de três anos completos.

Aqui chegando, foi logo designada para substituir a primeira instrutora americana, Anita Lander, que precisava voltar para os Estados Unidos. Esse fato mereceu atenção especial de Clara Louise Kieninger, diretora da Escola que, no relatório anual de 1925, referiu-se a ele como a mudança mais importante havida no corpo docente, isto é, a primeira substituição de uma enfermeira norte-americana por uma brasileira.

Permaneceu como instrutora da Escola, de novembro de 1925 a junho de 1927, quando foi substituída por Olga Salinas Lacorte que havia sido preparada especialmente para essa tarefa. Naquele ano, 1927, (19) foi transferida, como supervisora, para o Serviço de Enfermagem de Saúde Pública. Passou mais tarde a assistente de Ethel Parsons.

Ainda quando superintendente geral, teve seu retrato inaugurado no Salão de Honra da Escola, em cerimônia realizada no dia 9 de maio de 1932, data do seu natalício.

Ao deixar a superintendência geral do Serviço de Enfermeiras em 1940, foi posta em disponibilidade junto ao governo do Estado de São Paulo para organizar uma escola de Enfermagem, que viria a ser a Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.

As ex-alunas de Edite Fraenkel nessa Escola retratam-na como pessoa enérgica, de poucas palavras, poucas amizades e extremamente devotada à Enfermagem, que defendia com todo vigor. Sempre atenta a tudo o que se referisse à profissão, qualquer medida que pudesse engrandecê-la tinha seu inteiro apoio e podia contar com seu estímulo e auxílio. O reverso era verdadeiro: o extremo zelo com que procurava cuidar dos assuntos de Enfermagem levava-a a não aceitar nada que supunha prejudicar a profissão. Essa sua atitude causou-lhe, não raras vezes, aborrecimentos e muitas incompreensões, agravadas ainda pela sua extrema convicção feminista.

Fazia enfermagem pela enfermagem, por isso lançava as idéias ou organizava grupos de trabalhos em situações de emergência sem se preocupar com o reconhecimento público ou com que seu nome, ou mesmo o da Escola, fossem postos em evidência.

Seu modo de pensar e suas atitudes parecem ter recebido alguma influência da forte personalidade de Lilian Clayton, diretora da escola em que se diplomou, na Filadélfia.

A revista *Anais de Enfermagem* abre o seu número três, de abril de 1934, com a tradução de artigo publicado no "American Journal of Nursing" de junho de 1930, como uma justa homenagem à memória de S. Lilian Clayton, escrito por membros da Associação do Governo das Estudantes daquela escola.

Quem foi e o que fez Lilian Clayton?

Seu nome está intimamente ligado ao Hospital Geral de Filadélfia onde foi superintendente do Serviço de Enfermagem, diretora e professora de Ética da Escola de Enfermagem desse hospital. Fizeram curso de aperfeiçoamento nessa escola várias diplomadas brasileiras, a partir de 1925.

Segundo Edith Fraenkel, Lilian Clayton costumava repetir em suas aulas de Ética que "para uma profissão se desenvolver e progredir, precisa ter uma Associação e uma Revista". De vocação missionária, fez da prestação de cuidados aos pacientes e da formação de enfermeiras o principal objetivo de sua vida. A influência que exerceu sobre muitas centenas de jovens, como atestam suas ex-alunas, foi das mais elevadas e edificantes.

Clara Louise Kieninger — foi a primeira diretora da Escola Ana Neri, posição que ocupou de fevereiro de 1923 a julho de 1925. Decidiu, logo de início, instituir no internato a Associação do Governo Interno das Alunas, sob a orientação de Anita Lander, instrutora das alunas.

Essa Associação, com regimento próprio, tinha por finalidade preparar a estudante para a vida social e desenvolver a capacidade de expressão e de julgamento. Dela fazia parte um Conselho de Estudantes, responsável pela disciplina e pela programação de reuniões sociais na Escola. Esperava-se que, no exercício dos seus diversos cargos, as alunas tivessem oportunidade de demonstrar e desenvolver suas habilidades de direção e execução. A diretoria da Associação fazia parte do Conselho, que contava com presidente, vice-presidente, secretária, tesoureira, e representante de classe. Foi presidente do Conselho em 1925, Rimidia Bandeira de Souza Gayoso, escolhida para o cargo de presidente da diretoria provisória da "Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas", criada em agosto de 1926 (20).

Bertha Lucile Pullen — terceira diretora da Escola Ana Neri, retornou para os Estados Unidos em julho de 1931, deixando a direção com a primeira diretora brasileira, *Rachel Haddock Lobo*.

Com a morte prematura desta em setembro de 1933, Bertha Pullen, que exercia o cargo de "Associate Dean" na Escola de Enfermagem da Universidade Baylor em Dallas, Texas, Estados Unidos, ofereceu-se para voltar ao Brasil e auxiliar a Escola até que outra enfermeira brasileira fosse preparada para dirigí-la.

Antes de retornar para os Estados Unidos pela primeira vez, em 1931, deixou esboço de estudo para o projeto de incorporação da Escola à Universidade do Brasil, atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro, o que sucedeu durante o período de sua segunda gestão, de 1934 a 1938.

Nos artigos que publicou em Anais de Enfermagem, entre 1934 e 1937, procurou incentivar as enfermeiras a pertencerem à Associação de classe.

Rachel Haddock Lobo — serviu na França em 1918 como voluntária da Cruz Vermelha Brasileira. Em 1922 voltou àquele país para fazer o curso de Enfermagem, de dois anos de duração, na Escola de Enfermagem da Assistência Pública, em Paris. Diplomou-se em setembro de 1924.

Retornando ao Brasil, fez os quatro últimos meses do curso em Enfermagem de Saúde Pública, na Escola Ana Neri, para complementar sua formação (17).

Em junho de 1925, começou a trabalhar na Fundação Gaffrée Guinle, organização destinada a eliminar as moléstias venéreas. Passou nesse mesmo ano para a Divisão de Saúde Pública, como supervisora.

Convidada por Ethel Parsons para dirigir a Escola de Enfermeiras Ana Neri, seguiu para os Estados Unidos em maio de 1927, para aperfeiçoar-se. Entre os hospitais e escolas que freqüentou, estão o Hospital Geral de Filadelfia e o "Teachers College" da Universidade de Columbia, Nova York. Voltou para o Brasil em dezembro de 1929, indo logo atuar como assistente da diretora dessa Escola, cargo que ocupou até 30 de junho de 1931, quando foi designada diretora. Nesse cargo permaneceu até sua morte em setembro de 1933.

Bertha L. Pullen, que a substituiu na direção da Escola, disse a seu respeito: “durante seu curto período de vida, como vice-diretora e diretora dessa Escola, fundou a Revista Anais de Enfermagem e foi muito ativa na Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras, Associação para o Progresso da Mulher, Associação Cristã de Moças (...) e em muitas outras atividades (...) Sobrecarga de trabalho fez ressurgir doença física latente que provocou sua morte prematura”⁽³⁾. Apesar de afastada, por doença, já há alguns meses, sua morte foi um choque tanto para o corpo médico como para o de enfermagem, escreveu Pullen, em carta dirigida à autora, em novembro de 1972.

NOTAS

CAPÍTULO I

1. Anuário Estatístico do Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1971 pp. 39 e 41.

2. Superintendente Geral do Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), de 1931 a 1940, diretora da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, de 1942 a 1955. Falecida a 5 de abril de 1968.

3. Historical Aspects of Nursing in Brasil — Bertha Lucille Pullen, 1939, pp. 18 e 19. Cópia datilografada deste trabalho foi doada à ABEN por Zaira Cintra Vidal, em 1972.

Pullen cita "Notícias Históricas dos Serviços, Instituições e Estabelecimentos pertencentes a esta repartição, elaborados por ordem do respectivo Ministro de Justiça e Negócios do Interior", Imprensa Nacional, 1898, pp. 15 a 20, de Amaro Cavalcanti, quando se refere às primeiras tentativas para organização de hospitais no Rio de Janeiro.

4. Decreto n.º 791/1890, de 27 de setembro de 1890 "Crêa no Hôspicio Nacional de Alienados uma escola profissional de enfermeiros e enfermeiras". Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório da República. José Cesário de Faria Alvim, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Interior.

Sobre as primeiras tentativas de organização do ensino de Enfermagem, consultar o trabalho de Marina Andrade Resende "Ensino de Enfermagem", elaborado a pedido da Confederação Nacional da Indústria, SESI e SENAI, em 1960, Rev. Bras. de Enf., abr. de 1960, p. 110. Izaura Barbosa Lima também trata do assunto em "Problemas relativos à Enfermagem de Saúde Pública", Anais de Enfermagem, jan. 1952, p. 84.

5. ICN — Criado em 1899, por Ethel Bedford Fenwick, na Inglaterra. Entre as enfermeiras brasileiras a sigla adotada foi a da denominação em inglês, isto é, International Council of Nurses.

Anais de Enfermagem de setembro de 1938 publicou o "Histórico do Conselho Internacional de Enfermeiras", de Bertha Pullen.

6. Jane A. Jackson — Nursing in Brazil. Cópia xerográfica do relatório, enviada pelo Conselho Internacional de Enfermeiras em 1974.

7. A Cruz Vermelha Brasileira foi organizada em 1910, e reconhecida pela Comissão Internacional da Cruz Vermelha, em 1912.

Decreto n.º 2380/1910, de 31 de dezembro de 1910 — Regula a existência das Associações da Cruz Vermelha, que se fundarem de acordo com as convenções de Genebra de 1864 e 1906.

Decreto n.º 9620/1912, de 13 de junho de 1912 — Declara de Caráter Nacional a Sociedade da Cruz Vermelha Erasileira.

8. Para melhores esclarecimentos sobre a criação do Serviço de Enfermeiras do DNSP, consultar os artigos de Rosaly Taborda e Edith Fraenkel publicados em Anais de Enfermagem, de janeiro de 1932, e abril e outubro de 1934, respectivamente.

O artigo de Edith Fraenkel traz, na segunda parte, informações resumidas sobre a "Missão de enfermeiras americanas" e sobre a Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras.

Consultar, também, as teses de Glete de Alcântara e Haydée Guanais Dourado, respectivamente, "A Enfermagem moderna como categoria profissional; obstáculo à sua expansão na sociedade brasileira" e "Enfermeiros para o Nordeste em desenvolvimento".

9. Ethel Parsons, "Modern Nursing in Brazil", American Journal of Nursing", junho de 1927, p. 443.

10. Decreto n.º 15799/22, de 10 de novembro de 1922 — aprova o regulamento do Hospital Geral de Assistência do Departamento Nacional de Saúde Pública. Esse hospital havia sido criado com o nome de Hospital São Francisco de Assis, sua atual designação.

Essa escola foi a primeira criada nesse padrão de ensino de Enfermagem, e única durante dez anos. Em 1933, começaram a funcionar as Escolas Carlos Chagas (atual E.E. da Universidade Federal de Minas Gerais) e a E.E. Florence Nightingale, em Goiás.

As primeiras diretoras da Escola Ana Neri foram: Clara Louise Kleninger (1923-1925); Loraine Geneviéve Dennhardt (1925-1928); Bertha Lucille Pullen (1928-1931); Rachel Haddock Lobo (1933-1934); Bertha L. Pullen (1934-1938); Laís Netto dos Reys (1938-1950).

Sobre a abertura da Escola e do curso de emergência de dez meses, consultar o relatório referente ao ano de 1923, em seus arquivos.

11. Do relatório da Escola, correspondente ao ano de 1924, foi tirado o seguinte trecho: "Dr. Carlos Chagas continua dando inteiro apoio à Escola. Em recente pronunciamento ele disse: "A criação de uma Escola de Enfermagem no Brasil é um dos acontecimentos que fazem uma época em sua história, e não é secundária em importância à eliminação da febre amarela pelo Dr. Oswaldo Cruz".

12. A enfermeira de Saúde Pública foi Clara Walther Curtis, que alguns anos depois foi diretora da Divisão de Enfermagem da Fundação Serviços de Saúde Pública (FSESP). Permaneceu naquele programa de abril de 1923 a março de 1926.

13. Por iniciativa de Carlos Chagas, diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública e Afonso Pena Junior, Ministro da Justiça.

14. Artigo 401 do Decreto n.º 16300/23, de 31 de dezembro de 1923.

15. Clélia Allevato nunca se afastou da ABEn; foi secretária de Ethel Parsons e Edith M. Fraenkel durante o tempo em que estas estiveram na Superintendência do Serviço de Enfermeiras do DNSP, passando depois para o Ministério da Saúde; e, como sua representante, colaborou nos Congressos Brasileiros de Enfermagem. Após a aposentadoria, responsabilizou-se, com toda dedicação, pelos trabalhos de datilografia e pela manutenção da antiga sede da ABEn no Rio de Janeiro, posição que deixou em 1975, por motivo de doença.

16. Lourival Ribeiro, na época presidente da Sociedade Brasileira de Tuberclose, em artigo publicado em Anais de Enfermagem de março de 1954 — "Velhos e novos conceitos sobre os profissionais de enfermagem

no Brasil”, cita, à página 50, uma circular enviada por Ethel Parsons às enfermeiras de Saúde Pública que ilustra muito bem sua preocupação em elevar o prestígio da enfermagem, não descuidando das coisas aparentemente simples, como a aparência pessoal no uso do uniforme.

Nesse mesmo artigo o autor faz considerações sobre a situação social e cultural da mulher em fins do século passado e dos preconceitos sobre a profissão de enfermagem.

17. Arquivos da Escola Ana Neri. Relatório apresentado em 1925, para o Serviço de Enfermeiras do DNSP.

18. Anais de Enfermagem, dez. 1953. p. 227.

19. Em 1927, o serviço de Saúde Pública passou a ser executado exclusivamente por enfermeiras.

20. Rimidia Bandeira de Souza Gayoso matriculou-se, em agosto de 1923, na segunda turma de alunas das duas recebidas anualmente pela Escola Ana Neri, completando o curso em 25 de fevereiro de 1926. Foi presidente da Associação do Governo Interno das Alunas nos períodos de junho a dezembro de 1925 e dessa data até sua diplomação.

O parágrafo terceiro do artigo quarto do Estatuto da “Associação do Governo Interno das Alunas da Escola de Enfermeiras D. Ana Neri” (AGIEEAN) determinava: “A Diretora da Escola de Enfermeiras D. Ana Neri, do DNSP, será Presidente Honorária da Associação e as Enfermeiras Diplomadas do Corpo Docente, Membros Honorários”.

II

CONCRETIZAÇÃO DE UMA IDEIA

ORIGEM DA ASSOCIAÇÃO

1925

Iniciado oficialmente o curso na Escola de Enfermeiras Ana Neri a 19 de fevereiro de 1923, a 19 de junho de 1925 diplomou-se a primeira turma de treze estudantes, que iriam constituir o primeiro grupo de enfermeiras formadas no Brasil por escola organizada segundo os modernos padrões de ensino estabelecidos para a Enfermagem ⁽¹⁾.

Dessas treze primeiras diplomadas, cinco ⁽²⁾ receberam bolsas de estudo da Fundação Rockefeller, por meio do Serviço Internacional de Saúde, e foram aos Estados Unidos visando a adquirir mais experiências e a se preparar para posições de maior responsabilidade e, gradativamente, irem substituindo as enfermeiras norte-americanas e européias da Missão Técnica Americana. A escola selecionada para a complementação dos estudos foi a Escola de Enfermagem do Hospital Geral de Filadélfia.

Entre as oito que permaneceram no Rio de Janeiro houve uma tentativa para organizar uma associação de enfermeiras, semelhante às associações de antigas alunas existentes nos Estados Unidos. Ethel Parsons, no relatório apresentado em 1925, assim se referiu ao acontecimento: "As (diplomadas) da classe de 1925 que ainda estão no Rio de Janeiro estão organizando uma associação de ex-alunas".

As componentes do grupo foram logo contratadas para o serviço de Saúde Pública perdendo, portanto, contato direto com a Escola; não podiam mais pertencer à Associação do Governo In-

terno das Alunas, nem como membros honorários, situação reservada apenas aos membros do corpo docente, de acordo com os estatutos. Por outro lado, os interesses das diplomadas eram diferentes; a época de internato já havia passado.

Terminado o prazo do primeiro contrato com aquele serviço, em dezembro de 1925, Ethel Parsons verificou que do orçamento previsto para o ano de 1926 não constava verba para novo contrato de enfermeiras. O grupo foi, desse modo, colocado na Escola Ana Neri, lá permanecendo nos meses de janeiro e fevereiro de 1926, quando o problema foi solucionado.

O contato, agora mais freqüente, entre as diplomadas e as alunas prestes a concluir o curso fez ressurgir, em conversas informais, a idéia de organizar uma associação de ex-alunas que congregasse as diplomadas da Escola D. Ana Neri (3).

Para discutir o assunto, foi convocada reunião a 6 de agosto de 1926. A Escola já contava então com trinta e cinco diplomadas, treze da classe de 1925 e vinte e duas da classe de 1926, e a terceira turma estava prestes a terminar o curso.

A situação social da mulher na época não permite supor atitudes isoladas ou de completa independência entre estudantes do sexo feminino, muito menos de escola moldada em rígida disciplina como era a Escola Ana Neri; acostumadas a essa disciplina, que aceitaram como válida face ao prestígio social e cultural que almejavam para a sua escola, as recém-diplomadas ficaram ainda por longo tempo a ela presas por laços afetivos e, mesmo, profissionais.

Presume-se, portanto, que uma vez aceita a idéia da criação de uma associação de antigas alunas, ela tenha sido discutida com os elementos da Escola que maior contato tinham com as estudantes, entre estas, a diretora Loraine Dennhardt (1925-1928) e a Instrutora de Alunas Edith M. Fraenkel (1925-1927). Esta, formada na escola de Lilian Clayton e dela saindo com muito entusiasmo e idealismo, tinha também a convicção de que "para uma profissão progredir é necessário que tenha uma associação e uma revista". Era, desde novembro de 1925, instrutora de Enfermagem Médica e Coordenadora de Ensino da Escola e, nessa condição, participava de todas as reuniões do Conselho do Governo Interno das Alunas. Estava, portanto, em condições de opinar, como o fez, pela criação de uma associação com objetivos mais amplos, que permitissem admitir em seus quadros enfermeiras formadas em outras escolas.

1926

Segundo Bertha Pullen, "depois que se diplomou a primeira turma de enfermeiras em 1925, a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas foi organizada graças aos esforços de Mrs. Ethel Parsons e D. Edith Fraenkel" (4).

Heloisa Maria Carvalho Veloso, uma das diplomadas em 1925, lembra-se de que a Associação surgiu "daquela reunião de D. Edith, das americanas que ainda estavam aqui, Mrs. Parsons e a Diretora da Escola Ana Neri (...) porque precisava fazer uma coisa mais sólida, mais firme (...)" (5).

É de se supor que, desse contato das diplomadas com suas ex-professoras, a idéia original de uma associação de antigas alunas tenha dado margem à fundação da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas. De outro modo, as duas enfermeiras formadas no exterior jamais poderiam a ela pertencer e, a inexistência de uma associação era contra os princípios aprendidos nas escolas norte-americanas sobre o desenvolvimento de uma profissão. Assim, Edith Fraenkel e Rachel Haddock Lobo, que não pertenciam ao grupo das antigas alunas, teriam logo definidas suas posições frente à nova agremiação.

A primeira preocupação do grupo foi a de que a recém-idealizada entidade precisava ter um estatuto e que a elaboração desse documento deveria ser responsabilidade da diretoria a ser constituída. O interesse despertado foi geral e Rimidia Bandeira de Souza Gayoso, que havia sido por duas vezes presidente do Conselho da Associação do Governo Interno de Alunas, foi logo escolhida para presidente. Com as eleições de Isolina Lossio para secretária e Izaura Barbosa Lima para tesoureira, estava formada a diretoria provisória que, segundo Izaura Barbosa Lima, teve duração de apenas um ano, tempo considerado pela mesma "efêmero" (3).

Atendendo à solicitação de Izaura Barbosa Lima, o irmão de uma contraparente de Rachel Haddock Lobo, em casa de quem morava, fez a minuta do estatuto, em folha de papel almaço, a lápis. Essa minuta foi lida por ela, tal como se apresentava, na primeira reunião da novel associação, a 12 de agosto de 1926, já agora com o grupo aumentado com a adesão das egressas desse ano. As diplomadas presentes a essa reunião cujos nomes foram inscritos na ata, passaram a ser consideradas sócias fundadoras. São as seguintes, com o respectivo ano de diplomação: Maria Francisca Ferreira de Almeida Reis (1926), Rimidia Bandeira de Sousa Gayoso (1926), Judith Arêas (1926), Isolina Lossio (1925), Izau-

ra Barbosa Lima (1925), Odete Seabra (1926), Cecy Clausen (1926) e Heloisa Veloso (1925).

Em carta dirigida a Edith Fraenkel em outubro de 1967, Frances S. Beck, enfermeira consultora do Conselho Internacional de Enfermeiras, informou que, ao examinar os relatórios do Brasil existentes no Conselho, encontrou referências à fundação da Associação no artigo 45, do Estatuto aprovado em Assembléia Geral Extraordinária realizada a 9 de maio de 1944. Diz o artigo: "As enfermeiras que participaram da reunião de 6 de agosto de 1926 e cujos nomes foram inscritos na minuta dessa reunião serão consideradas fundadoras da Associação...". Aparecem a seguir os nomes das oito enfermeiras já citadas, naquela ordem.

Esse artigo, sob o número 49, foi reproduzido no Estatuto aprovado em dezembro de 1950, cujo artigo primeiro, no entanto, diz que a Associação foi fundada a 12 de agosto de 1926, data confirmada por Edmée Cabral Velho como sendo aquela em que foi constituída a diretoria provisória. Essa diretoria foi logo substituída pela que deveria ser a definitiva.

Segundo Izaura Barbosa Lima, no período que durou a diretoria provisória, "todas as associadas pagaram integralmente suas mensalidades e, quando entregou o cargo à nova tesoureira, Maria Francisca Ferreira de Almeida Reis, tinha em caixa duzentos mil réis, depositados no Banco".

Sobre a constituição da diretoria definitiva há vários fatos que podem esclarecer dúvidas acaso existentes.

Edith Fraenkel, mostrando cada vez maior interesse pelo desenvolvimento da recém-criada associação, estimulava e procurava movimentar as colegas, mantendo-se, porém, à distância, nesse período inicial.

"Entre o grupo Ana Neri", informou Heloisa Veloso, "havia algumas que eram de opinião de que deviam solicitar uma colaboração mais estreita tanto de Rachel Haddock Lobo, como de Edith Fraenkel porque, como mais velhas, e formadas há mais tempo, tinham mais experiência; outras, no entanto, se opunham, argumentando que elas não haviam estudado na Ana Neri". Venceram as primeiras.

Prevendo um aumento do número de associadas com a diplomação de mais vinte e duas enfermeiras da terceira turma, Edith Fraenkel resolveu atuar mais diretamente. Foi então eleita presidente e, com Heloisa Veloso como secretária e Maria Fran-

cisca Ferreira de Almeida Reis, como tesoureira, estava formada a primeira diretoria definitiva. Heloisa Veloso foi mais tarde substituída por Marina Bandeira de Oliveira.

Záira Cintra Vidal informou que, ao seguir para os Estados Unidos com bolsa de estudos, em maio de 1927, Edith Fraenkel estava na presidência. "O fato é", acrescentou, "que Edith Fraenkel foi eleita depois presidente e passou a ser considerada a primeira presidente" (6).

O número de enfermeiras existentes, entretanto, era muito limitado e todas elas estavam com sobrecarga muito grande de trabalho, tanto no setor de Saúde Pública como no setor de ensino, como docentes da Escola; além disso, algumas recém-diplomadas encontravam-se no exterior, com bolsas de estudo.

Algumas vezes, surtos de varíola, febre amarela e febre tifóide exigiam freqüentes remoções das enfermeiras de Saúde Pública para hospitais distantes, fora mesmo dos limites do então Distrito Federal. Essa situação foi muito bem ilustrada por Izaura Barbosa Lima quando disse, referindo-se ao esboço do estatuto: "não me lembro se houve ou não reforma desses primeiros Estatutos porque desde que comecei a trabalhar, estava e não estava no Rio de Janeiro" (3).

Compreende-se, dessa maneira, o grande esforço dispendido por essas pioneiras para se manterem unidas apesar de tudo e, também, o porquê de a Associação ter permanecido de maneira mais ou menos informal até 1929, segundo Ethel Parsons (7).

Como disse Heloisa Veloso, "as coisas esfriavam completamente quando não havia uma pessoa que desse impulso". Esse impulso foi dado e, graças ainda aos esforços de Ethel Parsons e Edith Fraenkel, a Associação foi oficialmente organizada e dinamizada, nesse último ano.

PERÍODO NEBULOSO

A situação da Enfermagem no Brasil não era totalmente desconhecida do Conselho Internacional de Enfermeiras porque já havia sido relatada no Congresso Internacional realizado em 1901. Não foi, portanto, surpresa o convite recebido por Ethel Parsons para que o Brasil se fizesse representar no congresso que seria realizado de 8 a 13 de julho de 1929, em Montreal, Canadá.

Ethel Parsons, conhcedora dos problemas da Associação pelo contato diário que mantinha com Edith Fraenkel, viu nesse convite uma oportunidade para reorganizá-la e solicitar sua filiação ao Conselho e, com Edith Fraenkel, começou a trabalhar nesse sentido, com grande interesse. A primeira providência tomada com essa finalidade foi a elaboração de novo e definitivo estatuto que atendesse às exigências do Conselho. Para isto, Ethel Parsons solicitou cópias do estatuto de vários países filiados ao Conselho para servirem como material de consulta; foi escolhido como modelo o da Associação das Filipinas, país que também havia solicitado filiação, por melhor se adaptar às condições brasileiras. Uma das condições exigidas era a de que a associação membro deveria ser identificada pelo gentílico. Daí a mudança do nome de Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas para Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras.

Apesar do esforço das pessoas que foram entrevistadas para trazer à memória os acontecimentos desse período e os seus principais agentes, um encadeamento lógico dos fatos não foi conseguido; alguns dos elos da corrente perderam-se na nebulosidade do esquecimento. Informações, que à primeira vista pareciam indiscutíveis, não resistiram a uma análise mais acurada quando confrontadas, mais adiante, com outras realidades. Como já mencionado, muitos dos documentos desse período, assim como o primeiro livro de atas das reuniões da Associação, nunca foram localizados.

Os fatos aqui narrados são frutos de avaliações, comparações, confrontos e, acima de tudo, da preocupação constante de conseguir a maior aproximação possível daquilo que realmente aconteceu, como aconteceu e por iniciativa de quem.

Edith Fraenkel, no "Histórico do Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública" disse que "Em fins de 1928 foi reorganizada esta Associação que passou a chamar-se ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENFERMEIRAS DIPLOMADAS BRASILEIRAS, sendo nessa ocasião registrada juridicamente" (8)

Um certidão do Cartório do 1.º Ofício, no Rio de Janeiro, atesta que "consta sob o n.º 6, o registro da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras, feito a 01 - junho - 1929 e na mesma data apontado sob o n.º 820 do Protocolo. O Estatuto da referida Pessoa Jurídica foi publicado por extrato em o n.º 105, do Diário Oficial de 5 de maio de 1929". Após citar nominalmente a diretoria, da qual era presidente Edith Fraenkel,

passa a relacionar, "a pedido da parte interessada", as sócias fundadoras: Izaura Barbosa Lima, Alice de Araújo, Noélia de Almeida Costa, Maria Josephina Brito Rocha, Maria de Castro Pamphiro, Heloísa Veloso, Rimidia Bandeira de Souza Gayoso, Maria Francisca Ferreira de Almeida Reis e Odette Seabra.

Essa nova relação de sócias fundadoras parece indicar que foram consideradas como tais as enfermeiras que colaboraram no ressurgimento e organização oficial da Associação e na elaboração e aprovação definitiva do estatuto, naquela data. Maria de Castro Pamphiro, por exemplo, encontrava-se nos Estados Unidos no período de julho de 1926 a novembro de 1927, não podendo portanto figurar, como não figurou, entre as fundadoras da primeira lista, em 1926. Comprova, por outro lado, as palavras de Ethel Parsons e Bertha Pullen quando afirmaram que essa entidade havia funcionado de maneira informal até 1929⁽⁹⁾.

Era pensamento de Ethel Parsons que a Associação, já oficialmente organizada, estava em condições de efetivar a solicitação ao Conselho Internacional de Enfermeiras; a Enfermagem já contava com uma escola que satisfazia aos critérios exigidos pelo Conselho em matéria de requisitos de admissão, duração do curso e nível de ensino, e suas diplomadas praticavam a Enfermagem em nível elevado de execução. Além disso, a condição de membro do Conselho só poderia beneficiar a Associação, estimulando-a em seu desenvolvimento.

Assim, a presidente Edith Fraenkel pôde representar a Associação, como delegado oficial, no I Congresso Quadrienal do Conselho Internacional de Enfermeiras, em julho de 1929, quando o Brasil foi aceito como membro filiado.

Nessa ocasião, quatro outras associações tiveram também suas solicitações atendidas: a da Grécia, Filipinas, Suécia e Iugoslávia. Depois de formalmente aprovadas pelo Grande Conselho⁽¹⁰⁾, foram oficialmente recebidas como membros durante o Congresso, em "impressionante cerimônia", como escreveu Daisy Bridges⁽¹¹⁾.

Em artigo publicado no American Journal of Nursing de setembro de 1929, Virginia Mc Cormick fez um resumo dos problemas comuns encontrados em alguns dos relatórios apresentados nesse congresso pelas associações já filiadas. Da América Latina somente o de Cuba foi citado. O relatório da delegação do Brasil, país ainda não membro, foi mencionado entre os de vários outros países, tendo sido focalizados os itens legislação e ensino, da seguinte forma: "o Brasil tem um serviço de Enfermagem há quase

uma década, que está sendo organizado, atualmente, com uma Divisão de Saúde Pública e uma Divisão de Educação. As diplomadas da Escola de Enfermagem D. Ana Neri foram tomando gradativamente a liderança, até 31 de dezembro de 1926, quando as educadoras de saúde que haviam iniciado a Enfermagem naquele país, não mais eram necessárias e “passaram para os arquivos da história”.

A representação do Brasil se fez notar nesse congresso. Em outubro desse ano a secretária do Conselho, Christianne Reimann, transmitiu ao Dr. Clementino Fraga, diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, agradecimentos ao Governo do Brasil pelo envio de representantes brasileiras ao Congresso de Montreal.

Novamente a história da Associação perde-se no tempo e na lembrança das enfermeiras que dela participaram no período de julho de 1929 a maio de 1938. Nenhuma informação oral foi conseguida sobre quem presidiu a Associação nesse período.

No entanto, nos arquivos da correspondência trocada com o Conselho Internacional de Enfermeiras há várias cartas dirigidas a Edith Fraenkel, presidente da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras, cobrando ou acusando o recebimento da quota devida (12), correspondente aos anos de 1929 a 1931 e de 1934 a 1938.

Na Seção “Críticas Humorísticas” do primeiro número de Anais de Enfermagem, maio de 1932, há “uma proposta de apsentadoria da heróica Maria Francisca do cargo de Tesoureira da Associação (...) cargo que exerce a contento só de D. Edith”. Em 1932, por conseguinte, Edith Fraenkel era presidente e tinha Maria Francisca Ferreira Almeida Reis como tesoureira.

Foi, portanto, Edith Fraenkel quem presidiu a Associação durante o período de 1927 a novembro de 1938.

Na reunião do dia 3 de novembro de 1938, para a eleição da diretoria, a presidente Edith Fraenkel pediu que fossem eleitos novos membros, “gente moça, cheia de vida e de esperança” (13).

A diretoria que constou do Registro do Estatuto em 1929, estava assim constituída: presidente, Edith Fraenkel; vice-presidente, Zulema de Castro Amado; tesoureira, Maria Francisca Ferreira de Almeida Reis; 1.^a secretária, Juracy Serpa Pyrrho; 2.^a secretária, Hermínia Nogueira. Conselho Fiscal: Silvia Arcoverde de Albuquerque Maranhão, Marietta de Lima Valverde e Durvalina Damasceno.

Em 1955, referindo-se a esse grupo pioneiro, Maria Rosa S. Pinheiro assim se expressou:

“Desde 1926 existira a Associação formada pelo primeiro grupo de diplomadas da Escola Ana Neri. Ao ser criada não havia mais que um punhado de enfermeiras no Brasil; mas era um grupo entusiasta, com idealismo que só neófitos e pioneiros sabem ter e ao qual o número diminuto de membros não amedrontava; o que faltava em tamanho sobrava-lhe em vigor. Contava ela somente três anos de vida quando pleiteou a admissão ao Conselho Internacional de Enfermeiras; era audácia, mas forte é aquele que ousa, e foi aceita, prova de sua vitalidade e de seu valor” (14).

Bertha Pullen escreveu em 1939, sobre as componentes desse grupo:

“Os números na Associação são ainda muito pequenos para serem representativos. No entanto, há entre as enfermeiras uma força coesiva, que tem auxiliado no trabalho para alívio do enfermo, na manutenção de uma revista publicada quatro vezes por ano, na promoção de elevados padrões de ensino e estão ainda trabalhando para conseguir uma casa de férias e repouso para seus membros, a ser construída em terreno que já conseguiram pagar.

A Associação necessita, no entanto, da influência estimulante de um grupo diversificado de enfermeiras diplomadas de várias escolas para dar-lhe uma visão mais ampla e proporcionar maior intercâmbio de idéias” (9).

De agosto de 1926 a 1939, a Associação foi constituída, por conseguinte, apenas pelas diplomadas da Escola Ana Neri, com exceção de Edith Fraenkel, Rachel Haddock Lobo e Adelina Zourob, formadas respectivamente em Filadélfia, EUA, França e Universidade Católica de Washington, DC, EUA.

O número de Anais de Enfermagem, de setembro de 1937, trouxe, na segunda contracapa, a seguinte publicidade:

“Quer que sejam bem conhecidos no meio científico as vossas casas comerciais, os produtos do vosso laboratório e os aparelhos e materiais necessários à cirurgia, enfermagem, hospitais, etc., etc.



Ethel O. Parsons



*Rachel
Haddock
Lobo*



*Rimidia Bandeira de
Souza Gayoso*



*Heloisa Maria Carvalho
Veloso*

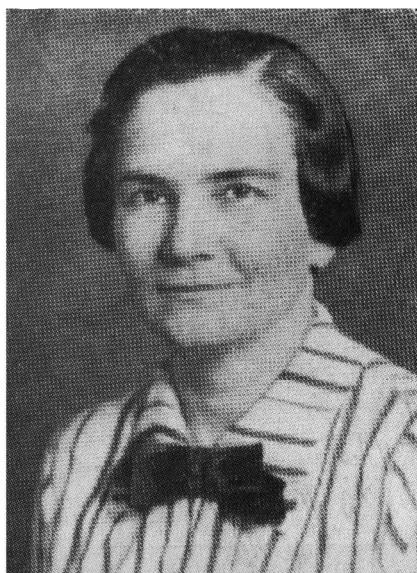
Izaura Barbosa Lima



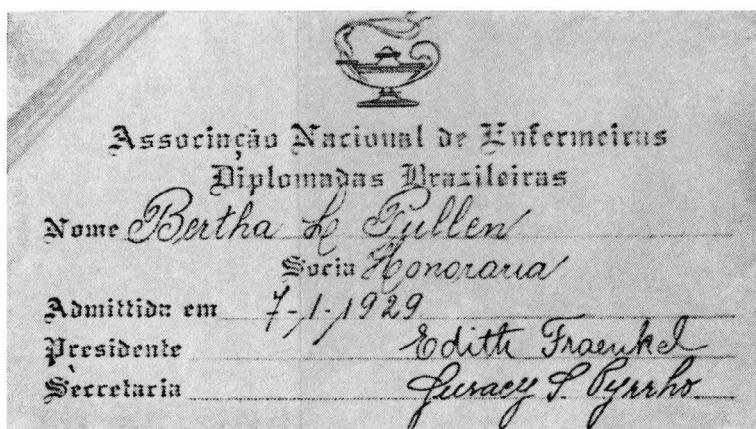
*Isolina Saldanha de
Lossio*



Edith de Magalhães Fraenkel



Hilda Anna Krisch



DIPLOMA

Muito fácil

Dirija-se sem perda de tempo à publicidade de “Anais de Enfermagem” da Associação das Enfermeiras Diplomadas Brasileiras da *Escola Ana Neri*” (grifo da autora). Esse anúncio mostra o relacionamento que existia entre a Associação e a Escola Ana Neri nesse primeiro período de seu funcionamento.

NOTAS

CAPÍTULO II

1. O número de diplomadas da primeira turma (1925) varia segundo a fonte consultada. Bertha Pullen e Izaura Barbosa Lima informam ter sido 15; nos arquivos da Escola Ana Neri constam apenas 13; Parsons no artigo que escreveu sobre a enfermagem moderna no Brasil, em 1927, disse que foram 14 diplomadas do primeiro grupo e 21 do segundo, classe de 1926. Essa diferença é explicada pelo fato de as estudantes que não haviam podido completar o total de dias exigido pelo curso para obtenção do diploma (1095 dias) serem obrigadas a compensá-los no ano seguinte. Do grupo considerado fundador, Maria Francisca Ferreira de Almeida Reis e Rimidia Bandeira de Souza Gayoso formaram-se em fevereiro de 1926 e Judith Aréas, em março do mesmo ano.

2. Lais Netto dos Reys, Luiza de Barros Thenn (de Araújo), Maria do Carmo Ribeiro, Olga Salinas (Lacorte) e Zulema de Castro Lima (Amado).

3. Entrevista concedida à autora por Izaura Barbosa Lima em 13 de junho de 1972.

4. Carta enviada à autora em 15 de novembro de 1972.

5. Entrevista concedida à autora por Heloísa Maria Carvalho Veloso em 13 de junho de 1972.

6. Entrevista concedida à autora por Zaira Cintra Vidal em 13 de junho de 1972.

7. Relatório de Ethel Parsons, de 1923 a 1928. Arquivos da Escola de Enfermagem Ana Neri.

8. Anais de Enfermagem, out. de 1934, p. 4-6.

9. Bertha Pullen, *Historical Aspects of Nursing in Brazil*, p. 82.

10. Até 1929, já haviam sido realizados os seguintes congressos internacionais: 1) 1901 — Primeiro Congresso, Buffalo, EUA; 2) 1904 — Primeiro Congresso Quiñquenal, Berlim, Alemanha; 3) 1909 — Segundo Congresso Quiñquenal, Londres, Inglaterra; 4) 1912 — Primeiro Congresso Trienal, Colonia, Alemanha; 5) 1925 — Segundo Congresso Trienal, Helsinford, Finlândia; 6) 1929 — Primeiro Congresso Quadrienal, Montreal, Canadá.

O Grande Conselho é hoje chamado Conselho de Representantes Nacionais, composto das presidentes das associações membros.

11. Deisy C. Bridges — *A History of the International Council of Nurses, 1899-1964*, p. 81.

12. Arquivos da ABEn.

13. Livro de Atas n.º 2.

14. Rev. Bras. de Enf., set. 1955, p. 178.

III

CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM

Nesses cinqüenta anos a Associação passou por reformas em sua estrutura que marcaram de maneira positiva as etapas de seu desenvolvimento; tais foram as efetivadas nos anos de 1929, 1944, 1946 e 1965. Ao lado dessas de maior vulto, outras também importantes se processaram. Tinham as associadas em mira garantir o melhor funcionamento da Associação a fim de que esta atingisse, com rapidez e eficiência, os objetivos propostos em seu estatuto. Umas e outras serão tratadas neste capítulo.

PRIMEIRAS REFORMAS DO ESTATUTO

Sobre o primeiro estatuto da Associação, sabe-se apenas que foi elaborado um esboço com auxílio de pessoa estranha à profissão e apresentado, em rascunho, na reunião que formalizou a criação da ABEn, a 12 de agosto de 1926. De acordo com Izaura Barbosa Lima, “foi elaborado às pressas e deve ter sido modificado logo depois”. Não foi encontrada, porém, nenhuma documentação nesse sentido.

O Estatuto de 1929, primeiro documento oficial, adotado pouco antes da filiação da nova entidade ao Conselho International de Enfermeiras (ICN), constava de oito capítulos e 25 artigos. Em linhas gerais, estabelecia que a Associação era constituída de enfermeiras, diplomadas por escola oficial nacional ou estrangeira, reconhecida pela Associação Nacional de Enfermeiras do país de origem. A Assembléia Geral ordinária deveria reunir-se “na se-

1929

gunda quinzena de abril de cada ano para tomar conhecimento do relatório da diretoria, contas do ano social, discuti-las e votá-las"; na mesma ocasião deveria ser eleito e empossado o Conselho Fiscal, com mandato de um ano. Não se referia à época em que deviam ser eleitos os membros da diretoria, cujo mandato era de dois anos. Esta compunha-se de presidente, vice-presidente, 1.^a e 2.^a secretárias e uma tesoureira, eleita pela Assembléia Geral. Além da Assembléia Geral, deveria haver mensalmente uma reunião ordinária, marcada com oito dias de antecedência. Para as eleições, cada associada deveria organizar uma cédula; isto era feito com a indicação oral das candidatas aos vários cargos pelos membros presentes à reunião; logo após o término da votação e da apuração, as eleitas eram proclamadas e empossadas. Esse estatuto estabelecia três tipos de associadas: contribuintes, honorárias e beneméritas. Como sócias honorárias a Associação podia aceitar "qualquer pessoa de honorabilidade reconhecida". Todas as sócias, com exceção das honorárias, estavam sujeitas ao pagamento de 5\$000 (cinco mil réis) mensais e uma jóia de 25\$000 (vinte e cinco mil réis) (1), que poderia ser paga parceladamente. Sócias beneméritas eram enfermeiras diplomadas que prestavam serviços extraordinários à Associação. As sócias quites, após um ano de vida associativa, tinham direito a empréstimos, "a prazos curtos e juros mórdicos", que não excedessem um terço do total da mensalidade paga até a data.

A primeira tentativa de reforma do estatuto que se conhece foi feita em 1939. Na reunião de abril desse ano, Edith Fraenkel, presidente da Comissão de Estatuto, informou que haviam sido enviadas circulares às associadas pedindo sugestões para a sua modificação. Como estas não foram recebidas, não houve emendas documentadas, a não ser em 1944. Presume-se que entre 1935 e 1938 tenha havido pelo menos uma reforma; nas eleições realizadas em novembro desse último ano, havia, na diretoria, os cargos de 2.^a tesoureira e de bibliotecária, que não existiam em 1929, e nem na cópia impressa em 1935.

A 29 de maio de 1939, a presidente Hilda Anna Krisch (1938-1941 *) informou que o Ministério do Trabalho considerava errado o adjetivo *Nacional* no nome da Associação e que o mesmo deveria ser retificado. Edith Fraenkel sugeriu, então, a sua retirada, o que não se deu naquela data porque a consultora jurídica da Associação, Dra. Orminda Bastos, informou que a retificação somente

* As datas colocadas logo em seguida ao nome da presidente referem-se ao início e término do seu mandato.

poderia ser feita em reunião que contasse com a presença de dois terços das associadas, que deveriam também assinar a respectiva ata.

MODIFICAÇÕES DE 1944 À ÉPOCA ATUAL

A 9 de maio de 1944, na presença de apenas vinte e quatro associadas reunidas em sessão extraordinária, foi feita pela presidente, Záira Cintra Vidal (1943-1947), a leitura das propostas de alteração do estatuto, como parte de um plano para a reorganização e reerguimento da Associação, que já não vinha despertando o interesse das enfermeiras. Záira Cintra Vidal, Marina Bandeira de Oliveira e Rosaly Taborda constituíram a comissão responsável pelas modificações introduzidas. Uma vez aprovado, o estatuto foi enviado ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e, a 7 de agosto desse mesmo ano, registrado sob o n.º de Ordem 4.482 do Livro K, Cartório do 6.º Ofício, Rio de Janeiro. Uma cópia foi remetida ao Conselho Internacional de Enfermeiras.

O novo estatuto compunha-se de onze capítulos e quarenta e cinco artigos. Dentre as alterações introduzidas, destacam-se as seguintes: mudança do nome de Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras para Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED); instituição de defesa jurídica e assistência às sócias em caso de doença, na medida das reservas financeiras da Associação; dispositivo determinando a construção da Colônia de Férias. Como comissões, foram instituídas uma consultiva, composta de sete membros, que tinha como uma de suas finalidades auxiliar a Associação nos planos e medidas de grande alcance, ainda não atendidos, e quatro outras denominadas artística, de cultura, de publicidade e de propaganda social. Previa, também, a criação de um corpo de patronos sociais ao qual a Associação deveria entregar a "elevada missão de auxiliá-la na realização de seus fins". À diretoria foram acrescentados os cargos de representante dos Serviços de Enfermagem nos Estados e no Distrito Federal, cujos primeiros membros, eleitos nessa mesma reunião, foram Marina Bandeira de Oliveira, para o primeiro, e Carmen Graça, para o segundo.

Em novembro desse mesmo ano, 1944, foi discutida a constituição da "Junta Consultiva" (ou Comissão Consultiva) da ABED, que deveria estudar os quatro problemas de maior importância na época: "1) Sindicato dos Enfermeiros nas mãos dos enfermeiros práticos; 2) vencimentos das enfermeiras; 3) Conselho de Enfermagem; 4) concurso aberto pelo Departamento de Administração do Pessoal do Serviço Público (DASP)"⁽²⁾. Os membros escor-

1944

Ihidos foram: Dr. Ary Castro Fernandes, consultor técnico do DASP; Dr. Marcolino Candau, do SESP⁽³⁾; Dr. Plínio Olinto; D. Jeronima Mesquita; Dr. Teófilo de Almeida, da Divisão de Organização Hospitalar do Ministério da Educação e Saúde; Maria Dolores Cavalcanti; Ruth Barcelos, secretária da Escola Ana Neri e Záira Cintra Vidal, presidente da ABED. Essa Junta, que seria o órgão central, deu origem ao Conselho Deliberativo, criado em 1946.

Período de 1946 a 1951

Em 1945, foi criada a “Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas de São Paulo” e em 1946, o núcleo do Distrito Federal, que vieram a constituir as atuais Seções de São Paulo e do Rio de Janeiro, ex-Distrito Federal. Houve então necessidade de modificar novamente a estrutura da ABED; um pouco mais tarde foi constituída a Seção da Amazônia, que abrangia os estados do Amazonas, Pará, Maranhão e territórios do Norte. Foram introduzidos novos capítulos no estatuto, dentre os quais, o que deveria tratar das seções estaduais⁽⁴⁾. Foram também oficialmente criadas as “Divisões”, no intuito de “facilitar o estudo e a participação das enfermeiras nos diversos ramos da enfermagem”. Duas delas, a de Ensino de Enfermagem e a de Enfermagem de Saúde Pública, cuja idéia de criação tinha suas raízes em 1944, já vinham exercendo atividades desde 1945 e funcionavam como verdadeiras associações, com diretoria, Conselho Fiscal e anuidade próprias. O Conselho Deliberativo surgiu como novo elemento administrativo da Associação, cujos componentes eram, a diretoria, o Conselho Fiscal, as presidentes das seções estaduais e das duas divisões recém-criadas, a redatoria da revista *Anais de Enfermagem* e quatro representantes das demais associadas, eleitas pela Assembléia Geral⁽⁵⁾.

Essas emendas foram apresentadas, também, por Záira Cintra Vidal, presidente da ABED, e aprovadas pela Assembléia Geral Extraordinária de 9 de dezembro de 1946. Esse estatuto não foi registrado. Não há referência sobre a comissão que o elaborou, mas, de acordo com Maria Rosa S. Pinheiro, Edith Fraenkel e Ella Hasenjaeger foram as principais responsáveis por essa reorganização da ABED, para o que contaram com a colaboração das enfermeiras, cujos nomes foram citados na reunião de 7 de novembro desse ano, como se verá mais adiante.

O novo documento incluía, entre seus objetivos, a promoção de conferências e congressos. Determinava o número mínimo de cinco enfermeiras para que pudesse ser criada uma seção estadual;

essa deveria submeter seu regimento à aprovação da ABED. As comissões permanentes apareceram como tais, pela primeira vez; seus membros eram, até então, "nomeados" pela presidente. Foi instituído o sistema de eleições anuais, alternadas. Ficou estabelecido que a presidente, a secretária e os quatro membros do Conselho Deliberativo seriam eleitos nos anos pares e a vice-presidente e demais membros, nos anos ímpares. (*)

Assim reestruturada, a ABED passou a ser constituída pelos seguintes órgãos: Diretoria, Conselho Fiscal, Conselho Deliberativo e Assembléia Geral. A bibliotecária deixou de ser membro da diretoria.

Para melhor compreensão dessas grandes inovações, será conveniente fazer um retrospecto das discussões havidas em reunião anterior.

A 7 de novembro desse ano, 1946, a presidente Záira Cintra Vidal fez uma saudação às enfermeiras dos estados, presentes à reunião, agradeceu o trabalho por elas prestado durante os dias em que estiveram no Distrito Federal e pediu a cada uma que se identificasse a fim de ficarem conhecidas das demais. Assim fizeram Celina Viegas, diretora da futura Escola de Enfermagem de Juiz de Fora, Glete de Alcântara, da Escola de Enfermagem de São Paulo, da Universidade de São Paulo, Irmã Marie Domineuc, diretora da Escola de Enfermeiras do Hospital S. Paulo, Lúcia Jardim, do então Instituto de Higiene da Universidade de S. Paulo, Mariah Coelho de Sá, do SESP, lotada no Amazonas, e mais algumas enfermeiras cujos nomes não foram citados. A presidente falou, em seguida, sobre a organização da "Divisão de Ensino" e "Divisão de Enfermagem de Saúde Pública", assuntos lançados em 1944, mas que somente naquela oportunidade estavam sendo estudados. Informou, também, que tanto a Divisão de Educação, quanto a Divisão de Saúde Pública já estavam com "estatutos" prontos para serem discutidos. Foram feitos novamente, nessa altura, agradecimentos a "Edith Fraenkel e demais enfermeiras reunidas aqui no Distrito Federal" pela colaboração prestada nesse sentido. Abordou, em seguida, o assunto da criação de núcleos ou associações estaduais. De acordo com o esquema apresentado pela presidente, as enfermeiras do Distrito Federal formariam o núcleo do Distrito Federal e a ABED passaria a ser ABE (Associação

(*) Em 1948, nova emenda estatutária redistribuiu os cargos para as eleições da seguinte maneira: nos anos pares, presidente, tesoureira e 2.^a secretária; nos anos ímpares, vice-presidente, 1.^a secretária e os quatro membros do Conselho Deliberativo.

Brasileira de Enfermeiros), com uma diretoria, "ao lado da qual estariam as presidentes das associações ou núcleos estaduais e das duas divisões, a redatoria chefe de Anais de Enfermagem e mais quatro membros eleitos por uma junta que teria o nome de Junta Consultora da Associação". A ABED seria transformada em núcleo do Distrito Federal⁽⁶⁾. Uma cópia do projeto do novo estatuto foi entregue às presentes para estudo. Antes que isto se desse, Laís Netto dos Reys propôs que a Associação de Antigas Alunas da Escola Ana Neri, criada em 1942, fosse incluída diretamente na futura ABE e que o assunto fosse resolvido imediatamente. Edith Fraenkel não concordou e propôs que fosse organizada uma comissão para estudar o caso; esta ficou constituída pelos membros Edith Fraenkel, Rosaly Taborda e Alayne Borges Carneiro, mas o assunto não voltou a ser discutido. Por essa mesma ocasião foi lida carta-convite da presidente da Associação de São Paulo, Edith Fraenkel, à presidente da ABED em que aquela apresentava o programa do "futuro primeiro Congresso de Enfermagem" que teria lugar "em maio de 1947, em S. Paulo". Novamente em pauta o assunto da criação dos núcleos, Edith Fraenkel propôs que permanecesse a atual diretoria, pois do contrário, a "ABED se apresentaria ao Congresso de Enfermagem de mãos vazias". Uma vez aprovada a proposta, foi apresentada chapa para eleição dos membros da primeira diretoria do Núcleo do Distrito Federal. Rosaly Taborda foi eleita presidente e a diretoria empossada nessa mesma reunião.

Das discussões havidas antes da aprovação das emendas propostas, algumas merecem reparo: 1) logo no capítulo I foi feita sugestão para que a "antiga Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras, fundada em 12 de agosto de 1926", passasse a denominar-se Associação Brasileira de Enfermeiros como havia sido aventado; não foi, porém, aceita a idéia e a designação anterior foi conservada; 2) por proposta de Laís Netto dos Reys, as enfermeiras estrangeiras passariam a ser admitidas como sócias honorárias apenas e não mais como contribuintes; 3) a ABED deveria receber das Seções Estaduais a quantia correspondente a 30% das anuidades de cada membro.

1947

Em março do ano seguinte, 1947, durante a realização do I Congresso Nacional de Enfermagem⁽⁷⁾, houve proposta para que fossem estudadas novamente tanto a segunda como a terceira deliberações acima mencionadas. Nessa mesma reunião, Marina Bandeira de Oliveira sugeriu que a Comissão de Estatuto estudasse a possibilidade de acrescentar ao mesmo um novo capítulo "Dos Congressos da Associação", com o seguinte conteúdo reda-

cional: "A Associação realizará um ou mais Congressos anualmente para promover a aproximação das sócias, apresentação de trabalhos técnico-científicos e proporcionar aos seus membros facilidades para melhor conhecimento do País, em geral, e de desenvolvimento da enfermagem no Brasil, em particular".

Essas propostas foram aprovadas, com modificações, em novembro desse ano: a ABED voltou a ser constituída de enfermeiras diplomadas por escolas "reconhecidas por esta Associação" e de enfermeiras estrangeiras que se achassem trabalhando no país e apresentassem cartões de quitação com suas associações nacionais; ficou estabelecida a quota fixa de trinta cruzeiros "per capita" das seções para a ABED; e foi introduzido um capítulo para determinar sobre os congressos. Ficou estabelecido, também, que as assembleias gerais seriam realizadas durante os congressos. O novo estatuto, assim emendado, não foi registrado.

A partir de 1948, poucas foram as assembleias gerais em que não houve discussão de propostas de emendas; algumas objetivavam apenas maior clareza no texto ou melhoria de estilo sem mudar a estrutura; outras tinham em mira introduzir inovações resultantes do próprio progresso da Associação que, como uma instituição dinâmica, sempre se preocupou em realizar as mudanças necessárias à sua organização e a um mais rápido crescimento. Em novembro desse ano, a Assembléia Geral realizada durante o II Congresso Nacional de Enfermagem aprovou a nova redação do capítulo que tratava das seções estaduais incluindo dispositivos sobre os distritos, uma vez que já haviam sido criados três em S. Paulo.

Na Assembléia Geral de novembro do ano seguinte, 1949, foi aprovada a inclusão da letra "b" no artigo que tratava das competências da vice-presidente, dando-lhe a responsabilidade de "presidir a Comissão de Finanças e preparar o orçamento". Em dezembro desse mesmo ano, uma petição assinada por mais de trinta sócias foi entregue a Záira Cintra Vidal, presidente da Comissão de Estatuto, para que este fosse estudado novamente, em especial o capítulo referente às eleições.

Em reunião ordinária da diretoria, realizada ainda nesse ano, foram feitas, pela presidente Edith Fraenkel (1948-1950), duas proposta: 1) que as seções tivessem comissões correspondentes às da ABED; 2) que fosse estudado um novo sistema de votação, sugerindo que cada seção estadual elegesse delegados para representá-la e que somente estes tivessem direito a voto. Decisão importante foi tomada, nessa reunião, quanto à necessidade de a ABED contar com uma secretaria executiva; até aquele momento

1948

1949

a função vinha sendo exercida voluntariamente por Ella Hasenjaeger, sem ter sido designada; por proposta da presidente, foi ela indicada para exercer tal atividade e o cargo incluído na reforma do estatuto em 1950. Suas atribuições, porém, só foram definidas em 1952.

- 1950** Em dezembro de 1950, em sessão extraordinária realizada durante o IV Congresso Nacional de Enfermagem, nova petição foi feita, encabeçada pela Madre Marie Domineuc solicitando, em nome da União das Religiosas Enfermeiras do Brasil, UREB⁽⁸⁾, que fosse incluído, no artigo referente às eleições, o direito ao voto por procuração, conseguido no ano seguinte, 1951. Na mesma oportunidade houve discussão e aprovação de outras emendas, de pequena repercussão, mas consideradas necessárias, tal como a criação da Comissão Executiva do Congresso.

Período de 1952 a 1962

- 1952** Com a exigência do Ministério da Justiça de que, para a ABED ser considerada entidade de utilidade pública deveria fazer constar em seu estatuto que os cargos da diretoria e Conselho Fiscal não eram remunerados, uma assembléia geral extraordinária foi convocada e realizada a 17 de abril de 1952. Foi introduzido um artigo para satisfazer tal exigência. A presidente, Waleska Paixão (1950-1952), lembrou que desde 1944, o estatuto não havia sido registrado, isto porque algumas das emendas efetuadas nos anos que se seguiram haviam ficado em suspenso, para estudo posterior.

Propôs, desse modo, que fosse registrado o estatuto com as reformas efetuadas em 1950, 1951 e 1952, o que se deu a 26 de junho desse último ano.

- 1953** No ano seguinte, outubro de 1953, a presidente Glete de Alcântara (1952-1954) encaminhou à presidente da Comissão de Estatuto, Maria Dolores Lins (de Andrade), alguns assuntos que deveriam merecer estudo para uma futura revisão do mesmo. Foram eles: 1) mandato de quatro anos para a diretoria; 2) inclusão de membros honorários; 3) congressos bienais; 4) mudança do nome da revista Anais de Enfermagem; 5) mudança do nome da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED); e 6) votação por delegação.

- 1954** Na segunda Assembléia Geral realizada a 21 de agosto de 1954, durante o VII Congresso Nacional de Enfermagem, foram aprovadas emendas importantes: a associação passou a denominar-se Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) e seu órgão oficial de comunicação, Revista Brasileira de Enfermagem (RBEn).

A designação de *Enfermagem* no nome da Associação deve-se a Maria Rosa S. Pinheiro, autora de outra sugestão também aprovada: o associado que contribuísse com vinte e cinco anuidades de uma só vez seria considerado sócio remido.

A primeira referência sobre a possibilidade de exclusão da palavra *diplomada* após o título *enfermeira* foi feita em 1951. A 17 de novembro desse ano, na Assembléia Geral do V Congresso Nacional de Enfermagem, Haydée Guanais Dourado, ao ler o relatório da Comissão de Resoluções, foi aparteada por Guiomar Puppain que propôs fosse acrescentado o qualificativo *diplomada* à palavra *enfermeira*, contida em uma das resoluções apresentadas. Haydée G. Dourado justificou a redação tal como estava, dizendo que, juridicamente, só é enfermeiro o que tem diploma tornando-se, portanto, desnecessário acrescentar a palavra *diplomado*. Posta em votação, a emenda proposta por Guiomar Puppain foi aprovada. Novamente levantada a mesma questão com o prosseguimento da leitura das resoluções, nova votação foi feita; desta vez, porém, por maioria de oitenta e seis contra sessenta e três votos, a resolução tomada foi de que deveria permanecer a redação original, sem nenhum acréscimo.

A presidente da Comissão de Estatuto, Maria Dolores Lins (de Andrade), no relatório lido na Assembléia Geral realizada por ocasião do VIII Congresso Nacional de Enfermagem, em 1955, apresentou as emendas sugeridas desde 1952, e que ainda não haviam sido discutidas. Foram elas: 1) o enfermeiro estrangeiro, para se associar, deveria provar que era diplomado por escola cujo currículo fosse de padrão correspondente ao exigido para o associado brasileiro, ou seja, a obediência aos preceitos da legislação em vigor; 2) foram redefinidas as categorias sócio honorário e benemérito; 3) a Assembléia Geral passou a ser constituída apenas pela diretoria e por delegados das seções e continuou com a competência de eleger os membros da diretoria. Todas essas emendas foram aprovadas.

1955

O anteprojeto de regimento interno da Associação vinha sendo estudado desde 1952, com a colaboração da Comissão de Legislação. Levado ao Conselho Deliberativo em outubro de 1956, sua discussão foi adiada para novos estudos. Estes passaram a ser feitos agora sob a coordenação de Amalia Corrêa de Carvalho, designada presidente da Comissão de Estatuto e Regimento Interno; aproveitando o material já existente, completou e fez as modificações julgadas necessárias. Sua aprovação pelo Conselho Deliberativo deu-se em duas etapas: parcial, em outubro de 1957 e final,

1956

em abril de 1958. A presidente da ABEn, Maria Rosa S. Pinheiro (1954-1958), no relatório apresentado à Assembléia Geral de 1957, assim se referiu ao acontecimento: "consideramos como uma das realizações mais valiosas deste ano, o trabalho que será hoje apresentado, de revisão do Regimento Interno da ABEn (...) A sua aceitação virá trazer inestimável benefício à nossa vida associativa, pelo que significa de ordem, objetividade e esclarecimento de pontos deixados sem definição pelo Estatuto" (9).

1957 Por ocasião do IX Congresso Brasileiro de Enfermagem realizado em 1956, a Comissão ficou com a incumbência de estudar a inclusão de um novo capítulo destinado aos setores de filiação internacional, uma vez que a ABEn acabava de se filiar à Associação Internacional Católica de Enfermeiras e Assistentes Médico-Sociais (CICIAMS), além do Conselho Internacional de Enfermeiras (ICN). O estatuto foi, portanto, reformado em outubro de 1957, com essa emenda e a da criação de um cargo de 2.^a tesoureira. Os setores de Filiação Internacional, incluídos no Capítulo III, passaram a ser órgãos da ABEn e os representantes dos dois setores (ICN e CICIAMS) tinham assento no Conselho Deliberativo e na Assembléia Geral, com direito a voto. As comissões permanentes foram aumentadas de nove para catorze.

1958 As alterações processadas em 1958 foram mais profundas. Nesse ano foi eliminado o voto por procuração e extinto o Conselho Deliberativo, cujas funções passaram a ser exercidas pela diretoria; as presidentes das comissões permanentes foram incluídas nas assembléias gerais; a eleição deixou de ser realizada em assembléia geral e foi descentralizada passando a ser processada nas seções estaduais, na mesma data em todo o território nacional. O associado adquiriu novamente o direito de votar nos membros da diretoria. Foi também criado o cargo de 2.^º vice-presidente (10), como eletivo, embora a proposta apresentada previsse sua ocupação pela presidente ao término de seu mandato. Foi oficializado o Boletim da ABEn criado como resultado de recomendação de 1956, e que, em 1959, passou a ser denominado "Boletim Informativo". Todas essas emendas foram aprovadas na Assembléia Geral do dia 13 de outubro de 1958.

1959
1961 Nas assembléias gerais dos anos seguintes, 1959 a 1961, as alterações não foram substanciais. Em 1959 a Comissão, agora presidida por Anayde Corrêa de Carvalho, elaborou um anteprojeto de regimento de eleições, por solicitação da diretoria; esse anteprojeto havia tomado como base a experiência das eleições realizadas em junho desse ano e as sugestões da Seção de S. Paulo. Em

1961, a Comissão de Estatuto foi encarregada de proceder a estudos sobre a maneira pela qual os auxiliares de enfermagem poderiam ligar-se à ABEn. Não tendo chegado a uma conclusão satisfatória, foi recomendado e aceito que a ABEn estimulasse a criação de associações estaduais de auxiliares de enfermagem para as quais a Comissão Permanente de Auxiliar de Enfermagem da ABEn deveria servir de órgão assessor (11). Nesse mesmo ano, os títulos de sócio benemérito e de sócio honorário foram vedados aos sócios efetivos; as presidentes de comissões permanentes deixaram de fazer parte da Assembléia Geral.

Período de 1963 a 1975

As catorze comissões permanentes que existiam nem sempre vinham contribuindo com a ajuda esperada pela diretoria na dinamização das atividades da ABEn. A limitada atuação de algumas levou a Assembléia Geral de 15 de julho de 1963 a aprovar alterações no estatuto, no artigo correspondente, extinguindo umas e transformando outras em subcomissões. O cargo de 2.^a vice-presidente passou a ser preenchido automaticamente pela presidente que deixava o mandato. Todavia, a nova distribuição dos órgãos técnicos da ABEn parece não ter produzido resultados que a justificassem; por esse motivo, um estudo, em maior amplitude, foi sugerido pela diretoria à Comissão de Estatuto. Esta apresentou emendas que foram aprovadas pela Assembléia Geral de 7 de outubro de 1965. As mais significativas foram: 1) as comissões permanentes ficaram reduzidas a apenas cinco e suas coordenadoras passaram a fazer parte da diretoria a fim de melhor se entrosarem com ela; 2) a Assembléia Geral foi transformada em Assembléia de Delegados (AD), seu verdadeiro nome desde 1955, permanecendo a primeira como órgão soberano das seções estaduais; 3) a diretoria, como tal, passou a ter apenas função de assessoramento nas assembléias e seus membros não tinham mais direito a voto; 4) o mandato do Conselho Fiscal foi aumentado para três anos; 5) o capítulo dedicado aos setores de Filiação Internacional foi extinto; 6) deixou de ser vedado ao enfermeiro receber título honorífico da ABEn.

1963
1965

Entre os anos de 1965 a 1970, o instrumento legal da ABEn passou por sua fase mais longa de estabilidade. As propostas de emendas apresentadas nesse período, pela Comissão Especial de Estatuto, foram rejeitadas pela Assembléia de Delegados.

No ano seguinte, porém, 1971, fatos novos surgiram, resultando na necessidade de novas determinações estatutárias. Com o aumento do número de técnicos de enfermagem, tornou-se evi-

1971

dente a vantagem de deixar em aberto a possibilidade de sua aceitação como associado; proposta nesse sentido foi aceita pela Assembléia de Delegados de 17 de julho de 1971, realizada em Manaus. Foi exigida do enfermeiro estrangeiro prova de que a escola em que se diplomou era reconhecida no país de origem. Pela primeira vez, desde 1929, foi alterado o mandato da diretoria de dois para quatro anos, com a supressão de eleições alternadas; nessa mudança não foram incluídas as coordenadoras de comissões, cujo mandato continuou sendo de dois anos.

1973 Com o término da construção da sede administrativa da ABEn em Brasília, DF, a Assembléia de Delegados reunida em João Pessoa, PB, em 21 de julho de 1973, durante o XXV Congresso Brasileiro de Enfermagem, modificou o artigo que tratava da sede da ABEn, estabelecendo-a definitivamente no Distrito Federal, à Avenida L-2, Norte, Módulo 603 B. Nessa mesma assembléia foi também aumentado para quatro anos o mandato das coordenadoras de comissões.

1974 No ano seguinte, 1974, por proposta da diretoria, a Assembléia de Delegados aprovou a filiação das obstetritas como membros efetivos da ABEn.

Estão sendo esperadas, para 1976, novas e grandes reformas na organização estrutural da ABEn; a comissão designada, sob a presidência de Circe de Melo Ribeiro, vem trabalhando nesse sentido há aproximadamente dois anos.

Uma das questões que provavelmente será definida é a da inclusão de estudantes de Enfermagem na associação de classe, assunto que vem despertando o interesse de algumas enfermeiras há vários anos.

Foram as seguintes as presidentes da Comissão Permanente de Estatuto: Edith M. Fraenkel (1939, 1944-1948); Záira Cintra Vidal (1949-1951); Maria Dolores Lins de Andrade (1951-1956); Amália Corrêa de Carvalho (1956-1959); Anayde Corrêa de Carvalho (1959-1965). Como Comissão Especial: Terezinha Beatriz Gomes de Azeredo (1967-1968 e 1971); Victória Secaf (1969); Circe de Melo Ribeiro (1972-1976).

NOTAS

CAPÍTULO III

1. O estatuto reformado em 1944 conservou a jóia de vinte e cinco mil réis como requisito de admissão.

2. DASP — Atual Departamento Administrativo do Pessoal Civil. (DAPC); antigo Departamento Administrativo do Pessoal do Serviço Público.

3. SESP — Serviço Especial de Saúde Pública; FSESP, Fundação Serviço Especial de Saúde Pública; FSESP, Fundação Serviços de Saúde Pública denominação atual. Esse serviço foi criado por força de convênio firmado em 1942, entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos. Ver Ermengarda de Faria Alvim "Quinze anos de enfermagem no Serviço Especial de Saúde Pública", Rev. Bras. de Enf., Jun. de 1959, pp. 143-159.

A ABEn sempre recebeu grande ajuda desse serviço principalmente nas décadas de quarenta e sessenta. Essa a razão pela qual aparece citado em várias reuniões da diretoria e em números da revista, dentre os quais destacamos: o número de jan. de 1948: 48; out. de 1948: 157; jan. de 1950: 26; jun. de 1954: 161.

4. Até 1948, os cartões de quitação das associadas das seções eram expedidos pela ABED, assinados pela presidente, mediante relação das associadas enviadas pelas seções.

5. Anais de Enfermagem, out.-dez., 1946, p. 35.

6. Záira Cintra Vidal havia entrado em contato com a Associação Americana de Enfermeiras, quando da sua permanência nos Estados Unidos em 1945, e chegara à conclusão de que para congregar todas as enfermeiras espalhadas pelo país e trabalhar com mais eficiência, a ABED precisaria mudar a estrutura de sua organização administrativa.

7. O qualificativo Nacional apostado aos congressos permaneceu somente até 1955; depois do IX Congresso, realizado em 1956, em Porto Alegre, a denominação mudou para a atual, isto é, "Congresso Brasileiro de Enfermagem", CBEn.

8. A União das Religiosas Enfermeiras do Brasil (UREB) foi criada em 1944, em São Paulo. O assunto, UREB, constará do capítulo que trata do Comitê Internacional Católico de Enfermeiras e Assistentes-Médico-Sociais (CICIAMS).

9. Rev. Bras. de Enf., dez. 1958, pp. 320-329.

10. A secretária executiva da ABEn, Maria Beatriz Cavaicanti de Albuquerque, em carta dirigida a Amalia C. de Carvalho, presidente da Comissão de Estatuto e Regimento Interno, datada de 24 de agosto de 1958, escreveu o seguinte: "... lembro que seja estudada a possibilidade de se acrescentar mais um cargo de vice-presidente na Diretoria da ABEn, cargo esse que seria automaticamente preenchido, como se faz de praxe no Conselho Internacional de Enfermeiras, pelo presidente que acabou o mandato.

Penso que nos seria muito agradável iniciar esse gesto de carinho e de agradecimento para com D. Maria Rosa".

O cargo de 2.^a vice-presidente foi criado em 1958, como eletivo; a Assembléia Geral, realizada em 1963, aprovou proposta para seu preenchimento automático pela presidente que deixava o mandato. A primeira presidente a preenche-lo automaticamente foi Clarice Della Torre Ferrarini.

11. A Associação Brasileira de Auxiliar de Enfermagem (ABAE) foi fundada oficialmente a 28 de dezembro de 1962, em São Paulo; sua origem remonta a 1948, quando foi criada a Associação dos Enfermeiros de São Paulo, designação depois mudada para Associação dos Auxiliares de Enfermagem de São Paulo e, mais tarde, Associação Brasileira dos Auxiliares de Enfermagem.

IV

ATUAÇÃO DAS DIRETORIAS

O editorial da Revista Brasileira de Enfermagem de outubro de 1963 registra, como fonte de documentação histórica de “uma parcela da vida da ABEn”, os nomes de suas presidentes e vice-presidentes e respectivos períodos de atuação, de 1938 até aquela data.

“As realizações da Associação Brasileira de Enfermagem”, disse a autora do editorial, Marina de Andrade Resende, “resultaram, muitas vezes, de esforços anônimos de seus membros e de seus colaboradores. Coube, sobretudo, às responsáveis cujos nomes foram mencionados, manter o verdadeiro espírito de solidariedade da classe, incentivar o trabalho que manteve viva a Associação e conseguir que cada membro aceitasse os sacrifícios exigidos pelo trabalho para a ascensão coletiva da classe”.

Essa ascensão coletiva da classe que, praia acs céus, jamais deixara de se processar é o resultado da acumulação de idéias e realizações, perfeitamente identificadas com o zelo pelo trabalho, que se vem somando em todos esses anos, como uma verdadeira bola de neve. A continuidade dos planos de trabalho dos membros das diretorias, isentos de qualquer vaidade de ordem pessoal, mas plenos de abnegação e generosidade, deve-se o que hoje é a Enfermagem Brasileira.

Uma retrospectiva dos principais fatos ocorridos em cada mandato permitirá compreender melhor a seqüência progressiva dos acontecimentos que determinaram o avanço social e cultural da profissão. Tentativa nesse sentido será feita em seguida, de maneira sucinta, com destaque para os nomes que constituíram as diretorias em determinado período.

Ampliando um dos extremos do período citado por Marina de Andrade Resende com novos dados, chega-se à presidente da primeira diretoria eleita, Edith de Magalhães Fraenkel; seu primeiro mandato, iniciado em 1927, segundo Izaura Barbosa Lima e em 1926, de acordo com Edméa Cabral Velho e Zaíra Cintra Vidal, terminou a 3 de novembro de 1938. Nesse dia, tomou posse Hilda Anna Krisch que, a 17 de outubro de 1941, entregou novamente a presidência a Edith Fraenkel, em seu segundo mandato. A 25 de setembro de 1943, foi substituída por Zaíra Cintra Vidal que permaneceu no cargo por dois períodos consecutivos. Em 1947 deixou o cargo a Marina Bandeira de Oliveira. Esta foi substituída por Edith Fraenkel que, pela terceira vez, aceitava dirigir a Associação, o que fez até 8 de dezembro de 1950.

Nessas duas primeiras décadas, portanto, apenas três associadas aceitaram presidir a Associação. Disse Zaíra Cintra Vidal que, findo o seu período de mandato, "como ninguém quisesse tomar o cargo (...) a Associação passou novamente para a direção de D. Edith (...)" Nas duas décadas seguintes, o problema não deixou de existir, porém, o número de associadas que se dispuseram a aceitar a grande responsabilidade do cargo, sempre acompanhado também de grandes sacrifícios, já não era tão pequeno, tornando menos difícil a escolha para a transferência do mandato; foram em número de sete as presidentes desse período.

A seguir serão apresentados a constituição das diretorias em cada período de mandato, as substituições parceladas de alguns membros e um resumo dos acontecimentos de maior relevo em cada gestão. (1) Não há informações sobre as atividades da diretoria provisória constituída em 1926 e composta de: presidente, Rimidia Bandeira de Souza Gayoso, secretária, Isolina Saldanha de Lossio, e tesoureira, Izaura Barbosa Lima.

DIRETORIA com:

Edith de Magalhães Fraenkel, presidente (1.^º mandato) de 1927 a 31.11.1938; Zulema de Castro Amado, vice-presidente; Juracy Pyrro (Pacheco da Silva). 1.^a secretária; Hermínia Nogueira, 2.^a secretária; Maria Francisca Ferreira de Almeida Reis, tesoureira. Conselho Fiscal: Silvia Arcoverde de Albuquerque Maranhão, Marieta de Lima Valverde (Legey) e Durvalina Damasceno.

As mudanças efetuadas no decorrer desse período não são conhecidas.

A 20 de maio de 1938, foi feita eleição do Conselho Fiscal, que ficou assim constituído: Emília Camargo Cré, Almira Pessoa de Melo e Carmem Gonçalves. Nessa data, Zaíra Cintra Vidal

exercia o cargo de vice-presidente e Edméa Cabral Velho, o de 1.^a Secretária.

Dentre os acontecimentos de relevo, conhecidos, destacam-se: a Associação foi filiada ao Conselho Internacional de Enfermeiras, em 1929. Esse foi o ano considerado por Ethel Parsons e Bertha Pullen como o do início efetivo das suas atividades. Foi elaborado o estatuto e a associação foi registrada com o nome de Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras. Em 1932, publicou-se o primeiro número de "Anais de Enfermagem"; foi também iniciado um movimento para angariar recursos a fim de ser equipada uma enfermaria para atender às associadas que dela necessitassem. Um memorial foi enviado ao Ministro do Trabalho protestando contra a "importação" de enfermeiras para o Hospital dos Estrangeiros, com prejuízo das "enfermeiras nacionais"; Bertha Pullen sugeriu a criação de um Conselho Jurídico "para tratar de casos como esse". Houve comemoração solene do dia 20 de maio. Marina Bandeira de Oliveira foi designada para organizar o serviço de Saúde Pública no Estado do Rio. Lamentada a falta de interesse das enfermeiras pela Associação.

DIRETORIA com:

Hilda Anna Krisch, presidente de 3.11.1938 a 26.9.1941. Licenciou-se de 15.9.1939 a 15.3.1940, quando Edméa Cabral Velho, vice-presidente, substituiu-a no cargo; Edméa Cabral Velho, vice-presidente; Delizeth Oliveira Cabral, substituída por Alice Araújo, 1.^a secretária; Lucilia Miranda, substituída por Hildegard Goebel (Pires de Campos), 2.^a secretária; Maria Adelaide Witte Fernandes, 1.^a tesoureira; Carmem Graça, 2.^a tesoureira; Haydée Neves da Cunha, bibliotecária.

Fatos que mereceram destaque: admitido guarda-livros por dois anos, às expensas de Maria Francisca Ferreira de Almeida Reis. A biblioteca ficou centralizada no pavilhão de aulas da Escola Ana Neri, com planos para a sua organização. A presidente e os membros da Comissão de Legislação defenderam os direitos da classe junto ao Ministério do Trabalho contra nomeações indevidas, tendo por base a legislação de enfermagem existente. Orminda Bastos passou a ser a advogada da Associação; um anteprojeto de regulamentação da profissão foi elaborado, tendo em vista o que havia sido apresentado ao Ministério do Trabalho pelo Sindicato dos Enfermeiros Terrestres; a presidente fez visitas de cordialidade aos membros da diretoria do Sindicato de Enfermeiros Terrestres. A sede da Associação foi transferida do pavilhão de aulas para o internato da Escola Ana Neri. Foram criadas as Comissões Social, de Le-

gislação e de Educação. O designativo *Nacional* existente no nome da Associação foi contestado pelo Ministério do Trabalho. A pedido do Conselho Internacional de Enfermeiras foram-lhe enviadas informações sobre a história da Enfermagem no Brasil e sobre a legislação e ensino de Enfermagem. Clélia Allevato, Ruth Barcelos e a Irmã Matilde Nina foram indicadas sócias honorárias. As condições do Hospital Alemão foram analisadas para eventual auxílio da Associação às associadas que necessitassem de assistência médica, com a colaboração das alunas da Escola Ana Neri para os cuidados de enfermagem; houve tentativa para conseguir aposentadoria aos vinte e cinco anos de serviço para as enfermeiras de Saúde Pública. Admitido um mensageiro para expedição da Revista e cobrança das anuidades. A Associação lutou contra concurso aberto pelo DASP para a carreira inicial de enfermeiros, sem exigência de diploma, em vários Ministérios.

DIRETORIA com:

Edith de Magalhães Fraenkel, presidente (2.º mandato) de 26.9.1941 a 25.9.1941; *Maria Francisca Ferreira de Almeida Reis*, vice-presidente; *Mirabel Smith Ferreira Jorge*, 1.ª secretária; *Maura de Oliveira*, 2.ª secretária; *Hermínia Nogueira*, 1.ª tesoureira; *Ilda Domingues Morgado*, 2.ª tesoureira; (passou a tesoureira titular em 1942); *Edith de Souza*, bibliotecária. Conselho Fiscal: *Emília Camargo Crê* (reeleita), *Maria do Carmo Prado* e *Zélia Carvalho*.

Edith de Magalhães Fraenkel e *Maria Francisca de Almeida Reis* foram candidatas únicas para os respectivos cargos e foram eleitas por unanimidade.

Nesse período, a presidente evidenciou esforços no sentido de evitar o concurso do DASP para preenchimento dos cargos de enfermeiros efetivos; foi realizado curso de atualização para as enfermeiras da Escola Ana Neri que exerciam esses cargos interinamente. Foi lembrada a necessidade de aquisição de sede própria. No I Congresso Pan-americano de Enfermagem, realizado no Chile em 1942, a Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo foi representada por *Haydée Guanais Dourado* e a Escola Ana Neri foi representada por *Radcliff Guanais Dourado*; foi solicitada colaboração das enfermeiras e diretoras das escolas equiparadas, para organização do Congresso Pan-americano de Enfermagem que seria realizado no Rio em 1944, o que não aconteceu por causa da entrada do Brasil na II Grande Guerra. Efetivou-se a criação, no Ministério da Educação, do Serviço de Enfermeiras

junto ao Serviço de Cooperação Interamericana (International Cooperation Administration, ICA).

DIRETORIA com:

Záira Cintra Vidal, presidente (1.º mandato) de 25.9.1943 a 18.9.1945; Mirabel Smith Ferreira Jorge, vice-presidente, Gracinda Mota, 1.ª secretária, substituída por Celina Pernasseti em 1944; Thabitá Lígia de Almeida, 2.ª secretária; Emilia Camargo Crê, 1.ª tesoureira; Guiomar Pereira Puppain, 2.ª tesoureira; Lourdes Castro, bibliotecária, Conselho Fiscal: Safira Gomes Pereira, Maria Francisca F. A. Reis e Olga Mendes.

DIRETORIA com:

Záira Cintra Vidal, presidente (2.º mandato) de 18.9.1945 (2) a 18.4.1947; nessa data foi substituída por Marina Bandeira de Oliveira, eleita vice-presidente a 21 de março de 1947 e que permaneceu no cargo até 23.7.1948; (*) Mirabel Smith Ferreira Jorge, vice-presidente; Safira Gomes Pereira, 1.ª secretária; Thabitá Ligia de Almeida, 2.ª secretária; Emilia Camargo Crê, 1.ª tesoureira; Guiomar Pereira Puppain, 2.ª tesoureira; Adalucia Bomfim, bibliotecária; Izaura Barbosa Lima, representante da Enfermagem nos estados; Herminia Nogueira, representante da Enfermagem no Distrito Federal. Conselho Fiscal: Zilda Ramos, Maria de Castro Pamphiro e Eleosina Neves.

A 21 de março de 1947 foram eleitos os seguintes novos membros:

Marina Bandeira de Oliveira, vice-presidente; Hildegard Pires de Campos, 1.ª secretária. Conselho Fiscal: Rosaly Rodrigues Taborda, Flora Silvia Vitor Rodrigues e Corina Berlinck. Conselho Deliberativo: Juracy Pyrrho Pacheco da Silva, Maria de Castro Pamphiro, Ruth Borges Teixeira e Clarice Della Torre Ferrarini.

Marina Bandeira de Oliveira, vice-presidente em exercício do mandato de presidente, de 18.4.1947 a 23.7.1948.

Como atividades mais importantes do primeiro mandato, destacam-se: foi aprovado e registrado o novo estatuto com a mudança do nome da associação para "Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas", ABED e elaborado um plano para reerguimento

(*) De acordo com o Estatuto de 1946, a eleição para o cargo de presidente deveria ser feita nos anos pares. O mandato de Záira Cintra Vidal terminou em 1947, ano ímpar, motivo pelo qual o cargo foi ocupado pela vice-presidente, até a eleição de 1948.

da revista *Anais de Enfermagem*; o quadro social aumentou de vinte associadas, em 1943, para cento e setenta e duas, em 1945. Em junho de 1945, foi indicada comissão para estudar a proposta da Escola de Enfermeiras do Hospital S. Paulo para que fosse realizado um Congresso Nacional de Enfermagem, ainda nesse ano, no Distrito Federal, o que não ocorreu. A presidente deu entrada no Ministério de Educação e Saúde, em julho de 1945, de anteprojeto para a criação do Conselho de Enfermagem. As enfermeiras norte-americanas do SESP foram indicadas sócias honorárias da ABED. A diretoria estimulou a apresentação de enfermeiras voluntárias para a Força Expedicionária Brasileira (FEB). Safira Gomes Pereira e Guiomar Puppain, enfermeiras do SESP, fizeram a compilação das leis de enfermagem que foi doada pelo SESP à Associação. A sede da Associação foi transferida para a Avenida Rio Branco, 111. Foi criada caixa pecúlio para auxílio às associadas e indicada uma Comissão Social para angariar recursos para a construção da Casa da Enfermeira. Um anteprojeto de regulamentação da profissão deu entrada no Ministério do Trabalho.

No segundo mandato houve aprovação do estatuto com a reforma na estrutura da ABED em 9.12.1946; foram criadas as Divisões de Educação e de Enfermagem de Saúde Pública. A redação de *Anais de Enfermagem* foi transferida para São Paulo. Izaura Barbosa Lima fez a divulgação da Associação nos estados. A presidente enviou memorial ao presidente da República solicitando “reconhecimento da profissão para separação da carreira de enfermeira da de auxiliar de enfermagem”; enviou, também, memorial ao Ministério da Educação e Saúde, solicitando: 1) aposentadoria aos 25 anos; 2) contagem em dobro do tempo de serviço em zonas insalubres, com risco de vida; 3) gratificação às enfermeiras em contato com doentes com moléstias transmissíveis. Novo anteprojeto de criação do Conselho de Enfermagem (5.º processo), protocolado sob o n.º 66917/47, deu entrada no Ministério da Educação e Saúde (MES). Marina Bandeira de Oliveira foi indicada para representar a ABED na Comissão designada pelo MES para estudar os problemas de Enfermagem no Brasil. A ABED apoiou a idéia da criação da Federação Interamericana de Enfermagem. Foi feito estudo sobre a participação da enfermeira no Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia). Elaborada a matéria sobre o ensino de Enfermagem que, utilizada pela Presidência da República na Exposição de Motivos, acompanhou o Anteprojeto n.º 92/48. Resultou na Lei n.º 775/49.

Foi criada a Seção da Bahia.

Nesse período foram realizados os seguintes congressos: 1) o I Congresso Nacional de Enfermagem, idealizado e organizado pela Seção de São Paulo presidida por Edith M. Fraenkel, em março de 1947; coube a Mirabel Smith Ferreira Jorge a presidência do Congresso como vice-presidente da ABED, no impedimento da presidente; a sexta resolução tomada nesse I Congresso determinava que a Associação deveria oferecer o Brasil para sede do próximo Congresso Internacional que seria promovido pelo Conselho Internacional de Enfermeiras; 2) o II Congresso Nacional de Enfermagem, em julho de 1948, no Rio de Janeiro, presidido por Marina Bandeira de Oliveira, vice-presidente, no exercício da presidência.

DIRETORIA com:

Edith de Magalhães Fraenkel, presidente (3.º mandato), de 23.7.1948 a 8.12.1950; *Marina Bandeira de Oliveira*, vice-presidente; *Ana Jaguaribe da Silva Nava*, 1.ª secretária; *Zaíra Bitencourt*, 2.ª secretária; *Maria de Lourdes Verderese*, tesoureira. Conselho Fiscal: *Zaíra Cintra Vidal*, *Irmã Matilde Nina* e *Annita Miranda Carvalhaes*. Conselho Deliberativo: *Juracy Pyrrho Pacheco da Silva*, *Maria de Castro Pamphiro*, *Ruth Borges Teixeira* e *Clarice Della Torre Ferrarini*.

A 2 de dezembro de 1949, alguns membros foram substituídos, sendo eleitas:

Ir. Matilde Nina, vice-presidente; *Maria José de Almeida Leite*, 1.ª secretária. Conselho Fiscal: *Áurea Ferreira Dias*, *Ir. Marta Teles* e *Juracy Pyrrho Pacheco da Silva*. Conselho Deliberativo: *Zaíra Cintra Vidal*, *Annita Dourado Teixeira*, *Hildegard Pires de Campos* e *Hermínia Nogueira*.

Fatos que mereceram destaque: pela primeira vez a ata de posse da diretoria foi registrada. Foi realizada em São Paulo reunião com a finalidade de criar e organizar a Federação Interamericana de Enfermagem. A diretoria indicou *Ella Hasenjaeger* para secretária executiva. A presidente ofereceu o Brasil para sede do X Congresso Quadrienal de Enfermagem, do Conselho International de Enfermeiras, e foram indicadas as Comissões de Finanças e de Preparativos para o referido congresso. Anais de Enfermagem foi duplamente registrada como Revista sob a Lei de Imprensa e sob sua Marca. A ABED colaborou no preparo técnico de enfermeiras, plano do Ponto IV da Organização das Nações Unidas, por intermédio de algumas escolas de Enfermagem que organizaram cursos de atualização de conhecimentos; foram orga-

nizados e realizados quatro desses cursos com a cooperação da Escola de Enfermagem de S. Paulo da Universidade de São Paulo e apoio dos Ministérios da Saúde Pública de alguns países sul-americanos, a pedido da ABED; freqüentaram esses cursos dezesseis enfermeiras sul-americanas e dezoito brasileiras. A ABED fez-se representar na criação do Conselho Nacional de Organizações Não Governamentais (OENG), no Brasil, organismo das Nações Unidas filiado à Organização Mundial de Saúde. A diretoria apoiou sugestão para que a Seção do Distrito Federal se responsabilizasse pela construção da Casa de Férias para enfermeiras no terreno da Ilha do Governador. Foi enviado memorial ao Ministro do Trabalho solicitando a reintegração do enfermeiro entre os profissionais liberais, retirados em 1943; foram também sugeridas a criação de um órgão representativo da classe no Ministério do Trabalho, a substituição do nome do "Sindicato de Enfermeiros (...) para "Sindicato de Práticos de Enfermagem" e a mudança da designação do enfermeiro prático para prático de Enfermagem. A diretoria trabalhou para conseguir a promulgação da Lei n.º 775/49 e de seu regulamento.

Nesse período foram criadas as Seções de Pernambuco, do Estado do Rio de Janeiro, Paraná, Amazonas e Rio Grande do Sul; a Seção da Amazônia passou a denominar-se Seção do Pará.

Congressos realizados: o III Congresso Nacional de Enfermagem, em novembro-dezembro de 1949, no Rio de Janeiro e o IV Congresso Nacional de Enfermagem, em dezembro de 1950, em Salvador, Bahia.

DIRETORIA com:

Waleska Paixão, presidente de 8.12.1950 a 26.7.1952; Ir. Matilde Nina, vice-presidente; Maria José de Almeida Leite, 1.^a secretária; Ermengarda de Faria Alvim, 2.^a secretária; Cecília Mounier Pecego Coelho, tesoureira. Conselho Fiscal: Aurora Afonso Costa, Haydée G. Dourado e Jandira Alves Coelho. Conselho Deliberativo: Maria Rosa S. Pinheiro e Zilda Almeida Carvalho (Iniciada renovação anual do Conselho Deliberativo de dois membros apenas).

Em 17.11.1951 houve substituição de membros, sendo eleitas:

Maria Rosa S. Pinheiro, vice-presidente; Ana Jaguaribe Nava, 1.^a secretária. Conselho Fiscal: Ana Rosa Tupinambá, Maria Dolores Lins (de Andrade) e Maria Julieta Calmon Vila Boas (Irmã Joana, beneditina). Conselho Deliberativo: Aurora Afonso Costa e Haydée G. Dourado.

Fatos que mereceram destaque: foi aprovada a criação de uma Divisão de Enfermagem Hospitalar. Maria Rosa S. Pinheiro participou, como delegado da ABED, na reunião de Peritos de Enfermagem, realizada em Genebra em 1951. Edith Fraenkel e duas docentes da Escola de Enfermagem de São Paulo, da Universidade de São Paulo, participaram na organização de campos de ensino clínico, no Uruguai, de acordo com o programa do Ponto IV. Zilda A. Carvalho (Hughes) participou do círculo de estudos sobre Enfermagem realizado na Guatemala, como representante da ABED. Foi solicitada subvenção federal às escolas de Enfermagem. A educadora Nair Fortes Abu Merrhy foi indicada sócia honorária, pelos relevantes serviços prestados à classe. Indicada comissão para estudo do Código de Ética para Enfermeiras. A diretoria iniciou trabalho com o projeto n.º 2991/51, que se transformou na Lei n.º 2995/56, estendendo por mais cinco anos a vigência do parágrafo único do artigo 5.º da Lei n.º 775/49, que continha permissão de requisito de escolaridade, ao lado da exigência do curso secundário completo para admissão às escolas de Enfermagem. Foi feita pela primeira vez a previsão orçamentária da Associação para 1952, pela vice-presidente e presidente da Comissão de Finanças, Maria Rosa S. Pinheiro. Foram indicadas comissões e subcomissões para o X Congresso Quadrienal do Conselho Internacional de Enfermeiras, que seria realizado no Rio de Janeiro em 1953. A diretoria procurou defender, junto aos órgãos federais, o direito dos enfermeiros das Seções do Pará, de Minas Gerais e do Distrito Federal à chefia dos serviços de enfermagem hospitalar. Houve novo pedido para a reinclusão do enfermeiro entre os profissionais liberais. Iniciado estudo para criação de cátedras nas escolas de Enfermagem; foram feitos também estudos para a revisão do currículo dos cursos de Auxiliar de Enfermagem e para a organização de Centros de Treinamento em Saúde Pública Urbana e Rural. Clara Curtis e Maria Dolores Lins (de Andrade) representaram a ABED na V Conferência das Entidades Não Governamentais realizada na Bolívia, em março de 1952.

Foi criada a Seção do Ceará.

Os congressos realizados nesse período foram: V e VI Congressos, respectivamente, em novembro de 1951, no Rio de Janeiro e em julho de 1952, em S. Paulo.

DIRETORIA com:

Glete de Alcântara, presidente (1.º mandato) de 26.7.1952 a 16.8.1954; Maria Rosa S. Pinheiro, vice-presidente; Ana Jaguaribe Nava, 1.ª secretária; Flora Silvia Vitor Rodrigues, 2.ª secretária; Enedina Ferreira, 1.ª tesoureira. Conselho Fiscal: Alice Matos Vi-

lela, Madre Marie Domineuc e Maria Geralda Franco. Conselho Deliberativo: Ir. Marta Teles e Waleska Paixão.

Em 17.7.1953, foram eleitas:

Haydée G. Dourado, vice-presidente; Clélea de Pontes, 1.^a secretária. Conselho Fiscal: Izaura Barbosa Lima, Celina Viegas e Filomena Chiarello (Spera). Conselho Deliberativo: Zaira Cintra Vidal e Elvira de Felice Souza.

Principais fatos ocorridos: a presidente empossada solicitou que fosse lançado em ata voto de louvor à administração anterior por ter sido “a que conseguiu maior harmonia na classe”. Determinadas as funções da secretaria executiva e indicada Beatriz Cavalcanti para o cargo. Iniciado o andamento do Projeto n.^o 2640/52, projeto Novelli Júnior, que modificava o artigo 22 da Lei n.^o 775/49, referente aos cursos de Enfermagem Obstétrica; dado início ao estudo do Projeto n.^o 1741/52, (n.^o 16/53, do Senado) que deu origem à Lei n.^o 2604/55, do exercício da enfermagem profissional. Incrementado o relacionamento entre a ABED e o Sindicato de Enfermeiros e Empregados em Hospitais. Extinta a Seção do Vale do Rio Doce, criada em 1950. Reestruturada a carreira do enfermeiro no Distrito Federal, a primeira no país. Indicada Comissão Especial para trabalhar junto à Comissão do Plano de Reclassificação de Cargos, do DASP. A ABED foi declarada instituição de utilidade pública pelo Decreto n.^o 31417/52. Foram adquiridas três salas à Avenida Franklin Roosevelt, no Rio de Janeiro, para sede própria. Nesse período a atenção da diretoria e das comissões concentrou-se nos preparativos para o X Congresso Internacional de Enfermagem. Tentada a inclusão da Ordem das Enfermeiras (Conselho Federal de Enfermagem) no projeto 16/53, por sugestão de Jurandir Lodi, diretor do Ensino Superior. Pleiteada inclusão do enfermeiro no nível técnico-científico.

Como resultado de importante emenda no estatuto, a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED) passou a denominar-se Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), em Assembléia Geral realizada em 21 de agosto de 1954.

Foram organizados e realizados o X Congresso Internacional de Enfermagem, em julho de 1953, em Petrópolis, e o VII Congresso Nacional de Enfermagem em agosto de 1954, em S. Paulo.

DIRETORIA com:

Maria Rosa S. Pinheiro, presidente (1.^º mandato) de 21.8.1954 a 20.10.1956; Haydée G. Dourado, vice-presidente; Clélea de Pontes, 1.^a secretária; Maria Eva Evangelina de Moraes, 2.^a secretária;

Maria Geralda Franco, 1.^a tesoureira. Conselho Fiscal: Madre Maria Áurea da Cruz, Maria Julieta Calmo Vilas Boas e Maria de Lourdes Verderese. Conselho Deliberativo: Glete de Alcântara e Olga Verderese.

Em 15.7.1955 foram eleitas:

Celina Viegas, vice-presidente; Doralice Regina Ayres, 1.^a secretária. Conselho Fiscal: Izaura de Andrade Lopes (Godoy), Alvina Arruda Março e Haydée Guanais Dourado. Conselho Deliberativo: Ana Jaguaripe Nava, Isabel Macintyre e Maria de Lourdes Oliveira.

DIRETORIA com:

Maria Rosa S. Pinheiro, presidente (2.^o mandato) de 20.10.1956 a 18.9.1958; Celina Viegas, vice-presidente; Doralice Regina Ayres, 1.^a secretária; Marina de Andrade Resende, 2.^a secretária. Conselho Fiscal: Clarice Della Torre Ferrarini, Maria da Glória Leite Rosas e Lydia das Dores Matta.

Em 26.10.1957, alguns membros foram renovados, sendo eleitas:

Ir. Helena Couto, vice-presidente (não exerceu o mandato); Olga Verderese, 1.^a secretária; Annita Dourado Teixeira, 2.^a tesoureira. Conselho Fiscal: Anayde C. de Carvalho, Nilza M. M. Garcia e Haydée G. Dourado.

Fatos que mereceram destaque: foi apresentado substitutivo ao Projeto n.^o 115/54, que dava direito ao título de enfermeiro ao diplomado por escolas oficiais estaduais, não reconhecidas e já extintas; o projeto foi transformado na Lei n.^o 2822/56, que deu a este o título de auxiliar de enfermagem; promulgadas as leis n.^o 2604/55 (regula o exercício da enfermagem profissional), n.^o 2995/56 (prorroga por mais cinco anos a vigência do parágrafo único do artigo 5.^o da Lei 775/49); e n.^o 3160/57 (incluiu as enfermeiras da Força Aérea Brasileira no serviço de saúde do exército); iniciados os trabalhos com o projeto de lei orgânica do ensino de Enfermagem, n.^o 3082/57. Instituída a Comissão de Diretoras da Divisão de Educação. A ABEN foi finalmente instalada em sede própria. A Revista Brasileira de Enfermagem foi registrada com personalidade jurídica; aberta a primeira sucursal da Revista em São Paulo; concretizado o plano elaboração e remessa de um Boletim Informativo mensal para as seções e escolas ou cursos de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem. Concedida, pela primeira vez, subvenção federal às escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem. Izaura

Barbosa Lima, indicada pela diretoria, fez um levantamento do número de cursos de Auxiliar de Enfermagem existentes no país. Indicada comissão especial, presidida por Maria Ivete Ribeiro de Oliveira, para elaborar programa de recrutamento e orientação às escolas de Enfermagem. Aprovado o Código de Ética de Enfermagem. Iniciado o programa de Bolsas de Estudos patrocinadas por Laboratórios, com a Bolsa "Laís Netto dos Reys", concedida pelo Laboratório Crino-Seda; foi instituído, também nesse período, o prêmio "Edith de Magalhães Fraenkel" para o melhor trabalho inédito sobre Enfermagem em Centro Cirúrgico. Foi condecorada a enfermeira do SESP Clara Curtis com a medalha da Ordem do Cruzeiro do Sul, por sugestão da ABEn, pelos relevantes serviços prestados à Enfermagem. Incentivado maior entrosamento com os sindicatos e planejada a criação de uma coligação de todas as associações representativas da Enfermagem. Iniciados os trâmites para conseguir doação de terreno em Brasília, D. F., por sugestão da enfermeira Cacilda Rosa Bertoni. Criado o emblema da ABEn.

Durante esses dois mandatos foram realizados, o I Seminário para Instrutoras de Escolas de Enfermagem, no Rio de Janeiro, em 1956, e o Seminário Didático Internacional sobre Levantamentos de Enfermagem, em Salvador, Bahia, 1958.

Foram criadas as Seções do Paraná, Maranhão e Mato Grosso.

Como realização da maior importância, foi planejado, organizado e concluído o Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil.

Quanto aos Congressos, realizaram-se os seguintes: o VIII Congresso Nacional de Enfermagem, em agosto de 1955, Belo Horizonte e os IX, X e XI Congressos Brasileiros de Enfermagem, respectivamente, em outubro de 1956, Porto Alegre, outubro de 1957, Niterói e outubro de 1958, Recife.

DIRETORIA com:

Marina de Andrade Resende, presidente (1.º mandato) de 18.9.1958 a 23.7.1960. *Amalia Corrêa de Carvalho*, 1.ª vice-presidente; *Marina de Vergueiro Forjaz*, 1.ª secretária; *Izaura Lopes de Godoy*, 2.ª secretária; *Diva Câmara*, 1.ª tesoureira; *Annita Dourado Teixeira*, 2.ª tesoureira; *Maria Rosa S. Pinheiro*, representante do Setor ICN; *Glete de Alcântara*, secretária do Setor ICN; *Rosa de Lima Moreira*, representante do Setor CICIAMS; *Maria Amélia Rangel Garcia*, secretária do Setor CICIAMS. Conselho Fiscal: *Mar-*

gareth Mein (Costa), Edith de Magalhães Fraenkel e Izaura Barbosa Lima.

Em 25.7.1959, tomaram posse, como novos membros eleitos:

Izaura Barbosa Lima, 2.^a vice-presidente (um ano de mandato); Lenísia Costa Santos, 2.^a tesoureira; Maria Tereza Calmon Vilas Boas, secretária do Setor ICN; Terezinha Teixeira Vieira, representante do Setor CICIAMS (um ano de mandato); Maria José Magalhães, secretária do Setor CICIAMS. Conselho Fiscal: Irmã Eufrásia Costa, Margareth Mein Costa e Nilza M. M. Garcia.

DIRETORIA ccm:

Marina de Andrade Resende, presidente (2.^º mandato) de 23.7.1960 a 21.7.1962; Maria Borges Leal, 2.^a vice-presidente; Marina de Vergueiro Forjaz, 1.^a secretária; Tereza Sena, 2.^a secretária; Irmã Maria Tereza Notarnicola, 1.^a tesoureira; Lenísia Costa Santos, 2.^a tesoureira; Clarice Della Torre Ferrarini, representante do Setor ICN; Terezinha Teixeira Vieira, representante do Setor CICIAMS. Conselho Fiscal: Ana Rosa Tupinambá, Maria Valderez Borges e Záira Bittencourt.

Em 22.7.1961, foram eleitas:

Marina de Vergueiro Forjaz, 1.^a vice-presidente; Maria Carmem Teixeira (Ir. Madalena), 1.^a secretária; Maura Maria Pereira de Lima, 2.^a tesoureira; Circe de Melo Ribeiro, secretária do Setor ICN; Maria Ivete Ribeiro de Oliveira, secretária do Setor CICIAMS. Conselho Fiscal: Aurora Afonso Costa, Celina Cunha Tibiriçá e Irmã Emilia Clarizza.

Atividades que se destacaram, nesses dois períodos: continuação do trabalho iniciado na gestão anterior no sentido de conseguir doação de terreno em Brasília para construção de sede própria. Visitadas, pela presidente da ABEn, funcionária do SESP e pela presidente da Comissão de Seguimento do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem, as seguintes Seções (*): Amazonas (3), Sergipe (4) Bahia (3), Goiás, Minas Gerais, Maranhão, Piauí, Ceará, Pará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco (2), Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (1). Foram apresentados subsídios ao projeto que deu origem ao Decreto n.^º 50387/61, que regulamentou a Lei n.^º 2604/55, do exercício da enfermagem; promulgada a Lei

(*) O número entre parênteses refere-se ao número de vezes em que as seções foram visitadas.

n.º 3780/60, que incluiu o enfermeiro no nível técnico-científico no Plano de Classificação de Cargos, graças ao trabalho da diretoria e, principalmente, de Haydée G. Dourado. A Semana da Enfermagem foi oficializada pelo Decreto n.º 48202/60. O Grupo Enfermeiro foi colocado novamente na Confederação Nacional de Profissionais Liberais pela Portaria MTPS n.º 94/62; a presidente elaborou vários subsídios para estudo do projeto 3803/62, que dispunha sobre o exercício da profissão de obstetriz e criava os Conselhos das Obstetrizes. O pedido de financiamento da Revista Brasileira de Enfermagem pela Fundação Kellogg foi negado, porém, foi conseguida ajuda financeira da Fundação Rockefeller. Foram estabelecidas treze subcomissões da Comissão de Educação para elaborar modelos de programas como sugestão às escolas de Enfermagem; desenvolvida campanha de recrutamento de alunos e rodado o filme-documentário "Enfermeiras para o Brasil", a pedido de Marjorie Spauding, enfermeira consultora do Ponto IV, sob orientação da ABEn. Instituído o "Fundo de Impressão" com a finalidade de publicar folhetos e livros sobre Enfermagem. Por influência da ABEn foi conseguida a federalização da Escola de Enfermagem do Recife como instituto autônomo da Universidade. Dentre as comissões especiais indicadas destacaram-se: a Comissão Pró Sindicalização do Enfermeiro, de revisão do Relatório Final do Levantamento, para estudo de anteprojeto de Lei criando o Conselho de Enfermagem, e a de colaboração com o MEC para o estudo dos pedidos de autorização para funcionamento e reconhecimento de novas escolas. Foram negados, definitivamente, os pedidos da ABEn para a criação de um órgão próprio que tratasse dos assuntos de Enfermagem na Diretoria do Ensino Superior, DESu. A ABEn fez-se representar na Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas, ABESC e nas cerimônias do Primeiro Centenário de Fundação da Escola Nightingale do Hospital São Tomás, em Londres. A presidente colaborou com a Confederação Nacional das Indústrias, com apresentação de trabalho sobre ensino de Enfermagem, documento que serviu de base para as discussões em Seminários Regionais. Foi enviado memorial aos três candidatos à Presidência da República, apresentando o programa de trabalho da ABEn e a contribuição dos enfermeiros nos serviços de saúde.

Nesse período foram realizados o I Seminário Didático sobre aspectos Sociais e de Saúde no currículo das escolas de Enfermagem e a I Reunião de Enfermeiras Obstétricas.

Foram criadas as Seções do Rio Grande do Norte, Brasília-D.F., Amapá e de Santa Catarina.

Como atividades de maior relevância, destacam-se o planejamento, instalação e funcionamento da Comissão de Seguimento do Levantamento.

Realizados os XII e XIII Congressos Brasileiros de Enfermagem, respectivamente, em julho de 1959, em São Paulo e julho de 1960, em Belo Horizonte; o II Latino Americano do CICIAMS, em julho de 1961, no Rio de Janeiro; e o XIV Congresso Brasileiro de Enfermagem, em julho de 1962, em Curitiba.

DIRETORIA com:

Clarice Della Torre Ferrarini, presidente de 27.1.1962 a 18.7.1964; *Marina de Vergueiro Forjaz*, 1.^a vice-presidente; *Honorina dos Santos*, 2.^a vice-presidente (renunciou) *Ir. Maria Carmem Teixeira*, 1.^a secretária; *Enir de Souza Lima*, 2.^a secretária; *Lenisia Costa Santos*, 1.^a tesoureira; *Maura Maria Pereira de Lima*, 2.^a tesoureira; *Anya Alvarenga*, representante do Setor ICN; *Amália Corrêa de Carvalho*, representante do Setor CICIAMS. Conselho Fiscal: *Altair Alves Arduino*, *Izaura Barbosa Lima* e *Nilza Marques Maurício Garcia*.

Em 20.7.1963, houve posse de novos membros:

Doralice Regina Ayres, 1.^a vice-presidente; *Delzuite de Souza Cordeiro*, 2.^a vice-presidente; *Ir. Maria Gabriela Nogueira*, 1.^a secretária; *Ir. Maria Tereza Notarnicola*, 2.^a tesoureira; *Georgete de Jesus Teixeira*, secretária do Setor ICN; *Angelina Dirse*, secretária do Setor CICIAMS. Conselho Fiscal: não houve eleição. Por decisão posterior da Assembléia Geral permaneceram os mesmos membros.

Atividades de destaque: trabalho de acompanhamento do processo de doação de terreno em Brasília; instituída a Campanha do Tijolo pró-construção da sede em Brasília. Trabalho junto ao Conselho Federal de Educação visando modificações no Parecer n.^o 271/62, que determinou o currículo mínimo do curso de Enfermagem. Foi elaborado um "Guia de Regimento Interno" para as escolas de Enfermagem particulares. Instituído o Fundo de Bolsa de estudos para enfermeiras. Traduzido e publicado o livro "Equipe de Enfermagem — organização e funcionamento", de *Eleanor C. Lambertsen*. Dentre as comissões especiais, destacou-se a indicada para estudar o projeto de criação do Conselho de Enfermagem. Instituídas reuniões da diretoria com as presidentes das seções durante os trabalhos dos congressos, para discussão dos relatórios e dos problemas apresentados pelas seções. Fundadas as Associações Profissionais de Enfermeiros da Guanabara, do Estado do Rio, de Brasília e do Ceará.

Criada a Seção de Alagoas.

Realizados os XV e XVI Congressos Brasileiros de Enfermagem, respectivamente, em julho de 1963, em Fortaleza e julho de 1964, em Salvador.

DIRETORIA com:

Circe de Meio Ribeiro, presidente (1.º mandato) de 18.7.1964 a 6.7.1966; Doralice Regina Ayres, 1.ª vice-presidente; Clarice Della Torre Ferrarini, 2.ª vice-presidente; Ir. Maria Gabriela Nogueira, 1.ª secretária; Alzira de Souza Melo, 2.ª secretária (renunciou em 1965); Raimunda Becker, 1.ª tesoureira; Ir. Maria Tereza Notarnicola, 2.ª tesoureira; Marieta March, representante do Setor ICN; Amalia Corrêa de Carvalho, representante do Setor CICIAMS. Conselho Fiscal: Ir. Ana Sá, Maria Aparecida Mâncio e Isabel dos Santos.

Em 24.7.1965, foram eleitas:

Delzuite de Souza Cordeiro, 1.ª vice-presidente; Ir. Maria Gabriela Nogueira, 1.ª secretária (reeleição); Irene de Oliveira Carvalho, 2.ª secretária (um ano); Ir. Maria Tereza Notarnicola, 2.ª tesoureira; Izaura Lopes Godoy, secretária do Setor ICN; Maria Célia Sivieri, secretária do Setor CICIAMS. Conselho Fiscal: Ir. Ana Sá, Maria Aparecida Mâncio e Isabel dos Santos.

DIRETORIA com:

Circe de Melo Ribeiro, presidente (2.º mandato) de 16.7.1966 a 13.7.1968; Delzuite de Souza Cordeiro, 1.ª vice-presidente; Clarice Della Torre Ferrarini, 2.ª vice-presidente; Ir. Maria Gabriela Nogueira, 1.ª secretária; Maria Valderez Borges, 2.ª secretária (deixou o cargo); Clélia Luiza Gonçalves Pinto, 1.ª tesoureira; Ir. Maria Tereza Notarnicola, 2.ª tesoureira. Conselho Fiscal: Izaura Barbosa Lima, Izaura Lopes Godoy e Dolores Freitas Dieger. Coordenadoras de Comissões: Assistência, Lourdes Torres Garcia; Documentação e Estudos, Amalia C. Carvalho; Educação, Glete de Alcântara; Legislação, Haydée G. Dourado; Revista Brasileira de Enfermagem, Maria Rosa S. Pinheiro.

Em 27.7.1967, tomaram posse:

Maria Dolores Lins de Andrade, 1.ª vice-presidente; Edla Dalva Moreira, 1.ª secretária; Francisca Aurinívia Teles (Ir. Marta Teles) 2.ª secretária (um ano); Marilda Figueiredo Borges, 2.ª tesoureira. Conselho Fiscal: Elvira de Felice Souza, Ester de Almeida Neves (Ir. Antoinette) e Izaura Barbosa Lima.

Acontecimentos que mereceram destaque: foi conseguida a assinatura de transmissão de posse do terreno em Brasília e foram aprovados os planos para a construção da sede; lançada a pedra fundamental da sede a 21 de julho de 1967 e iniciados os trabalhos da construção; estabelecidas as cotas de participação das seções nas despesas com a construção. Conseguida a isenção de impostos das salas da ABEn no Rio de Janeiro. Foi realizado trabalho no sentido de modificar dispositivos do Decreto n.º 54015/64, que colocou o enfermeiro nos níveis de vencimentos correspondentes a cursos de três anos de duração; desse trabalho resultou a assinatura do Decreto n.º 57180/65, colocando o enfermeiro nos níveis de vencimentos correspondentes a cursos de quatro anos. Idealizada a organização da Galeria das ex-Presidentes, na Biblioteca da sede. Instituído o Fundo "Marina de Andrade Resende" para auxílio financeiro à Revista Brasileira de Enfermagem. Reeditados o Manual do Auxiliar de Enfermagem; Equipe de Enfermagem-Organização e funcionamento; tese de Glete de Alcântara "Enfermagem Moderna no Brasil — Obstáculos para sua expansão"; e editado o Relatório do I Seminário Regional do Ensino Médio. Solicitada ao Conselho Federal de Educação a revisão do currículo do curso de graduação em Enfermagem para incluir um quarto ano diversificado; solicitada ao Conselho Federal de Educação a regulamentação do curso técnico de Enfermagem no Sistema Federal de Ensino, nos moldes da Portaria n.º 106/65, para os cursos de Auxiliar de Enfermagem. Dentre as comissões especiais criadas, merecem menção a destinada ao estudo da carreira de enfermeiro nas Forças Armadas; a de Finanças, presidida por Ir. Maria Tereza Notarnicola; a de estudos da situação do atendente; e a do histórico da ABEn, presidida por Edith de Magalhães Fraenkel. Instituído o Prêmio "Enfermeira do Ano", patrocinado pela Johnson e Johnson do Brasil.

Foi realizado, em Curitiba, o I Seminário Regional de Ensino Médio de Enfermagem.

Foram realizados, em julho de 1965, 1966, 1967 e 1968, os XVII, XVIII, XIX e XX Congressos Brasileiros de Enfermagem, respectivamente, no Rio de Janeiro, em Belém, em Brasília e em Recife.

DIRETORIA com:

Amalia Corrêa de Carvalho, presidente (1.º mandato) de 13.7.1968 a 25.7.1970; Maria Dolores Lins de Andrade, 1.ª vice-presidente; Circe de Melo Ribeiro, 2.ª vice-presidente; Edla Dalva Moreira, 1.ª secretária; Glycon José Bernardes, 2.º secretário; Ir.

Maria Tereza Notarnicola, 1.^a tesoureira; Marilda F. Borges 2.^a tesoureira. Conselho Fiscal: Elvira de Felice Souza, Izaura Barbosa Lima e Aracy Coimbra. Coordenadoras de Comissões Permanentes: Assistência, Clarice D. T. Ferrarini (renunciou), substituída por Ursula Engel; Documentação e Estudos, Glete de Alcântara; Educação, Maria Ivete Ribeiro de Oliveira; Legislação, Haydée G. Dourado; Revista Brasileira de Enfermagem, Maria Rosa S. Pinheiro.

Em 18.10.1969 foram eleitas:

Maria Dolores Lins de Andrade, 1.^a vice-presidente (reeleição); Ieda Barreira e Castro, 1.^a secretária; Leônia Borges Machado, 2.^a tesoureira. Conselho Fiscal: Maria Amélia Rangel Garcia, Aracy Coimbra e Elvira de Felice Souza. Coordenadora da Comissão de Assistência, Ursula Engel.

DIRETORIA com:

Amalia Corrêa de Carvalho, presidente (2.^º mandato) de 25.7.1970 a 22.7.1972; Maria Dolores Lins de Andrade, 1.^a vice-presidente; Circe de Melo Ribeiro, 2.^a vice-presidente; Ieda Barreira e Castro, 1.^a secretária; Izaura Lopes Godoy, 2.^a secretária; Ir. Maria Tereza Notarnicola, 1.^a tesoureira; Leônia Borges Machado, 2.^a tesoureira. Conselho Fiscal: Aracy Coimbra, Maria Amélia Rangel Garcia e Raimunda Becker. Coordenadoras das Comissões Permanentes: Assistência, Ursula Engel; Documentação e Estudos, Anayde C. Carvalho; Educação, Maria Ivete Ribeiro de Oliveira; Legislação, Haydée G. Dourado; Revista Brasileira de Enfermagem, Vilma Carvalho.

Em 17.7.1971 foram eleitas:

Maria Francisca Rangel de Jesus Barros, 1.^a vice-presidente; Ieda Barreira e Castro, 1.^a secretária (reeleição); Alphaida Teixeira dos Anjos, 2.^a tesoureira. Conselho Fiscal: Aracy Coimbra (reeleição) Maria Amélia Rangel Garcia (reeleição).

Acontecimentos importantes: durante dois anos e meio, quase todas as atividades da diretoria estiveram concentradas na construção da sede em Brasília; os trabalhos foram ativados e, para fazer face às despesas, várias atitudes foram tomadas; dentre essas, foi lançada a Campanha da Placa Institucional e da Placa Individual. Reeditado o "Manual de Auxiliar de Enfermagem", revisto e aumentado; editado o livro "Princípios de Física e Química aplicados à Enfermagem"; duplicados, para venda, os Guias de Estudo de Enfermagem Obstétrica, Ginecológica e Pediátrica. Foi apro-

vada a política de trabalho da ABEn. Efetivada a filiação da ABEn à Federação Pan-americana de Enfermeiras(os) solicitada em 1969. Visitadas as Seções de Santa Catarina, Guanabara, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Ceará e Maranhão. Encaminhado novo projeto de currículo mínimo ao Conselho Federal de Educação que deu origem ao Parecer 163/72; tomadas providências para que desse entrada na Câmara dos Deputados o Projeto de lei n.º 2334/70, que modifica a Lei n.º 2604/55, de modo a incluir o técnico de enfermagem nessa mesma Lei; rejeitado o Projeto de lei n.º 27/67 sobre aposentadoria aos 25 anos para enfermeiros; renovada solicitação sobre salário profissional para enfermeiros. Assinado convênio entre a ABEn e a Associação Brasileira de Escolas Médicas, Associação Brasileira de Ensino Odontológico e a Associação Brasileira de Ensino de Farmácia e Bioquímica para a criação do Núcleo Integrado de Estudo de Recursos Humanos para a Saúde, NIERHS. Reiniciadas gestões para a formação das Associações Profissionais. Proposto convênio com a Seção da Guanabara para a construção da Casa da Enfermeira no terreno da Ilha do Governador. Dentre as comissões especiais indicadas pela diretoria merecem destaque as que foram organizadas ou reorganizadas para: estudar a regulamentação do Técnico de Enfermagem, estudar a carreira do enfermeiro nas Forças Armadas, complementar o Livro de Leis, elaborar a política de trabalho da ABEn, rever o Código de Ética, elaborar documento sobre o Plano de Classificação de Cargos nos três níveis de enfermagem e para elaborar o anteprojeto de estatuto do Centro de Estudos e Pesquisas em Enfermagem. Foi feita a inscrição da ABEn no Ministério da Fazenda, incluindo as seções, para fins de isenção de imposto de renda. Foi entregue o título de sócia remida a Maria Amélia Rangel Garcia e, em homenagem póstuma, à Maura Maria Pereira de Lima (1972).

Além dessas atividades, destacou-se a inauguração da primeira fase (parte administrativa) da construção da sede em Brasília, a 15 de maio de 1971.

Foram realizados os seguintes congressos: XXI, XXII, XXIII e XXIV Congressos Brasileiros de Enfermagem, respectivamente, em 1969, 1970, 1971 e 1972, nas cidades de Porto Alegre, São Paulo, Manaus e Belo Horizonte.

DIRETORIA com:

Glete de Alcântara⁽³⁾, presidente (2.º mandato) de 22.7.1972 a 3.11.1974, quando faleceu.

Maria da Graça Corte Imperial: 1.^a vice-presidente em exercício do mandato de presidente de 3.11.1974 a agosto de 1976; Amalia C. Carvalho, 2.^a vice-presidente; Izaura Lopes de Godoy, 1.^a secretária; Maria José Schmidt, 2.^a secretária; Taka Oguisso, 1.^a tesoureira; Maria Helena Nogueira, 2.^a tesoureira. Conselho Fiscal: Irmã Maria Tereza Notarnicola, Rosalba de Oliveira L. Cavalacni e Gilka Sampaio Garcia. Coordenadoras de Comissões Permanentes: Assistência, Clélia Márcia Cordova (não completou o mandato); Documentação e Estudo, Nilza da Rocha D'as de Medeiros; Educação, Elvira de Felice Souza; Legislação, Maria Alves Amorim; Revista Brasileira de Enfermagem, Celina de Arruda Camargo.

Fatos que mereceram destaque: conseguida a promulgação da Lei n.^o 5905/73 que cria os Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem. Terminada a urbanização da sede em Brasília e iniciado o plano de decoração. Solicitada a inclusão do enfermeiro no quadro de pessoal para os serviços especializados em Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, concedida em 1974. Indicada comissão especial de revisão do estatuto. Reeditado o Manual do Auxiliar de Enfermagem. Feito o levantamento patrimonial das seções; procedido o recadastramento do Cadastro Geral de Contribuições (CGC) das seções estaduais e distritos.

Essa diretoria deu posse, a 23 de abril de 1975, aos membros do I Conselho Federal de Enfermagem, indicados pela Portaria do Ministro do Trabalho n.^o 3.059 de 5 de março de 1975.

Foram realizados, o XXV Congresso Brasileiro de Enfermagem, sob a presidência de Glete de Alcântara em 1973, na cidade de João Pessoa, Paraíba; o XXVI e XXVII, sob a presidência de Maria da Graça Corte Imperial, respectivamente, em 1974 e 1975, o primeiro em Curitiba e o segundo em Salvador, Bahia.

SECRETARIA EXECUTIVA

1948 Edith M. Fraenkel iniciou sua terceira gestão na presidência da ABEn logo após as eleições realizadas durante o II Congresso Nacional de Enfermagem, a 23 de julho de 1948.

Como diretora da Escola de Enfermagem de São Paulo, da Universidade de S. Paulo, teve como assessora para os assuntos educacionais, desde a fundação dessa escola, Ella Hasenjaeger, enfermeira norte-americana, consultora de Enfermagem do Instituto

Interamericano de Administração (I.I.A.A.) e FSESP, em serviço cooperativo de Saúde Pública entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos. Trabalhando juntas em assuntos relacionados com a Escola, passou Ella Hasenjaeger a dar também seu inteiro apoio e colaboração aos trabalhos da ABEn, principalmente na década de 1940 a 1950; a experiência que havia trazido de seu país credenciava-a a exercer o papel de assessora, notadamente na realização dos primeiros congressos. Assim foi que, em 1947, foi escolhida para presidir a Comissão de Programas do I Congresso Nacional de Enfermagem (hoje Comissão Executiva), função que exerceu também nos dois congressos subsequentes. Seu interesse e dedicação pela ABED foram tantos que, por várias vezes, recebeu votos de louvor da Assembléia Geral e da diretoria, pelo trabalho realizado.

A 3 de dezembro de 1949, Edith M. Fraenkel advogou junto à diretoria a necessidade de a ABED ter uma secretária executiva e obteve desta a aprovação do nome de Ella Hasenjaeger para exercer o cargo, uma vez que esta já vinha exercendo essas funções, mesmo sem ter sido designada.

1949

Ella Hasenjaeger voltou para os Estados Unidos em 1951, após sete anos de serviços no Brasil, todos eles prestados junto àquele escola de Enfermagem e à ABED.

Em abril de 1950, Dulce Ferreira Pontes foi indicada para auxiliar Ella Hasenjaeger na secretaria executiva, às expensas e por oferecimento da FSESP, durante um ano, dado o acúmulo de trabalho existente. Com a saída da titular, permaneceu no cargo de agosto de 1950 a setembro de 1952.

1950

A necessidade de se definirem as atribuições da secretaria executiva foi discutida em várias reuniões do Conselho Deliberativo nos anos de 1951 e 1952, até que, finalmente, foram as mesmas aprovadas pela diretoria a 17 de setembro de 1952. Nesse mesmo dia foi oficializado o pedido de demissão de Dulce Pontes e indicada Maria Beatriz Cavalcanti de Albuquerque para substituí-la⁽⁴⁾. Durante os sete anos que permaneceu no cargo (1952-1959), Beatriz Cavalcanti trabalhou intensamente para a ABEn, permitindo às diretorias desse período certa continuidade no trato dos problemas e necessidades da classe. O seu falecimento a 15 de junho de 1959, tirou-a do posto e privou a ABEn de uma dedicada colaboradora. No período de abril a agosto de 1957, quando esteve afastada, foi substituída por Maria Stela Teixeira de Oliveira.

No relatório apresentado em 1957, por Beatriz Cavalcanti, correspondente ao período de 1956 a 1957, consta que, "como novidade de trabalho, foi iniciado este ano, durante a estada de Maria Stela na Secretaria Executiva, o Boletim Informativo que deverá ser mantido em caráter mensal."

- 1959
1960 A partir de 1959 até aproximadamente 1972, as diretorias da ABEn não conseguiram uma secretaria executiva definitiva, como seria desejável e necessário. Em 20 de junho de 1959, a diretoria indicou Judith Feitosa de Carvalho, que foi substituída por Violeta Aragão de Araújo em novembro de 1960. Esta, por sua vez, foi substituída por Maria Helena Ferreira de Aguiar, em outubro de 1961.
- 1962 Em julho de 1962, a presidente Clarice Ferrarini resolveu transferir para S. Paulo a secretaria executiva e a responsabilidade da elaboração do Boletim Informativo, para facilitar o trabalho. Ida de Jesus Picanço foi indicada e aceitou o cargo, desistindo da remuneração que lhe cabia, oferecendo-a à ABEn, para as despesas da própria secretaria. Ester Morais substituiu-a em 1964, mas permaneceu no cargo por pouco tempo. Este ficou vago até 1966. Durante esse período, a presidente Circe de Melo Ribeiro contou com a colaboração de Nise de Melo Ribeiro, como escriturária.
- 1966
1969 Neusa Aparecida Ramos iniciou novamente o ciclo, como secretária executiva, exercendo a função de junho de 1966 a janeiro de 1967. Em agosto do ano seguinte, Yoriko Hara (Kamiyama) foi indicada e aceitou a atribuição, mas já em novembro desse ano foi substituída por Denise Ribeiro Cardoso, que nela permaneceu até março de 1969. Dada a dificuldade de ser encontrada uma profissional que tivesse a possibilidade de maior permanência no cargo, voltou novamente Nise de Melo Ribeiro a dar colaboração, como escriturária.
- 1970 Em 1970, Clarice Ferrarini comprometeu-se a auxiliar a presidente reeleita, Amalia C. Carvalho, aceitando os encargos de secretária executiva, sem ônus para a ABEn. Com essa responsabilidade vem atuando desde então, tendo merecido da Assembléia de Delegados, realizada em 1972, o título de sócio benemérito, em reconhecimento pela grande colaboração que vem prestando à Associação.

NOTAS

CAPÍTULO IV

1. As fontes de consulta utilizadas para a elaboração deste capítulo foram: 1) Livros de Atas de reuniões da Diretoria, do Conselho Fiscal e das Assembléias Gerais ou de Delegados da Associação, de 1938 a 1975; 2) relatórios anuais das presidentes.

2. Na reunião de 18 de setembro de 1945, foi indicada Izaura Barbosa Lima para presidir o novo mandato, como candidata única; esta protestou alegando as constantes viagens que vinha fazendo, exigidas pelo seu trabalho profissional, o que tornava seu tempo de permanência no Rio de Janeiro muito variável; propôs então a reeleição de Zaira Cintra Vidal, nome que já constava da chamada chapa-oposição, apresentada por Leontina Gomes. Esta foi aprovada e a eleição se processou normalmente.

3. Iniciado o período de quatro anos e a coincidência de mandatos dos membros da diretoria, conforme determinação do novo estatuto.

4. Sobre a personalidade de Maria Beatriz Cavalcanti de Albuquerque, consultar Anais de Enfermagem de outubro de 1952, p. 416 e Rev. Bras. de Enf. de setembro de 1959, p. 330.

V

COMISSÕES PERMANENTES

Para auxiliar a diretoria em suas tarefas executivas existem as comissões permanentes e especiais; as primeiras têm, como objeto de seu trabalho, assuntos específicos ligados à vida da Associação e, por isso mesmo, nela exercem papel de relevância; as segundas são criadas quando determinado problema se apresenta, e desaparecem quando este é solucionado ou deixa de existir.

Ao focalizar o desenvolvimento das comissões permanentes da ABEn, a idéia que prevaleceu foi a de ressaltar a contribuição de cada uma delas no esforço comum para o progresso da classe; pensou-se também que seria de justiça salientar a atuação de suas presidentes, que dedicaram expressiva parte de seu tempo de lazer à coordenação e execução dos trabalhos que lhes eram pertinentes.

Não foram incluídas neste capítulo a já extinta de Auxiliar de Enfermagem e as atuais comissões de Educação, Legislação, Documentação e Estudos e Revista Brasileira de Enfermagem; estas, por sua própria natureza, sempre apresentaram objetivos mais amplos e, consequentemente, resultados de maior alcance. Pelo volume de seus empreendimentos, serão tratadas em capítulos especiais dedicados aos assuntos com os quais se relacionam, ou seja, ensino e legislação de Enfermagem, levantamento de recursos e necessidades de Enfermagem e publicações⁽¹⁾. Pela mesma razão e, pela importância que é dada ao Código de Ética da ABEn, esse assunto também será abordado em capítulo à parte.

AS COMISSÕES PERMANENTES E O ESTATUTO

Os primeiros órgãos técnicos da ABEn foram indicados pela presidente, em caráter especial. O Estatuto de 1929 dava como

da competência desta “nomear comissões”; esse é o primeiro documento encontrado que faz referência à existência desses órgãos sem, no entanto, identificá-los.

A 28 de janeiro de 1939, Hilda A. Krisch (1938-1941) expôs à diretoria plano para criar algumas comissões dando assim “oportunidade a outras sócias de trabalharem para a Associação”. Foram sugeridas as de Educação, Legislação e Social. Três meses mais tarde houve ampliação do plano e foram criadas, além dessas, as de História da Enfermagem, Instalação da Sede e de Estatuto.

De 1939 a 1945, foram encontradas referências diretas apenas sobre as atividades da Comissão de Estatuto, reformado em 1944. Nesse ano foram instituídas uma comissão consultiva composta de sete membros e quatro comissões denominadas: Artística, de Cultura, de Publicidade e de Propaganda Social. No ano seguinte, 1945, por sugestão da presidente Záira Cintra Vidal (1943-1947), foi criada a Comissão Social com a finalidade de promover reuniões para recreação das associadas e angariar recursos para a construção da Casa da Enfermeira.

Na reforma procedida em 1946, o estatuto passou a conter um capítulo dedicado às Divisões de Educação e de Enfermagem de Saúde Pública, e outro, às comissões permanentes. Essa foi a primeira indicação da existência das mesmas com essa característica, porém, sem mencioná-las separadamente (2). De acordo com o programa do I Congresso Nacional de Enfermagem, 1947, deveriam apresentar relatório ao Conselho Deliberativo, as Comissões de Anais de Enfermagem, Informações e Publicidade, Estatuto, e Intercâmbio Profissional; estas eram, portanto, as comissões então existentes e em atividade.

Em julho de 1948, ainda com Edith Fraenkel na presidência da Comissão, e novamente modificado o estatuto, as comissões permanentes passaram a ser indicadas anualmente pela presidente e aprovadas pelo Conselho Deliberativo. As que constaram do estatuto, em caráter permanente, foram as seguintes: Redação, Informações e Publicidade, Intercâmbio Cultural e Profissional, Biblioteca e Estatuto e Regimento Interno. E em caráter especial, as de Preparo de Chapas e de Eleições.

Apesar de determinação estatutária, somente um ano depois, 1949, foram escolhidos a presidente e os membros que deveriam integrar essas comissões; nessa ocasião, foram indicados também os membros das comissões de Finanças e de Auxiliares de Enfermagem, que não constavam da relação anterior.

1939

1945

1948

1949

A Assembléia Geral realizada durante o III Congresso Nacional de Enfermagem, 1949, resolveu recomendar que as seções estaduais tivessem comissões correspondentes às da ABED; na relação então indicada, além das de Educação e de Saúde Pública (as seções não tinham divisões), foi citada também a de Legislação, sem especificar, porém, se de caráter permanente ou especial.

- 1950 A partir de 1950, de acordo com nova determinação do estatuto, a apresentação do relatório das atividades de cada comissão passou a fazer parte da agenda das reuniões ordinárias da diretoria e do Conselho Deliberativo⁽³⁾. A constituição de cada uma delas deveria ser aprovada anualmente por esse conselho por indicação da diretoria e não mais da presidente apenas. Nesse ano constou ainda como permanente a Comissão Executiva do Congresso, além das oito já existentes⁽⁴⁾.
- 1952 Em 1952, Maria Geralda Franco, apoiada por Maria Rosa S. Pinheiro, salientou a necessidade de ser criada uma comissão de recrutamento de sócias. O assunto, porém, não chegou a impressionar os membros do Conselho Deliberativo, naquela ocasião; como em geral acontece, precisar-se-ia, de mais tempo para a idéia amadurecer, e isto se deu em 1954, quando saiu resolução do VII Congresso Nacional de Enfermagem para que a ABED promovesse, “através de suas Seções, um programa de recrutamento de novos membros”. Em obediência a essa determinação, a diretoria decidiu designar a mesma Maria Geralda Franco para elaborar um plano de recrutamento de novas associadas.
- 1955 Em 1955 as Divisões de Educação e de Saúde Pública foram transformadas em comissões permanentes. Existiam, então, nove dessas comissões, com as seguintes mudanças em relação às de 1950: foram criadas as de Assistência e de Relações Públicas e extintas as de Redação, Executiva do Congresso e de Informações e Publicidade.
- 1963 De 1956 a 1963, a ABEn funcionou com catorze comissões permanentes⁽⁵⁾; nesse último ano algumas foram englobadas, passando a subcomissões e outras, extintas. Foram elas: a subcomissão de Auxiliar de Enfermagem, coordenada pela Comissão de Educação, e as de Enfermagem Hospitalar, Enfermagem de Saúde Pública e Enfermagem Para-Hospitalar (esta última recém-criada), pela recém-criada Comissão de Assistência de Enfermagem; foram extintas as de Assistência, Intercâmbio Cultural e Profissional e de Relações Públicas; foi criada, também, a de Defesa de Classe. Essa nova organização, porém, permaneceu somente até outubro de 1965, quando as comissões foram limitadas

a cinco; suas presidentes passaram a denominar-se coordenadoras e a integrarem a diretoria da Associação. São elas: Assistência de Enfermagem, Documentação e Estudos, Educação, Legislação e Revista Brasileira de Enfermagem.

Esta instabilidade aparente na determinação dos instrumentos por meio dos quais a Associação deve atuar pode ser considerada, na realidade, como uma consequência de sua preocupação em ajustar-se às necessidades da época; uma vez alteradas ou removidas com o decorrer do próprio desenvolvimento da Associação, outros meios foram idealizados. Como será a seguir relatado, todas as comissões prestaram apreciáveis serviços à classe (6).

ATUAÇÃO DAS COMISSÕES

Biblioteca (1938-1946)

A existência de uma biblioteca é imprescindível em uma associação de caráter cultural; sua organização e manutenção exigem, porém, recursos materiais e de pessoal com os quais a ABEn ainda não pode contar; essa a razão pela qual a história da sua biblioteca se apresenta sem continuidade, nos primeiros anos. Várias foram as tentativas para “organizar” uma biblioteca que, aparentemente, já deveria existir.

Uma bibliotecária fez parte da diretoria da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras de 1938 a 1946. Não foram encontradas referências ao assunto em períodos anteriores.

Na reunião mensal realizada no dia 11 de novembro de 1938, foi discutida a falta de uma sala para a biblioteca e, como consequência, parte do material existente encontrava-se na Escola de Enfermeiras Ana Neri e parte no Escritório Central do Serviço de Enfermeiras. Na gestão de Hilda A. Krisch foi a mesma transferida para o pavilhão de aulas da Escola, por ser local mais acessível às associadas.

Já no ano seguinte, em abril de 1939, a mesma presidente solicitou o auxílio de Jacyra Carvalho para organizar a biblioteca e designou-a 2.^a bibliotecária.

Somente em 1945, o assunto foi novamente abordado; Záira Cintra Vidal fez constar do terceiro item do seu plano de trabalho a “organização de uma biblioteca”.

1938

1939

1945

1953 Oito anos mais tarde, julho de 1953, a diretoria, ao indicar os membros das comissões permanentes, o fez também para a Comissão de Biblioteca e Arquivo que deveria funcionar sob a presidência de Záira Cintra Vidal e com os membros, Marina de Andrade Resende e Miriam Graça. Parece, porém, ter tido duração efêmera essa comissão, porque o estatuto publicado a partir dessa data não a mencionou entre as demais.

No início do ano seguinte, 1954, Beatriz Cavalcanti sugeriu à diretoria que “os livros presenteados (⁷) à ABED viessem marcar o início da Biblioteca” e que poderiam circular entre as escolas de Enfermagem. Essa proposta, renovada em julho desse ano pela tesoureira Enedina Ferreira, foi unanimemente aceita constando, os mesmos, como o “primeiro acervo da Biblioteca da ABED”; a esses foram acrescentados mais cinqüenta livros recebidos de Carrie Reno Teixeira, enfermeira do SESP, em agosto desse ano.

1956 Dois anos depois Maria Geralda Franco lembrou a necessidade e as vantagens de ser a biblioteca da ABED registrada no Instituto Nacional do Livro; a presidente Maria Rosa S. Pinheiro (1954-1958) esclareceu que, para pedir esse registro, precisaria antes ser organizada e atender a uma série de exigências. Estas somente puderam ser consideradas depois de 1958, quando Haydée G. Dourado apresentou à secretaria executiva os esclarecimentos necessários. Nesse ano, o acervo da biblioteca foi aumentado com a entrega, feita por Haydée G. Dourado e Maria de Lourdes Verderese, dos livros que haviam pertencido ao Centro de Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil, segundo acordo antes estabelecido com a Fundação Rockefeller, patrocinadora da pesquisa.

1964
1975 Desde 1964, à secretaria executiva da ABED foi atribuída a tarefa de “organizar e manter em desenvolvimento a biblioteca da Associação”.

Em 1970, a 1.^a secretária, Ieda Barreira e Castro, tomou a si essa responsabilidade e, com a ajuda de uma técnica em biblioteconomia, reorganizou a biblioteca da ABEn; por sugestão da presidente Amalia Corrêa de Carvalho (1968-1972), providenciou também a encadernação, em luxo, de três coleções completas da Revista Brasileira de Enfermagem (de 1932 a 1972), que se encontram na sede da ABEn.

Participaram dos trabalhos de organização da biblioteca, Haydée Neves da Cunha (1938-1941), Edith de Souza (1941-1943), Lourdes Castro (1943-1945), Adalúcia Bonfim (1945-1946) e Záira Cintra Vidal (1953).

Enfermagem de Saúde Pública (1946-1963)

A Divisão de Saúde Pública e a Divisão de Educação foram criadas na mesma época (1944/45); ambas passaram a constar do estatuto em 1946, como as duas primeiras das que, mais tarde, deveriam constituir as divisões dos demais ramos da Enfermagem.

Em outubro desse ano, Safira Gomes Pereira, presidente provisória da Divisão de Saúde Pública, indicada pela diretoria, fez realizar a primeira reunião da Divisão; foi, então, confirmada no cargo, por eleição; coube a Rosaly Taborda presidir comissão especial que iria elaborar o regimento interno. De acordo com esse regimento, poderiam ser membros da Divisão diretoras e instrutoras de escolas, enfermeiras-chefes, e todas as enfermeiras de Saúde Pública ou que trabalhassem em serviços com esta relacionados. A anuidade a ser paga pela associada dependia da categoria de sócio escolhida: ativos, mantenedores e remidos (oitenta, cento e vinte, e dois mil cruzeiros antigos, respectivamente). A administração era realizada por uma diretoria, Conselho Fiscal, Conselho Deliberativo e Assembléia Geral. Para auxiliar a diretoria existiam as Comissões de Programa, Informações, Anais de Enfermagem e Recrutamento de Sócias. Fizeram parte da primeira diretoria eleita, além da presidente Safira Gomes Pereira, Mirabel Smith Ferreira Jorge, vice-presidente; Alayne Borges Carneiro, 1.^a secretária; Maria Heloísa Quintela Tanajura, 2.^a secretária; Aurea Ferreira Dias, tesoureira. Para o Conselho Fiscal foram eleitas: Zilda Ramos, Clara Curtis e Annita Dourado Teixeira.

As atividades dessa divisão encaminharam-se para o acompanhamento dos problemas de Saúde Pública, procurando desenvolver esse campo específico da Enfermagem, como determinavam seus objetivos.

No ano seguinte ao de sua criação oficial, 1947, dividiu a responsabilidade do programa científico do I Congresso Nacional de Enfermagem com a Divisão de Educação, apresentando como tema para discussões, o “Saneamento da Amazônia” e a Enfermagem de Saúde Pública na Amazônia e no Distrito Federal. Nesse congresso ficou estabelecido, por sugestão de Clara Curtis, que, nas celebrações da Semana da Enfermagem, o dia 15 de maio seria considerado o dia da Enfermeira de Saúde Pública.

Em princípios de 1948, a Divisão contava com cinqüenta sócias, algumas das quais também ativas na Divisão de Educação e em outros cargos da ABED. Em abril desse ano foi eleita nova diretoria, sob a presidência de Izaura Barbosa Lima, reeleita para o biênio 1950/1952.

1946

1947

1948

1950 Como presidente desse órgão da ABED e chefe da Seção de Enfermagem da Divisão de Organização Sanitária (DOS) do Ministério da Saúde⁽⁸⁾, Izaura Barbosa Lima pôde combinar os interesses e objetivos comuns, procurando sempre destacar o papel da enfermeira de Saúde Pública nas suas realizações, quer no próprio Distrito Federal, quer em âmbito nacional. Assim, solicitou e obteve apoio moral e material da ABED para proceder ao levantamento censitário das enfermeiras diplomadas no país ou no exterior; o relatório desse estudo foi divulgado no IV Congresso Nacional de Enfermagem, 1950, sob o título: "Aspectos da situação da Enfermagem no Brasil". Além dessa, outras resenhas técnicas foram publicadas, tais como: "Manual da Enfermeira de Saúde Pública no trabalho de assistência à população flagelada por enchentes"; "Contribuição da Enfermeira de Saúde Pública nos trabalhos de assistência médico-sanitária aos flagelados das secas na Paraíba"; "Manual de organização e funcionamento de Lactários"; "Participação da Enfermeira de Saúde Pública em inquéritos médico-sanitários a locais de romaria, no País".

O planejamento de um curso de atualização, a padronização dos uniformes das enfermeiras de Saúde Pública e um estudo sobre os programas de Enfermagem de Saúde Pública desenvolvidos nas escolas de Enfermagem fizeram, também, parte do plano de atividades da Divisão, nesse biênio. Os congressos de Enfermagem realizados em 1948, 1949 e 1951, acolhendo sugestões suas fizeram recomendações sobre a necessidade da criação da carreira da Enfermeira de Saúde Pública no Serviço de Saúde Pública Federal e Municipal, e em regime de polivalência⁽⁹⁾.

1952 Em maio de 1952, Izaura Barbosa Lima pediu demissão do cargo, "uma vez que seus esforços não vinham alcançando o êxito almejado". A reunião desse mês foi presidida por Beatriz Cavalcanti, realizada na própria DOS. Nessa reunião ficou decidido que deveria ser feita uma revisão no fichário das associadas, retirando as que não mais quisessem pertencer à Divisão, como contribuintes. O problema da falta de pagamento das anuidades já vinha existindo desde 1945; em junho desse ano a presidente da ABED comunicou às associadas que, "das cento e vinte e quatro sócias enfermeiras de saúde pública, apenas quarenta e quatro estavam em dia com suas mensalidades".

1953 Por ocasião do VI Congresso Nacional de Enfermagem, 1952, Nancily Virgolino de Alencar foi eleita presidente da Divisão. No

relatório apresentado em 1953, essa presidente expressou sua preocupação com a falta de interesse das associadas, que não compareciam às reuniões programadas. Em sua opinião, era prematura a existência de divisões na ABED e a experiência mostrava que comissões realizavam muito mais; apresentou, então, proposta para que a Divisão fosse extinta. "Não desejo", disse ela, "eximir-me das responsabilidades inerentes ao meu cargo, e enquanto aguardo o estudo de minha proposta, continuarei trabalhando, ainda que só, pela Divisão de Saúde Pública". Em princípios do ano seguinte, porém, apresentou pedido de demissão, mas considerando a proximidade da realização do Congresso Internacional, atendeu apelo da diretoria da ABED para que permanecesse no cargo.

As comemorações levadas a efeito no Dia Mundial de Saúde, em 1954, parece que trouxeram novo alento à Divisão. Em homenagem ao centenário do início dos trabalhos de Florence Nightingale, foi escolhido pela Organização Mundial de Saúde, para esse dia, o tema *Enfermeira-Sentinela da Saúde*. O trabalho então desenvolvido pela Divisão de Saúde Pública foi dinâmico; mereceu louvor a atuação de sua presidente que conseguiu reunir, em torno da comissão organizadora das comemorações patrocinadas pelo Ministério da Saúde, representantes da Organização Mundial da Saúde, Repartição Sanitária Pan-americana, Departamento de Organização Sanitária do Ministério da Saúde, Secretaria de Saúde e Assistência da Prefeitura do Distrito Federal e presidentes de comissões da ABED. O noticiário na imprensa, a cargo da Comissão de Divulgação da ABED, sob a presidência de Maria Geralda Franco, foi intenso e movimentado. Aproveitando o significado das comemorações, a ABED enviou memorial à Câmara dos Deputados pedindo auxílio para a compra da sua sede (10).

Terminado o mandato de Nancyli V. Alencar, em agosto desse ano, Juracy Pyrrho Pacheco da Silva foi eleita presidente da Divisão para o biênio 1954/1956. Mas no ano seguinte, 1955, a Divisão foi transformada em comissão permanente, conservando o mesmo nome. Para a presidência desta foi indicada Ermengarda de Faria Alvim, que sugeriu a criação de subcomissões em São Paulo, Bahia e Pará. As diretrizes então traçadas para o trabalho da Comissão foram tomadas de recomendações do VIII Congresso Nacional de Enfermagem, 1955, e do Seminário de Instrutoras realizado em 1956, no Rio de Janeiro, endereçadas às escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem. Considerou o Congresso o novo conceito de saúde da Organização Mundial de Saúde e a importância da participação dos auxiliares de enfermagem na educação do público. As recomendações foram as seguintes:

1954

1955

"15 — que as Seções da ABEn promovam cursos focalizando os aspectos educativos e preventivos da enfermagem;

17 — que a escola de enfermagem não limite o programa de ensino da enfermagem preventiva apenas a preleções e a três meses de estágio em unidades sanitárias, mas que procure desenvolver no aluno um ideal positivo de saúde, correlacionando, entre si, os aspectos preventivos de todas as disciplinas do currículo;

21 — que no currículo do curso de auxiliar de enfermagem sejam incluídos estágios em ambulatórios e educação sanitária aplicada".

1956 Dos estudos então realizados junto às escolas de Enfermagem, pôde a Comissão apresentar sugestões para a orientação dessas escolas sobre a experiência de campo dos estudantes e educação sanitária nos ambulatórios hospitalares. Quanto às escolas de Auxiliar de Enfermagem, foram apresentadas sugestões a respeito do estágio dos alunos em serviços de ambulatório e do programa de educação sanitária que deveria ser desenvolvido nesses cursos.

1957 Em fins de 1957, Maria Lasthenia Miranda assumiu a presidência da Comissão e em 1958, o cargo foi ocupado por Maria de Lourdes Rodrigues. Como enfermeiras de Saúde Pública do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), seus compromissos profissionais exigiam transferências freqüentes para outros estados da Federação, dificultando assim o trabalho em comissões da ABEn.

1959 Mararet C. Albold, consultora de Enfermagem em Saúde Pública do SESP, programa do Ponto IV, assumiu a presidência da Comissão em 1959, e Maria da Glória Leite Rosas, em julho de 1960.

Em todos esses anos a Comissão preocupou-se com o ensino da disciplina desse ramo da Enfermagem, visando principalmente à melhoria dos campos de experiência na especialidade; os assuntos foram focalizados em trabalhos apresentados em vários congressos, dos quais saíram recomendações nesse sentido. No período de 1960-1962, a Comissão fez uma tentativa para ampliar suas atividades de maneira a abranger todos os estados, mas não conseguiu; concentrou então a atenção nos programas das escolas de Enfermagem do Rio Grande do Sul, estado em que residia a presidente.

1963 Em 1963, esse cargo foi ocupado por Maria de Lourdes Gois Müller. As alterações feitas no estatuto nesse ano transformaram a Comissão de Enfermagem de Saúde Pública em uma das sub-

comissões da Comissão de Assistência de Enfermagem, recém-criada.

A partir dessa data, os problemas de ensino e de exercício relacionados a esse campo passaram a ser tratados pela diretoria da ABEn e Comissões de Educação e de Legislação.

Informações e Publicidade (1944-1955)
(Divulgação)

Criada em 1944, com o nome de Comissão de Publicidade e de Propaganda Social, deixou de funcionar em 1955; a partir dessa data suas atividades, como as de outras comissões, passaram a ser desempenhadas pela diretoria ou por comissões especiais por esta designadas.

Suas principais atribuições estiveram ligadas às comemorações da Semana da Enfermagem e entrosamento com a Imprensa, Rádio e Televisão, principalmente em épocas de congresso. Em 1952, funcionou com uma presidente nos estados do Amazonas, Pará, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Pernambuco e São Paulo.

Teve papel destacado nas comemorações do Dia Mundial da Saúde, em 1954. No ano seguinte, 1955, mereceu também destaque no relatório da presidente da ABEn, como a primeira tendência dominante na Enfermagem brasileira, isto é, a divulgação da Enfermagem feita pelas seções quando das comemorações da Semana da Enfermagem. Foi mencionada, nessa ocasião, a variedade de expedientes de que estas lançavam mão, tais como, artigos em jornais, palestras, cartazes em vitrinas, reuniões sociais, exibição de filmes sobre Enfermagem, visitas a hospitais, Páscoa das enfermeiras, demonstração de cuidados de enfermagem pela televisão, além de outros. Todas essas iniciativas já vinham partindo da própria diretoria, que indicava comissão especial para programar essas celebrações; às escolas e seções estaduais foi dada a responsabilidade de sua divulgação; assim, a Comissão de Divulgação, como permanente na ABEn, foi deixando aos poucos de ser considerada necessária.

Exerceram o cargo de presidente: Marina Bandeira de Oliveira (1946-1948); Zilda V. Ramos (1948-1950); Zilda A. Carvalho Hughes (1950-1952); Sebastiana Ribeiro (1952-1954); Maria Geralda Franco (1953-1954); Nancyli V. de Alencar (1954-1955).

1952

1954
1955

Intercâmbio Cultural e Profissional (1946-1963)

1946

Essa comissão, criada com a reforma do estatuto realizada em 1946, teve como primeira presidente Clara Curtis, que permaneceu no cargo até 1954, quando retornou para os Estados Unidos.

De acordo com Clara Curtis “o intercâmbio profissional entre enfermeiras brasileiras e as de outros países teve um grande impulso com a II Guerra Mundial. Enfermeiras e estudantes de enfermagem freqüentam cursos no estrangeiro, ao mesmo tempo que alunas dos países vizinhos ingressam nas escolas de Enfermagem do Brasil. Em serviços cooperativos de saúde, como o Serviço Especial de Saúde Pública, entre os governos do Brasil e da América do Norte, as enfermeiras de ambos os países trabalhavam lado a lado, numa obra comum” (11).

A Comissão funcionou com períodos de grande atividade e outros de relativa quietude, até 1963, quando foi extinta. Sua finalidade era representar a ABED e participar dos trabalhos de outras associações nacionais de caráter cultural ou assistencial. Tinha, também, como atribuição manter correspondência, tanto com o Conselho Internacional de Enfermeiras, como com o CICIAMS, além de colaborar com a Comissão de Assistência no atendimento e orientação a enfermeiras estrangeiras.

1951

Seus membros participaram ativamente, em 1951, das reuniões das Associações Não-Governamentais (OENG), tendo sido a ABED eleita membro da Comissão de Saúde dessa entidade (12).

O relatório, apresentado por Clara Curtis à Assembléia Geral realizada em 1951, focalizou todas as atividades desenvolvidas nesse setor por iniciativas diversas e não apenas da Comissão. Nesse ano, a ABED esteve presente, representada por seus sócios: no IX Congresso Brasileiro de Higiene realizado em Porto Alegre; no Comitê Brasileiro da Comissão Inter-Americana de Mulheres, entidade ligada à Organização dos Estados Americanos, que tinha como objetivo trabalhar para a extensão dos direitos civis, políticos, econômicos e sociais da mulher; no III Congresso da Associação Paulista de Medicina, quando foram apresentados trabalhos sobre os “Problemas de enfermagem no Brasil”, pelas relatoras Irmã Maria Aurea da Cruz e Maria Rosa S. Pinheiro; nas reuniões da Associação de Voluntárias Ana Neri (AVAN), com a qual colaborou em estudo para a formação de entidade que congregasse os auxiliares de enfermagem, criada em maio de 1950, com o nome de Associação Nacional de Auxiliares de Enfermagem (ANAE).

No setor internacional, entre as suas atividades, constaram a assistência técnica prestada pela Escola de Enfermagem de São Paulo à Escola de Enfermeiras Universitárias do Uruguai; ao mesmo tempo, três enfermeiras uruguaias fizeram um estágio naquele escola, pelo período de dois a seis meses; a enfermeira-chefe do Serviço Especial de Saúde Pública de Araraquara, Zilda de Almeida Carvalho (Hughes), participou do Seminário sobre Enfermagem realizado na Guatemala; a diretora da Divisão de Enfermagem do SESP, Maria Rosa S. Pinheiro, participou dos trabalhos da 2.ª reunião da Comissão de Peritos em Enfermagem, da OMS, realizada em Genebra.

Uma das principais atividades da Comissão de Intercâmbio Cultural e Profissional da ABED foi junto à Organização das Entidades Não-Governamentais do Brasil, fundada em outubro de 1950, e à qual a ABED pertencia. Tinha essa entidade como propósito congregar esforços para melhor contribuir, junto às Nações Unidas, na manutenção da paz e na defesa dos direitos e liberdades humanas.

As atividades dessa comissão sempre se confundiram com as atividades da diretoria que, contando com maiores recursos de informações, podia tomar as iniciativas nesse setor com mais facilidade e presteza. Como exemplo, as atividades da Semana da Enfermagem, que eram programadas pela diretoria das seções, eram também consideradas atividades relacionadas com a Comissão de Intercâmbio.

O V Congresso Nacional de Enfermagem, 1951, considerando “que a união da classe, sob liderança constituída, é condição precípua de progresso da enfermagem”, recomendou que devia caber “sempre à ABED a representação da enfermagem em todas as entidades nacionais e estrangeiras, assegurando-se assim uma unidade de pontos de vista na defesa dos interesses da classe e evitando-se a duplicidade, muitas vezes prejudicial, quando as representações cabem a entidades outras que reúnam enfermeiras” (13).

A ABED esteve presente, representada por Clara Curtis e Maria Dolores Lins (de Andrade), na V Conferência Regional Latino-Americana da Organização de Entidades Não-Governamentais, realizada na Bolívia em 1952; o objetivo desta conferência foi divulgar os princípios das Nações Unidas. Em 1953, fez-se também representar na V Conferência Nacional da Organização das Entidades Não-Governamentais, realizada no Rio de Janeiro, tendo enviado dois delegados: Maria de Lourdes Correia e Mariah Coelho de Sá. Por intermédio dessa comissão a ABED obteve do es-

1952

1953

critório do Ponto IV, no Rio de Janeiro, os recursos necessários para enviar um delegado ao Congresso Regional de Enfermagem realizado no México em 1956, sob os auspícios da Repartição Sanitária Pan-Americana. Maria de Lourdes Verderese foi a delegado do Ministério da Saúde e representante da ABEn.

1957

Em 1957, Agnes Wadell Chagas (14) enviou um questionário à ABEn com o fim de investigar o grau de interesse dos enfermeiros brasileiros por uma revista latino-americana de Enfermagem. A idéia da criação dessa revista havia sido lançada em maio de 1957, durante o Congresso Internacional de Enfermagem realizado em Roma; a esse congresso compareceram trinta e dois enfermeiros brasileiros, dos quais cinco eram delegados. Alguns delegados do Brasil, Chile, México, Panamá, Peru e Venezuela reuniram-se para trocar idéias sobre a possibilidade de iniciar a publicação de uma revista. Como resultado, ficou decidido que seria enviada uma circular a todas as associações nacionais de Enfermagem, com o fim de verificar o grau de interesse que a revista despertaria e ao mesmo tempo obter de cada um dos países o orçamento para a sua publicação. Agnes Chagas foi designada para proceder a essas gestões. Dos enfermeiros brasileiros consultados, trezentos responderam afirmativamente.

Ainda nesse ano, a Comissão entrou em contato com a Associação Brasileira de Estudantes de Enfermagem (15); por sua presidente, teve conhecimento de que o pedido de filiação desse órgão estudantil à ABEn seria discutido no Congresso Estudantil de Enfermagem que seria realizado em julho próximo.

1959

Em março de 1959, a presidente da Comissão, Beatrice Louise Lennington, diretora da Divisão de Enfermagem da FSESP, solicitou e conseguiu do Instituto Brasil-Estados Unidos bolsas para cursos de inglês para os enfermeiros da Seção do Distrito Federal; incentivadas nesse sentido, as seções conseguiram a mesma coisa em seus estados.

A Comissão foi perdendo aos poucos o campo de suas atribuições, principalmente em favor dos Setores de Filiação International, desaparecendo em 1963.

Foram suas presidentes: Clara Curtis (1946-1954), Maria Stela Teixeira de Oliveira (1954-1955), Beatrice Louise Lennington (1955-1959), Ana Maria Wagner (1959-1961, quando pediu demissão), Wanda Miranda (1962; desistiu em 25-6-1962), Nancyli S. Virgolino de Alencar (1962-1963), Edilburga Pereira (1963).

Finanças (1959-1965)

Essa comissão teve sua origem em 1949; na reforma do estatuto verificada nesse ano foram acrescentadas às atribuições da vice-presidente as de presidir a Comissão de Finanças, preparar o orçamento anual e conseguir recursos para a Associação. Coube, portanto, à Irmã Matilde Nina, ocupante daquele cargo, o desempenho dessas tarefas como a primeira presidente da Comissão (1949-1951).

1949

Em época anterior, 1945, a presidente Zaíra Cintra Vidal (1943-1947) sugeriu que fosse criada uma comissão social que teria, entre outras, a finalidade de obter recursos para a construção da Casa da Enfermeira no terreno da Ilha do Governador. Esse havia sido adquirido pela Associação em 1929, época em que o número de sócias era de apenas cinqüenta e três enfermeiras. Não foram encontrados documentos que pudessem mostrar às gerações atuais o esforço pioneiro dessas associadas para conseguir aumentar o patrimônio da Associação, com esse compromisso de compra.

Dois anos depois a presidência coube a Maria Rosa S. Piñeiro (1951-1953) que apresentou, em 1952, o primeiro plano orçamentário da Associação, como determinava o Estatuto de 1950.

1952

Nos anos seguintes (1953-1955), foi dirigida por Haydée G. Dourado, também vice-presidente da ABED, que contou com a colaboração da 1.^a tesoureira, Enedina Ferreira.

Yolanda Lindenberg Lima presidiu-a de 1955 a 1957; nesse período, organizou a "Campanha Nacional de Recrutamento de Sócias" que deveria ser iniciada durante a Semana da Enfermagem de 1955, e terminar por ocasião do VIII Congresso que seria realizado em Belo Horizonte, com oferecimento de prêmio a quem conseguisse recrutar maior número de sócios. Além dessa campanha, as seções foram incentivadas a promover atividades diversas com o fim de ampliar a fonte de renda da Associação, tais como: 1) campanha para doação de um dia de ordenado das associadas para a ABEn; 2) organização de bazares, bares, salões de beleza, etc.; 3) promoção de festas, chás, rifas, além de outros meios, de acordo com as possibilidades de cada uma.

De julho e dezembro de 1957 foi presidida por Irene de Miranda Cotejipe Milanez.

A partir de 1957, com a volta do cargo de 2.^a tesoureira na diretoria da ABEn, competia a esta presidir a Comissão e obter os necessários recursos financeiros (¹⁶); assim permaneceu até 1965,

quando foi extinta como permanente mas continuou a funcionar como especial. Nesse período, isto é, de dezembro de 1957 a 1965, foi presidida por: Annita Dourado Teixeira (1958-1959), Lenísia Costa Santos (1959-1961), Maura Maria Pereira de Lima (1961-1963) e Irmã Maria Tereza Notarnicola (1963-1965).

Para alcançar seus objetivos, a Comissão procurava utilizar-se de todos os meios a seu dispor, tais como, venda de livros comprados com desconto ou produzidos pelos próprios enfermeiros ou docentes de escolas de Enfermagem; realização de festas, excursões, cursos, distribuição de prendas, confecção e venda de flâmula da ABEn, etc. Esses expedientes tornavam-se cada vez mais necessários uma vez que o "per capita" apenas era insuficiente para fazer face aos compromissos financeiros da ABEn, principalmente com a publicação da Revista Brasileira de Enfermagem e a perspectiva da construção da sede em Brasília.

Com a eleição de Irmã Maria Tereza Notarnicola para o cargo de 2.^a tesoureira em 1963, reeleita em 1965, e as campanhas pró-construção da sede, essa comissão tomou um impulso muito grande (¹⁷). Não funcionou com esse nome nos anos de 1965 a 1967, mas todos os trabalhos e campanhas que haviam sido iniciados tiveram continuidade garantida pela permanência da Irmã Tereza Notarnicola no mesmo cargo. Em agosto desse último ano surgiu novamente como comissão especial, condição na qual permaneceu até agosto de 1968, quando foi considerada desnecessária uma vez que Irmã Tereza Notarnicola, como 1.^a tesoureira eleita, poderia continuar desempenhando essas funções. Já nos dois anos seguintes, porém, (1969-1970), Irmã Maria Tereza Notarnicola voltou a acumular os cargos de 1.^a tesoureira e coordenadora da Comissão Especial de Finanças. Deixando o primeiro em 1972, continua responsável pela obtenção de recursos para a ABEn, até o momento atual.

Assistência (1955-1963)

A primeira manifestação da ABED em favor da prestação de assistência social às associadas foi feita em 1945, quando ficou decidida a criação de uma caixa-pecúlio em benefício das mesmas; trinta por cento das mensalidades seriam reservados para constituírem o fundo de beneficência.

Houve, porém, outras tentativas de auxílios em épocas anteriores. Em 1932, por exemplo, foi recolhida certa quantia com o fim de instalar uma enfermaria para as associadas; ao que parece, tal não se deu pois doze anos mais tarde o material então com-

prado (cama fowler, cadeira, armário e roupa de cama), encontrava-se na Escola Ana Neri e parte do dinheiro arrecadado estava depositado em uma das cadernetas da Caixa Econômica (18). Outra tentativa houve, em 1939, quando Hilda A. Krisch fez uma investigação no Hospital Alemão para verificar as possibilidades de hospitalização para as associadas que dela necessitassem.

Além dessas formas de ajuda foram inúmeras as oportunidades em que a ABED procurou auxiliar as associadas em suas dificuldades financeiras; o sistema de empréstimos então vigente foi grandemente utilizado trazendo, às vezes, sérios problemas para a tesouraria.

Todas essas disposições da ABED tiveram como desfecho a criação de um órgão assessor que cuidasse do assunto, embora já com outras características. Assim, a Assembléia Geral realizada em 1955 aprovou recomendação para que a ABEn organizasse uma comissão de assistência para "acolher, auxiliar e orientar as enfermeiras que dela necessitassem", considerando que a associação de classe devia prestar assistência aos seus sócios (19). Em decorrência dessa recomendação foi a mesma criada, tendo como primeira presidente Madre Marie Domineuc, autora da proposição.

No ano seguinte, Madre Domineuc apresentou ao Conselho Deliberativo sugestão no sentido de que os enfermeiros em trânsito fossem hospedados nas escolas de Enfermagem; nessa mesma data disse que a ABEn deveria se preocupar com os enfermeiros doentes e perguntou como iria funcionar a Casa das Enfermeiras a ser construída na Ilha do Governador. Essa pergunta sugeriu que pensava em dar a esta uma finalidade assistencial além de re-creativa.

De acordo com o Regimento Interno da ABEn essa comissão tinha como competência dar informações sobre vagas e condições de emprego para enfermeiros, prestar assistência aos enfermeiros estrangeiros que trabalhavam no Brasil, providenciar descontos para os sócios em viagens, em qualquer das vias de transporte, e estudar a possibilidade de estabelecer uma taxa mutuária para despesas com os funerais. No cumprimento dessas disposições regimentais, a Comissão desenvolveu-se principalmente nas Seções da Bahia e de São Paulo (20); essas seções procuraram prestar auxílio aos enfermeiros que trabalhavam em locais isolados ou em pequenos grupos, davam informações sobre colocação, cooperavam com os enfermeiros que deviam submeter-se a concurso e procuravam obter descontos para os associados em casas comerciais, cinemas, dentistas, laboratórios de análises e outros. A Seção da Bahia coor-

1955

1956

1958

denou um serviço de plantão particular como uma das formas de auxiliar os enfermeiros, principalmente os recém-diplomados.

1960 A partir de 1960, suas atividades confundiram-se com as da diretoria, ambas empenhadas em conseguir melhores condições de trabalho e melhores salários para o pessoal de enfermagem. Por outro lado, o âmbito de sua atuação foi-se tornando cada vez mais restrito à medida que os associados se tornavam independentes na procura de soluções para seus próprios problemas; os poucos casos que mereciam maior atenção podiam ser estudados pela própria diretoria ou por comissão especial, por esta indicada.

Além da Madre Marie Domineuc (1955-1957), presidiram a Comissão de Assistência: a Ir. Maria Tereza Notarnicola (1959), Maria José da Costa (1960), Doralice Regina Ayres (1961-1962), Circe de Melo Ribeiro (1963).

Relações Públicas (1955-1963)

A Comissão de Relações Públicas começou a funcionar em 1953, de maneira informal; em 1954, Clélea de Pontes sugeriu a transformação da Comissão de Informações e Publicidade, também conhecida por Comissão de Divulgação, pela de Relações Públicas; passou a fazer parte do estatuto somente em 1955, presidida por Radcliff Dourado Pereira (1955-1956). Tinha como finalidade servir de elo entre a ABEn e o público. Suas atividades foram muito limitadas.

De 1956 a 1958 foi presidida por Nancyli V. Alencar e Maria de Lourdes Verderese.

1959 Marieta March iniciou suas atividades como presidente dessa Comissão em julho de 1959; do plano de trabalho que apresentou à diretoria constava, como um de seus objetivos, o estreitamento de relações entre os próprios enfermeiros. Como presidente, representou a ABEn nas homenagens à Duquesa de Kent e à Princesa Alexandra, em visita ao Brasil nesse ano; no ano seguinte as atividades desse órgão concentraram-se nas comemorações do "Ano Florence Nightingale" e divulgação da Enfermagem pelos meios usuais de comunicação. Como ponto alto dessas celebrações em âmbito internacional, a ABEn foi representada por Amalia Corrêa de Carvalho nas solenidades comemorativas do Centenário de criação da primeira escola de Enfermagem, por Florence Nightingale, no Hospital S. Tomás; essas solenidades foram realizadas com muita pompa em Londres, prestigiadas pela Rainha-Mãe.

Em 1961, Marina de Andrade Resende e Clélea de Pontes, esta como presidente da Comissão de Relações Públicas (1961-

1963), enviaram carta-circular aos médicos da Guanabara solicitando que não chamassem de enfermeira a recepcionista de seus consultórios; esse hábito vinha criando no público uma idéia falsa sobre a figura da enfermeira.

Em 1963, a Comissão foi substituída pela de Defesa da Classe.

Enfermagem Hospitalar (1957-1963)

A idéia da criação de um órgão que demonstrasse o interesse da ABED pelos problemas de enfermagem hospitalar surgiu em 1951, quando Aurora A. Costa sugeriu ao Conselho Deliberativo a conveniência de ser criada uma Divisão de Enfermagem Hospitalar, nos moldes das demais já criadas (21). A sugestão foi apoiada pela Irmã Matilde Nina e encaminhada, por meio de moção, ao V Congresso Nacional de Enfermagem, à Comissão de Estatuto e Regimento para que estudasse o assunto. Com as alterações introduzidas no estatuto nos anos que se seguiram, tornadas efetivas em 1955, as divisões que já existiam foram extintas não se justificando, pois, a criação de outras. Nesse ano, porém, Haydée G. Dourado, presidente da Comissão de Legislação, recomendou que o órgão fosse criado como comissão permanente já que seu trabalho técnico fazia falta àquela comissão. A necessidade desse entrosamento existia; por isso, dois anos mais tarde, foi criada a Comissão Permanente de Enfermagem Hospitalar que tinha como finalidade estudar os problemas relacionados com a assistência de Enfermagem nessas instituições de saúde, auxiliar no planejamento e organização de serviços de Enfermagem e procurar incentivar as seções para que desenvolvessem programas de educação em serviço nos hospitais.

A primeira presidente dessa comissão foi Olga Verderese. Ariadne Lopes de Menezes, presidente no período de 1960/1961, desenvolveu intenso trabalho na elaboração de plano para a reorganização dos serviços de Enfermagem dos hospitais do Estado da Guanabara, subordinados à Secretaria de Saúde e Assistência desse Estado, a pedido verbal de seu titular.

Essa comissão desenvolveu-se muito nas seções, onde foram intensificados os programas de educação em serviço e de atualização de conhecimentos; estes passaram, logo depois, a ser planejados e executados pelas respectivas Comissões de Educação.

Presidiram a Comissão: Olga Verderese (1957/58), Nilza Maurício Marques Garcia (1959/60), Ariadne Lopes de Menezes (1960/61), Circe de Melo Ribeiro (1962/63).

1957

1961

Proteção à Maternidade e à Infância (1957-1965)

Procurando executar as resoluções do VII Congresso Nacional de Enfermagem, 1954, a diretoria tomou várias iniciativas, enunciadas em catorze pontos; o sexto dizia respeito à indicação de um grupo de trabalho para estudar a possibilidade de ser criada uma divisão de assistência à mãe e à criança, obedecendo à resolução n.º 6 daquele congresso.

1957 Três anos depois, março de 1957, Irmã Marie Domineuc retornou ao assunto mostrando ao Conselho Deliberativo a necessidade de a ABEn ter uma comissão técnica que se encarregasse desse problema (22). Como, porém, a criação de uma comissão permanente implicava em reforma do estatuto pela Assembléia, ficou decidido que a mesma seria criada em caráter especial até que aquela reforma se processasse, o que se deu em outubro desse ano. A comissão foi designada Comissão de Proteção à Maternidade e à Infância e foi presidida pela Irmã Maria Aurea da Cruz até julho de 1965 e dessa data a outubro do mesmo ano, quando foi extinta, foi presidida por Maria José Schmidt.

1959 Em setembro de 1959, a Comissão realizou, no Rio de Janeiro, a I Reunião das Enfermeiras Obstétricas à qual compareceram quarenta enfermeiras. Esse encontro foi organizado em cumprimento à recomendação n.º 8 do XIII Congresso Brasileiro de Enfermagem, à ABEn, para que esta promovesse, por meio de suas comissões, seminários regionais; teve como finalidade o estudo dos aspectos legais do ensino e da prática da Enfermagem Obstétrica e, sobretudo, a atualização de conhecimentos relacionados com o parto sem dor e a assistência ao recém-nascido prematuro.

Os anos de 1957 a 1961 e de 1961 a 1963, em que tiveram destaque as discussões sobre o Projeto de lei n.º 3082/57 e o currículo de Enfermagem e de Obstetrícia, foram também de intensa atividade para essa comissão. Esse foi, portanto, um órgão bastante atuante na ABEn durante os oito anos de existência; abrangeu o período em que mais acirrados foram os debates sobre o preparo da enfermeira obstétrica e sobre a legislação do exercício profissional. Em todas as ocasiões em que esses assuntos estiveram em foco, a comissão redobrava seus esforços promovendo maior número de reuniões ou apresentando trabalhos nos congressos.

Defesa da Classe (1963-1965)

Na reunião da diretoria de novembro de 1960, Haydée G. Dourado solicitou que fosse designada uma comissão especial de

defesa da classe, para auxiliar no trabalho a fim de conseguir o enquadramento do pessoal de enfermagem.

Em abril de 1961 a diretoria decidiu que assuntos dessa natureza deveriam ficar a cargo da Comissão de Legislação. Dado o volume de problemas a resolver, foi sugerido que a Comissão de Relações Públicas fosse substituída pela de Defesa de Classe; a sugestão foi aceita e, em 1963, essa comissão passou a figurar entre as demais comissões permanentes da ABEn. De vida efêmera, foi extinta em 1965.

Antes do seu aparecimento os problemas relacionados com esse assunto eram tratados diretamente pela diretoria. Assim, em 1938, foi enviado um memorial ao Ministro do Trabalho solicitando providências na questão da "importação de enfermeiras para o Hospital dos Estrangeiros, solicitada pelo Embaixador da Inglaterra", fato que viria prejudicar as enfermeiras brasileiras, segundo o pensamento da época.

No ano seguinte, Hilda A. Krisch prestou informações às sócias sobre as dificuldades que a Associação vinha encontrando no Ministério do Trabalho no que dizia respeito à legislação de Enfermagem. Seus esforços na defesa dos direitos da classe junto a esse Ministério haviam-se somado aos de Edith Fraenkel, superintendente do Serviço de Enfermeiras, e de Laís Neto dos Reys, diretora da Escola Ana Neri (23).

Em reunião realizada em setembro de 1941, a presidente da ANEDB, Edith Fraenkel (1941-1943) fez uma exortação às sócias presentes, dizendo: "agora mais do que nunca é preciso trabalhar pela profissão" que, na sua opinião, "vinha regredindo a passos largos". Continuou afirmando que "a situação dominante era a equiparação das enfermeiras da Escola de Enfermagem Ana Neri às da Alfredo Pinto e outras que não estão, nem de longe, nas mesmas condições da escola padrão".

No mês seguinte, a mesma presidente informou que a finalidade da reunião, então convocada, era tratar do curso para as enfermeiras da Escola Ana Neri, "curso esse dedicado às nossas enfermeiras que devem fazer o concurso instituído pelo DASP para preenchimento dos cargos de enfermeiros efetivos". Afirmou também que havia envidado esforços para evitar tal concurso, que não exigia diploma para inscrição, mas apenas um certificado.

Em março de 1946, Záira Cintra Vidal comunicou às associadas que já havia enviado memorial ao presidente da República so-

1939

licitando o reconhecimento da profissão, de modo a separar a carreira de enfermeira da de auxiliar de enfermagem⁽²⁴⁾; nessa mesma data pediu sugestões da classe para um outro memorial que seria enviado ao Ministro da Educação e Saúde solicitando aposentadoria aos vinte e cinco anos de serviço, contagem em dobro do tempo de serviço prestado em zonas insalubres com risco de vida e gratificação às enfermeiras que estivessem em contato com doentes portadores de tuberculose, câncer, lepra e moléstias transmissíveis agudas.

1955 No relatório apresentado à Assembléia Geral, realizada em 1955, Maria Rosa S. Pinheiro deu especial destaque às atividades desenvolvidas pela diretoria e pela Comissão de Legislação em defesa da classe, diante do volume de trabalho que representaram e pela repercussão obtida. Entre essas atividades foram ressaltadas: 1) as emendas sugeridas pela ABEn no Plano de Reclasseificação de Cargo (Projeto 4844/54), dentre os quais, a mais importante foi a passagem do enfermeiro do Serviço Profissional para o Técnico Científico; 2) no projeto n.º 1741-C/52, que regulamentava o exercício da enfermagem no Brasil, para que somente fossem considerados enfermeiros os portadores de diploma registrado na Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura (MEC); 3) no projeto n.º 115/54, que pretendia dar direito de serem nomeados, como enfermeiros, os diplomados por escolas oficiais não reconhecidas, escolas essas estaduais e já extintas; aos mesmos foi dado o título de "auxiliar de enfermagem" pela Lei n.º 2822/56; 4) no concurso para enfermeiro na Prefeitura do Distrito Federal no qual se inscreveram todos os que exerciam funções de enfermagem, inclusive os atendentes; 5) trabalho junto à União Nacional dos Servidores Públicos (UNSP) que pretendia organizar uma Associação de Enfermeiros e Servidores em Hospitais com o fim de pleitear emendas junto ao Projeto de Reclasseificação de Cargos, dentre as quais, a de serem considerados enfermeiros aqueles que, embora não possuíssem diploma, houvessem exercido esse cargo durante dez anos.

1957 A mesma presidente informou, em 1957, que a ABEn havia solicitado mandado de segurança contra vedete que apresentava um "sketch" imoral e desabonador para a classe; o trabalho desta vez havia sido desenvolvido pela Comissão de Relações Públicas.

1960 Em 1960, a presidente da ABEn, Marina de Andrade Resende (1958-1962) encaminhou ofício ao Ministro da Saúde protestando contra três nomeações de pessoas leigas, como enfermeiros, para o quadro permanente daquele Ministério.

Em várias oportunidades, a ABE teve que intervir, procurando alertar os responsáveis por concursos para cargo de enfermeiro para o qual eram aceitas inscrições de pessoal não diplomado, contrariando a legislação em vigor. Assim, os problemas eram geralmente levados à diretoria que tentava solucioná-los ou, então, a presidente indicava um de seus membros para presidir uma comissão especial para tratar do caso (25).

Exerceram o cargo de presidente da Comissão: Ariadne Lopes de Menezes (1963-1964), Wanda Miranda (1964-1965).

Assistência de Enfermagem (1963-1976)

Criada em 1963, tem como objetivo trabalhar para a melhoria da assistência de enfermagem ao público nas áreas hospitalar, para-hospitalar e de saúde pública, incentivar o estudo dos problemas ligados ao ensino e aos serviços de Enfermagem e conseguir melhores condições de trabalho para o pessoal de enfermagem.

Nos anos de 1964 e 1965, houve uma tentativa para dinamizar a Comissão; sua presidente, Circe de Melo Ribeiro, executou um plano de educação em serviço para enfermeiros no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e outro para auxiliares de enfermagem, aberto também a funcionários de outras instituições; outras atividades foram também desenvolvidas. Todavia, a partir dessa última data, 1965, foi pouco ativa em âmbito nacional; parece ter havido certa dificuldade na interpretação exata de suas finalidades. Entretanto, algumas seções vem convergindo suas atividades para o lado do aprimoramento dos enfermeiros hospitalares, apresentando uma intensa programação que inclui encontros, seminários, cursos de atualização e outras, de acordo com as necessidades locais (26).

Foram presidentes: Circe de Melo Ribeiro (1963-1964), Antonieta Chiarello (1964-1965), Lourdes Torres Garcia (1965-1967) (27), Ursula Engel (1969-1972), Clélia Marcia Cordova (1972-1974); esta pediu demissão logo após ter sido eleita, permanecendo vago o cargo até o presente.

1963

1965

NOTAS

CAPÍTULO V

1. As atividades da Comissão de Estatuto e Regimento foram tratadas no Capítulo III, referente à organização da ABEn.
 2. Livro de Atas n.º 2; não foi encontrada cópia do estatuto reformado em 1946.
 3. Desde 1947, esses relatórios eram apresentados mas, apenas nas assembleias gerais realizadas durante os congressos.
 4. As comissões permanentes reelecionadas no folheto impresso do Estatuto de 1950 eram as seguintes: Redação, Executiva para o Congresso, Informação e Propaganda, Intercâmbio Cultural e Profissional, Biblioteca, Estatutos e Regimento Interno, Finanças, Legislação e de Auxiliares de Enfermagem.
 5. Foram acrescentadas às já existentes as Comissões de Enfermagem Hospitalar, Ética, Executiva do Congresso (novamente incluída), Preparo de Chapa e Proteção à Maternidade e à Infância.
 6. As informações sobre as atividades de cada uma das comissões permanentes foram tiradas: do Livro de Atas n.º 2, de atas das reuniões da diretoria e dos relatórios anuais das suas respectivas presidentes ou coordenadoras.
 7. Esses livros foram doados por uma organização americana — CARE — e deveriam ser enviados às escolas de Enfermagem. Na reunião da Divisão de Educação de 17 de novembro de 1947, Edith M. Fraenkel explicou que, no Congresso Internacional de Enfermagem realizado nesse ano nos Estados Unidos, houve recomendação para que fossem providenciados livros didáticos para os países devastados pela Guerra; como havia sido demasiada a quantidade coletada foram enviados também para outros países, inclusive o Brasil.
 8. A Divisão de Organização Sanitária (DOS), a Divisão de Organização Hospitalar (DOH) e o Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina, entre outros, foram criados pelo Decreto-Lei n.º 3171, de 2 de abril de 1941 — Reorganiza o Departamento Nacional de Saúde do Ministério da Educação e Saúde.
- Esse Decreto-Lei dissolveu a Superintendência Geral do Serviço de Enfermagem criando em seu lugar a Seção de Enfermagem, dependência da D.O.S.
- O fato foi motivo de frustração para as enfermeiras pelo muito que o serviço havia realizado no passado e pelo que a Enfermagem dele esperava no futuro.
- Consultar artigo de Izaura Barbosa Lima publicado em Anais de Enfermagem de jan. de 1952, pp. 84-93.
9. Resoluções n.º 6, n.º 1 e n.º 2, do II, III e V Congressos Nacionais de Enfermagem, respectivamente.

10. Anais de Enfermagem, jun. 1954, pp. 117-179.

11. Anais de Enfermagem jan. de 1949, pp. 5-9.

12. Organização das Entidades Não Governamentais (OENG) — Em princípios de outubro de 1950, a ABED foi convidada para associar-se a essa entidade, da qual foi um dos membros fundadores. A Organização das Entidades Não Governamentais tinha por fim divulgar as atividades da Organização das Nações Unidas e congregava instituições das mais diversas finalidades; científicas, assistenciais e educacionais, econômicas, jurídicas, literárias, artísticas e recreativas.

Em 1951, quando da realização da Terceira Conferência Nacional da OENG, a ABED foi eleita membro efetivo do Conselho Nacional e fez parte da Comissão de Saúde, representada pela presidente da Comissão de Intercâmbio Cultural e Profissional, Clara Curtis.

A ABED procurou colaborar com essa Associação durante o período em que esteve ativa. Em 1956, essa Organização sofreu grave crise financeira o que fez diminuir suas atividades, pondo em dúvida a real vantagem de a ela pertencer.

Ver Anais de Enf., jul. de 1952, p. 274.

13. Resolução n.º 14.

14. Agnes Wadell Chagas foi consultora Regional de Educação em Enfermagem da Repartição Sanitária Pan-americana. É sócio honorário da ABEN. Ver. Rev. Bras. de Enf., ago. de 1967, p. 432.

15. Essa Associação tinha sede provisória instalada na Praia do Flamengo, 132. Era presidente, Ana de Souza Gabriel, aluna da Escola de Enfermagem Rachel Haddock Lobo, hoje Escola de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ex-Universidade do Estado da Guanabara. As estudantes de trinta e duas das trinta e seis escolas existentes eram membros associados.

16. O estatuto reformado em 1955, já havia retirado essa responsabilidade da vice-presidente. O cargo de 2.ª tesoureira foi incluído novamente na diretoria entre 1956 e 1957; de 1948 até essa data só existia uma tesoureira.

17. Relatórios dessa Comissão poderão ser consultados na Rev. Bras. de Enf. a partir de outubro de 1965, na Seção "Relatórios apresentados à Assembléia de Delegados."

18. Teria esse fato alguma relação com a revolução paulista desencadeada em julho de 1932, e da qual algumas enfermeiras teriam participado?

19. Recomendação n.º 14 do VIII Congresso Nacional de Enfermagem, 1955.

20. Rev. Bras. de Enf., dez. de 1957, pp. 320-329.

21. Em data anterior, 1948, já havia sido tentada uma emenda no estatuto incluindo essa divisão.

22. As Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria, a cuja congregação Irmã Marie Domineuc pertencia, já vinham colaborando com a AEEn em sua luta em prol de uma assistência obstétrica adequada, que deveria ser o reflexo do ensino e de uma legislação apropriados.

23. A defesa dos direitos das enfermeiras diplomadas pela escola padrão estendia-se a outros campos. Do Livro de Atas n.º 2 foi retirado o seguinte trecho, de reunião realizada a 29 de maio de 1939: "A presidente mostra a necessidade de serem registrados o uniforme, broche e anel usado pelas enfermeiras diplomadas pela Escola Ana Neri a fim de evitar que pessoas não diplomadas pela mesma escola, os possam usar. Fala de diplomadas (...) que usam uniforme semelhante ao das enfermeiras de Saúde Pública. D. Edith Fraenkel informa que está tomando pro-

vidências para a mudança do mesmo. Pedirá a aprovação do Ministro, a fim de evitar a continuação de abusos semelhantes".

24. Já prevista no Decreto-Lei n.º 8772 de 22 de janeiro de 1946.

25. O artigo reproduzido a seguir, publicado no jornal "Tribuna da Imprensa", de julho de 1952, ilustra os esforços dos enfermeiros em defesa dos direitos da classe.

"SHOW DAS ENFERMEIRAS NO GABINETE DO PREFEITO — Uma audiência que se converteu em comício — Chocaram-se as moças da Ana Neri com as profissionais sem diploma. O desapontamento do vereador Gonçalves Lima. Promessas do Prefeito.

Em audiência ontem concedida pelo prefeito João Carlos Vital, chocaram-se as enfermeiras diplomadas da Prefeitura, portadoras de diploma de curso superior, fornecido pela escola Ana Neri e estabelecimentos congêneres, e os funcionários da Municipalidade que, embora denominados "enfermeiros", não possuem títulos.

Esse choque deu à reunião um ar movimentado, que quase se convertia num comício. E durou mais de duas horas.

A audiência fora organizada pelo vereador Gonçalves Lima, que amparava os interesses das funcionárias que, não possuindo diploma, trabalhavam como "enfermeiras" na Prefeitura, a qual, por conveniência de serviços, as improvisou como tal.

Uma enfermeira diplomada soube, com antecedência, que o vereador Roberto G. Lima ia apresentar ao prefeito João Carlos Vital, como enfermeiras, funcionárias nessas condições, não diplomadas. E resolveu aparecer de surpresa na hora da audiência, para afirmar ao prefeito que só as diplomadas é que tinham direito à referida denominação; as não diplomadas, embora merecessem amparo, não podiam ser consideradas enfermeiras pois tal denominação comum constituiria num desapreço e em desestímulo às que se especializaram em estabelecimento de ensino superior.

Quando se iniciou a audiência, às 19 horas, o vereador Gonçalves Lima apresentou ao prefeito as funcionárias que ele procurava amparar, declarando que todas eram enfermeiras da Prefeitura, e aspiravam a uma reestruturação que as colocasse numa classificação de "J" a "V".

COMEÇA O BATE-BOCA — terminada a exposição do vereador, a enfermeira diplomada Izaura Barbosa Lima, para surpresa do Sr. Gonçalves Lima, tomou a palavra e declarou o seguinte: 1) as reivindicações dos funcionários ali presentes eram justas. Entretanto, ela chamava a atenção do prefeito para a circunstância de os interessados, embora classificados como "enfermeiros" nos quadros da Municipalidade, não o eram realmente, uma vez que não possuíam diploma da Escola Ana Neri. Eram, a rigor serventes e pessoal subalterno nos hospitais, guindados ilegalmente à condição de enfermeiros; 2) havia na Prefeitura, embora em número reduzido, enfermeiras verdadeiras, formadas pela Escola Ana Neri. Não era justo que estas profissionais, diplomadas em curso superior, fossem equiparadas, em categoria funcional, com o pessoal improvisado pela Municipalidade; 3) cabia ao prefeito solucionar, de um vez por todas, a questão, de acordo com a lei, só considerando enfermeiro o funcionário diplomado. Os outros poderiam ser classificados como auxiliares de enfermagem e atendentes.

PROTESTO CONTRA O VEREADOR — O vereador Gonçalves Lima ficou desapontado e alegou que todas eram iguais, embora umas fossem diplomadas e outras não.

Com firmeza, a Sra. Izaura Barbosa Lima e uma enfermeira de sobrenome Dourado sustentaram o ponto de vista das diplomadas fazendo críticas severas à improvisação de profissionais e alegando que essa falta de compreensão do assunto é que prejudicava o desenvolvimento da carreira no Brasil. Alegaram que, se para uma não diplomada a letra "J" inicial era muito, para uma diplomada era muito pouco.

EAFAFÁ — Ai, começou realmente o bafafá. O prefeito, risonho, suava. Enfermeiras não diplomadas gritavam.

— Tenho 15 anos de Prefeitura, 13 como servente e 2 como enfermeira. Também tenho direito!

— Fora com as Ana Neri! Elas querem é padrão "O". Uma não diplomada sugeriu:

— Sr. Prefeito, acho que todas devem ter uma classificação igual. É como no caso dos médicos, não importa em que escolas eles se formaram. Então uma "Ana Neri" retrucou:

— Mas é que vocês não são formadas em escola alguma!

O PREFEITO CONCILIA — O prefeito procurou agir conciliatoriamente, certo de que o vereador Gonçalves Lima estava encarnando as aspirações de um grupo bem amplo, (as não diplomadas que enchiham os hospitais e ambulatórios da Prefeitura) mas atento aos protestos das representantes das diplomadas, que de modo algum admitem que seu diploma não lhes assegure uma posição de superioridade, em relação às profissionais improvisadas. Explicou que o assunto era complexo, uma vez que "na Prefeitura há mais quadros do que numa pinacoteca". Finalmente, disse que irá resolver o assunto, condicionando-o, porém, à fixação do padrão-teto pela Câmara dos Vereadores. Informou que na Prefeitura há falta de mil enfermeiros. A isto retrucou uma "Ana Neri" que tal acontece porque a municipalidade oferece às diplomadas ordenados de gari.

EFETIVAÇÃO DAS INTERINAS — Prometeu ainda o prefeito promover estudos para a efetivação das enfermeiras interinas, através da apresentação de títulos que beneficiaria as diplomadas.

O VEREADOR DESAPONTADO — O Vereador Gonçalves Lima saiu um pouco desapontado da audiência, uma vez que o prefeito admitiu ser difícil solucionar o caso das não diplomadas, o que só poderia ser resolvido com a criação de uma nova categoria. (...)"

26. A Seção de São Paulo, por exemplo, vem desenvolvendo intenso programa de reuniões mensais dessa comissão constituída em subcomissões, para debater os problemas de Enfermagem em Centro Cirúrgico, Unidades de Terapia Intensiva, em Saúde Pública, Pediátrica, Ortopédica e Traumatológica e chefias de serviço de Enfermagem.

27. O cargo ficou vago em 1968, em decorrência do pedido de demissão de Clarice D. T. Ferrarini, eleita para o biênio 1967-1969.

VI

SEÇÕES ESTADUAIS

O funcionamento de escolas de Enfermagem ou de Auxiliar de Enfermagem e a criação de seções estaduais da ABEc foram quase sempre acontecimentos interligados; à medida que as enfermeiras iam se espalhando pelo País e abrindo novas escolas, iam também fundando seções estaduais, muitas vezes incentivadas pela diretoria da ABEc, quando o número de profissionais da região já era considerado suficiente e atendia às determinações do estatuto.

Das vinte e quatro seções estaduais criadas, vinte e duas estão em funcionamento atualmente, formadas em todos os Estados com exceção do Acre; a do Território Federal do Amapá deixou de funcionar em 1965 e a do Vale do Rio Doce foi extinta em 1952.

A origem de cada uma delas e algumas de suas realizações serão aqui sintetizadas, seguindo-se a ordem da data da criação ⁽¹⁾.

SEÇÃO DE SÃO PAULO

(26-4-1945)

1942 De acordo com o relatório apresentado ao I Congresso Nacional de Enfermagem, em 1947, pela presidente da Seção, Edith de Magalhães Fraenkel,

“A idéia de uma Associação Estadual nasceu em 1942, quando um pequeno grupo de enfermeiras diplomadas se empenhava na organização de uma escola de enfermagem e cooperava na instalação do Hospital das

Clínicas. Esboçaram-se os Estatutos, seguiram-se algumas reuniões e depois cessou a atividade. Organizações pequenas e independentes, desse tipo, não têm grandes possibilidades de desenvolvimento.

Em fins de 1944 recomeçamos os trabalhos, estatutos provisórios foram elaborados e enviados à ABED para aprovação. Aceitos os Estatutos, reiniciamos com ardor as nossas atividades e em outubro de 1945 realizávamos a primeira reunião (...).

Em várias dessas reuniões foi sugerido por Madre Domineuc a necessidade de um Congresso Nacional, mas só em setembro de 1946 foi essa sugestão posta em votação e aprovada por unanimidade de votos".

Enquanto isto se passava em São Paulo, no Distrito Federal Zaíra Cintra Vidal (1943-1947) comunicava, em reunião de 16 de novembro de 1944, que havia recebido correspondência do Norte com pedido para a organização de um núcleo da ABED naquela região e que "outro núcleo estava sendo organizado no Sul, provavelmente com o auxílio de Edith Fraenkel" (2).

A 25 de maio de 1945, a presidente da ABED informou às associadas presentes à reunião que havia sido fundada a "Primeira Associação Estadual e que o processo de equiparação à ABED ainda não havia sido discutido; os Estatutos estavam sendo aguardados para estudar a questão".

Conforme notícias publicadas em Anais de Enfermagem de março de 1946, esse Estatuto, que deu à nova associação o nome de "Associação Paulista de Enfermeiras Diplomadas", foi aprovado na reunião da Diretoria da ABED realizada a 18 de setembro desse ano. O Livro de Atas número dois, porém, documentou nesse dia a realização de uma reunião mensal ordinária durante a qual foi discutida a criação das Divisões de Ensino de Enfermagem e de Saúde Pública e realizada eleição de nova diretoria. Como último item da agenda, merecedor apenas de uma citação final, constou a leitura do relatório da presidente, sem incluir seu conteúdo.

No registro do Estatuto da nova Associação, efetuado no livro A, número um, sob o número de ordem 996, do Registro de Pessoas Jurídicas, a 22 de março de 1946, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, 3.^º Ofício, São Paulo, consta que foram registrados "os Estatutos da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas de São Paulo" com sede nesta Capital. O artigo primeiro precisava que essa era uma "entidade jurídica fi-

liada à Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas do Rio de Janeiro, mas completamente autônoma e com patrimônio próprio, (...) fundada em 26 de abril de 1945" e deveria reger-se "pelos presentes Estatutos e pelas leis em vigor naquilo em que forem eles omissos". O Extrato foi publicado no Diário Oficial número 62 do Estado de São Paulo, do dia 20 de março daquele ano, à página 26.

Alguns aspectos desse Estatuto merecem ser destacados. A Associação tinha como objetivos, "a) coordenar os esforços das enfermeiras para elevação da classe, auxiliando-as em suas carreiras, incentivando o espírito de união e de cooperação, defendendo seus interesses e desenvolvendo seu preparo profissional; b) colaborar com a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas em todas as suas finalidades".

As sócias podiam ser efetivas, beneméritas e honorárias; as primeiras deviam pagar oitenta cruzeiros anuais, dos quais trinta seriam enviados à Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas. O mandato da diretoria era de três anos, sendo um dos membros eleito anualmente; era constituída por presidente, vice-presidente, primeira e segunda secretárias e tesoureira. Em caso de dissolução, o patrimônio deveria reverter à Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas do Rio de Janeiro.

Quanto ao empréstimo às sócias, as determinações eram muito semelhantes às do Estatuto de 1929 da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras.

A criação da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas de São Paulo foi o primeiro passo para o "soerguimento, em São Paulo, da antiga Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas" que se achava em crise de atividade; de acordo com Maria Rosa S. Pinheiro deve-se a reorganização da ABED a Edith M. Fraenkel, presidente da Comissão de Estatuto, influenciada e estimulada por Ella Hasenjaeger.

A 10 de julho de 1955, em reunião do Conselho Deliberativo, Maria Rosa S. Pinheiro lembrou aos presentes o que Haydée Guanais Dourado pensava sobre a organização de seções estaduais e citou o exemplo da fundação da Seção de São Paulo. Disse ela que, naquela ocasião, Edith M. Fraenkel queria denominar a "renovada" associação, de Associação Paulista de Enfermeiras Diplomadas e conforme fossem se formando outras, tomariam o nome do Estado a que pertencessem. Contra a vontade da maioria, Haydée G. Dourado, docente da Escola de Enfermagem da Universi-

dade de São Paulo (EEUSP), manteve o ponto de vista da unidade, mostrando que o nome deveria ser Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, ABED, com o acréscimo da seção correspondente ao estado em que fosse criada.

Segundo relato de Haydée G. Dourado, "em 1945, depois de criada a Associação Brasileira de Enfermagem de São Paulo, adotou-se a idéia de esta entidade ficar paralela à de outros Estados que viessem a ter suas organizações". Essa idéia baseava-se em consulta feita por esta enfermeira, em São Paulo, à Associação Brasileira de Escritores, que lhe deu cópia de seu Estatuto. Baseando-se nele, sugeriu a atual organização da ABEn.

Maria Rosa S. Pinheiro está convencida de que foi o uso do nome uno que manteve a força da ABED e sua unidade no trabalho.

A primeira diretoria da Seção, eleita a 22 de fevereiro de 1946, em substituição à diretoria provisória, compunha-se dos seguintes membros: presidente, Edith de Magalhães Fraenkel (EEUSP); vice-presidente, Lúcia Jardim (Faculdade de Higiene e Saúde Pública — USP); 1.^a secretária, Zilda de Almeida Carvalho (EEUSP); 2.^a secretária, Jacira de Araujo Cintra (EE do Hospital São Paulo); tesoureira, Madre Fontenelle (EE do Hospital São Paulo). Conselho Fiscal: Romilda Cerqueira do Amaral Filha (Hospital das Clínicas, HC, da Faculdade de Medicina, USP), Corina Berlinck (HC — USP) e Berila Pinto de Carvalho (Santa Casa de Misericórdia de Santos) (3).

1946

Ao que parece, tanto a designação como a autonomia com as quais havia sido fundada duraram muito pouco tempo pois, na histórica reunião realizada a 4 de setembro desse ano, à qual compareceram vinte e sete associadas, o nome da nova associação já havia sido mudado para "Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas — Seção de S. Paulo"; nessa reunião "foi aprovada, por unanimidade de votos, a sugestão da Rvdma Madre Domineuc", para que fosse realizado um Congresso Nacional de Enfermagem. "Submetida à apreciação da ABED, foi esta sugestão aprovada no Rio de Janeiro" (4).

A se dar crédito, sem reservas de interpretação, às atas das reuniões da ABED, nem sempre muito claras, e, por vezes incompletas, o assunto "criação de seções ou núcleos" na ABED foi discutido pela primeira vez ao ser criado o "Núcleo do Distrito Federal", a 7 de novembro de 1946. Nessa reunião foi lida "comunicação da Presidente da Associação de São Paulo enviada à Pre-

sidente da ABED, juntamente com uma carta-convite e respectivo programa para o futuro I Congresso de Enfermagem que teria lugar em maio de 1947, em São Paulo". O nome "Seção de São Paulo" não apareceu na ata, mas sim o de Associação. Presume-se, portanto, que a idéia de "Seção", já aceita pelas enfermeiras de São Paulo, não havia ainda amadurecido suficientemente entre as enfermeiras do Rio de Janeiro, o que se deu naquela data, isto é, a 7 de novembro de 1946. Daí a confusão reinante, só desfeita com a reforma geral do estatuto procedida no mês seguinte, 9 de dezembro de 1946, quando a ABED foi completamente reestruturada; nele foram incluídas as Seções, Divisões e o Conselho Deliberativo, órgãos recém-criados. Já existiam as Seções de São Paulo, do Distrito Federal e da Amazônia. Outras poderiam ser criadas, desde que contassem com um mínimo de cinco enfermeiras e submettessem o seu regimento interno à aprovação da ABED. Uma das decisões tomadas foi de que cada Seção devia enviar a ABED cópias das atas de reuniões e relatório de suas atividades.

A revista *Anais de Enfermagem* de abril de 1948 publicou relatório da presidente da Seção de São Paulo, Edith Fraenkel, dando conta das atividades realizadas no ano de 1947. Dele constaram discussões preparatórias para elaboração do programa do I Congresso Nacional de Enfermagem, organização das comissões estaduais de Educação, Saúde Pública, Higiene Mental e de Propaganda, aprovação do regimento interno da Seção, participação da ABED — Seção de São Paulo, no Congresso Internacional de Enfermagem, relatório dos estudos realizados sobre a reestruturação da carreira do enfermeiro no Estado de São Paulo, além de leituras de relatórios de outros congressos de interesse da enfermagem e de trabalhos científicos, alguns dos quais elaborados pelas próprias sócias⁽⁵⁾. O número de presenças a essas reuniões ordinárias da Seção variou de 12 a 39, em média 28 associadas, no seu segundo ano de efetivo funcionamento.

1948

Em março de 1948, a Seção de São Paulo, reunida em Assembleia Geral, aprovou "proposta apresentada pela Comissão de Regimento Interno para criação de subseções da ABED em áreas do estado onde houvesse seis ou mais enfermeiras". Essa proposta motivou a reforma procedida no Estatuto da ABED, em julho de 1948, durante o II Congresso Nacional de Enfermagem, quando o capítulo "Das Seções" passou a ter como título "Das Seções e dos Distritos"; esses eram "núcleos da ABED funcionando nos Estados e Municípios onde existissem mais de cinco enfermeiras".

A diretoria, na época presidida por Glete de Alcântara (reeleita em 1950), passou a ter função coordenadora, compondo-se a Se-

ção de três Distritos: número um, criado em março, com sede em Santos, presidido por Berila Pinto de Carvalho; número dois, criado em abril na cidade de São Paulo, presidido por Diná Alves Coelho (Mathias) e o número três, fundado em maio desse ano, sob a presidência de Zilda Almeida Carvalho (Hughes), com sede em Araraquara. A Seção contava então com oitenta e cinco sócias quites⁽⁶⁾.

A Seção reunia-se em Assembléias Gerais das quais deviam participar obrigatoriamente os membros dos distritos e realizava reuniões administrativas da diretoria; os distritos promoviam reuniões ordinárias mensais, além das administrativas, como ainda hoje acontece.

Em 1954, durante o VII Congresso Nacional de Enfermagem, a presidente da Seção, Yolanda Lindenberg Lima, propôs a fusão da Seção com o Distrito n.º 2, de São Paulo; a Assembléia Geral da ABED decidiu que o assunto era da alçada da própria Seção, que optou pela fusão.

1954

Com a criação de outros distritos, passaram eles a ser designados pelo nome da cidade-sede; entre 1955 e 1956, foram criados os de Ribeirão Preto e São José dos Campos e, mais tarde, os de Campinas e Sorocaba. Desses, São José dos Campos e Sorocaba não estão funcionando. Atualmente existem quatro distritos atuantes: o de Santos, Araraquara, Ribeirão Preto e de Campinas.

O maior ou menor desenvolvimento dos distritos, como geralmente acontece com as seções estaduais, parece estar condicionado à existência de uma escola de Enfermagem onde possam funcionar, principalmente em seus primeiros anos de atividade; faltando o estímulo desta, verifica-se uma certa apatia entre os enfermeiros, o que tem levado alguns à inatividade; por outro lado, uma escola geralmente concentra maior número de enfermeiros, o que facilita a organização de associações.

A Seção de São Paulo foi sempre muito atuante, procurando orientar suas atividades de modo a alcançar os seus objetivos que, em última análise, visam a elevação da classe pelo desenvolvimento social e profissional de seus membros.

Dentre os inúmeros meios utilizados com esse fim destaca-se os de caráter cultural, pelo número de cursos que realiza.

Foi o berço dos Congressos nacionais; segundo Marina de Andrade Resende o I Congresso Nacional "foi, sem dúvida, o germe vitalizador do movimento associativo iniciado idealisticamente em 1926"; depois desse, responsabilizou-se pela organização do VI

CNEn (1952), VII CNEn (1954), XII Congresso Brasileiro de Enfermagem (CBEn) (1959) e o XXII CBEn (1970).

As primeiras reuniões da Seção foram realizadas na Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, sede provisória, que funcionava no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, e na Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo.

Conseguiu o nível universitário para os enfermeiros estaduais no Governo Carvalho Pinto, depois de vencer inúmeras dificuldades com esse e com os governos anteriores.

Possui o Boletim Informativo Paulista, BIP, iniciado em 1958; em diretorias anteriores, a comunicação com as associadas era feita por meio de cartas circulares. Em 1962 completou o pagamento de um conjunto de salas que não chegou a ser utilizado como sede; essa foi adquirida em maio de 1971.

Possui representação no Conselho Estadual de Saúde. Em 1970 promoveu o "Prêmio Enfermeira Paulista", entregue a Maria Rosa S. Pinheiro durante as comemorações da "Semana da Enfermagem" e, em 1971, a Maria de Lourdes Almeida, então chefe do Serviço de Saúde Pública de Araraquara.

SEÇÃO DA GUANABARA

(7-11-1946)

1946 A reunião da ABED realizada a 7 de novembro de 1964 foi movimentada. Aproveitando a presença de enfermeiras de outros Estados, a presidente Záira Cintra Vidal apresentou o problema da criação de núcleos ou associações estaduais, fazendo no quadro-negro um esquema ilustrativo.

Em entrevista concedida em 1972, Záira Cintra Vidal disse à autora que a idéia da criação de núcleos surgiu de uma viagem aos Estados Unidos da América do Norte a fim de fazer um curso de atualização; nesse país teve oportunidade de visitar a Associação Americana de Enfermeiras. Essa visita a fez perceber que era impossível uma só associação congregar todos os enfermeiros. Alguns anos depois sugeriu a Edith Fraenkel a "criação de subdivisões" e apresentou, na citada reunião, um esquema para a reorganização da ABED (⁷); nesse plano as enfermeiras do Distrito Federal formariam o núcleo do Distrito Federal.

Aprovada a idéia e aceito o plano, procedeu-se à eleição da primeira diretoria, empossada logo a seguir, composta de presiden-

te, Rosaly Taborda; vice-presidente, Maria de Castro Pamphiro; secretária, Lizelotte Hischel e tesoureira, Annita Dourado Teixeira.

Com a mudança da Capital Federal para Brasília em 1960 e a criação do Estado da Guanabara, a Seção do Distrito Federal passou a denominar-se Seção da Guanabara; foi eleita presidente, nessa segunda fase, Enedina Azevedo Ferreira e vice-presidente, Edméa Cabral Velho. Em 1975, houve fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, o que provocará, em 1976, a fusão das respectivas Seções Estaduais, com o nome de Seção do Rio de Janeiro.

A Seção tem sede própria desde 1964. Em 1971 auxiliou na criação da Associação Profissional dos Enfermeiros da Guanabara.

Responsabilizou-se pela organização do II CNE (1948), III CNE (1949), V CNE (1951), XVII CBEn (1965) e XXVIII CBEn e I Regional Sul-Americano do Comité Internacional Católico de Enfermeiras e Assistentes Médico-Sociais, CICIAMS (1976).

Destaca-se também, esta Seção, pelas atividades de caráter cultural e de defesa da classe; são inúmeros os cursos por ela realizados, tanto objetivando o desenvolvimento de seus membros como a título de colaboração com outras instituições.

Foi sede, ainda quando Seção do Distrito Federal, do X Congresso Internacional do Conselho Internacional de Enfermeiras (ICN) em 1953, e do II Congresso Latino-Americano de Enfermagem do CICIAMS, em 1961.

SEÇÃO DA AMAZÔNIA (1946) — SEÇÃO DO PARÁ

Em novembro de 1946, quando da reorganização da ABED, já existiam três "Seções" locais: as de São Paulo, do Distrito Federal e da Amazônia; esta última, com sede em Belém, Pará, "abrangia os Estados do Amazonas, Pará, Maranhão e territórios do norte: Amapá, Acre e Guaporé".

1946

Na primeira reunião do Conselho Deliberativo da ABED, realizada durante o I Congresso Nacional de Enfermagem, a 17 de março de 1947, estiveram presentes as presidentes das três Seções já criadas, membros natos do Congresso; Edith Fraenkel, Rosaly Taborda e Tessie Williams.

Tessie F. Williams, consultora do Instituto de Assuntos Inter-Americanos junto ao Serviço Especial de Saúde Pública, SESP, lotada no Programa da Amazônia de 1944 a 1950, deve ter tido papel preponderante na criação dessa Seção.

Os fatos acima relatados fazem crer que esta Seção foi criada entre fins de 1946 e princípios de 1947, por iniciativa das enfermeiras de Saúde Pública do SESP. A primeira diretoria deve ter sido a mesma citada em Anais de Enfermagem de 1948: Tessie F. Williams, presidente, Luciemir Tavares Abreu, vice-presidente; Ana Clara Fernandes, 1.^a secretária; Mariah Coelho de Sá, 2.^a secretária e Florina Castro, tesoureira. Na reunião de janeiro de 1948, foi apresentada chapa para eleição de vice-presidente e 1.^a e 2.^a secretárias, embora o Estatuto da ABED determinasse que "a presidente, a secretária e os quatro membros do Conselho Deliberativo, escolhidos pela Assembléia, fossem eleitos nos anos pares e os outros nos anos ímpares". Foram eleitas Carrie Reno Teixeira, vice-presidente; Lydia das Dores Matta e Celestine Wesnofske, primeira e segunda secretárias, respectivamente. Tessie F. Williams foi substituída, em 1950, por Leontina Gomes, diretora da Escola de Enfermagem Magalhães Barata desde 1946.

Com o aumento do número de enfermeiras na região e a criação de novas escolas, a Seção da Amazônia foi se desmembrando e deu origem às seguintes Seções: do Amazonas e do Pará, criadas a 27 de novembro de 1950; do Maranhão em 1958, e do Território Federal do Amapá, em 1961. A antiga Seção da Amazônia passou a chamar-se Seção do Pará a partir daquela data, continuando com a mesma diretoria, presidida por Leontina Gomes, substituída logo depois por Cacilda Rosa Bertoni.

A Seção do Pará responsabilizou-se pela organização do XVIII CBEn, realizado em julho de 1966. Tem sede própria.

SECÃO DE MINAS GERAIS

(5-2-1947)

Consta, nos arquivos da ABEn, que a Seção de Minas Gerais reiniciou suas atividades em 1952 com a eleição, em Assembléia Geral realizada no dia 8 de março, de Marina de Andrade Resende para exercer a presidência.

Sabe-se, entretanto que, no ano seguinte ao da sua criação em 1947, participou da programação do II Congresso Nacional de Enfermagem, realizado em julho de 1948, responsabilizando-se por uma de suas sessões de trabalho; presidiu a Sessão da Seção de Minas Gerais, presidente Waleska Paixão. Esta deve ter sido, por conseguinte, a primeira presidente da Seção.

A segunda diretoria teve como presidente, Noemi Geni dos Santos; vice-presidente, Isabel Pinto Coelho; 1.^a secretária, Edith Novais Pinto; 2.^a secretária, Romilda Volpe Campos e tesoureira, Liberalina Góes.

Por esta Seção foram organizados o VIII CBE (1955), XIII CBE (1960) e XXIV CBE (1972).

Possui sede própria. Em Minas Gerais funciona também o Distrito de Juiz de Fora.

SEÇÃO DA BAHIA

(12-5-1948)

A idéia de criá-la surgiu entre os docentes da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. Concretizou-se com a eleição da primeira diretoria que constou, na maior parte, de docentes da Escola de Enfermagem. A primeira presidente foi Olga Verderese; vice-presidente, Jacy Souza Moraes (Bahia); 1.^a secretária, Isabel Maria Mesquita; 2.^a secretária, Maria Cleyde Teixeira Barroso (de Oliveira); tesoureira, Maria Stella Braga.

Foi a Seção da Bahia que tomou a iniciativa da criação do Sindicato dos Enfermeiros, fundando a Associação Profissional das Enfermeiras da Bahia, APEB. Esta Seção responsabilizou-se pela organização do IV CNE (1950), XVI CBE (1964) e XXVII CBE (1975). Tem sede própria.

SEÇÃO DE GOIÁS

(14-5-1948)

Foi criada no dia 14 de maio de 1948, durante as celebrações da Semana da Enfermagem, por iniciativa de um grupo de enfermeiras de Goiânia e das diplomandas da Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo, sob a inspiração de Irmã Mônica de Lima, diretora da Escola.

Foram sócias fundadoras, além de Irmã Mônica de Lima: Irmã Maria Luiza Breyer, Izabel Cardoso Gomes Pinto, Aparecida Maria Jesuino de Souza, Marianinha Araujo Vale, Itala Signates Novais, Maria de Lourdes Ortiz Curado, Maria de Lourdes Mon-

teiro, Maria Batista Lima, Eriza Blandina Ferreira e Maria Margarida Neiva.

Nessa mesma data foi eleita a primeira diretoria: presidente, Irmã Mônica de Lima; secretária, Aparecida Maria Jesuino de Souza; tesoureira, Izabel Cardoso Gomes Pinto. A diretoria foi empossada dois dias após (16-5-1948), na presença do Secretário da Saúde do Estado de Goiás, do presidente da Legião Brasileira de Assistência, de autoridades civis e eclesiásticas e de estudantes da Escola de Enfermagem.

A Seção foi reconhecida de utilidade pública por meio da Lei Estadual n.º 6.642, de 30 de junho de 1967. Tem sede própria desde 1967.

SEÇÃO DE PERNAMBUCO

(6-8-1949)

A primeira presidente da Seção de Pernambuco foi Irmã Lidia de Paiva Luna, diretora da Escola de Enfermagem Nossa Senhora das Graças. Os outros membros da diretoria foram: Abyael Maria de Souza, vice-presidente; Irmã Terezinha Araújo, secretária; Maria de Lourdes Silva, tesoureira. O ato solene de instalação realizou-se sob a presidência de Edith Fraenkel, na época presidente da ABED.

Pelo Decreto-Lei n.º 5.579 de 1.º de julho de 1965 foi reconhecida como de utilidade pública. A partir de 1966, as atividades associativas tomaram grande impulso, inclusive com a aquisição da sede própria.

Responsabilizou-se pela organização do XI e do XX CBE, realizados em 1958 e 1968, respectivamente. Faz circular o Boletim Informativo da Seção. Está organizando a Associação Profissional.

SEÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(2-10-1949)

A Seção do Estado do Rio de Janeiro (ABEn-RJ) foi organizada durante o III Congresso Nacional de Enfermagem realizado na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1949.

A iniciativa coube a Aurora de Afonso Costa, diretora e fundadora da Escola de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro,

atualmente Escola de Enfermagem da Universidade Federal Fluminense. Segundo foi apurado em documentos esparsos, a instalação da Seção não foi imediata.

Foram sócias fundadoras: Aurora de Afonso Costa, Ermengarda Alves de Faria Alvim, Stella de Paiva Pires, Maria de Lourdes Costa, Maria Julieta Telles, Maria do Carmo Araújo, Maria Amélia Rangel Garcia, Marieta March, Eloya Arruda e Silvia Paes Barreto, entre outras diplomadas.

A primeira diretoria, eleita por aclamação, ficou assim constituída: presidente, Ermengarda Alves de Faria Alvim; vice-presidente, Marieta March; 1.^a secretária, Maria do Carmo Araújo; 2.^a secretária, Eloya Arruda; tesoureira, Silvia Paes Barreto.

A primeira reunião foi realizada no dia 2 de outubro de 1950, presidida pela vice-presidente, por solicitação da presidente Ermengarda de Faria Alvim, que considerou impossível assumir o cargo para o qual fora aclamada face a distância do município em que se achava atuando como enfermeira do Estado, isto é, Nova Iguaçu. Assim a direção da Seção ficou com a vice-presidente, Marieta March, até a realização de novas eleições para preenchimento do cargo.

A ABEn-RJ sempre atuou na cúpula da Secretaria de Saúde, em benefício da classe.

Dentre as realizações e conquistas da Seção, devem ser citadas as conseguidas pelas diretorias presididas por:

1) Maura Maria Pereira de Lima: enquadramento da enfermeira no nível técnico-científico, em 1958 e no nível universitário, em 1961; oficialização da Semana da Enfermagem no território fluminense, em 1960; reconhecimento da Seção como de utilidade pública, em 1961;

2) Izaura Lopes de Godoy: nível universitário para o enfermeiro, 1962; designação de uma coordenadora de Enfermagem para a Secretaria de Saúde; criação do Quadro de Auxiliar de Enfermagem, em 1963;

3) Irene de Azevedo: compra da sede própria, em 1965;

4) Maria Wanda Rodrigues de Oliveira: início do convênio com o PIPMO-MEC, para treinamento de atendentes;

5) Maria Amélia Rangel Garcia: promoção de cinco Encontros Regionais, em conjunto com a Seção da Guanabara e escolas de Enfermagem do Grande Rio; compra de dois terrenos em Saquarema (praia), de 15 x 30m cada um, para a Casa de Veraneio da Enfermeira.

A Seção hospedou o X Congresso Brasileiro de Enfermagem, em 1957.

Distrito de Campos — O primeiro Distrito foi o de Campos, criado em 1954; tem contado sempre com número reduzido de enfermeiros para compor adequadamente a diretoria. Em nenhuma época teve mais de 12 associadas por isso tem tido períodos de inatividade, mas nunca foi dissolvido completamente.

Nos anos de 1972 e 1973, com a contratação pela Santa Casa local e pelo Governo Fluminense de enfermeiras recém-graduadas, começou a funcionar regularmente. Em 1974 e 1975 passou novamente à inatividade.

Distrito de Volta Redonda — Criado em 1.º de fevereiro de 1956, foi reconhecido de utilidade Pública Municipal pela deliberação nº 372 de 7 de setembro de 1961. Sempre congregou em média vinte enfermeiras, embora no município sede e vizinhos haja cerca de cinqüenta graduados.

Este Distrito comemora a Semana da Enfermagem juntamente com o Centro de Estudos do Hospital da Companhia Siderúrgica. Promove painéis e simpósios, deslocando para lá conferencistas de São Paulo, Rio e Niterói.

O Distrito conseguiu junto à Prefeitura de Volta Redonda dar a uma rua central a denominação de “Marina de Andrade Resende” e recentemente (1974) conseguiu a denominação de Laís Netto dos Reys para uma rua da cidade de Resende, terra natal desta ilustre personalidade de nossa profissão. Muito concorreu para esta conquista a técnica de enfermagem Elcia Carneiro, residente em Resende e filiada ao Distrito de Volta Redonda.

SEÇÃO DO VALE DO RIO DOCE

(1949-1952)

Muito pouco se sabe sobre esta Seção. Na Assembléia Geral da ABED, realizada no dia 2 de dezembro de 1949, Eglantina Medeiros fez ligeira referência “a recentemente fundada Seção do Vale do Rio Doce”.

Foi citada pela primeira vez na revista Anais de Enfermagem de janeiro de 1950, figurando como presidente Clelia Teixeira. Acredita-se que esta tenha presidido a diretoria provisória. Os outros membros não foram citados.

Em outubro de 1951, a diretoria compunha-se de Nadir Matos Moura, presidente; Rosa Stellita de Souza, vice-presidente; Cândida Fernandes, 1.^a secretária; Judith Costa, 2.^a secretária; Rogélia G. Coimbra, tesoureira.

Em reunião da diretoria da ABED realizada a 25 de novembro de 1952, foi decidido, por sugestão da presidente Maria Rosa S. Pinheiro que, "devido a pouca estabilidade das enfermeiras do SESP que constituem essa Seção", fosse a mesma extinta; as enfermeiras de Aimorés e Governador Valadares deveriam passar para a Seção de Minas Gerais e as de Colatina deveriam reunir-se às de Vitória e formar a Seção do Espírito Santo.

SEÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

(23.9.1950)

Em 23 de setembro de 1950, reuniram-se no anfiteatro do Hospital de Pronto Socorro Municipal enfermeiras radicadas em Porto Alegre, com a finalidade de formar a Seção de Porto Alegre da ABED, posteriormente transformada em ABEn — Seção do Rio Grande do Sul. Foram suas sócias fundadoras: Olga Verderese, Irmã Suzana Boutin, Irmã Mariana Pereira Junho, Maria da Glória Leite Rozas, Diva Câmara e Odette Vitória Rita Mascagni. A 30 do mesmo mês e ano, foi realizada a primeira Assembléia Geral da ABED — Seção do Rio Grande do Sul, para eleição e posse da 1.^a Diretoria, que ficou assim constituída: presidente, Olga Verderese; vice-presidente, Irmã Mariana P. Junho; secretária, Odette Vitória R. Mascagni; tesoureira, Maria da Glória Leite Rozas.

Em 1951 foi fundada a Escola de Enfermagem de Porto Alegre, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), em cuja sede passaram a ser realizadas as reuniões da Seção.

Em 1960, a Seção foi reconhecida de utilidade pública. Nesse ano a Escola de Enfermagem da UFRS cedeu uma sala para a instalação da secretaria da Seção. A sede própria foi adquirida em 1970.

Esta Seção hospedou o IX e o XXI CBEn, realizados, respectivamente, em 1956 e 1969.

Na Seção funcionam dois Distritos: o de Santa Maria e o de Caxias do Sul.

SEÇÃO DO AMAZONAS

(27-11-1950)

A primeira diretoria da Seção do Amazonas, foi constituída por: Rosaly Rodrigues Taborda, presidente; Ethel Hardy, vice-presidente; Doralice Regina Ayres, 1.^a secretária; Maria Conceição Cavalcanti, 2.^a secretária; Georgette de Jesus Teixeira, tesoureira.

A Seção hospedou o XXIII CBEn, realizado em julho de 1971. Tem sede própria e faz circular o Boletim Informativo. Tem representação no Conselho Estadual de Saúde.

SEÇÃO DO CEARÁ

(18-6-1951)

Após o IV Congresso Nacional de Enfermagem, realizado na Bahia em dezembro de 1950, Irmã Cecília Fernandes, diretora da Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo (EESVP) de Fortaleza, apresentou à Congregação da Escola o relatório das atividades realizadas por ocasião desse congresso, com a finalidade de incentivar as enfermeiras docentes a tomarem parte no movimento de fundação de uma seção no Ceará.

Conseguindo um número satisfatório de enfermeiras para início dos trabalhos, estas reuniram-se na Escola e elegeram a diretoria que ficou constituída dos seguintes membros: Irmã Cecília Fernandes, presidente; Maria de Jesus do Vale, vice-presidente; Maria Luiza Teixeira de Alcântara, 1.^a secretária; Maria de Lourdes Costa, 2.^a secretária; Suzi Annette Cunha Lima, tesoureira.

No dia 18 de junho de 1951, com a presença de vinte e uma enfermeiras, na sede da EESVP tomou posse a diretoria eleita ficando, assim, fundada a ABE — Seção do Ceará.

A Seção organizou o XV CBEn, realizado em julho de 1963. Auxiliou na criação da Associação Profissional de Enfermeiros. Tem Boletim Informativo da Seção, BIC.

SEÇÃO DE SERGIPE

(12-4-1954)

Os trabalhos para organizar esta Seção foram realizados por uma diretoria provisória presidida por Isabel C. Macintyre, dire-

tora da Escola de Auxiliar de Enfermagem Dr. Augusto Leite. Um mês após sua criação tomou posse a primeira diretoria eleita, presidida por Opelina Rollemburg, enfermeira do Ministério da Saúde, lotada naquela cidade.

Em 1961 a Seção conseguiu a promulgação da Lei Estadual n.º 1.003, que proíbe o uso indevido do título de enfermeiro, no Estado. É reconhecida como órgão de utilidade pública.

SEÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

(12-5-1954)

A primeira diretoria da Seção tomou posse na abertura das comemorações da Semana da Enfermagem de 1954, em Vitória; a essa sessão compareceram onze enfermeiras. Foi sua primeira diretoria: Maria de Lourdes Oliveira, presidente e diretora da Escola de Auxiliares de Enfermagem do Espírito Santo; Izaltina Schirmer, vice-presidente; Guaraci Gonçalves Curvacho, 1.^a secretária; Raimunda Maranhão de Melo, 2.^a secretária; Déa de Souza Rego, tesoureira.

Por decisão da diretoria da ABEn, tomada a 28 de maio de 1965, foi indicada Clélia Luiza Gonçalves Pinto, presidente da Seção de Minas Gerais, para recolher oficialmente os documentos, bens e valores dessa Seção e encaminhá-los a diretoria da ABEn. A Seção foi extinta nessa data; estava inativa desde 1963.

Em abril de 1975, a diretoria da ABEN recebeu comunicado de enfermeiras desse Estado de que haviam decidido reabrir a Seção. Foi dada autorização. A diretoria provisória está sendo presidida por Erly Rabelo Brasil.

SEÇÃO DA PARAÍBA

(23-9-1954)

Foi fundada em reunião realizada a 23 de setembro de 1954, por iniciativa de Rosa de Paula Barbosa e orientação de Abyael Maria de Souza, da Seção de Pernambuco.

A primeira diretoria teve como membros: Rosa de Paula Barbosa, presidente; Irany Dantas Maciel, 1.^a secretária; Doralice Kluppel, 2.^a secretária; e Ana de Paula Barbosa, tesoureira.

João Pessoa foi a sede do XXV CBE, realizado em julho de 1973. Na Seção funciona o Distrito de Campina Grande.

SEÇÃO DO PARANÁ

(18-4-1956)

A Associação Brasileira de Enfermagem — Seção do Paraná foi criada em 18 de abril de 1956, por um grupo de enfermeiras vindas de outros estados, com experiência em associação de classe; a necessidade que todas sentiam de se reunirem em grupo para a defesa dos interesses da classe deu origem à Seção.

A primeira reunião foi realizada em uma das salas da Escola de Enfermagem Madre Leonie, com a presença de doze enfermeiras: Alice Michaud, Elze Vieira Souza, Terezinha B. G. Azeredo, Gerda Mitt, Ir. Maria Turkiewicz, Irmã Regina Magrin, Ir. Luiza Odila, Ir. Maria da Glória, Ir. Verônica Tartas, Ir. Maria Mônica, Maria Leda Vieira, Yacy Maria Arruda e uma convidada de honra, Olga Verderese, que estava em visita à Escola de Enfermagem Madre Leonie, fazendo parte da Comissão de Reconhecimento dessa Escola. Olga Verderese presidiu a reunião, orientando as enfermeiras e apresentando sugestões de como a ABEn poderia se tornar conhecida, para que fosse aceita pelo público.

A diretoria provisória foi formada por três membros: Alice Michaud, presidente; Maria Leda Vieira, secretária e Irmã Maria Turkiewicz, tesoureira.

A Seção participou das atividades da primeira Universidade Volante da Universidade Federal do Paraná, cuja finalidade era a promoção cultural no interior do Estado.

Em 1962, a Seção venceu sua primeira luta quando, pela Lei 4544 que dispunha sobre o sistema de Classificação de Cargos do Serviço Civil do Poder Executivo, as enfermeiras foram classificadas no nível universitário e foi criada a carreira do Auxiliar de Enfermagem.

Pelo Decreto n.º 9152 de 14-8-62, conseguiu a criação do Serviço de Enfermagem do Departamento de Saúde da Secretaria de Saúde e da Seção de Enfermagem na Divisão Técnica do Departamento de Unidade Sanitária. Além disso, a Seção colaborou na elaboração do regulamento dos serviços recém-criados e ainda conseguiu a criação do Serviço de Enfermagem na Divisão Hospitalar do Instituto de Previdência do Estado. Colaborou na criação do

Curso de Técnicos de Enfermagem da Escola Catarina Labouré, assessorou o concurso de auxiliares de enfermagem na Assembléia Legislativa, colaborou com o Conselho Estadual de Educação quando este legislou sobre currículo do curso de Auxiliar de Enfermagem, assessorou nos concursos para práticos de enfermagem e parteiras práticas, indicou membros da Associação para tomar parte na Comissão do Plano de Estruturação do Curso de Enfermagem do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná e para a Coordenação do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal do Paraná, iniciada em 1975 e colaborou na criação do Curso de Licenciatura em Enfermagem na Escola de Enfermagem Madre Leonie.

Esta Seção hospedou o XIV e o XXVI Congressos Brasileiros de Enfermagem, em 1962 e 1974, respectivamente.

Tem como órgão informativo da Seção, um boletim.

É representada no Conselho de Educação do Estado do Paraná.

A Seção criou um Distrito em Londrina, após aprovação da Diretoria da ABEn em maio de 1972, que só passou a funcionar a partir de fevereiro de 1973, quando foi eleita a primeira diretoria.

Tem sede própria.

SEÇÃO DO MARANHÃO

(4-10-1958)

Assumindo a direção da Escola de Enfermagem São Francisco de Assis, no ano de 1958, Irmã Patrícia Maria de Areia foi incentivada por Haydée Guanais Dourado para fundar a Seção do Maranhão.

Por meio de uma circular, Irmã Patrícia Maria de Areia convocou as enfermeiras de São Luís, que atenderam ao convite. No dia 4 de outubro de 1958, realizou-se a primeira reunião em uma das dependências da Escola de Enfermagem, presentes catorze enfermeiras. Foi eleita uma diretoria provisória que ficou assim constituída: presidente, Aldacy Raposo Nascimento; secretária, Raimunda Vieira de Paulo; tesoureira, Maria de Lourdes Mota Andrade.

Em uma segunda reunião, que se realizou no dia 18 de outubro de 1958, foi eleita a diretoria definitiva: presidente, Maria de

Lourdes Rodrigues Mota Andrade; 1.^a vice-presidente, Leonarda Teixeira; 2.^a vice-presidente, Irmã Patrícia Maria de Areia; 1.^a secretária, Raimunda Vieira de Paulo; 2.^a secretária, Neusa Coelho Santos; 1.^a tesoureira, Irmã Rosária Maria de Fortaleza; 2.^a tesoureira, Maria de Lourdes Silva Maia.

Principais conquistas desta Seção: criação do Boletim Informativo da Seção-Ma; organização de cursos de atualização para auxiliar de enfermagem e atendentes de serviço nos hospitais; reorganização do Serviço de Enfermagem do Hospital do Estado; conseguiu a nomeação de uma coordenadora para o Serviço de Enfermagem da Secretaria de Saúde do Estado; conseguiu a nomeação de dez enfermeiras para organizar e chefiar o serviço de enfermagem de hospital no interior do Estado; realização da 1.^a Jornada Maranhense de Enfermagem, por ocasião da Semana da Enfermagem; registro da Revista Maranhense de Enfermagem.

SEÇÃO DO PIAUÍ

(22-3-1959)

Aos vinte e dois dias de março de 1959, os trabalhos de organização dessa Seção foram realizados por iniciativa da Irmã Abrahide Alvarenga; nessa data foi eleita uma diretoria provisória, assim constituída: presidente, Irmã Abrahide Alvarenga; vice-presidente, Nair Albuquerque Moita; 1.^a secretária, Andrônica Almeida Borges; 2.^a secretária, Valmira da Costa e Silva; 1.^a tesoureira, Filomena Lelis Camelo; 2.^a tesoureira, Maria Barbosa do Espírito Santo.

Na solenidade de posse dessa diretoria esteve presente Izaura Barbosa Lima, membro da diretoria da ABEn na época.

A Seção faz circular Boletim Informativo.

SEÇÃO DE MATO GROSSO

(10-7-1959)

A ABEn — Seção de Mato Grosso foi criada por iniciativa de Edna Perri Ricci no dia 10 de julho de 1959, com dez enfermeiras. Nessa data foi feita eleição da diretoria, ficando a mesma assim composta: Adelaide de Almeida, presidente; Erzila de Almeida Ferri, vice-presidente; Odília de Carvalho Cunha, secretária; Maria Madalena Guimarães e Silva, tesoureira.

Nesse mesmo dia a diretoria da Escola de Auxiliar de Enfermagem Dr. Mario Corrêa da Costa cedeu uma das dependências da Escola para o funcionamento provisório da Associação.

Em 1965 iniciou a programação das celebrações da Semana da Enfermagem.

Em julho de 1971, a Associação Brasileira de Enfermagem — Seção de Mato Grosso foi registrada no Cartório do 1.^o Ofício Civil e Notas. Nesta data a Seção foi declarada de utilidade pública pela Lei Estadual n.^o 3.052 de 24 de agosto de 1971.

Durante todo o período de funcionamento da Seção várias enfermeiras associadas participaram de congressos, seminários, cursos, simpósios, jornadas, etc., em vários estados do país.

SEÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE

(15-5-1960)

A Associação Brasileira de Enfermagem — Seção do Rio Grande do Norte foi fundada a 15 de maio de 1960, por iniciativa das professoras da Escola de Auxiliares de Enfermagem e enfermeiras do Hospital das Clínicas. Iniciou com 12 (doze) sócias, sendo 9 (nove) da capital e 3 (três) do interior.

Foi organizada uma diretoria provisória constando dos seguintes membros: presidente, Irmã Anna Amasilles Rocha, (hoje Irmã Anna Thereza de Jesus Rocha); secretária, Maria Carmélia de Albuquerque; tesoureira, Oscarina Saraiva Coêlho.

A primeira diretoria eleita ficou assim constituída: presidente, Irmã Anna Amasilles Rocha; secretária, Oscarina Saraiva Coêlho; tesoureira, Maria Dalva Pereira de Souza.

Principais conquistas nos vários campos de atuação: a Associação Brasileira de Enfermagem Seção do Rio Grande do Norte, enfrentando as dificuldades próprias de uma seção pequena, sem os mínimos recursos para um bom funcionamento, vem, no decorrer destes 16 (dezesseis) anos, procurando elevar a profissão de Enfermagem através de: incentivo à capacitação profissional; atualização dos profissionais de enfermagem nos diferentes níveis; divulgação da profissão; divulgação dos feitos da ABEn Central; e incentivo às promoções da classe.

SEÇÃO DE BRASÍLIA, D. F.

(18-5-1960)

A Associação Brasileira de Enfermagem — Seção do Distrito Federal foi criada a 18 de maio de 1960, por iniciativa de Haydée Guanais Dourado e Maria José de Abreu.

Nessa data reuniram-se as enfermeiras de Brasília no Primeiro Hospital Distrital, e a Seção do Distrito Federal foi instaladasolemnemente em reunião presidida por Haydée Guanais Dourado, com a presença de 24 enfermeiras.

Foi, nessa ocasião, eleita a primeira diretoria, em caráter provisório, assim constituída: presidente, Irmã Catarina Colavitti; vice-presidente, Francisca Barbosa de Aguiar; 1.^a secretária, Clélia Márcia Córdova; 1.^a tesoureira, Cacilda Rosa Bertoni. A diretoria definitiva, eleita um pouco mais tarde, ficou assim constituída: presidente, Alice Andrade Maciel; 1.^a vice-presidente, Cacilda Rosa Bertoni; 1.^a secretária, Ermeline Boeing; 2.^a secretária, Jesulina Chaves de Oliveira; 1.^a tesoureira, Kelita Augusto Duarte.

Em 1967 hospedou o XIX CBEn. As enfermeiras de Brasília, principalmente Alice Andrade Maciel, Diva Câmara e Lydia das Dores Matta, colaboraram muito nos trabalhos da construção e arranjo final da sede da ABEn.

SEÇÃO DO AMAPÁ

(8-5-1961)

Essa foi a primeira Seção criada em território federal; da diretoria provisória fizeram parte Delzuite Souza Cordeiro, presidente; Solange Sanches, secretária e Wilma Pinto de Castro, tesoureira. No mesmo ano, 1961, foi eleita nova diretoria que teve como presidente, Maria Cecília Pedreira Cerqueira; vice-presidente, Nilza Carmen de Lemos; secretária, Akiko Kanazawa; e tesoureira, Arlete Marques da Silva.

Esta Seção teve vida breve. A 28 de maio de 1965, a diretoria da ABEn decidiu indicar Terezinha de Jesus Paes de Barros Andrade, presidente da Seção do Pará, para recolher oficialmente os documentos, bens e valores da Seção do Amapá e encaminhá-los à diretoria da ABEn. A Seção foi extinta.

SEÇÃO DE SANTA CATARINA

(13-3-1962)

A idéia da criação da Seção foi de Irmã Cacilda Hammers, diretora da Escola Auxiliar de Enfermagem Madre Benvenuta.

As enfermeiras catarinenses, em número muito reduzido, pertenciam à Seção do Rio Grande do Sul. A comunicação era muito difícil, determinando um verdadeiro isolamento em Santa Catarina. Além disso, sentiam que seus problemas diferiam do Estado vizinho, merecendo uma solução adaptada à sua própria realidade.

Irmã Cacilda Hammers procurou e obteve orientação e estímulo da presidente da ABEn na época, Marina de Andrade Resende, que presidiu a reunião em que a Seção foi criada.

A primeira diretoria foi constituída por aclamação entre as sócias fundadoras, ficando assim constituída: Otília Hammers (Irmã Cacilda Hammers), presidente; Flérida Goudinho Cardoso, vice-presidente; Alice Rego, 1.^a secretária; Maria Edite Primm, 2.^a secretária; Carmela Longo, tesoureira.

A Seção faz circular o Jornal da ABEn — SC "Prontidão" e mantém uma comissão especial para tratar da aquisição da sede própria. Está providenciando também a criação da associação profissional; conseguiu a classificação do enfermeiro no nível universitário em fevereiro de 1963; lutou pela criação da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina; promoveu cursos de atualização de conhecimentos e duas Jornadas Catarinenses de Enfermagem.

SEÇÃO DE ALAGOAS

(21-3-1963)

Foi a vigésima-quarta seção criada.

Era evidente o interesse da classe no sentido de fundar no Estado uma seção da Associação Brasileira de Enfermagem; esse interesse concretizou-se a 21 de março de 1963, quando um grupo de enfermeiras, em reunião presidida por Isabel Colquhoun Macintyre, com a presença de Marina de Andrade Resende, realizou a primeira sessão ordinária.

Foram iniciadas, a partir desse momento, as atividades para divulgação da enfermagem no Estado e a luta junto às autoridades constituídas pelo reconhecimento da profissão.

Foram sócias fundadoras: Isabel Colquhoun Macintyre, Cinira Alves de Mattos, Ivete Ferreira Santana, Anete Bento Viana, Yacy Lopes de Oliveira, Doriana Sampaio Mendonça, Maria Pereira Nascimento, Estela dos Humildes de Oliveira, Cleonice Falcão de Almeida, Alaide Romeiro Pereira, Rosa Maria Silva Medeiros e Irmã Irene Rocha.

A primeira diretoria foi assim composta: Isabel C. Macintyre, presidente; Anete Bento Viana, secretária; Yacy Lopes de Oliveira, tesoureira.

Atividades importantes: 1) criação do quadro de enfermeiros no Estado; 2) interrupção das atividades da Escola Prática de Aperfeiçoamento de Enfermagem e Obstetrícia "São Camilo de Lellis", dirigida por uma atendente de enfermagem.

Desde sua fundação, a Seção funciona na Escola de Auxiliares de Enfermagem de Alagoas, em uma sala cedida pela diretora da Escola.



Zaira Cintra Vidal



*Marina Bandeira de
Oliveira*



Waleska Paixão



Glete de Alcântara



Maria Rosa Souza Pinheiro

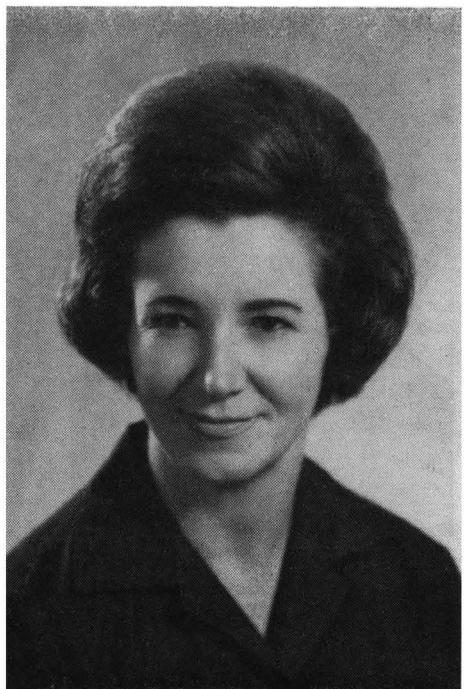


Marina de Andrade Resende



Da esquerda para a direita: 1) Celia Peixoto Alves, 2) Edith M. Fraenkel, 3) não Identificada, 4) Rachel Haddock Lobo, 5) Marina Bandeira de Oliveira, 6) Maria Oliveira Régis, 7) Alayne Duffles Teixeira Lott, 8) Iracema Guaranys Mello.

Clarice Della Torre Ferrarini



Circe de M. Ribeiro

NOTAS

CAPÍTULO VI

1. Os dados sobre cada uma das Seções foram enviados pelas respectivas diretorias, com exceção das abaixo relacionadas, cujas informações foram colhidas pela autora em vista de não ter chegado às suas mãos os dados solicitados: São Paulo, Pará, Minas Gerais, Vale do Rio Doce, Amazônicas, Ceará, Espírito Santo, Sergipe, Paraíba e Amapá.
2. Livro de Atas n.º 2.
3. A 27 de maio de 1946 foi enviada carta à presidente da ABED, Zaira Cintra Vidal, comunicando: 1) a eleição da primeira diretoria da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas de São Paulo; 2) a ordem do dia das reuniões realizadas nos meses de fevereiro, abril e maio desse ano.
4. A 5 de setembro de 1946, a secretaria da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas de São Paulo comunicou a Zaira Cintra Vidal, presidente da ABED que: 1) a anuidade da Associação havia passado de Cr\$ 80,00 para Cr\$ 120,00; 2) o envio da quota de Cr\$ 30,00 anuais por pessoa à ABED; 3) a lista das 39 associadas quites com a tesouraria da Associação.
5. O número de abril de 1949 de Anais de Enfermagem publicou, à p. 91, o relatório anual apresentado pela presidente da Seção de São Paulo, Glete de Alcântara (1948-1952).
6. A criação dos Distritos foi comunicada à presidente da ABED, Marina Bandeira de Oliveira, em carta a esta dirigida a 21 de maio de 1948.
7. O assunto foi tratado no capítulo III da primeira parte.

SEGUNDA PARTE

ENSINO E LEGISLAÇÃO DE ENFERMAGEM

I

PAPEL DA ABEn NA FORMAÇÃO DO ENFERMEIRO

Dentre as comissões permanentes da ABEn, duas tiveram papel relevante no desenvolvimento da enfermagem no Brasil; a de Educação e a de Legislação.

A primeira coube a tarefa de acompanhar, planejar e orientar todo o processo educacional da Enfermagem em seus três níveis de ensino, num contínuo esforço para que este fosse o mais apropriado às exigências de saúde do povo brasileiro. A segunda, a Comissão de Legislação, foi também intensamente dinâmica; é sabido que uma legislação adequada é essencial tanto ao ensino como à prática de qualquer profissão.

As atividades conjuntas dessas duas comissões contam uma significativa parte da história da Associação Brasileira de Enfermagem, intimamente relacionada com os interesses e aspirações do povo brasileiro, nesses últimos anos de desenvolvimento sócio-econômico e educacional mais rápido; essa meta — o desenvolvimento — aliada à mudança de alguns aspectos da nossa cultura foi a causa da afirmação da enfermagem como uma das profissões indispensáveis, na área da saúde, para atingir esse progresso.

Neste capítulo, serão relatadas as origens dessas duas comissões; especial destaque será dado à primeira, reservando-se para o capítulo seguinte os feitos da Comissão de Legislação. No que diz respeito, porém, à atuação frente aos problemas do ensino, ambas serão igualmente consideradas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO

Data de 1939 a primeira referência encontrada sobre a Comissão de Legislação; foram seus membros, Edith M. Fraenkel, Laís Netto dos Reys, Zulema Castro Amado e Hilda A. Krisch, presidente da Associação⁽¹⁾.

De 1939 a 1948, a diretoria parece ter tomado integralmente para si a responsabilidade pela resolução dos problemas de natureza legislativa: algumas vezes, indicava comissões especiais para o estudo de assuntos pertinentes e, outras, a própria presidente tomava as iniciativas.

Dada a natureza dos problemas sob sua alcada, a Comissão de Legislação sempre teve suas atividades estreitamente ligadas às de outras comissões, notadamente às de Educação e de Auxiliares de Enfermagem, e, em menor grau à de Defesa da Classe, enquanto estas duas últimas existiram.

Dentre as dezoito comissões instituídas pela ABEn ao longo da sua história, foi essa a de coordenação mais estável e a que sempre apresentou relatórios fartos de realizações.

Haydée G. Dourado participou da Comissão, sob a presidência de Marina Bandeira de Oliveira, de 1949 a novembro de 1951, quando foi indicada presidente. Desse ano a 1972, permaneceu à frente dos trabalhos, com apenas duas interrupções: 1) quando ocupou a vice-presidência da ABEn e presidiu a Comissão de Finanças, de julho de 1953 a julho de 1955; Beatriz Cavalcanti foi a presidente desse órgão técnico nesse período; 2) de 1956 a 1958, quando as suas atribuições como diretora do Centro de Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil não permitiram qualquer desvio do seu tempo para outros fins. Coube, então, a Josefa Jorge Moreira presidir a Comissão. Foram, portanto, dezesseis anos de serviços quase ininterruptos prestados à ABEn nessa comissão, estimulada tão somente pelo seu zelo pela enfermagem. Para o quadriênio 1972-1976, foi eleita coordenadora Maria Alves Amorim.

As características do trabalho de acompanhamento de projetos e anteprojetos de leis que afetam determinado grupo de profissionais exigem, da coordenadora desse órgão técnico, uma personalidade que se distinga por um espírito atento e penetrante, cuidadoso e detalhista, de fácil poder de comunicação, mas com humildade bastante para enfrentar, serena, os embaraços que fatal-

mente surgem. Não é fácil a tarefa mas tem sido desempenhada com denodo e dedicação por todos os que nela se empenharam (2).

Em 1955, Haydée G. Dourado dividiu o crescimento dessa comissão, após 1951, em duas fases: a primeira foi de expectativa do que os legisladores podiam fazer pela enfermagem, sem muito auxílio dos profissionais, enquanto a Comissão tratava de desenvolver, o seu próprio campo com a definição dos seus objetivos e a apresentação de plano de trabalho; a segunda, a partir de 1954, foi de contribuição. Destacaram-se, no início desta segunda fase, Maria Rosa Sousa Pinheiro, Haydée G. Dourado e Marina de Andrade Resende, que passaram a dar muito de seu tempo aos assuntos da Comissão. Segundo Haydée G. Dourado, Maria Rosa S. Pinheiro “enfraqueceu sua saúde, redigindo para o Senado até altas horas da noite”.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

“É a Associação Brasileira de Enfermagem que, pela Comissão de Educação, tem procurado sugerir o modo de tornar o ensino mais eficiente e mais adaptado às nossas realidades” (Marina de Andrade Resende).

Uma Comissão de Educação foi organizada pela primeira vez por Hilda Anna Krisch (1938-1941) em 1939 (3); seus membros foram Mirabel Smith Ferreira Jorge, Mafalda Leone e Hermínia Nogueira.

1939

Como em geral acontecia com algumas das comissões da Associação, as suas atividades confundiam-se com as da diretoria, sempre vigilante a todos os problemas da classe.

De 1939 a 1946, há referências sobre atividades relacionadas com o ensino, apenas no que diz respeito a projetos de criação de novas escolas. Assim, em maio de 1939, as enfermeiras foram alertadas pela presidente para o fato de estar sendo organizada, no Rio Grande do Sul, uma escola de enfermeiras “cujas bases não estão de acordo com as nossas” (4).

Projetos de criação de outras escolas foram anunciados nos anos de 1941 e 1944. Em 1941, a presidente, Edith M. Fraenkel (1941-1943), comunicou que devia partir para São Paulo a fim de organizar, naquela capital, uma “escola de enfermeiras”; em 1944, Mabel Faust compareceu a uma das reuniões da ABED e foi apresentada como a enfermeira canadense contratada por Dr. Barros Barreto (5) para organizar uma escola de enfermeiras, em Belém,

1941

Pará; nesse mesmo ano, Delizeth Oliveira Cabral foi indicada para representar a ABED na Comissão de Organização da Escola de Enfermagem do Estado do Rio (atual Escola de Enfermagem da Universidade Federal Fluminense), substituída por Ermengarda de Faria Alvim, em 1947.

1945

A idéia de criar-se um órgão que tivesse como finalidade estudar os problemas ligados ao ensino surgiu em 1944. Nesse mesmo ano foi lembrada, pela primeira vez, a possibilidade de organizar-se a Liga de Educação e a Liga de Saúde Pública, mas o projeto só foi oficialmente lançado na primeira reunião de 1945, realizada em maio, quando a presidente Záira Cintra Vidal (1943-1944) apresentou o plano anual de trabalho da diretoria; dele constaram os itens: "6.º — Organização da Liga de Educação e 7.º — Organização da Seção de Saúde Pública".

O assunto voltou a ser tratado nas reuniões seguintes de junho, julho e setembro. Em uma delas esteve presente a Senhora Wells, enfermeira norte-americana, que deu explicações sobre os objetivos da congênere da primeira, em seu país. Foi lembrado, então, que a Liga de Educação deveria ser constituída pelas diretoras das Escolas Ana Neri, de São Paulo, Carlos Chagas e Rachel Haddock Lobo, além de uma enfermeira representante da Divisão de Organização Sanitária (D.O.S.) e outra da Divisão de Organização Hospitalar (D.O.H.), ambas do Ministério da Educação e Saúde.

Na reunião de setembro, presentes vinte e sete associadas, foram criadas como divisões, ao invés de ligas, tendo sido indicadas presidentes provisórias Edith M. Fraenkel, para a Divisão de Ensino de Enfermagem, e Safira Gomes Pereira, para a Divisão de Saúde Pública.

1946

Somente em novembro de 1946, porém, as duas divisões foram definitivamente estabelecidas. De acordo com o que ficou deliberado, poderiam pertencer à Divisão de Ensino de Enfermagem, logo depois denominada Divisão de Educação, as enfermeiras que integravam o corpo docente das escolas de Enfermagem e as superintendentes de serviços e, à Divisão de Enfermagem de Saúde Pública, toda enfermeira com exercício nesse setor (⁶).

Tanto a primeira como a segunda divisão deveriam reger-se por Estatutos (⁷) próprios que, a essa altura, já estavam sendo elaborados pelas respectivas presidentes. Desde que foram iniciadas suas atividades, foi exigida uma mensalidade de cinco cruzeiros (antigos) de suas associadas "sendo facultada a doação de quan-

tias mais elevadas". Os objetivos da primeira eram: 1) estudar todos os assuntos relacionados ao ensino de Enfermagem; 2) procurar melhorar as padrões de Enfermagem a fim de prestar melhor assistência ao público; 3) cooperar com a ABED, no sentido de desenvolver o senso de responsabilidade e interesse pelos assuntos referentes à Enfermagem entre os membros que se dedicavam à administração de escola, ao ensino e à supervisão de estudantes (8).

Com a perspectiva da realização de um primeiro congresso de Enfermagem em 1947, essas duas divisões começaram a agir; a Divisão de Educação, com planos para organizar "cursos em administração e ensino para enfermeiras chefes, em diversos pontos do país" (9), marcou suas primeiras reuniões para novembro de 1946, no Rio de Janeiro, com vistas, naturalmente, à seleção dos temas a serem abordados no congresso. Na primeira delas, Ella Hasenjaeger apresentou o programa provisório do congresso, por ela já elaborado, que foi aprovado por aclamação pelos membros presentes.

Nas reuniões seguintes, realizadas também no mês de novembro, foi discutido e aprovado o regimento interno da Divisão de Educação e eleita a primeira diretoria definitiva: presidente, Edith de Magalhães Fraenkel; vice-presidente, Laís Netto dos Reys; 1.^a secretária, Celina Viegas; 2.^a secretária, Glete de Alcântara; tesoureira, Josefa Jorge Moreira. Conselho Consultivo: Waleska Paixão, Irmã Matilde Nina e Olga S. Lacorte (10).

Desses encontros resultou o "reconhecimento unânime da necessidade premente de cursos para a formação de enfermeiras chefes e instrutoras"; uma comissão, formada por Olga S. Lacorte, Waleska Paixão, Maria Rosa S. Pinheiro, Zaíra Cintra Vidal e Ir. Matilde Nina foi encarregada de estudar a organização desses cursos. Edith M. Fraenkel informou, por essa ocasião, que um programa com tal finalidade ia ser posto em execução na Escola de Enfermagem de São Paulo, a título de experiência, "dada a necessidade premente de dar às alunas conhecimentos sobre supervisão e ensino a fim de que não cometam erros graves ao passarem de simples alunas a chefes sem terem tido preparo prévio para isto" (8).

Em dezembro de 1946, Olga S. Lacorte pediu que a Divisão de Educação solicitasse à Escola de Enfermagem Ana Neri as publicações e os documentos existentes sobre as reuniões de diretoras de escolas de Enfermagem realizadas anteriormente, nas quais haviam sido discutidos problemas de ensino, "e que foram como que uma

preparação para a existência desta Divisão". Sua petição, apresentada por escrito, propunha que se incluísse, nas atas dessas reuniões, uma *nota* sobre os trabalhos então efetuados, destacando-se, entre eles, "o bloco de realizações levadas a efeito por iniciativa de Laís Netto dos Reys, promovendo as reuniões de diretoras e as Semanas de Enfermagem, primeiro movimento organizado, permanente, para estudo dos problemas profissionais no Brasil".

1947 Tanto a Divisão de Educação quanto a de Enfermagem de Saúde Pública tiveram papel de relevância no I Congresso Nacional de Enfermagem; os primeiros temas abordados nesse encontro, ou se referiam a problemas de ensino em cursos de graduação em Enfermagem, ou a problemas de Saúde Pública; em menor escala, foram apresentados trabalhos sobre a assistência à mãe e à criança e sobre a formação de auxiliares de enfermagem (11).

O problema da formação da enfermeira chefe foi considerado tão urgente que a Divisão de Educação tomou-o como um dos seus principais tópicos de estudo naquele conclave. Vários trabalhos focalizaram o assunto, considerado então de especialização; dentre eles, destacou-se o de Maria Rosa S. Pinheiro, vice-diretora da Escola de Enfermagem de São Paulo, que apresentou um programa de administração e supervisão para cursos de emergência (12).

Na introdução do primeiro relatório da Divisão de Educação, apresentado nesse congresso, sua presidente, Edith M. Fraenkel, fez uma síntese da história da criação dessa divisão.

"Foi a enfermagem de saúde pública, durante longo tempo, o centro de nossa atenção e aquela à qual dedicamos cuidado especial durante o curso básico, desde o início de nossa primeira escola de enfermagem. (...)

Só em 1945, após o regresso dos Estados Unidos de nosso eficiente presidente* se cogitou de levar avante o que fora planejado no artigo 40, letra "b" dos Estatutos em vigor na ocasião (13).

Em reunião extraordinária da Diretoria, a 9 de julho do mesmo ano, analisando os objetivos das Divisões frisou a Sra. presidente a necessidade de sua criação como órgãos encarregados do estudo dos vários ramos da enfermagem, figurando em primeiro plano — o problema do ensino. Debatido o assunto foi sugerido o estabelecimento de uma Divisão de Ensino de Enferma-

* Zafra Cintra Vidal.

gem, nome mudado depois para Divisão de Educação. (...)

(...) Foram formulados os seguintes objetivos para a Divisão: 1) organizar o programa de um curso básico de enfermagem para todas as enfermeiras, de modo a torná-las aptas a prestarem melhores cuidados de enfermagem ao público, assim como assegurar às enfermeiras diplomadas o tipo de preparo necessário ao bom desempenho de suas funções, nos vários ramos de serviço; 2) preparar o currículo teórico mínimo para curso de enfermagem; 3) fixar a duração dos estágios práticos nas diversas clínicas; 4) estabelecer normas para o preparo das auxiliares de enfermagem" (8).

Um novo Regimento Interno da Divisão, elaborado por uma comissão constituída por Ruth Borges Teixeira, Amalia Corrêa de Carvalho e Ella Hasenjaeger, foi aprovado em novembro de 1947. Alguns aspectos desse documento mostram a evolução desse órgão técnico da ABEn, que funcionava como se fosse uma entidade autônoma, com estrutura administrativa própria.

À Divisão poderiam pertencer: 1) diretoras de escolas de Enfermagem reconhecidas pela ABED; 2) diretoras de serviços de Enfermagem Hospitalar, de Saúde Pública, e de outras organizações que se relacionassem com o ensino de Enfermagem; 3) professoras, supervisoras e enfermeiras-chefes que lidassem com estudantes de cursos básicos de Enfermagem; 4) enfermeiras diplomadas, membros da ABED, responsáveis pelo ensino das "Escolas de Práticos reconhecidas pelo Estado ou pela União".

Foram determinados outros três tipos de membros: ativos remidos (os que contribuiam com dois mil cruzeiros de uma só vez); ativos mantenedores (de anuidade de cento e vinte cruzeiros) e ativos (de anuidade de cinqüenta cruzeiros).

Contava com os seguintes órgãos administrativos: Diretoria, Conselho Fiscal, Conselho Deliberativo e Assembléia Geral.

Possuía, também, suas próprias comissões permanentes. As que constaram do primeiro regimento da divisão foram as seguintes: 1) de Currículo Mínimo para Curso Básico, que deveria apresentar o currículo mínimo exigido para reconhecimento de escolas de Enfermagem; 2) de Bibliografia Didática, cuja atribuição era recomendar livros estrangeiros para tradução e determinar os livros indispensáveis a uma biblioteca de escola de Enfermagem; 3) de Publicidade; 4) de Informações, que deveria prestar infor-

mações sobre os problemas de Enfermagem ao público e à classe médica, fazendo ressaltar a necessidade de enfermeiras diplomadas no Brasil e, consequentemente, a necessidade urgente da criação de novas escolas de Enfermagem; 5) de Finanças; 6) de Elegibilidade, com o objetivo de propor e recomendar sócias e verificar se estavam quites com as seções estaduais; 7) de Cursos Pós-Graduados; 8) de Higiene Mental e Enfermagem Psiquiátrica, com a finalidade de procurar conhecer bem os hospitais de Psiquiatria, para determinar os que apresentassem condições favoráveis ao estágio de estudantes, e obter livros e folhetos sobre Higiene Mental para as bibliotecas das escolas de Enfermagem. Além destas, havia ainda as comissões conjuntas (*Anais de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem*) e as comissões especiais, dentre as quais foram citadas as de Estatuto, Preparo de Cédulas e de Eleições.

LEGISLAÇÃO DO ENSINO DE ENFERMAGEM E ENFERMAGEM OBSTÉTRICA

1948

Em 1948, a Divisão de Educação e a vice-presidente da ABED em exercício (¹⁴), Marina Bandeira de Oliveira, que era, também, presidente da Comissão de Legislação, exerceram grande atividade no estudo e acompanhamento do Projeto de Lei n.º 92-A/48, que dispunha sobre o ensino de Enfermagem. Esse projeto (¹⁵), de suma importância, apresentava pontos considerados falhos pelas enfermeiras educadoras.

A Divisão de Educação da ABED coube estudar o projeto e propor as emendas julgadas necessárias, assim como organizar o currículo mínimo e determinar o regime escolar dos cursos previstos, que deveriam, futuramente, constar do regulamento da lei. Para esse fim foi indicada a Comissão de Currículo da Divisão de Educação, integrada por Laís Netto dos Reys, presidente, Irmã Matilde Nina, Aurora A. Costa, Záira Cintra Vidal e Maria Rosa S. Pinheiro, assessoradas por Ella Hasenjaeger. Além desses elementos faziam parte da Comissão Edith Fraenkel (1948-1950) como presidente da ABED e a Ir. Helena Maria Villac, presidente da Divisão de Educação (¹⁶). Em sua primeira reunião, realizada em maio de 1949, ficou decidido que seriam organizadas subcomissões compostas de cinco membros, cujas presidentes, uma de cada um dos três estados — Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo — seriam escolhidas pela Comissão de Currículo. A essas subcomissões caberia distribuir as matérias pelas séries do curso, determinar o número de horas de aula e de estágio de cada disciplina e o conteúdo das unidades do programa. Foram distribuídas

abrangendo as seguintes áreas: Ciências Biológicas, para São Paulo; Ciências Sociais, Bahia; Ciências Médicas, Minas Gerais; Enfermagem e Artes Aliadas, Rio de Janeiro. Na segunda reunião foi determinado o número de horas-aulas de cada uma das disciplinas do currículo mínimo e o número máximo de horas semanais de atividades⁽¹⁷⁾.

Ainda em 1948, foi discutido o problema do ensino de Enfermagem Psiquiátrica, que estava sendo ministrada em apenas algumas escolas e havia sido objeto de discussão no primeiro congresso. Ella Hasenjaeger, Ir. Matilde Nina e Maria C. Pamphiro foram indicadas para estudar as possibilidades de filiação para o ensino dessa disciplina. Em seu relatório, Ella Hasenjaeger concluiu que no Brasil não havia enfermeiras preparadas nesse setor e que, pelo que conhecia, o curso de pós-graduação da Universidade de Pittsburgh, nos Estados Unidos da América do Norte, era o melhor para o preparo de enfermeiras para o trabalho, em situações como a deste país.

Em abril de 1949, foi apresentado à Divisão de Educação o estudo do Projeto 92-A/48, realizado por uma comissão especial por esta indicada. O projeto foi aceito, com exceção do artigo 20, que tratava da obrigatoriedade do funcionamento de cursos de Auxiliar de Enfermagem em cada centro universitário ou na sede de faculdades de Medicina. Esse projeto transformou-se na tão esperada Lei n.º 775/49, sobre o ensino de Enfermagem no país, aprovada em agosto de 1949; o artigo 20 foi conservado na sua forma original.

1949

A regulamentação dessa lei certamente exigiria alteração nos programas elaborados.

Lei n.º 775/49 — Dispõe sobre o ensino de enfermagem no País e dá outras providências.

A Lei n.º 775/49⁽¹⁸⁾ não constituiu para o ensino de Enfermagem a meta final desejada pela ABED. Alguns pontos deram margem a discussões posteriores e foram motivo de novos trabalhos da Divisão de Educação e Comissão de Legislação, em busca de soluções mais adequadas e consentâneas com os interesses de uma classe que, tendo escolhido como paradigma a enfermagem norte-americana, que se encontrava cinqüenta anos à sua frente, desejava evoluir com alguma pressa.

1949

O ensino de Enfermagem em nível de 1.º grau, existente desde 1941, encontrou amparo legal nesse lei que determinou os requi-

sitos mínimos para a organização e funcionamento dos cursos de Auxiliar de Enfermagem, com a finalidade de preparar esse pessoal para auxiliar o enfermeiro no seu trabalho no campo hospitalar. Era uma aspiração da classe que reconhecia a valiosa contribuição que os elementos auxiliares vinham prestando, a necessidade imprescindível de sua utilização e a importância de um preparo bem planejado para o atendimento da população necessitada de assistência.

Em época anterior à criação da primeira escola de Enfermagem em 1923, o atendimento aos pacientes hospitalizados, com exceção das instituições que mantinham enfermeiras estrangeiras e algumas poucas diplomadas pelas escolas de Enfermagem, então existentes no Brasil, era feito por pessoas com alguma experiência, mas carentes de qualquer tipo de preparo formal. O Decreto n.^º 16300/23, que aprovou o Regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública, criou também, como já citado, os cursos de "visitadoras de higiene" com a finalidade de dar alguma instrução aos elementos que iriam auxiliar na Enfermagem de Saúde Pública, até que pudessem ser substituídas pelas enfermeiras que estavam sendo preparadas na recém-criada Escola do Departamento Nacional de Saúde Pública. Apareceram mais tarde outros elementos auxiliares aos quais a legislação procurou amparar sem, no entanto, preocupar-se com a confusão que poderia acarretar a diversidade de designações que estavam recebendo; tais foram, as irmãs de caridades (Dec. n.^º 22257/32), os enfermeiros práticos (Dec. n.^º 23774/34) e os práticos de enfermagem (Decreto n.^º 8778/46).

A evolução natural parecia indicar que a criação dos cursos de Auxiliar de Enfermagem era a resposta esperada para que houvesse certa uniformidade na formação de pessoal de enfermagem, nesse nível. Por razões diversas, entretanto, os decretos acima citados somente foram revogados alguns anos mais tarde.

O campo de Saúde Pública para as atividades desse nível não mereceu a mesma atenção dos legisladores; as visitadoras de Higiene, ou visitadoras sanitárias, continuaram a ser preparadas em cursos de duração variável que funcionavam junto aos órgãos oficiais de saúde.

A par dessa complexa situação, a Lei 775/49 tornava obrigatória a manutenção dos dois cursos — de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem — nas escolas oficiais, ponto considerado por alguns como uma das maiores falhas da lei⁽¹⁹⁾. Apesar da medida não ter tido repercussão totalmente favorável entre as escolas uni-

versitárias, a ABED não tomou iniciativa alguma para modificá-la, a não ser uma tentativa que foi feita para evitar essa determinação quando o projeto ainda se encontrava no Senado.

Quatro outros aspectos da lei passaram a fazer parte da pauta das atividades da ABED com certa constância, exigindo os abnegados esforços da Divisão de Educação e Comissão de Legislação.

Durante um período de sete anos, a contar da publicação da lei (1949-1956), as escolas de Enfermagem poderiam continuar recebendo candidatos apenas com certificado de conclusão de curso ginásial ou equivalente. Até a promulgação da Lei n.º 2995/56, que prorrogou esse prazo por mais cinco anos, essas comissões mantiveram-se em constante atividade a fim de que uma legislação mal orientada não viesse a prejudicar a classe.

A fiscalização dos cursos de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem deveria ser feita, de acordo com instruções aprovadas pelo Ministério da Educação e Saúde, por inspetores itinerantes diplomados em Enfermagem e subordinados à Diretoria do Ensino Superior⁽²⁰⁾. Essa fiscalização sempre constituiu preocupação para a ABEn. O artigo em que foram fixadas tais determinações continha também a promessa da criação de um órgão próprio para cuidar dos assuntos referentes ao ensino de Enfermagem.

O terceiro aspecto, contido no artigo 23, dizia respeito à subvenção que o Poder Executivo prometia a todas as escolas de Enfermagem que viessem a ser fundadas no país e à ampliação do amparo financeiro concedido às já existentes. Essa determinação vinha ao encontro das necessidades das escolas; sua existência não impediu, porém, que o ensino da Enfermagem, principalmente na área das escolas particulares, sempre lutasse com grandes dificuldades financeiras e o assunto *subvenção* continuasse a merecer a atenção da ABEn.

Em quarto lugar, vinha o problema da formação das enfermeiras obstétricas, tratado no artigo 22 desta lei. Em virtude dos cursos de Enfermagem e de Obstetrícia funcionarem independentemente um do outro, e também porque algumas escolas de Enfermagem vinham formando enfermeiras obstétricas em cursos de especialização ou de pós-graduação (art. 3.º do Decreto n.º 27426/49), começou a surgir, logo, certo mal-estar entre esses dois grupos de profissionais, cada um tratando de lutar pelos seus direitos que supunham prejudicados pelo grupo supostamente antagônico.

Como tentativa para resolver esse último problema, surgiram, um pouco mais tarde, os Projetos de Lei n.º 2640/52, n.º 3082/57

— 114/59, n.^o 3803/62 e o Parecer n.^o 303/63 do Conselho Federal de Educação.

1950

Em janeiro de 1950, logo após o III Congresso Nacional de Enfermagem, a Comissão de Currículo, depois de reorganizada, voltou a reunir-se ainda sob a presidência de Laís Netto dos Reys. Nessa data foi feita uma redistribuição das tarefas relacionadas com os programas das disciplinas do currículo, recaindo sobre São Paulo e Rio toda a responsabilidade do trabalho, por contarem com maior número de enfermeiros com cursos de pós graduação. Os programas, depois de organizados, foram apresentados e estudados pela Comissão em reuniões realizadas durante o IV Congresso (21).

Com a moléstia e posterior falecimento de Laís Netto dos Reys, a 3 de julho de 1950, Maria Rosa S. Pinheiro substituiu-a na presidência da Comissão de Currículo.

Em novembro de 1950, foram aprovadas novas alterações no regimento interno da Divisão; a presidente seria eleita em assembleia geral e deveria escolher os demais membros da diretoria. As comissões permanentes eram as seguintes: 1) de Diretoras de Escolas; 2) de Divulgação; 3) de Finanças; 4) de Recrutamento de Sócios; 5) de Cursos de Pós-Graduação; 6) de Auxiliares de Enfermagem; e 7) de Regimento Interno. A Comissão de Diretoras ficou com as atribuições da antiga Comissão de Currículo e de Bibliografia Didática. As assembleias gerais deveriam reunir-se uma vez ao ano, durante os congressos nacionais.

1952

Em abril de 1952, a Divisão, agora sob a presidência de Maria Rosa S. Pinheiro, indicou uma comissão para dar parecer sobre o Código de Ética, em elaboração, e Haydée G. Dourado propôs que fossem também indicadas comissões especiais: 1) para fazer uma estimativa da necessidade numérica de enfermeiros e de pessoal de enfermagem; e 2) para estudar o estado atual do preparo de parteiras.

Lei n.^o 2995/56 — Prorroga o prazo que restringe as exigências para instruir matrícula aos cursos de enfermagem, nos termos do parágrafo único do artigo 5.^o da Lei n.^o 775/49.

1953

Em 1953, foi apresentado na Câmara Federal, pelo deputado Novelli Junior, o Projeto de Lei n.^o 2991/53, que estendia por mais sete anos, a partir de 1957, o prazo de exigência de secundário completo para admissão às escolas de Enfermagem (22). Quando o projeto estava na Comissão de Educação e Cultura, o seu relator solicitou o pronunciamento da classe a respeito do assunto. Movi-

mentou-se logo a Comissão de Legislação, pedindo ao relator um prazo para que a Divisão de Educação fosse consultada. Essa divisão decidiu que deveria basear seu parecer na opinião das próprias escolas de Enfermagem e, com esta finalidade, enviou um questionário às diretoras de todas as escolas então existentes. Pedia que os professores privativos e não privativos⁽²³⁾ e os diretórios acadêmicos se manifestassem sobre três pontos: "1) a lei deverá estabelecer que, a partir de 1957, todas as escolas de enfermagem só admitam estudantes com curso secundário completo; 2) em 1957 a lei só deverá estabelecer esse requisito de admissão para as escolas universitárias; 3) em 1957, esta escola poderá exigir o secundário completo de seus estudantes".

A iniciativa da Divisão de Educação não teve êxito. De um total de vinte e cinco escolas, dezessete devolveram o questionário; destas, apenas oito opinaram pela exigência de secundário completo para todas as escolas. O resultado não foi considerado representativo porque não era a opinião da maioria absoluta das escolas⁽²⁴⁾.

Nas reuniões da Comissão Permanente de Diretoras de Escolas de Enfermagem da Divisão de Educação⁽²⁵⁾, realizadas em fins de janeiro de 1954, as diretoras chegaram à conclusão de que esse prazo deveria ser dilatado por mais sete anos a fim de que as escolas tivessem tempo de preparar seu corpo docente para o ensino em nível superior. Essa comissão havia assumido o compromisso, perante a ABED, de dar parecer definitivo sobre o assunto; a Comissão de Legislação vinha insistindo sobre esse parecer uma vez que o prazo para a sua apresentação, já prorrogado, estava por findar.

Para facilitar o seu andamento, foi organizada uma subcomissão da Comissão de Diretoras para fazer uma pesquisa a fim de verificar as possibilidades reais das escolas. Com a promessa da vinda em 1955, de uma consultora em pesquisa, sob os auspícios da Repartição Sanitária Pan-Americana, para auxiliar no Levantamento dos Recursos e Necessidades de Enfermagem, iniciado em 1956, foi solicitada nova extensão do prazo para a apresentação do parecer.

A classe, dividida em suas opiniões, tornava o assunto por demais polêmico e, por isso mesmo, de difícil decisão. A conhecida escassez de enfermeiros e o temor de que diminuisse de modo assustador a procura dos cursos de Enfermagem, de um lado, e o desejo de melhorar o nível do ensino, de outro, tornavam as discussões acaloradas.

No IX Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1956, os enfermeiros foram informados pela presidente de que fazia já três anos que o deputado Lauro Cruz, relator do projeto na Comissão de Educação e Cultura da Câmara, estava esperando que os enfermeiros se pronunciassem. A Comissão de Educação da ABEn⁽²⁶⁾ havia reunido várias vezes as diretoras das escolas em busca de uma solução definitiva para o assunto. Esta veio em forma de um substitutivo apresentado por Waleska Paixão adiando por mais cinco anos o prazo para aquela exigência e permitindo às escolas, que estivessem em condições, organizarem turmas selecionadas de estudantes, com colégio ou equivalente. Tanto em um como no outro caso, o diploma conferido seria o de enfermeiro. Este substitutivo foi totalmente aceito pelo relator.

A 10 de dezembro desse mesmo ano, 1956, foi sancionada a Lei n.º 2995/56, adiando por mais cinco anos aquela exigência, isto é, de 1956 a 1961; não mencionava, entretanto, a possibilidade de realização de dois cursos, com exigências diferentes de escolaridade. A partir desse último ano a enfermagem firmou-se definitivamente em sua condição de profissão de nível universitário⁽²⁷⁾.

Esse novo prazo deveria terminar em agosto de 1961, mas em fevereiro desse ano, além das cinco escolas que já estavam exigindo o segundo ciclo⁽²⁸⁾, outras quatro abriram inscrições ao exame de habilitação somente para candidatos desse nível, perfazendo um total de nove escolas. A Escola de Enfermagem de São Paulo, da Universidade de São Paulo manteve, de 1958 a 1961, dois cursos paralelos, um com exigências de apenas ginásio e o outro, de secundário completo.

Marina de Andrade Resende, escrevendo sobre a situação do "Ensino de Enfermagem" em 1961, assim se expressou ao referir-se à Lei n.º 2995/56: "(...) A tolerância é uma virtude que pode ter como reverso um aspecto indesejável ou negativo; onze anos de tolerância no que, desde 1949 deveria ter colocado o ensino de enfermagem em grau superior, tem determinado um conformismo a padrões tradicionais no que se refere à situação atual das escolas e, mais perigosamente, no que se refere ao futuro da própria enfermagem".

Atuação da Subcomissão de Diretoras de Escolas de Enfermagem

1954

Em 1954, Maria Rosa S. Pinheiro foi eleita presidente da ABEn e Celina Viegas, presidente da Divisão de Educação.

A partir desse ano, entrou em franca atividade, sob a presi-

dência de Waleska Paixão, uma Comissão Permanente de Diretoras de Escolas de Enfermagem (25), órgão técnico de consulta da Divisão de Educação, cuja finalidade era “contribuir no traçado das diretrizes do ensino de enfermagem em seus vários níveis”; percebeu a ABEn que o contato e a troca de idéias efetivadas durante as reuniões dessa comissão eram indispensáveis à formação de um consenso das diretoras em todos os pontos essenciais para o preparo de enfermeiros. Nesse ano a diretora da Escola de Enfermagem (EE) de Porto Alegre, atualmente EE da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Maria de Lourdes Verderese, enviou carta à presidente da Comissão de Diretoras propondo que fosse discutida a possibilidade dessa comissão ser transformada em Associação das Diretoras de Escolas de Enfermagem, com diretoria própria. A idéia, provável precursora de uma futura associação de escolas de Enfermagem, não teve ressonância na época, mas concretizou-se vinte e um anos depois, em 1975.

Para as reuniões de estudo programadas para fins de janeiro de 1954, foi escolhido como tópico central o tema “Meios para desenvolver o espírito de enfermagem no aluno e nas enfermeiras”. Além desse, foi também abordado o tema “atualização de currículo”. Celina Viegas mostrou a necessidade de ser introduzida nas escolas a disciplina *Orientação*, já ministrada na Escola de Enfermagem Hermantina Beraldo, a fim de propiciar ao aluno maior conhecimento da profissão. A sugestão foi aceita pelas diretoras presentes; alguns anos depois o nome da disciplina foi mudado para *Ajustamento Profissional*, que já fazia parte do currículo de algumas escolas.

No relatório da Divisão, correspondente ao período de agosto de 1954 a junho de 1955, a sua presidente explicou que o número exíguo de sócias e a falta de interesse e de colaboração daquelas que haviam sido indicadas para presidir comissões foram os responsáveis pelas atividades restritas e aquém dos planos traçados. As comissões que haviam trabalhado foram: de Diretoras, presidida por Glete de Alcântara, na ausência de Waleska Paixão; de Estatuto e Regimento Interno, presidida por Maria Dolores Lins (de Andrade) e a de Auxiliar de Enfermagem, presidida por Izaura Barbosa Lima.

No ano seguinte, 1955, foram extintas as duas Divisões, de Educação e de Enfermagem de Saúde Pública, e criadas comissões permanentes com o mesmo nome. A Comissão de Diretoras passou a denominar-se Subcomissão de Diretoras e continuou sob a presidência de Waleska Paixão. Para a presidência da Comissão

de Educação foi designada Glete de Alcântara, que nela permaneceu até 1961.

Percebendo as dificuldades que deveriam ser enfrentadas na realização de reuniões conjuntas de estudo, dadas as grandes distâncias a serem vencidas, foi decidido que esses encontros seriam regionais. Formaram-se então três grupos, abrangendo as três regiões de maior concentração de escolas: 1) grupo do Norte, constituído pelas diretoras das escolas dos estados do Amazonas ao Ceará; para presidi-la foi convidada Rosaly Taborda, que não aceitou e, ao que parece, não chegou a ser substituída; 2) grupo do Centro, a cargo de Waleska Paixão, integrado pelas escolas do Distrito Federal, Estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais; 3) grupo do Sul sob a chefia de Glete de Alcântara, abrangendo as escolas do Sul, a partir de São Paulo. As escolas localizadas em outros estados deveriam articular-se com o grupo que julgassem mais conveniente (29).

Pela leitura do relatório final apresentado pela presidente da Subcomissão de Diretoras, em 1955, chegou-se à conclusão de que aos três grupos regionais era apresentada uma só agenda para discussão, com suficiente antecedência para que fossem realizados estudos preliminares sobre o assunto; após os encontros, cada região deveria enviar à Comissão de Educação um relatório parcial com o resultado das discussões havidas.

Os temas propostos foram os de maior interesse das escolas, na ocasião: 1) exame vestibular; 2) exigência do ciclo colegial a partir de 1957; 3) currículo. Os relatórios parciais apresentados pelas regiões Centro e Sul demonstraram a grande preocupação das diretoras pelos problemas que a enfermagem vinha enfrentando. Houve convergência de opiniões dos dois grupos quanto à exigência de Português no vestibular, a fim de evitar os prejuízos causados pelo insuficiente conhecimento da língua por parte dos alunos no decorrer do curso. A região Sul sugeriu ainda que a Comissão de Educação se esforçasse junto às escolas para que fossem cumpridas as seguintes recomendações do VII Congresso Nacional de Enfermagem, 1954: 1) que fosse designada uma comissão especial para fazer estudos e recomendações sobre as disciplinas que deveriam ser exigidas para o concurso de habilitação; a mesma comissão deveria elaborar um programa mínimo dessas disciplinas; 2) que as escolas utilizassem o concurso vestibular como processo de seleção de candidatos; 3) que, na medida de suas possibilidades, as escolas submettessem os candidatos a testes psicotécnicos. Um dos problemas existentes era o baixo nível de conhecimento das candidatas aos cursos de Enfermagem

que, por essa razão, encontravam dificuldade em prosseguir os estudos normalmente, provocando elevado índice anual de reprovação, de acordo com estudos realizados na Escola Ana Neri nos anos de 1950 a 1954 (30). Daí a necessidade de que fossem estabelecidas certas medidas que, pelo menos, viessem minorar o problema.

Nessa etapa do desenvolvimento do ensino de Enfermagem, a discussão sobre a exigência do segundo ciclo secundário (2.º grau) para matrícula no curso de Enfermagem revelou divergência de opiniões entre aquelas duas regiões.

O grupo do Centro entendia que era de interesse para a classe a prorrogação do privilégio especial que dispensava os candidatos daquela exigência, argumentando que, segundo as estatísticas oficiais da época, era muito pequena a porcentagem de estudantes do sexo feminino que completavam o segundo ciclo secundário e, dessas, um número mínimo escolhia a enfermagem como profissão; que, para confirmar o fato, bastava verificar o número anual de diplomadas, na maioria das escolas inferior a vinte, mesmo entre as escolas universitárias.

As diretoras da região Sul, por outro lado, eram de parecer que a exigência da lei deveria ser posta em vigor, pelo menos nas escolas universitárias. Reconheceram, porém, a necessidade de que fosse realizado um seminário sobre ensino de Enfermagem, com a máxima urgência, "no qual fosse estudada a situação brasileira de maneira objetiva e traçadas diretrizes para orientação das escolas no que dizia respeito ao dispositivo legal". Para a realização desse seminário, a ABEn deveria solicitar a colaboração da Seção de Enfermagem da Repartição Sanitária Pan-Americana da Organização Mundial de Saúde. O seminário foi realizado, mas com outro objetivo, como será relatado mais adiante.

O tema "currículo", entendido em seu sentido amplo, deu margem a diversificação nas discussões. Assim, o grupo do Sul resolveu estudar, logo de início, o assunto "ensino clínico"; as discussões versaram sobre conceito e avaliação dessa modalidade de ensino. Os problemas "avaliação do estudante de enfermagem" e "recrutamento de alunos" foram abordados em reuniões posteriores. Desse grupo resultou a recomendação para que a Comissão de Educação reiterasse, junto ao Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), pedido da Escola de Enfermagem de Porto Alegre da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para que fosse feito um filme sobre a enfermagem no Brasil. Uma estrutura didática adequada, com cargos docentes e administrativos criados

nas Universidades e lotados nas respectivas escolas, também constituiu tema de importância para as diretoras das escolas dessa região.

O plano de discussão do currículo de escolas de Enfermagem incluía, ainda, o estudo dos objetivos e o conteúdo dos programas das disciplinas de Enfermagem e a necessidade de aplicação de pré-testes, a fim de avaliar os conhecimentos já adquiridos em cada disciplina.

O item quatro da agenda — outros assuntos — deu margem a que fossem levantados vários fatos que vinham preocupando a classe. Tanto a região do Sul como a do Centro concordaram em que: 1) deveriam reiterar à diretoria da ABEn o cumprimento da recomendação do VII Congresso Nacional de Enfermagem sobre a promoção de um estudo das necessidades de enfermagem no país e seus recursos; 2) a fim de tentar resolver o problema do pequeno número de candidatos às escolas de Enfermagem, a ABEn deveria: a) envidar todos os esforços para situar a enfermagem na categoria das profissões técnico-científicas, na classificação do Departamento Administrativo do Pessoal Civil, DAPC; b) reiterar, junto aos poderes competentes, a recomendação do IV Congresso Nacional de Enfermagem sobre a criação de uma seção de Enfermagem no Ministério de Educação e Cultura; uma das suas atribuições seria a inspeção e fiscalização das escolas de Enfermagem que solicitassem autorização para funcionamento e reconhecimento, a fim de permitir certa uniformidade de critério na avaliação desses casos e impedir a abertura de novas escolas, tendo em vista o não preenchimento das vagas existentes e o perigo que constituía, para a Enfermagem, a proliferação de escolas sem condições de manter nível elevado de ensino.

1961

A partir da segunda metade de 1961, Maria Rosa S. Pinheiro assumiu a presidência da Comissão de Educação.

Por essa época a diretoria da ABEn tomou conhecimento de que havia dado entrada no Legislativo novo projeto de lei, de n.º 2684/60, pretendendo prorrogar, mais uma vez, o prazo para as escolas de Enfermagem receberem candidatos apenas com o curso ginasial, com exceção das escolas integrantes ou agregadas a universidades oficiais. Os membros da diretoria manifestaram-se contra a pretensão, exceto a presidente da Comissão de Educação. Diante da importância do assunto ficou decidido que essa Comissão deveria convocar novamente as diretoras de escolas para opinarem sobre ele.

Em março desse ano reuniram-se as diretoras de vinte e sete das trinta e nove escolas existentes no país para discutirem um substitutivo ao projeto já em tramitação na Câmara Federal e a proposta da sua retirada. Das vinte e sete diretoras presentes, dezenas votaram pela retirada do projeto.

Nessa reunião discutiram-se também, os três níveis de ensino, assunto que vinha sendo debatido desde 1957, em virtude da apresentação do Anteprojeto de Lei n.º 3082/57. O resultado foi o seguinte: as vinte e sete diretoras presentes votaram pelo nível superior, sendo que vinte delas admitiam o curso superior e o de Auxiliar de Enfermagem, seis eram favoráveis aos três níveis e uma admitia apenas os níveis superior e técnico.

Esse assunto foi levado à assembléia geral extraordinária realizada no mês seguinte no Rio de Janeiro; por decisão unânime foi aprovada proposta para que a ABEn tomasse providências no sentido de impedir o andamento do Projeto de Lei n.º 2684/60, o que de fato se deu. No que se referia aos dois outros Projetos — de n.ºs 3082/57 e 114/59 — a presidente da ABEn deveria formar uma comissão especial mista (docentes e enfermeiras de serviço) a fim de apresentar-lhes substitutivos (31).

Expirado o prazo concedido por lei que possibilitava a matrícula nas escolas de Enfermagem de candidatos com apenas o 1.º ciclo completo, tornaram-se necessários o planejamento de um currículo para curso superior e a elaboração de novo regulamento da Lei n.º 775/49, com a revogação do Decreto n.º 26 427/49. Assim, a Comissão de Educação convocou as diretoras de escolas (32) para estudo do assunto e discussão do subsídio a ser apresentado à Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, o que foi feito em outubro e novembro de 1961. Um documento de trabalho, elaborado na primeira reunião pelas representantes das escolas que já estavam realizando curso em nível superior, foi discutido na reunião de novembro à qual compareceram trinta e uma diretoras e seis representantes de diretoras (33).

Como resultado dessa reunião a ABEn propôs-se a apresentar modelos de programas das disciplinas do currículo e do concurso de habilitação, para orientação das escolas. Esses programas seriam elaborados por subcomissões coordenadas pela Comissão de Educação e constituídas de membros designados pela diretoria. Foram estabelecidas treze subcomissões, uma para cada uma das doze cadeiras, ou disciplinas coordenadas que compunham o currículo apresentado pela ABEn (34), e uma para o

concurso de habilitação. Foram, assim, constituídas as subcomissões de: 1) Concurso Vestibular; 2) Fundamentos de Enfermagem; 3) Enfermagem Médica; 4) Enfermagem Cirúrgica; 5) Enfermagem Obstétrica; 6) Enfermagem Pediátrica; 7) Enfermagem de Saúde Pública; 8) Enfermagem Psiquiátrica; 9) Psicologia; 10) Ciências Sociais aplicadas à Enfermagem; 11) Ética e Histórica da Enfermagem; 12) Administração aplicada à Enfermagem; 13) Pedagogia e Didática aplicada à Enfermagem.

Algumas dessas subcomissões chegaram a completar o trabalho dentro do prazo estabelecido, mas o plano não chegou a ser totalmente executado.

1962 O ano de 1962 distinguiu-se pela notável colaboração que a ABEEn prestou à Diretoria do Ensino Superior (DESu), a seu pedido, como órgão assessor em questões de enfermagem; para esta colaboração contou, principalmente, com a experiência das comissões de Educação, Legislação e Seguimento do Levantamento. (35).

Retrospectiva Histórica do Ensino de Enfermagem Obstétrica

O preparo das enfermeiras obstétricas constituiu problema importante para a ABEEn, principalmente na década de 1950 a 1960. O ensino dessa disciplina, como uma das especialidades da Enfermagem, sempre preocupou as enfermeiras educadoras, congregadas em torno da Comissão de Educação.

Um resumo retrospectivo das principais fases da formação da enfermeira obstétrica ajudará a compreender a atitude dessa comissão frente ao problema.

As enfermeiras sempre consideraram os cursos desenvolvidos junto às cadeiras de Clínica Obstétrica das Faculdades de Medicina (36), para a formação da "enfermeira obstétrica", que não era enfermeira, um exemplo de especialização sem base, ou melhor, como bem disse Marina de Andrade Resende, "um erro didático pois não se pode especializar sem o fundamento de um curso de formação que não foi exigido das candidatas ao curso" (37). A mesma autora referiu que essa incoerência deve ter sido verificada logo após a promulgação do decreto que criou esses cursos, porque a enfermagem obstétrica ficou isenta da aplicação do Decreto n.º 20 109/31 (que regulou o exercício da enfermagem), "até ulterior deliberação", conforme o Decreto n.º 21128/32. Essa ulterior deliberação foi tomada em 1949, quando a Lei n.º 775/49 facultou, em seu artigo 22, a adaptação dos cursos

de Enfermagem Obstétrica, de modo a se converterem em cursos de Enfermagem ou de Auxiliar de Enfermagem, destinados à formação de enfermeiras e de auxiliares de enfermeiras especializadas, para o assistência obstétrica

Dos treze ou quatorze cursos existentes para a formação de enfermeiras obstétricas, quando da promulgação dessa lei, apenas dois continuaram funcionando: o do Departamento de Obstetrícia e Ginecologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, que passou a ser de trinta e seis meses de duração em 1950 e exigiu o secundário completo como base para admissão de 1964, e o que funcionava junto ao Departamento de Obstetrícia da Escola de Medicina do Recife, que continuou exigindo apenas o primário para o ingresso, oferecendo um currículo de dois anos de duração⁽³⁸⁾.

Quando a Escola de Enfermeiras Ana Neri foi criada, em seu currículo já constava a obrigatoriedade do ensino de Enfermagem Obstétrica e Ginecológica, ligado a experiências de campo em serviços obstétricos. O Decreto n.º 16 300 de 31 de dezembro de 1923, no artigo 429, incluía os serviços obstétricos entre “os que deveriam servir de campo de ensino prático para as enfermeiras”.

Continuando a tradição, o Decreto n.º 27426/49, que regulamentou a Lei n.º 775/59, incluiu o ensino de Enfermagem Obstétrica, Obstetrícia e de Enfermagem do Recém-Nascido no currículo das escolas de Enfermagem, assim como as experiências de campo em serviços de Ginecologia, Obstetrícia e Berçários. Dessa maneira, as escolas de Enfermagem sempre prepararam enfermeiras capazes de prestar assistência a gestantes, puérperas e recém-nascidos, além de atendimentos a partos normais.

Em 1939, a Escola Paulista de Medicina abriu um curso de Enfermagem Obstétrica, de acordo com o Decreto n.º 20865/31. Depois de dois anos e meio de experiência, chegou-se à conclusão de que a pouca base das alunas (curso primário) não correspondia ao esforço dispendido. Por esse motivo, em 1943, começou a exigir da candidata o diploma de enfermeira, transformando-o em curso de especialização em Enfermagem Obstétrica. Com a promulgação da Lei n.º 775/49, esse curso foi incorporado ao regulamento* da Escola de Enfermeiras do Hospital São

1939

* O Regulamento da Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, MEC, em 1950, com aquela modificação.

Paulo — atual Escola Paulista de Enfermagem — como um dos cursos de pós-graduação⁽³⁹⁾ previstos nos artigos 3.º, 32 e 35 do Decreto n.º 27426/49, que aprovou o regulamento dessa lei.⁽⁴⁰⁾ Esse curso serviu de paradigma a outros que foram criados com a mesma finalidade. Os certificados conferidos por eles davam às enfermeiras assim formadas o mesmo título conferido pelos cursos que se regiam pelo Decreto n.º 20865/31, isto é, o de enfermeira obstétrica.

A carência de profissionais para a assistência materno-infantil levou a ABEn a estimular as escolas de Enfermagem, principalmente as ligadas a universidade, a abrirem cursos semelhantes ao da Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo. Depois de 1949, várias outras escolas criaram cursos de especialização, com a formação prévia de Enfermagem geral.

As obstetras, porém, não se conformaram com o fechamento dos cursos de Enfermagem Obstétrica das faculdades de Medicina que não haviam conseguido adaptar-se às exigências daquela lei; começaram então a trabalhar para modificar o citado artigo 22.

*Projeto de Lei n.º 2640/52 — Modifica o artigo 22 da
Lei n.º 775/49*

1952 Em novembro de 1952, deu entrada na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n.º 2640/52, de apenas dois artigos, de autoria do deputado Novelli Junior, também conhecido como “projeto das obstetras”⁽⁴¹⁾.

O artigo 22 da Lei n.º 775/49, não havia sido regulamentado pelo Decreto n.º 27426/49, como tinham sido os demais. A ABED parece não ter dado ao fato, no momento, a importância que ele revelou ter mais tarde, quando as obstetras decidiram agir. Não deve ter sido outra a razão pela qual o assunto “obstetrícia” foi incluído como um dos temas oficiais do VI Congresso Nacional de Enfermagem, 1952. Um dos relatores do tema, Álvaro Guimarães Filho, da Escola Paulista de Medicina, concluiu que, a seu ver, a Enfermagem Obstétrica devia ser realmente uma especialização da Enfermagem Geral⁽⁴²⁾.

O projeto apresentado, modificando a redação daquele artigo, tornava obrigatória a adaptação dos chamados “cursos de Enfermagem Obstétrica” às exigências da lei do ensino de Enfermagem; dava o título de obstetra às concluentes do curso de Enfermagem Obstétrica, e de parteira à auxiliar de enfermagem obstétrica; de-

terminava que esses cursos deviam ser realizados nas escolas de Medicina oficiais ou reconhecidas, anexos a maternidades ou clínicas obstétricas.

Com esse projeto tiveram início as divergências de opinião entre enfermeiros e obstetras sobre a modalidade de ensino que melhor atenderia às exigências da coletividade, no campo da assistência materno-infantil. As convicções eram tão fortes que, por vezes, as discussões saíram do âmbito interno e alcançaram a imprensa (43).

Na Comissão de Educação e Cultura da Câmara, o relator designado para estudar o projeto foi o deputado Lauro Cruz, considerado muito sensível aos problemas dos enfermeiros. Como subsídio para esse estudo, Maria Rosa S. Pinheiro apresentou, a seu pedido, um relato circunstanciado sobre a assistência obstétrica na Inglaterra, país onde o ensino da Enfermagem e da Obstetrícia, para a formação de parteiras, e a fiscalização do exercício são regulados por leis diferentes, porque são consideradas profissões diferentes (44).

O resultado foi a apresentação de um substitutivo que tomou o n.º 2640-A/52, aprovado na Câmara em abril de 1954. Este, que continha 21 artigos, visava a dar às obstetras e parteiras uma lei separada, uma vez que na opinião do deputado a enfermagem e a enfermagem obstétrica eram profissões afins, porém distintas; criava, a exemplo da Lei n.º 775/49, dois cursos de formação, o de parteira e o de obstetra, de dezoito e trinta e seis meses de duração, respectivamente, que tinham, como finalidade específica, a assistência obstétrica. Além de muito semelhante à lei do ensino de Enfermagem, não mencionava a enfermeira obstétrica formada nas escolas de Enfermagem, o que vale dizer, excluía do exercício da assistência obstétrica as enfermeiras com o curso de pós-graduação nessa especialidade.

1954

Numa análise desse projeto feita em 1961, para servir de subsídio ao Ministério da Saúde (37), a então presidente Marina de Andrade Resende ressaltou os seguintes pontos que haviam merecido a atenção da ABEn: o projeto criava um tipo de curso muito semelhante ao de Enfermagem, em que o currículo não poderia deixar de incluir as mesmas disciplinas que deveriam ser ministradas a alunas do mesmo nível; estabelecia que aquelas escolas deveriam funcionar junto a maternidades ou clínicas obstétricas, o que era correto apenas para a parte especializada, pois faltavam-lhes os recursos necessários à prática da parte geral que iria servir de base para a especialização; obrigava os centros universitários

e faculdades de Medicina a criarem uma escola de obstetras cujo curso era, em grande parte, uma duplicação do ensino de Enfermagem.

Esse projeto, aprovado pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, em abril de 1954, motivou o encaminhamento à Mesa da Câmara, pelo deputado federal Adroaldo Costa, de "Emenda ao Projeto n.º 2640/52", acompanhada da Exposição de Motivos elaborada por Álvaro Guimarães Filho, que contou com a estreita colaboração da Madre Marie Domineuc e das Irmãs, enfermeiras obstétricas, da Escola de Enfermeiras do Hospital S. Paulo. Na minuciosa análise feita, principalmente no que se referia ao aspecto antieconômico da duplicação de cursos semelhantes, considerando a carência de recursos financeiros para criar escolas e a necessidade brasileira de todos os tipos de enfermagem, Guimarães Filho concluiu que, no seu entender, o projeto mais ajustado à realidade científica era o que situava a Enfermagem Obstétrica nas escolas de Enfermagem, na qualidade de curso pós-graduado; além disso, alguns hospitais não poderiam arcar com a responsabilidade dos estágios práticos, o que traria como consequência a formação incompleta do profissional. Discordava do ensino oficial das chamadas *parteiras* como auxiliares de enfermagem especializadas, porque "a especialização não comporta essa categoria de profissionais" (45). Esse substitutivo não pôde ser considerado porque não chegou em tempo útil à Câmara.

Na assembléia geral da ABEn realizada em agosto de 1954, o substitutivo foi longamente debatido por Maria Rosa S. Pinheiro, Madre Domineuc e Haydée G. Dourado. Uma comissão especial constituída por Zélia Barbosa Machado, Engrácia Flores e Maria Etiel Ribeiro Leite foi encarregada de estudar o substitutivo, resumir as emendas propostas e fazer recomendações que deveriam ser apresentadas como moção a ser votada pelo plenário. Este "considerando a necessidade de uma assistência maior à maternidade e à infância, através de um preparo mais adequado das profissionais de enfermagem nesse campo, e a grande necessidade de enfermeiras especializadas em obstetrícia", aprovou recomendação, homologada pela assembléia geral, para que a ABEn solicitasse às diretoras de escolas de Enfermagem que estimulassem "suas diplomadas a seguirem o curso de pós-graduação em enfermagem obstétrica".

Para assegurar os direitos dos enfermeiros, a ABEn continuava pleiteando a inclusão da enfermeira obstétrica no substitutivo, isto é, da enfermeira com curso de pós-graduação de um ano em Enfermagem Obstétrica.

A ABEn não parecia confiar em que suas propostas de emendas fossem aceitas, dado o empenho com que as obstetritas lutavam por um campo de assistência que consideravam privativo; de fato, não o foram e o Projeto 2640-A/52 passou para o Senado, onde recebeu o n.º 30/55".

Uma vez no Senado, continuaram intensas as atividades da Comissão de Legislação, a tal ponto de eficiência que mereceu da assembléia geral da ABEn de julho desse ano um voto de louvor, especialmente a sua presidente, Haydée G. Dourado, pelo "magnífico trabalho realizado".

Numa tentativa para encontrar um meio de unir as profissões, reuniram-se para discutir o assunto, Izaura Barbosa Lima, Lígia G. Chapuis, presidente da Associação Brasileira de Obstetritas (ABEO), Waleska Paixão, representando a presidente da ABEn, Maria Rosa S. Pinheiro e as presidentes das respectivas Comissões de Legislação, Heloísa Montenegro e Haydée G. Dourado. A presidente da ABEO foi incondicionalmente contra a unificação, por voto representativo da maioria das suas associadas; Heloísa Montenegro achava, porém, que no futuro poderia ser uma boa solução. As três enfermeiras, pelo contrário, eram de opinião de que a uniificação devia ser feita já, uma vez que os currículos de ambos os cursos, Enfermagem e Obstetrícia, eram quase iguais. Assim, Haydée G. Dourado obteve autorização da diretoria da ABEn para começar o trabalho pela emenda ao projeto.

Outras reuniões foram realizadas com as obstetritas que a esta altura já conheciam o pensamento da ABEn, principalmente no que se referia à necessidade de fazer constar no projeto de lei o direito de a enfermeira preparar-se para exercer a Enfermagem Obstétrica. Esse direito a ABEn considerava legítimo, uma vez que, em países evoluídos, a assistência obstétrica é exercida por ambos os profissionais. Essa diversidade de pontos de vista provocou um desentendimento entre enfermeiros e obstetritas que perdurou por algum tempo.

Novo memorial, acompanhado de projeto de emenda unificando os cursos, foi elaborado pela Comissão de Legislação e enviado aos membros da Comissão de Educação e Cultura do Senado, onde se encontrava o projeto (46). Com base nesse documento, o senador Gilberto Marinho apresentou, em julho de 1965, um substitutivo, emenda n.º 12, que obrigava os cursos de Enfermagem Obstétrica a se transformarem em cursos de especialização, isto é, abolia os cursos de Obstetritas e Parteiras e estabelecia que a assistência obstétrica seria feita por enfermeiras obstétricas. Essa emen-

da provocou protestos dos sindicatos das Parteiras. Foi então realizada uma mesa redonda para discussão do assunto, sem qualquer resultado positivo. Como a emenda n.º 12 não tivesse sido aceita pelo Plenário, foi apresentada uma subemenda pelo senador Sílvio Curro, que assegurava à enfermeira, portadora de certificado de cursos de especialização em Obstetrícia, os mesmos direitos da obstetra.

A fim de conseguir apoio à chamada Emenda Gilberto Marinho, a Comissão de Legislação movimentou todas as seções estaduais da ABEn e algumas associadas, particularmente; foi feito, dessa maneira, um grande movimento junto aos representantes nas Casas do Congresso, para que considerassem a unificação como a medida mais acertada (47).

Essa fase foi muito bem descrita por Maria Rosa Sousa Pinheiro em seu discurso de instalação do VIII Congresso Nacional de Enfermagem, referindo-se aos projetos em tramitação nas Casas do Congresso. Disse a presidente, que sempre tomou parte ativa em todos os trabalhos da Comissão:

“(..) Mas assim como a legislação federal (Lei 775/49) pode trazer estímulo e benefício a uma profissão, pode também retardar o seu progresso de muitos anos, décadas talvez. No momento presente há na Câmara e no Senado projetos que abalam a enfermagem em suas próprias raízes, e que nos obrigaram à mobilização geral de todos os nossos recursos. Como nossa ar-madura é ainda fraca, somos muito vulneráveis. Precisamos desdobrar nossa atividade a fim de aparar os golpes que surgem de todos os lados. O preparo de subsídio para os relatores das Comissões das duas Casas do Congresso exige busca difícil de leis anteriores, argumentação clara e concisa e sobretudo rapidez. Paralelamente há o trabalho moroso de convencer os legisladores um a um, na Câmara e no Senado. O projeto de Reclassificação de Cargos, que nos excluía do Grupo Técnico Científico, o de Regulamentação do Exercício da Enfermagem, que considerou como enfermeiros pessoas formadas por certas escolas não reconhecidas pelo Ministério da Educação e Cultura, são uns poucos dos vários projetos que podem anular o estímulo das escolas de enfermagem e que precisam ser modificados” (48).

A inclusão da Subemenda Sílvio Curvo determinou a volta do projeto à Câmara para nova apreciação, sob o n.º 2640-C/52; também foi rejeitada.

O desfecho desse projeto, após quase quatro anos de trabalhos insanos, foi inesperado. Preparava-se o deputado Lauro Cruz para apresentar novo projeto em que a Enfermagem e a Obstetrícia teriam as duas primeiras séries do curso em comum e a terceira diversificada, quando ocorreu o voto do presidente da República ao Projeto 2640-C/52, mantido pelo Congresso em reunião realizada a 11 de dezembro de 1956. Desse voto proveio a deliberação que resultou no Projeto de Lei do ensino de Enfermagem n.º 3082/57.

No dizer da presidente, Maria Rosa S. Pinheiro, a ABEn não teve interferência nesse desfecho, que foi "obra de um grupo de enfermeiras católicas que atuou junto a altos prelados da Igreja no sentido de impedirem a promulgação da lei". Uma vez vetado, porém, a Comissão de Legislação trabalhou intensamente para que o voto fosse mantido. Assim chegava ao fim esse período da chamada luta entre enfermeiros e obstetras que havia tido repercussão até na imprensa, principalmente do Distrito Federal.

Durante toda a fase de tramitação daquele projeto foi digno de destaque o trabalho de colaboração realizado pelas Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria, da Escola Paulista de Enfermagem, a cuja congregação pertencia a presidente da Comissão de Proteção à Maternidade e à Infância da ABEn e a presidente da sub-comissão do Projeto.

Do relatório de Haydée G. Dourado apresentado à assembléia geral em julho de 1961, destaca-se o seguinte trecho:

"O Código Nacional de Saúde, aprovado pelo Decreto n.º 40.974-A, de 21 de janeiro de 1961, regulamenta a Lei n.º 2.312, de 3 de setembro de 1954. Resalte-se que esta lei contribuiu para o progresso da enfermagem, não só ao reafirmar a necessidade do registro do diploma de enfermeiro, como ao instituir a Escola Nacional de Saúde Pública a qual dando especialização e diploma registrável ao enfermeiro de saúde pública é um marco notável do progresso da profissão na ordem dos avanços de 1920 — 1930, em que se instituiu o curso da Escola Ana Neri, e o da década de 1940 — 1950, em que se firmou a especialidade obstétrica.

Ao mencionar este último passo, a Comissão de Le-

1956

gislação presta homenagem, neste relatório, à Rvda. Madre Marie Domineuc, ex-membro desta Comissão, que foi a principal promotora da profissionalização da enfermeira obstétrica. Teve também a Rvda. Madre visão de pioneira quando, em 1943, exprimiu-nos a necessidade de solicitarmos ao Ministro do Trabalho a sindicalização do enfermeiro como profissional liberal".

Projeto de Lei n.º 3082/57 — Dispõe sobre o ensino de enfermagem e dá outras providências.

Ao vetar o Projeto n.º 2640/52, o Presidente Juscelino Kubitscheck de Oliveira apresentou, como uma das razões, a necessidade do aproveitamento das escolas de Enfermagem para a formação das enfermeiras obstétricas.⁽⁴⁹⁾ Na mensagem enviada ao Senado Federal, o Presidente da República esclarecia que já havia determinado ao Ministro da Educação e Cultura, Clóvis Salgado, "a imediata elaboração de anteprojeto de Lei Orgânica do Ensino de Enfermagem, com a colaboração de técnicos e especialistas (...) de modo a permitir a formação de auxiliares de enfermagem geral e de obstetrícia de grau elementar, enfermeiras e obstetritas de grau médio e enfermeiras e obstetritas de grau superior, para funções de direção e magistério...". Nas escolas de nível superior e médio, o ensino deveria ser feito nas escolas de Enfermagem, em conjunto nos dois primeiros anos, de acordo com a política educacional então vigente "em que predominava o princípio da concentração do ensino na fase fundamental, para sua diversificação na fase profissional⁽⁵⁰⁾; evitava-se assim uma especialização prematura.

1957

O Ministro da Educação e Cultura designou, por Portaria do MEC n.º 456, de 24 de dezembro de 1956, três enfermeiras educadoras — Celina Viegas, Waleska Paixão e Maria Rosa S. Pinheiro — a enfermeira obstétrica Madre Marie Domineuc e a obstetritiz Madeleine Taafe Sebastiany para estudarem, em conjunto, o problema da reforma do ensino e apresentarem sugestões para a elaboração de anteprojeto de lei incluindo as duas profissões. Essa comissão, assessorada pela Diretoria do Ensino Superior (DESU), apresentou, em janeiro do ano seguinte, o estudo intitulado "Dados para a Lei Orgânica do Ensino de Enfermagem".

Nesse mesmo mês reuniu-se a Subcomissão de Diretoras de Escolas de Enfermagem, cujos membros foram convocados por Waleska Paixão, para discutir e apreciar o estudo realizado por aquela comissão; esta deu integral apoio às recomendações do estudo, apresentando algumas sugestões⁽⁵¹⁾.

A obstetriz integrante da comissão não concordava, porém, com o ensino de Obstetrícia nas escolas de Enfermagem, em um curso único, idéia defendida pelos demais membros. Como não houvesse possibilidade de conciliação dos dois pontos de vista, foram elaborados dois relatórios. Apresentados ao Ministro da Educação e Cultura, prevaleceu o que encerrava o ponto de vista da ABEn. Este, resultado de vários meses de intenso trabalho, continha sugestões de maior número de enfermeiras educadoras, além de muitas das idéias que haviam sido debatidas na subcomissão de Diretoras de Escolas de Enfermagem.

Apresentava algumas inovações em relação ao primeiro estudo. Previa três graus de preparo de pessoal de enfermagem e de obstetrícia, com suas características próprias: o superior, o médio e o elementar, em cursos de quatro, três e dois anos de duração, respectivamente. Para a matrícula no primeiro seria exigido certificado de curso colegial, normal, ou equivalente; o currículo seria semelhante ao das escolas já integradas nas universidades e o título a ser conferido seria o de Licenciado em Enfermagem ou Licenciado em Enfermagem Obstétrica, se esta fosse a escolha feita no início do 3.º ano. O curso de Enfermagem de grau médio formaria técnicos de enfermagem em grande número, com exigência apenas de ginásio ou equivalente para matrícula e um currículo um pouco simplificado em relação ao da maioria das escolas de Enfermagem em funcionamento na época. Nesse curso, as escolas poderiam ministrar matérias de cultura geral que dariam ao diplomado o direito de acesso ao nível superior; daria direito ao título de enfermeiro ou de obstetriz, segundo a escolha feita no início do 3.º ano. O nível elementar continuaria formando o auxiliar de enfermagem, com as mesmas exigências de admissão; da mesma maneira, as escolas poderiam incluir em seus currículos disciplinas de cultura geral. Esperava-se, com essas medidas, maior afluxo de candidatos à profissão.

Assim como estava, parecia representar as aspirações das enfermeiras que há muito consideravam necessária uma legislação que substituísse a Lei 775/49. Além do mais, os recursos das trinta e cinco escolas de Enfermagem existentes podiam ser duplamente aproveitados.

Com base nesses documentos de trabalho foi elaborado o anteprojeto de lei que tomou o n.º 3082/57. Deu entrada na Câmara dos Deputados a 12 de agosto desse ano com a Mensagem n.º 328/57, acompanhada da Exposição de Motivos n.º 888/57, do Ministério da Educação e Cultura (52).

A atenção da diretoria, comissões permanentes e assembléia geral da ABEn, das religiosas enfermeiras que dirigiam a maioria das escolas de Enfermagem do país e da Associação Brasileira de Obstetras estava toda centralizada no acompanhamento do projeto no Congresso Nacional. A ABEn estudava ainda a situação dos enfermeiros que haviam se diplomado de acordo com legislação anterior à Lei 775/49, a fim de preservar-lhes os direitos de profissional de nível superior.

O projeto foi enviado ao seu relator, deputado Rui Santos, da Comissão de Saúde Pública. Este apresentou substitutivo que melhorou a estrutura dos cursos, conservando o essencial do projeto, e instituiu onze cátedras no curso superior de Enfermagem, que deveriam ser regidas por enfermeiros⁽⁵³⁾. Um dos pontos considerados de grande alcance para a enfermagem, além da instituição das cátedras, era a criação, na DESu, de uma seção de Enfermagem, para orientação e fiscalização das escolas.

Com esse substitutivo, porém, não concordaram as obstetras que, no caso, tiveram o apoio das religiosas enfermeiras. Estas não aceitavam a idéia da colocação das escolas superiores de Enfermagem apenas nas universidades. Para evitar dificuldades futuras, a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), a cujo Departamento de Assistência à Saúde, então dirigido pela Madre Marie Domineuc, pertenciam as religiosas enfermeiras, convidou a ABEn e a Associação Brasileira de Obstetras (ABEO) para uma reunião, com o objetivo de tentar a coordenação dos trabalhos. Com esta finalidade foi constituída uma Comissão Tríplice ou Mista, formada de elementos representativos daquelas três entidades, sob a coordenação do Padre Irineu Leopoldino de Souza, secretário geral da CRB⁽⁵⁴⁾.

Para debater o problema, reuniu-se novamente, em janeiro de 1958, a Subcomissão de Diretoras de Escolas de Enfermagem, contando, desta vez, com o concurso da presidente da ABEn — Maria Rosa S. Pinheiro — da presidente da Comissão de Educação — Glete de Alcântara — de Celina Viegas, Madeleine Sebastiany, Madre Marie Domineuc, e o secretário geral da CRB. Participaram, ainda, como convidadas: Irmã Maria Aurea da Cruz, Clélea de Pontes, Haydée G. Dourado, Irmã Helena Couto, Heloísa Aparecida Leite Martins, Maria Dolores Lins de Andrade, Maria de Lourdes Verderese, Olga Verderese e Marina de Andrade Resende.

A Comissão Tríplice, procurando harmonizar os pontos de vista contrários, apresentou sugestões para emendas ao projeto, que foram aceitas, em parte, pela assembléia geral extraordinária

da ABEn realizada em dezembro desse ano. Essa aceitação foi considerada como concessão da ABEn para evitar colocar-se em terreno oposto ao dos dois outros grupos, principalmente ao das religiosas, que a esta altura já haviam conseguido que a Igreja também se manifestasse; o fato desses grupos estarem descontentes com o projeto poderia constituir obstáculo ao seu andamento na Câmara e no Senado.

Essas modificações propostas pela Comissão Tríplice iriam constituir substitutivo a ser encaminhado ao deputado Campos Ver-gal, relator do projeto na Comissão de Educação e Cultura da Câmara, onde então se encontrava. Para a elaboração desse substitutivo, cada uma das partes havia cedido um pouco em suas pre-tensões (55).

Nessa fase, tiveram lugar de destaque nas discussões, na elaboração de documentos e no acompanhamento do projeto Maria Rosa S. Pinheiro, presidente da ABEn; Glete de Alcântara, presi-dente da Comissão de Educação; Waleska Paixão, presidente da Subcomissão de Diretoras; Haydée G. Dourado, presidente da Co-missão de Legislação; Marina de Andrade Resende e Ir. Helena Maria Villac (56).

Em maio de 1958, a presidente Maria Rosa S. Pinheiro dis-cutiu com a diretoria as providências que haviam sido tomadas, com relação ao projeto, desde a última reunião em janeiro desse ano. Havia entrado em contato com Dom Vicente Zioni, Bispo Auxiliar de S. Paulo, e por seu intermédio havia sabido que o Cardeal desse estado tinha ponto de vista contrário ao da Comis-são Tríplice. Quanto à situação no Rio, enfermeiros e obstetritas haviam-se reunido com D. Helder Câmara, a quem expuseram suas pretensões; os enfermeiros haviam-nas reduzido a três pontos: 1) escola única; 2) cátedras de Enfermagem sempre regidas por en-fermeiros; 3) cursos em três níveis: superior, médio e auxiliar. As obstetritas pretendiam: 1) escolas de Enfermagem e de Obstetrícia separadas; 2) escola de Obstetrícia junto às faculdades de Me-dicina como parte da cadeira de Obstetrícia.

Depois de ouvir a exposição, D. Helder Câmara declarou que, a seu ver, não competia aos bispos opinar sobre assunto técnico e que as enfermeiras religiosas deveriam lutar como enfermeiras pe-los pontos de vista de sua classe; o nome da Igreja não deveria ser envolvido nessas questões.

Tudo levava a crer que a Conferência dos Religiosos não mais iria manifestar-se sobre o assunto. De fato, dali por diante a Co-missão Tríplice não foi convocada para novas reuniões pelo seu

1958

coordenador, Pe. Irineu de Souza; não havia, portanto, motivo para a ABEEn pensar no substitutivo dessa Comissão, permanecendo então o que havia sido apresentado pelo deputado Rui Santos, substitutivo pelo qual a ABEEn lutaria; com este, os quatro membros da Comissão Ministerial indicados pelo Ministro da Educação estavam de acordo, dele discordando apenas a representante das obstetritizes.

1959 Uma comissão constituída pela presidente Maria Rosa S. Pinheiro, Waleska Paixão, Haydée G. Dourado, Maria de Lourdes Verderese e Olga Verderese, as três últimas do Centro de Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem, ficou encarregada de fazer revisão do projeto antes de decidir se a presidente, com entrevista marcada com o relator, deputado Campos Vergal, entregar-lhe-ia o Substitutivo Rui Santos na íntegra ou modificado. Tendo em vista a impossibilidade de harmonia com as obstetritizes, já provada pela decisão da assembléia geral extraordinária, de aceitar apenas em parte o substitutivo da Comissão Tríplice, a ABEEn entregou ao relator do projeto na Comissão de Educação e Cultura, em maio de 1959, um novo trabalho baseado no Substitutivo Rui Santos, desta vez sem a preocupação de ceder em ponto algum.

Waleska Paixão foi designada presidente da Comissão Técnica que deveria opinar sobre o Substitutivo Rui Santos, sempre que necessário; o seu andamento na Câmara foi acompanhado de perto e ininterruptamente pela Comissão de Legislação.

Alguns meses mais tarde, agosto de 1959, foi apresentado pelo deputado Cardoso de Menezes outro projeto sobre o mesmo assunto, que deu entrada na Câmara Federal sob o n.º 114/59. Nova comissão especial foi constituída para revisão de ambos, o 3082/57 e o 114/59, sob a presidência de Haydée G. Dourado. Esta, depois de estudar os dois pontos controvertidos do projeto — o nível técnico de enfermagem e o curso de visitador sanitário — decidiu aceitar, quanto aos três níveis de formação, o projeto 3082/57, como havia sido aprovado pela assembléia geral extraordinária de dezembro desse mesmo ano; ao curso de visitador sanitário foi dada a possibilidade de articular-se com o curso técnico de Enfermagem. No que diz respeito ao projeto em seu conjunto, a Comissão tratou de ajustá-lo ao de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em fase final de discussão nas Casas do Congresso.

Dessa comissão, indicada nesse mesmo mês, fizeram parte: Haydée G. Dourado, Annita D. Teixeira, Clarice Ferrarini, Emengarda F. Alvim, Ida Picanço, Ir. Cecília Behering, Ir. Helena Maria Vil-

lac, Josefina de Melo, Maria da Glória Leite Rosas, Waleska Pai-xão, representando a Comissão Ministerial, e Zaida Cunha, da Seção de São Paulo (57). As modificações sugeridas foram encaminhadas pela presidente da ABEn, Marina de Andrade Resende, em maio de 1960, ao deputado Adauto Lúcio Cardoso, relator do projeto na Comissão de Educação e Cultura. Como novidade constava ainda a criação, no MEC, além da Seção de Enfermagem na DESu, de outro órgão que seria denominado Campanha Nacional do Ensino da Enfermagem, CANEEn, em substituição aos artigos do projeto que tratavam da obtenção de recursos para o ensino.

1960

Quando ainda na fase de elaboração do projeto, dentre os pontos discutidos destacaram-se: 1) a inclusão do visitador sanitário na faixa dos cursos técnicos; 2) a proposta da Seção de São Paulo para que não fosse aceito o projeto de três níveis mas apenas o de nível superior; 3) estudo de um projeto mais conveniente às necessidades da enfermagem; 4) vantagens e desvantagens do nível superior único, ou de dois níveis apenas. Depois de várias horas de debates foi posto em votação o item número dois da agenda; por seis votos contra cinco, venceu o grupo que aceitava o projeto com os níveis superior e médio como o mais conveniente às necessidades de enfermagem.

Em 1961, o projeto foi motivo de novo estudo por parte da ABEn, pois a maioria dos representantes da classe não concordava com o nível técnico de enfermagem, conforme decisão de assembleia geral realizada nesse ano.

1961

Em dezembro foi promulgada a Lei n.º 4024/61, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que mudou completamente o processo, passando os assuntos ligados ao ensino superior à competência exclusiva do Conselho Federal de Educação, criado por essa mesma lei.

No ano seguinte, 1962, as obstetras conseguiram que fosse encaminhado à Câmara Federal o Projeto n.º 3803/62, que dispunha sobre o exercício da profissão de obstetra e criava o Conselho das Obstetras; um de seus capítulos era também destinado à formação dessas profissionais. Estava, assim, prevista uma legislação em separado. Em vista disso, em abril de 1963, novo substitutivo, aprovado pela Diretoria em janeiro desse ano, foi encaminhado à Câmara pela ABEn. Em entrevista com a presidente Clarice Ferrarini e Haydée G. Dourado, em S. Paulo, junho de 1963, o deputado Lauro Monteiro da Cruz foi de opinião de que seria melhor deixar o projeto parado até que fosse esclarecida a estrutura do ensino, com as normas da Lei de Diretrizes e Bases.

1962

1963

Em julho desse ano foi indicada pela diretoria da ABEn nova comissão especial para estudo do substitutivo, composta de Maria Rosa S. Pinheiro, Zaira Bitencourt, Haydée G. Dourado, Antonieta Chiarello, Amália Corrêa de Carvalho e Ir. Maria Gabriela Nogueira. Essa comissão apresentou relatório em setembro.

1964

Em junho do ano seguinte o projeto encontrava-se novamente em mãos da presidente da Comissão de Legislação, para ser revisado. Nessa mesma data, tanto o Projeto 3082/57 como o 3803/61 haviam sido encaminhados ao Conselho Federal de Educação (CFE) para estudo.

Em setembro, a presidente da ABEn foi informada de que o Projeto 3082/57 havia sido arquivado por estar em desacordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Haydée G. Dourado, no relatório da Comissão de Legislação correspondente ao período de julho de 1964 a junho de 1965, resumiu o acompanhamento desse projeto (de oito anos de tramitação) da seguinte maneira: "... Recebeu na Comissão de Educação e Cultura Parecer pelo arquivamento em 26-11-1964, baseando-se no aviso MEC n.º 1927/64. Foi encaminhado à Comissão de Finanças, em 5-2-1965. O aviso n.º 1927 é constituído de Parecer do CFE n.º 241, aprovado em 4-9-64 do Conselheiro Clóvis Salgado, publicado em Documenta a 30 de outubro de 1964. O projeto famoso teve na ABEn papel semelhante ao que Capistrano de Abreu atribuiu ao rio S. Francisco — condensador de populações, pois que condensou em torno de si muitas idéias de enfermeiras educadoras sobre níveis de ensino de enfermagem, servindo de subsídio aos próprios membros dos Conselhos Federal e Estaduais de Educação para reflexões sobre o nível médio do ensino de enfermagem" (58).

De fato, foi o projeto que, parece, gastou maior número de palavras, tinta e papel: aparece em catorze reuniões de diretoria e vinte e três vezes em páginas da Revista Brasileira de Enfermagem como assunto principal, no período de tramitação, sem levar em conta as reuniões das comissões especiais, assembléias gerais e outras citações.

Haydée Guanais Dourado, referindo-se ao trabalho desenvolvido pelas Irmãs Missionárias de Maria, da Escola Paulista de Enfermagem, em todas as fases de atuação da ABEn nesse projeto, disse que essas irmãs, que exerceram indiscutível liderança nesse campo, tudo fizeram para que prevalecesse o ponto de vista

dos enfermeiros, tendo dado assim “talvez, uma das maiores contribuições à enfermagem nacional” (49).

A ABEn e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Toda incursão pelo campo das leis em Enfermagem implica em conhecimento prévio da legislação do ensino, em qualquer das suas modalidades.

A ABEn, cumprindo seus objetivos, sempre esteve com sua atenção voltada para os problemas da formação do enfermeiro, o alfa e o ômega de todas as outras atividades no campo da enfermagem.

Até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a enfermagem era considerada uma profissão com características próprias que justificavam uma legislação a parte, por muito tempo incentivada e aceita pelos próprios enfermeiros. Acompanhando a evolução natural da sociedade e o rápido progresso do ensino de Enfermagem nos últimos anos, essa situação não mais satisfazia e a tendência dominante passou a ser a sua integração total, em todos os seus níveis, no sistema geral de ensino do país.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tem uma história longa, iniciada com as disposições específicas da Constituição da República de 1946 sobre a educação nacional. Contudo, somente em 1957, o projeto tomou corpo e, sob o n.º 2222/57, começou a ser discutido nas Comissões da Câmara, por onde necessariamente tinha que transitar. Depois de receber numerosas emendas foi transformado na Lei n.º 4024, sancionada a 20 de dezembro de 1961.

Já em 1952, Haydée G. Dourado alertou a ABED sobre a necessidade de ser feito minucioso estudo sobre as diretrizes e bases da educação nacional, para que as enfermeiras, na hora aprazada, pudessem retratar “o ponto de vista esclarecido e esclarecedor” da classe “de modo que essas leis que se elaboram possam ter, no futuro, grande e proveitosa aplicação aos problemas brasileiros de enfermagem” (59). A mesma educadora considerava oportuno os debates sobre os níveis de ensino de Enfermagem, assunto do qual vinha se ocupando há mais de um ano. Tal como estabelecia o projeto de lei, a Enfermagem poderia ter, segundo o pensamento de alguns educadores, os três níveis de ensino; para isto bastava incluir o nível intermediário, ou seja, o técnico, para a execução de tarefas que exigiam esse nível de formação. Exemplos de al-

guns serviços de Enfermagem organizados justificavam a presença de profissional desse nível em seus quadros, como era o caso da Campanha Nacional contra a Tuberculose. O ensino de Enfermagem ficaria, assim, localizado nas faixas do grau médio, primeiro e segundo ciclos, e na do ensino superior, o que vinha ao encontro do proposto no substitutivo da Comissão Tríplice do Projeto n.º 3082/57, que havia previsto os cursos de grau elementar, médio e superior.

Enquanto essas idéias não tomavam vulto, competia à Comissão de Legislação da ABEn acompanhar atentamente as discussões e emendas do projeto; e a ambas as Comissões — de Legislação e Educação — competia, em reuniões conjuntas, o estudo do projeto, considerado de grande importância para a enfermagem, e a elaboração de subsídios para as emendas consideradas de interesse.

Antecipando a criação do Conselho Federal de Educação, que o projeto previa, essas comissões começaram a estudar o que viria a constituir matéria de sua deliberação futura, ou seja, o currículo mínimo de Enfermagem.

1962

Conforme disse Haydée G. Dourado, no relatório apresentado em 1962, nesse projeto “duas emendas custaram muito esforço à ABEn: 1) o parágrafo único do artigo 47, para possibilitar o ensino técnico de grau médio para o pessoal de enfermagem; 2) as emendas nos artigos 90 e 91, a fim de ser incluída a assistência do escolar, prestada também por enfermeiras”. Reconhecendo os esforços dos membros da Comissão, a presidente da ABEn, Marina de Andrade Resende, assim se expressou: “Os trabalhos da Comissão de Legislação constituíram os pilares da Associação; carecendo de maior colaboração de outras Comissões, a de Legislação, mais do que qualquer outra, conta com o apoio das Seções e Distritos para esclarecimentos de representantes estaduais às Casas do Congresso e para solicitações tanto aos líderes de bancada quanto a membros individuais do Congresso” (60).

Homologada a lei em 1961, já em 1963 começaram a aparecer projetos de alterações; estas tornaram-se mais necessárias com a reestruturação das universidades determinada pelos Decretos-Lei n.º 53/66 e 252/67.

A evolução do ensino originou a promulgação da Lei n. 5540, de 28 de novembro de 1968, que fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, complementada pelo Decreto-Lei n.º 464, de 11 de fevereiro de 1969, e Lei n.º 5692, de 11 de agosto de 1971, que fixou

diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus; estas duas últimas e mais os artigos em vigor da Lei 4024/61 são os responsáveis por todo o sistema educacional do país.

Completamente integrada no sistema, a Enfermagem sofre a ambivaléncia causada pelos vestígios deixados por um passado não muito remoto. Se de um lado alcançou o que sempre almejara, no que diz respeito à legislação do ensino superior, o mesmo não aconteceu com o ensino nas faixas do primeiro e segundo graus, que passaram para o âmbito da legislação estadual. Nestas começaram a surgir cursos com diferentes modalidades de currículo, causando inquietação quanto à propriedade do preparo de um profissional que, dado o tipo de tarefa que executa, apresenta características de trabalho que o diferenciam dos demais.

CURRÍCULO MÍNIMO DO CURSO DE ENFERMAGEM E OBSTETRÍCIA

Uma das recomendações contidas no relatório do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil (61) referia-se à necessidade da criação de uma seção de Enfermagem na DESu, negada por aquela diretoria que, no entanto, afirmava estar interessada em obter a cooperação das associações de classe na orientação e controle das escolas de nível superior. Para dar esta colaboração na enfermagem foi indicada uma comissão especial, a Comissão de Peritos em Enfermagem. 1962

Essa política da DESn estava, no entanto, na dependência das novas diretrizes que seriam traçadas, dentro de um ano, pelo Conselho Federal de Educação ao qual caberia decidir, de acordo com o artigo 70 da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sobre a duração e o currículo dos cursos superiores.

Um primeiro encontro da Comissão de Peritos foi marcado pelo Diretor do Ensino Superior com o grupo da enfermagem para os dias 6 e 7 do mês de julho de 1962, com a finalidade de: 1) elaborar o currículo mínimo do curso de Enfermagem, que seria encaminhado como subsídio ao Conselho Federal de Educação; 2) estabelecer normas e critérios que disciplinassem a expansão do ensino superior, nessa especialidade, no país. Compunham a Comissão Marina de Andrade Resende (1958-1962), Maria Rosa Sousa Pinheiro, Maria Dolores Lins de Andrade, Haydée Guanais Dourado e Amália Corrêa de Carvalho.

Como já foi mencionado, o currículo mínimo para o curso superior de Enfermagem já vinha sendo estudado em reuniões da Comissão de Educação com as diretoras de escolas, enfermeiras educadoras especialmente convidadas e a presidente da Comissão de Legislação⁽⁶²⁾. Assim, a 11 desse mês, a Comissão de Peritos em Enfermagem pôde entregar à Diretoria do Ensino Superior relatório do qual constava o currículo mínimo para o curso de graduação em Enfermagem, de quatro anos de duração, acompanhado de justificativa da distribuição das disciplinas em três grandes áreas: Ciências Biológicas, 6,5% das horas de aula; Ciências do Homem, 7,6% e Enfermagem, 85,9%.

Com relação ao apresentado pela ABEn em 1961, com vistas à nova regulamentação da Lei n.º 775/59, esse novo currículo apresentava modificações: a matéria foi distribuída em nove cadeiras de enfermagem e onze disciplinas, coordenadas por aquelas; além disso, as horas semanais de atividades foram computadas em número de créditos. Faziam, ainda, parte do relatório recomendações para os concursos de habilitação e para cursos em nível de pós-graduação⁽⁶³⁾.

Esse documento foi levado à assembléia geral da ABEn, realizada em 1962 em Curitiba, durante o XIV Congresso Brasileiro de Enfermagem, que recomendou à Comissão de Peritos em Enfermagem, do Ministério da Educação e Cultura, que enviasse à Diretoria do Ensino Superior, em aditamento ao seu relatório, o currículo mínimo por ela aprovado, depois de feitas pequenas alterações.

A 27 do mesmo mês, a Comissão encaminhou novo documento ao Diretor do Ensino Superior, com as alterações sugeridas, que diziam respeito, principalmente, à nova designação de algumas disciplinas do curso, introdução de "História Natural" no concurso de habilitação e exclusão do sistema de créditos. O mesmo documento foi, mais tarde (setembro desse mesmo ano), encaminhado ao Conselho Federal de Educação.

Parecer n.º 271/62, CFE — Currículo mínimo do curso de Enfermagem.

Ao mesmo tempo em que isto acontecia, uma comissão do Conselho Federal de Educação, composta de três médicos, tendo Clóvis Salgado como relator, estudou o mesmo problema, fez um levantamento dos currículos das escolas de Enfermagem para fundamentar o estudo⁽⁶⁴⁾, e apresentou o Parecer n.º 271, de 19 de ou-

tubro de 1962 (65), do qual a ABEn tomou conhecimento três dias depois.

Para surpresa da ABEn, o currículo mínimo determinado por esse parecer não correspondia às expectativas das enfermeiras educadoras e estava em desacordo com o que havia sido aprovado pela assembléia geral realizada em Curitiba. O Conselho Federal de Educação, aprovando o parecer da Comissão de Médicos, reduziu para três anos a duração do curso de Enfermagem, fez modificações no conteúdo do currículo e introduziu especializações, num quarto ano optativo. A Comissão de Peritos distribuirá a matéria em quatro anos acadêmicos, ou setecentos e vinte dias de trabalho escolar efetivo. O Conselho Federal de Educação diminuiu para quinhentos e quarenta dias de trabalho escolar efetivo, reduzindo de 36% o curso, que vinha sendo realizado no país com duração de oitocentos e cinqüenta dias, obedecendo à Lei n.º 775/49. Das alterações no conteúdo, a eliminação da Enfermagem em Saúde Pública no curso geral, "tendo em vista as condições sócio-ecônômicas do País", foi alvo de muitas críticas. Antes do Parecer ser homologado pelo Ministro da Educação e Cultura, a Comissão de Educação tomou conhecimento das alterações e assim pôde mobilizar todas as Seções da ABEn, escolas de Enfermagem, o Ministério da Saúde, a Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo para solicitar ao Ministro que sustasse a homologação, ao mesmo tempo em que a ABEn apresentava uma exposição de motivos elaborada por aquela comissão, solicitando que o parecer fosse revisto (66). Algumas das modificações pleiteadas foram aceitas, daí resultando o substitutivo ao Parecer n.º 271, homologado pelo Ministro da Educação e Cultura a 4 de dezembro de 1962 (67).

A justificativa da ABEn (68) para a inclusão de Enfermagem de Saúde Pública como disciplina obrigatória no currículo do curso geral de três anos não foi aceita pelo Conselho Federal de Educação, permanecendo a disciplina em um quarto ano optativo. Esse fato e a flexibilidade no ensino permitida pela Lei de Diretrizes e Bases levaram a presidente da Comissão de Educação, Maria Rosa S. Pinheiro, a propor e obter o compromisso de todas as diretoras de escolas de que incluiriam essa disciplina, obrigatoriamente, no currículo das escolas. Tão pouco foi atendida a solicitação para que aquele Conselho reconsiderasse a decisão que fixou o currículo em três anos, o que implicava na eliminação de disciplinas consideradas essenciais, no caso, a Enfermagem de Saúde Pública.

Marina de Andrade Resende, ao relatar às associadas a se-

quência das ações que culminaram com a homologação desse parecer, ao mesmo tempo em que prestava contas do papel que a ABEn havia desempenhado, assim se expressou:

“O ensino de enfermagem ficaria, por muitos anos, fora do sistema nacional. Hoje, está definitivamente firmado no nível superior. Se por contingências alheias, os esforços das escolas e da ABEn não foram suficientes para o aproveitamento das vantagens oferecidas pela legislação atual, restará a possibilidade do próprio Conselho Federal de Educação, a pedido, rever o currículo estabelecido. Não o havíamos aprovado mas haveremos de experimentá-lo para o melhor proveito do ensino”⁽⁶⁹⁾.

Em dezembro, reuniram-se novamente as diretoras de vinte e sete escolas de Enfermagem para discutirem o currículo mínimo recém-aprovado e o Guia de Regulamento, preparado pela Comissão de Educação para auxiliar as escolas particulares na adaptação do currículo às novas exigências da Lei de Diretrizes e Bases. Colaboraram com a comissão especial que elaborou o Guia docentes e alunas do curso de pós-graduação da Escola de Enfermagem da Universidade de S. Paulo. Foi aprovado com modificações, na reunião a que compareceram também a 2.^a vice-presidente, Honorina dos Santos, Irmã Helena Maria Villac, da Conferência dos Religiosos do Brasil, Agnes Lima, enfermeira da OPAS/OMS, e representantes da Fundação SESP⁽⁷⁰⁾.

Parecer n.º 303/63 CFE — Fixa o currículo mínimo e a duração do curso de Obstetrícia, modificando a resolução decorrente do Parecer 271/62.

1963

Em outubro de 1963, o Sindicato das Parteiras do Estado de S. Paulo e o Departamento de Obstetrícia e Ginecologia da Faculdade de Medicina da USP encaminharam pedido ao Conselho Federal de Educação “para que fosse estabelecido o currículo mínimo para cursos de obstetras, em escolas próprias, independentes das de enfermagem”⁽⁷¹⁾; solicitavam ainda que o curso de Enfermagem de Saúde Pública lhes fosse acessível.

A pretensão ligava-se ao fato da transformação em Escola de Obstetrícia pelo Decreto Estadual n.º 40346, de 7 de julho de 1962, do Curso de Enfermagem Obstétrica anexo ao Departamento de Obstetrícia e Ginecologia daquela faculdade, ali funcionando desde 1939. Esta escola, pouco depois, foi desvinculada do Departamento e anexada diretamente à Faculdade de Medicina, sob

a direção do catedrático de Clínica Obstétrica. A determinação do currículo mínimo para curso de obstetras era indispensável para que a escola pudesse funcionar.

Um dos argumentos apresentados para invalidar o Parecer n.^o 271/62, no que se referia à formação de obstetras, dizia respeito à duração estabelecida, de quatro anos, considerada excessiva para esses cursos; ao terminar os três anos de estudo a enfermeira "tendo pela frente vantajosas ofertas de trabalho dificilmente iria estudar mais um ano, para alcançar profissão muito mais penosa e de igual remuneração".

Tendo como base o parecer do relator do processo, Clóvis Salgado, foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação, em 6 de outubro de 1963, o Parecer n.^o 303/63, que estabeleceu o currículo mínimo e a duração do curso de Obstetrícia para obstetra ou enfermeira obstétrica e modificava a resolução decorrente do Parecer n.^o 271/62; tal como havia sido elaborado, resultava em alterações no currículo mínimo do curso de Enfermagem fixado nesse parecer.

O Ministro da Educação e Cultura homologou aquele parecer, por Portaria n.^o 513 de 23 de julho de 1964, cuja redação foi posteriormente alterada pelas Portarias n.^o 251/66 e 73/67. Tinha como características essenciais: 1) curso de três anos de duração; 2) possibilidade de complementação em Enfermagem ou Obstetrícia para obstetras e enfermeiras, respectivamente, com mais um ano de curso; 3) viabilidade de articulação dos dois cursos, Enfermagem e Obstetrícia, por meio de um tronco comum de dois anos e 4) possibilidade de a obstetra fazer o curso de Enfermagem de Saúde Pública. No Parecer n.^o 303/63, foi incluído também o currículo mínimo do curso de Enfermagem de Saúde Pública.

Com a determinação do currículo mínimo acreditavam os enfermeiros que o problema ensino poderia, pelo menos por alguns anos, deixar de merecer atenção prioritária por parte da ABEn, como vinha acontecendo. Em 1965, a presidente, Circe de Melo Ribeiro (1964-1968), assim se referiu ao fato, no relatório apresentado à Assembléia Geral: "... assumimos esta presidência imbuídas das responsabilidades relacionadas com os programas para melhoria da assistência de enfermagem em geral, considerando que os problemas do campo do ensino, sempre predominantes nos planos anuais da ABEn, poderiam ceder lugar aos do campo do exercício. Tal fato não se deu, continuando o ensino na faixa das prioridades".

1964

Em maio de 1964, a presidente da Comissão de Educação, Maria Rosa S. Pinheiro, fez realizar na Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo uma reunião para a qual haviam sido convocadas as diretoras de escolas de Enfermagem e enfermeiros ligados ao ensino, com o fim de tratar de dois assuntos importantes: a duração do curso de Enfermagem e a estruturação do curso de Enfermagem Obstétrica em um quarto ano (⁷²).

Quanto ao primeiro objetivo do encontro, a maioria das presentes aprovou recomendação para que fosse levada ao Congresso de Enfermagem, que iria ser realizado em julho desse ano, proposta de pleitear quatro anos para o curso de Enfermagem, o que de fato foi feito (⁷³).

Já o segundo assunto demandou mais tempo para discussão, porque foram vários os pontos importantes que deviam ser definidos, tais como, o título de obstetriz para a enfermeira obstétrica e a aceitação do currículo determinado pelo Parecer n.º 271/62.

Esse Parecer (curso de três anos) não foi aceito, tal como estava. Foi proposto e aprovado o esquema de currículo apresentado por Maria Rosa S. Pinheiro, no qual o curso seria desenvolvido em quatro anos: os três primeiros seriam comuns e o quarto diversificado, levando aos títulos de enfermeira obstétrica e enfermeiro sanitário (ou outro adjetivo correspondente) em lugar de enfermeiro de Saúde Pública.

A partir de julho de 1964, a Comissão de Educação foi coordenada por Glete de Alcântara. Desde então, suas reuniões passaram a ser realizadas em menor número, durante os congressos, ou quando solicitada para dar parecer sobre determinado assunto; nesse último caso, eram convocadas as diretoras das escolas de Enfermagem ou das escolas de nível médio, de acordo com o problema a ser discutido, ou ainda, indicadas subcomissões especiais.

1965

Em 1965, dois problemas exigiram a atenção da sua presidente: nova reivindicação para que o curso geral de Enfermagem voltasse a quatro anos de duração e o estudo da Portaria n.º 159/65, do Ministério de Educação e Cultura, que fixou em horas-aula a duração dos cursos de nível superior, com indicação do tempo útil e tempo total. O primeiro foi alvo de muitas discussões e várias solicitações ao Conselho Federal de Educação, em anos posteriores (⁷⁴). A Portaria n.º 159/65 provocou a necessidade do pronunciamento dos profissionais com relação à duração dos cursos em termos de carga horária.

A reunião da Comissão, realizada na Biblioteca da Escola Ana Neri, em janeiro de 1966, tinha como objetivo estudar o currículo do curso colegial de Enfermagem⁽⁷⁵⁾ e procurar solução para as implicações que o Decreto n.º 57180/65⁽⁷⁶⁾, de um lado, e o Parecer n.º 271/62, de outro, poderiam produzir no currículo das escolas de Enfermagem. O primeiro classificava o enfermeiro no nível dos cursos de quatro anos de duração, coroamento de longa luta da ABEn; mas o segundo fixava essa duração em três anos, dando apenas duas alternativas para um quarto ano optativo, em Enfermagem Obstétrica ou de Saúde Pública.

Uma comissão especial constituída por Haydée G. Dourado, Waleska Paixão e Maria Dolores Lins de Andrade, presidida por Glete de Alcântara, foi indicada para redigir o documento que deveria ser enviado ao Conselho Federal de Educação depois de estudado pelas escolas de Enfermagem. Foi então enviado um memorial ao Conselho Federal de Educação solicitando revisão do currículo mínimo, de modo a que este ficasse constituído por um tronco comum de três anos letivos e um quarto ano diversificado, para conclusão do curso de Enfermagem ou formação de enfermeira obstétrica ou obstetritiz. Na justificação que acompanhou o memorial, referiu-se a ABEn ao fato de, nos congressos realizados em 1964 e 1965, as diretoras de escolas terem se manifestado altamente desfavoráveis a cursos de três anos de duração; a experiência de quarenta anos de ensino de Enfermagem no Brasil havia demonstrado serem necessários quatro anos para a formação de profissionais eficientes⁽⁷⁷⁾. A Comissão recomendou ao Conselho que o currículo de três anos fosse em nível colegial.

A fim de melhor preencher as finalidades da Comissão de Educação, Glete de Alcântara havia criado setores correspondentes aos diferentes graus de ensino, convidando, para integrá-los, enfermeiras com experiência em cursos de graduação, de Técnicos de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem.

Parecer n.º 163/72 do CFE — Currículo mínimo dos cursos de Enfermagem e Obstetrícia.

Como consequência da reforma universitária⁽⁷⁸⁾, o Conselho Federal de Educação iniciou a revisão dos currículos mínimos dos cursos superiores, fundamentando-se nas propostas de alterações recebidas das associações de classe dos respectivos cursos. A Lei n.º 5540/68, de 28 de novembro de 1968, que “fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média”, apressou o estudo do problema.

Fiel à sua política de trabalho, movimentou-se logo a Comissão de Educação, sob a presidência de Maria Rosa S. Pinheiro, arregimentando as enfermeiras educadoras de norte a sul do país em discussões em torno do assunto, para formar um consenso sobre as tendências do ensino de Enfermagem. Nessas reuniões a presidente da Comissão de Legislação esteve presente atuando como educadora e como profunda conchedora das leis sobre o ensino da Enfermagem.

1967

Em trabalho apresentado no XIX Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1967, Maria Ivete Ribeiro de Oliveira, ao tecer considerações sobre as implicações da reestruturação das universidades no ensino da Enfermagem, disse que às escolas de Enfermagem cumpria a "tarefa de planejar com equilíbrio e inteligência o currículo pré-profissional e desenvolver no ciclo profissional uma programação mais rica, em nível compatível com os demais cursos da universidade" (79).

O III Congresso de Educação de Enfermagem, realizado em outubro de 1967, pela Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e pela Associação de Ex-alunas, para comemorar seu 25.^º aniversário, tratou desse assunto, consubstanciado em dois pontos considerados de relevância sob o ponto de vista da formação profissional: carga horária e programação das disciplinas de Enfermagem do curso de graduação em Enfermagem. Os trabalhos sobre a interpretação da Portaria n.^º 159/65, que determinou a carga horária dos cursos superiores, serviram de base para o estudo da segunda parte do problema.

Este último, a programação das disciplinas, foi abordado pelos catorze grupos de discussão em que foram divididos os congressistas; os grupos foram formados de acordo com o interesse de cada participante nas disciplinas de Enfermagem.

Partindo dos conhecimentos e habilidades que os estudantes já traziam de estudos anteriores, de conhecimentos novos que deveriam adquirir e dos objetivos determinados para cada disciplina profissionalizante (incluindo Enfermagem de Saúde Pública), em termos de comportamento final desejado, os grupos chegaram a programar o conteúdo de cada uma delas, com a determinação do número ideal de horas de ensino e de prático de campo. O resultado final obtido, confrontado com a carga horária determinada pela Portaria para o curso de Enfermagem, correspondente a três anos (ou 2.430 horas), revelou que 73% desse total deveriam ser utilizados no ensino das disciplinas de Enfermagem, restando apenas 27% para as ciências básicas, de importância cada vez maior

no currículo dos cursos superiores, considerando a rapidez com que evoluem os conhecimentos, inclusive na área da saúde (80). Diante desse resultado e considerando a formação do enfermeiro incompleta sem os conhecimentos de Saúde Pública, esse congresso fez recomendação ao Conselho Federal de Educação para que o curso de Enfermagem fosse de carga horária correspondente a quatro anos de duração, ou seja, 3.240 horas, e que incluísse o elenco das disciplinas de Saúde Pública.

O tema relacionado com o ciclo de estudos básicos, que levam à formação do enfermeiro, foi estudado por Maria Ivete R. de Oliveira, no XX Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado no ano seguinte, 1968. Em seu trabalho, a autora propôs um currículo de dois semestres para essa fase inicial; este poderia servir como ponto de partida para estudos mais completos "tendo em vista as exigências que fizer cada Universidade, dentro das perspectivas de um programa global de estudos profissionais e das peculiaridades atinentes ao curso de enfermagem" (81).

1968

A Comissão de Educação da ABEn deveria então promover estudos permanentes sobre o estabelecimento de diretrizes gerais do ciclo básico, levando em consideração o que pensavam sobre o assunto as Comissões de Educação das seções estaduais (82).

A coordenadora dessa comissão da ABEn, Maria Ivete Ribeiro de Oliveira (1968-1972), elaborou proposta para revisão do currículo mínimo do curso de Enfermagem e Enfermagem Obstétrica; depois de consultadas a presidente da ABEn e as diretoras das escolas de Enfermagem, foram as sugestões contidas na proposta enviadas ao relator do projeto de currículo no Conselho Federal de Educação, Rubens Maciel. Esse currículo distribuía as disciplinas do curso em oito semestres: dois para o ciclo básico e seis para o ciclo de formação profissional, sendo o último, oitavo semestre, diversificado para Enfermagem Obstétrica, Enfermagem da Comunidade e Enfermagem Médico-Cirúrgica. A Enfermagem de Saúde Pública e disciplinas correlatas estavam incluídas no ciclo profissional.

O Seminário realizado na Escola de Enfermagem da Universidade de S. Paulo, em novembro de 1968, teve como tema principal o currículo do curso de graduação em Enfermagem; como matérias subsidiárias foram discutidas as funções de enfermagem e o preparo do corpo docente para o ensino das disciplinas do novo currículo. A iniciativa coincidia com recente pedido do Conselho Federal de Educação para que a ABEn apresentasse subsídios para rever o currículo mínimo. Tomando como base os resultados desse seminário, a Comissão de Educação da ABEn elaborou novo ante-

projeto de currículo mínimo do curso de Enfermagem e Enfermagem Obstétrica que encaminhou àquele Conselho como subsídio para as reformas que deveriam ser implantadas; ainda desta vez foi feita nova tentativa para o curso voltar a ser de quatro anos de duração (83). Esse documento foi discutido, analisado e modificado em várias reuniões da Comissão de Educação e Assembléias de Delegados da ABEn.

Naquele seminário haviam sido apresentados, para discussão, dois planos de distribuição das disciplinas do curso de Enfermagem, ambos de oito semestres, sendo o último reservado para internato. Como componentes essenciais do currículo foram previstas disciplinas das áreas de Humanidades e Ciências Sociais, Ciências Biológicas, Médicas e da Saúde Pública, Comunicação e Ensino, disciplinas fundamentais de Enfermagem e disciplinas optativas. Os dois planos incluíam Português e Inglês como disciplinas obrigatórias.

O currículo experimental, apresentado ao seminário pela Escola de Enfermagem da Universidade de S. Paulo, tinha como idéia básica o melhor aproveitamento do tempo do estudante, levando em conta a tendência das escolas em terminar com o sistema de residência dos estudantes (84), a conveniência de proporcionar-lhes mais tempo para estudo e "oportunidade para trabalhar durante o curso, como os demais estudantes universitários". Com a redução do período de férias, as disciplinas poderiam ser distribuídas em quatro trimestres em cada ano letivo, de onze semanas cada um. A novidade maior consistia na proposta de diminuição das horas de prática no campo, de vinte e cinco para dezesseis horas semanais. A inclusão de Enfermagem de Saúde Pública no currículo mínimo, "como foi sempre a tradição brasileira desde a implantação da enfermagem com a criação da Escola Ana Neri", deveria ser novamente pleiteada junto ao Conselho Federal de Educação (85).

No projeto apresentado pela Escola Ana Neri, o curso de Enfermagem também deveria ser realizado em períodos intensivos, pela diminuição do período de férias; esses períodos seriam divididos em três fases, de três semestres cada uma, considerando o semestre de quinze semanas. A primeira fase seria destinada ao ciclo básico e as duas últimas, às disciplinas do ciclo profissional, incluindo internato.

Todos esses estudos visavam colocar o ensino de Enfermagem num autêntico nível universitário, dando aos estudantes uma sólida base de educação geral e especial.

As enfermeiras educadoras, acostumadas a ver na previsão dos acontecimentos um dos principais atributos da enfermagem, queriam estar preparadas para dar sua opinião abalizada sobre o assunto, demonstrando, pelo estudo em comum, certa unidade de ponto de vista. Com os novos elementos obtidos dos resultados do seminário, nova proposta de currículo mínimo foi elaborada por uma comissão especial e encaminhada ao relator, Rubens Maciel, pela coordenadora da Comissão de Educação.

A oportunidade de novo encontro das diretoras de escolas no XXI Congresso Brasileiro de Enfermagem, que se realizaria em 1969, em Porto Alegre, foi aproveitada para que pudesse ser ouvida a opinião do maior número de diretoras presentes ao Congresso sobre o anteprojeto, uma vez que o Conselho Federal de Educação ainda não se havia manifestado sobre a última proposta enviada. Assim, foi solicitado ao conselheiro Rubens Maciel que retardasse qualquer decisão sobre o mesmo até que o subsídio apresentado pela ABEn fosse discutido em Assembléia de Delegados. Isso foi feito durante aquele congresso e, como resultado, novo subsídio foi enviado ao Conselho Federal de Educação.

De posse desse documento e de informações novas sobre a orientação predominante no Conselho Federal de Educação, a coordenadora da Comissão de Educação, Maria Ivete R. de Oliveira, obedecendo às conhecidas tendências das educadoras de enfermagem, reformulou aquele anteprojeto de modo a propor um currículo com uma parte comum de dois ciclos (um para as matérias básicas e outro para as profissionalizantes) e uma parte diversificada, oferecendo opções em três áreas: Enfermagem Médico-Cirúrgica, Enfermagem de Saúde Pública e Enfermagem Obstétrica. A carga horária global prevista foi para curso de quatro anos. Esse anteprojeto foi encaminhado em outubro de 1970, obedecendo à recomendação do XXII Congresso, realizado nesse ano (86).

No relatório das atividades da Comissão, correspondente ao período de agosto de 1970 a junho de 1971, a coordenadora fez um resumo dos encaminhamentos de subsídios e de anteprojetos, sob a forma de exposição de motivos, quando afirmou que, durante quase um decênio, a ABEn vinha se empenhando junto ao Conselho Federal de Educação, no sentido de reformular o currículo mínimo do curso de Enfermagem, conforme definido no Parecer n.º 271/62. De 1968 a 1970, quatro estudos já haviam sido apresentados. O último deles, enviado em outubro de 1970, visou conciliar as tendências dos anteprojetos anteriormente elaborados (87).

1970

Em novembro de 1970, realizou-se na Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, USP, o II Seminário sobre Educação em Enfermagem; dele participaram enfermeiras educadoras de diferentes regiões do país, elementos do serviço de Enfermagem de hospitais, de Saúde Pública e do Instituto Nacional de Previdência Social e estudantes. Uma das conclusões a que chegou o grupo participante foi a de que “o atual currículo está desvinculado da realidade, por quanto seus objetivos não estão atendendo às necessidades educacionais de estudantes universitários, e nem tão pouco às demandas do mercado de trabalho, dado o avanço científico e tecnológico da área de saúde. Torna-se, pois, imprescindível a revisão dos objetivos e a partir destes efetuar alterações na estrutura curricular, no conteúdo das áreas, nas experiências de aprendizagem proporcionadas aos estudantes e nas técnicas e recursos didáticos. Contudo, para levar a cabo tais mudanças faz-se mister, 1) que a reestruturação do currículo mínimo do Curso de Graduação em Enfermagem possibilite maior número de opções (...)”⁽⁸⁸⁾. Foi recomendado à ABEn, nesse seminário, que reiterasse ao Conselho Federal de Educação o pedido de reestruturação do currículo mínimo, no sentido de permitir também opções nas áreas de Enfermagem Médico-Cirúrgica e Pediátrica. A maioria das participantes mostrou preferência por um currículo integrado “em que a disciplina Fundamentos de Enfermagem fosse desenvolvida em um programa multidisciplinar, a fim de servir de base, tanto para o ensino de enfermagem médica-cirúrgica como para enfermagem obstétrica, pediátrica e psiquiátrica”.

Apesar de grupo heterogêneo, as recomendações feitas vieram confirmar o ponto de vista das educadoras quanto à reestruturação do currículo do curso de Enfermagem.

1972

Diretoras e docentes de escolas ficaram na expectativa por mais um ano. A 25 de fevereiro de 1972 foi aprovado, pela Resolução n.º 4/72, do CFE, o Parecer n.º 163 da Comissão Central de Revisão dos Currículos, que fixou o novo currículo mínimo dos cursos de Enfermagem e Obstetrícia; este deu ao enfermeiro a possibilidade de, concluído o tronco profissional comum, de duração mínima de três e máxima de cinco anos, habilitar-se em um dos três ramos da Enfermagem — Obstétrica, em Saúde Pública, e Médico-Cirúrgica — ou fazer licenciatura em Enfermagem.

Os dez anos de reuniões de estudo e discussões, em seminários e congressos, válidos sob todos os aspectos, foram os responsáveis pelo amadurecimento das idéias que deram margem ao currículo mínimo tal como se apresenta hoje.

À nova coordenadora da Comissão, Elvira de Felice Souza, eleita em 1972, coube modificar a ordem de precedência dos problemas a estudar; mudados os interesses, novos objetivos foram determinados.

Sem perder de vista os cursos de nível superior e seus contatos com as diretoras de escolas de Enfermagem, sua atuação tem sido concentrada nos problemas do ensino de 1.^º e 2.^º graus: Auxiliar de Enfermagem e Técnico de Enfermagem. 1974

SEMINÁRIOS E CONGRESSOS EDUCACIONAIS

Os seminários sobre ensino, realizados pela ABEn e por algumas escolas de Enfermagem, com objetivos específicos diversos, contribuíram de algum modo tanto para o aperfeiçoamento do corpo docente como para o desenvolvimento do currículo dos cursos de Enfermagem.

O primeiro foi realizado em 1956. Ao findar do ano anterior a presidente da Comissão de Educação da ABEn, Glete de Alcântara, comunicou a Waleska Paixão que tinha em mente "dar atenção especial ao problema do aprimoramento do corpo docente das escolas de enfermagem" e que a Divisão de Enfermagem do Serviço Especial de Saúde Pública, SESP, havia resolvido oferecer maior colaboração nesse sentido. 1955

A idéia da realização de um seminário, como havia sido sugerido pelas diretoras das escolas de Enfermagem da região Sul, surgiu em uma reunião da qual participaram representantes das Comissões de Educação e de Saúde Pública, diretoras de escolas e consultoras do SESP. Estas últimas "mencionaram a freqüência com que vinham recebendo solicitações para que fosse dada às escolas uma ajuda mais concreta no que diz respeito ao ensino da enfermagem".

Dos entendimentos havidos resultou o I Seminário de Ensino de Enfermagem, organizado pelas Comissões de Educação e de Saúde Pública da ABEn, em cooperação com a Divisão de Enfermagem do SESP, realizado no Rio de Janeiro de 16 a 27 de janeiro de 1956. A esse encontro compareceram quarenta e seis instrutoras das diversas escolas do país⁽⁸⁹⁾. 1956

Dentre as sessenta e uma recomendações feitas pelas participantes, três foram dirigidas à Comissão de Educação para que estudasse os meios para conseguir "maior uniformidade nos pro-

gramas das escolas", inclusive pela elaboração de um currículo mínimo básico para todas elas.

O Seminário, voltado para a formação do estudante de Enfermagem e orientação do corpo docente das escolas, não entrou no mérito das vantagens ou desvantagens da prorrogação do privilégio especial concedido pelo parágrafo único do artigo 5º da Lei n.º 775/49, como originariamente idealizado pelas diretoras da Região Sul.

1958 Em 1958, a ABEn realizou o Seminário sobre Levantamentos de Enfermagem, em Salvador, Bahia.

1960 Em 1960 foi realizado um outro encontro que tomou o nome de I Seminário Didático sobre "Integração dos Aspectos Sociais e de Saúde no Curriculum das Escolas de Enfermagem"; foi realizado também em Salvador, BA, em fevereiro desse ano.

Por essa época, a Comissão de Educação contava com três subcomissões: a de Diretoras de Escolas de Enfermagem, presidida por Celina Viegas; a de Diretoras de Escolas de Auxiliar de Enfermagem, que tinha Isabel C. Macintyre na presidência (substituída logo depois por Maria Leda Vieira) e a recém-criada Subcomissão de Professoras de Escolas de Enfermagem, presidida por Maria Ivete Ribeiro de Oliveira.

A esta última deveriam pertencer todos os chamados professores privativos dessas escolas; entendiam estes que lhes cabia também opinar sobre os assuntos que diziam respeito ao ensino e nada melhor do que encontros semelhantes para estimular-lhes o interesse e enriquecer-lhes os conhecimentos.

Uma das primeiras atividades dessa nova subcomissão foi organizar esse seminário, para o qual contou com a colaboração da Comissão de Saúde Pública e com o auxílio da Universidade da Bahia, pela sua Escola de Enfermagem (⁹⁰).

1964 Outros encontros semelhantes foram realizados, não por iniciativa da ABEn mas com a participação ativa de seus membros. Como parte das comemorações de seu jubileu de prata, a Escola Paulista de Enfermagem fez realizar, em setembro de 1964, o I Congresso Brasileiro de Pedagogia Aplicada à Enfermagem.

1965 No ano seguinte, outubro de 1965, o II Congresso de Pedagogia e Didática aplicada à Enfermagem foi realizado no Rio de Janeiro e dois anos mais tarde, novembro de 1967, foi realizado o III Congresso de Educação em Enfermagem na Escola de En-

fermagem da Universidade de São Paulo; nesse último houve participação ativa da ABEn.

Em novembro de 1968, a mesma escola expressa realizou o I Seminário sobre Currículo de Curso de Graduação em Enfermagem, com a colaboração da OPAS/OMS, do qual resultou o anteprojeto para um novo currículo mínimo para esse curso. 1968

O II Seminário sobre Educação em Enfermagem deu-se em novembro de 1970, na cidade de Ribeirão Preto, também com a colaboração da OPAS/OMS. Teve como propósito "elaborar um programa experimental para o ensino do ciclo pré-profissional, tendo em vista a reformulação do currículo do curso de graduação em enfermagem, enquadrado no espírito da reforma universitária". 1970

Esses encontros aconteceram entre 1956 e 1970, todos eles deixando grande saldo positivo no que se refere à técnica de seu processamento, ao conteúdo dos estudos feitos e resultados obtidos.

NOTAS

CAPÍTULO I

1. Livro de Atas n.º 2.
2. A Revista Brasileira de Enfermagem de setembro de 1955, à p. 289, publicou as atividades dessa comissão realizadas entre 1954 e 1955, enumerando os comparecimentos ao Senado, Câmara dos Deputados, Ministérios, Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia, Sindicatos, além de reuniões com a diretoria e comissões especiais, para elaboração de memoriais, anteprojetos de leis e outros documentos.
3. Não são conhecidas referências a essa comissão em épocas anteriores
4. Livro de Atas n.º 2. Presume-se que a presidente se referia a uma das escolas criadas nesse estado, anexas a instituições estaduais de saúde e que não foram reconhecidas.
5. Na época, diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública do Ministério da Educação e Saúde.
6. Anais de Enfermagem, de jan.-mar. 1946, p. 37.
7. Mudado para regimento interno em dezembro de 1946; nesse mês foi alterado o estatuto da Associação e nele incluído um capítulo destinado a essas divisões.
8. Arquivos da ABEn, Divisão de Educação.
9. Anais de Enfermagem, de jul.-set. de 1946, pp. 25-26.
10. Em fins de 1946, a Divisão contava com o seguinte número de associadas segundo as categorias da época: 4 mantenedoras (Edith M Fraenkel, Olga S. Lacorte, Irmã Matilde Nina e Ella Hasenjaeger); 15 ativas e 23 sócias simples.
11. Arquivos da ABEn. Em uma das reuniões da Divisão de Educação realizadas em dezembro de 1946, Laís Netto dos Reys protestou contra a exclusão da Escola Ana Neri dos preparativos para o I Congresso Nacional de Enfermagem, que seria realizado no ano seguinte, não aceitando as explicações da presidente da Divisão de que estivera ausente na reunião em que o assunto havia sido tratado.
12. Anais de Enfermagem, jan.-mar., 1947, pp. 36-40.
13. Artigo 40 do estatuto aprovado em 1944: "De acordo com o artigo 17, letra "h", ficam instituídas, (...) b) quatro comissões denominadas: artística, de cultura, de publicidade e de propaganda social. Artigo 17: à Diretoria compete: (...) h) nomear comissões de que trata o artigo 40".
14. A atuação de Marina Bandeira de Oliveira, como presidente da ABED, foi destacada por Rosaly Taborda na Assembléia Geral realizada por ocasião do II Congresso Nacional de Enfermagem, julho de 1948.
15. Em abril de 1949, a vice-presidente compareceu a uma reunião da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, quando teve oportunidade de falar sobre a importância desse projeto de lei para a en-

fermagem. A ata dessa reunião foi publicada no Diário do Congresso Nacional, 4 (68), abr. 1949.

De acordo com documentos dos arquivos da ABEn referentes à Comissão de Legislação, esse projeto foi elaborado, principalmente, pelas enfermeiras Edith M. Fraenkel e Laís Netto dos Reys, deputados interessados e elementos da Diretoria do Ensino Superior, do MEC, — hoje Departamento de Assuntos Universitários (DAU) — em reuniões realizadas na Escola Ana Neri.

Como subsídio para a elaboração do anteprojeto, a AED havia enviado ao MES um antigo anteprojeto de lei sobre regulamentação da profissão, elaborado em 1944.

16. Em 1948, Edith M. Fraenkel foi eleita presidente da ABED e a Irmã Helena Maria Villac presidente da Divisão de Educação.

17. Atas da 1.^a e 2.^a reuniões da Comissão de Currículo da Divisão de Educação da ABED realizadas nos dias 18 e 19 de maio de 1949. A essas reuniões compareceram Laís Netto dos Reys, Irmã Matilde Nina, Zafra Cintra Vidal e Maria Rosa S. Pinheiro. Arquivos da ABEn.

18. No discurso de instalação do VIII Congresso Nacional de Enfermagem, 1955, Maria Rosa S. Pinheiro disse aos enfermeiros presentes que “a Lei 775/49, estruturando o ensino da enfermagem e introduzindo-o definitivamente na Universidade, criando o curso de auxiliar de enfermagem e estipulando auxílio federal às escolas reconhecidas, havia dado novo impulso à profissão”.

19. Parágrafo 1.^º do artigo 16 e artigo 20 da Lei n.^º 775/49.

20. Artigo 17 e parágrafos 1.^º e 2.^º da mesma lei.

21. Relatório apresentado por Maria Rosa S. Pinheiro à assembleia geral ordinária realizada em dezembro de 1950, e à Seção de São Paulo, como presidente da Comissão de Educação desta seção, também em 1950.

22. O artigo 5.^º da Lei n.^º 775/49 exigia o certificado de conclusão do curso secundário para admissão às escolas de Enfermagem, mas o parágrafo único desse artigo permitia que, durante sete anos (agosto de 1949 a agosto de 1956), as escolas recebessem alunos apenas com o certificado de conclusão do curso ginásial ou equivalente. O Projeto de Lei n.^º 2991/53, visava estender esse prazo por mais sete anos.

23. Professor privativo era a denominação dada ao docente contratado por um período de um ou mais anos, em tempo integral, para ministrar o ensino de disciplinas de Enfermagem; o professor não privativo era contratado para ministrar apenas determinado número de horas-aula das demais disciplinas do currículo.

24. Ata da reunião extraordinária da Diretoria da Divisão, realizada a 14 de outubro de 1953. Arquivos da ABEn.

25. A Comissão Permanente de Diretoras de Escolas de Enfermagem, da Divisão de Educação, foi criada em novembro de 1951, em decorrência de recomendação específica (n.^º 11.d.) de V Congresso Nacional de Enfermagem, às diretoras de escolas de Enfermagem. Embora atuante, principalmente a partir de 1954, não chegou a ser oficializada.

26. A Divisão foi extinta, em 1955, e em seu lugar foi criada a Comissão de Educação.

27. Rev. Bras. de Enf., dez. 1956, pp. 201-210.

O resultado do inquérito realizado pela Associação Brasileira de Enfermagem entre as escolas de Enfermagem, em 1954, foi responsável pela entrada na Câmara dos Deputados de projeto de lei, apresentado

pelo deputado Lauro M. da Cruz, permitindo cursos de dois níveis. O senador Vivaldo Lima, porém, apresentou outro projeto que adiava a exigência por mais cinco anos sem fazer referência alguma a possibilidade de cursos de dois níveis. Este último é que foi transformado em lei, mas algumas escolas já haviam aberto matrícula para o ano de 1957 aceitando aluno só com secundário completo ou ambos, em cursos separados.

28. Já faziam a exigência as Escolas de Manaus, da Universidade Federal de Pernambuco, da Bahia, do Rio Grande do Sul e da Universidade de S. Paulo. Passaram a exigir secundário completo a Escola Ana Neri, a Escola Paulista de Enfermagem, a Escola da Universidade Federal Fluminense, a Escola de Ribeirão Preto.

29. Rev. Eras. de Enf. mar., 1955, pp. 73-74.

30. Trabalho de Waleska Paixão, diretora da EE Ana Neri, intitulado "Estatística de Aproveitamento das Candidatas aos Vestibulares", 1955.

31. Livro de Atas das assembléias gerais, n.º 4.

32. A essas reuniões compareciam também presidentes de comissões quando solicitadas, notadamente da Comissão de Legislação e, a partir de 1961, a presidente da Comissão de Seguimento do Levantamento.

33. A ABEn enviou ao MEC anteprojeto para nova regulamentação da Lei n.º 775/49, adaptando o curso de Enfermagem ao nível superior de ensino. Processo n.º 12537/62.

34. A matéria do currículo havia sido distribuída da seguinte forma: a) cadeiras, que poderiam abranger disciplinas subordinadas; b) disciplinas coordenadas pelas cadeiras, mas a estas não subordinadas. Assim, por exemplo, Fundamentos de Enfermagem coordenava as disciplinas: Anatomia e Fisiologia, Microbiologia e Parasitologia, Bioquímica e Nutrição e Dietética.

35. Ofício n.º 1752, do Ministério da Educação e Cultura, de 6 de abril de 1962, solicitando cooperação.

36. Decreto n.º 20865, de 28 de janeiro de 1931 — Aprova os Regulamentos da Faculdade de Medicina, da Escola Politécnica e da Escola de Minas do Rio de Janeiro.

Esse decreto organizou, junto à Cadeira de Clínica Obstétrica da Faculdade de Medicina, o curso de Enfermagem Obstétrica, de dois anos de duração.

37. Marina A. Resende — Resumo histórico do assunto relacionado com parteiras, enfermeiras obstétricas e obstetres. Subsídio apresentado, em julho de 1961, ao representante do Ministério da Saúde no Grupo de Trabalho indicado para elaborar anteprojeto de lei criando o Conselho Federal de Obstetrizes. Processo n.º 149367. Arquivos da ABEn.

38. Esses dois cursos foram mais tarde incorporados pelas Universidades desses estados às suas Escolas de Enfermagem; o primeiro, em 1969; a Universidade do Recife considerou que havia duplicação de meios para fins idênticos. Em 1971, a Universidade de São Paulo integrou na Escola de Enfermagem desta Universidade, pela Portaria n.º 1398 de 18 de fevereiro de 1971, o Curso de Obstetrícia, criado em 1912, "por não haver interesse por parte do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia da Faculdade de Medicina em continuar com esse curso".

39. Conceito antigo, isto é, anterior ao Parecer n.º 977/65, do Conselho Federal de Educação, que definiu os cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado.

40. Artigo 8º da Lei n.º 775/49, regulado pelos artigos 3º e de 32 a 35, do Decreto n.º 27 426/49.

41. Para maiores detalhes sobre o Projeto de Lei n.º 2640/52, consultar Anais de Enfermagem e Revista Brasileira de Enfermagem de: 1) setembro de 1954, p. 267; 2) dezembro de 1956, p. 203; 3) março de 1957, p. 7; 4) e de dezembro de 1957, p. 320.

O Projeto n.º 30/55, do Senado, tratou do mesmo assunto.

42. Anais de Enfermagem, out. 1952, pp. 376-386.

43. Detalhes sobre essa divergência serão encontrados na tese apresentada em 1975, por Dilce Rizzo Jorge, à Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para Concurso de Docência Livre, intitulada "Evolução da Legislação Federal do Ensino e do Exercício Profissional da Obstetriz (Parteira) no Brasil".

44. Anais de Enfermagem, set. 1954, pp. 248-267. Consultar também o artigo "Obstetrícia e Saúde Pública na Inglaterra", publicado na Revista Brasileira de Enfermagem de dezembro de 1953, à p. 233.

45. Anais de Enfermagem, set. 1954, p. 298.

46. Clarice Della Torre Ferrarini, presidente da ABEn Seção de S. Paulo, enviou memorial ao Governador do Estado, Jânio da Silva Quadros, solicitando o seu interesse pelo assunto, uma vez que se tratava de projeto de lei apresentado por um deputado paulista, a pedido de um grupo paulista, que pretendia instituir para o Brasil um curso baseado em uma experiência única, de uma escola de S. Paulo, ignorando a experiência de duas outras, também de São Paulo. Referia-se à Escola de Obstetrícia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e às duas escolas de Enfermagem que ofereciam cursos de Enfermagem Obstétrica: Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e Escola Paulista de Enfermagem.

47. Haydée G. Dourado classificou como "memorável" esse movimento. Nesse período, cerca de vinte enfermeiras trabalharam intensamente no Senado, nesse sentido. Relatório apresentado a 1º de novembro de 1956.

48. A presidente referia-se também aos Projetos n.º 4844/54, 1741/52 e 115/54.

49. Revista Brasileira de Enfermagem, jan. 1962, p. 203.

50. Mensagem n.º 361, de 1956, do Presidente da República ao Senado Federal. Arquivos da ABEn.

51. Consultar: 1) o editorial da Revista Brasileira de Enfermagem, junho de 1957, p. 105; 2) relatório da presidente, de outubro de 1956 a outubro de 1957, na mesma revista, à p. 320.

52. O número 3 da Revista Brasileira de Enfermagem, set. de 1957, à p. 297, traz uma fotografia do momento em que o anteprojeto era entregue ao Presidente da República, Juscelino Kubitscheck de Oliveira.

53. Essas onze cátedras eram: Fundamentos de Enfermagem, Enfermagem Médica, Enfermagem Cirúrgica, Enfermagem Pediátrica, Enfermagem Obstétrica, Enfermagem Psiquiátrica, Enfermagem em Saúde Pública, Psicologia e Ciências Sociais aplicadas à Enfermagem, Ética, História e Legislação de Enfermagem, Administração aplicada à Enfermagem, Pedagogia e Didática aplicada à Enfermagem.

54. Representavam a ABEn na Comissão Tríplice Waleska Paixão, Maria Rosa S. Pinheiro, Celina Viegas e a enfermeira obstétrica Madre Marie Domineuc. As enfermeiras, lideradas pela presidente da ABEn, Maria Rosa S. Pinheiro, não aceitavam a inclusão no projeto de duas cadeiras

com conteúdo quase idêntico: cadeira 8 "Enfermagem Obstétrica e Ginecológica", a cadeira 9 "Assistência Obstétrica" ou "Assistência à Maternidade e à Infância". Esse era o único ponto em que as religiosas discordavam das obstetras.

55. Livro de Atas de Reuniões da diretoria e Revista Brasileira de Enfermagem, mar. de 1958, p. 93.

56. Os principais pontos de divergência entre enfermeiros e obstetras podem ser resumidos nos seguintes: os enfermeiros queriam: 1) dez cadeiras no currículo do curso; 2) uma escola com um curso único; 3) que na ementa da lei constasse apenas "curso de enfermagem". As obstetras lutavam para conseguir: 1) onze cadeiras no currículo; 2) uma escola com dois cursos separados; 3) que na ementa da lei contassem "cursos de enfermagem e obstetrícia".

57. Rev. Bras. de Enf., set. 1959, p. 342.

58. Rev. Bras. de Enf., out. 1965, pp. 432-443.

59. Rev. Bras. de Enf., jul. 1952, pp. 221-223.

60. Rev. Bras. de Enf., ag. 1962, pp. 372-385.

61. Realizado pela ABEn em 1956-1958. Recomendação n.º 3.

62. Reuniões realizadas a 26 e 27 de outubro e 24 de novembro de 1961, entre outras.

63. Rev. Eras. de Enf., fev. 1963, pp. 6-11.

64. Rev. Bras. de Enf., dez. 1962, pp. 487-488.

O inquérito feito, ao qual responderam a ABEn, que apresentou o currículo aprovado em 1962, em Curitiba (21 disciplinas), e 19 escolas, mostrou que havia enormes diferenças nos currículos: o número de disciplinas variava de 12 a 51, sendo que apenas 4 escolas apresentavam número igual ao aprovado pela assembléia geral de 1962. A disciplina Enfermagem de Saúde Pública constava no currículo de 17 escolas. Arquivos da ABEn.

65. A Irmã Emilia Clarizzia, na época diretora da atual Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais, informou que, consultada pelo relator do parecer, Clóvis Salgado, deu-lhe, para consulta, o artigo de Amalia Corrêa de Carvalho, publicado na Rev. Bras. de Enf., out. de 1961, pp. 452-460, no qual a autora sugeria curso de três anos de duração e um quarto ano opcional, de especialização ou pós-graduação.

66. Rev. Bras. de Enf., fev. 1963, pp. 11-16.

Segundo relato verbal, quando Haydée G. Dourado, então no Recife, teve conhecimento do conteúdo do Parecer n.º 271/62 aprovado pelo Conselho Federal de Educação a 19 de outubro de 1962, telegrafou imediatamente a pedido da ABEn, ao Ministro da Educação e Cultura, Darcy Ribeiro, pedindo que o não homologasse porque o currículo proposto estava frontalmente em desacordo com o pensamento dos enfermeiros e da ABEn. O Ministro atendeu ao pedido e solicitou ao Conselho que ouvisse a ABEn.

67. Rev. Bras. de Enf., fev. 1963, pp. 16-20.

68. Essa justificativa foi elaborada por Maria Rosa S. Pinheiro, com a colaboração de Clarice D. T. Ferrarini, presidente da ABEn na época, e Amalia Corrêa de Carvalho.

69. Rev. Eras. de Enf., dez. 1962, p. 487.

70. Relatório da presidente da Comissão de Educação, 1962/1963.

71. Processo n.º 503/63, de que resultou o Parecer 303/63, do CFE, Documenta n.º 24, volume I. Consultar, também, Anais de Enfermagem de out. de 1952, pp. 276-386.

72. Compareceram, também, a essa reunião: Agnes Lima, enfermeira consultora da Repartição Sanitária Panamericana e especialista em Enfermagem Obstétrica; Clarice Ferrarini, diretora da Subdivisão de Enfermagem do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e Haydée G. Dourado, presidente da Comissão de Legislação.

73. Recomendação n.º 3, ao Conselho Federal de Educação: "que torne de quatro anos o curso de graduação em enfermagem no fim dos quais será conferido o diploma de "enfermeiro graduado".

74. A Recomendação n.º 14 do congresso realizado em 1965, e a assembleia de delegados realizada em 1967, demonstraram a insatisfação dos enfermeiros com o currículo de três anos.

75. Criado em 1965 pelos Pareceres dos Conselhos Estaduais de Educação, n.º 30/64, de Pernambuco e n.º 85/65, do Estado da Guanabara.

76. Decreto n.º 57.180/65 — Retifica a classificação constante do Decreto n.º 54.015/64, na parte referente à série de classes de Enfermeiros.

77. Alguns meses antes havia circulado entre as diretoras e docentes de escolas de Enfermagem um projeto de memorial que incluía a "licenciatura em enfermagem", para a formação de licenciado em Enfermagem como uma das opções do quarto ano diversificado, modificada depois para "conclusão do curso de enfermagem". Rev. Bras. de Enf., fev. 1967, p. 82.

78. Decreto-Lei n.º 53, de 18 de novembro de 1966, que fixou diretrizes e normas para a organização de universidades federais.

79. Rev. Bras. de Enf., ag. 1967, pp. 235-243.

80. Relatório final do III Congresso de Educação de Enfermagem, São Paulo, outubro de 1967.

81. Rev. Bras. de Enf., ag. 1968, pp. 201-206.

82. Recomendação n.º 9-a do XX Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1968.

83. Rev. Bras. de Enf., jul-dez., 1969, p. 237.

84. Algumas escolas de Enfermagem ainda ofereciam residência aos estudantes.

85. Seminário Nacional sobre Currículo do Curso de Graduação em Enfermagem, S. Paulo, novembro de 1968, pp. 47-61.

86. Recomendação n.º 14.

87. Rev. Bras. de Enf., jul-set., 1971, pp. 234-236.

88. Relatório do II Seminário sobre Educação em Enfermagem, 1970.

89. Rev. Bras. de Enf., mar. de 1956, p. 44; Livro de Atas do Conselho Deliberativo.

90. Rev. Bras. de Enf., mar. 1960, pp. 9-43.

II

ENSINO DE ENFERMAGEM DE GRAU MÉDIO

Os dispositivos legais e os processos do ensino de Enfermagem no nível médio de primeiro e segundo graus, para o preparo de pessoal de enfermagem, constituíram também objeto do trabalho das Comissões de Educação e de Legislação da ABEn, embora em períodos e graus de intensidade diferentes, dependendo da época em que apareceram no sistema educacional do país.

A formação do técnico de enfermagem e do auxiliar de enfermagem é tão importante para a ABEn quanto a dos enfermeiros, uma vez que a melhoria da assistência de enfermagem ao povo brasileiro depende da eficiência de cada um dos elementos da equipe.

CURSO TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Origem e Controvérsias

1948

Antes de ser cogitada, entre nós, a formação do técnico de enfermagem, já havia sido aventada a possibilidade de dois tipos de cursos para o preparo do enfermeiro no Brasil, com diferentes requisitos de admissão.

Em trabalho apresentado no II Congresso Nacional de Enfermagem, 1948, Frances Helen Ziegler, diretora da Escola de Enfermagem de Vanderbilt, nos Estados Unidos, e consultora de Enfermagem do Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA), aconselhou, para a situação específica do Brasil, dois padrões para admissão às escolas de Enfermagem, ambos para cursos de três

anos de duração: 1) exigência de ginásio, apenas, como requisito, levando ao diploma de enfermeiro; 2) exigência do curso colegial, levando ao grau de bacharel em Enfermagem. Ao primeiro, com as características do atual curso técnico de Enfermagem, chamou de nível subprofissional e ao segundo, de profissional⁽¹⁾.

Em editorial publicado na revista *Anais de Enfermagem* de julho de 1952, Haydée G. Dourado lembrou à ABED a oportunidade de ser feito um "estudo minucioso" que retratasse o ponto de vista dos enfermeiros sobre o ensino da Enfermagem, tendo em vista as discussões, novamente levantadas pelos legisladores, sobre o "traçado de diretrizes e bases da educação nacional"⁽²⁾, que ampliava largamente as possibilidades de formação de profissionais de nível técnico.

1952

A certa altura do editorial, escreveu a autora:

"Além da propulsão esplêndida que a enfermagem recebeu da Diretoria do Ensino Superior, nesses últimos anos, poderemos também voltar as vistas para outros setores à procura de diretrizes para o ensino de enfermagem de nível médio.

(...) Das colunas desta revista temos iniciado há mais de um ano o debate sobre o número de níveis de ensino de enfermagem. Há os que pensam que deveríamos ter três níveis de estabelecimentos de ensino, tal como estabelece, de um modo geral, o projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: o nível de auxiliar, destinado a alunos com curso primário, o nível técnico, destinado a alunos com o primeiro ciclo do curso secundário (quatro anos de ginásio) e o nível superior, destinado a alunos com o curso secundário completo ou a aqueles a quem leis específicas conferirem direitos equivalentes".

Pouco mais de um ano antes, janeiro de 1951, essa revista publicou trabalho que a autora do editorial, em colaboração com Izaura Barbosa Lima, havia apresentado no IV Congresso Nacional de Enfermagem, realizado na Bahia em dezembro de 1950, intitulado "Funcionamento, duração e currículo do curso de Auxiliar de Enfermagem"⁽³⁾. Esse estudo havia sido elaborado tendo em vista a possibilidade de articulação de cursos, que a lei então permitia e que o Ministério da Educação e Saúde recomendava. Nele, Haydée G. Dourado externou a opinião de que o ensino em três níveis poderia ser a melhor solução para a enfermagem.

“Parece de bom alvitre”, disse essa educadora, “considerar-se aqui, como hipótese, o ajustar-se à enfermagem soluções consideradas adequadas em cinco ramos de atividades no Brasil”. Referia-se aos ensinos agrícola, de engenharia, comercial e artístico, no ramo das atividades de produção e distribuição, e ao magistério; todos esses sistemas haviam sido beneficiados com grande progresso, “ao estabelecer-se a escola de grau médio constituindo-se um elo, na cadeia ininterrupta de estabelecimentos de ensino, desde o nível após-primário até o superior”.

O exemplo citado pela autora, no ramo do magistério, abrangia os “cursos de regente, colocados no nível correspondente ao ginásio; as escolas normais, oferecendo currículos integrados e dando formação básica técnica para o exercício do magistério; e o curso da faculdade de filosofia. A jovem, ao cursar uma escola de regente, tem a segurança de poder progredir para a escola normal e daí para a faculdade de filosofia”.

O mesmo sistema, articulado ou não, poderia constituir a diretriz no ensino de Enfermagem. O tema passou a ser objeto de discussão nas reuniões da Divisão de Educação da ABEn.

Em dezembro de 1952, em carta dirigida a Marina de Andrade Resende, a mesma educadora acima citada dizia o seguinte:

“Tive a impressão, pelas opiniões de Maria Rosa S. Pinheiro, Waleska Paixão e Glete de Alcântara, que é cedo para trazermos os três níveis. Maria Rosa argumenta que mesmo nos Estados Unidos, Esther L. Brown não está convicta da necessidade desse nível abaixo do universitário e acima do auxiliar. Waleska e Glete acham que o nível técnico (3 anos depois do ginásio) devia esperar mais um pouco; três níveis pode confundir o público.

Acho que poderemos continuar a dar o melhor de nossos esforços para preparar pessoal de grau médio; acho que é mais certo ficarmos urha década mais formando o auxiliar (com curso de dois anos, ou com curso básico de auxiliar de enfermagem de quatro anos) (4). Desenvolver todos os nossos esforços para o curso superior ficar, de fato, superior. Depois desta cristalização, aí tentaremos legislar sobre o técnico”.

Apesar dessa disposição e de não ter encontrado eco entre as enfermeiras com relação aos três níveis, Haydée G. Dourado con-

tinuava convencida de que essa seria a solução para a enfermagem, em futuro não muito remoto.

Em 1955, a diretoria da ABEn decidiu que o tema oficial do VIII Congresso Nacional de Enfermagem deveria ser "O papel da enfermagem no programa de assistência médica-hospitalar". A escolha desse assunto deveu-se a uma solicitação do Conselho Internacional de Enfermeiras para que as associações membros apresentassem contribuição à IX Assembléia Mundial de Saúde, que seria realizada em 1956 quando, nas discussões técnicas, seria abordado o tema "Enfermeiras, seu preparo e seu papel nos programas de saúde".

Dentre os tópicos sugeridos pelo Conselho Internacional de Enfermeiras para discussão, o terceiro fazia indagações sobre as condições e atitudes que deveriam ser modificadas para que os enfermeiros pudessem desempenhar seu papel no futuro. O grupo que discutiu esse problema apresentou várias propostas de soluções e uma delas, transformada em recomendação, dizia respeito à criação de curso de Enfermagem de outro nível, além dos previstos na Lei n.º 775/49.

A Assembléia Geral da ABEn, realizada por ocasião desse congresso, aprovou a recomendação⁽⁵⁾ considerando que a obediência ao artigo 5.º dessa lei talvez viesse a acarretar diminuição do número de candidatas para as escolas de Enfermagem. Por esse motivo, a Comissão de Educação da ABEn passou a dedicar maior atenção ao assunto, abordando-o em várias das suas reuniões, principalmente nas realizadas em setembro desse ano e janeiro de 1956, das quais resultou o substitutivo apresentado ao Projeto de Lei n.º 2991/53, já citado⁽⁶⁾.

O ano de 1957 foi de muita agitação em torno do preparo diversificado de pessoal de enfermagem em três níveis. O Projeto 3082/57, do Poder Executivo, nascido nesse ano e que assim previa o ensino da Enfermagem e da Obstetrícia, esteve na pauta das discussões da ABEn até 1963, embora preso nas Comissões da Câmara dos Deputados à espera da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases. A diretriz seguida por esse projeto baseava-se no princípio de proporcionar a profissionalização em enfermagem aos jovens com diferentes níveis de escolaridade. Configurava-se assim o curso técnico de Enfermagem, de nível médio, de três anos de duração, para o qual se esperava grande afluência de candidatos com curso ginasial ou equivalente. Aos formados por esse curso seria conferido o título de *assistente de enfermagem*, mudado mais tarde para técnico de enfermagem. O curso iria preencher a faixa

do ensino médio correspondente ao ciclo colegial ou segundo ciclo, prevista no Projeto de Diretrizes e Bases, uma vez que o de auxiliar de enfermagem já se situava no ginásial ou de primeiro ciclo⁽⁷⁾. Algumas enfermeiras educadoras temiam deixar vaga essa faixa do ensino porque qualquer outro profissional poderia tentar preenchê-la, com cursos organizados à revelia da Enfermagem, principalmente no que se referia ao aspecto curricular. Outras, no entanto, continuavam pondo em dúvida a necessidade de mais um elemento na equipe de enfermagem, para o qual não fora prevista uma atuação definida.

1960

A presidente da ABEn, Marina de Andrade Resende (1958-1962), convidada para apresentar documento básico sobre o ensino da Enfermagem no Encontro Regional de Educadores promovido pela Confederação Nacional da Indústria, SESI e SENAI, em outubro de 1960, dedicou uma parte do seu relatório ao estudo desse problema⁽⁸⁾. Referindo-se ao Projeto n.º 3082/57, perguntou essa educadora se “estaria ele correspondendo a uma verdadeira necessidade ou estaria contribuindo para a permanência de uma tradição do aproveitamento de um corpo docente que não progrediu e não se capacitou para arcar com a responsabilidade de um ensino superior?”. Em sua opinião,

“as atribuições (...) citadas⁽⁹⁾ correspondem ao que a grande percentagem de enfermeiros está fazendo e não leva à conclusão de que o projeto esteja conforme a realidade.

Houve, na elaboração do projeto, uma preocupação de fazer o ensino de enfermagem orgânico; antes de ser orgânico, (...) os cursos devem ser funcionais, corresponder a necessidades reais, ter objetivos definidos. As oportunidades de seqüência dentro do mesmo ramo de ensino sobrecarregam o estudante com repetições de técnicas básicas; parece mais desejável que se lhe dê oportunidade de progredir em cultura geral.

Se o auxiliar, tal como está sendo preparado está prestando bons cuidados de enfermagem, sob supervisão do enfermeiro, por que formar enfermeiro para esses mesmos cuidados? Não constitui desdouro para o enfermeiro delegar ao auxiliar o cuidado do doente, uma vez que ele, como chefe da equipe, saberá discernir as necessidades deste ou daquele doente e, nos casos de cuidados mais especializados, deve ser ele, o enfermeiro de grau superior de educação, que o vá prestar. Redundaria isto de um conceito limitado de enfermagem,

identificando-a, apenas, com o cuidado do doente? Na realidade, a enfermagem abrange uma escala enorme e complexa de atividades, nas quais, prestar cuidados de cabeceira constitui, apenas, uma pequena parcela".

Esse documento de base foi debatido nesse encontro pelas educadoras de Enfermagem que, na sua maioria, manifestaram-se contra a instituição de mais um nível de ensino.

Papel Decisivo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

A promulgação da Lei n.º 4024/61, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em dezembro desse ano e em vigor a partir de 1962, teve papel decisivo na criação desses cursos, alguns anos mais tarde; essa lei definiu de maneira inequívoca a educação nacional em três faixas de ensino: primário, médio (primeiro e segundo ciclos) e superior, a formação de técnicos em grande escala, em nível de segundo ciclo, em qualquer dos ramos de atividade, passou a ser considerada como indispensável ao progresso da Nação.

Dentre as disposições dessa lei que mereceram atenção especial da Associação Brasileira de Enfermagem, destacou-se a contida na parágrafo único do Artigo 47, fruto do trabalho de um grupo de educadoras lideradas pelas presidentes Maria Rosa S. Pinheiro (1954-1958) e Marina A. Resende (1958-1962) e pela presidente da Comissão de Legislação, Haydée G. Dourado⁽¹⁰⁾. Dizia esse artigo: "O ensino técnico de grau médio abrange os seguintes cursos: a) industrial; b) agrícola; c) comercial. Parágrafo único. Os cursos técnicos de nível médio não especificados nessa lei serão regulamentados nos diferentes sistemas de ensino".

Ao mesmo tempo em que a Lei n.º 4024/61 era analisada, um grupo de enfermeiras, que militavam em sua maioria em postos de administração e direção, continuava a discutir a conveniência de fazer prosseguir o Projeto de Lei n.º 3082/57, com os três níveis de ensino; aquelas que opinavam a favor, além do fato do projeto ter-se originado de mensagem do presidente da República, consideravam: 1) que os serviços de Enfermagem necessitavam de maior número de profissionais, incluindo o pessoal de nível técnico; 2) as pressões do auxiliar de enfermagem que aspirava a ocupar a faixa dos cursos de segundo ciclo, e 3) as diretrizes da política educacional do Governo. Nesse último caso, a própria Portaria Ministerial de 4 de dezembro de 1962, que homologou o currículo mínimo de vários cursos superiores, inclusive o de Enfermagem, estabeleceu no artigo 3.º que: "A carreira da Enfermagem constituirá objeto de estudo do Conselho Federal de Educação, estabe-

1962

lizando a correspondência entre cursos técnicos de nível ginásial, colegial e superior e as prerrogativas de auxiliar e enfermeiro". E o parágrafo único do artigo 4.º: "Os estudos, referidos nos artigos 3.º e 4.º ora expressamente solicitados ao Conselho Federal de Educação, serão em forma de anteprojetos, a serem encaminhados ao Governo e ao Congresso" (11). A implantação de cursos técnicos no ensino de Enfermagem seria feita, pois, de qualquer maneira, segundo a opinião de algumas enfermeiras.

1963

Em fevereiro de 1963, a presidente da Comissão de Legislação, Haydée G. Dourado, encaminhou ao então Diretor de Ensino Superior, Durmeval Trigueiro Mendes, e à Chefe de Seção de Ensino e Organização, Nair Fortes Abu-Merhy, extrato de trabalho intitulado, "Observações sobre o ensino da enfermagem auxiliar no país". Este, que tratava das "Providências para a criação de profissionais de enfermagem de nível colegial", continha sugestões para esse tipo de curso, vasadas nos seguintes termos:

"Secundando o esforço do Ministério da Educação e Cultura a fim de introduzir um profissional de enfermagem de nível colegial, o qual consta do Projeto de Lei n.º 3.082/57, do Poder Executivo, a ABEn elaborou a 22 de janeiro de 1963 e remeteu à Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados um estudo solicitando que fosse emendado o projeto, a fim de satisfazer às necessidades dos campos de trabalho respectivos e às aspirações de progresso dos profissionais médios de enfermagem. Deseja a ABEn três níveis de curso: manutenção dos atuais, o nível superior e o de auxiliar de enfermagem; e a criação de curso intermediário, possivelmente de três anos letivos, para formar possivelmente em dois anos, o técnico para a enfermagem hospitalar e em um terceiro ano adicional, o da enfermagem obstétrica e de saúde pública. A duração e o currículo mínimo é desejável que sejam inicialmente aprovados por órgão nacional garantindo-se a validade do título de Técnico de Enfermagem em todo o país. O curso seria válido como colégio (...) (12).

De fato, entre julho de 1962 e julho de 1963, havia sido apresentado um novo substitutivo ao Projeto 3082/57, que tratava dos três níveis de ensino; não tendo sido, porém, do agrado da classe, foi modificado por uma comissão especial, indicada pela diretoria, por determinação da assembleia geral realizada nesse úl-

timo ano. Vale ressaltar que a Assembléia Geral da ABEn, presidida por Marina de Andrade Resende, em 1963, aprovou o esquema desses três tipos de curso.

Primeiros Cursos Criados e a Legislação do Exercício Profissional

A 29 de janeiro de 1965, o Conselho Estadual de Educação do Estado da Guanabara aprovou o Parecer n.º 85/65, que instituiu, pela primeira vez, o Curso Colegial de Enfermagem. Esse parecer e o de número 30/64, do Conselho Estadual de Pernambuco, que também tratava da criação de curso de Enfermagem em nível colegial, foram a causa das intensas discussões na reunião da diretoria realizada em março desse ano (13). A presidente, Circe de Melo Ribeiro (1964-1968), propôs que o assunto fosse estudado em conjunto pelas Comissões de Educação e de Documentação e Estudos, porque esta última possuía dados estatísticos atualizados sobre o pessoal de enfermagem; sugeriu, ainda, que a ABEn se manifestasse “contra o estabelecimento do ensino neste nível, pelo menos no momento”. As opiniões levantadas pelos membros da diretoria foram muito divergentes, cada qual procurando defender, com argumentos convencedores, seu ponto de vista pró ou contra o nível colegial. Os argumentos contra baseavam-se, principalmente, na conhecida deficiência do ensino realizado por algumas escolas de nível superior ou médio de primeiro ciclo, por falta dos necessários recursos financeiros, não se justificando, portanto, a criação de outras que, com muita probabilidade, iriam estar nessas mesmas condições. O grupo a favor dava o fato como consumado: “os Conselhos Estaduais de Educação têm o direito de estruturar esses cursos e não há dúvida de que eles vão aparecer; logo, é melhor que a ABEn estude uma forma de estruturá-los da maneira menos prejudicial”. Para estudar o assunto foi indicada outra comissão especial, dela participando Amalia Corrêa de Carvalho, Clárice Ferrarini e a Ir. Maria Gabriela Nogueira, sob a presidência de Glete de Alcântara.

A assembléia geral, realizada em julho de 1965, aprovou quatro recomendações relacionadas com o assunto: uma ao Conselho Federal de Educação para que aprovasse, no sistema federal de ensino, um currículo de curso colegial para a Enfermagem; e três à ABEn para que esta apresentasse aos Conselhos Federal e Estaduais de Educação e ao Ministério de Educação e Cultura sugestões sobre a criação e organização estrutural e didática desses cursos (14). Atendendo também à recomendação da Comissão Especial, a diretoria indicou, em setembro desse ano, Glete de Alcântara, como presidente, a Ir. Gabriela Nogueira e Záira Bitten-

court para constituírem comissão que estudasse "os assuntos referentes ao grau médio colegial de formação de pessoal de enfermagem".

Vários outros pronunciamentos verificados nesse e no ano seguinte foram o reflexo da instituição desses cursos; além dos dois pareceres já aprovados, do Conselho Estadual da Guanabara e de Pernambuco, foram criados também o Curso Técnico da Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo, em Goiânia, GO e o Curso Experimental Técnico da Escola Técnica de Enfermagem "Catarina Labouré", em Curitiba, PR, autorizados a funcionar pelo Conselho Estadual de Educação dos respectivos estados, em 1966.

O II Congresso Brasileiro de Pedagogia e Didática aplicada à Enfermagem, realizado em outubro de 1965, na Guanabara, fez também recomendações sobre cursos desse nível, dirigidas à ABEn, à Comissão de Educação e às escolas de Enfermagem. Como justificativa dessas recomendações, considerou esse congresso: 1) que as diferentes regiões do país apresentam condições que exigem determinados tipos de escolas de formação de pessoal para o exercício da enfermagem; 2) que os Conselhos Estaduais de Educação apresentavam pareceres sobre cursos de nível médio sem consultar a classe, o que não deveria acontecer em relação ao Curso Colegial de Enfermagem; 3) a necessidade premente de definir atribuições dentro da profissão. Por essas razões, as enfermeiras que participaram do encontro decidiram que a ABEn deveria: 1) solicitar com urgência ao Conselho Federal de Educação a regulamentação do curso colegial de Enfermagem no Sistema Federal de Ensino; 2) orientar as seções estaduais sobre os subsídios a serem enviados aos Conselhos Estaduais de Educação sobre esse curso; 3) promover uma revisão da lei do exercício profissional, definindo as atribuições dos diversos elementos que formam a equipe de enfermagem. As escolas foi recomendado que as disciplinas específicas de Enfermagem em nível médio fossem lecionadas por enfermeiros (15).

Quanto ao primeiro item, foi encaminhado ao Conselho Federal de Educação (CFE) pedido para que o curso colegial fosse regulamentado com a justificativa, feita pela Comissão de Educação, de que havia falhas graves para o ensino nas resoluções baixadas pelos Conselhos Estaduais, tanto na estruturação do currículo como na organização do corpo docente (16).

1966

Desse pedido resultou o Parecer n.º 357/66, da Câmara de Ensino Primário e Médio (C. E. P. M.), aprovado em junho desse ano, que considerou a solicitação feita pela ABEn como já tendo

sido atendida em dois pareceres anteriores, de março e abril do mesmo ano, pelos quais já haviam sido estabelecidas normas tanto para a organização de currículo como para a composição do corpo docente. Foram eles o de n.º 171/66, da Câmara de Ensino Primário e Médio (C. E. P. M.) do CFE favorável à criação do Curso Técnico de Enfermagem da Escola Ana Neri, o primeiro a ser organizado no Sistema Federal de Ensino e o de n.º 224/66, C.E.P.M., que deu origem ao Curso Técnico de Enfermagem da Escola de Enfermagem Luiza de Marillac (17).

Uma vez definitivamente instalados, as atenções dos enfermeiros convergiram para a necessidade de definir as atribuições desse novo profissional. O XVIII Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1966, recomendou à ABEn que fosse constituída comissão especial com a finalidade de estudar as funções do técnico de enfermagem com vistas à regulamentação de seu exercício. Foi indicada coordenadora dessa comissão, Maria Dolores Lins de Andrade.

Apesar de todos esses fatos, a Assembléia de Delegados realizada em 1968, homologou recomendação do XX Congresso Brasileiro de Enfermagem para que a diretoria da ABEn manifestasse aos órgãos competentes e às escolas técnicas de Enfermagem sua posição contra a existência desses cursos (18); havia, na ocasião, seis cursos funcionando no país: quatro deles formariam o primeiro grupo desses profissionais em dezembro desse ano.

Por esse motivo, a recém-eleita presidente da ABEn, Amalia C. Carvalho (1968-1972), enviou a recomendação da Assembléia de Delegados às autoridades competentes, ressalvando, porém, o ponto de vista da nova diretoria, contrário àquela recomendação.

Em 1969, foi encaminhado ofício ao Ministério da Educação, ao da Saúde e, posteriormente, ao presidente da República, solicitando alteração na Lei do exercício n.º 2604/55. Não tendo havido resultado, a presidente da ABEn enviou ao deputado Emílio Gomes, do Paraná, ofício com igual solicitação; o projeto desse deputado, ainda hoje em tramitação, tomou o n.º 2604/70, "que acrescenta dispositivo à Lei n.º 2604/55 e define as atribuições do técnico de enfermagem" (19). Com a instalação do Conselho Federal de Enfermagem em 1975, caberá a este a tarefa de elaborar anteprojeto de lei do exercício, reformulando por completo a lei então em vigência, considerada por muitos já obsoleta.

O problema levantado em seguida, ainda em 1969, foi o da integração desses profissionais na ABEn. Na Assembléia de Delegados, realizada em 1969 para discutir a reforma do estatuto,

1968

1969

- houve uma proposta para que os técnicos de enfermagem fossem incluídos como sócios da ABEn, nas mesmas condições que os enfermeiros estrangeiros, que também não podiam associar-se; mas a proposta foi rejeitada. No ano seguinte, 1970, a Assembléia de Delegados autorizou as seções estaduais a convidarem os técnicos de enfermagem para participar das atividades da Associação, com direito a voz mas sem direito a voto, até que fosse resolvido o modo pelo qual essa integração deveria ser feita. Para fazer estudo nesse sentido já havia sido indicada comissão especial coordenada por Elvira de Felice Souza. A forma foi encontrada e, em 1971, a Assembléia de Delegados aprovou emenda ao estatuto dando possibilidade a esses técnicos de pertencerem à ABEn, com os mesmos direitos e privilégios dos demais sócios efetivos, excluída a possibilidade de ocuparem os cargos de presidente e vice-presidente.
- Considerando já uma realidade a integração do técnico na equipe de enfermagem e como membro efetivo da Associação, embora ainda pouco conhecido e aceito por alguns enfermeiros, o XXIV Congresso alertou as seções da ABEn para que fizessem campanha de divulgação sobre esse novo profissional e incentivasse a realização de trabalhos sobre a definição de suas funções (20).

FORMAÇÃO DO AUXILIAR DE ENFERMAGEM

A idéia de formar o auxiliar de enfermagem surgiu por iniciativa de Laís Netto dos Reys, em 1934, em Belo Horizonte. Constou do Regimento da Escola de Enfermagem Carlos Chagas. O primeiro curso formal foi criado na Escola de Enfermagem Ana Neri, em 1941, por iniciativa da mesma educadora Laís Netto dos Reys (1938-1950), então diretora dessa Escola e vice-presidente da Divisão de Educação da ABED.

O problema da deficiência numérica de enfermeiras era cruento, diante das necessidades de assistência aos docentes, e o seu preparo dispendioso e demorado. Vinte e três anos após a criação da primeira escola de Enfermagem (1918-1941) existiam apenas seis dessas escolas e haviam-se diplomado aproximadamente mil e trezentas enfermeiras. Diante desses números, a solução que pareceu mais viável na ocasião, considerada então de emergência, foi a criação de cursos regulares que pudessem preparar pessoal em larga escala para a assistência direta aos internados em hospitais.

O número de certificados expedidos nos primeiros anos de funcionamento dos cursos de Auxiliar de Enfermagem foi muito pe-

queno (21): de 1941 a 1949, quando o ensino foi oficializado pela Lei n.^o 775/49, formaram-se apenas cento e vinte e seis auxiliares de enfermagem nos cinco cursos existentes (22).

Somente a partir de 1953, esse tipo de ensino começou a se expandir, tendo havido, desde então, um aumento anual progressivo no número de profissionais preparados nesse nível, cuja principal atividade deveria ser a de "auxiliar o enfermeiro em suas atividades de assistência curativa" (Artigo 2.^o do Decreto n.^o 27426/49, que regulamentou a Lei n.^o 775/49). Não previa, portanto, a utilização dessa categoria funcional nos serviços de Saúde Pública.

Embora o auxiliar de enfermagem esteja perfeitamente integrado na equipe de enfermagem, a ABEn não possui autoridade suficiente para influir na criação não planejada de novas instituições de ensino de Enfermagem nesse nível, como seria desejável; continuam sendo organizados cursos em localidades que não contam com enfermeiras em número suficiente para o ensino das disciplinas de Enfermagem e supervisão da experiência de campo.

A ABEn interessa-se muito, porém, pelo problema. Ao reconhecer e aceitar como base de sua política de trabalho, que a melhoria dos serviços de saúde do país depende de elevados padrões profissionais, não pode descuidar da formação desse grupo, ao qual os enfermeiros vêm se dedicando há vários anos e a Associação, direta ou indiretamente, tem procurado desenvolver, na medida de suas possibilidades.

A COMISSÃO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM E A EVOLUÇÃO DO ENSINO NESSE NÍVEL

Determinações da Lei do Ensino n.^o 775/49

Do projeto de criação da Divisão de Educação da ABEn, 1945/46, já constava como um dos objetivos desse órgão "estabelecer normas para o preparo das auxiliares de enfermagem". Assim, essa divisão dedicou parte de uma tarde de programação do I Congresso Nacional de Enfermagem à apresentação de trabalhos e debates sobre a formação desses profissionais.

1947

Intensas foram as atividades dessa divisão no ano de 1948 e princípios de 1949, com a perspectiva de promulgação de uma nova lei de ensino de Enfermagem, do qual se ocupava o projeto 92-A/48. Esse projeto dispunha sobre os dois níveis de ensino: de Enfer-

1948

magem e de Auxiliar de Enfermagem. A obrigatoriedade de as escolas de Enfermagem manterem esses dois cursos contrariava a filosofia de ensino de algumas enfermeiras e educadores.

Marcolino G. Candau, (23) em palestra proferida no II Congresso Nacional de Enfermagem sobre “O problema da enfermagem no Brasil” (24), fez restrições à legislação conjunta para enfermeiras e auxiliares de enfermagem, manifestando-se também a favor da emenda apresentada pelo deputado Ari Viana que alterava essa determinação, por razões de ordem técnica e econômica, e preconizava a formação desse último profissional nos hospitais gerais.

Para aquele sanitarista, um dos meios de aumentar o quadro ativo de pessoal auxiliar de enfermagem seria a intensificação de seu preparo em cursos de pequena carga horária teórica, “mas bom treinamento prático”, semelhantes aos adotados pelos norte-americanos e ingleses, como solução de emergência, durante a II Guerra Mundial (1939-1945).

- 1949** Em abril de 1949, teve lugar a primeira reunião da Comissão de Auxiliar de Enfermagem designada pela Divisão de Educação da ABED para estudar o problema da formação desse pessoal no país e o projeto 92-A/48. Foi presidente Ella Hasenjaeger até novembro desse ano quando passou o cargo a Aurora G. de Afonso Costa. Compuseram a primeira comissão: a presidente da ABED e as presidentes das Divisões de Educação e de Saúde Pública; Záira Cintra Vidal, Tessie F. Williams, Mariáh C. Sá, Nadir Matos Moura, Ermengarda F. Alvim, Clara Curtis, Rosaly Taborda e Cecília M. Pecego. Foi formada logo uma subcomissão, tendo Clara Curtis como presidente, com a finalidade de discutir o conteúdo e extensão do curso e a experiência de campo necessária; devia, enfim, estabelecer princípios e diretrizes sobre o “serviço de enfermagem auxiliar”. Realizados os trabalhos resultaram as seguintes recomendações que serviriam de bases às emendas que a ABED deveria apresentar ao citado projeto: 1) que fossem organizados cursos para o preparo de auxiliar de enfermagem em todos os estados que tivessem condições, isto é, local apropriado e enfermeiras para o ensino das disciplinas de Enfermagem; 2) que os cursos fossem dirigidos por enfermeiras e não funcionassem junto às escolas de Enfermagem mas, de preferência, em hospitais gerais; 3) que tivessem a duração mínima de um ano e visassem ao preparo para o trabalho em hospitais e em atividades de Saúde Pública.

1950

Apesar dessas manifestações e de a Associação ter influído na elaboração do Anteprojeto n.º 92-A/48 que deu origem àquela lei e à sua regulamentação, esta não saiu como os enfermeiros esperavam, no que se referia ao curso de Auxiliar de Enfermagem. A divergência motivou recomendação do IV Congresso Nacional de Enfermagem, 1950, para que a Comissão de Auxiliar de Enfermagem, recém-criada como comissão permanente da ABED⁽²⁵⁾, estudasse os elementos que poderiam servir de base a uma reforma na Lei n.º 775/49 e no seu regulamento, principalmente no que se referia ao conteúdo e duração desses cursos.

Essa recomendação baseou-se na sugestão apresentada por Haydée G. Dourado⁽²⁶⁾ segundo a qual a ABED, fundamentando-se na diferenciação de funções da enfermagem, deveria encaminhar à Diretoria do Ensino Superior estudos no sentido de ser criado o curso básico de Auxiliar de Enfermagem, de quatro séries anuais de duração (trinta e dois meses letivos); o currículo seria integrado, facultada a articulação com o curso de graduação em Enfermagem uma vez cursadas as disciplinas de cultura geral do segundo ciclo de grau médio.

A idéia oficial prevalente na época era a da criação de cursos articulados; no caso do curso de Auxiliar de Enfermagem, essa articulação somente poderia ser realizada integrando as cinco disciplinas básicas, a saber, Português, Matemática, Geografia, História e Ciências Naturais, com as disciplinas técnicas. Daí a proposta apresentada para debates da classe, uma vez que os cursos de dezoito meses não estavam sendo considerados satisfatórios e apresentavam grandes diferenças no planejamento do currículo.

1951

Indicada presidente da Comissão em fevereiro de 1951, Izaura Barbosa Lima (1951 a 1960) adotou nessa comissão o sistema de trabalho descentralizado, subdividindo-a em três subcomissões regionais para maior facilidade de ação: a de número um, com sede no Rio de Janeiro, Distrito Federal, sob sua presidência; número dois, em São Paulo, e número três, em Belo Horizonte. Assim estruturada, a Comissão planejou e coordenou os trabalhos das subcomissões visando ao atendimento da recomendação feita no congresso do ano anterior, ou seja, estudar os elementos que deveriam servir de base às emendas a serem propostas para a legislação do ensino.

Como ponto de partida, esse plano tinha como objetivos: identificação de prováveis locais que apresentassem condições para a instalação de escolas de Auxiliar de Enfermagem; estudo sobre a criação de escolas de grau médio que permitissem o acesso ao curso

de Enfermagem de três anos; verificação das condições de preparo, de trabalho e de remuneração desse pessoal, além da verificação dos registros a que estavam obrigados; e o relacionamento da ABED com a recém-criada Associação Nacional de Auxiliares de Enfermagem, ANAE⁽²⁷⁾

Os trabalhos realizados nesse ano por essas subcomissões foram intensos e resultaram em conclusões que serviram de orientação às diretoras das escolas existentes, mas não apresentavam recomendações específicas para modificação da lei⁽²⁸⁾. Como última conclusão, o entrosamento da ABED com a ANAE foi considerado de suma importância, tendo a presidente da ABED colaborado na elaboração do estatuto desta última, de cujo Conselho Consultivo participavam duas enfermeiras escolhidas pelas associadas, dentre nomes constantes em lista apresentada pela ABED.

1952

Continuando os trabalhos no ano seguinte, 1952, a Comissão pôde apresentar ao VI Congresso os resultados de um levantamento dos cursos existentes no país, o primeiro desse gênero, o que motivou a descoberta de cursos funcionando à margem da legislação vigente.

Foi realizado, também, por comissão especialmente designada pela Divisão de Educação, presidida por Haydée G. Dourado⁽²⁹⁾ que contou com a colaboração da Comissão de Auxiliar de Enfermagem, um estudo com o fim de apresentar programa de curso integrado, de grau médio, para formar pessoal auxiliar para os hospitais infantis; ao término desse curso os alunos receberiam dois certificados: de primeiro ciclo do curso secundário (primeiro grau de nível médio) e de auxiliar de enfermagem. Do plano apresentado pela Comissão constavam as disciplinas que deveriam ser ministradas, distribuídas pelos quatro anos do curso. Esse estudo havia sido solicitado à presidente da ABED, Glete de Alcântara, por Armando Mesquita Sampaio, médico da Legião Brasileira de Assistência; possivelmente, esse médico tinha a intenção de organizar um curso nos moldes apresentados por Haydée G. Dourado no congresso realizado em 1950. A comissão fez recomendações em seu relatório final no sentido de que: 1) o curso de nível médio de quatro anos teria também a denominação de curso de Auxiliar de Enfermagem; 2) ao término dos quatro anos, o candidato ao nível superior de ensino de Enfermagem deveria completar o segundo ciclo de grau médio, portanto, não poderia haver articulação direta com aquele curso, mas sim com o segundo ciclo do curso secundário (segundo grau de nível médio); 3) não deveria ser suprimido o curso de dezoito meses determinado pela legislação.

Novas Exigências de Escolaridade

Por essa época havia grande preocupação com o nível de preparo que os candidatos à profissionalização nesse nível deveriam apresentar, antes de habilitar-se ao curso. O VII Congresso Nacional de Enfermagem, ao lado de pedidos aos órgãos do Governo, de maiores subvenções às escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem, recomendou às diretoras das escolas que, no processo de recrutamento de candidatos, procurassem atrair portadores de certificado de conclusão de curso secundário de 1.º ciclo ou equivalente.

A Comissão de Auxiliares de Enfermagem da ABED havia alertado as escolas sobre a conveniência de incluir no plano de ensino, como disciplinas extracurriculares, Português, Matemática e noções de Ciências Físicas e Naturais, como um dos meios para aumentar os conhecimentos trazidos do curso primário, considerados insuficientes. Para melhor inteirar-se dos problemas do ensino nessas instituições, a Comissão trabalhou ativamente, em 1956, no levantamento dos cursos existentes⁽³⁰⁾, das condições em que foram realizados e do número de certificados expedidos; além disso, lutou pela criação de quadros para auxiliares de enfermagem no Distrito Federal e nos estados e pleiteou subvenção federal para as escolas. No que diz respeito à criação de quadro, foi grande o desempenho da Comissão que, depois de muita luta junto à Prefeitura do então Distrito Federal, viu seus esforços recompensados com o veto do governador da cidade ao artigo da lei que permitia o aproveitamento do pessoal da Prefeitura sem qualquer exigência, o que ia de encontro aos termos da Lei n.º 2.604/55 e seria motivo de desestímulo à classe.

Em 1959 foi divulgado o Relatório do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil⁽³¹⁾ que mostrou a deficiência e a diversidade curricular existentes nessa faixa do ensino; revelou, também, as dificuldade que a direção desses cursos vinha encontrando em conciliar os objetivos previstos na lei com as reais funções que esse grupo vinha desempenhando na maioria dos hospitais, onde não existia sequer um enfermeiro. Nesse caso, a inclusão de maior conteúdo teórico nos programas era considerada uma necessidade. A ABEn, entretanto, por meio da Subcomissão de Diretoras de Escolas de Enfermagem da Comissão de Educação, e da Comissão de Auxiliares de Enfermagem, procurava dar orientação às escolas e aos cursos de Auxiliar de Enfermagem quanto ao desenvolvimento de seus programas de ensino e objetivos do curso; isto porque algumas delas vinham apresentan-

1954

1956

1959

do planos de curso muito semelhantes aos de graduação em Enfermagem e, mesmo na prática profissional, as funções desses dois grupos vinham sendo confundidas, problema já observado há alguns anos (32).

Dos dados colhidos desse levantamento sobre a situação do ensino de Enfermagem resultaram as seguintes recomendações, relacionadas com esses profissionais:

"Ao Ministério da Educação e Cultura: 2) que continue a dar diretrizes para que o ensino de enfermagem seja estabelecido em três níveis, superior, médio e auxiliar, visando o preparo de pessoal de enfermagem para funções que se distribuem em escala decrescente de complexidade; 3) que se esforce no sentido de ser criado um órgão orientador e fiscalizador das escolas de enfermagem e de auxiliar de enfermagem.

Ao Ministério de Saúde e outros órgãos de saúde: 15) que seja aproveitado o auxiliar de enfermagem em substituição gradual aos elementos auxiliares de denominação e preparo múltiplos, atualmente utilizados.

Ao Conselho Nacional de Educação: 18) que exija, para reconhecimento indispensável para organização e funcionamento dos cursos de enfermagem e de auxiliar de enfermagem, que a entidade mantenedora tenha objetivo educacional.

A Associação Brasileira de Enfermagem: 39) que, levando em consideração a escala decrescente de responsabilidade do pessoal de enfermagem, faça um estudo sobre o currículo dos três níveis de curso, superior, médio e auxiliar no qual sejam incluídos: cadeiras e disciplinas de cultura geral e profissional com especial atenção às ciências sociais, sua correlação e seriação, a inclusão dos aspectos sanitários e sociais nas disciplinas, os estágios necessários para efeito de reconhecimento da escola e a sua duração aproximada e os requisitos mínimos dos campos de estágio; 40) que promova um estudo sobre as áreas que necessitam e comportam curso médio de enfermagem ou de auxiliar de enfermagem e elabore plano de execução gradativa para a instalação desses cursos; 45) que promova a reestruturação do currículo do curso de auxiliares de enfermagem de molde a pre-

pará-los para exercerem atividades no setor de saúde pública tanto quanto no hospitalar" (33).

A recomendação para que fosse estudado o ensino de Enfermagem em três níveis denotava que já havia sido sentida a falta de um profissional com preparo intermediário entre o enfermeiro e o auxiliar de enfermagem, que viesse a exercer as atividades intermediárias de assistência, ou seja, aquelas que, não sendo muito complexas, não o eram também tão simples, que pudessem ser exercidas por pessoal de menor qualificação. O reconhecimento dessa realidade fez surgir os Anteprojetos de Lei Orgânica do Ensino de Enfermagem, de números 3 082/57 e 114/59, já citados.

Em 1960, Marina de Andrade Resende sugeriu melhor preparo para o auxiliar de enfermagem, colocando o curso na faixa do ensino médio, à altura da terceira e quarta séries do 1.º ciclo secundário (7.ª e 8.ª séries do 1.º grau, na legislação atual); o requisito de escolaridade para ingresso deveria passar do primário para o término do 2.º ano ginasial (atual 6.ª série do 1.º grau) (8).

1960

Em julho de 1961, depois de nove anos de intensa atividade, Izaura Barbosa Lima deixou de presidir a Comissão de Auxiliares de Enfermagem, tendo sido substituída por Altair Alves Arduino, que permaneceu no cargo até 1963.

1961

Atendendo a recomendação da assembléia geral realizada em 1962, foi constituída nova comissão especial que teve, juntamente com a Comissão de Educação, Maria Rosa S. Pinheiro como presidente, para estudar a formação desse profissional; entre seus membros encontravam-se um representante da União Nacional de Auxiliares de Enfermagem e outro da Associação de Auxiliares de Enfermagem de São Paulo, Daniel A. da Silva. Nessa ocasião, este último pleiteou que os auxiliares de enfermagem adotassem um título que contivesse o substantivo *enfermeiro*, acompanhado de um adjetivo que poderia ser *auxiliar*, e que fosse elevado para ginásio o requisito de escolaridade ao curso. A Comissão concordou com a última sugestão, contanto que fosse dado prazo às escolas para se adaptarem ao novo sistema.

1962

De acordo com estudo feito pela Comissão de Seguimento do Levantamento, no período de julho de 1962 a julho de 1963, o nível de preparo dos candidatos a esses cursos estava melhorando a cada ano; em 1961, apenas 19% dos alunos possuíam algum preparo além do curso primário; em 1962, essa porcentagem havia subido para 32%, atingindo 38% em 1963; 14% dentre esses 38% já possuíam o certificado do curso ginasial. Tornava-se, então, ne-

1963

cessário que as educadoras se definissem quanto ao nível de escolaridade a ser exigido dos candidatos, uma vez que os próprios auxiliares de enfermagem consideravam insuficiente apenas o curso primário como requisito de escolaridade. Justificava-se, portanto, a existência daquela comissão, que completou o estudo em julho desse último ano.

Portaria 106/65 — Fixa normas reguladoras do curso de auxiliar de enfermagem.

1965

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a estruturação e reconhecimento dos cursos de nível médio foram transferidos para o sistema estadual de ensino. A fim de regulamentar os cursos de Auxiliar de Enfermagem no sistema federal foi assinada pelo Ministro da Educação e Cultura a Portaria n.º 106 de 28 de abril de 1965, acolhendo indicação aprovada pelo Conselho Federal de Educação (34). Essa portaria incluiu as disciplinas Noções de Assistência Materno-Infantil e Enfermagem de Saúde Pública como específicas do curso, resultado de trabalho da ABEn junto ao Conselho Federal de Educação quando este estudava a regulamentação desses cursos em 1964 (35). Apesar da Associação ter sido consultada, o currículo estabelecido pela citada portaria não representou integralmente sua linha de pensamento quanto à formação desses profissionais. Uma comissão especial foi encarregada de elaborar um memorial ao CFE sugerindo modificações, que não foram acolhidas na esfera federal mas, esperava-se, poderiam vir a ser nos estados, ressalvadas as necessidades prioritárias de cada região.

Pela portaria, o currículo deveria ser desenvolvido em dois anos letivos, abrangendo as cinco disciplinas de cultura geral constantes das duas primeiras séries do curso ginásial, e disciplinas específicas; as primeiras deveriam ser lecionadas por “professores legalmente habilitados” e as últimas por enfermeiros.

Essa nova determinação iria afetar o orçamento das escolas, com a necessária ampliação do seu corpo docente. Discutido o problema durante o XVII Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1965, recomendou-se às escolas ou cursos de Auxiliar de Enfermagem que procurassem fazer convênios com os cursos ginásiais locais ou colégios de aplicação das Faculdades de Filosofia. Esse congresso recomendou também que fosse incluído, no currículo, o ensino de Enfermagem Psiquiátrica, que não constava da referida portaria, mas necessário para a melhor compreensão das “reações dos pacientes” (36).

1966

A estruturação do curso em nível das primeiras séries ginásiais foi estudada, conjuntamente com a estrutura curricular do curso técnico de Enfermagem, no I Seminário Regional de Ensino Médio de Enfermagem — Região Sul, realizado em Curitiba em 1966. Entre outros assuntos, visava esse seminário a debater a distribuição semestral das disciplinas obrigatórias de cultura geral e a redução do programa profissional; esse necessário ajustamento determinaria, obviamente, uma reestruturação do currículo.

Os resultados desse seminário foram satisfatórios. Como conclusão dos trabalhos foram determinadas as atividades mais características de cada um dos três níveis profissionais de enfermagem — enfermeiro, técnico e auxiliar de enfermagem — tendo em vista os objetivos dos diferentes cursos; foi também recomendado que as diretoras das escolas de Auxiliar de Enfermagem, ao fazerem a determinação do número de horas das disciplinas do primeiro ciclo, não ultrapassassem doze horas semanais, e o conjunto de atividades não fosse além de quarenta e quatro horas semanais. Como sugestão, os participantes apresentaram um modelo de distribuição semestral das disciplinas, estágios e respectivas cargas horárias (37).

Curso Intensivo de Auxiliar de Enfermagem

1967

Por ocasião do XIX Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1967, foi discutida proposta de redução do curso de Auxiliar de Enfermagem de dezoito para onze meses letivos, inicialmente em cursos de caráter experimental. As autoras do projeto, Clélea de Pontes e Anyta Alvarenga, sugeriram que esses onze meses fossem exclusivamente dedicados ao ensino das matérias de formação profissional e que fosse exigido o certificado de conclusão da segunda série ginásial como requisito de matrícula. Argumentavam que os candidatos já traziam os conhecimentos gerais correspondentes às disciplinas obrigatórias das duas primeiras séries ginásiais (atuais 5.^a e 6.^a séries do 1.^º grau), exigidas pela Portaria n.^º 106/65 do CFE, e que essas disciplinas somavam uma carga horária que consumia um ano inteiro de estudos, restando, portanto, para as disciplinas profissionalizantes apenas o outro ano do curso. Aprovada a recomendação pela Assembléia de Delegados (38), a ABEn encaminhou ao MEC solicitação no sentido de reduzir o curso a onze meses e aumentar a escolaridade como requisito de admissão. A esse pedido foram anexadas as recomendações do seminário realizado em Recife de 20 de novembro a 2 de dezembro desse ano (39).

1968

A temática do XX Congresso Brasileiro de Enfermagem incluiu o estudo de problemas relacionados com a "Realidade sani-

tária do Nordeste" e "Responsabilidade do enfermeiro no preparo de pessoal de nível médio", temas sobremodo atuais nas cogitações da ABEn referentes ao ensino. Como consequência desses estudos, o Congresso aprovou recomendação às escolas de Auxiliar de Enfermagem e diretores de Serviços de Enfermagem e de Hospitais para que promovessem convênios ou instrumentos de cooperação mútua, para extensão desses cursos em hospitais com o fim de elevar o nível dos seus atendentes (40).

Em fevereiro de 1968, a diretoria da ABEn, discutindo as recomendações do Congresso dos Auxiliares de Enfermagem recém-realizado, destacou os seguintes tópicos: 1) alteração do currículo com a inclusão da disciplina Enfermagem Psiquiátrica e maior ênfase à instrumentação em salas de operações; 2) solicitação para que os auxiliares de enfermagem passassem ao nível de técnicos de enfermagem. Quanto ao primeiro item, preocupava-se a diretoria com os cursos isolados de instrumentação que vinham sendo realizados sob os auspícios de outras entidades, situação que somente poderia ser contornada se as seções estaduais tomassam a si a responsabilidade de realizar cursos semelhantes para os auxiliares de enfermagem. Com referência ao segundo tópico, a ABEn enviou ofício ao Conselho Federal de Educação em março de 1969, recomendando a não transformação das escolas de Auxiliar de Enfermagem em cursos técnicos de Enfermagem (41), tendo em vista o currículo dos cursos e a necessidade de ambos os grupos.

1969

Em 1969, foi realizado na Guanabara um seminário para discussão do currículo dessa nova modalidade de curso, sob os auspícios do Ministério da Saúde e OPAS/OMS. Coordenou os trabalhos a enfermeira Judith Feitosa de Carvalho que contou também com a colaboração de representante da Comissão de Educação da ABEn. Desse seminário resultou a elaboração de um guia sobre um currículo integrado para os cursos intensivos de Auxiliar de Enfermagem que constituiu um documento de real valor para a implantação do novo sistema.

1970

Com a aprovação do Parecer n.º 170/70, da Câmara de Ensino Primário e Médio (C. E. P. M.) do CFE, a 10 de março e com a sua homologação no mês seguinte, foi atendida a solicitação da ABEn permitindo o funcionamento de tais cursos em regime intensivo (42), uma vez observados os termos do Parecer n.º 75/70, que tratou das normas para cursos de Auxiliar de Enfermagem. Esse parecer disciplinou os cursos intensivos e tornou obrigatória a conclusão do primeiro ciclo ginásial como requisito de admissão,

estabelecendo as condições em que pode ser autorizado o seu funcionamento (43), em caráter experimental.

A inovação parece ter sido bem aceita pelos enfermeiros educadores, convencidos da comprovada necessidade de formação de pessoal de enfermagem a curto prazo.

Não há, como ficou evidenciado, um sistema definido de formação desses profissionais. Na situação vigente, as modalidades de currículo admitidas serão tantas quantas permitirem a Portaria n.º 106/65, o Parecer 75/70 e o artigo 27 da Lei n.º 5692/71.

Ao lado desse grupo, já bastante numeroso, trabalham ainda os práticos de enfermagem favorecidos pelo já citado Decreto-Lei n.º 8 778/46, em cuja história a Associação também tomou parte, como será relatado em outro capítulo.

O Auxiliar de Enfermagem no Campo de Saúde Pública

Em 1952 foram iniciados estudos em São Paulo sobre o aproveitamento do auxiliar de enfermagem no campo de Saúde Pública. Com essa finalidade foi formada uma Comissão Consultiva que deveria fazer recomendações nesse sentido ao diretor da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo, atual Faculdade de Saúde Pública (44). Essa comissão contou com a participação de diretores e representantes das seguintes instituições: Faculdade de Higiene e Saúde Pública, e Escola de Enfermagem da Univrssiade de São Paulo; Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas; Serviço Especial de Saúde Pública e Serviço Especial de Saúde de Araraquara; Divisão de Organização Sanitária do Ministério da Educação e Saúde e Repartição Sanitária Pan-Americana.

Em uma das reuniões realizadas em junho de 1952, sob a presidência do diretor daquela Faculdade, Paulo César de Azevedo Antunes, foi discutida a necessidade da criação de uma Divisão de Enfermagem de Saúde Pública no Departamento de Saúde do Estado; para elaborar o documento que seria enviado ao Governador do Estado, foram designados Rodolfo dos Santos Mascarenhas, Lúcia Jardim e Yolanda Lindenberg Lima, esta última, presidente da ABEn — Seção de S. Paulo.

No relatório final, apresentado pela Comissão Consultiva do diretor da Faculdade de Higiene e Saúde Pública, em maio de 1953, reconheceu-se a necessidade desse pessoal nos serviços de Saúde Pública e foram apresentadas sugestões para modificação do currículo dos cursos, dividindo os dezoito meses de duração em

1953

três períodos de três, nove e seis meses, respectivamente. Durante esse último período, os alunos poderiam escolher o campo em que deveriam estagiar. Foram também determinadas as funções que os auxiliares deveriam exercer nesse campo.

1955 No que se refere à ABEn, somente em 1955 o VIII Congresso fez recomendação para que as escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem “inclussem, no currículo do curso, estágio em ambulatório e educação sanitária aplicada”⁽⁴⁵⁾.

1959 Quatro anos mais tarde, 1959, as diretoras dessas escolas ou cursos foram novamente alertadas para que inclussem nos seus currículos teoria e prática nesse ramo da Enfermagem, tendo em vista os resultados satisfatórios obtidos pelo Serviço Especial de Saúde Pública com a utilização desse pessoal; da mesma maneira, os serviços hospitalares e sanitários deveriam utilizar o auxiliar de enfermagem para suplementar o trabalho do enfermeiro de Saúde Pública. A primeira dessas recomendações foi renovada em 1962⁽⁴⁶⁾.

I Seminário Regional de Ensino Médio de Enfermagem — Região Sul

1966 Em setembro de 1966, Irmã Maria Turkiewicz, diretora da Escola Técnica de Enfermagem “Catarina Labouré”, sugeriu um encontro das docentes de Fundamentos de Enfermagem dos cursos de nível médio. A diretoria da ABEn decidiu que seria melhor a realização de um Seminário, porque, nesse caso, as decisões tomadas teriam maior alcance. A presidente, Circe de Melo Ribeiro, entusiasmada com a idéia, incentivou, orientou a organização, e participou de todos os seus trabalhos, já agora com seu objetivo ampliado de modo a abranger todo o ensino de nível médio.

A comissão executiva constituída pela Irmã Maria Turkiewicz, Terezinha Beatriz Gomes de Azeredo e Elizabeth M. Koester, contou também com o assessoramento das Comissões de Documentação e Estudos e de Educação da ABEn; a coordenadora da primeira, Amalia C. Carvalho, teve participação ativa na organização e realização do seminário, na sua coordenação geral e na elaboração do relatório final. Além dessas comissões, o seminário contou com a colaboração expressiva do Governo do Estado do Paraná, da Escola Técnica de Enfermagem Catarina Labouré, da Escola de Auxiliar de Enfermagem Caetano Munhoz da Rocha, da Escola de Enfermagem Madre Leonie e da ABEn — Seção do Paraná.

O Seminário foi considerado realização de grande sucesso.

A ABEN E A UNIÃO NACIONAL DE AUXILIARES DE ENFERMAGEM

A primeira associação de classe formada pelos auxiliares de enfermagem foi a Associação Nacional de Auxiliares de Enfermagem, ANAE, fundada em maio de 1950, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro; a palavra *Associação* foi logo depois mudada para *União*, daí a sigla hoje usada, UNAE (47). 1950

O movimento em torno do Projeto nº 4844/54, de Reclasseificação de Cargos proporcionou um contato mais freqüente desses profissionais com a União Nacional dos Servidores Públicos, UNSP. Com o apoio desta, à qual mais tarde se filiará, começou a ser organizada uma Associação de Enfermeiros e Servidores em Hospitais, que só não chegou a ser criada com esse nome por interferência da presidente da Comissão de Legislação da ABEn. Em entendimentos com a diretoria daquela associação, Haydée G. Dourado conseguiu que o nome fosse mudado para Associação de Auxiliares de Enfermagem. 1955

Em novembro de 1960, a presidente da ABEn submeteu à diretoria, para discussão, os pedidos formulados por vários enfermeiros para que se estudasse um meio de associar os auxiliares de enfermagem à ABEn. Nessa ocasião ficou decidido que deveria ser solicitado à Comissão de Auxiliares de Enfermagem e à Subcomissão de Diretoras de Escolas de Auxiliar de Enfermagem que estimulassem a criação de associações de auxiliares de enfermagem nos Estados, enquanto a Comissão de Estatuto e Regimentos deveria procurar encontrar uma fórmula para essa filiação. Esta não foi encontrada, principalmente devido à exigência do Conselho Internacional de Enfermeiras que determinava que os sócios efetivos das associações nacionais de Enfermagem que pretendessem filiação ao Conselho Internacional fossem enfermeiros. 1960

Esse mesmo assunto voltou a ser apresentado em 1963 quando, em memorial encaminhado à Mesa que dirigia os trabalhos do XIV Congresso Brasileiro de Enfermagem, a UNAE e a UNAE - Seção de São Paulo pleitearam a inclusão da primeira como membro efetivo da ABEn, com todos os direitos e prerrogativas determinados pelo seu estatuto.

A 28 de dezembro de 1962, durante a Primeira Convenção Interestadual de Auxiliares de Enfermagem realizada em São Paulo, foi oficialmente fundada a Associação Brasileira de Auxiliares de Enfermagem, ABAE, com sede e foro na cidade de São Paulo, des- 1962

ligada da UNAE uma vez que esta, no entender dos convencionais, não estava tratando com eficiência os problemas da classe. Esse desentendimento cessou em agosto de 1965, com a integração da ABAE na Seção de São Paulo da UNAE.

Em uma das reuniões conjuntas, ABEn e UNAE, realizadas para tratar de problemas comuns, a presidente desta última, Odete Reis Sarandy, deu a conhecer as decisões tomadas pela Assembléia dos Auxiliares de Enfermagem realizada no Rio de Janeiro nesse ano. Dentre estas constava a disposição da classe de trabalhar pela melhoria do preparo dos profissionais, recomendando: 1) certificado de conclusão de primeiro ciclo ginásial para ingresso no curso e 2) a mudança da denominação para técnicos de enfermagem. Tramitava pelas Casas do Congresso, por essa ocasião, o Projeto 3082/57 que previa, em um dos substitutivos, os dois pontos recomendados.

1964 Dois anos mais tarde, 1964, a UNAE solicitou que a ABEn se interessasse em promover cursos de atualização para o auxiliar de enfermagem e tratasse do enquadramento desse profissional como "Assistente de Enfermagem" (49). A Comissão de Enfermagem Hospitalar planejou e realizou vários cursos dessa natureza.

A partir dessa data parece não ter havido outro contato entre as duas agremiações. A ABEn, no entanto, não deixa de se interessar pelos problemas desses profissionais, com eles cooperando sempre que se lhe apresenta oportunidade.

CURSOS VOLANTES

Em 1951 foi feita a primeira tentativa para resolver o problema da escassez de pessoal e melhorar os serviços de Enfermagem.

1951 Edith de Magalhães Fraenkel havia sugerido, por volta de 1950/51 (50), a formação de equipes volantes de enfermeiros que dariam cursos rápidos ao pessoal de enfermagem nos hospitais da cidade de São Paulo e do interior, a fim de melhorar seus serviços de Enfermagem. Seria uma medida de emergência até que os hospitais pudessem contar com um enfermeiro, pelo menos, para desenvolver programas de educação em serviço. A idéia parece ter agradado ao deputado Novelli Júnior, da Câmara Federal, que apresentou o Projeto de Lei n.º 2609/52, dispondo sobre a formação de "Cursos Volantes" para o preparo de auxiliares de enfermagem; esse projeto desagradou a Comissão de Auxiliar de Enfermagem que apresentou memorial ao Ministro da Educação e

Cultura solicitando que o não apoiasse; o projeto viria a agravar ainda mais o problema da enfermagem no Brasil e não solucioná-lo, pois "não pode haver improvisação na formação de pessoal técnico". Apesar de a ABED ter manifestado seu ponto de vista contrário, o projeto foi transformado na Lei n.^o 2367, de 7 de dezembro de 1954, que em seu artigo 1.^º determinava que as escolas de Enfermagem poderiam, a título precário e por um período de dez anos, organizar esses cursos para preparação de auxiliares de enfermagem em hospitais de localidades onde não existissem escolas de Enfermagem. Um projeto de regulamento básico dessa lei chegou a ser elaborado por Izaura Barbosa Lima e Maria Rosa S. Pinheiro (51).

1954

A idéia inicial da ABE era de organizar equipes volantes para planejar e ministrar cursos rápidos de treinamento de atendentes, principalmente para os que trabalhavam em hospitais e unidades sanitárias do interior, afastados, portanto, de cidades-sedes de escolas.

Um pronunciamento oficial seria necessário, uma vez que a realização de um plano desse tipo demandava o emprego de recursos financeiros com os quais a ABE não contava e, ao que parece, aos governos estaduais não interessava despender (52). Seguindo a política da ABE, as seções estaduais trataram de organizar cursos para preparar os atendentes para os exames de prático de enfermagem (Decreto-Lei n.^o 8778/46), visando, dessa maneira, a proteger o público que serviam.

Assim, quer por motivos de ordem financeira, quer pela evidente impossibilidade de conseguir enfermeiros para formar as equipes, a lei nunca foi regulamentada.

PROGRAMA PARA FORMAÇÃO DE AUXILIARES DE ENFERMAGEM PARA AS REGIÕES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE, NO BRASIL.

A fim de desenvolver planos integrados de Saúde nos estados das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, foi firmado, em 1963, convênio entre o Ministério da Saúde (MS), Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI) e Organização Pan-americana de Saúde (OPAS-OMS), para execução de um plano, designado Projeto 287/63, que tinha como objetivo imediato a formação de auxiliares de enfermagem para os serviços de assistência médica-sanitária daquelas regiões. A extrema carência desse pessoal e a precariedade das escolas e cursos destinados ao seu preparo, já haviam

1960

chamado a atenção dos órgãos do Governo ligados ao setor Saúde em 1960, quando esses planos foram idealizados para aquelas regiões. Nesse ano o Departamento Nacional da Criança solicitara à Divisão de Organização Sanitária (DOS) do MS que apresentasse projeto de auxílio àquelas escolas e cursos, o que foi efetuado

1962 em 1961. Em 1962, um entendimento entre a Repartição Sanitária Pan-americana de Saúde, por intermédio de sua consultora, enfermeira Agnes Lima, e o Departamento Nacional de Saúde permitiu que a Divisão de Organização Sanitária do MS, por intermédio da sua Seção de Enfermagem, tomasse as primeiras provisões na elaboração do programa, em que eram previstos auxílios financeiros daquelas organizações internacionais. Izaura Barbosa Lima e Marina de Andrade Resende fizeram o estudo preliminar, mostrando o grau de precariedade daquelas escolas, a deficiência de produção e as providências necessárias para melhorar a situação. Esse estudo e o relatório apresentado por Agnes Lima serviram de base para a elaboração do acordo que deveria vigorar por cinco anos, isto é, de 1963 a maio de 1967 (53).

Em sua organização administrativa (54) o programa contava com uma assessoria técnica composta de representantes do Ministério da Educação e Cultura, Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, Divisão de Organização Sanitária do Ministério da Saúde e Associação Brasileira de Enfermagem. Foi representante desta última, nesse período, Amalia Corrêa de Carvalho, indicada pela então presidente Clarice D. T. Ferrarini (1962-1964) e que foi substituída por Circe de Melo Ribeiro, quando esta foi eleita presidente da Associação. Participaram também como integrantes dessa assessoria, as presidentes das Comissões de Educação, Legislação, Seguimento do Levantamento e da Subcomissão de Auxiliar de Enfermagem.

1963 Antecedendo o XV Congresso Brasileiro de Enfermagem, foi realizado em Fortaleza, Ceará, em fins de junho e primeira quinzena de julho de 1963, um seminário para discussão dos dados já colhidos sobre esses cursos e de matéria referente ao ensino, legislação e administração das escolas. Desse seminário participaram vinte e cinco diretoras e professoras das escolas e dos cursos de Auxiliar de Enfermagem e um grupo assessor formado de cinco enfermeiras representantes da ABEn. Dos estudos realizados, o aperfeiçoamento do corpo docente e a revisão do currículo tiveram prioridade como recomendações, que seriam divulgadas entre os enfermeiros da região. Na revisão do currículo foram feitas recomendações ao Ministério da Educação e Cultura: 1) que o curso fosse em nível de primeira e segunda séries ginasiais; 2) que fossem incluí-

das no currículo as disciplinas: Noções de Assistência Materno-Infantil e Enfermagem de Saúde Pública. O congresso realizado nesse ano resolveu sugerir às escolas e cursos em funcionamento no país que adotassem as recomendações do seminário (55).

Dois anos mais tarde, 1965, foi realizado em Recife outro seminário com o objetivo de avaliar o programa de ajuda às escolas de Auxiliar de Enfermagem já realizado e de planejar as atividades para os anos de 1966 a 1968.

Em 1967, foi enviado à ABEn, por Izaura Barbosa Lima, novo relatório do Projeto 287/63, referente ao período de 1965 a maio de 1967. Desse relatório constou, como um dos resultados das providências tomadas após a análise de um estudo parcial do desenvolvimento do plano realizado em 1963/64, a criação de uma Comissão de Especialistas em Enfermagem, constituída por enfermeiros, pela Portaria n.º 136, de 11 de junho de 1965, do Diretor do Ensino Superior do MEC (56). Essa Comissão tinha como objetivos: 1) apresentar sugestões de imediata aplicação, visando ao melhor aproveitamento dos recursos existentes no país para a formação de pessoal de enfermagem; 2) propor medidas a serem utilizadas para ampliar o número de matrículas nas escolas de Enfermagem; 3) formular recomendações quanto aos níveis de formação de pessoal de enfermagem, atendendo às metas do Plano Nacional de Educação do País; e 4) planejar ação para o aprimoramento da educação de enfermagem no país.

Um outro item do relatório referia-se à necessidade de intensificar a concessão de bolsas de estudos a cursos de pós-graduação para o preparo de docentes destinados às escolas, notadamente as abrangidas pelo Plano.

Em novembro de 1968 foi encaminhado ao Ministro da Educação e Cultura o relatório do seminário realizado em Recife em novembro-dezembro do ano anterior, desta vez para avaliar o primeiro quinquênio do Projeto 287/63. Como o convênio para esse Projeto havia terminado em 1967, foi assinada a Emenda I prorrogando-o por mais três anos; o Projeto passou a ser conhecido com o n.º 287/6301. O mesmo aconteceu em 1970, com a Emenda II, que transformou o Projeto no de n.º 287/6302, com mais três anos de duração, ou seja, de 1971 a 1973.

Desse seminário resultaram várias recomendações: 1) que fosse dada autorização às escolas de Auxiliar de Enfermagem para realizarem cursos em regime intensivo para candidatos com a segunda série ginasial concluída; 2) que fossem acrescentados dispositivos

1965

1967

1968

à Portaria n.º 106/65, de modo a permitir que as escolas pudessem, ao lado dos cursos de dois anos, oferecer também o de um ano, intensivo, de caráter exclusivamente profissional.

Por essa época, compunham a Comissão de Assessoria Técnica do Projeto, Anyta Alvarenga, Clélea de Pontes, Maria Dolores Lins de Andrade, Hilda Lozier e Judith Feitosa de Carvalho (57).

1971 Em novembro de 1971, Curitiba foi a sede do Seminário sobre Formação de Auxiliares de Enfermagem (Projeto 287/6301), patrocinado pela Secretaria de Saúde Pública do Estado do Paraná, sob a coordenação geral de Judith Feitosa de Carvalho e consultoria de representante da OPAS/OMS. Desse seminário saíram recomendações, dentre outras, para que: 1) fosse elaborado um sistema de avaliação de estudantes, tomando como referência os modelos contidos no Guia sobre o Currículo do Curso Intensivo de Auxiliar de Enfermagem e para que 2) o corpo docente fosse melhor qualificado, completando sua formação com a licenciatura em Enfermagem.

A Lei n.º 5692/71, de 11 de agosto de 1971, que fixa diretrizes e bases para o ensino de 1.º e 2.º graus, alterou substancialmente o sistema, permitindo, no nível de uma ou mais das quatro últimas séries do 1.º grau, o desenvolvimento de cursos de aprendizagem, e, em nível de 2.º grau, cursos intensivos de qualificação profissional.

1973 Tendo em vista essa nova legislação do ensino a assessoria técnica do Projeto 287/6302 fez realizar em Recife, em dezembro de 1973, novo seminário para estudar a posição do curso de Auxiliar de Enfermagem face às novas diretrizes governamentais. Nessa época, vinte e cinco dos noventa e dois cursos existentes faziam parte do projeto.

A atuação da Associação Brasileira de Enfermagem nesse projeto foi bastante variada: bem maior quando foi iniciado, em 1963; passou a apenas representativa nos últimos anos, embora seu interesse em participar e colaborar não tenha diminuído. Sendo, como é, uma associação de caráter cultural, justo será que continue sendo ouvida em todo projeto que tenha o ensino de Enfermagem, em qualquer de seus níveis, como uma das finalidades.

NOTAS

CAPÍTULO II

1. Anais de Enfermagem, out. de 1948, p. 180-187.
2. Os estudos e discussões sobre as novas diretrizes e bases da educação nacional, transformados no Projeto de Lei n.º 2222/57, foram iniciados em 1949, em obediência ao inciso XV do artigo 5.º da Constituição Federal de 18 de setembro de 1946: "compete à União legislar sobre: a) diretrizes e bases da educação nacional".
3. Anais de Enfermagem, jan. 1951. pp. 128-132. Consultar, também, a Rev. Bras. de Enf., abr.-jan., 1965 pp. 136-139.
4. No trabalho apresentado no Congresso realizado em 1950, foi recomendada a criação de curso básico de Auxiliar de Enfermagem de trinta e dois meses letivos de duração, currículo integrado e possibilidade de articular-se com o curso de graduação em Enfermagem; os cursos de dezoito meses poderiam ser mantidos, porém, sem possibilidade de articulação.
5. Recomendação n.º 4, à ABEn: "que estude a conveniência da criação, em lei, de outro nível de curso de enfermagem, além dos dispostos na Lei n.º 775/49".
6. A Lei n.º 2995/56, prorrogou por mais cinco anos a vigência do parágrafo único do artigo 5.º da Lei n.º 775/49.
7. A denominação primeiro e segundo ciclos de grau médio foi modificada pela Lei n.º 5692/71, que fixou as diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus.
8. Rev. Bras. de Enf., abr. de 1961, pp. 110-158.
9. Referia-se à Lei n.º 2604/55, que regula o exercício da enfermagem profissional.
10. Informações sobre o grupo que participou dos trabalhos e discussões do projeto de lei que incluía o técnico de Enfermagem poderão ser obtidas na Revista Brasileira de Enfermagem de abril-junho de 1965, pp. 136 a 139.
11. O artigo 4.º da Portaria ministerial de 4 de dezembro de 1962 determinava: "o Conselho Federal de Educação estudará também as bases da gratificação de nível universitário, levando em conta a preparação e a responsabilidade dos diplomados por cursos superiores". Rev. Bras. de Enf., fev. de 1963, p. 44.
12. Arquivos da ABEn.
13. Livro de Atas das reuniões da Diretoria, n.º 5.
14. Recomendações de número 2a, 2b, n.º 4 e n.º 16 do XVII Congresso Brasileiro de Enfermagem e número 3, de comissões especiais. Essas recomendações foram feitas porque alguns Conselhos Estaduais de Educação já estavam estruturando o ensino de Enfermagem de grau médio, sem uma orientação básica para a organização de cursos nesse nível.
15. Rev. Bras. de Enf., abr.-jan., 1966, pp. 157-160.
16. Relatório da presidente da Comissão de Educação, Glete de Alcântara, referente ao período de julho de 1965 a junho de 1966.
17. De acordo com o Parecer n.º 279/62, o curso nesse nível deveria chamar-se Curso Médio de Enfermagem, de Escola Média de Enfermagem. Foi conhecido, também, como Curso Colegial de Enfermagem.

18. Recomendação n.º 25.

19. Relatórios da presidente, dos períodos de setembro de 1969 a dezembro de 1970 e de julho desse ano a julho de 1971.

Do relatório da coordenadora da Comissão de Legislação, do período de outubro de 1969 a junho de 1970, foram tiradas as informações que se seguem. Em junho de 1970, um dos técnicos do Departamento de Administração do Serviço Público, onde se encontrava o Processo sob o n.º 2138/70, opinou que a ABEn deveria submeter, "em documento único, a proposta de atribuições de cada uma das ocupações de enfermagem. Esse subsídio serviria para o estudo do Plano de Classificação de Cargos". O Ministério do Trabalho informou a Comissão de Legislação da ABEn que caberia ao futuro Conselho de Enfermagem determinar as atribuições desse profissional.

20. Recomendações n.º 12a e 12b.

21. De acordo com informações colhidas dos quadros estatísticos elaborados pela Comissão de Seguimento do Levantamento em 1963, apenas um aluno recebeu certificado em 1941.

22. Cursos de Auxiliar de Enfermagem (CAE) existentes, segundo a mesma fonte: CAE da Escola Ana Neri (1941); CAE da Escola de Enfermagem da Congregação São José, S. Paulo, (criado em 1945 e reorganizado em 1949); CAE da Cruz Vermelha Brasileira, filial do Rio Grande do Sul (1947); CAE da Cruz Vermelha Brasileira, filial do Rio de Janeiro (1948); CAE da Associação das Voluntárias Ana Neri, AVAN (1949).

23. Na época era superintendente do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) e presidente da Sociedade Brasileira de Higiene. Foi também Diretor Geral da Organização Mundial de Saúde durante vinte anos, deixando o cargo quando se aposentou, em 1974.

24. Anais de Enfermagem, out. de 1948, pp. 159-165.

25. Recomendação n.º 5c. Pela reforma do estatuto aprovada em 8 de dezembro de 1950, foi criada essa comissão com a finalidade de estudar a localização dos cursos existentes, o programa de estágios práticos e os métodos de ensino que poderiam ser utilizados.

26. Anais de Enfermagem, jan. de 1951, pp. 128-135.

27. Criada em maio de 1950, com a colaboração da ABED a pedido da Associação de Voluntárias Ana Neri. Seu estatuto foi aprovado em 10 de maio de 1951, dando à mesma o nome de União Nacional de Auxiliares de Enfermagem, UNAE.

28. Do relatório apresentado pela comissão no V Congresso Nacional de Enfermagem, novembro de 1951, constou como uma "inovação importantíssima" a admissão de alunos-homens para o curso de Auxiliar de Enfermagem.

29. Essa comissão foi constituída por Ariadne Lopes de Menezes, Izaura Barbosa Lima e Haydée G. Dourado.

30. Em julho de 1956 existiam 41 cursos em funcionamento e oito haviam pedido autorização para funcionar.

31. Realizado pela ABEn, de 1956 a 1958, e duplicado em junho de 1959.

32. Consultar artigo de Aurora A. Costa, publicado em Anais de Enfermagem, janeiro de 1951, p. 135.

33. Relatório do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil, 1959.

34. Ver Documento n.º 29, set. de 1964, p. 70.

35. Relatório de Izaura Barbosa Lima sobre o Projeto 287/63. Arquivos da ABEn.

36. Recomendações n.º 11a, 11b e n.º 12.
37. Primeiro Seminário Regional de Ensino Médio de Enfermagem — Região Sul, pp. 59 e 60.
38. Recomendação n.º 3 dirigida às diretoras das escolas de Enfermagem e à Comissão de Educação da ABEn.
39. Relacionado com o Projeto FISI/MS.
40. Recomendação n.º 5a.
41. Livro de Atas das reuniões da Diretoria, n.º 6.
42. Diário Oficial de 29 de abril de 1970.
43. Foram iniciados, experimentalmente, em 1969, nas Escolas de Enfermagem Alfredo Pinto e Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A Câmara de Ensino Primário e Médio foi transformada em Câmara de Ensino de 1.º e 2.º graus, pela Lei n.º 5692/71.

44. Fundada em 1925, com o nome de "Instituto de Higiene e Saúde Pública".

45. Recomendação n.º 21.
46. Recomendações n.º 20 e n.º 37 do XII Congresso, 1959, e n.º 20 do XIV Congresso, 1962.
47. Existia, em São Paulo, a Associação de Enfermeiros de São Paulo, fundada a 26 de janeiro de 1948.
48. Primeira Convenção Interestadual de Auxiliares de Enfermagem, realizada em dezembro de 1962, em S. Paulo.
49. Denominação atribuída aos profissionais da faixa técnica pela Lei n.º 3780/60.
50. Rev. Bras. de Enf., out. de 1951, pp. 278-293.
51. Relatório da presidente da Divisão de Educação, de agosto de 1954 a junho de 1955. Arquivos da ABEn.

52. A Seção de São Paulo apresentou ao governador do Estado, em 1957, um plano de trabalho prevendo a utilização de equipes volantes, que não chegou a ser considerado.

53. Relatório do plano para formação de auxiliares de enfermagem, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, no Brasil. Projeto n.º 287/63. Ministério da Saúde — FISI — OPAS/OMS. 1963-1965. Arquivos da ABEn.

54. A Administração do programa coube a Izaura Barbosa Lima, chefe da Seção de Enfermagem da Divisão de Organização Sanitária do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde; e a coordenação técnica, a Marina de Andrade Resende, Assistente Técnico da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública; esta última foi substituída em 1963 por Elvira Cunha, do Departamento Nacional de Saúde, por motivo de doença.

55. Recomendação n.º 4.

56. Constou desse relatório que o Processo n.º 54791/64 comprova que a criação dessa Comissão de Especialistas foi o resultado de recomendação feita nesse relatório.

57. Anyta Alvarenga, supervisora da Divisão de Treinamento da Fundação SESP; Clélea de Pontes, diretora da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, MS; Maria Dolores Lins de Andrade, diretora da Escola de Enfermagem Ana Neri, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Hilda Lozier, assessora de Enfermagem da OPAS/OMS, Zona V; Judith Feitosa de Carvalho, chefe da Seção de Enfermagem da DOS, substituindo Izaura Barbosa Lima.

III

REGULAMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Considerações Gerais

Os primeiros atos legislativos sobre Enfermagem não tiveram a participação direta da ABEn; todavia, é lícito inferir que esta, perfeitamente entrosada com o Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, não permaneceu totalmente alheia às diligências realizadas por esse serviço, das quais resultaram esses atos.

O espírito que sempre predominou nas enfermeiras — de cada vez servir melhor — as mantém alertadas para toda e qualquer medida legislativa que afete tanto a prática da enfermagem em qualquer de seus aspectos como o pessoal que a exerce.

1931

A providência inicial para a regulamentação do exercício da enfermagem no país foi a promulgação do Decreto n.º 20 109 de 15 de junho de 1431⁽¹⁾. Esse decreto, que dispunha sobre o ensino de enfermagem no país, determinava que “só poderiam usar o título de enfermeiros diplomados: 1) profissionais diplomados por escolas de enfermagem oficiais ou equiparadas à Escola Ana Neri; 2) profissionais que, diplomados em escolas estrangeiras, reconhecidas pelas leis de seu país, se habilitassem perante banca examinadora competente ou fossem contratados pela administração federal ou estadual, uma vez registrados seus diplomas no Departamento Nacional de Saúde (DNSP)⁽²⁾. Limitando o exercício da enfermagem a profissionais qualificados, procurava estabelecer certos padrões de ensino de Enfermagem visando a proteção do público consumidor. O artigo 3.º desse decreto de-

terminava que da banca examinadora, para revalidação de diplomas expedidos no estrangeiro, deveriam fazer parte duas enfermeiras indicadas pela Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras. A existência desse artigo, por si só, permite a inferência antes referida.

Ademais, o Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, sob o qual havia sido criada a Escola Ana Neri, vinha sentindo a necessidade de uma legislação de Enfermagem desde 1925; esse serviço contou com Edith M. Fraenkel em seu quadro, de 1928 a 1940, nos primeiros três anos como assistente de Ethel Parsons e nos últimos como chefe geral. Como presidente da Associação durante o longo período de 1927 a 1938, é natural que Edith Fraenkel tenha, também, exercido influência pessoal procurando refletir o pensamento das enfermeiras na elaboração de subsídios para aquele decreto; além de resolver as questões ligadas ao ensino, tentava defender as verdadeiras das "supostas enfermeiras", as primeiras, nessa época, representadas somente pelas diplomadas da Escola Ana Neri⁽³⁾.

O Decreto n.^o 20 109/31 provocou na época algumas reações entre os que praticavam a enfermagem, principalmente no Distrito Federal; a Associação não podia, como era natural, colocar-se à margem dos problemas surgidos.

As irmãs de caridade, os enfermeiros da Cruz Vermelha Brasileira, do Exército e da Polícia Militar e os enfermeiros práticos sentiam que deveriam procurar um meio de garantir o direito que a experiência de anos de trabalho lhes dava; sentiam, também, que havia necessidade de algum preparo formal para exercerem adequadamente a profissão.

Uma das primeiras reações foi a das irmãs de caridade que conseguiram a promulgação do Decreto n.^o 22 257/32⁽⁴⁾, pelo qual as que comprovaram contar com mais de seis anos de prática efetiva de enfermagem em estabelecimentos hospitalares, até a data, obtiveram direitos iguais aos das enfermeiras de Saúde Pública, podendo exercer a enfermagem em hospitais entregues às Congregações Religiosas de que faziam parte. 1932

Para aprovar o regulamento que organizava o quadro de enfermeiros do Exército foi baixado o Decreto n.^o 21 141/32⁽⁵⁾; este, além de dar-lhes o título de enfermeiros, adquirido mediante aprovação no Curso de Enfermagem anexo à Escola de Saúde do Exército, de oito meses de duração, isentava seus diplomados,

bem como as enfermeiras diplomadas pelas Escolas de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira, subordinadas ao Ministério da Guerra, da equiparação e fiscalização previstas no Decreto n.º 20 109/31. Ambos tinham o direito de exercer a profissão, no meio civil, em qualquer parte do território nacional, uma vez registrados seus diplomas na Diretoria de Saúde do Exército.

Ainda como reação na área militar, apareceu o Decreto n.º 23 503/33, que concedeu aos diplomados pelo Curso de Prático de Enfermeiros e Padoleiros da Brigada Militar do Rio Grande do Sul as mesmas vantagens obtidas pelos enfermeiros do Exército e enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira.

No ano anterior, o Decreto n.º 20 931/32⁽⁶⁾ fixou definitivamente, de maneira ampla e geral, as responsabilidades e limitações do exercício profissional ao pessoal de saúde incluindo a parteira, ou enfermeira “especializada em obstetrícia”; estabeleceu penalidades em casos de faltas graves ou erros de ofício e proibiu aos “enfermeiros, massagistas, optometristas e ortopedistas” a instalação de consultórios.

1934 Em 1934, por iniciativa do Sindicato de Enfermeiros Terrestres⁽⁷⁾, foi assinado o Decreto n.º 23 774/34, cuja intenção era “amparar os laicos dedicados à enfermagem” e prevenir o aparecimento de enfermeiros práticos sem experiência ou conhecimento⁽⁸⁾. Assim, “os enfermeiros” que comprovassem ter mais de cinco anos de prática efetiva em enfermagem, em estabelecimentos hospitalares, até a data da publicação do decreto, poderiam inscrever-se no Departamento Nacional de Saúde Pública ou nos serviços sanitários estaduais, como “enfermeiros práticos”. Por esse mesmo decreto os que contassem com menos de cinco anos deveriam submeter-se a uma prova de habilitação, perante comissão nomeada pelos diretores daqueles serviços para serem inscritos como enfermeiros práticos. O mesmo decreto permitiu aos enfermeiros diplomados antes do Decreto n.º 20 109/31, por estabelecimentos considerados idôneos pela Diretoria de Saúde do Exército, o registro de seu diploma naquele departamento ou nos serviços sanitários estaduais⁽⁹⁾.

1935 Em 1935, a Lei n.º 118/35⁽¹⁰⁾, organizou o Serviço de Enfermagem da Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social do Ministério da Educação e Saúde (MES) e extinguiu o Departamento Nacional de Saúde Pública, ao qual estava subordinada a Escola Ana Neri. Essa lei tratou apenas da Divisão de Enfermeiras de Saúde Pública, que deveria ter uma diretora, deixando, portanto, o ensino sem uma coordenação geral.

Dois anos mais tarde, a Escola Ana Neri foi incorporada à Universidade do Brasil, como instituição complementar destinada ao ensino de Enfermagem e Serviço Social. 1937

Esses dispositivos legais já indicavam uma definição dos campos de Enfermagem e o rumo que o ensino deveria tomar, tendo como meta sua colocação definitiva nas universidades. Estava assim delineado, também, o programa da associação de classe que, de 1947 a 1974, lutou sem cessar pela criação de um órgão de Enfermagem nos Ministérios da Educação e da Saúde, que tivesse como finalidade o controle do ensino e do exercício profissionais.

Assim se apresentava a enfermagem quando a Associação começou o trabalho no sentido de elaborar anteprojeto para regulamentar a profissão; esse trabalho durou dezesseis anos, prolongando-se de 1939 a 1955 (11).

Providências Preliminares

A presidente da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras, Hilda A. Krisch (1938-1941), a superintendente Geral do Serviço de Enfermeiras do DNS, Edith M. Fraenkel e a diretora da Escola de Enfermeiras D. Ana Neri, Laís Netto dos Reys, que compunham a Comissão de Legislação, tudo fizeram para tentar resolver os problemas que a Associação vinha enfrentando, principalmente os de defesa dos direitos da classe junto ao Ministério do Trabalho. Esse Ministério estava encontrando dificuldade no que se referia à legislação de Enfermagem e não raro fazia nomeações de pessoal leigo para chefias de serviços de Saúde, cargos que, por direito, pertenciam às enfermeiras. Daí o frequente contato da Associação com aquele órgão. 1939

Por essa época, o Sindicato de Enfermeiros Terrestres lançou um protesto contra a denominação de *enfermeiro* prático dada à maioria de seus membros e pediu ao Ministério do Trabalho a regulamentação da profissão, enviando um anteprojeto nesse sentido.

A presidente da Associação solicitou então aos Ministérios da Educação e Saúde e do Trabalho que seu nome fosse incluído na comissão que iria estudar o assunto e enviou-lhes como subsídio, extenso material de consulta: cópia traduzida das leis sobre Enfermagem do Estado de Nova York, Estados Unidos, informações sobre a enfermagem no Brasil, suas funções e atividades e toda a legislação existente sobre a profissão. A presidente foi de-

signada membro da comissão pelo Ministério do Trabalho, como havia solicitado e, em 29 de agosto de 1939, participou às associadas que já se encontrava naquele Ministério o anteprojeto que iria regulamentar a *enfermagem prática* no Brasil, mas que o sindicato havia-se negado a assinar o documento por estar em desacordo com o mesmo (12). O assunto parece não ter sensibilizado o Ministério.

1944 O segundo anteprojeto foi elaborado em 1944, por uma sub-comissão indicada pela diretoria da ABED integrada por: Laís Netto dos Reys, representante da Escola Ana Neri, Safira Gomes Pereira, pela Enfermagem de Saúde Pública, Marina Bandeira de Oliveira, pela Enfermagem nos Estados, Ana Nava, pela Associação, além de Clara Curtis, Ruth Barcelos, Maria Dolores Cavalcanti e Zaíra Cintra Vidal, presidente da ABED (1943-1947).

Depois do aparecimento dos cursos de Auxiliar de Enfermagem em 1941, o problema da falta de uma definição hierárquica de funções entre os vários grupos que praticavam a profissão tornava-se cada vez mais evidente; urgia, portanto, determinar em lei quem devia fazer o quê e quem era quem. Daí a insistência da Associação em conseguir regulamentar a profissão. Em março de 1946, a presidente Zaíra Cintra Vidal comunicou às associadas que "o memorial dirigido ao Sr. Presidente da República, em que se solicita o reconhecimento da profissão para separação da carreira de enfermeira da de auxiliar de enfermagem", achava-se em mãos do Ministro do Trabalho. A carreira desse último grupo no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde havia sido recentemente criada pelo Decreto-Lei n.º 8772 de 22 de janeiro de 1946, o mesmo que tornou obrigatória a apresentação do diploma de enfermeiro, conferido pela Escola de Enfermagem Ana Neri ou escolas equiparadas, para o ingresso na carreira de enfermeiro no Ministério da Educação e Saúde, exceção feita aos já ocupantes de cargos.

A situação dos práticos de enfermagem e parteiras-práticas ficou definida também em 1946, quando foi baixado o Decreto-Lei n.º 8 778/46, pelo qual esses profissionais, quando tivessem mais de dois anos de efetivo exercício de enfermagem em estabelecimento hospitalar, poderiam submeter-se aos exames de habilitação; quando aprovados, adquiriam direito ao certificado de prático de enfermagem e de parteira prática, respectivamente, válidos apenas no estado em que haviam sido expedidos. Após doze anos da promulgação do Decreto n.º 23 774/34, e vinte e três da criação da Escola Ana Neri, continuava diminuta a produção das escolas de

Enfermagem oficiais ou equiparadas para atender às exigências dos serviços de Saúde. Por essa razão foi baixado esse decreto, que, na época, provocou alguma reação, principalmente no que se referia à habilitação da "parteira prática"; para alguns, esse decreto iria desenvolver ainda mais o exercício ilegal da obstetrícia, já praticada pelas "curiosas" (13).

A realização do I Congresso Nacional de Enfermagem, em 1947, parece ter despertado a atenção dos poderes públicos, que passaram a preocupar-se um pouco mais com os problemas de Enfermagem.

Em novembro desse ano, Marina Bandeira de Oliveira foi indicada para representar a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED) na Comissão designada pelo diretor do Departamento Nacional de Saúde que iria estudar os problemas da Enfermagem no Brasil (14). Dentre os problemas apontados pela Comissão como responsáveis pelo pouco desenvolvimento da Enfermagem, mereceram destaque a falta de atrativos para a profissão, a ausência de órgãos normativos e reguladores da Enfermagem e, principalmente, a necessidade de ampliar e elevar o nível de formação de profissionais habilitados (15).

Discutidos esses aspectos no II Congresso Nacional de Enfermagem, foram feitas recomendações relacionadas a tais pontos às autoridades governamentais competentes, ou seja: 1) que o Ministério da Educação e Saúde auxiliasse as escolas de modo que estas pudessem elevar seu nível de ensino e a capacidade de formação de profissionais; 2) que a profissão fosse regulamentada e as enfermeiras reconhecidas como profissionais liberais; 3) que o título de enfermeira fosse conferido exclusivamente às profissionais de nível superior de ensino; 4) que a ABED criasse um Conselho Superior de Enfermagem para exercer as funções de órgão consultivo junto aos poderes públicos (16). Como interdependentes que são, os problemas do ensino e do exercício deveriam ser tratados em conjunto.

M. G. Gandau, na época superintendente do SESP, em palestra pronunciada nesse congresso, disse que "a evolução da enfermagem no Brasil, examinada à luz da estatística, ajustar-se-á a uma curva ascendente cuja inclinação, daqui em diante, dependerá da maior ou menor atenção que a profissão merecer dos governantes (15)."

Glete de Alcântara, então presidente da Seção de São Paulo da ABED, assim se expressou com relação à importância daqueles encontros:

"Se o interesse do nosso Governo está atualmente mais despertado para os problemas de enfermagem, como o prova a legislação sobre o Ensino de Enfermagem, o projeto 92, aprovado pelo Congresso, é devido em grande parte ao esforço das enfermeiras reunidas numa associação de classe. As resoluções dos dois congressos de enfermagem, enviadas ao Sr. Presidente da República, tiveram certamente grande influência na elaboração desse projeto" (17).

Lei n.º 2604, de 17 de setembro de 1955 — Regula o exercício da enfermagem profissional.

A legislação que regulava o exercício de cada categoria profissional até o aparecimento do Projeto de Lei n.º 1 741/52, aprovado três anos mais tarde como Lei n.º 2 604/55, era a seguinte: a) enfermeiro diplomado, os Decretos n.º 20 109/31 e 21 141/32, a Lei n.º 775/49 e o Decreto n.º 27 426/49; b) do auxiliar de enfermagem, a Lei n.º 775/49 e o Decreto n.º 27 426/49; c) do enfermeiro prático licenciado, os Decretos n.º 22 257/32 e 23 774/34; d) do prático de enfermagem, o Decreto n.º 8 778/46.

1951

O plano de trabalho apresentado pela presidente da ABED, Waleska Paixão (1950-1952) e aprovado pela diretoria em março de 1951, serviu de base para as atividades da Comissão de Legislação nesse período.

Haydée G. Dourado, recém-indicada para presidir essa comissão, apresentou à assembléia geral realizada durante o V Congresso Nacional de Enfermagem, em 1951, um relatório (18) que continha recomendações relacionadas com os assuntos do plano aprovado; estas foram concentradas em catorze pontos, dentre os quais serão destacados os seguintes: que fosse pleiteada a retirada da profissão do enfermeiro da categoria comercial em que havia sido colocada no Quadro Anexo à Consolidação das Leis do Trabalho, de 1.º de maio de 1943, para ser classificada na categoria das profissões liberais; que fosse colocado, à disposição do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina, um dos enfermeiros lotados em um dos serviços do Departamento Nacional da Saúde (DNS); que se trabalhasse para a criação do cargo de professor catedrático, para ser provido por enfermeiros nas escolas de Enfermagem governamentais; que fosse apresentado estudo sobre regulamentação do exercício da enfermagem para ser convertido em projeto de lei; que fosse solicitado às diretoras de todas as escolas de Enfermagem do país, como assunto de interesse da classe, que aumentassem

o requisito de escolaridade para matrícula, com exigência do curso secundário completo, encaminhando às escolas de grau médio os candidatos que tivessem apenas curso de ginásio para que completassem antes o curso secundário; que fossem envidados todos os esforços para colocar um enfermeiro no futuro Conselho Nacional de Educação, que seria reestruturado; que se pleiteasse o restabelecimento do órgão de Enfermagem subordinado ao Departamento Nacional de Saúde, que existiu antes da reforma (19).

A falta de um instrumento de controle do exercício profissional, bem como a ausência de um enfermeiro no Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina deram ensejo a vários pronunciamentos da ABED no sentido de que cada categoria fosse designada pelo título que lhe competia (20). O II Congresso Nacional de Enfermagem, 1948, já havia recomendado que o “título de enfermeira deveria ser conferido, exclusivamente, às profissionais diplomadas por escolas de enfermagem reconhecidas, de nível superior de ensino”; o IV Congresso, 1950, recomendou que a ABED pleiteasse junto ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, que no Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina fosse feita a retificação do nome de *enfermeiros práticos* designando-os *práticos de enfermagem*; o V Congresso, 1951, encareceu à ABED que solicitasse, junto ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, “apoio ao desenvolvimento da enfermagem e da enfermagem auxiliar no país, promovendo o cumprimento do que dispõe a legislação vigente sobre quem deve usar o título de enfermeiro, e as denominações de auxiliar de enfermagem para efeito de classificação em categorias profissionais para enquadramento sindical, de registro de sindicatos, bem como a expedição de carteiras, profissionais” (21). O relatório da Comissão de Legislação apresentado no ano anterior, 1951, dava conta de que, somente em S. Paulo, haviam sido conferidos mais de três mil certificados com a denominação de *enfermeiro prático*, em vez de *prático de enfermagem*, como mandava a lei. Durante o VI Congresso, 1952, foi apresentada moção à assembléia geral recomendando aos Poderes Executivo e Legislativo que exercessem “vigilância no cumprimento das leis que dispõe sobre o exercício da enfermagem, principalmente no que diz respeito às denominações de Enfermeiro, Auxiliar de Enfermagem, Enfermeiro Prático e Prático de Enfermagem”.

De todos os pontos do relatório da Comissão de Legislação, considerados importantes, foi dado especial destaque à regulamentação da profissão, sobre cujo assunto os práticos de enfermagem haviam apresentado um estudo, que veio a se transformar no Projeto n.º 1741/52. Esse fato foi levado ao conhecimento da Comis-

são por Maria Dolores Lins (de Andrade) que passou a compor, juntamente com Haydée G. Dourado e Maria Beatriz Cavalcanti de Albuquerque, uma comissão especial para estudar o problema, atual sob todos os aspectos, de vez que a profissão era ainda regulamentada por legislação de mais de vinte anos (Decretos n.^o 20 109/31 e 20 931/32), e muitos fatos novos haviam surgido.

Com o teor do projeto apresentado pelos práticos de enfermagem (1 741/52) a ABED não concordou; coube então à Comissão de Legislação elaborar um anteprojeto de lei que incluísse todas as categorias de profissionais então existentes. Na elaboração desse projeto a Comissão utilizou, como subsídios principais: 1) o primitivo estudo realizado por comissão especial, concluído em 13 de outubro de 1944; uma cópia desse estudo tinha sido oferecida à Diretoria de Ensino Superior, DESu, na época em que estava sendo elaborada a Lei n.^o 775/49; 2) um estudo que fora feito pelo Sindicato de Enfermeiros e Empregados de Hospitais, do Rio de Janeiro, oferecido à ABED em 1951; 3) a Lei em vigor, n.^o 20 109/31 (22).

O andamento desse anteprojeto merece ser mencionado (23). Os minuciosos detalhes que serão a seguir descritos foram considerados de interesse histórico. Geralmente, o maior número de membros de uma associação de classe desconhece o volume e o tipo de trabalho, por vezes desalentador e por isso mesmo paciente, abnegado e perseverante, de um pequeno grupo, que outro interesse não vê senão os benefícios que sua atuação poderá trazer para a classe, como um todo, e para o público em geral; desconhece também que os benefícios auferidos pela classe significam, sempre, a renúncia de muitas horas de lazer e convívio familiar desse mesmo pequeno grupo. Eis os fatos.

A pedido do Sindicato de Enfermeiros e Empregados de Hospitais de São Paulo e por intermédio do Serviço de Fiscalização da Medicina, também de S. Paulo, o deputado Cunha Bueno apresentou, a 5 de março de 1952, o Projeto n.^o 1741/52, regulando o exercício da enfermagem profissional; esse projeto, de apenas quatro artigos, permitia o exercício da enfermagem somente aos portadores de diploma de enfermeiro ou de auxiliar de enfermagem, de acordo com a Lei 775/49; suspendia os exames de práticos de enfermagem e equiparava os práticos, já existentes, aos auxiliares de enfermagem com os mesmos direitos e regalias; facilitava aos hospitais de mais de 180 leitos a manutenção de cursos de Auxiliar de Enfermagem (24).

Na Comissão de Educação e Cultura da Câmara, o deputado Lauro Cruz apresentou, a 29 de agosto desse ano, um substitutivo reduzindo o projeto a dois artigos, transformando-o no Projeto n.º 1741-A: eliminou o artigo sobre os hospitais de 180 leitos e o de equiparação dos práticos aos auxiliares de enfermagem. O exercício da enfermagem continuava prerrogativa apenas dos portadores de diploma de enfermeiro ou de certificado de auxiliar de enfermagem, conferidos nos termos da Lei n.º 775/49, respeitados os direitos já conferidos aos profissionais habilitados de acordo com a legislação em vigor.

Quando na Comissão de Saúde Pública, o seu relator, deputado Novelli Junior, solicitou à Seção de Enfermagem da Divisão de Organização Sanitária do DNS alguns dados estatísticos sobre a situação da assistência hospitalar no Brasil; a chefe dessa seção, Izaura Barbosa Lima, providenciou para que o deputado entrasse em contato com a Comissão de Legislação da ABED. Foi-lhe apresentado anteprojeto, redigido por essa comissão, que já havia sido apreciado por educadores, juristas, médicos, diretores do Ensino Superior e da Fiscalização da Medicina do Ministério da Educação e Saúde e que representava o pensamento da ABED. Esses diretores haviam aconselhado maior participação dos enfermeiros no controle do exercício profissional; para que tal acontecesse, eram duas as hipóteses: a criação do "Conselho dos Enfermeiros" ou de uma Seção de Enfermagem no Serviço Nacional de Medicina. A primeira seria de tramitação demorada, e, por esse motivo, a segunda foi considerada mais viável, no momento, pela Comissão de Legislação, que a incluiu no projeto. O subsídio da Comissão, ou seja, o anteprojeto, foi aproveitado quase na íntegra pelo deputado Novelli Júnior que, fazendo uma análise do projeto e tendo como ponto de partida as fases evolutivas da legislação do exercício, apresentou um substitutivo em outubro desse ano; o projeto transformou-se no de n.º 1741-B/52, agora com 18 artigos. Continha vários pontos novos: 1) estendia o direito de exercer a enfermagem, na qualidade de enfermeiro, aos formados por escolas estrangeiras, reconhecidas pelas leis do país de origem e que revalidassem seus diplomas de acordo com a legislação em vigor, e aos portadores de diploma reconhecido em virtude do Decreto n.º 21 141/32⁽⁵⁾, estes incluídos na letra "c" do artigo 2.º; 2) obrigava as instituições hospitalares, a partir de 6 de agosto de 1956, a manter um enfermeiro na chefia de seu pessoal de enfermagem, nos termos do artigo 21 da Lei n.º 775/49; 3) criava, junto ao Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina (SNFM) do Departamento Nacional de Saúde Pública, em caráter permanente, uma Seção de Enfermagem, lotada por enfermeiros e auxiliares de enfermagem; 4) es-

tabelecia o prazo de cinco anos para a vigência do Decreto-Lei n.º 8 778/46, a partir da data da publicação da lei.

Outros grupos que também tinham interesse no assunto conseguiram a inclusão de alguns artigos e a exclusão ou modificação de outros, fato do qual a ABED só teve conhecimento mais tarde. Além da alteração da letra "c" do artigo 2.º, que passou a dar aos portadores de diploma das escolas de Enfermagem das Forças Armadas Nacionais ou da Polícia Militar do Distrito Federal o direito de praticarem como enfermeiros, um outro item incluiu as obstetras, parteiras e parteiras práticas no projeto, tornando o exercício da enfermagem obstétrica privativo desse grupo. O projeto referia-se a obstetras e parteiras portadoras de diploma ou certificado expedidos por escolas oficiais ou reconhecidas, nos termos da Lei n.º 775/49, que não existiam; era, então, válido apenas para as parteiras práticas beneficiadas pelo Decreto-Lei número 8 778/46. Assim alterado, o projeto passou a 1 741-C, de 22 de dezembro de 1952, e foi enviado ao Senado onde tomou o n.º 16/53; com esse número foi publicado no Diário do Congresso Nacional, em 20 de janeiro desse ano.

1953 A ABED enviou, a 27 de janeiro de 1953, um memorial ao relator da Comissão de Educação e Cultura do Senado, Luiz Tinoco, com sugestões de emendas relativas aos dois assuntos adicionados, principalmente no que se referia ao primeiro deles, com o qual não concordava; para a Associação era inadmissível aceitar como enfermeiros pessoas diplomadas em escolas não reconhecidas pelo Ministério da Educação e Saúde a menos que fossem considerados apenas os formados antes da Lei 775/49.

O Senador não chegou a relatar o projeto por ter saído dessa comissão. Foi, então, entregue ao Reverendo Cícero de Vasconcelos. A ABED apresentou novo memorial reduzindo suas pretensões; essas foram concentradas no ponto considerado o mais importante, isto é, o que se referia aos portadores de diplomas de enfermeiros expedidos pelas escolas e cursos de Enfermagem das Forças Armadas e Militarizadas. A proposta da ABED, que condicionava a inclusão desses profissionais a uma prova de habilitação, não foi aceita e o projeto passou à Comissão de Saúde, tendo o senador Prisco dos Santos como relator. A ABED enviou a este novo memorial solicitando a inclusão da emenda (25), que desta vez foi aceita.

Em novembro de 1953, novo memorial, assinado pela presidente Glete de Ancântara (1952-1954), e por Haydée G. Dourado, foi entregue a um dos membros da Comissão de Saúde do Senado,

Alfredo Simch, juntamente com um projeto que determinava, no artigo 3.º, que a fiscalização do exercício da enfermagem deveria ser exercida pela Ordem das Enfermeiras; negava aos diplomados em escolas das Forças Armadas o direito ao título de enfermeiro. O conteúdo desse memorial não chegou a constituir novo substitutivo.

Como em setembro do ano seguinte o projeto ainda continuasse parado na Comissão de Saúde do Senado, foi designada uma comissão especial da ABED para acompanhá-lo. 1954

No Senado, o projeto sofreu duas emendas, ambas relacionadas com a situação dos diplomados pelas escolas das Forças Armadas. A primeira determinava que os diplomados por essas escolas somente poderiam exercer a enfermagem, na qualidade de enfermeiros, se fossem habilitados mediante aprovação nas disciplinas do currículo estabelecido na Lei n.º 775/49, e se tivessem requerido registro do diploma na Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura (MEC) (26); pela segunda, esses mesmos diplomados, que não se achavam nas condições exigidas pela primeira emenda, somente poderiam exercer a enfermagem na qualidade de auxiliares de enfermagem. Com essas emendas o projeto voltou à Câmara dos Deputados.

A Comissão Especial da Câmara, designada para dar parecer sobre essas emendas, opinou favoravelmente em agosto de 1955, considerando-as justas, uma vez que estabelecia igualdade de exigências e de direitos para os profissionais civis e militares. Incluídas no projeto, passou este ao de n.º 1 741-D/52. O projeto 1 741-E/52, de 26 de agosto de 1955, apresentou a redação final do projeto anterior, emendado pelo Senado. Veto pelo Presidente João Café Filho o artigo 10 que tratava da criação da Seção de Enfermagem no Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina, foi finalmente transformado na Lei n.º 2604/55, sancionada a 17 de setembro de 1955. Assim chegou ao fim o projeto que daria à Enfermagem uma legislação própria do exercício, independente de outras profissões, e que tanto esforço havia custado à Diretoria, às Comissões de Legislação e Educação e a outros membros da ABEn. 1955

Essa lei dá direito ao exercício da enfermagem a seis grupos de profissionais: 1) enfermeiro, 2) obstetriz, 3) auxiliar de enfermagem, 4) parteira, 5) enfermeiros práticos ou práticos de enfermagem e 6) parteiras práticas.

Será interessante lembrar que a Comissão de Legislação acompanhava, nesse mesmo período, o desenrolar do Projeto de

Lei n.^o 2 640/52, que modificava o artigo 22 da Lei 775/49 e dispunha sobre a formação da obstetriz, além de outros de menor projeção.

Entre 1959 e 1960, a Diretoria e a Comissão de Legislação discutiram várias vezes a possibilidade de alteração do artigo 2.^º da Lei n.^o 2 604/55, de modo a que os enfermeiros militares, diplomados pela Escola de Saúde do Exército, matriculados até 6 de agosto de 1949, data da promulgação da Lei n.^o 775/49, passassem a ter direitos iguais aos de enfermeiros.

1961 Não houve alteração da Lei, mas um dispositivo nesse sentido constou de sua regulamentação pelo Decreto n.^o 50.387/61(²⁷).

A Lei n.^o 2604/55, regulamentada nove anos após o aparecimento do Projeto 1 741/52, e seis anos após a sua transformação em lei, encontra-se hoje, 1976, necessitando de completa revisão, tarefa que caberá ao Conselho Federal de Enfermagem executar.

Lei n.^o 2 822 de 14 de julho de 1956 — Dispõe sobre o registro de diploma de enfermeiro, expedido até o ano de 1950, por escolas estaduais de enfermagem não equiparadas nos termos do Decreto n.^o 20 109, de 15 de junho de 1931, e da Lei n.^o 775, de 6 de agosto de 1949 (...).

1954 No período de maior intensificação dos trabalhos da Diretoria da ABEn e da Comissão de Legislação junto aos Projetos de Lei n.^o 2 640/52 e 1 741/52, houve uma tentativa para incluir uma emenda no primeiro, que trouxe grande desalento à classe, que vinha lutando por uma legislação que atendesse aos reclamos do público assistido e da própria classe. Essa emenda foi apresentada à Câmara Federal, em maio de 1954, por um grupo de deputados encabeçados por Tarso Dutra, do Rio Grande do Sul, e pela mesma Câmara rejeitada em agosto desse ano, acolhendo parecer contrário do relator do projeto na Comissão de Educação e Cultura. Aos diplomados até 31 de dezembro de 1953, por escolas profissionais de enfermagem anexas a serviços estaduais, oficiais, de assistência médico-social, não reconhecidas e nem equiparadas, pretendia-se dar o direito ao exercício da profissão de enfermeiro, sem restrições, na área territorial do respectivo estado.

1955 Em 1955, o mesmo deputado gaúcho levou novamente o assunto à Câmara, agora em forma de projeto de lei que tomou o número 115/55. A idéia havia partido de um grupo formado por

uma escola já extinta, que funcionou no Hospital S. Pedro de Porto Alegre, para doentes mentais, mantido pelo Departamento Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, e de uma escola de São Paulo, também extinta, que funcionou no Hospital do Juqueri.

A Diretoria da ABEn e a Comissão de Legislação procuraram logo entrosar-se com a mesma Comissão da Secção do Rio Grande do Sul para impedirem o prosseguimento do projeto, tal como se encontrava em sua redação original. Memoriais, acompanhados de subsídios, foram enviados ao relator Lauro Cruz, da Comissão de Educação e Cultura da Câmara, que apresentou substitutivo colocado aqueles diplomados na categoria de auxiliar de enfermagem. O curso de Auxiliar de Enfermagem apresentava um currículo que se assemelhava ao desenvolvido por aquelas escolas estaduais.

Assim modificado, o projeto transformou-se na Lei n.º 2822, 1956 de 14 de julho de 1956.

Lei n.º 3 640 de 10 de outubro de 1959 — Revigora o Decreto-Lei n.º 8 778, de 22-1-1946 e lhe altera o alcance do artigo 1.º.

O artigo 13 da Lei n.º 2 604/55 fixou o prazo de um ano para a vigência do Decreto-Lei n.º 8 778/46; esse prazo deveria terminar, portanto, a 17 de setembro de 1956.

Antes de vencida essa data, tanto a ABEn como os sindicatos, principalmente o de São Paulo e o de Santos, começaram a se manifestar, em reuniões conjuntas, sobre a conveniência ou não de um prolongamento desse prazo; a primeira era a favor e os segundos, contra.

Argumentava a ABEn que os cursos de Auxiliar de Enfermagem ainda não estavam em condições de oferecer a quantidade de pessoal preparado que a situação dos hospitais estava a exigir. Embora o preparo formal fosse o mais adequado para o atendimento do público necessitado, os dois anos exigidos para essa formação diminuiriam as possibilidades de produção em escala correspondente às previsões feitas. Os sindicatos, por outro lado, temiam que esses cursos passassem a ser menos procurados, tendo em vista as possibilidades do exame de habilitação de práticos de enfermagem.

Ainda assim deu entrada no Congresso Nacional o Projeto de lei n.º 2 065/56 que, naturalmente, provocou discussões e apresentação de substitutivos. Essas discussões foram muitas vezes acaloradas, como a que se verificou durante o II Congresso Brasileiro de

Hospitais, em julho de 1958, quando a ABEn pleiteou do Congresso uma recomendação de apoio a seu ponto de vista.

1959 De qualquer maneira a lei foi sancionada a 10 de outubro de 1959, recebendo o n.^o 3 640/59, revigorando por mais cinco anos, a contar da data de sua publicação, o Decreto-Lei 8 778/46.

Além do artigo responsável por essa prorrogação, um outro foi acrescentado a essa lei, dispensando do exame de habilitação os enfermeiros práticos e as parteiras com mais de vinte anos de efetivo exercício profissional, para se inscreverem como práticos de enfermagem e parteiras práticas.

1962 A partir de 1962 começaram a aparecer, entre os enfermeiros, opiniões contrárias a um novo revigoramento daquele privilégio.

De fato, os problemas de assistência à saúde estavam a demandar melhor preparo do que estavam obtendo os candidatos aos exames de habilitação para prático de enfermagem; e esse preparo só seria possível em cursos organizados de Auxiliar de Enfermagem.

1964 O assunto foi discutido, em simpósio, no congresso realizado em 1964, na Bahia, por representantes da ABEn, União Nacional dos Auxiliares de Enfermagem, sindicatos e Conferência dos Religiosos do Brasil. Dele saiu recomendação para que a ABEn, por intermédio da Comissão de Legislação, trabalhasse no sentido de não mais ser revigorado aquele decreto, o que de fato aconteceu.

Decreto n.^o 50 387 de 28 de março de 1961 — Regulamenta o exercício da enfermagem e suas funções auxiliares no território nacional.

1955 Logo após ter sido sancionada a Lei n.^o 2604/55, foram criadas subcomissões da Comissão de Legislação para estudar sua regulamentação, exceto do artigo 2.^º, que tratava dos profissionais que poderiam exercer a enfermagem; este seria regulamentado pela Diretoria do Ensino Superior (DESu), para cujo órgão a ABEn já havia enviado subsídios sobre a matéria.

Os grupos iniciaram os trabalhos imediatamente; o primeiro documento apresentado data do mesmo mês em que a lei foi sancionada, isto é, setembro de 1955. O assunto, porém, exigia conhecimentos razoáveis de legislação, uma vez que envolvia disposições legais de decretos anteriores, principalmente na interpretação dos títulos de enfermeira obstétrica e obstetriz⁽²⁸⁾; as enfermeiras obstétricas, formadas de acordo com o Decreto n.^o 20865/31, haviam sido incluídas na alínea c) do artigo 4.^º, com as mes-

mas atribuições da enfermeira obstétrica formada em curso de especialização de acordo com a Lei n.º 775/49, incluídas na alínea d) do mesmo artigo, ambas com direito ao título de obstetriz.

Tanto as obstetras (Decreto n.º 20 865/31), como o pessoal de enfermagem de nível médio, estes últimos representados pelos seus sindicatos, tomaram parte nos estudos e nas discussões para a elaboração de subsídios, cada qual defendendo seu ponto de vista junto à diretoria da ABEn e de algumas seções estaduais. As vantagens dessa participação, na época, chamaram a atenção dos enfermeiros que, no XIII Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1960, recomendaram que a ABEn promovesse "maior intercâmbio com as Associações, Federações e Sindicatos existentes, por meio de trabalhos conjuntos, em prol de toda a categoria profissional" (29).

Em 1956, os associados foram notificados de que o "Projeto de Regulamentação à Lei n.º 2 604/55" estava em tramitação, fornecendo o Processo n.º 5049, de 1956.

Entre esse último ano e o de 1959, houve uma tentativa por parte das obstetras para corrigir as falhas existentes na Lei n.º 2 604/55 (30), com a apresentação de um projeto que deveria regulamentar o exercício da profissão de obstetra, de maneira independente e específica. Esse projeto, que tomou o n.º 4 597, de 1958, logo arquivado, provocou manifestações da ABEn, pois, a enfermeira especializada em Enfermagem Obstétrica dele havia sido excluída.

Em abril de 1959, o projeto de regulamentação foi encaminhado ao Presidente da República. Em junho desse ano, a presidente da ABEn, Marina de Andrade Resende (1958-1962), foi notificada de que o projeto havia sido retirado do Palácio do Catete pelo Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina. O fato foi considerado muito sério; caberia à diretoria da ABEn procurar o diretor desse serviço, Salgado Lima, para discutir o assunto e, inclusive, impetrar mandado de segurança, se fosse o caso (31).

Dois meses mais tarde a diretoria decidiu que a ABEn deveria dirigir-se ao Presidente da República e ao Ministro da Saúde a fim de protestar contra as alterações que haviam sido introduzidas na regulamentação da lei, depois de assinado o Decreto pelo Presidente da República. O Ministro da Saúde mandou apanhar o projeto no Palácio do Catete para proceder a reestudo juntamente com o diretor do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia; à reunião marcada com esse fim a presidente da ABEn não pôde comparecer porque sua solicitação nesse sentido foi negada por

1958

1959

Salgado Lima. Era sabido que as enfermeiras obstétricas (Decreto n.º 20 865/31) não queriam sua inclusão no exercício da enfermagem e, por meio da Associação Nacional de Obstetras e Sindicato das Parteiras, empenhavam-se para que o título "obstetriz" e a atuação no campo da assistência obstétrica fossem exclusivos dessas profissionais. No projeto em questão, tanto o título como o exercício nesse campo pertenciam, também, às enfermeiras com especialização nesse ramo.

Em agosto do ano anterior, Haydée G. Dourado havia alertado a diretoria sobre o fato de que, por ocasião dos trabalhos do levantamento de recursos e necessidades de enfermagem, havia verificado que os enfermeiros da Polícia Militar não estavam satisfeitos com a situação; com o advento da Lei n.º 2 604/55, essa insatisfação havia aumentado. A fim de evitar uma situação declarada de conflito entre a ABEn e esses profissionais, pediu Haydée G. Dourado, em 1959, que fosse feito um estudo demorado e ponderado sobre os direitos de exercício profissional aos formados até a época em que passou a vigorar a Lei 775/49, antes de tomar qualquer decisão; em sua opinião, seria mais conveniente que o assunto fosse discutido em congresso.

Havia, portanto, grupos descontentes com o projeto.

No II Congresso Brasileiro de Medicina Militar, realizado em Porto Alegre de 24 a 30 de agosto de 1959, Maria da Glória Leite Rosas, representante da ABEn, teve oportunidade de constatar, porém, o reconhecimento, por parte de um dos oradores, de que as Forças Armadas não tinham realmente enfermeiros (32).

1960

O problema dos enfermeiros da Polícia Militar foi discutido no plenário do XIII Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1960; da discussão resultou recomendação para que fosse solicitada, ao Ministério da Educação e Cultura, a regulamentação da letra "c" do artigo 2.º da Lei n.º 2 604/55, que trata do exercício profissional dos portadores de diplomas de enfermeiros expedidos pelas escolas ou cursos de Enfermagem das Forças Armadas, que tanto trabalho havia custado à Comissão de Legislação quando da tramitação do projeto que deu origem a essa lei (33).

1961

No primeiro trimestre do ano seguinte, março de 1961, o Presidente da República assinou o Decreto de n.º 50 387/61; o acontecimento foi considerado de grande valor para a classe, que há anos vinha esperando o complemento do dispositivo legal que garantiu, a cada uma das categorias da Enfermagem, uma definição sobre seus direitos exclusivos no exercício da profissão (34). Se,

porém, foi motivo de satisfação para os enfermeiros, desagradoou profundamente as obstetritas que não se conformaram com o fato de estarem incluídas na legislação que tratava do exercício da enfermagem e, muito menos, verem seu campo de atuação dividido com enfermeiras que haviam complementado seus estudos nesse ramo. Dessa desarmonia nasceu o Projeto de lei n.º 3 803/62.

Projeto de Lei n.º 3 803/61 — Dispõe sobre o exercício da profissão de obstetriz, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais das Obstetritas e dá outras providências.

A 19 de julho de 1961, Waleska Paixão foi designada, pelo Ministro da Educação e Cultura (MEC), Brígido Tinoco, para representar esse Ministério no Grupo de Trabalho instituído pela Portaria n.º 265, de 29 de junho desse ano, em cumprimento à ordem do Presidente da República, Jânio da Silva Quadros, para “reexaminar o Decreto n.º 50 387 de 28 de março de 1961”, propor as alterações que julgassem oportunas e apresentar sugestões “para a lei orgânica das obstetritas”. Esse grupo de trabalho foi formado por representantes da Associação Brasileira de Obstetritas, dos Sindicatos de Parteiras dos Estados da Guanabara e de São Paulo, dos Ministérios do Trabalho, Educação e Cultura e da Saúde (este último com a recomendação de consultar a ABEn sobre o assunto). A elaboração de um anteprojeto de lei nesse sentido objetivava a atender as reivindicações contidas no memorial dirigido pelo Sindicato das Parteiras do Estado da Guanabara ao Chefe da Nação. Esse memorial representava as decisões tomadas em assembleias gerais, não somente deste como do Sindicato das Parteiras do Estado de S. Paulo, das Associações Profissionais de Parteiras dos Estados de Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná e da Associação Brasileira de Obstetritas; essas reivindicações se referiam à derrogação de todos os artigos do Decreto n.º 50 387/61, que se referissem às obstetritas, parteiras e parteiras práticas, bem como à retirada dessas expressões dos artigos que as contivessem. Em suma, as obstetritas pretendiam uma legislação em separado.

Assim que recebeu a comunicação, a representante do MEC dirigiu-se ao coordenador do grupo; foi, então, informada de que os trabalhos estavam “em fase de encerramento” e o relatório praticamente pronto, faltando apenas as assinaturas (35). O grupo de trabalho reuniu-se pela última vez a 19 de julho desse ano, reunião à qual Waleska Paixão compareceu pela primeira e única vez.

Ao tomar conhecimento de seu conteúdo, Waleska Paixão pôde ainda apresentar emendas que, por serem justas, se faziam necessárias: ainda uma vez a enfermeira obstétrica, que concluiu o curso de especialização nesse ramo em escolas de Enfermagem, havia sido excluída do exercício da profissão de obstetriz, mesmo constando na lei do exercício com tal atividade⁽³⁶⁾. As emendas sugeridas foram no sentido de reparar essa falha, nos artigos em que coubessem. O “ponto de vista” da representante do Ministério da Educação e Cultura foi aceito pela maioria dos presentes e incluído no relatório final, assinado no dia seguinte pelos membros do grupo.

Os representantes do Ministério da Saúde e da Educação e Cultura e os dois representantes do Ministério do Trabalho e Previdência Social concluíram que o decreto deveria ser mantido na íntegra, mas acolheram as proposições das obstetras, que foram incluídas em anteprojeto de lei elaborado pelo grupo de trabalho. Este continha dispositivos relacionados com as condições para o exercício profissional da obstetriz, sua formação em nível superior, horário de trabalho e criação de um “Conselho Federal de Obstetras”. Tomando como base o relatório final e esse documento, o Ministério do Trabalho e da Previdência Social elaborou projeto de lei, que tomou o n.º 3 803/62.

A pedido do representante do Ministério da Saúde e, mais tarde, quando o anteprojeto deu entrada no Ministério do Trabalho, (Processo MT n.º 149.367/61) a presidente da ABEn, Marina de Andrade Resende, apresentou subsídio, em forma de parecer, no qual fez uma análise do anteprojeto e prestou esclarecimentos sobre o processo, anexando um resumo dos dispositivos legais existentes sobre a formação e o exercício profissional do pessoal que presta assistência materno-infantil⁽³⁷⁾.

Esse parecer demonstrou que a ABEn discordava do projeto em vários pontos, dentre os quais destacava-se o do capítulo que enumerava os que podiam exercer a profissão, considerado injusto porque omitia do exercício profissional “as enfermeiras com cursos de especialização em enfermagem obstétrica e a consequente impossibilidade delas dirigirem serviços, participarem em ensino e em banca examinadora”. Por essa razão, foram apresentadas emendas ao projeto.

Apesar da opinião do diretor do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina, Eleyson Cardoso, representante do Ministério da Saúde, ser favorável à inclusão das emendas propostas pela ABEn, o documento entregue ao Ministro do Trabalho, André

Franco Montoro, não as continha. Formando o Processo MTPS 305.454/61, foi o projeto de lei encaminhado, juntamente com exposição de motivos desse Ministério, ao presidente do Conselho de Ministros, Tancredo Neves, em dezembro de 1961, que, por sua vez, encaminhou-o, com mensagem, ao Congresso Nacional.

A situação foi discutida no XIV Congresso Brasileiro de Enfermagem, que aprovou três recomendações, duas das quais feitas às Comissões da Câmara de Constituição e Justiça, Educação e Cultura, Orçamento e Fiscalização Financeira, no sentido de que: 1) solicitassem informações ao Ministério da Educação e Cultura sobre o Projeto n.º 3 803/62, em vista dos cursos nele previstos não corresponderem às atuais diretrizes de formação dos profissionais técnico-científicos e liberais; 2) que aprovassem emendas a esse projeto, para corrigir-se a injusta omissão da enfermeira obstétrica. A terceira dirigia-se à própria ABEn para que, por intermédio da sua Comissão de Proteção à Maternidade e Infância, procurasse entendimentos com a Associação Brasileira de Obstetras para reestudo do Projeto (37).

1962

Esse projeto, que tratava também da formação desse profissional, não havia ainda sido apreciado, nem pela Diretoria do Ensino Superior e nem Pelo Conselho Federal de Educação.

Dois anos mais tarde, junho de 1964, sabia-se que havia sido encaminhado a esse Conselho, como de direito. A partir dessa data, parece não ter havido maior interesse na evolução desse projeto, tendo em vista o Parecer n.º 303/63 do Conselho Federal de Educação, que cuidou do preparo das obstetras, e a Lei n.º 5 905/73 que "cria os Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem". O artigo 2.º desta Lei estipula que esses são os "órgãos disciplinadores do exercício da profissão de enfermeiro e das demais profissões compreendidas nos serviços de enfermagem."

1964

ENFERMAGEM NO FUNCIONALISMO CIVIL

Em setembro de 1941, as associadas foram informadas de que havia sido aberto, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), concurso para a carreira inicial de enfermeiro, em vários Ministérios. Para a inscrição não havia exigência de diploma, sendo suficiente a apresentação de certificado.

1941

A presidente da ABED, Edith M. Fraenkel, tentou evitar a realização desse concurso mas não conseguiu; se as enfermeiras que estavam no momento exercendo cargos nesses Ministérios, in-

terioramente, a ele não se submetessem seriam eliminadas, pois o concurso era obrigatório. Para auxiliar as enfermeiras interessadas, por sugestão de Zaíra Cintra Vidal, foi organizado um curso de atualização de conhecimentos exclusivamente para as diplomadas pela Escola Ana Neri que deveriam prestar esse concurso, aberto para preenchimento dos cargos de enfermeiros efetivos (3).

1944 O problema continuou. Em 1944, foram indicados os membros que deveriam constituir a “Junta Consultiva” que se pretendeu criar para assessorar a ABED, presidida pela presidente desta Associação. Dentre os quatro problemas considerados de relevância que essa junta deveria estudar, figurava, em quarto lugar, o concurso do DASP.

1946 Dois anos mais tarde, 1946, a situação apresentou-se um pouco melhor com a assinatura do Decreto-Lei n.º 8 772, de 22 de janeiro de 1946.

1947 No ano seguinte, 1947, a presidente Zaíra Cintra Vidal solicitou ao Presidente da República providências para que fosse instituído um sistema de promoção na carreira de Enfermeiro do Ministério da Educação e Saúde. Idêntica solicitação foi feita seis anos mais tarde, em 1953, pela então presidente Glete de Alcântara, em ofício dirigido ao diretor geral do DASP ao tratar da reestruturação das carreiras de enfermeiro e de auxiliar de enfermagem no Ministério da Saúde (38). Atitude semelhante foi tomada nos dois anos seguintes com relação à Enfermagem de Saúde Pública.

1948 **1949** O II e o III Congressos Nacionais de Enfermagem realizados, respectivamente, em 1948 e 1949, estudando a “importância fundamental dos problemas de saúde do país e a imprescindível contribuição do trabalho da enfermeira na solução dos mesmos”, recomendaram a criação da carreira da enfermeira de Saúde Pública no serviço público, com vencimentos condizentes com sua formação profissional e a natureza de seus encargos altamente especializados (39).

1951 Em 1951, a Lei n.º 567, de 12 de janeiro de 1951, que reestruturou as carreiras de médico, enfermeiro e visitador social, no Quadro Permanente da Prefeitura do Distrito Federal, havia colocado o enfermeiro em condições iguais às dos práticos de enfermagem. Coube à ABEn pleitear a reestruturação da carreira de enfermeiro junto àquela Prefeitura, o que foi conseguido com a Lei n.º 768/53, sancionada pelo Prefeito do Distrito Federal (40), a primeira conseguida no País.

Embora a legislação sobre o controle do exercício das profissões de saúde, inclusive enfermagem, datasse de 1932 (Decreto n.º 20931/32) (41), as suas determinações não eram comumente cumpridas, daí as constantes intervenções da associação de classe, mesmo depois de sancionada a Lei n.º 2 604/55. Os vários pronunciamentos e atitudes tomadas pela ABEn e respectiva seção, contra os concursos abertos pela Prefeitura do então Distrito Federal para preenchimento de cargos de enfermeiros sem exigência de diploma, são testemunha da freqüência com que ocorriam essas ilegalidades. Deve-se considerar que, por essa época, muitos dos problemas que deveriam ser tratados pelas seções eram ainda levados à ABEn, como força de maior repercussão entre os poderes públicos (42). Beatriz Cavalcanti e Izaura Barbosa Lima, indicadas pela diretoria, muito trabalharam para impedir esses concursos, principalmente nos anos de 1955 a 1959. Nesse último, a Prefeitura do Distrito Federal anunciou abertura de concurso para cargos em serviços obstétricos, para os quais excluía a enfermeira obstétrica (enfermeira com curso de especialização). Essa arbitrariedade fez com que a ABEn tomasse as providências devidas junto àquela Prefeitura e tentasse pressionar o Ministério da Saúde para apressar a regulamentação da Lei n.º 2 604/55, cujo processo encontrava-se parado nesse Ministério desde 1956. Foi por essa ocasião que o diretor do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia (SNMF) negou-se a receber a presidente da ABEn, Marina de Andrade Resende, para tratar do assunto e na conversa telefônica, com ela mantida, também não quis dar informações sobre o “misterioso desaparecimento” desse processo, como já mencionado.

A situação da enfermagem no funcionalismo civil não era das melhores quando foi iniciado o estudo do Plano de Classificação de Cargos, em 1952.

NOTAS

CAPÍTULO III

1 Decreto n.^o 20 109, de 15 de junho de 1931 — Regula o exercício da enfermagem e fixa as condições para a equiparação das escolas de enfermagem (...).

Do artigo de Maria Rosa S. Pinheiro, **Problemas de enfermagem no Brasil**, publicado em *Anais de Enfermagem* de out. de 1951, p. 281, destaca-se o seguinte trecho, relacionado com o Decreto n.^o 20 109/31: “O Decreto 20.109, de junho de 1931, estabeleceu a Escola Ana Neri como escola padrão, isto é, outras que viessem a ser criadas no território nacional deveriam necessariamente funcionar dentro dos mesmos moldes e serem a elas equiparadas, se ambicionassem o registro, no Departamento Nacional de Saúde, dos diplomas por elas emitidos. Este fato, se por um lado retardou a formação de números maiores de enfermeiros diplomados, por outro impidiu a proliferação de pequenas escolas de curso rápido, recursos insuficientes e direção inadequada, como existem em certos países vizinhos, onde os requisitos de entrada vão desde o simples diploma de curso primário ao bacharelado em curso secundário e onde há escolas que se dizem de “enfermagem” sem que o seu corpo docente conte com uma única enfermeira”.

Ver, também, notícia publicada no *American Journal of Nursing*, de setembro de 1931, à p. 1.034, sob o título **Control of Nursing in Brazil**.

A Constituição de 1934 tratou, pela primeira vez, da regulamentação do exercício profissional, no parágrafo primeiro do artigo 121:

“§ 1.^º — A legislação do trabalho observará os seguintes preceitos, além de outros que colimem melhorar as condições do trabalhador:

i) regulamentação do exercício de todas as profissões”.

2. As Constituições de 16 de julho de 1934 e 10 de novembro de 1937 (artigo 133 da primeira, e 150 da última) determinavam que somente brasileiros natos podiam revalidar seus diplomas; anulou, assim, esse item do decreto.

3. Livro de Atas n.^o 2.

4. Decreto n.^o 22 257/32, de 26 de dezembro de 1932 — Confere às irmãs de caridade, com prática de enfermeiras ou de farmácia, direitos iguais às enfermeiras de saúde pública ou práticos de farmácia, para o fim de exercerem essas funções em hospitais.

5. Decreto n.^o 21 141/32, de 18 de março de 1932 — Aprova o regulamento para organização do quadro de enfermeiros do Exército.

Artigo 6.^º — A entrada para o Quadro de Enfermeiros do Exército se faz mediante aprovação no Curso de Enfermeiros da Escola de Saúde do Exército.

Artigo 7.^º — A matrícula no curso de Enfermeiros se realiza mediante concurso (...).

Artigo 33 — O diploma dos enfermeiros militares, bem como os das enfermeiras diplomadas pelas Escolas de Enfermeiras da Cruz Vermelha

Brasileira, por sua legislação subordinada ao Ministério da Guerra, serão reconhecidos idôneos em qualquer outro departamento governamental, não ficando as respectivas escolas sujeitas a equiparação e fiscalização prevista no Decreto n.º 20 109/31 (...).

§ 2.º — Os diplomas de enfermeiro militar, ou da Cruz Vermelha Brasileira, facultam o exercício da profissão, no meio civil, em qualquer parte do território nacional, uma vez registrados na Diretoria de Saúde da Guerra.

Artigo 51 — § 1.º — O ano letivo começará no primeiro dia útil de abril e terminará em 30 de novembro.

6. Decreto n.º 20 931/32, de 11 de janeiro de 1932 — Regula e fiscaliza o exercício da medicina, da odontologia, da medicina veterinária, e das profissões de farmacêutico, parteira e enfermeira, no Brasil e estabelece penas. Em vigor até a promulgação da Lei n.º 2.604/55.

7. Transformado, em 1945, no Sindicato dos Enfermeiros e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde; em setembro de 1971, a Portaria MTPS n.º 3 311, assinada pelo Ministro Arnaldo Prieto, alterou essa denominação para Sindicato dos "Profissionais de Enfermagem, Técnicos, Duchistas, Massagistas e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde".

O Sindicato de Enfermeiros Terrestres foi fundado em 28 de janeiro de 1933, como uma associação de classe com sede no Distrito Federal. O parágrafo único do artigo primeiro ordenava que: "somente os enfermeiros, diplomados ou não, que estão exercendo a profissão, podem pertencer ao Sindicato".

8. Decreto n.º 23 744/34, de 22 de janeiro de 1934 — Torna extensiva aos enfermeiros práticos as regalias concedidas aos farmacêuticos e dentistas práticos quanto ao exercício de suas respectivas funções.

Artigo 4.º — Os enfermeiros diplomados por estabelecimentos idôneos, a juízo das autoridades sanitárias, cujos diplomas tiverem sido expedidos anteriormente à publicação do Decreto n.º 20 109, de 15 de junho de 1931, que regula o exercício da enfermagem no Brasil, poderão registrá-los no Departamento Nacional de Saúde Pública ou nos Serviços Sanitários Estaduais.

As determinações do artigo 1.º foram revogadas pela Lei n.º 2 604/55; as do artigo 2.º foram modificadas pelo Decreto-Lei n.º 8 778/46, de 22 de janeiro de 1946, que "regula os exames de habilitação para os Auxiliares de Enfermagem e Parteiras Práticas".

9. Parece tratar-se dos diplomados pela Escola de Enfermagem organizada no Hôspício Nacional de Alienados, em 1890.

10. Lei n.º 118/35, de 18 de novembro de 1935 — Organiza o Serviço de Enfermagem da Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social. Essa Lei criou doze Centros de Saúde na Divisão de Enfermeiras de Saúde Pública do Distrito Federal, subordinados a uma superintendente geral.

11. Não são conhecidos estudos anteriores a 1939.

12. Livro de Atas n.º 2. A presidente informou, também, que para as sócias tomarem "conhecimento do mesmo, enviara uma circular a todas as Zonas de Saúde Pública com a data do Diário Oficial (D.O.)" em que o anteprojeto fora publicado. Esse documento não foi encontrado nos números do D.O. correspondentes ao ano de 1939.

13. Dos arquivos da Seção de São Paulo foi tirada a seguinte notícia, sem indicação de data e tão pouco do órgão da imprensa em que foi publicada:

"Acentua-se o protesto contra o decreto-lei que possibilita a formação de parteiras práticas.

Declarções do Sr. C. A. do Espírito Santo sobre o decreto n.º 8 778.

Nas rodas médicas de São Paulo acentua-se o protesto contra o decreto-lei n.º 8 778 que possibilita a formação de parteiras práticas, sem o necessário curso nas escolas oficiais; as entidades de classe já se manifestaram contra o decreto, vozes autorizadas de profissionais da medicina levantam-se contra essa facilidade concedida às "curiosas", o Sindicato Médico já manifestou publicamente sua repulsa ao dispositivo legal, enfim todos protestam contra o famigerado decreto-lei. Hoje trazemos para esta seção a palavra de um pediatra, o Sr. C. A. do Espírito Santo, espírito culto, apaixonado pelas questões médico-sociais, e que forma junto aos seus colegas contra a aplicação prática do Decreto 8.778. São as seguintes as declarações do sr. Espírito Santo.

EXERCÍCIO ILEGAL DA OBSTETRÍCIA

— "Li e reli, sem surpresa e com a mesma repugnância com que observava os decretos do Estado Novo, o decreto que veio desenvolver mais ainda o exercício ilegal da Obstetrícia. O governo do magistrado getulista fez questão de macular-se mais ainda, referendando o decreto elaborado pelo seu ministro da Educação, que se revelou bem distante dos nossos flagelos sociais. Estão de parabéns todas as "curiosas" das capitais e do interior pois vão ter apoio, graças ao monstruoso decreto que bem estereotipa os dias que correm há 15 anos ... acobertados todos os seus crimes, contra as gestantes, os nascituros e a sociedade. Nesse exemplo, ou nessa marcha, teremos logo outro decreto que venha, por equidade, doutorar também não só os farmacêuticos que exercem impunemente a medicina em suas farmácias no país, mas também os curandeiros, macumbeiros, etc., etc. É o começo do fim.

REBAIXANDO A PROFISSÃO DE PARTEIRA

Ficam assim, por um simples e incrível decreto, autorizadas a ingressar livremente na profissão relevante de parteira, uma legião de criaturas ignorantes e por isso mesmo incapazes, com prejuízo das diplomadas nos cursos oficiais. Constitui o absurdo decreto, cuja revogação se impõe, um gravíssimo precedente que, com o tempo, resultará no fechamento dos cursos oficiais de enfermagem obstétrica que selecionam elementos de melhor nível moral e intelectual, sem falar na vocação profissional, cujo exercício exige a mais absoluta idoneidade moral, que considero fundamental.

REAÇÃO CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL

Se nas próprias parteiras diplomadas há os elementos que deslustram a nobreza da profissão, procurando no crime dos abortamentos, maiores rendimentos, imagine-se o que será a oficialização por decreto, das "curiosas" e "entendidas". Positivamente retrogradamos sempre. Como pediatra, tenho associado-me a todas as campanhas que pudessem promover maior defesa das nossas mães e dos nossos brasileirinhos néo-natos; reagi e reagirei enquanto tiver forças, contra todos os fatores que condicionem nossas vergonhosas cifras elevadíssimas de mortalidade materna, fetal, néo-natal e infantil. Embora descrente da era negra getuliana que ainda corrompe a nacionalidade e suas sagradas tradições de honra e liberdade,

junto aos dos meus colegas da secção de Obstetrícia e Ginecologia da Associação Paulista de Medicina, os meus veementes protestos de solidariedade contra o impatriótico Decreto n.^o 8.778".

14. Além de Marina Bandeira de Oliveira, Izaura Barbosa Lima também participou da comissão, constituída de médicos.

15. Anais de Enfermagem, out. de 1948, p. 165. Palestra pronunciada por Marcolino G. Candaú na sessão de instalação do II Congresso Nacional de Enfermagem.

16. Recomendações de n.^o 4, 7, 8 e 10.

17. Anais de Enfermagem, dez. 1949, p. 91. Referia-se ao projeto do qual resultou a Lei n.^o 775/49.

18. Anais de Enfermagem, jan. de 1952, pp. 127-135.

19. Referia-se ao Decreto-Lei n.^o 1.040, de 11 de janeiro de 1939, que passou o serviço de Saúde Pública federal à jurisdição da Prefeitura Municipal. A superintendência geral do Serviço de Enfermagem foi dissolvida no ano seguinte pelo Decreto-Lei n.^o 3.171/41.

20. Anais de Enfermagem de junho de 1954, p. 174.

21. Recomendações de n.^o 8, n.^o 1-C e n.^o 6, respectivamente.

22. Relatório da Comissão de Legislação, 1952.

23. O subsídio para esse relato foi tirado, quase todo, de um dos apensos do memorial elaborado por Maria Rosa S. Pinheiro e enviado ao Senado em 1953.

24. Ver editorial de Anais de Enfermagem de março de 1953, pp. 3-5.

25. Emenda proposta pela ABED à letra "c" do artigo 1.^º: "(c) os portadores de diploma conferido por escola ou curso das Forças Armadas Nacionais ou Forças Militarizadas que requererem o registro do diploma na Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, comprovando haverem se habilitado nas disciplinas do currículo segundo a Lei n.^o 775/49". Ipso facto, aqueles que não tivessem o seu título registrado naquela Diretoria seriam incluídos na categoria de auxiliar de enfermagem.

26. A Lei n.^o 1.920, de 25 de julho de 1953, regulamentada pelo Decreto n.^o 34.596, de 16 de novembro de 1953, desdobrou o Ministério da Educação e Saúde em Ministério da Educação e Cultura (MEC) e Ministério da Saúde (MS).

27. Trata-se da alínea d) do artigo 3.^º do citado decreto. "Artigo 3.^º — Ao título de enfermeiro tem direito (...) d) as pessoas registradas como tal nos termos dos artigos 2.^º e 5.^º do Decreto n.^o 20.931, de 11 de janeiro de 1932, e, até a promulgação da Lei n.^o 775, de 6 de agosto de 1949, aquelas a que se refere o artigo 33, parágrafo 2.^º do Decreto n.^o 21.141, de 10 de março de 1932".

28. Anais de Enfermagem, set. de 1959, p. 189.

29. Recomendação n.^o 3.

30. Essas falhas diziam respeito à definição de obstetriz constante na lei citada, interpretada de três diferentes maneiras: 1) obstetriz é a profissional formada de acordo com o Decreto n.^o 20.865/31; 2) é a enfermeira com curso de especialização em enfermagem obstétrica, segundo a Lei n.^o 775/49 e sua regulamentação; 3) a lei não trata de nenhum desses grupos.

31. Livro de Atas de reuniões da Diretoria, n.^o 3.

De um dos relatórios da Comissão de Legislação foi tirado o seguinte Resumo do Projeto de Regulamentação da Lei do Exercício: "1) Ofício 38 do Diretor Geral do DNS, Dr. Abelardo Marinho, datado de 28 de fevereiro de 1956; 2) a 6 de junho de 1956, parecer do Conselho Nacional de Saúde sobre o Projeto; 3) a 20 de julho de 1956, estudos dos aspectos legais

do Projeto pelo Ministério da Educação e Cultura; (interrupção); 4) a 20 de janeiro de 1959, Dr. Lucio Costa, como Consultor Técnico, envia outro projeto; 5) a 20 de abril de 1959, o Ministro Mario Pinotti envia o Processo n.º 5 049/56 ao Presidente da República. Que se passou entre 12 de maio e 12 de agosto, quando o Processo reapareceu na Secretaria da Presidência, com as duas primeiras páginas refeitas?".

32. Rev. Bras. de Enf., dez. 1959, p. 435.

33. Recomendação n.º 2 a).

34. Do relatório da Comissão de Legislação, apresentado à assembleia geral em julho de 1961, destaca-se o seguinte trecho: "Foi formado de juristas, médicos e enfermeiras — a Presidente da ABEn e a chefe da Seção de Enfermagem do Ministério da Saúde — o grupo que, após trabalho intenso, ofereceu à aprovação do Presidente da República a matéria integral do Decreto 50 387 de 28 de março de 1961, que regulamenta o exercício da enfermagem, de grande importância para o país".

35. Ofícios n.ºs 694/61 e 690/61, da diretora da Escola Ana Neri, Walestra Paixão, ao Ministro da Educação e Cultura e ao Reitor da Universidade do Brasil (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

36. Carta de Marina de Andrade Resende, presidente da ABEn, à Amália Corrêa de Carvalho, presidente da Comissão de Seguimento do Levantamento, em 11 de março de 1962. Arquivos da ABEn.

37. Recomendações n.º 2, n.º 28a e 28b.

38 Relatório da Comissão Especial de Reestruturação da Carreira de Enfermeiro dos serviços públicos, autarquias e paraestatais, agosto de 1954. Apresentado por Izaura Barbosa Lima. Arquivos da ABEn.

39. Recomendações n.º 6 e n.º 1, respectivamente, de igual teor.

40. Dulcídio do Espírito Santo Cardoso. Circular n.º 2/53, da secretaria executiva da ABEn às presidentes das seções. Arquivos da Seção de São Paulo.

41 Decreto n.º 20 931/32, artigo 2.º — "Só é permitido o exercício das profissões enumeradas no artigo 1.º" (medicina, odontologia, medicina veterinária, farmacêutico, parteira e enfermeira) em qualquer ponto do território nacional, a quem se achar habilitado nelas de acordo com as leis federais e tiver título registrado na forma do artigo 5.º deste decreto".

Artigo 5.º — É obrigatório o registro do diploma dos médicos e demais profissionais a que se refere o artigo 1.º no Departamento Nacional de Saúde Pública e na repartição Sanitária estadual competente.

Os artigos 36 e 37 tratavam, especificamente, do exercício da profissão de parteira e enfermeira especializada em Obstetrícia.

42. Consultar nota 25, do capítulo V da Primeira Parte: "Show das enfermeiras no Gabinete do Prefeito".

IV

ENFERMAGEM — SERVIÇO TÉCNICO CIENTÍFICO

A ABEn e o Plano de Classificação de Cargos

Em abril de 1954, a Comissão do Plano de Classificação de Cargos do DASP publicou o resultado de seus estudos sobre o Plano de Classificação dos Servidores Públicos Civis da União, do qual resultou o Projeto de Lei n.º 4 844/54, enviado à Câmara dos Deputados acompanhando mensagem presidencial. Nesse projeto a enfermagem havia sido classificada entre os serviços profissionais de nível médio, com níveis de vencimentos inferiores aos dos serviços técnico-científicos, onde estavam os profissionais de nível universitário.

Ao tornar público o relatório, a Comissão esperava receber, inclusive das associações de classe, observações e sugestões, uma vez que uma de suas finalidades era a de “estimular a produtividade dos serviços públicos federais”.

A ABEn vinha oferecendo subsídios a essa comissão, constituída por técnicos do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), desde o início de seus trabalhos.

Nessa primeira etapa dos estudos apresentou subsídio em forma de relatório, no qual foram definidas as atividades profissionais dos enfermeiros e auxiliares de enfermagem no serviço civil federal; para a defesa das aspirações de ambas as classes, manteve encontros formais com os membros da Comissão, tendo recebido desta, na ocasião, “encômios e agradecimentos”.

1953

Esse trabalho, descrito em editorial da Revista Brasileira de Enfermagem⁽¹⁾, custou a um grupo de enfermeiras vários meses de intensas atividades.

A primeira parte do relatório apresentado pela presidente da Comissão Especial de Reestruturação, Izaura Barbosa Lima, à assembleia geral realizada durante o VII Congresso Nacional de Enfermagem, agosto de 1954, deu a conhecer toda a difícil caminhada que foi necessário palmilhar para defender essas mesmas aspirações.

De acordo com esse documento, em julho de 1953 a diretoria da ABED, reconhecendo que os enfermeiros, com exercício em todos os setores diferenciados da Assistência Médico-Sanitária dos quadros do Serviço Público Federal e entidades autárquicas e parastatais, percebiam salários incompatíveis com o custo de vida, designou uma Comissão Especial de Reestruturação da Carreira, a fim de levar o assunto ao conhecimento do Poder Legislativo e, assim, defender condignamente os seus associados. Essa comissão foi presidida por Izaura Barbosa Lima e contou, inicialmente, com Clélia de Pontes, Wanda Miranda, Flora Vitor Rodrigues, Mariah Coelho Sá e Josefa Jorge Moreira, para auxiliar nos trabalhos. Alguns tempo depois a comissão foi modificada, passando a ser formada por Clélea de Pontes, Guiomar Puppain e Haydée G. Dourado, sob a mesma presidência.

Assim que foi designada, a comissão decidiu fazer um levantamento das condições salariais e funcionais dos enfermeiros, a fim de colher os dados necessários para documentar o memorial que seria enviado à Comissão do Plano. Esses dados referiam-se à situação dos quadros desses profissionais em vinte e dois daqueles serviços, com destaque para as funções que realmente cada enfermeiro estava executando.

Esse memorial, entregue ao diretor do DASP em 21 de dezembro de 1953, protocolado sob o n.º 12 101/53, era uma justificativa do pedido de revisão dos níveis de salário dos enfermeiros nos serviços públicos federais e autárquicos, apresentada como subsídio à Comissão do Plano.

Os padrões dos salários dos enfermeiros, considerados muito abaixo do necessário para fazer frente a despesas obrigatórias, contribuíam, com certeza, para agravar a escassez numérica desses profissionais.

A fim de minorar a gravidade do problema, a presidente da ABED, Glete de Alcântara (1952-1954), enviou ofício ao diretor

geral do DASP. Solicitava que fosse feita por aquele órgão proposta para que a "carreira de enfermeiro do Ministério da Saúde e os atuais cargos e funções de enfermeiro dos Ministérios da Aeronáutica, Guerra, Marinha, Trabalho, Indústria e Comércio, Viação e Obras Públicas, bem como de órgãos tais como Campanha Nacional de Endemias Rurais, Companhia Siderúrgica Nacional, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, fossem transformados em cargos isolados", cujo padrão de vencimentos seria acrescido de 20% por quinquênio, até o máximo de cinco. Com as mesmas vantagens de aumento quinquenal, propunha a criação de cargos isolados de auxiliar de enfermagem.

Ao mesmo tempo, a Comissão de Reestruturação da ABED continuava vigilante, visitando o secretário executivo da Comissão do Plano até o fim dos estudos decorrentes da apuração do inquérito a que havia sido submetido o funcionalismo civil da União.

Com a publicação do relatório da Comissão do Plano e encaixamento do projeto de lei para a Câmara dos Deputados, tornou-se evidente a necessidade de novo pronunciamento da Associação, uma vez que o enfermeiro havia sido colocado no grupo ocupacional de nível médio da Medicina, Odontologia, Farmácia, etc., no serviço profissional, ao lado do operador de raio X, auxiliar de necropsia, massagista, etc. Havia sido criadas também as carreiras de auxiliar de enfermagem e atendentes. A presidente da ABEn, reafirmando a exposição feita pela Comissão de Reestruturação em defesa da classe, dirigiu-se ao secretário executivo da Comissão logo no mês seguinte em que foi publicado o relatório, abril de 1954, anexando ao ofício, então enviado, a análise da situação da enfermagem feita por aquele grupo de trabalho.

No ofício à Comissão do Plano procurou esclarecer os dois pontos considerados merecedores de reparos: a classificação do enfermeiro no serviço profissional e a possibilidade de acesso do atendente ao cargo de auxiliar de enfermagem, e deste ao de enfermeiro, contida no projeto. Para ambos os casos citou como referência as exigências e determinações da Lei n.º 775/49, quanto aos cursos de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem. Constatado ser o primeiro de nível superior e ser a enfermagem tradicionalmente incluída entre as profissões paramédicas, como odontologia, farmácia, etc., sua classificação no serviço profissional, ao invés de serviço técnico científico, como de direito, afigurava-se inadequada. Pleiteava, portanto, a inclusão do enfermeiro nesse último serviço, no âmbito federal.

Ao lado dessas reivindicações, feitas de maneira formal por meio de ofícios e apresentação de justificativas, Waleska Paixão, Maria Rosa S. Pinheiro, Haydée G. Dourado e Izaura Barbosa Lima foram recebidas em audiência especial pela Comissão do Plano: nessa ocasião, tiveram oportunidade de fazer, pessoalmente, as explicações que justificavam o descontentamento da classe com a situação de desigualdade em que haviam sido colocados os enfermeiros, em relação a outros profissionais de curso superior de menor duração, como os farmacêuticos e dentistas, que haviam sido colocados no serviço técnico-científico.

Apesar do diretor do DASP, Arízio Viana, mostrar-se sensível a essas reivindicações e do diretor do Departamento de Administração do Ministério da Saúde, onde serviam quase todos os enfermeiros abrangidos pela classificação, terem, também, opinião favorável à pretensão da ABEn, "a matéria foi encaminhada ao Congresso Nacional com a solução que a Comissão do Plano havia achado conveniente" (2), isto é, sem emendas.

Outro problema havia surgido, que custou ingentes esforços da Comissão de Legislação. Auxiliada pela União Nacional dos Servidores Públicos, (UNSP), a recém-idealizada Associação de Enfermeiros e Servidores em Hospitais (transformada em Associação de Auxiliares de Enfermagem) estava pleiteando, junto à Câmara Federal, emendas ao projeto de Classificação de modo a serem considerados enfermeiros os que, embora não possuindo diploma, houvessem exercido esse cargo durante dez anos.

O assunto empolgou os enfermeiros e chegou mesmo a provocar a reação de estudantes de algumas escolas; de todas as partes surgiram manifestações de apoio e de colaboração em defesa dos interesses da classe, já agora no âmbito do Poder Legislativo, com o início das discussões do Projeto nº 4844/54.

1955

No relatório apresentado à assembléia geral, realizada durante o VIII Congresso Nacional de Enfermagem, 1955, a presidente, Maria Rosa S. Pinheiro (1954-1958), assim se referiu ao acontecimento: "as enfermeiras estão começando a agir no sentido de emendar leis estaduais que lhes pareçam injustas, de criar quadros no serviço público para pessoal de enfermagem, de protestar quando há nomeações indevidas ou de cooperar com os responsáveis pela elaboração de normas para pessoal e serviço de enfermagem; estão se tornando vigilantes e tomando atitude, quando necessário" (3).

Ao referir-se, porém, no discurso de instalação desse mesmo congresso, ao projeto de Reclassificação de Cargos que havia excluído a enfermagem do grupo técnico-científico, considerou-o como um dos projetos que poderiam anular o estímulo das escolas de Enfermagem e, por esse motivo, precisava ser modificado.

Em setembro desse ano a presidente da ABEn, por intermédio de Haydée G. Dourado, enviou ao Plenário da Câmara dos Deputados proposta de emenda ao projeto no sentido de “retirar do Serviço Profissional o enfermeiro A, B e C, P-1701 e incluí-lo no Serviço Técnico-Científico, níveis 15, 16 e 17”⁽⁴⁾. Em favor da proposta apresentou extensa justificação documentando, com a legislação vigente e pareceres favoráveis, ser a enfermagem profissão liberal de nível superior, de curso de quatro anos acadêmicos de duração, orientada e fiscalizada pela Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura⁽⁵⁾.

Entre 1956 e 1959, a ABEn não deixou de lutar por esse direito com todos os seus recursos. Além de sua presidente nesse período, da presidente da Comissão de Legislação, Josefa Jorge Moreira e de Haydée G. Dourado, passaram também a colaborar mais estreitamente, Maria Dolores Lins de Andrade e Marina A. Resende, a primeira como presidente da Subcomissão do Plano de Reclassificação, mais tarde substituída por Beatriz Cavalcanti que, por sua vez, sobrecarregada com os trabalhos da secretaria executiva, foi substituída por Marina A. Resende.

Em princípios de 1956, foi apresentado um substitutivo ao projeto, que tomou o n.º 1853/56. A partir dessa nova situação, foi grande a produção de Maria Rosa S. Pinheiro, como presidente da ABEn, e de Haydée G. Dourado, em matéria de ofícios e memoriais endereçados às autoridades que poderiam, de uma maneira ou de outra, incluir na mudança da classificação dos enfermeiros de maneira a “enquadrá-los no Serviço Técnico-Científico, nos níveis 14, 15 e 16, atendendo a justa expectativa da classe”.

Em junho de 1958, a Revista Brasileira de Enfermagem publicou noticiário da Comissão de Legislação, segundo o qual o Projeto n.º 1853/56 encontrava-se na ordem do dia para discussão em plenário, em regime de urgência. Completava o noticiário: ‘O projeto traduz, em linhas gerais, os nossos anseios, isto é, nossa classificação no Técnico-Científico. Foi o deputado Elias Adaime que, com seu alto espírito de justiça, aceitou, quando formulava o substitutivo ao citado projeto, as reivindicações formuladas pela ABEn a favor dos enfermeiros’⁽⁶⁾. Essa vitória

1956

1958

ria, colocada em primeiro plano dentre as realizações da ABEn, foi “a resultante da tenacidade da Comissão de Legislação”, reconheceu a presidente Marina de Andrade Resende (1958-1962), em 1959, (7). Aspectos que comprovam essa tenacidade foram descritos por Josefa Jorge Moreira no relatório de 1958, descrevendo uma reunião com a diretoria da União Nacional dos Servidores Públicos (UNSP):

“O nosso esforço girava em torno de uma emenda aditiva criando Enfermeiro no Técnico Científico com níveis 17 e 18, classificação esta já dada às assistentes sociais.

Tal emenda, já apreciada e aceita por unanimidade de votos pela Comissão Técnica, foi fragorosamente derrotada no plenário, quando uma representante das obstetras pediu vista da emenda que já tinha sido votada em bloco. Esse pedido fazia a emenda voltar ao plenário onde foi vencida. Nessa altura dos acontecimentos verificamos que o argumento principal da nossa oponente era que não podíamos ter os mesmos níveis dos médicos, dentistas, engenheiros, etc., muito embora tal argumento não tivesse boa sustentação, pois as assistentes sociais já se achavam enquadradas naqueles níveis. O argumento apresentado pelas obstetras surtiu grande efeito (...) nos sindicatos médico, dos odontólogos e outros, concorrendo para nossa derrota.

Diante da derrota sofrida na CAC (...) iniciamos nosso trabalho silencioso e de persuasão junto aos deputados que deveriam relatar o substitutivo ao projeto apresentado pela UNSP.

Em março de 1958, recebemos convite para integrar a grande Assembléia Geral da União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil (...) quando apresentamos a emenda aceita pelo deputado Elias Adaime, (...) relator da emenda”.

Outras associações e entidades haviam também se movimentado no estudo e apreciação do projeto. Izaura Barbosa Lima e Lydia das Dores Matta haviam sido indicadas pela diretoria, em agosto de 1958, para, representando a ABEn junto a União Nacional dos Servidores Públicos (UNSP), colaborarem com a Comissão de Legislação. Essas duas associadas foram mais tarde substituídas por Haydée G. Dourado e Josefa Jorge Moreira.

A Coligação das Associações Pró Classificação de Cargos (CAC) também havia procurado a adesão da ABEn, que indicou Alba Moura Horta, membro da Comissão de Legislação, como sua representante junto a esse movimento⁽⁸⁾.

Apesar dessa informação, o XII Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1959, recomendou à ABEn que continuasse a pleitear, junto às Casas do Congresso, a inclusão do enfermeiro naquele nível, tendo em vista as condições insatisfatórias de trabalho e o nível atual de salários dos enfermeiros.⁽⁹⁾

1959

Nesse ano a diretoria da ABEn, ouvindo o conselho de dois membros da Coligação das Associações Pró-Classificação, ambos assessores junto ao Senado e à Câmara dos Deputados em assuntos de classificação de cargos no nível superior, resolveu concordar com o pedido da Comissão de Legislação admitindo, a título precário, a denominação de enfermeiro para os profissionais da faixa do nível técnico, e de enfermeiro graduado, para os de nível superior; discordou, porém, em tese, dessa discriminação temendo descontentamento da classe⁽¹⁰⁾. Já no ano anterior, 1958, ficara decidido que a ABEn lutaria por apenas um tipo de classificação do enfermeiro e essa seria no nível universitário.

O Senado adotou as denominações de enfermeiro, para o nível superior, e de assistente de enfermagem, para a faixa técnica; nesta última, foram enquadrados os ocupantes de cargos ou funções de enfermeiro sem a devida qualificação. No futuro, esse nível poderia ser preenchido pelos técnicos de enfermagem⁽¹¹⁾.

Nessa fase de discussão do projeto, foram feitas solicitações ao Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, ao Ministro da Saúde, Maurício de Medeiros e aos líderes dos partidos no Senado para que, "na oportunidade da discussão e votação do Projeto no Senado Federal, votassem a favor do substitutivo que incluía os enfermeiros no Serviço Técnico-Científico e lhes dava o nível inicial, 14". Ao senador-relator do projeto foi enviada justificação do pedido de enquadramento em que, além da legislação pertinente sobre ensino, exercício e registro de diploma de enfermeiro, mostrava a falta de coerência do Projeto, "de vez que aqueles enfermeiros que ensinam nas escolas de enfermagem oficiais estão classificados, no presente Projeto, como profissionais de Ensino Superior".

O relator do Plano na Comissão de Serviço Público foi o Senador Jarbas Maranhão que, estudando minuciosamente as pro-

postas e os argumentos da ABEn, apoiou a classificação pretendida, apresentando um substitutivo ao projeto.

Em março do ano seguinte, 1960, Haydée G. Dourado sugeriu incumbir a Seção de São Paulo de pedir o apoio do líder da maioria no Senado, Auro de Moura Andrade, ao Substitutivo Jarbas Maranhão, e que as Seções providenciassem telegramas individuais aos senadores, com o mesmo pedido.

Com a aceitação pela Câmara dos Deputados da emenda do Senado, foi promulgada a Lei n.^o 3780/60 (12).

Foi agindo dessa maneira que a ABEn e seus associados foram conseguindo, para todos os enfermeiros, a situação de que hoje desfrutam no cenário do funcionalismo nacional (13).

Lei n.^o 3780, de 12 de julho de 1960 — Dispõe sobre a Classificação de Cargos do Serviço Civil do Poder Executivo, estabelece os vencimentos correspondentes e dá outras providências.

Em julho de 1960, foi sancionada a Lei n.^o 3780/60; a série classes de “Enfermeiro” voltou a figurar entre as profissões técnico-científicas.

O Boletim Informativo da ABEn informou, em abril de 1961, que, “devido ao esforço da Comissão de Legislação e à compreensão dos senadores e deputados, foi rejeitado o veto apostado ao nível 18 da carreira de enfermeira na Lei n.^o 3780 de 12 de julho de 1960”. A derrubada do veto presidencial, ocorrida em Brasília às duas horas da manhã, havia custado também ingentes esforços das seções e de algumas enfermeiras, individualmente, junto a deputados e senadores, pela sua rejeição.

1961

A partir dessa data, idêntico esforço começou a ser desenvolvido no âmbito dos estados, pelas seções estaduais da ABEn, para conseguir essa mesma classificação. Com maior rapidez em uns e com alguma demora em outros, todos os governos estaduais reconheceram o enfermeiro como profissional de nível universitário, com vencimentos correspondentes.

1967

Alguns anos mais tarde, 1967, foi assinado o Decreto n.^o 299, de 28 de fevereiro de 1967, que reorganizou o Grupo Ocupacional P-1700 do Anexo I da Lei n.^o 3780/60; desse decreto a presidente, Circe de Melo Ribeiro (1964-1968), tomou conhecimento pelo Diário Oficial da União de 28 de fevereiro de 1967. Estabelecia ele nova classificação para os funcionários federais, dava aos

auxiliares de enfermagem a situação que vinham pleiteando na classificação, isto é, os níveis 13, 14 e 15 e extinguia os cargos de atendentes à medida que fossem se tornando vagos. A classe de "Assistente de Enfermagem", P-1701, foi enquadrada na série de classes "Auxiliar de Enfermagem".

Uma comissão, formada por Maria Rosa S. Pinheiro, Irmã Maria Gabriela Nogueira, Lourdes Torres Garcia (de Cerqueira) e algumas enfermeiras do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) resolveu discutir o assunto, uma vez que a não admissão de pessoal novo, como os atendentes, trazia grandes problemas ao serviço de Enfermagem dessa última entidade. Essa comissão, de comum acordo com a presidente da ABEn, encaminhou o assunto para a Comissão de Legislação que, juntamente com Ondina Teixeira, enfermeira do INPS, fez novo estudo das implicações do decreto. A conclusão a que chegaram foi de que a ABEn não deveria se manifestar (14).

Situação em 1975

Em outubro de 1970, foram criadas comissões de alto nível, uma para cada Ministério e Autarquia, a fim de apresentar novo estudo sobre classificação de cargos, a ser introduzida pelo DASP.

1970
1975

Para apresentar subsídios sobre a Enfermagem, a diretoria da ABEn indicou comissão especial formada por Circe de Melo Ribeiro, Clarice Ferrarini, Lourdes Torres Garcia (de Cerqueira), presidida por Anayde Corrêa de Carvalho; essa comissão completou o trabalho em fins de 1971 e, ainda nesse ano, foi encaminhado ao DASP.

1971

No ano seguinte foi assinado o Decreto n.º 70 320/72, que estabelecia normas essenciais à implantação do sistema de classificação de cargos instituído pela Lei n.º 5645/70, de 10 de dezembro de 1970. O artigo 2.º dessa Lei referia-se ao grupo designado "Outras Atividades de Nível Superior"; para dispor sobre esse grupo foi assinado o Decreto n.º 72 493, de 19 de julho de 1973 — Dispõe sobre o grupo "outras Atividades de Nível Superior", a que se refere o artigo 2.º, da Lei 5645, de 10 de dezembro de 1970. O anexo desse decreto aprovado pela portaria n.º 146/73, do DAPC, contém a classificação das diversas categorias de nível superior, enquadradas em sete níveis hierárquicos de vencimentos. Nesta classificação o enfermeiro alcança o nível máximo de cinco, enquanto o médico, engenheiro, economista, técnico de administração, inspetor de trabalho e outros vão até o nível máximo de sete, último da hierarquia.

A presidente da ABEn, Glete de Alcântara, (1972-1974) baseando-se em estudo feito pela Seção da Guanabara, dirigiu ofício ao Presidente da República, (15) com extensa justificação, solicitando que fosse alterada a classificação da Categoria Funcional Enfermeiro, de maneira a alcançar o nível sete, e que os níveis três e cinco passassem a quatro e seis. Essa solicitação encontrava-se ainda em estudo na Comissão do Plano do Departamento Administrativo do Pessoal Civil.

DURAÇÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM E NÍVEIS DE VENCIMENTOS

1962 Em 1962, a gratificação de nível universitário do enfermeiro passou de 15% (Decreto n.º 50 562/61) a 20% (Decreto n.º 51 624/62) (16), que correspondia a cursos de quatro anos. Essa vantagem resultou de solicitação da ABEn, feita pela presidente Marina de Andrade Resende, em ofício dirigido ao presidente do Conselho de Ministros, Tancredo de Almeida Neves, a 8 de junho de 1962.

1964 Dois anos mais tarde, 1964, a ABEn tomou conhecimento de que o DASP havia incluído a enfermagem no grupo das profissões técnico-científicas de curso de três anos de duração, o que equivalia à classificação, para fins de vencimentos, nos níveis 19 e 20, fixados pelo Decreto n.º 54 015/64, (17) de 18 de julho de 1964.

Esse decreto baixava normas para a execução do que dispunha o artigo 9.º da Lei n.º 4345, de 26 de junho de 1964, lei essa que instituiu novos valores de vencimentos para os servidores públicos civis do Poder Executivo; os cargos, para cujo ingresso era exigido o diploma de nível superior, teriam níveis de vencimento de acordo com a duração do curso; os de cinco anos de duração foram classificados no Grupo I, níveis 21 e 22; os de quatro anos no Grupo II, níveis 20, 21 e 22; e os de três anos, onde se encontrava o enfermeiro, no Grupo III, níveis 19 e 20.

O artigo 7.º do Decreto n.º 54 015/64 determinava que as alterações e as fixações que viessem a ser feitas pelo Conselho Federal de Educação, na duração dos cursos universitários, só poderiam acarretar nova classificação mediante lei especial.

A presidente da ABEn, Circe de Melo Ribeiro, imediatamente após ter tomado conhecimento do Decreto, enviou ofício ao diretor geral do DASP com documentação comprobatória de

que a duração do curso de Enfermagem nunca havia sido de três anos, ou vinte e quatro meses; embora o Parecer 271/62, do Conselho Federal de Educação, estabelecesse que o curso de Enfermagem geral devia ser de três anos letivos, de 180 dias efetivos de aulas cada um, contra a qual a ABEn vinha-se pronunciando seguidamente, os diplomados por legislações anteriores (Decreto n.º 20 109/32 e Lei n.º 775/49) eram todos de curso de quatro anos, ou mais, de duração. Esse era também o tempo exigido dos cursos de Enfermagem de Saúde Pública e de Enfermagem Obstétrica. Colocadas as coisas em seus devidos lugares não existia, em 1964, nenhum ocupante de cargo público de Enfermagem portador de diploma de curso inferior a quatro anos, uma vez que o Parecer 271/62 passou a vigorar a partir de 1963.

Estabeleceu-se, por esse motivo, comunicação constante entre a presidente, em S. Paulo, e a Comissão de Legislação, esta funcionando com representantes de S. Paulo, Guanabara, Bahia e Distrito Federal. A presidente da Comissão, Haydée G. Dourado, era representante da Diretoria do Ensino Superior do MEC em Brasília. (18)

Para corrigir a classificação da enfermagem, colocada no Grupo III, e conseguir a supressão do curso de três anos de Enfermagem geral estabelecido pelo Parecer n.º 271/62, a ABEn iniciou novamente a sua já conhecida atividade de coletar dados para documentar suas pretensões e, convicta, bater às portas das autoridades responsáveis; ofícios e memoriais foram elaborados e encaminhados e inúmeros contatos feitos com aqueles propósitos.

Vários processos tramitaram, abertos por solicitação constante da ABEn, e vários foram também os pronunciamentos das autoridades sobre o primeiro assunto.

O diretor da Diretoria do Ensino Superior, Raimundo Moniz de Aragão, manifestou-se favoravelmente à ABEn junto ao DASP. Parecer nos mesmos termos foi dado no ano seguinte, 1965, por Nair Fortes Abu Merhy.

O Parecer n.º 346/64, do Conselho Federal de Educação, solicitado pela ABEn, confirmava que o curso de Enfermagem feito na vigência do Decreto n.º 20 109/32 e da Lei 775/49 tinha valor de quatro anos e o curso de graduação em Enfermagem na vigência do Parecer 271/62 tinha o valor de três anos (19).

Para apressar a solução do impasse, o assunto foi levado à Consultoria Geral da República. De posse de toda a documen-

tação sobre o processo enviada pela ABEn, Diretoria do Ensino Superior e DASP, e, ainda, com os esclarecimentos prestados pessoalmente pelas Irmãs Missionárias de Maria, o Consultor Geral da República, Adroaldo Mesquita da Costa, emitiu parecer que tomou o número 29 069/64, favorável às pretensões da ABEn.

Apesar dos pareceres do Conselho Federal de Educação (CFE) e do Consultor Geral da República, a ABEn teve que enfrentar opinião contrária do DASP, que se fixava na posição anteriormente tomada. O representante do DASP no Grupo de Trabalho da Consultoria Geral da República não considerou claro o Parecer n.º 346/64, do CEF e disso deu ciência à ABEn, que encaminhou novo ofício a esse conselho. Novo Parecer da Câmara de Ensino Superior foi aprovado por aquele Conselho, o de n.º 397/64. Em ambas as votações estiveram presentes enfermeiras da Comissão de Legislação da ABEn, custando-lhes viagens de Brasília ao Rio de Janeiro. Desta vez a resposta foi clara: os enfermeiros diplomados pela legislação vigente até a aplicação da resolução decorrente do Parecer 271/62, do CFE, "são profissionais de quatro anos de curso, para os efeitos legais". Mas a enfermeira formada por complementação do curso de Obstetrícia, de acordo com o Parecer n.º 303/63, foi considerada profissional de curso de três anos, situação essa modificada logo depois, com o Parecer n.º 52/65.

1965 Diante da situação apresentada com o novo pronunciamento do Conselho Federal de Educação, o DASP encaminhou novo Processo, DASP 1620/65, ao Consultor Geral da República. A 8 de novembro de 1965, o Presidente Castelo Branco, aprovando o parecer dessa Consultoria, assinou o Decreto n.º 57180 de 8 de novembro de 1965, que incluiu a série de classes "Enfermeiro" no Grupo II, correspondente a cursos universitários de quatro anos de duração.

Aqui também, como em várias outras ocasiões, foi digno de nota o trabalho de cooperação com a ABEn realizado pelas Irmãs Missionárias de Maria, da Escola Paulista de Enfermagem, principalmente na prestação de esclarecimentos àquela consultoria.

Em princípios de 1965, Haydée G. Dourado, temendo um resultado negativo a todos os esforços da ABEn e como uma tentativa para solucionar a questão do enquadramento no nível universitário dos enfermeiros de curso de três e quatro anos, de modo a não haver injustiças, sugeriu que a ABEn deveria propor ao CFE

a denominação de enfermeiro de unidade aos primeiros e de enfermeiro, aos segundos. Não contando, porém, com o apoio da própria diretoria da ABEn, foi solicitado o arquivamento do processo que tratava do assunto (¹⁴).

Por essa mesma época, 1965, o Conselho Federal de Educação havia aprovado o Parecer n.^o 52/65, da Câmara de Ensino Superior, resultante de proposta do Ministério da Educação e Cultura, para que cada curso superior fosse diminuído de um ano; essa proposta apresentava, como argumentos, o tempo muito longo destinado às férias escolares, a necessidade de maior permanência do estudante na universidade e a vantagem de barateamento do custo do ensino, sem prejuízo da formação técnica.

Entendeu o Conselho que a duração dos cursos deveria ser formulada “em termos que melhor se ajustem às variáveis que direta ou indiretamente intervêm no seu cumprimento — o aluno, a escola e o meio — sempre em função da natureza e do conteúdo de cada curso”; a melhor solução seria possibilitar que os cursos pudessem abreviar-se para os alunos rápidos e alongar-se para os lentos. A solução proposta nesse parecer foi de que a duração dos cursos passasse a ser fixada em número de horas-aula, atendendo, assim, às exigências de precisão e flexibilidade dos currículos, idéia que o Conselho vinha amadurecendo desde 1962. Para efeitos legais, a duração seria a que resultasse da divisão do tempo útil determinado pelo CFE, pelo termo médio de execução anual; considerou o Conselho como “irracional e perturbadora” a fixação de salários com base em anos de estudos (²⁰).

Para implantar o novo sistema, o Ministério da Educação e Cultura baixou a Portaria Ministerial n.^o 159, de 14 de junho de 1965, que “fixa sob novos critérios a duração dos cursos superiores”.

O quadro anexo à portaria fixou para o curso geral de Enfermagem um número de horas correspondente a curso de três anos de duração, como termo médio. Para Enfermagem de Saúde Pública e Enfermagem Obstétrica o termo médio de duração ficou estabelecido em quatro anos. Essa foi a duração determinada para efeito de enquadramento no serviço público federal até o advento da Resolução n.^o 4/72 do CFE, que estabeleceu o currículo mínimo dos cursos de Enfermagem e Obstetrícia. De acordo com esta resolução o enfermeiro poderá ser formado em, no mínimo quatro, e no máximo seis anos, incluídas as habilitações.

NOTAS

CAPÍTULO IV

1. Rev. Bras. de Enf., dez. de 1955, p. 299.

2. Ofício 1093, de 11 de novembro de 1954, do diretor do Departamento de Administração do Ministério da Saúde à presidente da ABED. Arquivos da ABE.

Essa atitude havia sido tomada em virtude da inclusão, na categoria de enfermeiros, não somente dos que se haviam formado pelas escolas de Enfermagem como, também, das obstetras e os registrados segundo o decreto n.º 21 141/32. Havia, também, os que não possuíam nenhum desses títulos mas ocupavam cargos efetivos de enfermeiros. Essa confusão foi desfeita graças às explicações da Comissão Especial de Reestruturação e do Trabalho da Comissão de Legislação. Rev. Bras. de Enf., set. 1955, p. 281.

3. Rev. Bras. de Enf., set. de 1955, p. 274.

4. Emenda n.º 187, do Plenário, apresentada pelo deputado Ari Pitombo.

Nesse memorial foi também proposta emenda abolindo a possibilidade de acesso do atendente a auxiliar de enfermagem, e deste a enfermeiro, previsto no projeto.

5. Arquivos da ABE. Sobre a situação do Projeto n.º 4844/54, em 1955, consultar a Rev. Bras. de Enf. de setembro desse ano, pp. 277 e 281.

6. Sobre a justificação apresentada pela ABE consultar a Rev. Bras. de Enf. de dezembro de 1960, p. 493.

7. Rev. Bras. de Enf., set. de 1960, p. 411.

8. Coligação das Associações Pró Classificação de Cargos (CAC). A Comissão de Legislação fez constar do relatório apresentado à assembleia geral, em 1960, como homenagem a Alba Moura Horta, o seguinte trecho extraído de jornal do Rio de Janeiro, publicado em abril de 1960; "Após 16 meses de trabalho, concluiu o Senado Federal o exame do projeto que classifica os cargos e funções do Serviço Público. Foram 480 dias de lutas, canseiras, amarguras, alegrias e tristezas para os líderes dirigentes do funcionalismo ... Um ano e 4 meses de reuniões contínuas na Coligação das Associações Pró Classificação, na UNSP e em dezenas de Associações, na promoção de conferências, debates, passeatas, concentrações, memoriais, campanhas e telegramas etc., que garantiram, no final, a vitória das recomendações do funcionalismo".

Nesse período de atividades da comissão, esta funcionava com duas vice-presidentes: Alba Moura Horta, com sede de trabalho no Senado e Josefa Jorge Moreira, com sede na Câmara dos Deputados.

9. Recomendação n.º 6.

10. Livro de Atas das reuniões da Diretoria, n.º 3 e relatório da Comissão de Legislação, de 1960. Segundo esclarecimentos de Haydée G.

Dourado, todos os enfermeiros estavam em condições de ser classificados no Serviço Técnico-Científico não havendo, portanto, motivo para essa insatisfação.

11. A presidente da Comissão de Legislação explicou esse enquadramento no relatório apresentado em 1960, da seguinte maneira: "Houve por parte da Presidente da Comissão de Legislação, um lapso de vigilância que resultou na garantia do enquadramento como Assistente de Enfermagem de pessoas que, apesar de não possuírem diploma de enfermeiro, são hoje efetivados nesse cargo. No Ministério da Saúde, por exemplo, apuramos que entre 335 enfermeiros, 313 são diplomados e 22 não o são. Isto se deu por lapso, e não por deliberação".

12. Dentre os senadores que apoiaram as pretenções da ABEn, alguns nomes foram destacados pela Comissão de Legislação, além de Auro de Moura Andrade, líder da maioria. Foram eles: Ary Viana, Mem de Sá, Gilberto Marinho e Padre Calazans. Entre os deputados, Aurélio Viana e Lício Hauer.

O trabalho que a Comissão de Legislação desenvolveu, entre 1959 e 1960, merece ser relacionado, como consta do relatório. "Trabalhos da Comissão: a) reuniões com sócios de entidades de classe (funcionários públicos, CAC), cerca de 50; b) reuniões em entidades de classe (assistentes sociais, médicos), 5; c) idas à Câmara, cerca de 80; d) comparecimento a concentração na Câmara dos Deputados, 1; e) idas ao Senado, cerca de 100; f) comparecimento a concentração do Senado, 5. Nota — Não foram incluídas as providências de Josefa Jorge Moreira cuja sede de trabalho é a própria Câmara; g) telefonemas urbanos, em número sem conta; h) telefonemas interurbanos (Seções da ABEn, etc.). 15; i) idas a Ministérios, 21; j) idas ao DASP e Seção de Pessoal, 22; l) idas a Seção de Estatística da Educação e Cultura, 2; m) circulares expedidas, 235; n) cartas expedidas, 8; o) cartas recebidas, 6; p) telegramas recebidos, 2; q) cabogramas enviados, 8; r) matéria fornecida a deputados para congratulações, 5; s) memoriais mimeografados entre-gues a Senadores, cerca de 40; t) visitas a Seções da ABEn, Escolas de Enfermagem e Hospitais, para coordenação, 27.

Os telegramas a senadores passados pelas Seções, Escolas de Enfermagem e seus Centros Acadêmicos, Chefes de Serviço de Enfermagem Hospitalar e enfermeiros foram em número sem conta".

13. O relatório da Comissão de Legislação de 1959-1960 foi elaborado pela presidente da Comissão, Haydée G. Dourado, pela vice-presidente junto à Câmara dos Deputados, Josefa Jorge Moreira e pela vice-presidente junto ao Senado, Alba Moura Horta. Essa Comissão citou os nomes abaixo, que tiveram participação em trabalhos ou deram apoio à Comissão: Waleska Paixão, Maria Rosa S. Pinheiro, Altair Alves Arduino, Eusa Freitas, Izaura Barbosa Lima, Cléa Figueiredo Fernandes, Margaretta Luce, Ruth Marinho Messias e Maria José Costa. Ao lado dessas, a Comissão recebeu "ajuda importante" das colegas Maria Ivete R. Oliveira, Guiomar Puppain, Maria José de Abreu, Clélea de Pontes, Anyta Alvarenga.

14. Livro de Atas das reuniões da Diretoria, n.º 5.

15. Ofício 117/73.

16. Decreto n.º 50562, de 8 de maio de 1961 — Regulamenta a aplicação do art. 74 da Lei n.º 3780, de 12 de julho de 1960.

Decreto 51624, de 17 de dezembro de 1962 — Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto 50562, de 8 de maio de 1961.

17. Decreto 54015, de 18 de julho de 1964 — Baixa normas para a execução do disposto no artigo 9.º e seus parágrafos, da Lei 4345, de 26 de junho de 1964.

18. O relatório da Comissão de Legislação publicado na Rev. Bras. de Enf. de out. de 1965, p. 432, traz informações circunstanciadas da sequência dos trabalhos da ABEn sobre o assunto. Comentários sobre o mesmo tema foram feitos no editorial do número de dezembro de 1964, da mesma revista, p. 405.

19. Diante da questão levantada, a diretoria da AEE encarregou a Comissão de Educação de estudar a possibilidade de ser definitivamente estabelecida, em quatro anos, a duração do curso de Enfermagem.

20. Documenta n.º 34, fev. de 1965, pp. 119-126.

V

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

Há muitos anos vinha a Associação Brasileira de Enfermagem batalhando para conseguir a criação do Conselho de Enfermagem (Ordem ou Colégio), órgão que deveria cuidar do aperfeiçoamento do exercício da profissão e zelar pelo bom conceito dos elementos que a exercem, por meio de uma fiscalização mais direta e imediata.

Esse órgão disciplinador tem como uma de suas competências estabelecer as normas de comportamento dos membros de uma profissão; estas, juntamente com as determinações da legislação vigente, constituem as bases para o controle e fiscalização da prática profissional.

Antes do advento da Lei n.º 5 905, de 12 de julho de 1973, que criou os Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem, essa fiscalização tinha como instrumento legal o Decreto n.º 20.931, de 11 de janeiro de 1932, que regulava e fiscalizava o exercício de profissões ligadas à saúde; esse decreto referia-se muito pouco à enfermagem.

Em 1941, o decreto-lei que reorganizou o Departamento Nacional de Saúde do Ministério da Educação e Saúde criou, juntamente com a Divisão de Organização Sanitária, Divisão de Organização Hospitalar e outros, o Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina (SNFM), regulamentado no ano seguinte. Compunham esse serviço as Seções de Medicina, Farmácia, Entorpecentes e de Administração.

Em 1945, o Decreto-Lei n.º 8 345/45 havia tornado obrigatória em todo o território nacional a inscrição dos práticos de enfermagem e parteiras práticas nesse serviço e nos serviços dos estados, sem o que não seria permitido o exercício da profissão⁽¹⁾. Em 1946, o SNFM foi novamente regulamentado, tendo sido incluída mais uma seção, a de Odontologia. Dez anos mais tarde, 1956, o serviço foi desdobrado em Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia e Serviço Nacional de Fiscalização de Odontologia⁽²⁾. Ao primeiro cabia superintender, coordenar e fiscalizar, em todo o território nacional, tudo quanto se relacionasse com o “exercício da medicina e das atividades afins, nas suas várias modalidades, promovendo, para isso, as necessárias medidas executivas”. A Sessão de Medicina competia “fiscalizar o exercício das profissões de médico, veterinário, enfermeiro, obstetriz, ótico, massagista, pedicuro e outros afins, exceto as profissões odontológica e farmacêutica”, além de manter fichário para efeito de fiscalização e proceder ao registro dos diplomas.

CONSELHO DE ENFERMAGEM

Primeira Fase: 1944 — 1954

A idéia da criação de um Conselho de Enfermagem parece ter-se originado da necessidade sentida pelas enfermeiras de que a profissão precisava ser regulamentada; essa preocupação foi aumentando à medida que as profissionais tomavam consciência de que outros grupos, de diferente ou nenhum preparo, também desenvolviam atividades de enfermagem.

1944 Zaíra Cintra Vidal (1943-1947) reassumiu a presidência da ABED em março de 1944, ao retornar dos Estados Unidos para onde havia seguido em novembro do ano anterior. No período compreendido entre 1944 e o término de seu primeiro mandato, agosto de 1945, desenvolveu várias atividades visando ao reerguimento da Associação. Dentre elas, duas relacionavam-se direta ou indiretamente com o Conselho de Enfermagem: a nomeação de um grupo de trabalho, para elaborar o anteprojeto de criação do Conselho de Enfermagem e da regulamentação da profissão, e a criação de uma “Junta Consultiva”, que deveria orientar a Associação no estudo dos grandes problemas com que se defrontava. Entre os quatro problemas apresentados, o Conselho de Enfermagem figurava em terceiro lugar⁽³⁾.

Em maio de 1945, esse mesmo assunto voltou a figurar entre os planos de trabalho da diretoria como o item número quatro (4), o que leva a concluir que o problema continuava em estudos. De fato, conforme notificação feita posteriormente, pela presidente, o anteprojeto do "Conselho Nacional de Enfermagem" deu entrada no Ministério da Educação e Saúde (MES) em julho de 1945; o novo órgão deveria ficar diretamente subordinado a esse ministério, ao qual prestaria assessoramento nos assuntos referentes à Enfermagem e em questões de inspeção e fiscalização de escolas. Esse anteprojeto não se referia à fiscalização do exercício (5).

Não foi encontrada nos arquivos da ABEn qualquer referência sobre o assunto antes de 1944, desconhecendo-se, portanto, a origem da idéia, assim como os elementos que compuseram as comissões encarregadas de elaborar os anteprojetos seguintes. Sabe-se, porém, que a Associação vinha lutando com grandes dificuldades em suas pretensões para regulamentar a profissão, tema várias vezes abordado e freqüentemente ligado à criação de um Conselho de Enfermagem.

Esse primeiro anteprojeto deu entrada na Divisão de Organização Sanitária (D.O.S.) do Ministério da Educação e Saúde a 24 de agosto de 1945, sob o n.º 56267/45. Em setembro, a presidente informou às associadas que o "anteprojeto estava perdido mas que estava sendo providenciada sua localização". Segundo Izaura Barbosa Lima, chefe da Seção de Enfermagem da D.O.S., porém, o anteprojeto, que já havia passado por suas mãos, estava seguindo os trâmites legais e deveria estar retido para estudos em outra repartição do MES.

Dois anos depois, 1947, coube a Edith de Magalhães Fraenkel apresentar, como presidente da Divisão de Educação da ABED, e em virtude do impedimento da presidente da Associação, um novo anteprojeto, em sessão do Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem programada para o dia 18 de março. A 21 desse mês as enfermeiras participantes aprovaram por unanimidade a primeira resolução do congresso, nos seguintes termos: "1.º — Solicitar do Exm.^o Sr. Ministro da Educação e Saúde a criação do Conselho Nacional de Enfermagem, que será o órgão competente para estudar, regulamentar e fiscalizar todos os assuntos concernentes ao ensino e à prática da enfermagem".

Na reunião mensal de novembro, Zaíra Cintra Vidal participou às associadas que um outro anteprojeto de organização do Conselho de Enfermagem havia sido enviado ao Ministério da Educação e Saúde. O processo, protocolado sob n.º 66916/47, foi

entregue pessoalmente ao Dr. Lourenço Filho, diretor do Departamento Nacional de Educação. Disse ainda a presidente: "esse é o quinto processo que a Associação dá entrada no Ministério; os anteriores acham-se retidos na gaveta do Diretor da Divisão de Organização Sanitária". Por proposta de Edith M. Fraenkel, feita "em virtude da dificuldade que a Associação vinha encontrando no Ministério", deveria ser enviada cópia desse anteprojeto à Câmara dos Deputados.

Os anteprojetos anteriores aos quais a presidente se referia eram os seguintes: 1.º) Processo n.º 56267/45, de 24 de agosto de 1945; 2.º) Processo n.º 70297/46, de 16 de agosto de 1946; 3.º) Processo n.º 80885/46, de 2 de outubro de 1946; 4.º) Processo n.º 32806/46, Diário Oficial de 30 de outubro de 1946. Desses cinco processos, sabe-se que quatro estavam, de fato, parados na Divisão de Organização Sanitária (6).

Em 1946, haviam sido abertos, portanto, três processos sobre o Conselho; não foi encontrada referência alguma sobre o seu andamento nas principais fontes de informação da ABEn, isto é, Livros de Atas das reuniões realizadas nesse ano, revista "Anais de Enfermagem" e documentos dos arquivos da ABEn.

1948

A revista, no editorial do número de julho de 1948 (7), referindo-se à próxima realização do II Congresso Nacional de Enfermagem, quando os problemas de Enfermagem seriam discutidos em conjunto, focalizou a primeira e mais importante das resoluções tomadas no congresso anterior; referia-se justamente à criação do Conselho de Enfermagem. A autora do editorial lembrou também que, já em 1945, havia sido apresentado um anteprojeto "elaborado pela Associação com o fim de colaborar com o Ministério da Educação e Saúde no levantamento do nível cultural e profissional da Enfermeira, estimulando o levantamento da profissão". Esse anteprojeto salientava "a necessidade da criação de um órgão normativo, de orientação, consulta e coordenação, relacionado com o ensino e exercício de enfermagem em todo o país". O editorial informava, também, que "a 23 de dezembro de 1947, a Comissão (8) designada pelo Diretor do Departamento Nacional de Saúde para o Estudo do Problema de Enfermagem no Brasil, após pormenorizado exame do problema, apontou grande número de fatores responsáveis pelo pequeno desenvolvimento da enfermagem e, entre esses, estava aquele referente à ausência de órgãos normativos e orientadores da enfermagem. Não há dúvida, pois," — continuava — "que a criação do Conselho Nacional de Enfermagem está se tornando imperiosa". Finalizou o editorial com a es-

perança de que o II Congresso Nacional de Enfermagem trouxessem, como resultado, a criação do referido conselho, o que iria significar um grande avanço no desenvolvimento da Enfermagem no Brasil.

Não saiu, porém, do II Congresso, recomendação alguma nesse sentido às autoridades competentes. A responsabilidade da criação do órgão com tal finalidade foi transferida para a ABED, assim mesmo condicionada ao reconhecimento desta como órgão de utilidade pública e, como tal, auxiliada pelos poderes públicos. Essa decisão das enfermeiras ficou expressa na Resolução de número dez: “10 — O Governo, no reconhecimento de utilidade pública à Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, exigirá desta a criação e manutenção de um Conselho Superior de Enfermagem, que exercerá as funções de órgão consultivo dos poderes públicos em tudo o que disser respeito à Enfermagem”.

Em 1949, Ella Hasenjaeger, ao tecer comentários sobre a aplicação no Brasil dos resultados do estudo feito por Esther Lucille Brown, contidos no livro “Enfermagem para o futuro”, assim se expressou:

1949

“No Brasil, não haveria necessidade de se criar esta condição desastrosa de escolas fracas. Bastaria que se desenvolvesse um sistema de avaliação para fins de equiparação de escolas, em bases altamente profissionais, aprovado por um Conselho de Enfermeiras designado sem interferência política pela Associação de Enfermeiras e que funcionasse dentro do Ministério de Educação e Saúde” (9).

Havia, como se vê, certa confusão quanto à verdadeira finalidade de um Conselho.

O orador oficial da sessão que instalou o III Congresso Nacional de Enfermagem, Jurandir Lodi, ao falar sobre o impulso que a Enfermagem estava tomando, disse, a certa altura:

“Entretanto, porque foi conseguida esta vitória* as enfermeiras não devem descansar, precisam continuar lutando para conseguir outra vitória igualmente importante, que é a formação do Conselho Nacional de Enfermagem, citado no discurso de boas-vindas de Zilda Vieira Ramos, presidente da Seção do Distrito Federal. A

* Referia-se à Lei n.º 775/49.

exemplo dos advogados com a “Ordem dos Advogados do Brasil”, localizada no Ministério da Justiça e do Conselho Nacional dos Engenheiros, localizado no Ministério do Trabalho, as enfermeiras também devem lutar por um órgão no gênero, que defende os interesses da classe (...). A função deste Conselho seria a de fiscalizar as escolas e o exercício da profissão. Ninguém me hor do que as enfermeiras para fiscalizar outras enfermeiras (10).

Novamente alertadas, as congressistas voltaram a insistir na necessidade da criação do Conselho, decidindo que a ABED deveria: “3 — Pleitear, junto ao Congresso Nacional, a aprovação de anteprojeto de lei, a ser apresentado, instituindo a Ordem das Enfermeiras do Brasil, para ser, nos moldes da Ordem dos Advogados do Brasil e do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, o órgão de coordenação, de disciplina e de fiscalização do exercício da enfermagem, sem onus para os cofres da União”. Não foi encontrado, porém, documento que indique ter sido encaminhada a solicitação; o relatório das atividades da diretoria, no período de 1949/1950, tampouco faz qualquer referência ao assunto, que voltou a entrar em pauta somente em 1953.

1953

Glete de Alcântara (1952-1954), presidente na época, no relatório anual apresentado em junho de 1953, disse que a criação do Conselho de Enfermeiras era “um dos assuntos importantes que mereciam toda a atenção da Associação e que deveriam ser estudados com bastante carinho após o Congresso” (11).

Entre 1952 e 1955, o projeto de lei que deveria regular o exercício da enfermagem (transformado na Lei n.º 2604/55) foi motivo de grande atividade da diretoria da ABEn e da Comissão de Legislação, auxiliada por Maria Rosa S. Pinheiro principalmente a partir de 1954.

Foi no início desse período, em 1952, que, entre as duas alternativas apresentadas para conseguir a participação dos enfermeiros no controle da profissão, isto é, criação do Conselho ou de uma Seção de Enfermagem no SNFM, a segunda foi considerada mais viável, no momento (12).

Em outubro de 1953, Haydée Guanais Dourado e Beatriz Cavalcanti, entrando em contato com Jurandir Lodi, diretor da Diretoria do Ensino Superior, para discutir o projeto, obtiveram deste a informação de que, se a ABED estivesse interessada na criação da Ordem das Enfermeiras, o Ministério da Educação e

Cultura (MEC) poderia, por seu intermédio, enviar um substitutivo nesse sentido ao projeto* que se encontrava na Comissão de Saúde do Senado. Assim foi feito. Acompanhava o substitutivo uma justificação fazendo "sentir a necessidade de um órgão especializado para superintender, orientar, estimular e disciplinar a profissão, que centralizasse a força da autoridade que só a lei pode conferir, dando-lhe a prerrogativa de fiscalizar o exercício profissional; por essa razão propunha a modificação do projeto de lei no sentido de abrigar no seu texto o Conselho Federal de Enfermagem". Esse memorial foi entregue a um dos senadores, acompanhado de emenda ao projeto incluindo, no artigo 3.º, a criação da Ordem das Enfermeiras.

No discurso de instalação do VII Congresso Nacional de Enfermagem, 1954, a presidente da ABED afirmou que "a criação do Conselho Nacional de Enfermagem ou da Ordem dos Enfermeiros para estudar, regulamentar e fiscalizar o ensino e o exercício da profissão" já constituía um substitutivo do Projeto n.º 16/53, que regulamentava profissão. Parece, no entanto, que isto não chegou a acontecer pois o projeto publicado no Diário do Congresso Nacional com as emendas do Senado não fazia referência à criação do Conselho.

1954

Segunda Fase: 1960-1973

Seis anos depois, a ABEn encontrou-se novamente entre duas alternativas de luta: a criação da Ordem ou a sindicalização dos enfermeiros. Abordando o tema oficial do XIII Congresso Brasileiro de Enfermagem sobre sindicalismo, alguns oradores manifestaram sua opinião. Maria Rosa S. Pinheiro, por exemplo, sugeriu, como uma das soluções para os enfermeiros conseguirem sua própria representação junto aos órgãos oficiais, que fosse criada a Ordem ou Conselho de Enfermeiros, ao invés da criação do sindicato, a exemplo das enfermeiras do Chile que contam com o seu Colégio de Enfermeiras.

1960

Cesarino Júnior chamou a atenção das enfermeiras presentes a esse congresso para as competências de um e de outro, como entidades completamente diferentes. Depois de lançar a pergunta sobre qual dos dois órgãos atenderia melhor aos interesses imediatos do pessoal de enfermagem, deixou a escolha a critério da classe. Mas esta não desconhecia que, consultado em época anterior sobre

* Projeto n.º 16/53.

o que mais conviria aos enfermeiros, havia opinado pelo sindicato (13).

Na falta de estudos mais aprofundados sobre qual das duas opções seria, no momento, a melhor para a classe e considerando a necessidade de um órgão oficial de defesa, fiscalização e disciplina profissional, o Congresso recomendou às seções da ABEn que discutissem o problema com seus associados, designassem comissão para emitir parecer e apresentassem uma fórmula de solução para ser discutida pela assembléia geral em outra oportunidade (14).

1961 O interesse das seções não foi suficiente para se chegar a um resultado satisfatório; por esse motivo a ABEn, por meio da sua presidente, Marina de Andrade Resende (1958-1962), e da Comissão de Legislação, continuou a agir junto ao Ministério do Trabalho e Previdência Social a fim de obter a classificação do enfermeiro como profissional liberal, o que lhe daria mais força em suas reivindicações.

A assembléia geral realizada a 18 de julho de 1961 aprovou a seguinte recomendação da Comissão de Ética, presidida por Marina de Vergueiro Forjaz: "que a ABEn autorize e facilite os meios de um estudo e consequente projeto de lei criando os Conselhos de Enfermagem e que, posteriormente, encaminhe ao Legislativo o Projeto de Lei elaborado". Ao apresentar sugestões sobre as emendas que deveriam ser feitas no Código de Ética, Marina V. Forjaz havia enviado à ABEn um anteprojeto de criação do Conselho de Enfermagem mostrando ser da competência deste fazer alterações no Código de Ética.

Uma comissão especial foi então designada pela diretoria, em fins de 1961, constituída por Maria Dolores Lins de Andrade, Amália Corrêa de Carvalho, Haydée G. Dourado e Marina de Vergueiro Forjaz para atender à recomendação. Em julho do ano seguinte Josefa Moreira foi indicada para presidir a Comissão.

1962 Foi iniciada, dessa maneira, uma nova fase de elaboração e discussões de anteprojetos de lei referentes ao Conselho. O primeiro desta fase foi precedido de dois estudos denominados "esboços". O primeiro destes, "Esboço do anteprojeto de lei instituindo os Conselhos de Enfermagem", foi trabalhado principalmente por Josefa Jorge Moreira e Maria Dolores Lins de Andrade. Enviado aos demais membros da Comissão em fins de 1962 sofreu algumas alterações, acrescidas às já apresentadas pela presidente da ABEn, Marina de Andrade Resende.

Esse anteprojeto, que se referia exclusivamente a enfermeiros, continha vinte e oito artigos. Determinava, entre outras coisas: 1) a divisão do território nacional em nove regiões para efeito de constituição e jurisdição dos Conselhos Regionais; 2) que o número de membros do Conselho Federal seria sete e igual número de suplentes, eleitos pelos delegados dos Conselhos Regionais e da Associação Brasileira de Enfermagem, com mandato de cinco anos; 3) que a composição dos Conselho Regionais seria proporcional ao número de enfermeiros inscritos na região correspondente, eleitos em assembléia, com exceção de um membro, que seria escolhido pela ABEn; 4) que vinte por cento da renda do Conselho Federal deveria ser proveniente do imposto pago pelos enfermeiros ao Sindicato de Enfermeiros de Nível Universitário (SENO).

O relatório da presidente da Comissão, Josefa Jorge Moreira, correspondente ao período de julho de 1962 a julho de 1963, mostra que foi grande o trabalho desenvolvido. 1963

Eleita nova diretoria em 1962, com Clarice Della Torre Ferrarini (1962-1964) na presidência, a Comissão foi reestruturada: alguns dos membros antigos foram mantidos, a ex-presidente Marina de Andrade Resende passou a membro efetivo, Isabel da Cunha Dantas prestou colaboração e Haydée G. Dourado passou à qualidade de assessora.

Tendo como fontes de consulta o esboço elaborado, o estudo apresentado por Marina de Vergueiro Forjaz e a legislação sobre os conselhos que já estavam funcionando, a Comissão apresentou à diretoria, a 13 de agosto de 1963, o segundo "Esboço de Anteprojeto de lei instituindo os Conselhos de Enfermagem". A própria comissão foi de parecer que o assunto merecia um estudo mais aprofundado e recomendou que este fosse feito, se possível, com a assessoria de perito em Legislação Trabalhista.

Para a elaboração desse segundo esboço contribuíram, principalmente, a presidente da Comissão, Josefa Jorge Moreira, Marina de Andrade Resende e Amalia Corrêa de Carvalho; continha algumas modificações em relação ao primeiro, mas o conselho continuava a ser constituído somente de enfermeiros.

Aceitando o parecer da Comissão, a diretoria decidiu entregar ao professor A. F. Cesarino Júnior a tarefa de elaborar um anteprojeto de lei nesse sentido enviando, como subsídio, os estudos feitos por esse último grupo. Esse anteprojeto foi entregue à ABEn em 2 de dezembro desse ano; continha oito capítulos e sessenta e sete artigos. Apresentava como novidades:

1) o uso das siglas COFEn e COREn para designar o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Enfermagem, respectivamente;

2) inclusão de todo o pessoal de enfermagem habilitado nos termos das Leis n.^o 2604/55, 2822/56 e Decreto n.^o 50387/61, e legislação subsequente;

3) a composição do Conselho Federal foi aumentada para dez membros efetivos e dez suplentes, com mandato de três anos, divididos em duas comissões: a Comissão Executiva Federal (CEF) e a Comissão Fiscal Federal (COFIF), compostas cada uma de cinco membros efetivos e cinco suplentes;

4) os membros da CEF deveriam pertencer: seis à subcategoria dos enfermeiros, dois à subcategoria das obstetras e enfermeiras obstétricas e dois à subcategoria dos auxiliares de enfermagem, devendo, no entanto, ser enfermeiros o presidente e o vice-presidente;

5) estas e as demais categorias (parteiras, enfermeiros práticos, práticos de enfermagem e parteiras práticas) poderiam pertencer à COFIF, sob a presidência de um enfermeiro;

6) com exceção de um membro efetivo e um suplente que seriam eleitos pela Associação Brasileira de Enfermagem, todos os demais membros do COFEn seriam eleitos pelos delegados eleitores de cada Conselho Regional;

7) os COREn teriam dez membros efetivos e nove suplentes, divididos entre as Comissões: Executiva Regional (CER) e Fiscal Regional (COFIR), com composição estabelecida pela CEF e COFIF; a ABEn escolheria um membro efetivo e um suplente e os demais seriam eleitos em assembleia dos membros inscritos em cada Conselho Regional.

1964

Esse anteprojeto foi discutido pela diretoria em duas reuniões, a primeira realizada em dezembro de 1963 e a segunda em janeiro de 1964. A decisão tomada foi de que, como se tratava de assunto de grande responsabilidade, envolvendo todo o pessoal de enfermagem, deveria ser tratado em reunião que contasse com representantes dos diversos grupos profissionais: obstetras, auxiliares de enfermagem, Sindicatos de Enfermeiros e Empregados de Hospitais e Casas de Saúde e representante da Conferência dos Religiosos do Brasil. Depois desse encontro deveria ser convocada uma Assembleia Geral da ABEn para aprovação final do projeto.

Atendendo a essa deliberação e consequente convite da diretoria, reuniram-se logo no mês seguinte, fevereiro, a diretoria e as presidentes das comissões permanentes da ABEn, o autor do

anteprojeto Prof. Cesarino Junior, presidente e secretários dos sindicatos, representantes da União Nacional dos Auxiliares de Enfermagem e representantes da Conferência dos Religiosos do Brasil. O anteprojeto foi discutido, capítulo por capítulo, recebendo algumas emendas.

Reunida novamente no mês de abril desse ano, a Diretoria decidiu apresentar o anteprojeto à assembléia que seria realizada durante o XVI Congresso Brasileiro de Enfermagem, com as alterações propostas, o que aconteceu no dia 14 de julho de 1964. A Assembléia também apresentou emendas e recomendou à Diretoria da ABEn que nomeasse uma comissão especial para o estudo final do anteprojeto, tendo em vista essas emendas que não chegavam a alterar substancialmente o seu conteúdo⁽¹⁵⁾. As seções estaduais foram também convidadas a apresentar emendas.

A diretoria eleita em julho desse ano, tendo Circe de Melo Ribeiro (1964-1968) na presidência, designou as associadas Anayde Corrêa de Carvalho, Antonieta Chiarello, Ida Picanço e Madre Maria Aurea da Cruz para constituírem aquela comissão, sob a presidência de Clarice Ferrarini.

Para iniciar os trabalhos, a presidente da Comissão enviou ofício convidando todas as entidades interessadas para uma reunião conjunta que seria realizada a 17 de outubro, em São Paulo; encaminhou, também, cópia do anteprojeto elaborado por Cesarino Júnior para ser apreciado e discutido naquela oportunidade, com a sua assessoria.

Em outubro, a presidente da comissão especial recebeu ofício das presidentes da Associação Brasileira de Obstetras e do Sindicato das Parteiras do Estado da Guanabara, este falando também em nome dos Sindicatos das Parteiras do Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. Ambas protestavam contra a inclusão das obstetras, enfermeiras obstétricas, parteiras e parteiras práticas no anteprojeto, solicitando sua retirada para "evitar uma luta de classes". Lembrava, ainda, a presidente do Sindicato da Guanabara, que o Projeto de Lei n.º 3803/62, que tratava da criação do Conselho Federal das Obstetras encontrava-se na Câmara dos Deputados, com pareceres favoráveis e, no momento, estava na Diretoria do Ensino Superior do MEC, para informações. Esses fatos não eram desconhecidos da ABEn.

A reunião foi realizada no dia e hora marcados. Além da presidente da ABEn, presidentes de algumas comissões permanentes e do Prof. Cesarino Júnior, estiveram presentes Madeleine Sebas-

tiany e Isabel M. Gonçalez, do Sindicato das Parteiras de São Paulo, o presidente da União Nacional dos Auxiliares de Enfermagem, Benedito Costa Carvalho e o representante da Conferência dos Religiosos do Brasil, Pe. Lídio Milani.

Desse encontro resultou a revisão do anteprojeto, do qual foram retiradas as obstetras, enfermeiras obstétricas, parteiras e parteiras práticas, conforme havia sido solicitado.

1965 A 11 de março de 1965, a presidente da comissão especial comunicou à presidente da ABEn, Circe de Melo Ribeiro, que, quando no exercício da presidência da ABEn, havia solicitado ao professor Cesarino Junior dois estudos: um sobre a criação de sindicatos para os enfermeiros, como desdobramento do título dos atuais sindicatos; e outro para revisão do anteprojeto do Conselho, este já concluído. Encaminhou também um relatório circunstanciado das atividades da Comissão, no qual fazia constar que, apesar das obstetras terem sido retiradas do anteprojeto, a opinião da Comissão era de que o Conselho deveria ser um só, uma vez que a legislação vigente (do exercício) agrupava todos os profissionais de enfermagem; sugeria também que a diretoria, ao encaminhar o estudo, esclarecesse ao legislador o ponto de vista da Associação no que dizia respeito aos componentes do Conselho Federal de Enfermagem. Em adendo foi, também, entregue cópia do anteprojeto revisto pelo professor Cesarino Júnior que havia alterado alguns pontos baseando-se nas propostas de emendas do XVI Congresso e nas sugestões enviadas pelas Seções de São Paulo e da Guanabara. Com a retirada das obstetras do anteprojeto, a composição do COFEn e dos Conselhos Regionais passou a ser de oito membros efetivos e oito suplentes (seis enfermeiros e dois auxiliares de enfermagem), distribuídos entre as respectivas comissões.

A 17 desse mesmo mês o documento foi encaminhado pela presidente, Circe de Melo Ribeiro, ao Ministro da Justiça, Mílton Campos. No ofício a ele dirigido — entregue em mãos — solicitava o seu apoio e o encaminhamento do anteprojeto (o sexto) ao Congresso Nacional; a justificativa apresentada continha explicações sobre a não inclusão das obstetras no mesmo. O processo então aberto tomou o n.º 16.441/65 e no dia 28 de julho foi encaminhado ao Ministério da Saúde, com parecer favorável do Ministério da Justiça. No Ministério da Saúde formou o Processo MS n.º 37.949/65; tramitou pelas suas diversas repartições, inclusive pelo Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácia. No Ministério da Saúde permaneceu até maio de 1967, quando voltou à ABEn a fim de ser incluída a categoria das obstetras,

de acordo com parecer do Departamento Nacional de Saúde (DNS). Nessa altura a Irmã Maria Tereza Notarnicola foi incumbida oficialmente de acompanhar o Processo (16).

Interessante o parecer exarado, em fevereiro de 1966, pelo Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia (SNFMF). Segundo este, a ABEn deveria ter concordado com o parecer do Departamento Nacional de Saúde (inclusão das obstetritas), não fora a circunstância surgida com a homologação do Parecer n.º 303/63, do Conselho Federal de Educação, que aceitava os "cursos isolados de obstetrícia para a formação da obstetriz, definindo-se, assim, uma profissão liberal independente da enfermagem". Além disso, encontrava-se naquele serviço o Projeto de Lei n.º 3803, que "dispõe sobre o exercício da profissão de obstetriz, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais das Obstetritas e dá outras providências". De acordo ainda com o Paracer do SNFMF, o "processo separatista" estava em vias de se concluir, o que prejudicava a sugestão dada pelo DNS. Mais viável seria que a ABEn aguardasse a "promulgação de ato legal sobre o exercício da profissão de obstetriz, uma vez que, nos termos em que está elaborado, o projeto anexo não poderá ter seguimento, pois fere frontalmente toda a legislação presentemente em vigor".

Reunida em princípios de junho de 1967, a Diretoria da ABEn tomou conhecimento da devolução do anteprojeto por meio de ofício recebido do Secretário Geral do Ministério da Saúde, de maio de 1967, no qual recomendava que aquele fosse modificado com a inclusão das obstetritas no Conselho. Nesta mesma reunião a presidente da ABEn comunicou que havia recebido "particularmente e extra-oficialmente" a sugestão de excluir do anteprojeto as categorias não enquadradas como profissionais liberais. A decisão tomada pela diretoria foi de que a recomendação do Ministério da Saúde deveria ser atendida esclarecendo-se, novamente, a razão pela qual as obstetritas não haviam sido incluídas desde o início. Quanto à exclusão dos auxiliares de enfermagem e práticos de enfermagem no Conselho, somente seria possível acontecer se houvesse sugestão oficial uma vez que, para elaborar o anteprojeto, a ABEn havia consultado os vários grupos; deveria, portanto, manter sua palavra, nada alterando sem motivo justificado.

Com o objetivo de informar o Ministério da Saúde, a presidente da ABEn, ao restituir o processo, enviou ao Secretário Geral desse Ministério, pelo Ofício n.º 13, de 13 de junho de 1967, cópia do primeiro documento referente ao Conselho Federal de Enfermagem, elaborado com a assessoria do professor Cesario Júnior, em 1963, que incluía as obstetritas, e cópia dos ofícios das presi-

dentes dos Sindicatos das Parteiras dos Estados da Guanabara e de São Paulo; explicava ao mesmo tempo o motivo pelo qual essas profissionais haviam sido retiradas do anteprojeto, apesar da opinião contrária dos enfermeiros.

"É opinião dos membros da ABEn", escreveu a presidente, "que, por se tratar de profissão única deveriam, pessoal de enfermagem e de obstetrícia, reunir-se num Conselho único, mas não está em suas mãos fazê-lo, à vista da oposição do grupo de obstetrícia.

O assunto é delicado e se presta à polêmica, apoiada mesmo pelos legisladores de ensino, e com a grande carga emocional que envolve a classe das obstetras e parteiras (...).

Confiamos plenamente no juízo sábio dos membros do Egrégio Conselho Nacional de Saúde, do Exm.^º Sr. Ministro da Saúde e dos nobres legisladores, que poderão examinar a questão e encaminhá-la da melhor forma possível para que a solução no território nacional seja condizente com nossos recursos e necessidades".

Pouco mais de dois meses depois, a presidente recebeu do Gabinete do Ministro cópia dos esclarecimentos prestados pelo Conselho Nacional de Saúde na apreciação do anteprojeto, encaminhado pelo Ofício GB n.^º 755, de 30 de agosto de 1967. Assim se manifestou o Conselheiro-Relator, depois de citar o artigo primeiro do anteprojeto:

"... Entretanto, e como observa com muita justeza o parecer do DNS (...), o anteprojeto apresentado pela ABEn padece de grave falha, qual a de excluir, dos Conselhos propostos, as categorias de obstetriz, enfermeira obstétrica, parteira e parteira prática, categorias estas que estão compreendidas no grupo profissional de enfermagem, de acordo com o artigo 1.^º do Dec. número 50.387, de 20 de março de 1961, que regulamenta a matéria. Teríamos, desta maneira, Conselhos destinados a disciplinar e a fiscalizar uma classe profissional, legalmente definida, com ação limitada apenas a uma parte dessa mesma classe.

Encaminhado o Processo ao SNFMF, este ponderou, em Parecer (exarado em fevereiro de 1966), que existe um processo de desligamento entre as profissionais de enfermagem e as de obstetrícia, com projeto de lei em tramitação naquele Serviço e opinou, muito sensa-

tamente, que a ABEn aguardasse a consumação desse desligamento.

O processo foi submetido à ABEn e desta retornou ao Ministério da Saúde, sendo encaminhado ao Conselho Nacional de Saúde (CNS) para apreciar o assunto. A ABEn não modificou o anteprojeto inicial, como recomendava o DNS. Limitou-se a restituir o processo, anexando cópia do anteprojeto anteriormente feito, em que aquelas categorias, agora afastadas, estavam incluídas, e encaminhando cópias de ofícios das Presidentes dos Sindicatos de Parteiras dos Estados da Guanabara e São Paulo, em que estas se manifestavam veemente contra a inclusão de suas associadas nos pretendidos Conselhos de Enfermagem.

Verifica-se, portanto, (...) que a ABEn apresentou uma justificativa da lacuna verificada, mas não fez a necessária reformulação de anteprojeto para que este pudesse ser considerado".

Continuando, o Conselheiro-Relator do Conselho Nacional de Saúde apresentou o seguinte "PARECER — Em face do exposto, somos de parecer que o anteprojeto de lei (...) contraria a legislação vigente e não deve ser aprovado. Este parecer, contudo, não envolve o mérito da iniciativa, que, julgamos, merece ser considerada, desde que a ABEn resolva sanar a falha do seu anteprojeto ou, aguardando o efetivo estabelecimento da nova categoria profissional das obstetras, queira, então, re-apresentar o anteprojeto que originou este processo".

A fim de conciliar os grupos interessados houve tentativa de diálogo com as obstetras, em fins desse ano. Em conversa informal da presidente da ABEn Circe de Melo Ribeiro, com a presidente do Sindicato das Parteiras de São Paulo, esta última chegou a reivindicar, no caso de junção, igualdade nas representações dos dois grupos, tanto no Conselho Federal como nos Regionais, e a mudança do título para "Conselho de Enfermagem e Obstetrícia".

No período compreendido entre 30 de agosto de 1967 e 23 de abril de 1968, o processo ficou parado no Ministério da Saúde, aguardando, ao que parece, o andamento do Projeto do Conselho Federal das Obstetras (Projeto n.º 3803/62).

Em princípios de 1968 foi organizada, no Ministério da Saúde, uma comissão para estudar o problema; desse estudo resultou um

novo anteprojeto (sétimo), finalmente aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde a 9 de maio de 1968.

Esse anteprojeto diferia do anterior em vários pontos: 1) o número de artigos foi reduzido a quarenta e cinco; 2) tanto o Conselho Federal como os Regionais eram constituídos exclusivamente de profissionais portadores de "diploma de curso de enfermagem de nível superior"; 3) o Conselho Federal e os Conselhos Regionais eram "órgãos supervisores da ética profissional em todo o país e ao mesmo tempo julgadores e disciplinadores dos profissionais de enfermagem habilitados nos termos das Leis n.º 2604, de 17 de setembro de 1955, n.º 2822, de 14 de julho de 1956 e Decreto n.º 50.387, de 20 de março de 1961 e legislação subsequente, cabendo-lhes zelar pelo bom conceito da profissão e dos que a exerçam legalmente"; 4) foram excluídas as Comissões Executiva e Fiscal de um e de outros; 5) os casos omissos deveriam ser decididos pelo Ministro da Saúde.

As obstetras não foram mencionadas, especificamente.

Depois de apreciado pelo Ministro da Saúde, o anteprojeto foi encaminhado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), ainda sediado no Rio de Janeiro, e formou o Processo MTPS n.º 143.982/68.

1969

Segundo a Irmã Maria Tereza Notarnicola (17) o processo do COFEN ficou extraviado nesse Ministério até 28 de agosto de 1969. Nas tentativas para localizá-lo, a Irmã Maria Tereza Notarnicola foi auxiliada, principalmente, por Elma Araújo Simões, secretária do Gabinete do Ministro e Maria Nazareth Bentes Ribeiro, enfermeira chefe do Hospital do Servidor Público Estadual da Guanabara.

Em agosto desse ano foi aventada a possibilidade de uma audiência da presidente da ABEn, Amalia Corrêa de Carvalho (1968-1972), com o Ministro do Trabalho, Jarbas G. Passarinho, quando de sua visita à Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo. Essa foi marcada para o dia 25 do mesmo mês para tratar, principalmente, de assunto relacionado com a acumulação de cargos para os enfermeiros (18). Nessa oportunidade foi feita solicitação ao Ministro para que se interessasse pelo prosseguimento do Processo do COFEN que se encontrava naquele Ministério, no Rio de Janeiro. De fato, teria havido recomendação expressa do Ministro, que deu em resultado a localização do processo. Havia ficado mais de oito meses na Confederação Nacional das Profissões Liberais. Esse era o anteprojeto do Ministério da Saúde, o que

mais convinha à ABEn. A promessa obtida do Ministro nessa ocasião foi de que os enfermeiros teriam o seu conselho muito brevemente, no que dele dependesse; parte da promessa foi cumprida e o processo foi encaminhado imediatamente a Brasília para estudo, ali chegando no dia 30 de setembro. Ao lado dessas providências havia também o trabalho da Comissão de Legislação que, acompanhando então o processo pelas várias Repartições do Ministério, exerceu certa pressão para o seu andamento (19).

A morte do Presidente da República, Artur da Costa e Silva, provocou mudança no Ministério: Jarbas Passarinho foi para o Ministério da Educação e Júlio Barata entrou para o do Trabalho e Previdência Social; a política deste último em relação aos conselhos diferia da anteriormente seguida.

A 27 de janeiro de 1970, a presidente da ABEn encaminhou ofício ao novo Ministro reiterando solicitação para que fosse dado andamento ao Processo MTPS 143.982/68, com ampla justificativa sobre a "necessidade urgente de institucionalizar-se órgão para disciplina e ética da enfermagem". Essa exposição de motivos havia sido sugerida pela Assessoria Jurídica para assuntos trabalhistas, em novembro do ano anterior, quando consultada pela diretoria da ABEn, tendo em vista a aludida mudança de orientação quanto ao funcionamento de Conselhos. Em anexo ao ofício foi encaminhada matéria adicional para o processo: 1) histórico da legislação pertinente ao ensino e situação legal dos enfermeiros, 2) histórico da tramitação do Processo sobre o Conselho Federal de Enfermagem e 3) fotocópia do certificado do Registro da Associação Profissional dos Enfermeiros da Bahia.

Esse material, anexado ao anteprojeto de 1968, do Ministério de Saúde, formou o Processo n.º 302.744, de 25 de fevereiro de 1970. De acordo com o relatório da Comissão de Legislação (1970), o secretário geral do Ministério do Trabalho, em exercício, "deu ordem para que o processo tivesse andamento, com a diretriz de o Conselho ser formado apenas de enfermeiros e obstetritas", ordem com a qual a ABEn concordava. Em julho desse ano realizou-se o XXII Congresso Brasileiro de Enfermagem, em São Paulo. Como resultado de moção apresentada, e, considerando a necessidade do controle e defesa do exercício da enfermagem, foi feita a seguinte recomendação à ABEn: "15 — que solicite ao Ministro do Trabalho e Previdência Social, as providências necessárias à apresentação, ao Presidente da República, do projeto de criação do Conselho Federal de Enfermagem e seus órgãos regionais".

1970

De agosto até o final desse ano, a presidente da ABEn, a secretária executiva, a coordenadora da Comissão de Legislação e as enfermeiras Irmã Francisca Nogueira Soares, Raimunda Becker e Maria Dolores Lins de Andrade dispenderam muitas horas de trabalho para conseguir a tramitação rápida e a não alteração da proposta do Ministério da Saúde. A presidente, Amalia C. de Carvalho, em entrevista com elemento desse ministério, entregou-lhe ofício solicitando que os conselhos fossem constituídos apenas de enfermeiros e obstetras, profissionais de nível universitário, como de direito.

A 11 de dezembro de 1970, o Ministro do Trabalho, Júlio Barata, enviou ao Presidente da República a Exposição de Motivos n.º 756, acompanhada de projeto de lei dispondo sobre a criação de Conselhos de Enfermagem (oitavo). Explicava o Ministro que, além de enfermeiros, o projeto deveria incluir outros profissionais que também participavam das atividades de enfermagem, fossem ou não de formação superior, a saber, auxiliares de enfermagem, enfermeiros práticos e práticos de enfermagem. Dizia o Ministro:

“Ainda no plano superior de ensino, as obstetras também podem ser incluídas na atividade de enfermagem, pelo menos enquanto não se evidencia a necessidade de especificar a respectiva profissão. O presente projeto objetiva reunir, sob o controle do Conselho Federal de Enfermagem, todas essas profissões, a exemplo do que tem sido feito com outros Conselhos profissionais, sob o fundamento de que, a despeito dos diferentes requisitos de capacidade, resguardada a predominância dos profissionais de nível superior que se faz absoluta no Conselho Federal — todas essas profissões se exercitam para um mesmo objetivo técnico e demandam comportamento uniforme de seus exercentes, no plano ético”.

O conteúdo desse projeto diferia do que havia sido aprovado no Ministério de Saúde nos seguintes pontos: 1) o número de artigos baixou de quarenta e cinco para vinte e três; 2) os Conselhos Regionais deveriam funcionar em cada estado e território e no Distrito Federal, salvo quando o número de profissionais fosse inferior a cinqüenta, caso em que poderia ser determinada a formação de regiões; 3) o mandato dos membros dos conselhos voltou a ser de três anos; 4) entre os membros efetivos e suplentes, do Conselho Federal, um deveria ser “obstetra”; 5) os Conselhos

Regionais teriam uma composição proporcional de cinco a vinte e um membros; destes, a metade mais um, pelo menos, seria constituída por diplomados em curso de enfermagem de nível superior; 6) pela primeira vez o conselho aparece vinculado ao MTPS; 7) pela primeira vez a ABEn não participa das eleições para os membros dos conselhos, como acontecia nos anteprojetos anteriores, desde 1962. Assim foi enviado ao Presidente da República para encaminhamento aos membros do Congresso.

Pouco antes do projeto ser encaminhado, porém, a presidente e a secretária executiva da ABEn, respectivamente Amalia C. de Carvalho e Clarice Ferrarini, tomaram conhecimento do seu conteúdo e, alarmadas com a proporcionalidade nos Conselhos Regionais (apenas cinqüenta por cento mais um de profissionais de nível superior) conseguiram uma entrevista da presidente e da coordenadora da Comissão de Legislação com um dos assessores da Secretaria Geral do Ministério do Trabalho. A presidente argumentou contra a fundamentação apresentada de que o projeto seguia a orientação de outros Conselhos profissionais no que dizia respeito à inclusão de categorias de outros níveis de preparo. O resultado do encontro, entretanto, foi inteiramente negativo. O assessor, para poder discutir o problema com maior segurança, providenciou para que toda a legislação existente sobre conselhos pudesse ser consultada naquele mesmo momento; examinando uma por uma concordou em que, de fato, os conselhos eram formados somente de profissionais de nível superior; em vista disso, prometeu modificar o projeto.

Voltando ao Ministério para certificar-se de que a emenda havia sido introduzida, Haydée G. Dourado foi informada de que nada poderia ser modificado, uma vez que aquela era a política do Ministério.

A 16 de maio de 1971, para não atrasar a tramitação do projeto, a diretoria da ABEn decidiu não interferir, deixando-o como estava para, futuramente, quando estivesse em discussão na Câmara dos Deputados, tentar emendas.

1971

O projeto, porém, não chegou a ser enviado à Câmara dos Deputados; foi substituído por outro pelo próprio Ministro Júlio Barata; esse último (nono), encaminhado ao Presidente da República a 1º de março de 1972, acompanhado da Exposição de Motivos n.º 49, formou o Processo MTPS — 138.982. Esse novo projeto, considerado extremamente perigoso para os enfermeiros, não mencionava a obstetriz e dizia a certa altura:

"Merecem relevo as disposições atinentes a eleições de membros dos Conselhos Federal e Regionais. Efetivamente, tendo em vista que a profissão é enquadrada no 21.^º Grupo da Confederação Nacional das Profissões Liberais, do grupo a que se refere o artigo 577 da Consolidação das Leis do Trabalho, mais adequado seria que os membros dos Conselhos fossem eleitos com a participação de entidades constituídas em Sindicatos, não só porque estas tem a prerrogativa legal de representação da classe perante os Poderes Públicos, na defesa dos legítimos interesses de seus componentes, como também porque, com isso, a categoria mais cedo afirmar-se-ia no campo de atividades que lhe é atribuído".

A diretoria da ABEn tomou conhecimento da íntegra do novo projeto por meio da Comissão de Legislação. O artigo 6.^º determinava que os membros do Conselho Federal e respectivos suplementares seriam eleitos por um colégio eleitoral constituído por um representante de cada Conselho Regional e um representante sindicalizado, da entidade sindical das categorias profissionais compreendidas nos serviços de Enfermagem, sediada na respectiva jurisdição do Conselho Regional; os membros dos Conselhos Regionais seriam eleitos, metade por eleição direta dos profissionais inscritos no Conselho e metade pelo sindicato sediado no território da jurisdição do Conselho, na forma da Legislação sindical; metade mais um, pelo menos, desses membros, deveria ser de enfermeiros.

Foi, dessa maneira, criada uma situação que a ABEn deveria combater com firmeza e urgência; a fim de estar em condições de tomar uma atitude em tempo útil, cinco membros da diretoria foram consultados pela presidente sobre a conveniência de ser solicitado ao Prof. Cesarino Júnior, especialista em conselhos e sindicalismo, parecer sobre o assunto. Aceita a proposta, foi-lhe enviado ofício a 25 de maio de 1972; a este pedido foram anexados, além dos cinco projetos anteriores, a contar de 1963, as considerações críticas sobre o projeto, feitas por um advogado, colaborador da "Ordem dos Advogados", que se havia manifestado inteiramente contrário à pretendida vinculação aos sindicatos.

O extenso parecer de Cesarino Júnior, entregue à ABEn em 13 de junho, foi logo em seguida enviado às seções estaduais para estudo. Da análise dos vários aspectos tratados na consulta feita pela ABEn a conclusão, que se referia ao principal problema, foi resumida nos seguintes pontos:

"a) Nos Conselhos em que há participação sindical, se trata de profissões homogêneas, de nível universitário, ao contrário do que ocorre com os projetados Conselhos de Enfermagem, em que, ao lado de profissionais de nível superior, se pretende fazer votar trabalhadores braçais, o que é admissível num sindicato profissional constituído por conexidade, mas incabível num órgão de seleção, disciplina e controle ético de uma profissão tão vitalmente importante, como é a enfermagem; b) não é razoável a escolha de Conselheiros de ética profissional de enfermagem por delegados eleitos por atendentes, faxineiros e jardineiros; c) é óbvio que o melhor eleitor deve efetuar a melhor escolha e que o mal escolhido deve atuar de maneira pior que o bem selecionado; d) a melhor prova de que a participação sindical nos Conselhos Profissionais não é satisfatória, nos é dada pelo fato de não existir ela nos dois últimos Conselhos criados, o de Psicologia e o de Relações Públicas e, principalmente, pela sua supressão nos Conselhos de Contabilidade".

Com esse documento em mãos, a presidente da ABE, Amalia C. de Carvalho, solicitou e obteve uma audiência com o Ministro do Trabalho, comparecendo no Ministério com Haydée G. Dourado e um grupo de enfermeiras de Brasília. Nessa oportunidade, protestou junto ao Ministro interino contra o conteúdo do projeto, principalmente no que se referia à subordinação do Conselho aos Sindicatos, que não eram de enfermeiros. Entregou-lhe, também, o parecer de Cesarino Júnior, explicando o seu ponto de vista contrário ao projeto. O Ministro disse apenas que respeitava o parecer, mas que, em relação aos conselhos profissionais, o Ministério do Trabalho tinha na ocasião uma determinada política da qual não se afastaria.

Esse projeto também não foi enviado à Câmara dos Deputados; foi retirado do Palácio do Planalto graças aos esforços de algumas enfermeiras de Brasília.

Com base nos argumentos do parecer, a nova presidente, Glete de Alcântara (1972 — 1974) empossada em julho de 1972, apresentou propostas de emendas que alteravam o projeto anterior nos seguintes pontos principais: 1) a composição do Conselho Federal seria de nove membros efetivos e nove suplentes (número ímpar para facilitar a votação) todos portadores de diploma de curso de Enfermagem de nível superior; 2) foi dada nova redação ao artigo que incluía a participação sindical na composição do COFEN,

excluindo essa participação; 3) a composição dos Conselhos Regionais deveria ser de quatro quintos de enfermeiros e um quinto de profissionais das demais categorias de pessoal de enfermagem, reguladas em lei, incluindo o técnico de enfermagem; 4) foi dada nova redação ao artigo 13 e seus parágrafos que tratavam das eleições dos Conselhos Regionais, excluindo também a participação sindical.

Não foi cogitada a inclusão das obstetras, levando em conta a nova legislação sobre o ensino da Enfermagem e da Obstetrícia, constante da Resolução n.º 4/72, do CFE, que fixou o currículo mínimo desses cursos.

Merece ser mencionado o fato de que, por essa época, havia sido mudado o secretário geral do Ministério do Trabalho e o clima no Ministério parecia mais favorável à ABEn; Maria Alves Amorim, agora coordenadora da Comissão de Legislação, e Haydée G. Dourado conseguiram audiência com o novo secretário, ponderando as dificuldades que a ABEn vinha encontrando na criação do conselho. A presidente Glete de Alcântara também foi a Brasília para tratar do assunto.

Lei n.º 5905, de 12 de julho de 1973.

Com a nova redação o projeto de lei (décimo) foi encaminhado pela presidente da ABEn ao Ministro do Trabalho e Previdência Social, a 21 de setembro de 1972; este foi enviado ao Congresso Nacional com a Mensagem n.º 48/73, do Poder Executivo, em 22 de março de 1973 e deu origem ao Projeto n.º 1126/73⁽²⁰⁾. Acompanhou a mensagem presidencial Exposição de Motivos feita pelo Ministro Júlio Barata, de n.º 257, de 13 de novembro de 1972, na qual explicava que haviam sido reformuladas “as disposições do Projeto anterior relativas às eleições dos membros dos Conselhos Federal e Regionais, delas excluindo a participação sindical” (...), tendo em vista que, “a diversidade de origens e de finalidades e as funções que formam suas competências legitimam suas existências autônomas (...) e, finalmente, a Lei n.º 5730 de 8 de novembro de 1971, veio eliminar das eleições dos Conselhos a participação dos Sindicatos”.

Ao dar entrada na Câmara dos Deputados e, posteriormente, quando no Senado Federal, tiverem início as manifestações da ABEn e das entidades representativas das demais categorias de pessoal de enfermagem, cada qual pugnando pelo que consideravam, com sinceridade, ser o mais adequado ao aperfeiçoamento das organizações de interesse social.

Uma vez na Câmara, o projeto tomou o n.^o 1126-A/73, e assim foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Trabalho e Legislação Social, para estudo. Em abril essas comissões aprovaram o projeto com várias emendas (dez), duas das quais, as referentes aos artigos 5.^o e 11, modificavam a composição tanto do Conselho Federal como dos Regionais. Pela alteração do primeiro, dos nove membros do Conselho Federal, sete seriam portadores de diploma de curso de enfermagem de nível superior e dois, das demais categorias de pessoal de enfermagem reguladas em lei; no artigo 11 foi aumentada a participação de membros do segundo grupo para dois quintos, com a consequente diminuição dos enfermeiros para três quintos.

A presidente Glete de Alcântara enviou ofício ao Presidente da República, em 17 de abril de 1973, solicitando sua urgente manifestação junto às lideranças da Câmara e do Senado e ao próprio Ministério do Trabalho, para que fosse mantido o texto original dos artigos 5.^o e 11 do Projeto 1126/73, ou seja, para o Conselho Federal a composição de nove membros, todos portadores de diploma de curso superior e para os Conselho Regionais, quatro quintos de enfermeiros e um quinto de profissionais das demais categorias. Essa era a composição que mais convinha ao bom desempenho dos trabalhos dos Conselhos, com reflexos na própria assistência à saúde (21).

Ofício semelhante foi enviado a vários senadores, na mesma data.

Depois de receber a Redação Final da Comissão de Redação, foi aprovado pela Câmara a 27 de abril, tomando o n.^o 1126-B/73, e assim enviado ao Senado onde recebeu o n.^o 20/73.

Com as alterações na proporcionalidade dos membros dos Conselhos Federal e Regionais a ABEn não se conformou, mas regozijou-se a União Nacional dos Auxiliares de Enfermagem (UNAE) por ver uma de suas pretensões atendidas. Os enfermeiros iniciaram imediatamente os contatos que a situação exige nesses casos, tanto com deputados como com senadores; destacaram-se alguns membros da diretoria — a secretária executiva Clarice Ferrarini, a coordenadora e membros da Comissão de Legislação, enfermeiras da Seção do Distrito Federal e a presidente da Seção de São Paulo, Circe de Melo Ribeiro. A Seção do Rio Grande do Sul decidiu enviar representantes a Brasília para que contribuíssem mais de perto no esforço conjunto pela não aceitação, pelo Senado Federal, das emendas aprovadas pela Câmara dos Deputados; essa Seção apresentou algumas proposições que serviram de base à exposição

de motivos que foi enviada ao Senado Federal um pouco mais tarde.

A 30 de abril de 1973, a Comissão de Legislação entregou ao senador Ruy Santos, em nome da presidente da ABEn, quatro emendas ao projeto, modificando aqueles dois artigos e tentando incluir nas "demais categorias" os "portadores de título de curso de enfermagem de nível médio", os técnicos de enfermagem.

A 5 de maio a ABEn, pela coordenadora da Comissão de Legislação, Maria Alves Amorim, e pela coordenadora da Comissão de Legislação da Seção do Rio Grande do Sul, Vani Maria Chicá Faraon, enviou ao Senado Federal uma longa exposição de motivos fazendo considerações em torno da inconveniência da participação, nos conselhos, de profissionais não portadores de diploma de nível superior, tendo em vista o respeito devido ao princípio da hierarquia em casos de processos disciplinares em que, porventura, se veriam envolvidos os enfermeiros. Não obstante esse fato e embora convencida da procedência dos argumentos então expostos, aceitava essa participação apenas no comando dos Conselhos Regionais e solicitava que: 1) tanto o artigo 5º como o 11 voltassem à redação do texto original; 2) fosse exigida a formação profissional de grau médio aos representantes das demais categorias incluídas no art. 11; e 3) os profissionais não portadores de diploma de nível superior não integrassem o *quorum* exigido em processos que envolvessem enfermeiros.

A Seção do Rio Grande do Sul, embora integralmente contra a composição dos Conselhos Regionais, pretendendo-os também privativos apenas dos enfermeiros, apoiou a proposição da ABEn.

Elementos dessa Seção tiveram papel destacado quando o projeto se encontrava no Senado e, mais tarde, quando voltou à Câmara dos Deputados. As entrevistas que mantiveram com deputados e senadores muito contribuíram para o aperfeiçoamento do projeto de lei (21). Do relatório da presidente da Comissão de Legislação, Maria Amorim, apresentado em 1973, destacou-se o seguinte trecho: "Durante a tramitação do referido Projeto no Senado Federal, trabalhamos intensamente (manhã, tarde e noite) com as colegas: Dalva Bastos, do Senado; Terezinha do Valle, INPS; Vani Faraon, Catarina Pillar, Débora de Azevedo Veiga e Maria Helena Neri, do R.S.". A Seção da Bahia teve, também, interessante atuação junto ao senador Rui Santos.

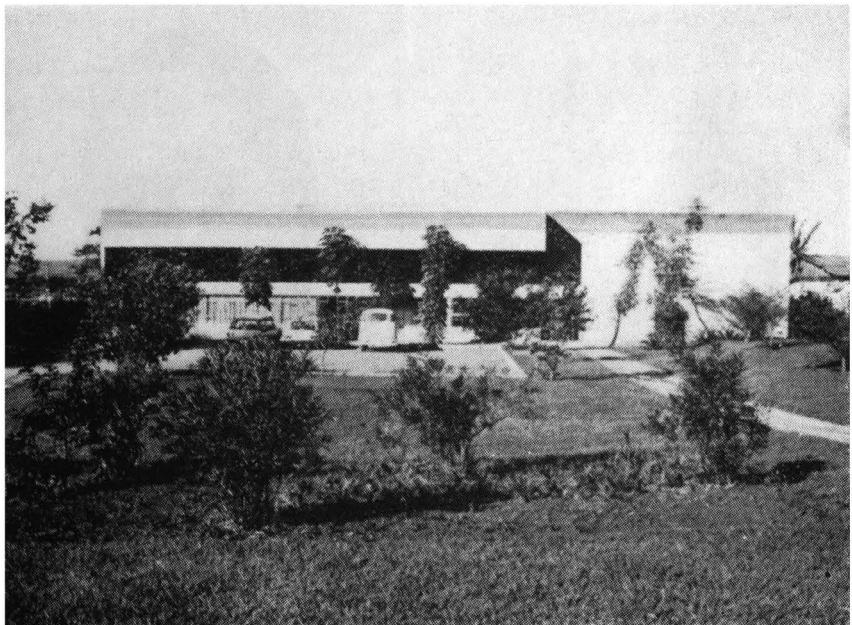
Ao lado dessas iniciativas, inúmeros foram os ofícios e telegramas enviados pela presidente, secretária executiva e enfermeiros de seções a ministros, líderes da maioria na Câmara e no Se-



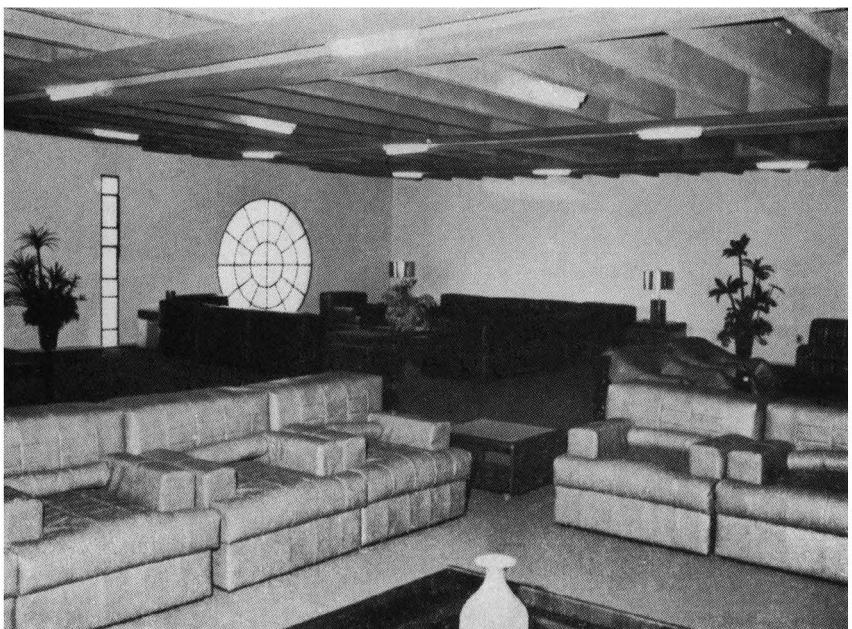
Amalia Corrêa de Carvalho



*Maria da Graça Simões
Côrte Imperial*



Fachada Principal da Sede da ABEn em Brasília



Salão de Honra da ABEn em Brasília

nado, presidentes de Conselhos de outras profissões e membros das Casas do Congresso, solicitando intervenção para que fosse mantida a redação original daqueles artigos. A presidente da ABEn enviou, inclusive, solicitação para que o Presidente da República vetasse as emendas propostas e aprovasse o projeto original, na íntegra.

No Senado, o Projeto n.º 20/73, depois de lido no Plenário em 4 de maio, foi distribuído pelas Comissões de Justiça, de Saúde e de Legislação Social, onde sofreu emendas, voltando ao projeto original, isto é, enfermeiros no Conselho Federal e a participação de um quinto das demais categorias nos Conselhos Regionais. Antes, porém, de ser devolvido à Câmara dos Deputados, houve acordo entre as duas Casas no sentido de ser conservada a redação do artigo 5.º, mas modificada a proporcionalidade determinada pelo artigo 11 para dois quintos das demais categorias. Assim modificado, o projeto tomou o n.º 1126-C/73 e foi incluído na Ordem do Dia a 1.º de junho de 1973 quando, discutidas as emendas do Plenário, foi novamente enviado às Comissões de Saúde, Legislação Social e de Constituição e Justiça, que examinaram a constitucionalidade, juridicidade e conveniência das emendas. Aceitas umas e rejeitadas outras, o projeto chegou à redação final com o n.º 1126-D/73. Finalmente, a 12 de julho de 1973, foi sancionada a Lei n.º 5905/73, que “Dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências”. Eram decorridos vinte e oito anos, a contar do encaminhamento do primeiro projeto, em 1945.

INSTALAÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

Sancionada a Lei pelo Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, a presidente da ABEn deveria enviar ao Ministro do Trabalho e Previdência Social lista tríplice com a indicação de nove nomes para membros efetivos e nove para suplentes, cada uma, para os cargos do Conselho Federal.

A fim de dar andamento a esta determinação da lei, cada uma das seções estaduais da ABEn foi convidada a enviar, à diretoria da ABEn, uma relação dos nomes escolhidos pela seção. Desses listas foram selecionados vinte e sete nomes para membros efetivos e igual número para suplentes, enviados ao Ministério em fins de 1973, pela presidente Glete de Alcântara.

Durante todo o ano de 1974, a ABEn, por meio de membros da diretoria e secretaria executiva, por diversas vezes instou com o Ministério para que houvesse apressamento na designação dos

membros do Conselho Federal. Todavia, somente em março de 1975 foi publicada a Portaria do Ministro do Trabalho (22), nº 3059, de 5 de março de 1975, designando os seguintes membros do primeiro conselho, com tarefas específicas a serem executadas no limitado prazo de doze meses:

Efetivos: Amalia Corrêa de Carvalho, Edna Duarte Bispo, Jandira Santos Orrico, Judith Feitosa de Carvalho, Maria Helena Nery, Maria Rosa S. Pinheiro, Raimunda Beker, Terezinha Patrocínio do Valle e Vani Maria C. Faraon.

Suplentes: Clotilde Rodrigues Linhares, Deborah de Azevedo Veiga (não aceitou a indicação), Haydée Guanais Dourado, Josefina Melo, Lydia Ignês Rossi, Miriam Graça Generoso Pereira, Nilza da Rocha Dias de Medeiros, Paulina Kurcgaant e Terezinha B. G. Azeredo.

Algumas conselheiras em coordenação com a presidente da ABEn, Maria da Graça Simões Corte Imperial (23), e com o assentimento do Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, escolheram a data de 23 de abril de 1975 para a posse dos membros do conselho, que deveria ser realizada no próprio Ministério do Trabalho, com a presença do Ministro.

Logo após a posse, em reunião das conselheiras, foi eleita a diretoria do Primeiro Conselho Federal de Enfermagem, que ficou assim constituída: presidente, Maria Rosa Sousa Pinheiro; vice-presidente, Amalia Corrêa de Carvalho; 1.^a secretária, Maria Helena Nery; 1.^a tesoureira, Raimunda da Silva Becker; 2.^a secretária, Vani Maria C. Feraon; 2.^a tesoureira, Judith Feitosa de Carvalho; Conselheiras: Edna Duarte Bispo, Jandyra Santos Orrico e Terezinha Patrocínio do Valle.

A primeira diretoria do Conselho Federal de Enfermagem iniciou seus trabalhos imediatamente após ser instituída, tendo conseguido nesse mesmo ano, a 30 de outubro, instalar os Conselhos Regionais em vinte estados, no Distrito Federal e no Território do Amapá.

O estado do Acre e os territórios de Rondônia, Roraima e Fernando de Noronha não contam com profissionais em número suficiente para instalação dos respectivos Conselhos Regionais de Enfermagem.

O andamento dos trabalhos desse primeiro conselho está a indicar que todas as tarefas que deveria executar durante esses doze meses serão concluídas, fato que, segundo alguns, seria único na história dos conselhos.

NOTAS

CAPÍTULO V

1. Decreto-Lei n.^o 8345, de 10 de dezembro de 1945 — Dispõe sobre habilitação para o exercício profissional. Nesse decreto-lei estavam incluídos também os protéticos, massagistas, óticos práticos e práticos de farmácia.

2. Decreto n.^o 21 339, de 20 de junho de 1946 — Aprova o Regimento do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina.

Lei n.^o 3082, de 22 de dezembro de 1956 — Desdobra o atual Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina em Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia e Serviço Nacional de Fiscalização de Odontologia (...) Essa lei foi regulamentada pelo Decreto n.^o 41904, de 29 de julho de 1957.

3. Os quatro grandes problemas eram: 1) sindicatos de enfermeiros nas mãos de enfermeiros práticos; 2) vencimento das enfermeiras; 3) conselho de Enfermagem; 4) concurso do DASP. Livro de Atas n.^o 2

4. Plano de trabalho para o ano de 1945: 1) oficialização da Associação; 2) realização de cursos para renovação de conhecimentos; 3) organização de uma biblioteca; 4) criação do conselho de Enfermagem; 5) estudar o assunto do enfermeiro prático e seu sindicato; 6) organização da liga de educação; 7) organização da seção de Saúde Pública.

5. Relatório da presidente, período de 1.^º de setembro de 1943 a 31 de agosto de 1945.

Como esse é o primeiro anteprojeto conhecido será feita, a seguir, sua reprodução, na íntegra.

"Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas. Sede — Avenida Rio Branco, 111 — Sala 607. MES — 56 267 — 1945 — jul. 11 — 13:24. Rio de Janeiro, 11 de junho de 1945".

Ao ofício dirigido ao Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, assinado pela presidente Zaira Cintra Vidal, segue-se o Anteprojeto de Organização do Conselho Nacional de Enfermagem.

"O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição (conferia ao Presidente da República poderes de expedir decreto-lei), Decreta:

Artigo 1.^º — Fica criado, diretamente subordinados ao Ministério da Educação e Saúde, o Conselho Nacional de Enfermagem, órgão consultivo nos assuntos referentes à Enfermagem.

Art. 2.^º — O C.N.E. será constituído de sete (7) membros, designados pelo Presidente da República, integrado do seguinte modo:

Duas Enfermeiras Diplomadas, representantes das Escolas oficiais escolhidas dentre as suas diretoras por indicação da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas; uma Enfermeira Diplomada, representante das escolas equiparadas, escolhida entre os membros do corpo docente

dessas escolas, pelas respectivas Diretoras; duas Enfermeiras Diplomadas representantes da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, votadas pela diretoria da própria Associação; duas Enfermeiras Diplomadas, representantes, respectivamente, da Divisão de Organização Sanitária e da Divisão de Organização Hospitalar do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Educação e Saúde; um Médico especializado em assuntos de organização e administração hospitalar e sanitária, indicado pelo Ministro da Educação e Saúde; um representante da Divisão do Ensino Superior.

Art. 3º — Os membros do Conselho Nacional de Enfermagem terão um mandato de dois (2) anos, podendo ser reconduzidos por mais um perfodo.

Art. 4º — Ao C.N.E. compete:

1º — Colaborar com o Ministério no levantamento do nível cultural e profissional da Enfermeira, estimulando o desenvolvimento do ensino da Enfermagem, em todos os seus ramos e sugerindo quaisquer providências necessárias à Consecução de seus objetivos;

2º — opinar, quando solicitado, sobre matéria relativa à Enfermagem;

3º — colaborar com entidades privadas prestando-lhes assistência técnica, em matéria relacionada com o ensino, o exercício e a organização da Enfermagem;

4º — eleger anualmente os seus Presidentes, Vice-Presidentes e Secretário;

5º — elaborar o seu regimento interno que será submetido à aprovação do Ministro da Educação e Saúde.

Art. 5º — O C.N.E. reunir-se-á ordinariamente quatro vezes por ano e extraordinariamente tantas vezes quantas necessárias, quando convocado pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou por solicitação de algum de seus membros.

§ 1º — Perderá o mandato o Conselheiro que faltar a duas (2) sessões sucessivas, sem causa justificada.

§ 2º — Os membros do C.N.E. cuja sede de serviço se achar localizada fora do Distrito Federal, terão suas despesas de viagem e estadia custeadas pelos seus próprios serviços.

Art. 6º — Os trabalhos administrativos do C.N.E. ficarão a cargo de uma seção administrativa para a qual serão aproveitados funcionários do próprio Ministério, solicitados pelos membros do C.N.E. ao Sr. Ministro.

Art. 7º — Competirá ainda ao C.N.E. colaborar com o Departamento Nacional de Educação, na instrução de processos e de licença, funcionamento, inspecção periódica, equiparação de escolas de enfermagem públicas ou privadas, bem como na fiscalização de qualquer instituição que ministre cursos de auxiliar e de práticos de enfermagem, para isso designando Enfermeiras Diplomadas que nos aludidos processos deverão emitir parecer técnico, nos quais se louvará o Departamento Nacional de Educação.

Art. 8º — O presente Decreto-Lei entrará em vigor..."

6. Em uma caderneta de endereços de 1947, pertencente a Clélia Allevato, foram encontradas, em 1973, as seguintes anotações: 1º — Processo n.º 56.267/45, de 24.8.45 — DOS; 2º — Processo n.º 70.297/46,

de 16.8.46 — DOS; 3.º — Processo do Conselho Nacional de Enfermagem n.º 80.885/46, de 2.10.46 — DOS; 4.º — Processo n.º 32.806/46 — PR n.º 10.980/46 — D.O. de 30.10.46; 5.º — Processo n.º 066916/47. Em 17 de agosto, no Conselho Nacional de Educação; em 4.9.47, na D.G. e em 23.9.47, na D.O.S.”

7. Em 1948, a diretora de Anais de Enfermagem era Edith M. Fraenkel e a secretária, Glete de Alcântara; uma delas deve ter sido a autora do editorial.

8. Duas enfermeiras fizeram parte dessa comissão: Marina Bandeira de Oliveira, represntando a ABED, e Izaura Barbosa Lima, da Divisão de Organização Sanitária.

9. Anais de Enfermagem de abr. de 1949, pp. 84-86.

Ella Hasenjaeger foi consultora em Enfermagem para Assuntos Administrativos do Instituto Interamericano (I.I.A.A.) e SESP. Sobre suas atividades no Brasil, consultar Anais de Enfermagem de julho de 1951, p. 268, e Rev. Bras. de Enf., out./dez. de 1973, p. 532.

10. Cópia datilografada da ata da sessão inaugural do III Congresso Nacional de Enfermagem, realizada no dia 27 de novembro de 1949. Jurandir Lodi era diretor da Diretoria do Ensino Superior (DESU) do Ministério da Educação e Saúde.

11. Referia-se ao X Congresso Internacional do Conselho International de Enfermeiras, realizado em 1953, no Rio de Janeiro.

Os assuntos que deveriam ser estudados eram: a) revisão do estatuto; b) organização da comissão “Florence Nightingale”; c) criação do conselho de enfermeiras; d) estruturação da carreira de enfermeiras nos estados; e) estruturação da carreira de auxiliar de enfermagem; f) sede da AEED.

12. O assunto foi tratado no capítulo III da segunda parte — Consultar: 1) editorial de Anais de Enfermagem, março de 1953, pp. 3-5; 2) Livro de Atas n.º 2, p. 53, verso; 3) Rev. Bras. de Enf., set. 1960, p. 320.

13. A. F. Cesarino Junior, médico e advogado trabalhista. Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade de S. Paulo.

Essa opinião foi dada durante conferência proferida no curso sobre sindicalismo, organizado pela Seção de São Paulo como preparação para as discussões no congresso.

14. Recomendação n.º 1.

15. Esse anteprojeto foi reproduzido no Livro de Atas das Assembléias Gerais, n.º 4.

16. A tramitação do Processo n.º 16.441/65, do Ministério da Justiça, foi anotada, passo a passo, pela presidente Circe de Melo Ribeiro. Como curiosidade, essas notas serão aqui resumidas.

O Processo n.º 16.441/65, referente ao anteprojeto de criação do COFEn, recebeu o n.º 37.949/65 ao dar entrada no Ministério da Saúde. Nesse Ministério passou pelas seguintes repartições:

1. 1965 — julho a dezembro: DA (Diretor de Administração), 28.7.1965 a 2.8.1965; GM (Gabinete do Ministro), incluindo Assessoria Técnica, 2.8.1965 a 20.9.1965; Diretor Geral do DNS, 20.9.1965 a 22.9.1965; SNFMF, 22.9.1965 a 8.10.1965; Diretor Geral do DNS, 8.10.1965 a 18.10.1965; DOS, 18.10.1965 a 30.12.1965.

2. 1966/67 — janeiro de 1966 a maio de 1967: GM, 5.1.1966 a 25.1.1966; SNFMF, 1.2.1966 a 1.3.1966; DNS, 2.3.1966 a 10.3.1966;

GM (Dr. Bandeira), 10.3.1966. Nesse mês a ABEn apresentou subsídio. Do Gabinete do Ministro foi devolvido à ABEn, em 9 de maio de 1967, para que esta incluisse as obstetras no Projeto.

Em julho de 1967, a Irmã Maria Tereza Notarnicola prestou os seguintes esclarecimentos à Assembléia de Delegados: "Depois de permanecer 14 meses em mãos do Dr. Bandeira de Melo, ex-assessor do Ministro da Saúde, não obstante inúmeras entrevistas com o mesmo, somente em 5 de maio deste ano conseguimos o seu prosseguimento, graças à boa vontade que encontramos em o novo assessor, Dr. Joaquim Gama e Silva. O aludido está em diligência no CNS".

3. 1967/68 — junho de 1967 a abril de 1968: CNS (Conselho Nacional de Saúde), 26.6.1967 a 28.8.1967; MG, 28.8.1967 a 23.4.1968. Nesse período foi elaborado novo anteprojeto.

4. 1968 — abril a junho: CNS, 23.4.1968; este Conselho aprovou o anteprojeto em 9.5.1968 e o encaminhou ao Gabinete do Ministro em 20.6.1968. Do Gabinete do Ministro foi encaminhado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, formando o Processo n.º 143.982/68.

5. 1969 — em dezembro de 1969 encontrava-se na Assessoria Jurídica do Ministério, com Dr. Kyoval Soares Cerqueira, Assessor Chefe para assuntos trabalhistas.

17. Relatório da Comissão Especial de Finanças, apresentado em outubro de 1969.

18. Participaram da entrevista, além da presidente, a 2.ª vice-presidente Circe de Melo Ribeiro e a Irmã Maria Tereza Notarnicola.

19. O andamento do processo foi descrito, com mais detalhes, nos relatórios da Comissão de Legislação de 1969, 1970 e 1971. Ver, também, os relatórios da presidente da ABEn, nesse mesmo período e mais o de 1972, e os relatórios da coordenadora da Comissão Especial de Finanças.

20. O relatório da presidente da Comissão de Legislação de 1972/73 dá informes detalhados sobre o andamento do Projeto n.º 1126/72. Esse relatório foi publicado na Rev. Bras. de Enf., abr.-jun. de 1974, p. 320.

21. Relato das enfermeiras gaúchas em relação ao projeto de criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem. Arquivo da ABEn.

22. O Ministério da Previdência Social foi instituído a 4 de julho de 1974, desligando-se do Ministério do Trabalho.

23. Com o falecimento da presidente Glete de Alcântara, no dia 3 de novembro de 1974, passou a exercer o cargo, a 1.ª vice-presidente Maria da Graça S. Corte Imperial.

T E R C E I R A P A R T E

REALIZAÇÕES SÓCIO-CULTURAIS

I

CÓDIGO DE ÉTICA

A Associação Brasileira de Enfermagem tem um Código de Ética desde 1958, aprovado trinta e quatro anos depois de sua fundação (1).

Até 1949, época em que o assunto começou a preocupar os enfermeiros, é provável que estes não houvessem sentido necessidade de ver concentradas em um único instrumento as normas de conduta que sempre haviam norteado seu comportamento, no exercício da profissão. Entre nós, o currículo da primeira escola de Enfermagem, criada em 1923, incluía a Ética de Enfermagem entre as disciplinas obrigatórias e, desde então, os aspectos éticos da enfermagem nunca foram descuidados na formação dos enfermeiros, fosse qual fosse o currículo adotado pela escola; para orientar o ensino dessa disciplina, principalmente no que dizia respeito ao seu conteúdo programático, a Divisão de Educação da ABED mantinha uma comissão permanente de ética. O consenso sobre o comportamento profissional em determinadas circunstâncias da prática da enfermagem baseava-se no conceito fundamental da crença nas liberdades básicas do indivíduo e na preservação da vida humana.

O desenvolvimento da Enfermagem, tanto em volume de serviços como na qualidade, veio mostrar, porém, que uma uniformidade de conduta diante dos valores morais da profissão seria obtida com maior segurança se seus preceitos passassem a fazer parte de um código, e os enfermeiros tivessem normas explícitas, escritas, de ética profissional.

A primeira discussão conhecida sobre questões de moral foi documentada na ata da reunião realizada no dia 1º de dezembro de 1949, durante o III Congresso Nacional de Enfermagem.

1949

Ao ser apresentado, por Edith Fraenkel, o relatório da reunião do Conselho Internacional de Enfermeiras realizada na Suécia, Waleska Paixão questionou a emenda à redação do artigo 6º do “Esquema dos Direitos Humanos” (2), da Organização Mundial de Saúde (OMS), sugerida por um grupo de enfermeiras brasileiras que se encontravam na Europa nessa ocasião, e enviada à Organização das Nações Unidas (ONU) por intermédio do Conselho Internacional de Enfermeiras (ICN). Em sua opinião o conteúdo da emenda deveria ter representado o modo de pensar da maioria das associadas da ABED, uma vez que o assunto implicava questões de consciência, fosse qual fosse a crença religiosa seguida pelas mesmas; solicitava ainda, que, devido à importância do assunto, a ABED enviasse à Comissão de Direitos Humanos da ONU um protesto contra a redação da emenda; essa, a seu ver, “abria caminho à esterilização compulsória”.

Edith Fraenkel informou que a redação, tal como estava, representava a sua opinião e não a das associadas reunidas em assembléia; sugeriu enviar à ONU uma nota explicativa sobre o acontecido e nova emenda que representasse o pensamento das associadas. Aceita a proposta, Waleska Paixão foi indicada para presidir comissão especial para estudar a questão; essa concluiu pela conservação, na íntegra, da redação primitiva, ou seja, a que havia sido proposta pela Comissão de Direitos Humanos da ONU (*).

O caso foi tão sério que Laís Netto dos Reys chegou a sugerir que a ABED se desligasse do ICN.

1951

Esse assunto voltou a ser discutido dois anos mais tarde; na assembléia geral realizada durante o V Congresso Nacional de Enfermagem, novembro de 1951, Marina de Andrade Resende informou às associadas que a secretaria executiva do ICN, Daisy Bridges, havia enviado ao diretor geral da Organização Mundial de Saúde a emenda do artigo 6º rejeitada pela ABED, afirmando ter sido a mesma aprovada por “todas as Associações mem-

(*) Artigo 6º da Declaração Universal dos Direitos do Homem: “Ninguém será submetido contra sua vontade, a qualquer forma de mutilação física ou experiência científica ou médica”.

Emenda da ABED em 1949: “Ninguém será submetido contra sua vontade à mutilação física ou experiência médica ou científica não requerida por seu estado de saúde tanto física como mental”.

bros do ICN". O assunto foi discutido e a redação primitiva do artigo citado foi novamente aprovada e encaminhada em forma de moção à assembléia geral, solicitando que fosse enviada ao ICN, com o protesto da ABED.

Havia, como se depreende dessas discussões, diversidade de pontos de vista entre os associados, com relação a questões de ética defendidas pelo ICN.

Nesse ano, 1951, um grupo de associadas da ABED que militava na União Católica das Enfermeiras do Brasil — Seção de S. Paulo (UCEB) elaborou, pela primeira vez, um anteprojeto de código de ética; esse anteprojeto foi oferecido à ABED, para estudo, durante o congresso realizado em novembro. Era presidente da UCEB, Cecília Mounier Pecego Coelho e da ABED, Waleska Paixão. A assembléia geral que acolheu o anteprojeto apoiou, também, a indicação de Edith de Magalhães Fraenkel para presidir a comissão especial que deveria proceder a esse estudo; a primeira providência da presidente foi distribuir os vários tópicos em que o assunto havia sido dividido no anteprojeto pelos membros da comissão, a fim de facilitar a tarefa: a parte referente à introdução ficou a cargo de Waleska Paixão; normas gerais, com Irmã Antonieta Maria Barros Bernardes; relações com o doente, Zaíra Bittencourt; relações com o médico, Zaida Cunha; relações com as colegas, Filomena Chiarello (Spera) e normas como cidadã, Edith M. Fraenkel.

Realizado o trabalho, cópias do anteprojeto e do Código de Ética da Associação Americana de Enfermeiras foram enviadas às seções da ABED, como subsídio ao estudo que todos os enfermeiros deveriam fazer sobre o assunto, a fim de apresentar sugestões à comissão especial. Algumas seções corresponderam ao apelo, mas a comissão encontrou dificuldade em elaborar um novo código fundamentando-se nas sugestões recebidas, uma vez que estas nada haviam acrescentado de original ao anteriormente elaborado; a comissão recomendou então que, como medida de caráter provisório, fosse adotado o código das enfermeiras norte-americanas depois de feitas as necessárias adaptações, e, enquanto isso, uma nova comissão deveria ser indicada com o fim especial de apresentar trabalho original.

A Divisão de Educação continuava atenta ao problema do ensino de Ética nas escolas de Enfermagem. A assembléia geral realizada em 1952 aprovou resolução do VI Congresso Nacional de Enfermagem para que essa divisão "elaborasse um pro-

grama de Ética destinado a servir de guia para todas as Escolas de Enfermagem" (3).

1955 O assunto voltou novamente à pauta das assembléias gerais, três anos depois. Ao apresentar relatório no VIII Congresso Nacional de Enfermagem, a Comissão de Legislação recomendou que a ABEn adotasse o Código Internacional de Ética de Enfermagem aprovado em 1953. Essa recomendação foi aceita pela assembléia então realizada, como medida temporária, até que o assunto fosse convenientemente debatido e resolvido (4). Atendendo àquela recomendação, o Conselho Deliberativo indicou, a 16 de julho de 1955, a Irmã Percília Aguiar para presidir comissão especial com a finalidade de elaborar o código de ética; este deveria ser apresentado à assembléia que seria realizada no ano seguinte, 1956, depois de apreciado pelas Comissões de Educação e de Legislação. Waleska Paixão, Marina de Vergueiro Forjaz, Rosa Moreira e Haydée G. Dourado foram designadas pela diretoria para integrar essa comissão, em dezembro desse ano.

Por essa época tomaram vulto as discussões em torno da aceitação do Código Internacional de Ética do Conselho International de Enfermeiras. As religiosas e as enfermeiras católicas, lideradas por Madre Marie Domineuc, não aceitando a redação do artigo primeiro desse código que trata do repeito à vida humana (5), por considerá-lo omisso, decidiram que deveriam seguir o Código International de Deontologia para Enfermeiras do Comitê International Católico de Enfermeiras e Assistentes Médico-Sociais (CICIAMS). Dessa diferente interpretação dos valores contidos em ambos os códigos resultou, mais tarde, a criação na ABEn dos dois setores de filiação internacional: do Conselho International de Enfermeiras e do Comitê International Católico de Enfermeiras e Assistentes Médico-Sociais, incluídos no Estatuto em 1957.

1956 Ética foi um dos temas oficiais do IX Congresso Brasileiro de Enfermagem realizado em outubro de 1956, em Porto Alegre. Diversos trabalhos foram apresentados sobre o assunto, além de conferências sobre o *Respeito à vida* e *Controle da Natalidade*, pronunciadas, respectivamente, por D. Cândido Padim, OSB, e Álvaro Guimarães Filho.

No relatório da Comissão de Ética apresentado nesse congresso, sua presidente declarou que a equipe de trabalho acreditava que as enfermeiras ainda não estavam preparadas para aprovar um código de ética, esclarecida e conscientemente, e propôs

que o assunto continuasse a ser estudado ainda por mais um ano (6).

As recomendações aprovadas nesse Congresso foram muito significativas, porque demonstraram o interesse que o assunto vinha despertando e, também, que as enfermeiras já tinham um conceito definido sobre alguns dos aspectos da ética profissional. Das vinte e seis recomendações apresentadas, nove (35%) diziam respeito a ética, dirigidas à ABEn, às escolas de enfermagem e aos enfermeiros brasileiros; uma delas determinava a criação de uma comissão permanente de ética na ABEn com o fim de estudar os problemas que pudessem surgir (7).

No X Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado em outubro de 1957, a Comissão apresentou um anteprojeto que havia sido elaborado tendo como base os códigos das duas federações internacionais — Conselho Internacional de Enfermeiras e Comitê Internacional Católico de Enfermeiras e Assistentes Médico-Sociais — além das sugestões recebidas das seções, distritos e escolas de Enfermagem. No entender da Comissão, ainda presidida pela Irmã Percilia Aguiar, o projeto apresentado e as emendas que porventura fossem feitas pelo plenário não deveriam ser discutidos e nem votados naquela ocasião, pois não tinha havido tempo hábil para os enfermeiros deles tomarem conhecimento antes dos debates; um novo grupo de trabalho deveria ser indicado para estudar o anteprojeto e dar parecer, ouvido também um consultor jurídico. Em dezembro desse ano o anteprojeto foi enviado a todas as seções, para estudo.

A presidente da nova comissão, agora em caráter permanente, foi Marina de Vergueiro Forjaz, indicada em maio de 1958. Essa, incorporando as sugestões recebidas das seções, deu nova redação ao anteprojeto mudando-lhe a forma mas sem grandes alterações no conteúdo; assim modificado, foi novamente enviado às seções em agosto desse ano. Apresentado para debates à Assembleia Geral realizada em Recife a 13 de outubro de 1958, por ocasião do XI Congresso, foi aprovado por aclamação, a 17 desse mesmo mês e ano (8).

Uma vez aprovado, começou o trabalho de divulgação interna e externa do código; traduzido em francês, inglês, italiano e espanhol foi remetido ao ICN, ao Secretariado do CICIAIMS, às associações interessadas e divulgado durante o II Congresso Latino-Americano de Enfermagem, realizado no Rio de Janeiro, em 1961.

1957

1958

1959

Em 1959, na II Conferência Nacional dos Sindicatos de Enfermeiros e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde, foi aprovado um código deontológico de Enfermagem que deveria ser encaminhado ao Ministro da Saúde para apreciação e posterior aprovação oficial. Baseando-se no parecer elaborado sobre ele pela presidente da Comissão de Ética da ABEn, a diretoria decidiu que deveria ser solicitado ao Ministro da Saúde que encaminhasse ao poder Legislativo projeto de lei oficializando o Código de Ética da ABEn e não o do sindicato. A idéia, entretanto, não foi levada avante.

1960

A Comissão de Ética foi muito ativa. Em 1960 representou a ABEn na III Assembléia Geral da Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas (ABESC), ocasião em que foram debatidos os problemas deontológicos que vinham afetando as profissões médica e de enfermagem. A ABEn, pela presidente da Comissão, apresentou um documento básico que foi discutido pelos médicos e enfermeiras presentes a esse encontro (⁹). Os trabalhos apresentados foram publicados, em opúsculo, pela ABEn — Seção do Paraná.

A fim de movimentar a questão sobre o artigo 128 do Código Penal, itens I e II, que admite o abortamento terapêutico, a diretoria aprovou proposta de Madre Marie Domineuc para que a Comissão de Ética promovesse um encontro que reunisse um grupo de pessoas interessadas em debater o assunto; o dia 5 de novembro desse ano foi inteiramente dedicado à discussão do problema entre enfermeiros e conferencistas, reunidos no Palácio da Educação, no Rio de Janeiro (¹⁰).

Os argumentos apresentados pelos conferencistas levaram às seguintes conclusões: 1) o artigo citado foi considerado desnecessário cientificamente; 2) ficou demonstrado que há contradição jurídica desse com o artigo 121 do mesmo Código Penal que reconhece o homicídio como crime; 3) que não é lícito praticar o mal para se obter um bem sob o ponto de vista moral; e 4) o Código de Ética da ABEn foi considerado modelar, pelo seu artigo 2.^º que declara: “O enfermeiro respeita a vida humana em todas as circunstâncias desde a concepção até a morte. Em caso algum coopera em atos nos quais voluntariamente se atente contra a vida, ou que visem destruir a integridade física ou psíquica do ser humano”.

Na opinião de Haydée G. Dourado, esse dia de estudo foi o melhor trabalho de comissão realizado nesse ano.

A Comissão preocupava-se também com o ensino de Ética nas escolas de Enfermagem e, para dele tomar conhecimento, fez um levantamento em todas as escolas. A Glete de Alcântara, presidente da Comissão de Educação, coube a tabulação e análise dos dados obtidos de 71% das escolas existentes; o resultado desse trabalho foi apresentado aos participantes do XIII Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1960, e publicado na Revista Brasileira de Enfermagem de junho de 1961. Esse número da revista foi inteiramente dedicado aos trabalhos da Comissão de Ética.

Em 1963, a Comissão iniciou, junto às escolas de Enfermagem e seções da ABEn, uma campanha de esclarecimentos sobre *Planejamento Familiar*, fornecendo ampla bibliografia acerca de um assunto que começa a empolgar certos setores da população.

1963

Aproveitando o segundo tema oficial do XVI Congresso, 1964 — Assistência de Enfermagem — alguns especialistas em Obstetrícia e Enfermagem Obstétrica fizeram, em seus trabalhos, considerações sobre a assistência à mãe e ao recém-nascido, tema que levou à abordagem do problema da limitação da natalidade em nosso país. Os enfermeiros participantes desse Congresso foram unânimes em considerar que a campanha de planejamento familiar indiscriminado vinha causando malefícios a outros países pela diminuição de sua maior riqueza: o homem; à Comissão de Ética cabia insistir, junto aos associados e às escolas de Enfermagem, sobre a importância do assunto e gravidade do problema (11).

1964

1969

Com a reforma do estatuto efetuada pela assembléia geral extraordinária de 7 de outubro de 1965, a Comissão de Ética deixou de existir em caráter permanente, como aconteceu com todas aquelas que já haviam atingido a maior parte dos objetivos propostos quando foram criadas.

As modificações doutrinais pelas quais passa o mundo são responsáveis pelas novas exigências da vida atual. Como consequência das prioridades que deverão ser postas em relevo, inclusive nos padrões éticos, uma revisão do Código de Ética da ABEn tornou-se necessária. A Assembléia de Delegados de 10 de outubro de 1969 decidiu que uma comissão especial de ética deveria ser formada com essa finalidade. Para coordenar o estudo foi indicada Haydée G. Dourado. Em 1972, a comissão apresentou à diretoria o código revisto; cópias desse documento foram enviadas às seções, distritos, escolas de Enfermagem e cursos dos três níveis de ensino para divulgação, estudo e apreciação pelos enfermeiros. Ao apresentar relatório à Assembléia de Delegados realizada nesse ano, a coordenadora informou que o trabalho ainda

1972

1975

não estava concluído porque a comissão estava aguardando contribuições mais numerosas.

Em agosto de 1973, a coordenadora enviou novo anteprojeto à diretoria, que indicou comissão especial para fazer a revisão do documento, sob a presidência de Glete de Alcântara, presidente da ABEn. Além da presidente, compunham a comissão: Haydée G. Dourado, Amalia Corrêa de Carvalho e Taka Oguisso.

Com o falecimento da presidente, em novembro de 1974, Amalia Corrêa de Carvalho foi indicada para presidir a comissão, contando com Taka Oguisso, Maria José Schmidt e Irmã Lucia Cristofolini para auxiliar nos trabalhos. Vilma Carvalho, docente da Escola Ana Neri, prestou assessoramento em certa fase das discussões. Essa equipe apresentou a redação final do código, aprovada por unanimidade na Assembléia de Delegados realizada no dia 28 de julho de 1975.

NOTAS

CAPÍTULO I

1. O Código Internacional de Ética do Conselho Internacional de Enfermeiras, publicado em *Anais de Enfermagem* de dezembro de 1953, à p. 268, foi aprovado cinquenta e quatro anos após a fundação desse Conselho, em 1899. O acontecimento deu-se durante o X Congresso Internacional, realizado no Rio de Janeiro, em 1953.

2. A Declaração dos Direitos do Homem foi promulgada pela Revolução Francesa em 1789. Em 1948, uma Resolução da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) tornou-a universal, aprovando a "Declaração Universal dos Direitos Humanos", a 10 de dezembro desse ano. O artigo em discussão relacionava-se com disposições da Organização Mundial de Saúde (OMS), entidade da ONU criada em 1948, por sugestão do sanitário brasileiro Geraldo Horácio de Paula Souza.

3. Resolução n.º 5. Recomendação semelhante havia sido feita por Waleska Paixão em uma das sessões do III Congresso Nacional de Enfermagem, em 1949. Ao que parece, esse programa não foi elaborado, mas a revista *Anais de Enfermagem*, de março de 1954, publicou a tradução de alguns programas de Ética apresentados pela Comissão de Ética do Conselho Internacional de Enfermeiras no X Congresso Internacional.

4. Recomendação n.º 8.

5. Código Internacional de Ética. Artigo 1.º — A responsabilidade fundamental da enfermeira é tríplice: preservar a vida, aliviar o sofrimento e promover a saúde.

6. Algumas seções da ABEn já haviam se antecipado ao parecer da comissão realizando cursos para suas associadas com o objetivo de prepará-las para as discussões sobre o código. A Seção de São Paulo foi um dos exemplos; o curso de Ética realizado por esta Seção contou com uma freqüência de 160 pessoas, número considerado apreciável, na época. Arquivos da Seção de São Paulo.

7. Com a reforma do estatuto efetuada a 19 de outubro de 1957, a Comissão de Ética foi incluída entre as comissões permanentes da ABEn.

8. O Código de Ética da ABEn foi publicado na Rev. Bras. de Enf., dez. de 1958, p. 412, e jun. de 1961, p. 258.

9. Rev. Bras. de Enf., set. de 1959, pp. 315-317.

10. Detalhes sobre essa reunião poderão ser encontrados na Rev. Bras. de Enf., jun. de 1961, pp. 243-260.

11. Recomendação n.º 7.

II

RECURSOS E NECESSIDADES DE ENFERMAGEM

A Associação Brasileira de Enfermagem sempre foi solicitada para dar informações sobre o número exato de enfermeiros existentes e em atividade, tanto por instituições nacionais como internacionais.

O interesse das associadas em conhecer a situação da Enfermagem no país foi evidenciado, pela primeira vez, em 1939. Em abril desse ano a presidente Hilda Anna Krisch (1938-1941) informou que haviam sido enviadas cartas aos estados solicitando as informações necessárias para um estudo nesse sentido, mas que as respostas obtidas não haviam sido consideradas satisfatórias, daí o trabalho não se ter realizado.

A necessidade de um inquérito que fornecesse aqueles dados foi se tornando cada vez mais evidente à medida que as enfermeiras iam se espalhando por todo o país, definitivamente integradas nas organizações oficiais de saúde. É sabido que qualquer planejamento de serviço médico-sanitário exige conhecimento prévio do número disponível de profissionais que o possam integrar. Caberia à ABEn, na falta de um outro órgão com essa competência, manter o quadro atualizado completo da situação das enfermeiras a fim de, a qualquer momento, estar em condições de contribuir com as informações indispensáveis para esse planejamento.

PRIMEIROS ESTUDOS

1950

O primeiro estudo com esse objetivo foi realizado em 1950, embora desde 1946, a Seção de Enfermagem da Divisão de Organização Sanitária (DOS), do Departamento Nacional de Saúde

(DNS), do Ministério da Educação e Saúde, viesse se empênhando em conseguir dados reais sobre a situação numérica do pessoal de enfermagem, tanto no que dizia respeito aos enfermeiros brasileiros como aos estrangeiros que aqui se encontravam exercendo a profissão; somente com um trabalho dessa natureza poderia ser evitada a divulgação de cifras pouco verdadeiras.

Sem os recursos e o apoio necessários, porém, aquela seção nada conseguiu oficialmente, a não ser quatro anos mais tarde, com a colaboração da ABED, da Divisão de Ensino do Serviço Especial de Saúde Pública e da Diretoria Geral do DNS, num trabalho de cooperação.

Para presidir o futuro levantamento censitário foi designada Izaura Barbosa Lima, chefe da Seção de Enfermagem da DOS. Esta, indicada, também, representante da ABED, conseguiu reunir um grupo de profissionais do Distrito Federal e de alguns estados e formou a Comissão do Censo. Waleska Paixão, Clara Curtis, Haydée G. Dourado, Rosa de Paula Barbosa e Mirabel Smith Ferreira Jorge integraram a Comissão.

O relatório final desse primeiro trabalho de âmbito nacional foi divulgado no IV Congresso Nacional de Enfermagem, 1950; continha recomendações para que o Congresso considerasse: 1) a necessidade de ser criada uma seção de Enfermagem no Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina que, entre outras funções, deveria manter o cadastramento atualizado dos enfermeiros diplomados no Brasil; 2) que trabalho semelhante (ao do levantamento censitário) fosse repetido a cada cinco anos abrangendo também as outras categorias ocupacionais (¹).

Os enfermeiros presentes ao congresso decidiram atender aos apelos contidos no relatório e recomendaram à ABED que reiterasse, junto ao Ministério da Educação e Saúde, solicitação para que fosse "criada a Seção de Enfermagem no Departamento Nacional de Saúde" e procurasse "obter o apoio do Ministério da Educação e Saúde, a fim de realizar periodicamente o censo das enfermeiras diplomadas e das várias categorias de pessoal auxiliar de enfermagem" (²).

A presidente da Comissão de Intercâmbio Cultural e Profissional, Clara Curtis, informou em 1951, que a Primeira Reunião de Técnicos em Enfermagem da Organização Mundial de Saúde (OMS) (³) havia recomendado que se procedesse, em todos os países, a um estudo dos recursos nacionais de enfermagem e que este fosse realizado por técnicos especializados; a OMS oferece-

ria assessoramento aos países que o desejassem a fim de manter certa uniformidade nos estudos. Para que isto acontecesse e, como primeiro passo, foi elaborado, sob os auspícios dessa organização, um "Guia para Estudos Nacionais de Recursos de Enfermagem", que poderia ser utilizado pelos países interessados⁽⁴⁾.

O V Congresso Nacional de Enfermagem, 1951, considerou o estudo proposto pela OMS de grande importância para os futuros planos da Enfermagem no Brasil e para o intercâmbio com outros países no setor da assistência técnica; a Comissão de Intercâmbio propôs que o congresso fizesse recomendação à ABED, para que esta considerasse a "possibilidade de realizar, em futuro próximo, um estudo sobre os recursos de enfermagem no Brasil". Recomendou, também, que a Associação entrasse "em contato com a Comissão Nacional de Assistência Técnica para estudar as possibilidades de receber e dar assistência técnica em enfermagem"⁽⁵⁾. Apesar da importância do assunto, a primeira recomendação não chegou a ser apreciada pelo plenário, naquela ocasião.

1952 Os pedidos de informações sobre a enfermagem no Brasil continuavam cada vez mais insistentes; da mesma maneira, não havia diminuído a antiga aspiração de conhecer seus recursos e necessidades e suas deficiências quantitativas e qualitativas. Em 1952, as redatoras de Anais de Enfermagem tiveram oportunidade de registrar, com satisfação, um pedido de informações de enfermeiras dos Estados Unidos sobre o desenvolvimento das escolas de Enfermagem do país, considerando-o como uma evidência de que a "profissão já estava se impondo como atividade (...) de relevância, projetando-se além de nossas fronteiras".⁽⁶⁾.

Nesse mesmo ano Haydée Guanais Dourado informou a assembleia geral que havia sido criada a Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁽⁷⁾, sob a direção do educador Anísio Teixeira, que lhe havia solicitado uma estimativa das necessidades numéricas de pessoal de enfermagem. Foi indicada uma comissão especial para estudar o assunto, sob a presidência daquela enfermeira. O plano elaborado pela comissão tinha como objetivos: 1) proceder ao levantamento do quadro de enfermeiras existentes e das necessidades de enfermeiras e de pessoal auxiliar; 2) elaborar quadro demonstrativo das deficiências de enfermeiras e de pessoal auxiliar; e 3) apresentar sugestões para suprir essas deficiências⁽⁸⁾. O levantamento foi realizado, utilizando como fonte de referência para os cálculos as informações da Divisão de Organização Sanitária e Divisão de Organização Hospitalar, para

o pessoal auxiliar; no que se relacionava aos enfermeiros, a fonte consultada foi o censo ocorrido em 1950⁽⁹⁾. Em trabalho publicado em 1954, Lourival Ribeiro, na época presidente da Sociedade Brasileira de Tuberculose, analisou o aumento verificado no número de enfermeiros entre 1933 e 1952, e citou os cálculos feitos pela ABED sobre as necessidades de enfermeiros para os hospitalais, serviços de saúde pública, ambulatórios, ensino e serviços particulares⁽¹⁰⁾.

Tendo em vista a solicitação feita pela Fundação W. K. Kellogg em 1954, para que a ABED preenchesse um questionário dando informações completas sobre a situação das escolas de enfermagem no Brasil quanto a alunos matriculados e diplomadas, anualmente, nos cursos de graduação e de pós-graduação, corpo docente e sobre a legislação do exercício, a diretoria da Divisão de Educação reuniu-se em fevereiro desse ano para discutir o assunto. Nessa ocasião Haydée G. Dourado propôs que fosse indicada comissão para fazer um estudo das necessidades de enfermagem no Brasil. Diante dos argumentos de Maria Rosa S. Pinheiro sobre as dificuldades que a ABED teria em realizar sozinha tal investigação, a proposta aprovada foi de que a comissão deveria propor-se a "interessar uma entidade para realizar tal estudo". O assunto, como era de se esperar, foi levado ao VII Congresso, realizado em agosto de 1954, em São Paulo.

1954

Nesse congresso Izaura Barbosa Lima, presidente da Comissão Especial de Levantamento Estatístico, apresentou extenso relatório do trabalho que essa comissão havia realizado por solicitação da presidente da ABED. O estudo, que havia acrescentado outros elementos informativos além dos reclamados pela presidente, continha diversas informações, tais como: 1) número e subordinação administrativa das escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem existentes no País, fontes de manutenção, total de alunos de ambos os cursos de 1917 a maio de 1954, e média de produção anual por escola de Enfermagem; 2) rede de hospitalais gerais, maternidades, preventórios para tuberculose, instituições de higiene mental e assistência psiquiátrica; 3) número de leitos à disposição do público e relação leito-habitantes em 1950; e 4) orçamento das escolas de Enfermagem, de 1948 a 1954. Como conclusão do relatório, a comissão sugeriu que o VII Congresso Nacional de Enfermagem recomendasse à Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas que mantivesse seu arquivo de informações sempre atualizado a fim de poder colaborar no planejamento de serviços médico-sanitários e de ensino de Enfermagem, no país, apresentando documentação exata.⁽¹¹⁾.

As duas propostas apresentadas, a de Haydée G. Dourado e a da Comissão Especial de Levantamento Estatístico, foram aceitas pelo congresso que aprovou as seguintes recomendações à ABED que, nessa fase, vinha sendo pressionada para opinar sobre o projeto n.º 2991/53, que permitiria o ingresso nas escolas de Enfermagem de candidatos com o primeiro ciclo ginásial completo:

“10 — Manter seu cadastro de enfermeiras e seu arquivo de informações sobre o ensino e o exercício da enfermagem sempre atualizado;

14 a — Estudar as necessidades de enfermagem do País e os níveis de formação profissional para fazer frente às necessidades; (12)

b — Solicitar ao Exmo. Sr. Deputado Lauro Cruz, que aguarde o ponto de vista desta Associação até o prazo máximo de março de 1955, para relatar, na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, o projeto n.º 2 991/53”.

Nesse congresso, os grupos de participantes que estudaram a posição do departamento de enfermagem no hospital moderno, um dos temas oficiais, demonstraram o quanto o problema vinha afligindo os enfermeiros; desse estudo surgiu recomendação para que a ABED organizasse tabelas-guias, baseadas nas necessidades nacionais, que servissem de orientação para o planejamento do número e tipo de pessoal de enfermagem necessário ao funcionamento de cada hospital, de acordo com sua especialidade (13).

Em novembro desse ano a diretoria discutiu as iniciativas que deveriam ser tomadas para concretizar as resoluções do congresso e decidiu, entre outras coisas, que deveria iniciar, a partir de janeiro de 1955, um inquérito anual entre as escolas de Enfermagem para obter as informações mais urgentes de que necessitava. A resolução n.º 14 a) do Congresso, que recomendava o estudo das necessidades de enfermagem no país, deveria ser discutida em um próximo encontro. (14)

Os planos de trabalho da própria Associação, as solicitações que deveriam ser apresentadas aos poderes públicos em favor da profissão e a responsabilidade de esclarecer o público, tornava cada vez mais profunda a convicção de que um estudo dessa natureza deveria ser feito; sem os dados reais que o mesmo iria apresentar como resultado final, dificilmente a ABEn poderia elaborar planos futuros bem alicerçados ou justificar, com argumentos sólidos, qualquer solicitação em prol da enfermagem. Não seria fácil a tarefa, em um país de tão grandes dimensões.

LEVANTAMENTO DE RECURSOS E NECESSIDADES DE ENFERMAGEM NO BRASIL

A presidente da ABEn, Maria Rosa S. Pinheiro (1954-1958), ao prestar contas à assembléia geral das atividades desenvolvidas pela diretoria no período de 1954/1955, a elas se referiu da seguinte maneira:

“As recomendações do VII Congresso Nacional de Enfermagem, que nos diziam respeito, foram obedecidas. Desejamos contudo fazer menção especial à mais difícil de todas: à do estudo sobre os recursos e necessidades de enfermagem no Brasil. Como é esse um projeto de execução longa, difícil e dispendiosa, não estaríamos em condições de fazê-lo sozinhas. Desde agosto de 1954 batemos em várias portas solicitando auxílio. As primeiras foram a Repartição Sanitária Pan-Americana e a CAPES à qual enviamos ofício expondo nossos objetivos. Sabedora de nossos esforços a Fundação Rockefeller interessou-se pelo assunto e prontificou-se a financiar o projeto. Os entendimentos preliminares já foram feitos e o estudo será brevemente iniciado. A Repartição Sanitária Pan-Americana mandará uma enfermeira para trabalhar conosco. Esperamos que os Ministérios de Educação e da Saúde, a CAPES e o SESP também cooperem. É o maior empreendimento em que a Associação Brasileira de Enfermagem até agora se empenhou”. (15)

O estudo, financiado pela Rockefeller por meio de valiosa doação, foi denominado “Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil” e foi realizado no período de 1956 a 1958.

Providências Preliminares

Logo após a realização do VII Congresso, 1954, a presidente Maria Rosa S. Pinheiro procurou entrar em contato com as instituições que tinham probabilidade de financiar o empreendimento (16). Em outubro desse ano dirigiu carta nesse sentido ao secretário geral da CAPES e em fevereiro do ano seguinte ao representante, no Rio de Janeiro, da Organização Mundial de Saúde, pelo seu escritório Regional da Repartição Sanitária Panamericana, hoje Organização Panamericana de Saúde. Referiu-se, a presidente, ao fato de estar em discussão na Câmara dos Deputados o

projeto de lei n.º 2 991/51, adiando por mais sete anos a exigência de secundário completo para ingresso nas escolas de Enfermagem. Informou, também, que o relator do projeto na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, Lauro Monteiro da Cruz, havia solicitado que a ABEn se pronunciasse a respeito. Para discutir o assunto, havia sido realizada uma mesa redonda durante aquele congresso, com a participação do deputado e diretoras de escolas de Enfermagem; essas últimas demonstraram o receio de que essa exigência viesse acarretar queda no número de candidatos à matrícula mas, por outro lado, reconheciham que o curso ginásial não dava base suficiente para o desenvolvimento normal do currículo de Enfermagem. Por esse motivo, a ABEn havia solicitado àquele deputado que aguardasse uma resposta oficial da Associação até março desse ano, para dar tempo a que se fizesse um estudo da situação da enfermagem no país. Como se tratava de um trabalho de grande vulto, que a Associação não estava em condições de realizar, dirigia-se àquela entidade na suposição de que o estudo pudesse ser fruto de convênio entre a Organização Mundial de Saúde, os Ministérios de Educação e da Saúde e a ABEn.

Tal como havia sido feita, a solicitação não pôde ser atendida, nem pela CAPES e nem pela OMS, embora ambas compreendessem o alcance da idéia. Essa última, porém, por intermédio de seu escritório no Brasil, deu conhecimento do pedido ao representante da Fundação Rockefeller. Dado o interesse demonstrado por essa Fundação, a presidente enviou carta a seu representante, Robert Briggs Watson, em julho desse ano, expondo novamente as razões e a importância de tal estudo para a enfermagem brasileira. O cumprimento daquela resolução foi, então, considerado possível.

1955

A fim de tomar deliberações sobre a participação que as instituições que haviam inicialmente apoiado a idéia⁽¹⁷⁾ iam ter no estudo, e discutir os planos futuros, foi realizada uma reunião preliminar a 8 de julho desse ano, na sala do superintendente do SESP; essa reunião foi convocada por Agnes Chagas, chefe do Serviço de Enfermagem da Repartição Sanitária Pan-Americana, OMS, que se encontrava no país para tratar do assunto.

Dos entendimentos resultou a confirmação de que o empreendimento poderia ser realizado e que a ABEn deveria assumir a responsabilidade do trabalho; deveria, também, recorrer à Fundação Rockefeller para obter os necessários recursos financeiros e consultar a OMS, por intermédio do Ministério da Saúde, sobre a possibilidade de obter assistência técnica daquele órgão. Nessa mesma reunião foi decidida a criação de um Conselho Diretor do Le-

vantamento (18), órgão máximo de deliberação, que seria formado de sete membros, no mínimo: os representantes das instituições presentes à reunião, dos Ministérios da Saúde, Educação e Cultura e da Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES). Um pouco mais tarde foram convidados representantes do Ministério do Trabalho e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), passando de sete a nove instituições representadas, e onze membros.

Para coordenar os trabalhos, na qualidade de diretora do levantamento, foi indicada Haydée Guanais Dourado, cedida pela Diretoria dos Cursos do Departamento Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (19). A fim de melhor preparar-se para o trabalho e, graças a uma bolsa de estudos oferecida pela Fundação Rockefeller, Haydée G. Dourado estagiou, de outubro a dezembro de 1955, na Divisão de Recursos de Enfermagem do Departamento de Saúde, Educação e Bem-Estar dos Estados Unidos (20) e fez observações pertinentes em outros serviços daquele país.

As funções do Conselho Diretor foram definidas na sua primeira reunião, realizada a 4 de junho de 1956, e incluíam: 1) organizar o Conselho de Colaboradores; 2) estabelecer e delimitar as áreas do problema a ser estudado; 3) aprovar as normas e os planos de trabalho e os respectivos orçamentos; 4) fazer a revisão dos achados do levantamento; 5) considerar e adotar as recomendações finais; 6) planejar a execução das recomendações; 7) aprovar o relatório final; e 8) deliberar sobre qualquer outro assunto não especificado (21). Nessa primeira reunião foi, também, determinado o objetivo central do levantamento, ou seja, "contribuir para o desenvolvimento da enfermagem no Brasil".

A Comissão Executiva do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem havia sido constituída em abril de 1956, com os seguintes membros: presidente, Maria Rosa Sousa Pinheiro; diretora, Haydée G. Dourado; vice-diretora, Zilda Carvalho Hughes, até 1956, e Maria de Lourdes Verderese, a partir de 1957, ambas como chefes imediatas dos trabalhos técnicos. A essa comissão coube também a tarefa de organizar o escritório para a realização do estudo.

Organização do Centro de Levantamento

Os primeiros meses de 1956 foram dedicados às tarefas de planejamento e organização do centro, incluindo a admissão gradual do pessoal considerado necessário e capaz de realizar uma pesquisa sócio-profissional. Mediante indicação do Conselho Diretor

1956

1956

foram convidados os elementos que passaram a constituir o Conselho de Colaboradores, órgão específico para cooperar com o centro, de setenta membros, muitos dos quais já vinham emprestando colaboração, como consultores. Além de prestar assistência ao Centro na divulgação e em todas as fases do trabalho, seus membros deveriam atuar como ponto de apoio para o cumprimento das recomendações finais do estudo.

Em abril de 1956, passou a fazer parte do centro Maria Palma Tito de Moraes, como consultora indicada pela Organização Mundial de Saúde (22). Os trabalhos técnicos, sob a coordenação de Maria de Lourdes Verderese foram executados pela Seção Técnica, composta de uma supervisora de campo, Olga Verderese, e três pesquisadoras, todas enfermeiras: Celina Jaeger Biernfeld, Lenísia Costa Santos e Lourdes Torres Garcia.

Ainda em abril, a presidente da ABEn, Maria Rosa S. Pinheiro, a diretora do levantamento, Haydée G. Dourado e Zilda Carvalho Hughes iniciaram oficialmente o estudo com a integração do grupo de enfermagem nos trabalhos e a determinação dos objetivos do levantamento.

O representante regional da OMS, Kenneth O. Courtney, convidou esse grupo e a consultora da Organização para uma reunião a fim de discutirem o tipo de colaboração da Oficina Sanitária Pan-americana. Essa deveria ser sob a forma de assistência técnica apenas, deixando à ABEn toda a responsabilidade pela direção do levantamento.

Assim o estudo foi, pois, realizado sob a responsabilidade da ABEn, com assessoria técnica, principalmente da OMS e do IBGE, com financiamento da Fundação Rockefeller, colaboração de grande número de outras instituições públicas e particulares, civis e religiosas, e executado pelo centro, órgão ao qual a ABEn havia delegado o trabalho de investigação. Funcionou com um escritório executivo ligado, por coordenação, a dois conselhos: um diretor, de nove membros e outro de colaboradores, de setenta membros.

Nessa mesma época, foi considerada a possibilidade de dar ao centro um caráter permanente, de modo que ele continuasse funcionando mesmo após a conclusão dos trabalhos, a fim de manter atualizadas as informações sobre a situação da enfermagem no país.

Técnicos de reconhecida competência, como sociólogos, estatísticos, técnicos em administração sanitária e hospitalar e oito es-

pecialistas do campo da Enfermagem passaram a prestar colaboração ao centro, constituindo a Assessoria Técnica. Essa assessoria, cujo número de membros poderia ser aumentado de acordo com as necessidades, funcionava individualmente ou em grupos, cada vez que surgiam problemas que deviam ser esclarecidos.

Prestaram assessoria permanente, Benedito Coelho Rodrigues, técnico designado pelo IBGE, e, como amostristas, Thomas Jabine e Moysés Kessel, do Ponto IV e IBGE, respectivamente (23).

O Centro foi instalado em sala cedida pela Fundação Rockefeller, onde funcionou até 31 de outubro de 1958, quando passou para uma das salas da sede da ABEn, no Rio de Janeiro. O custo total do levantamento foi de quarenta mil dólares, doados em duas parcelas pela Fundação Rockefeller: a primeira, de 10 mil, em 1956, deveria servir de base para o planejamento dos gastos futuros; e a segunda, de trinta mil dólares, doados em 1957.

Áreas de Estudo

O esquema geral do levantamento foi aprovado em outubro de 1956, depois de estudado por vários especialistas nas áreas de assistência hospitalar, de Saúde Pública e do ensino de enfermagem (24). Em princípios de 1957 foi feita a revisão do plano para limitação do âmbito do trabalho, e, em maio teve início a coleta dos dados. O estudo abrangia cinco áreas: Enfermeiros em Atividade e Inativos, Enfermagem Hospitalar, Enfermagem de Saúde Pública, Escolas de Enfermagem e Escolas de Auxiliar de Enfermagem, com os seguintes objetivos:

1. situar o desenvolvimento da enfermagem na estrutura sócio-econômica e cultural do Brasil;
2. conhecer o potencial humano de que dispõe a enfermagem em seus diferentes setores de atividade;
3. determinar se o tipo de ensino ministrado nos cursos de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem e a produção quantitativa das escolas correspondem às necessidades de enfermagem do país;
4. conhecer as condições atuais e determinar as necessidades dos serviços de Enfermagem hospitalares;
5. conhecer as atuais condições e determinar as necessidades dos serviços de Enfermagem de Saúde Pública.

Para investigar a situação do ensino, em todos os níveis, e da prática da enfermagem, foram realizados seis inquéritos no campo, com prazo até dezembro de 1957 para a coleta dos dados.

As escolas de Enfermagem (trinta e quatro) foram visitadas, pelo menos uma vez, por uma investigadora do centro para preenchimento de questionário; Ir. Helena Couto, representante da Conferência dos Religiosos do Brasil no levantamento, assumiu a responsabilidade da investigação nas escolas de enfermagem pertencentes a Congregações Religiosas (25). As escolas de Auxiliar de Enfermagem (quarenta e oito) receberam questionário enviado pelo correio.

1957

Em fevereiro de 1957 foi iniciada em todo o país, pelas seções da ABEn, a investigação sobre os enfermeiros ativos e inativos, tomando como base os resultados já encontrados no inquérito sobre o número de diplomados pelas escolas de Enfermagem, ou seja, 4.517 enfermeiros e trinta e um profissionais formados no estrangeiro, cujos diplomas já haviam sido revalidados. O instrumento de trabalho utilizado foi também o questionário.

Os trabalhos referentes às áreas da Enfermagem Hospitalar e de Saúde Pública, considerados os mais complexos, foram iniciados em agosto de 1957. No primeiro semestre desse ano os inquéritos que se faziam necessários foram planejados minuciosamente, os questionários foram elaborados e determinadas as amostragens, de uma e outra área. Em seguida, quatro enfermeiras pesquisadoras de campo, sob a responsabilidade imediata de Olga Verderese, que também participou da pesquisa, passaram a fazer a coleta dos dados nessas duas áreas, com previsão para terminá-la em dezembro desse mesmo ano, o que só pôde acontecer em janeiro do ano seguinte (26).

Relatório Final. Recomendações e Resultados Obtidos

1958

O plano do Centro de Levantamento era elaborar o relatório final dos trabalhos em outubro de 1958, o que se deu com relação a coleta, tabulação, interpretação de dados e relatório provisório. Os dados principais foram apresentados pela Seção Técnica ao XI Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado em Recife, em outubro de 1958. Colaboraram na redação do relatório final, entregue ao Conselho Diretor em sua última reunião de 30 de outubro de 1958: Maria de Lourdes Verderese, nas seguintes partes, I — Enfermeiros em Atividade e Inativos, IV — Escolas e Cursos de Auxiliar de Enfermagem, capítulo V da parte III — Escolas de Enfermagem e Enfermagem em um Serviço Especial; Olga Verderese: parte II — Enfermagem Hospitalar; e Haydée G. Dourado, parte III, exceto o capítulo V — Enfermagem de Saúde Pública. Somente em julho de 1960 foi terminada a redação definitiva;

uma comissão composta de Maria Rosa S. Pinheiro, Haydée G. Dourado e Amalia C. Carvalho, auxiliadas por Marina de Andrade Resende e Zilda C. Hughes trabalhou na revisão, no que dizia respeito à organização dos assuntos e redação. Ao término desta, foi feita a reprodução do relatório em multilite, graças à cooperação do SESP.

Do relatório final constaram 46 recomendações dirigidas ao Ministério de Educação e Cultura, ao Ministério da Saúde, às universidades e legisladores, aos serviços de Enfermagem em unidades sanitárias e hospitalares, à Conferência dos Religiosos do Brasil, às instituições que mantinham escolas de Enfermagem, às próprias escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem e à ABEn. Esse relatório retratou a situação da Enfermagem no Brasil até o ano de 1956, inclusive.

De 6 a 15 de julho de 1958 foi realizado em Salvador, Bahia, um Seminário Didático Internacional sobre Levantamentos de Enfermagem, promovido pela OMS, atendendo solicitação da ABEn à Repartição Sanitária Pan-Americana, por intermédio do Ministério da Saúde. O objetivo da Associação foi compartir a valiosa experiência obtida com o levantamento brasileiro com os países que haviam mostrado interesse nas técnicas empregadas e nos resultados obtidos; a Associação esperava, também, contar com a contribuição especializada das participantes na elaboração final das recomendações do levantamento, o que, na verdade, se deu, principalmente nas que se referiam à Enfermagem de Saúde Pública e ao ensino de Enfermagem.

Participaram no planejamento e organização desse seminário a ABEn, pela sua Seção Estadual da Bahia e o Centro de Levantamento dos Recursos e Necessidades de Enfermagem; a Universidade Federal da Bahia, pela sua Escola de Enfermagem; o Serviço de Saúde Pública, Divisão de Recursos de Enfermagem e Divisão de Enfermagem de Saúde Pública, dos Estados Unidos; Fundação Rockefeller e Serviço de Administração de Cooperação Inter-Americana (International Cooperation Administration, ICA, Ponte IV) (26).

Em decorrência de ter sido um empreendimento auxiliado por múltiplos órgãos, não tendo sido possível uma previsão orçamentária completa, a ABEn não conseguiu editar o Relatório Final. Em 1974, por sugestão de Glete de Alcântara, a Associação decidiu custear sua publicação. Para esse fim o documento está sendo revisto por uma comissão especial e em 1976 deverá sair a primeira edição. Logo depois de terminado foi feita uma tradução para o

inglês por Beatrice Lennington, enfermeira do Serviço de Administração de Cooperação Inter-Americanana, editada pela Fundação Rockefeller.

Como resultado imediato desse estudo deve ser citado o reconhecimento e prestígio da Associação, que passou a ser ouvida em questões de Enfermagem. Outros também foram conseguidos, tanto no campo da legislação quanto nos do ensino e da prática da enfermagem.

Com relação às escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem, o Centro de Levantamento constatou, entre outras falhas: 1) a proliferação rápida e desordenada de escolas sem atentar para as possibilidades e necessidades regionais; 2) ausência de um órgão controlador e fiscalizador das escolas; 3) falta de candidatos, talvez por falta de divulgação sobre os cursos existentes; 4) corpo docente deficiente em quantidade e em qualidade; 5) grande diversidade de currículo de um curso para outro.

Dentre os assuntos contidos nas recomendações, alguns merecem ser destacados:

1. criação, no Ministério da Educação, de um órgão orientador e fiscalizador das escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem. Não foi criado o órgão; entretanto, o Ministério da Educação passou a solicitar a assessoria da Associação em toda matéria que dizia respeito à Enfermagem. A Associação elaborou critérios para o reconhecimento de escolas e fez plano para instalação de cursos. Impediu que fossem abertas instituições dessa natureza onde faltavam facilidades educacionais;

2. promoção de campanha nacional de divulgação do ensino da Enfermagem. Para promover campanha de recrutamento de candidatos a escolas de Enfermagem, essas e a Associação se uniram para elaborar cartazes e folhetos de divulgação. Pelo "United States Information Service", no Brasil, a Associação obteve a confecção do filme "Enfermeiras para o Brasil", exibido, como *Notícia da Semana*, em todas as cidades do país;

3. exigência de programas educacionais para todo o pessoal de enfermagem dos hospitais e instituições de Saúde Pública. A Associação incentivou e proporcionou programas de treinamento em serviço para o pessoal não habilitado, visando a melhoria do atendimento ao paciente;

4. substituição gradual dos práticos e atendentes que trabalham nas instituições de saúde por auxiliares de enfermagem. O estudo verificou que 70,8% do pessoal que trabalhava em enfermagem, nos hospitais, não possuía qualificação em cursos formais;

5. foi elaborado anteprojeto de lei, com a colaboração da Associação, reformando o ensino da Enfermagem. Esse projeto não resultou em lei, mas serviu de base para modificações substanciais no currículo das escolas de Enfermagem (28).

Foram as escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem as que mais se interessaram em cumprir as recomendações que lhes foram feitas, sobretudo no que se referia à revisão de currículo e aperfeiçoamento das docentes de Enfermagem.

A fase de desenvolvimento do país, as mudanças que se operaram no setor educacional, além de outros fatores, influíram na execução das recomendações, algumas já sem valor para a Enfermagem. "A área mais beneficiada pelas recomendações do Levantamento foi a do ensino, por ser este, talvez, o setor onde as enfermeiras trabalhavam com mais independência", segundo Marina de Andrade Resende (29).

A Associação incentivou, de 1959 a 1960, o cumprimento das recomendações, diretamente, ou por intermédio das seções e distritos, nos estados. A partir de fevereiro de 1961, a Associação continuou a incentivar, mas já por intermédio de uma comissão denominada de Seguimento do Levantamento, constituída de duas enfermeiras e uma secretária. Tão logo foi instalada, essa comissão trabalhou diretamente com as instituições que deviam implementar as recomendações. Além dessa atividade, atualizava os dados obtidos no levantamento no que se referia à situação das escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem e número de profissionais lançados anualmente no mercado de trabalho.

COMISSÃO DE SEGUIMENTO DO LEVANTAMENTO

A necessidade de um órgão que desse prosseguimento e coordenasse a execução das recomendações do levantamento foi logo sentida pelo Conselho Diretor. O assunto foi abordado na fase final do estudo, quando todos os dados já haviam sido coletados, analisados e interpretados. Dada sua importância, mereceu atenção especial do Conselho que o discutiu em suas três últimas reuniões, realizadas nos dias 7 e 28 de agosto e 30 de outubro de 1958 (30).

Várias foram as sugestões apresentadas pelos membros do Conselho Diretor na segunda dessas reuniões, principalmente sobre questões relacionadas com o ensino. Para Izaura Barbosa Lima, representante do Ministério da Saúde, a Seção de Estudos e Organização da Diretoria do Ensino Superior, do MEC, deveria ampliar suas funções e admitir enfermeiras que se responsabilizassem pelas recomendações do relatório, que diziam respeito a verificação

para funcionamento e reconhecimento de cursos, e orientação às escolas de Enfermagem e de Auxiliares de Enfermagem. Haydée G. Dourado lembrou que, dentre as recomendações do relatório, uma se referia à criação de uma divisão de Enfermagem no Departamento Nacional de Saúde, a fim de coordenar os assuntos de Enfermagem de sua alcada, em âmbito nacional. Aceita a idéia, principalmente pelos representantes do Ministério da Saúde e SESP, a ABEn deveria elaborar, como mais tarde o fez, uma proposição nesse sentido, com exposição de motivos e justificativa.

Discutido o problema no XI Congresso realizado em outubro de 1958, deste saiu recomendação, homologada pela assembléia geral da ABEn então realizada, que implicava na criação de dois órgãos de seguimento das recomendações: um Conselho Diretor, de liberativo, e uma Comissão Executiva, de coordenação. O congresso recomendou ainda que a ABEn estimulasse a criação de órgãos correspondentes nas seções, para agirem no âmbito estadual, e solicitasse à Fundação Rockefeller os recursos necessários para manter a Comissão Executiva de Seguimento (31).

Atendendo a essas recomendações, a presidente da ABEn, Marina de Andrade Resende (1958-1962), indicou comissão especial para elaborar um plano de ação para dar continuidade ao Centro de Levantamento. Essa comissão, constituída por Maria Rosa S. Pinheiro, presidente, Haydée G. Dourado e Maria de Lourdes Verderese, assessorada por enfermeiras com experiência nos vários campos da enfermagem, foi a responsável pela elaboração do plano para execução daquelas recomendações, discutido e aprovado na última reunião do Conselho Diretor do Levantamento, realizada a 30 de outubro desse ano. O plano incluía a criação dos órgãos recomendados pelo congresso e estabelecia a estrutura organizacional e as funções de cada um dos órgãos. O Conselho Diretor de Seguimento seria formado pelos mesmos membros do Conselho do Levantamento, acrescidos de representantes de cada um dos três ministérios militares e do Ministério do Trabalho, da Conferência dos Bispos do Brasil, do DASP, da presidente da Comissão Executiva de Seguimento e de mais uma enfermeira; esse seria o órgão de deliberação, colaboração e consulta para cumprimento das recomendações do levantamento, sob o comando da presidente da ABEn. A Comissão Executiva de Seguimento seria constituída pela presidente da ABEn, uma enfermeira de tempo integral na Comissão, além de outras enfermeiras; a essa Comissão, que deveria ser criada também em cada seção estadual da ABEn, caberia coor-

denar os trabalhos de execução das recomendações. Como parte do plano foi apresentado, à Fundação Rockefeller, um orçamento para as despesas em 1959.

Por sugestões da diretoria da ABEⁿ os mesmos elementos que compunham a comissão especial passaram a integrar a Comissão Executiva de Seguimento, que deveria funcionar em uma das salas de sua sede, no Rio, às expensas da própria Associação, enquanto não fossem obtidos os recursos necessários de outras fontes.

1959

Na mesma reunião em que a diretoria aprovou a instalação dessa comissão, foram também aprovados os planos de trabalho imediatos e imediatos relativos às campanhas nacionais mais urgentes e à publicação do sumário e recomendações⁽³²⁾ do relatório final.

O entusiasmo pelo trabalho parecia ser uma constante no grupo, pois, no mês seguinte, a presidente da ABEⁿ pôde prestar informações à diretoria sobre os primeiros trabalhos realizados; esses constaram do envio da tradução do relatório à Fundação Rockefeller nos Estados Unidos, e remessa dos sumários e recomendações aos membros do Conselho de Colaboradores e da Assessoria Técnica do Centro de Levantamento, às escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem, às seções, distritos e comissões permanentes da ABEⁿ.

Verificou-se desde logo, porém, a sobrecarga de trabalho que iria pesar sobre a comissão, constituída de enfermeiras com extrema boa vontade, mas que exerciam funções de grande responsabilidade em instituições que não poderiam prescindir de sua dedicação integral aos serviços.

Tornava-se evidente, e cada vez mais urgente, a necessidade de formação daquele órgão com recursos orçamentários próprios e que pudesse contar com o tempo exclusivo de seu pessoal.

Encontrando-se a presidente da ABEⁿ com Virginia Arnold, no Chile⁽³³⁾, esta afirmou que havia grande interesse da Fundação Rockefeller pelos trabalhos do levantamento e que, oportunamente, viria ao Brasil, quando então poderia melhor discutir o assunto.

Esse interesse era também grande por parte dos enfermeiros; estes, na Assembléia Geral realizada durante o XIII Congresso Brasileiro de Enfermagem, recomendaram à ABEⁿ que envidasse todos os esforços a fim de ser criado um órgão com a finalidade de propor a execução das recomendações contidas no relatório do levantamento⁽³⁴⁾.

1960 Nesse mesmo ano, 1960, Virginia Arnold voltou ao Brasil conforme havia prometido. A ABEn obteve da mesma a promessa, em nome da Fundação, de financiar a Comissão de Seguimento do Levantamento a partir do início de 1961; seria dada, também, ajuda financeira para melhorar a Revista Brasileira de Enfermagem (RBEn), como havia sido solicitado pela presidente (35). A doação foi de dez mil dólares, pelo período de um ano a contar de março de 1961; desse total, sete mil foram destinados à Comissão de Seguimento e três mil à RBEn.

1961 Para o cargo remunerado de presidente da comissão foi convidada Amalia Corrêa de Carvalho, 1.^a vice-presidente da ABEn, que aceitou com a condição de poder trabalhar em S. Paulo, indo periodicamente ao Rio de Janeiro. Para tomar conhecimento do material do centro e planejar com a presidente da ABEn o programa a ser desenvolvido, a presidente convidada permaneceu naquele cidade no período de 15 a 28 de fevereiro do ano seguinte (35).

A 20 de março de 1961, foi oficialmente instalado o escritório da Comissão de Seguimento em S. Paulo, em sala da Escola de Enfermagem São José, cedida por gentileza de sua diretora, Ir. Maria Gabriela Nogueira. A presidente da comissão contou, inicialmente, com a colaboração da enfermeira Milza Barcelos, como sua assistente (até 1 de agosto de 1962), Vera Morais, para os trabalhos de secretaria e um mensageiro de tempo parcial; todos os cargos eram remunerados. Com o desenvolvimento dos trabalhos, as obrigações, principalmente as de ordem burocrática, foram aumentando de tal maneira que houve necessidade de incluir mais uma auxiliar: a enfermeira Marta Cavalcanti concordou em cooperar com a comissão por um período limitado.

1962 Terminado o período de financiamento pela Fundação Rockefeller, em 15 de março de 1962, os trabalhos da comissão precisaram ser totalmente modificados diminuindo, tanto o ritmo, como os campos em que eram desenvolvidos, até que fosse conseguido novo auxílio financeiro da mesma Fundação, como estava sendo pleiteado (36).

No entanto, uma descontinuidade na implementação das recomendações do levantamento, a esta altura, constituiria uma grande frustração para a ABEn. Para discutir a situação, reuniram-se em abril desse ano, na sede da ABEn, no Rio de Janeiro, a presidente Marina de Andrade Resende; Alberto Venâncio Filho, representando Durmeval Trigueiro de Faria, diretor do Ensino Superior do MEC; Anyta Alvarenga, enfermeira do SESP; Ernani Braga, representando Robert B. Watson da Fundação Rockefeller no Bra-

sil; Haydée G. Dourado, Amalia C. de Carvalho e Maria Rosa S. Pinheiro presidentes, respectivamente, das Comissões de Legislação, Seguimento e de Educação da ABEn.

Ernani Braga fez um histórico da situação em virtude da qual havia sido convocada a reunião, ou seja, a recomendação do levantamento referente à criação de uma seção de Enfermagem na DESu. Com esse objetivo já haviam sido tomadas várias iniciativas, e problemas haviam surgido: apesar dos entendimentos com Jurandir Lodi, segundo o qual Celina Viegas, escolhida pela ABEn para chefiar a futura seção, e que já havia feito um estágio nos Estados Unidos para preparar-se para o cargo, com bolsa de estudos concedida pela Fundação Rockefeller, esta enfermeira não havia sido aproveitada pela DESu; o escritório montado em São Paulo para seguimento das recomendações do levantamento, organizado com a cooperação financeira da Fundação Rockefeller, vinha cumprindo parte das funções que caberiam àquela seção, principalmente, no que se referia ao assessoramento das escolas. A ABEn estava, pois, em condições de responsabilizar-se por esse trabalho.

Diante da declaração do representante da DESu de que esta Diretoria "estava interessada em obter a cooperação das associações de classe na orientação e controle das escolas de nível superior", Marina A. Resende aceitou a responsabilidade em nome da ABEn, desde que fossem fornecidos os necessários recursos financeiros, e apresentou um plano para essa cooperação. Esse, que incluía diversas atividades, seria executado por uma comissão especial que deveria dar prioridade à verificação das escolas para autorização de funcionamento e de reconhecimento, segundo solicitação da própria DESu (37).

Essa comissão especial, designada Comissão de Peritos em Enfermagem, foi indicada pela DESu em junho de 1962. Seus membros, que eram convocados de acordo com as necessidades daquela Diretoria, não receberiam auxílio do MEC para o desempenho das atividades relacionadas com a nova política do ensino superior, mas podiam executá-las dentro do período de expediente, em suas próprias situações de trabalho ordinário. A comissão, que deveria atuar como órgão de assessoramento técnico de alto nível, foi integrada pela presidente da ABEn, Marina de Andrade Resende, Maria Rosa S. Pinheiro, Maria Dolores Lins de Andrade, Haydée Guanais Dourado e Amalia Corrêa de Carvalho.

De fato, o Ministério da Educação passou a utilizar-se cada vez mais da ABEn para consulta, trabalho esse realizado, princi-

palmente, pela presidente Marina A. Resende, em cooperação com a presidente da Comissão de Seguimento, Amalia Corrêa de Carvalho.

Quanto aos recursos financeiros, Ernani Braga sugeriu que talvez a Fundação Rockefeller pudesse dar auxílio durante um ou dois anos, até que o MEC se aparelhasse para esse fim, o que se daria, provavelmente, em 1964; o MEC faria uma carta oficial para que a presidente da ABEn pudesse proceder a entendimentos com a Divisão de Enfermagem da Fundação Rockefeller.

Tendo em vista o que havia sido decidido, foi enviado à Fundação Rockefeller um novo orçamento da Comissão de Seguimento para o período de 1962-1963, baseado nas previsões de aumento dos trabalhos e maiores gastos, num total de dez mil e quinhentos dólares.

Para que os compromissos assumidos até julho de 1962 fossem cumpridos, e para que não houvesse solução de continuidade nas atividades de seguimento das recomendações, uma vez que a Fundação Rockefeller não havia ainda se manifestado sobre o pedido, a ABEn fez àquela comissão adiantamentos, a princípio a título de empréstimo; esse, somado à quantia recebida da campanha de recrutamento, foi suficiente para cobrir as despesas daquele período, findo o qual o escritório da comissão seria fechado até que fosse concedido novo auxílio. Esses adiantamentos passaram a doações e terminaram a 30 de julho de 1964, quando foram dispensados a secretaria e o mensageiro, os últimos funcionários remunerados (36).

Eleita presidente da ABEn em julho de 1962, Clarice Ferrarini (1962-1964), não desejando interromper totalmente os trabalhos da comissão, conseguiu que a diretoria destinasse a esta o auxílio que a ABEn vinha recebendo dos Laboratórios Johnson e Johnson do Brasil (vinte mil cruzeiros mensais), quantia suficiente para conservar uma secretaria de tempo parcial e manter correspondência com as escolas, seções e distritos da ABEn para a atualização de dados sobre a situação da Enfermagem no país. As demais atividades de âmbito nacional, como campanha para recrutamento de alunos, auxílio técnico às escolas, levantamento de pessoal de enfermagem em atividade, e outras, foram suspensas.

Em carta dirigida a Ernani Braga em fins de 1962, Virgínia Arnold lembrou o encontro que haviam tido em Nova York, durante o qual haviam tratado da solicitação feita pela ABEn de uma doação de vinte e oito mil e quinhentos dólares anuais, por um período de três anos, para desenvolver aquelas atividades. Para

que o assunto pudesse ser considerado pela Fundação Rockefeller, solicitava que a Associação enviasse outras informações além das já obtidas naquele encontro, tais como: 1) sua atual situação financeira, principalmente com relação à Revista Brasileira de Enfermagem; 2) se o MEC havia feito previsão orçamentária para auxílio às atividades de consultoria da ABEn junto a DESu, e para a enfermagem do país, em geral; 3) sobre o número de bolsas que a CAPES havia previsto para enfermeiros.

Atendendo a essas exigências, a 2.^a vice-presidente, Honorina dos Santos, enviou as informações solicitadas, com detalhes, acrescidas de outros dados sobre a situação da revista e sobre as atividades que estavam sendo desenvolvidas pela Comissão de Seguimento, assim como os futuros planos dessa Comissão. No item relacionado com o auxílio da CAPES, havia a informação de que, em 1959, depois de receber ajuda financeira da Fundação Rockefeller, aquele órgão iniciara um programa de bolsas para cursos de pós-graduação para enfermeiros, depois executado com recursos do governo federal quando aquela Fundação interrompeu o auxílio. Quanto à cooperação com o MEC, continuava cada vez mais intensa: Haydée G. Dourado havia sido cedida pelo Ministério da Saúde para trabalhar na DESu; Marina A. Resende havia sido indicada coordenadora das atividades do Projeto Brasil 63 (convênio entre a UNICEF, a OPS/OMS e o Governo Brasileiro), para o desenvolvimento de escolas de Enfermagem e de Auxiliares de Enfermagem no Norte e Nordeste do Brasil; e Amalia C. Carvalho, como presidente da Comissão de Seguimento, vinha sendo solicitada para cooperar em projetos governamentais relacionados com o desenvolvimento de serviços e do ensino de Enfermagem no país (38).

Ao aproximar-se a realização do XV Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1963, Clarice Ferrarini solicitou de Virginia Arnold uma decisão sobre o pedido feito pela ABEn para a manutenção da Comissão de Seguimento, a fim de poder planejar as atividades da Associação para o próximo período anual, nessa época iniciado após os Congressos. A resposta veio rápida com a informação de que não fazia parte da política da Fundação Rockefeller auxiliar um programa que não contava, e nem dava evidência de contar no futuro, com previsão orçamentária do governo local. O MEC, que estava utilizando o assessoramento da ABEn em questões de ensino de Enfermagem, não parecia aceitar a responsabilidade financeira por tais serviços. Sendo assim, não havia como justificar, perante os órgãos deliberativos da Fundação, um pedido de auxílio por um período de mais de um ano; seria possível, no entanto, fa-

1963

zer uma doação por um ano, na esperança de que dentro desse prazo a ABEn pudesse conseguir subvenção do MEC, ou de qualquer outra instituição. Foi lembrado ainda que, não fosse pelo fato do contínuo interesse da Rockefeller pelo desenvolvimento da Enfermagem no Brasil, país no qual vinha investindo desde 1922, não seria possível fazer agora uma exceção, dentro de sua política normal de programação.

Sobre a conveniência ou não de aceitar a proposta tal como foi feita, a diretoria da ABEn parece ter meditado por algum tempo, pois, somente após três meses, em outubro de 1963, resolveu aceitá-la naquelas condições e enviou um orçamento que previa despesas num total de doze mil dólares para a antiga Comissão de Seguimento, agora denominada Comissão de Documentação e Estudos e ainda presidida por Amalia C. Carvalho, e três mil dólares para a RBEⁿ (36).

A exceção com a qual a diretora da Divisão de Enfermagem da Fundação Rockefeller acenava, porém, estava fadada a não se concretizar. O Conselho Administrativo, órgão deliberativo da Fundação, havia mudado drasticamente a orientação de seus programas de ajuda, e o tipo de atividade desenvolvido pela Comissão não entrava em nenhuma de suas novas áreas.

Assim, após um período de dois anos de negociações, a ABEn ficou com a certeza de que somente poderia contar com seus próprios recursos e, portanto, deveria limitar os objetivos da Comissão de Seguimento a um levantamento anual do movimento estudantil das escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem.

Em julho de 1963 desapareceu a Comissão de Seguimento surgindo em seu lugar, na modalidade de especial, a Comissão de Documentação. A presidente da primeira havia assumido o compromisso de manter a comissão até o final da gestão da presidente da ABEn, mesmo sem os recursos de material e de pessoal. A reforma do estatuto procedida em 1965 incluiu-a entre as comissões permanentes com o nome de Comissão de Documentação e Estudos, designação sob a qual já vinha atuando desde 1964.

A presidente da Comissão de Seguimento, que vinha trabalhando graciosamente, em tempo parcial, desde julho de 1962, continuou na presidência do novo órgão até 1968.

Organização da Comissão de Seguimento

A Comissão de Seguimento tinha por finalidade:

1. manter sempre atualizados os dados sobre os enfermeiros e auxiliares de enfermagem;

2. estimular, orientar, auxiliar e verificar a execução das recomendações do levantamento;
3. auxiliar as escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem no desenvolvimento do corpo docente e na revisão e melhoria do currículo;
4. incentivar estudos sobre os campos de experiência utilizados pelas escolas, a fim de melhorá-los;
5. fornecer informações e dados sobre a Enfermagem nos estados e no país.

Os órgãos de administração recomendados pela Comissão Executiva de Seguimento seriam: 1) um Conselho Diretor, composto de 14 membros, que foi instalado a 2 de outubro de 1961; 2) Membros Colaboradores, constituídos de representantes da Comissão de Seguimento nos estados, territórios e Distrito Federal, indicados pelas seções estaduais da ABEn; representantes das escolas de Enfermagem e das instituições de Saúde, principalmente hospitalares; 3) Comissão de Seguimento, constituída pela presidente, uma assistente, secretária e mensageiro.

Com relação ao anteriormente indicado, esse Conselho apresentava algumas modificações; dele passaram a fazer parte: as presidentes das Comissões de Educação, Saúde Pública, Enfermagem Hospitalar e de Auxiliar de Enfermagem; representantes da Fundação Rockefeller, da OPAS/OMS, da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), dos Ministérios da Saúde, Educação, Trabalho e Previdência Social; duas representantes do antigo Centro de Levantamento; e a presidente da Comissão de Seguimento. Como órgão deliberativo, o Conselho Diretor deveria aprovar os planos de trabalho e relatórios anuais da Comissão de Seguimento e decidir sobre as prioridades na execução das recomendações.

Cabia aos membros colaboradores, como elementos de ligação entre a Comissão de Seguimento e as instituições que tinham relação com a Enfermagem em cada unidade da Federação, executar as determinações do plano de trabalho da comissão, em âmbito local, ou sugerir as melhores medidas para que as recomendações fossem postas em prática.

Não foi encontrado documento que comprove a realização de reuniões dos dois primeiros órgãos de administração. Por informações de sua presidente, a Comissão de Seguimento encontrou sempre grande apoio na diretoria da ABEn, principalmente de suas presidentes, e não menor colaboração das representantes da comissão nos estados. Os arranjos preliminares para a instalação da co-

missão e a escolha do local do escritório e do pessoal foram discutidos e determinados pela diretoria da ABEn, principalmente por sua presidente, Marina de Andrade Resende (39).

Realizações da Comissão

No mesmo mês em que a comissão foi oficialmente criada, março de 1961, sua presidente enviou circulares a todas as entidades para as quais haviam sido dirigidas as recomendações do levantamento, informando sobre a instalação e dando a conhecer a sua organização estrutural e o primeiro plano de trabalho. Esse, elaborado com a presidente da ABEn antes da instalação oficial da comissão, incluia as seguintes aspirações (38):

1. atualizar os dados do levantamento mantendo em dia o fichário de enfermeiros e de auxiliares de enfermagem inativos e em atividade, bem como os fichários de diplomação anual por escola ou curso;
 2. completar os dados sobre a enfermagem no Brasil instituindo fichário para os diplomados nos cursos de pós-graduação e para os práticos de enfermagem;
 3. lutar pela criação da seção de Enfermagem na Divisão do Ensino Superior do MEC;
 4. incentivar campanhas locais de recrutamento de alunos para escolas de Enfermagem e de Auxiliares de Enfermagem;
 5. dar assistência técnica às escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem que o solicitasse, em problemas relacionados com a revisão do currículo, desenvolvimento do corpo docente, instalação, equipamento e material didático, por meio de: visitas às instituições, reuniões regionais de professores enfermeiros, solicitação de bolsas de estudo, etc.;
 6. incentivar a organização de campos de demonstração de Enfermagem de Saúde Pública e de Enfermagem hospitalar (Médico-Cirúrgica, Pediátrica, Obstétrica e Psiquiátrica), principalmente em unidades sanitárias e hospitais ligados a universidades.
- Após a instalação do Conselho Diretor, em outubro de 1961, o plano foi ampliado e passou a incluir atividades para os anos de 1961, 1962 e 1963. Assim, a comissão deveria: 1) fazer o levantamento das condições das escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem, no quinquênio 1957-1961; 2) fazer o levantamento do pessoal de enfermagem em atividade, em colaboração com as seções estaduais da ABEn e com o IBGE; 3) fazer pesquisa nos Serviços de Fiscalização da Medicina dos estados para verificação do registro: a) dos certificados dos práticos de enfermagem; b) dos

títulos de parteiras práticas; c) dos diplomas de enfermeiras obstétricas; 4) fazer pesquisa sobre os enfermeiros militares existentes no país e sobre o requisito para matrícula nos cursos de Enfermagem das forças militarizadas; 5) continuar as visitas às escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem, para prestação de auxílio técnico.

Atualização de dados

Terminado o levantamento, e, enquanto eram esperados recursos financeiros para instalar a comissão, a diretoria da ABEn tomou a si a tarefa de manter atualizados os dados estatísticos sobre o pessoal de enfermagem que deixava anualmente as escolas e cursos (40).

Uma vez que a comissão havia sido designada de “Seguimento do Levantamento”, um de seus objetivos deveria ser, logicamente, continuar, na medida de suas possibilidades, a recolher dados nas cinco áreas que aquele estudo havia selecionado. Para atender programa tão ambicioso, a ABEn tentou obter recursos para a comissão em termos de, no mínimo, três anos iniciais. Com a obtenção destes para um ano apenas, os objetivos precisaram, também, sofrer limitações.

Seguindo seu esquema de trabalho, a comissão enviou a todas as escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem os mesmos formulários usados pelo Centro de Levantamento em 1956. Esperava, assim, manter atualizado o cadastro dos enfermeiros interrompido em 1956, e obter informações sobre o desenvolvimento de cada escola no período de 1956 a 1961.

Nem todas as escolas, porém, podiam manter pessoal de secretaria em número suficiente para atender, com presteza, a todas as solicitações que lhes chegavam. Deve ser levado em conta que, nesse período, a correspondência da comissão com as escolas, para troca de informações, era contínua. Apesar dessas dificuldades, a comissão pôde recolher documentação que permitiu acompanhar o desenvolvimento do ensino de Enfermagem nos dois níveis então existentes, no que se referia a número de escolas ou cursos em funcionamento, localização nas diversas regiões da Federação, subordinação administrativa e pedagógica, número de estudantes admitidos anualmente, desistências e suas causas, processos de seleção utilizados e número de enfermeiros e de auxiliares de enfermagem produzidos anualmente pelas escolas, por sexo.

Interrompida a subvenção da Fundação Rockefeller, os trabalhos da comissão restringiram-se apenas à atualização desses dados por meio de correspondência e preenchimento de questionários, atividades essas ainda hoje desenvolvidas pela comissão permanente de Documentação e Estudos da ABEn.

Assistência Técnica às Escolas e Assessoramento às Seções Estaduais

Fiel a seus objetivos, a comissão colocou-se à disposição dessas entidades para orientação e auxílio na execução das recomendações específicas às mesmas dirigidas, especialmente no que se referia ao desenvolvimento do corpo docente, revisão do currículo, programas de recrutamento, seleção e admissão de estudantes, oportunidades para bolsas de estudos, política de trabalho e realizações da ABEn, além dos objetivos da própria comissão. Essa assistência foi feita em locação, geralmente a convite das escolas ou seções estaduais, ou por cartas, nas quais eram esclarecidas as dúvidas ou enviado material informativo.

A execução desta parte do programa resultou em visitas da presidente da comissão a quase todas as escolas do Norte e Nordeste do país e algumas da região Sudeste; nessas visitas foram feitas reuniões com a diretoria, corpo docente e corpo discente das escolas para: debater aqueles assuntos, tomar conhecimento de novos cursos de formação profissional, das condições do ensino, da utilização do produto saído das escolas e discutir os rumos que a Enfermagem vinha tomando nos últimos tempo, no Brasil.

Com a vigência do artigo 5º da Lei 775/49, que tornou obrigatório o segundo ciclo completo (atual 2º grau) para admissão às escolas de Enfermagem, a começar em fevereiro de 1962, tornaram-se comuns os pedidos de esclarecimento e as discussões sobre as novas exigências quanto a requisitos de admissão, necessidade de revisão do currículo para adaptação do programa das escolas ao nível universitário de ensino, e necessidade de melhor seleção dos campos de prática. A Comissão de Educação da ABEn, consciente de que o fato representava um real avanço da Enfermagem brasileira, teve papel preponderante na ajuda às escolas para revisão de seus programas de ensino, de modo a colocá-las definitivamente no nível universitário e foi, nesse trabalho, intensamente auxiliada pela Comissão de Seguimento. O assunto era de grande interesse para todos os enfermeiros, que de uma ou outra maneira se beneficiariam com a nova situação das escolas. Nas reuniões da presidente da comissão com as seções estaduais, esse tema foi consi-

derado tão importante quanto a campanha de recrutamento de estudantes, quanto os problemas locais da associação e quanto a execução das recomendações específicas do levantamento.

O assessoramento da comissão estendeu-se também às escolas de Auxiliar de Enfermagem, principalmente do Nordeste, com visitas a hospitais, maternidades e centros de Saúde usados como campo de prática por essas escolas.

Campanhas de Divulgação da Profissão e de Recrutamento de Alunos

O XI Congresso Brasileiro de Enfermagem, além de recomendar a criação dos órgãos de seguimento das recomendações do levantamento, deu, também, as normas que deveriam ser seguidas para o início dos trabalhos (41).

Dentre as recomendações do Centro de Levantamento às escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem, uma se referia à necessidade de as escolas organizarem "um programa intensivo de recrutamento para atrair maior número de candidatos aos cursos". Por outro lado, a ABEn deveria procurar a "cooperação de Associações Médicas, de Hospitais e de órgãos governamentais especializados para promover uma campanha de recrutamento de candidatos para escolas de enfermagem e de auxiliar de enfermagem" (42), a fim de aumentar o número desses profissionais nos anos seguintes, tendo em vista a assustadora escassez numérica para atender as necessidades de enfermagem no Brasil, encontrada naquele estudo.

O programa traçado pela ABEn e Comissão de Seguimento, nesse sentido, previa o aproveitamento de todos os meios e recursos disponíveis, uma vez que seria uma campanha de âmbito nacional, e portanto, dispendiosa.

Um dos problemas que mais preocupavam a Associação, nessa época, era justamente o do recrutamento de alunos no nível de secundário completo; era esperada, pela maioria dos enfermeiros educadores, uma desvantajosa baixa nas admissões às escolas de Enfermagem, quando não mais seriam aproveitados os candidatos apenas com o curso ginasial concluído (1.º grau). Em agosto desse ano, 1961, a diretoria da ABEn recomendou à comissão que planejasse folhetos e cartazes ilustrados para divulgação da Enfermagem pelas seções estaduais e distritos.

Tiveram papel relevante nesse trabalho de divulgação, a contínua troca de correspondência entre a comissão e as seções e dis-

tritos da ABEn, escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem de vários pontos do país e as visitas feitas pela presidente da comissão a essas instituições. Essas visitas eram precedidas de notícias pelos jornais aos quais eram concedidas entrevistas que tinham como objetivo solicitar a colaboração dos educadores locais para a "Grande Campanha de Divulgação da Enfermagem e Recrutamento de Alunos" para as escolas universitárias e de Auxiliar de Enfermagem.

Sem auxílio oficial para empreendimento de tal amplitude, a comissão dependia exclusivamente do interesse e boa vontade dos enfermeiros de cada estado para o planejamento e execução da campanha. Coube às suas representantes a coordenação local dos trabalhos, e à comissão central, a coordenação em nível nacional. Essa coordenação consistiu: no envio, às seções e escolas, de cartazes e folhetos elaborados pela comissão e válidos para todo o território nacional e de material de divulgação para reprodução e divulgação pelas escolas normais, bibliotecas, hospitais, associações religiosas e outras instituições; na orientação às escolas sobre o preparo desse material e importância de campanhas bem organizadas e, principalmente, no estímulo à continuidade do programa, que deveria ser planejado para três anos, no mínimo, atingindo a capital e cidades do interior.

A fim de garantir o êxito da campanha que dependia, em parte, da impressão e remessa do material de divulgação, tanto as escolas como algumas indústrias e laboratórios, esses últimos principalmente de S. Paulo, não negaram sua contribuição em espécie ou em serviços, muito apreciada pela ABEn e pela Comissão.

Dentre os meios de que as escolas lançaram mão para a obtenção desses recursos e para a divulgação da Enfermagem, destacaram-se os cursos de Enfermagem do Lar, planejados e desenvolvidos durante a Semana da Enfermagem (43).

Foi, também, de grande importância a contribuição dos estudantes de algumas escolas de Enfermagem no desenvolvimento dessa campanha, principalmente em cidades do interior do Estado.

Campos de Demonstração de Ensino

As assembléias gerais realizadas durante os congressos de 1950, 1957 e 1959 homologaram recomendações desses últimos às escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem, à ABEn e aos serviços de enfermagem hospitalares e de Saúde Pública, para que procurassem estabelecer condições adequadas para a experiência de

campo dos estudantes, indispensável para a formação desses profissionais. Além do mais, as condições do ensino de Enfermagem e a necessidade de torná-lo mais eficiente eram assuntos que haviam sido estudados e analisados pelo Centro de Levantamento.

É uma verdade que nenhum enfermeiro contesta que a experiência de campo exigida dos estudantes deve ser proporcionada em ambiente onde o serviço de Enfermagem seja considerado apropriado, e os enfermeiros sejam modelo no atendimento aos pacientes. A participação das docentes das escolas é primordial para que isto aconteça. Já o Decreto n.º 20109/31, ao determinar os requisitos básicos para a equiparação das escolas à Escola Ana Neri, estabelecia as condições mínimas que os hospitais deviam possuir para servir de campo de ensino de enfermagem.

A diretoria da ABEn, pela presidente Marina de Andrade Resende, decidiu atribuir à Comissão de Seguimento o estudo de alguns dos campos de experiência prática mais utilizados pelos estudantes, a fim de transformá-los em campos de demonstração. Foram escolhidos, de início, as clínicas pediátrica, psiquiátrica e o centro cirúrgico do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e o campo de Enfermagem de Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da mesma Universidade, todos em São Paulo, sede do escritório da comissão. Como resultado desse projeto, foram detalhadamente estudados o primeiro e o último, isto é, a clínica pediátrica e o campo de Enfermagem de Saúde Pública; os demais não foram além dos entendimentos preliminares. A falta de enfermeiros e de verbas para as reformas que se faziam necessárias dificultaram o andamento das providências a tomar.

Anteriormente, em 1959, os consultores Beatrice Lennington, do Serviço de Cooperação Interamericana, Ponto IV, e Kenneth L. Winters, da Rockefeller, haviam visitado a citada clínica pediátrica e feito recomendações. Uma comissão, encarregada pela Rockefeller e constituída de: 1) representantes dessa Fundação, 2) da Comissão de Seguimento da ABEn; 3) da diretora da Escola de Enfermagem da Universidade de S. Paulo, assessorada pelas docentes daquelas disciplinas, 4) da administração daquele Hospital, representada pela diretora da Subdivisão de Enfermagem, deu prosseguimento à análise e recomendações feitas por aqueles consultores em relação à: 1) necessidade de mudanças no ambiente físico da clínica, 2) aumento do número de leitos, 3) aumento do material necessário, 4) melhoria do equipamen-

to médico e 5) aumento do número de pessoal de enfermagem; esse devia ser melhorado tanto na quantidade como na eficiência e selecionado especificamente para aquele campo.

Em setembro de 1961, Clarice Ferrarini, Diretora da Subdivisão de Enfermagem, pôde comunicar à Comissão de Seguimento que a clínica havia sido reformada "a fim de tornar o local adequado ao funcionamento de unidade piloto de Pediatria".

No caso do centro cirúrgico, foi considerado mais apropriado que uma enfermeira do Hospital das Clínicas fosse aos Estados Unidos especializar-se nesse ramo da Enfermagem, com bolsa de estudos solicitada à Fundação Rockefeller.

O estudo sobre as condições do campo de Saúde Pública foi feito sob a coordenação da assistente da Comissão de Seguimento, Milza Barcelos. Minuciosos relatórios foram apresentados à ABEn, e às próprias instituições, sobre as condições do Centro de Aprendizado Urbano e Rural da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo, do campo de treinamento do Posto *Samuel Libânia*, em Jacarepaguá, e do campo de treinamento do 6.º Distrito Sanitário do Departamento de Saúde Pública do Estado da Guanabara, ambos no Rio de Janeiro; esses últimos foram acrescentados aos planos, um pouco mais tarde.

É natural que essas providências, tomadas em âmbito muito limitado tendo em vista as diferentes regiões onde estão localizadas as escolas, e interrompidas à falta de ajuda financeira continuada, não tenham trazido nenhuma esperança de solução ao problema; a maioria dos enfermeiros continua considerando o assunto sério e merecedor de atenções especiais. A confirmação do fato está na recomendação feita novamente ao XXIV Congresso Brasileiro de Enfermagem, em 1972, (44).

COMISSÃO DE DOCUMENTAÇÃO E ESTUDOS

A presidente da Comissão de Documentação e Estudos, ao apresentar o primeiro relatório dessa comissão em 1964, histriou resumidamente a fase final da existência da Comissão de Seguimento e a sua transformação nesse novo órgão técnico da ABEn. Contou ela que:

"Por ocasião do Congresso de Fortaleza (1963) foi sugerida a inclusão daquela, com o novo nome, entre as Comissões Permanentes da ABEn, o que não se deu em virtude da possibilidade de se continuar recebendo

subvenção da Rockefeller para o pagamento de seus membros, o que a tornaria antiestatutária. Nada impede, porém, que agora a Comissão de Documentação e Estudos apareça no Estatuto da ABEn como comissão permanente, uma vez que há mais de 2 anos foi suspensa a remuneração da presidente por falta de subvenção especial para isso".

A existência desse órgão técnico, com atribuições definidas, vem permitindo à ABEn ter a seu alcance as informações estatísticas de que necessita para seus trabalhos, ou que lhe são solicitadas por órgãos dos poderes públicos e meios de comunicação. Seus relatórios retratam a situação da Enfermagem quanto ao preparo quantitativo de seus profissionais, possibilitando projeções para o futuro. Tem sido, nesses últimos anos, a maior fonte de divulgação de dados sobre a Enfermagem (45).

Coordenaram essa Comissão: Amalia Corrêa de Carvalho (1964-1968), Glete de Alcântara (1968-1970), Anayde Corrêa de Carvalho (1970-1972) e Nilza Dias da Rocha Medeiros (1972-1976).

O progresso que vem caracterizando a profissão nesses últimos anos determinará, certamente, mudança nas estruturas de sua associação de classe com o aparecimento de novos órgãos, com outras atribuições. Um desses é o Centro de Estudos e Pesquisas de Enfermagem (CEPEN), que deverá abrir novas perspectivas para esta atividade da ABEn.

Dados sobre a Formação do Pessoal de Enfermagem do Brasil — 1969

Pretendendo apresentar um documento que desse certa continuidade ao relatório do Levantamento de Recursos e Necesidades de Enfermagem, no que dizia respeito ao campo educacional, as presidentes da Comissão de Seguimento e da Comissão de Documentação e Estudos nos períodos de 1964 a 1968 e 1970 a 1972 apresentaram, em 1969, um resumo dos dados coletados entre 1961 e 1969, referentes apenas à movimentação e situação das escolas a partir de 1956 (44).

Esse resumo foi publicado em folheto, impresso pela ABEn graças à colaboração do Laboratório Johnson e Johnson. Mostra a evolução do ensino de enfermagem e inclui, em uma só fonte, os dados estatísticos e informações sobre o pessoal de enfermagem, de 1956 a 1969.

**CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS
DE ENFERMAGEM (CEPEn)**

A Assembléia de Delegados realizada em 1971, em Manaus, antecedendo o XXIII Congresso Brasileiro de Enfermagem, aprovou proposta da coordenadora da Comissão de Legislação, Haydée G. Dourado, para a criação, em S. Paulo, de uma entidade com personalidade jurídica própria, "com o fim de coletar dados, estudá-los e divulgar os resultados dessas pesquisas". Dessa maneira, "o órgão encarregado da coleta e difusão de dados estatísticos sobre o ensino de enfermagem será transformado em Centro de Estudos e Pesquisas, ampliando grandemente seu campo de ação, recursos e instrumentos de trabalho", escreveu a coordenadora da Comissão de Documentação e Estudos, em 1972.

De acordo com decisão da diretoria, coube à autora da proposta a elaboração de anteprojeto do estatuto da nova entidade. Este, depois de redigido e duplicado, foi enviado pela presidente da ABEn, em maio de 1972, aos membros da diretoria, presidentes das seções estaduais, dos distritos e diretoras de escolas de Enfermagem para estudo, apreciação e apresentação de subsídios para eventuais alterações.

Até a presente data o anteprojeto não foi examinado pela Assembléia de Delegados; está sendo aguardado o projeto de reforma no estatuto da ABEn pela comissão especial que realiza o estudo desde 1972, no qual deverá estar incluída a organização do Centro de Pesquisas em Enfermagem.

NOTAS

CAPÍTULO II

1. Izaura Barbosa Lima. Aspectos da situação da Enfermagem no Brasil. Divisão de Organização Sanitária. Departamento Nacional de Saúde do Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1950. Folheto.

2. Resoluções n.º 2a e n.º 15a, respectivamente.

3. A primeira Reunião de Técnicos (Peritos) em Enfermagem, da Organização Mundial de Saúde, foi realizada em Genebra, Suíça, em fevereiro de 1950.

4. A presidente da Comissão de Intercâmbio Cultural e Profissional referia-se à publicação de Margaret G. Arnstein "Guide for National Studies of Nursing Resources. World Organization, 1953". Em 1951, um esboço desse trabalho havia sido enviado às associações dos países membros do Conselho Internacional de Enfermeiras, para estudo e apreciação.

5. A Comissão Nacional de Assistência Técnica foi criada pelo Decreto n.º 28 799, de 27 de outubro de 1950, no Ministério das Relações Exteriores, com a finalidade de estudar as possibilidades de participação do Brasil em programas de assistência técnica. Consultar: 1) o artigo de Ernani Braga intitulado "O Programa do Ponto IV — Plano Inter-nacional de Cooperação Técnica", publicado em Anais de Enfermagem, jan. de 1951, pp. 113-119; 2) o relatório da Comissão de Intercâmbio Cultural e Profissional, Anais de Enfermagem, jan. de 1952, pp. 120-127.

6. Anais de Enfermagem, jul. de 1952, p. 277.

7. Essa Comissão tinha como finalidade promover e instituir a Campanha Nacional para o Desenvolvimento do Pessoal de Nível Superior. Foi criada pelo Decreto n.º 29 741, de 11 de julho de 1951, sob a presidência do Ministro da Educação e Saúde e composta de representantes do Ministério da Educação e Saúde, Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), Fundação Getúlio Vargas, Banco do Brasil, Comissão Nacional de Assistência Técnica, Comissão Mista Brasil — Estados Unidos, Conselho Nacional de Pesquisa, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e da Confederação Nacional de Comércio. A denominação foi mudada para "Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior", com a mesma sigla, CAPES.

8. Arquivos da Divisão de Educação da ABEn.

9. Ata da reunião da diretoria da Divisão de Educação, realizada no dia 3 de julho de 1952.

10. Anais de Enfermagem, março de 1954, pp. 42-54. O relatório original da comissão não foi encontrado.

11. Izaura Barbosa Lima — Relatório da Comissão Especial de Levantamento Estatístico, maio de 1954. Arquivos da ABEn.

Dos 38 cursos de Auxiliar de Enfermagem encontrados, cinco estavam funcionando à margem da Lei n.º 775/49.

12. Em entrevista, gravada, concedida à Comissão Especial de Revisão do Relatório do Levantamento, para posterior publicação, Maria Rosa S. Pinheiro disse: "nessa ocasião eu acabava de ser eleita presidente da ABEn para o biênio seguinte. E eu fiquei assustadíssima com esta incumbência, com esta recomendação à ABEn. E levantei-me na hora da votação, para protestar, para dizer que a ABEn não tinha recursos para fazer este levantamento. Mas a assembléia não deu a mínima atenção e votou a recomendação".

13. Recomendação n.º 2. Relatório publicado em *Anais de Enfermagem*, dez. de 1954, p. 320.

14. Livro de Atas n.º 2.

15. Rev. Bras. de Enf., set. 1955, p. 280.

16. Foram as seguintes as fontes consultadas para a elaboração dessa etapa do Levantamento: 1) Survey Center of Nursing Resources and Needs in Brazil. First Report. January 2 to June 20, 1956. Cópia mimeografada; 2) Relatório do Levantamento dos Recursos e Necessidades de Enfermagem. Outubro de 1957. Cópia mimeografada; 3) Seminário didático internacional sobre levantamento em Enfermagem, OPAS/OMS, 1959, Salvador, Bahia; 4) Livro de Atas do Conselho Diretor do Levantamento dos Recursos e Necessidades de Enfermagem, 8 de julho de 1955 a 30 de outubro de 1958.

17. Instituições que apoiaram inicialmente o levantamento: Fundação Rockefeller, Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), Repartição Sanitária Pan-americana e CAPES.

18. A denominação dada a esse órgão foi de Conselho Consultivo, mudada para Conselho Diretor na primeira reunião desse órgão, a 4 de junho de 1956.

19. A direção dos trabalhos caberia, de direito, à presidente da ABEn, mas o SESP não podia prescindir, naquele momento, da contribuição de Maria Rosa S. Pinheiro, diretora da Divisão de Enfermagem, devido aos compromissos assumidos no campo do ensino de Enfermagem. Como presidente da ABEn, esteve à frente dos trabalhos do levantamento de 1954 a 1956. Ata da reunião do Conselho Diretor.

Em 1956, Maria Rosa S. Pinheiro foi dirigir a Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e Marina de Andrade Resende substituiu-a naquela Divisão.

20. Division of Nursing Resources — Department of Health, Education and Welfare, USA.

21. A representação gráfica da estrutura do estudo foi reproduzida no folheto "Seminário Didático Internacional sobre Levantamento de Enfermagem", p. 35.

22. Maria Palmira Tito de Moraes trabalhou no Centro até 31 de agosto de 1958.

Em janeiro de 1958, a organização do Centro foi alterada: Haydée G. Dourado e Maria de Lourdes Verderese tornaram-se diretoras associadas junto à diretora-presidente, Maria Rosa S. Pinheiro; a primeira, para os assuntos administrativos e a segunda, para os técnicos. Antes dessa data os cargos eram de presidente, diretora e vice-diretora.

23. O método de amostragem empregado foi o dos conglomerados, por sugestão de Thomaz Jabine, técnico norte-americano em amostragem recentemente chegado dos Estados Unidos para colaborar com o SESP e Ponto IV.

24. As informações contidas nesta parte do levantamento foram colhidas das seguintes fontes: 1) Relatório final do Levantamento dos Recursos e Necessidades de Enfermagem. Associação Brasileira de Enfermagem, 1960. Ainda não publicado; 2) Relatórios parciais do Centro de Levantamentos; 3) Seminário Didático Internacional sobre Levantamentos de Enfermagem, 1959, pp. 30-34.

25. A Irmã Helena Couto foi substituída, pouco depois, pela Irmã Helena Maria Villac.

26. Da entrevista concedida por Lourdes Torres de Cerqueira à Comissão Especial de Revisão do Relatório Final do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem, destaca-se o seguinte trecho:

"Dentre as muitas dificuldades que tivemos que enfrentar, uma referia-se às distâncias. Viajar pelo Brasil em 1957 não era brincadeira. Utilizávamos, felizmente, o transporte aéreo que existia na ocasião, a REAL, que ia a quase todos os lugares do Brasil; onde houvesse um campinho, um DC 3 lá descia (...). Algumas vezes fazímos o levantamento dos dados em conjunto, isto é, as três enfermeiras juntas; outras vezes fomos sozinhas. Eu, por exemplo, fiz a região Centro-Oeste sozinha. A dificuldade era justamente chegar nos lugares que haviam caído na amostragem. Eu viajei de DC 3, de ônibus, jardineira, jeep, trem; só não viajei de barco, mas até a pé tive que andar (...). Toda essa experiência, adquirida em apenas dois anos, aproximadamente, me proporcionou uma bagagem de conhecimentos correspondente a dez anos de atividade profissional normal o que, evidentemente, me deu grande vantagem na carreira profissional (...)".

27. Organização Mundial de Saúde — Seminário Didático Internacional sobre Levantamentos de Enfermagem, 1959. Em 1956 havia sido realizado um seminário semelhante em Sèvres, França, "Seminário Internacional sobre Pesquisa em Enfermagem", ao qual compareceram a presidente da ABEn e do Centro, e a diretora deste.

28. Projeto de Lei n.º 3.082/57.

29. Resumo do estudo, apresentado por Marina de Andrade Resende ao Sexto Congresso Regional de Enfermeiras para as Américas. Panamá, maio de 1962.

30. Livro de Atas do Conselho Diretor do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem, 1955-1958.

31. Recomendações n.º 10a, 10b e 10c.

32. Livro de Atas das reuniões da Diretoria, n.º 3.

33. Diretora da Divisão de Enfermagem da Fundação Rockefeller. Virginia Arnold havia estado no Brasil de 2 a 10 de janeiro de 1957, visitando o Centro de Levantamento. Encontrava-se no Chile, país onde se realizava o Primeiro Congresso Interamericano de Obstetritas (16 a 21 de setembro de 1959).

34. Recomendação n.º 6.

35. Livro de Atas das reuniões da diretoria, n.º 4.

36. Relatório da presidente da Comissão de Seguimento, 1962. Consultar também o relatório da Comissão de Seguimento do Levantamento apresentado em julho de 1963 e publicado na Rev. Bras. de Enfermagem, ago. 1963, p. 322.

37. Cópia datilografada da ata da reunião realizada no dia 3 de abril de 1962, e do plano "Tentativa de projeto de colaboração da Associação Brasileira de Enfermagem com o Ministério da Educação e Cultura", 1962". Arquivos da ABEn.

38. Correspondência da Fundação Rockefeller. Arquivos da ABEn.

39. Foram consultados os seguintes documentos dos arquivos da ABEn:

1) Centro de Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem: trabalho apresentado por Amalia C. Carvalho ao III Congresso Nacional de Hospitais, São Paulo, 2 a 9 de julho de 1961; 2) correspondência e relatórios da Comissão de Seguimento; 3) Livros de Atas das reuniões da diretoria, n.ºs 3 e 4.

40. Em 1961, quando a Comissão de Seguimento do Levantamento começou a funcionar, existiam 39 escolas de Enfermagem, 63 escolas ou cursos de Auxiliar de Enfermagem, 7 cursos de Enfermagem Obstétrica e 2 de Enfermagem de Saúde Pública.

41. Recomendação n.º 11a — “que (a ABEn) promova uma campanha de recrutamento de candidatos para escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem; 11b — que aja como grupo de pressão para que o Ministério da Educação e Cultura promova uma campanha nacional de ensino de enfermagem a ser prevista no próximo orçamento da União”.

42. Recomendações n.º 36 e n.º 42, respectivamente.

43. O Eoletim Informativo da ABEn, de março de 1962, trouxe a seguinte notícia: “Prosseguindo suas atividades na campanha de difundir a enfermagem e intensificar o recrutamento de candidatas a escolas de enfermagem, a ABEn conseguiu que o Serviço de Divulgação e Relações Culturais dos Estados Unidos patrocinasse um documentário de 270 metros, filmado em branco e preto, que já está sendo exibido em cinemas da Guanabara e do Estado do Rio, devendo em breve alcançar a rede de cinemas de outros Estados. O documentário, filmado nas Escolas de Enfermagem de Manaus, Bahia, Ana Neri, do Hospital São Paulo e de São Paulo, foi feito a pedido de Marjorie Spaulding, enfermeira consultora do Ponto IV e sob orientação da ABEn.

Foi levado em “avant-première” no dia 21 de fevereiro, no auditório da Embaixada Americana, para um grupo de enfermeiras e outros convidados (...”).

44. Recomendação n.º 9, às escolas e serviços de enfermagem: “a) que os campos de estágio sejam preparados adequadamente a fim de elevar o nível de assistência de enfermagem, condição essencial para maior desenvolvimento do estudante; que os departamentos das escolas de enfermagem participem na manutenção dos campos de estágio”.

45. Os dados referentes ao ano de 1969 foram coletados e divulgados pela presidente da comissão, eleita para o biênio 1970-1972.

III

PUBLICAÇÕES

Os instrumentos utilizados pela Associação Brasileira de Enfermagem para estabelecer comunicação mais freqüente com seus associados, espalhadas de Norte a Sul do país, são ainda muito escassos. São eles, a Revista Brasileira de Enfermagem (RBEn), seu órgão oficial, e o Boletim Informativo (BI), noticiário mensal.

Neste capítulo serão relatados os fatos que marcaram a vida de uma e de outro, assim como as tentativas feitas pela ABEn para ampliar esse campo de ação com outras publicações. Serão incluídos, também, o concurso "Marina de Andrade Resende", estabelecido pela direção da revista, e o Fundo de Impressão. Esse, criado pela ABEn com a finalidade de amparar as publicações produzidas pelos enfermeiros, ou publicar obras traduzidas, de interesse geral, não conseguiu sobreviver.

REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM

Há quarenta e quatro anos a Associação Brasileira de Enfermagem vem, teimosamente, valentemente, mantendo seu órgão oficial de divulgação cultural, a Revista Brasileira de Enfermagem. Sua história é testemunho da perseverança com que suas organizadoras trabalharam para trazê-la, fortalecida, até nossos dias.

A publicação de uma revista depende de muitas e variadas decisões sobre fatores considerados indispensáveis para que ela exis-

ta; essas vão desde a escolha da capa até a organização de seu corpo administrativo. Não raras vezes o êxito do empreendimento não depende somente dessas decisões mas de elementos outros que nem sempre podem ser facilmente controlados. Para conhecer a história da Revista Brasileira de Enfermagem será necessário conhecer o modo pelo qual cada um desses fatores se desenvolveu, os problemas surgidos e os meios utilizados para enfrentá-los, assim como as modificações que os caracterizaram em determinada época.

Foram quatro as fases pelas quais passou a revista na trajetória de sua existência, fases essas demarcadas por grandes modificações, introduzidas sempre tendo em vista a maior aceitação e o melhor aproveitamento, pelos associados, do único veículo de cultura de que a Associação dispõe. A primeira fase compreende o período que vai de seu nascimento, em 1932, até 1945, incluindo aquele em que a publicação foi interrompida; a segunda abrange apenas os anos de 1946 e 1947; a terceira inicia-se com as modificações efetuadas em 1948 e vai até 1955; nesse ano *Anais de Enfermagem* passou a denominar-se *Revista Brasileira de Enfermagem*; a quarta e última abrange o período de 1955 aos dias atuais. Em cada um desses períodos a Associação defrontou-se com dificuldades que, por vezes, pareciam insolúveis e intransponíveis.

ORIGEM E PRIMEIRAS LUTAS: 1932-1945

A fundação da revista em maio de 1932, com a denominação de *Anais de Enfermagem*, estão ligados, principalmente, os nomes de Edith de Magalhães Fraenkel, presidente da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras (ANEDB) e Rachel Haddock Lobo, diretora da Escola Ana Neri, que a fez surgir com seu trabalho e a dirigiu até 1933.

1929

Em julho de 1929, a Associação, representada oficialmente por Edith M. Fraenkel, foi recebida como membro do Conselho Internacional de Enfermeiras (ICN), durante o Primeiro Congresso Quadrienal realizado em Montreal, Canadá. As seguintes enfermeiras brasileiras também assistiram ao congresso: Marina Bandeira de Oliveira, Rachel Haddock Lobo, Célia Peixoto Alves, Iracema Cabral, Maria de Oliveira Regis e Alayde Duffles Teixeira Lott.

Encontrando-se nesse congresso com sua ex-diretora e professora de Ética, S. Lillian Clayton, presidente da Associação Americana de Enfermeiras, Edith M. Fraenkel foi convidada por esta para participar de uma reunião-jantar das redatoras das revistas

de Enfermagem dos países membros do Conselho. Não ficou surpreendida quando ouviu de Lillian Clayton o conselho para que a Associação, no Brasil, começasse imediatamente a publicação de uma revista, "nem que fosse, a princípio, de pequeno porte"; acostumara-se a ouvir nas aulas de Ética, que "uma profissão para se desenvolver precisa de uma associação e de uma revista" (1). Essa parecia ser a crença das enfermeiras norte-americanas. Será oportunno lembrar, de passagem que, ao diplomar-se a primeira turma de enfermeiras da Escola Ana Neri, em 1925, sua diretora, Clara Louise Kienninger, aconselhou-as a substituírem o clássico quadro de formatura por uma revista, com maior vantagem, tanto econômica como pessoal, uma vez que cada diplomada poderia conservar a sua, como lembrança. Assim apareceu a revista "Pioneira", em seu primeiro e único número (2).

Ao retornar da reunião, Edith Fraenkel transmitiu a sugestão recebida de Lillian Clayton a Rachel Haddock Lobo, Marina Bandeira de Oliveira e Célia Peixoto Alves, hóspedes do mesmo hotel; o grupo entusiasmou-se e, ali mesmo, começou a estudar as possibilidades da criação de uma revista e lançar as bases do plano que deveria ter prosseguimento quando regressasse ao Brasil. Quando isto se deu (3) a equipe de trabalho foi formada, juntando-se a ela Záira Cintra Vidal, recém-chegada dos Estados Unidos, onde permanecera de maio de 1927 a março de 1929.

Em julho de 1931, Bertha L. Pullen foi substituída na direção da Escola Ana Neri por Rachel Haddock Lobo, que havia se preparado para o cargo nos Estados Unidos no período de maio de 1927 a dezembro de 1929, e vinha exercendo a vice-diretoria dessa escola desde o seu regresso daquele país. Em setembro daquele ano, 1931, terminou, também, o contrato de Ethel O. Parsons que, depois de dez anos de inteira dedicação ao trabalho, foi substituída no cargo de superintendente geral do Serviço de Enfermeiras, a qual era subordinada a Escola, pela presidente da Associação, Edith M. Fraenkel.

1931

Dessa maneira, a Escola tornou-se, também, o centro das atividades que tinham por fim a criação da revista. Espírito batalhador, sua diretora lançou-se com firmeza e decisão à tarefa, sem avaliar o volume das dificuldades a enfrentar, mas contando sempre com o incentivo, cooperação e entusiasmo de Edith Fraenkel a quem cabia, em função dos cargos que ocupava, a responsabilidade direta pelas decisões que eram tomadas. Tudo o que havia sido planejado para iniciar a publicação foi conseguido em pouco mais de dois anos, isto é, entre princípios de 1930 e maio de 1932.

Em uma das reuniões informais realizadas pela Associação nesse período, Rachel Haddock Lobo apresentou, para apreciação das associadas, o croqui e as principais características que a revista teria (¹). O título seria *Anais de Enfermagem*, e a capa, idealizada e desenhada por um seu sobrinho, estudante da Escola de Belas Artes, teria o simbolismo dos monumentos egípcios como tema; seria de cor verde, tendo, centralizado, o triângulo projetado por Isabel Stewart, enfermeira norte-americana, com o lema, "Ciência, Arte, Ideal" (²). Foi, também, instituída a Comissão do Jornal da ANEDB, presidida por Rachel Haddock Lobo, com os membros: Zulema de Castro Amado, Maria de Castro Panphiro, Zaíra Cintra Vidal, Silvia Albuquerque Arcoverde de Albuquerque Maranhão, Alayde Cavalcanti, Marina Bandeira de Oliveira, Maria do Carmo Ribeiro, Rosaly Rodrigues Taborda e Célia Peixoto Alves, todas indicadas pela Associação.

1932

O primeiro encontro dessa comissão foi no dia 17 de março de 1932, na Escola de Enfermeiras Ana Neri; nessa data foi feita a distribuição dos cargos pelos seus membros, ficando Rachel Haddock Lobo como redatora-chefe (1932-1933), Célia Peixoto Alves, secretária (1932-1938), Zaíra Cintra Vidal, redatora revisora (1932-1933) e Edméa Cabral Velho, tesoureira (1932-1941). Como colaboradoras permanentes aceitaram participar: Rosaly Taborda, para enfermagem científica e prática (1932-1941), Marina Bandeira de Oliveira, parte literária (1932-1936), Edith de Souza, parte de livros (1932-1941), Célia Peixoto Alves, crítica humorística (1932-1937), Zaíra Cintra Vidal, página do estudante (1932-1933), e Zulema de Castro Amado, tradutora de notícias estrangeiras (1932). Além dessas, participariam apenas como colaboradoras: Alice Alvares de Araujo, Heloísa Veloso, Iracema dos Guarany Melo, Juracy Serpa Pyrrho, Magdalena Almeida Kasprzykowski (Werneck), Maria Amélia C. Rosas, Maria de Castro Panphiro e Silvia Maranhão. Ficou ainda resolvido que o jornal seria trimestral, custando cada número 3\$000 (três mil réis) e que o primeiro número sairia a 20 de maio desse ano.

Como fora planejado, depois de dois anos de expectativas saiu o primeiro número de *Anais de Enfermagem* na data prevista, isto é, maio de 1932; foi impresso nas oficinas gráficas do *Jornal do Brasil*. No editorial, intitulado *Era Nova*, Rachel H. Lobo traçou as primeiras diretrizes que deveriam nortear as publicações do periódico. "A enfermeira", disse ela, "a verdadeira enfermeira, deve preencher a enfermagem dos três eu do doente — o eu moral, o eu espiritual e o eu físico, objetivação do ideal profissional. Neste complexo de requisitos, que só uma enfermeira instruída e altamente

cultivada pode realizar, está a “ERA NOVA” da enfermagem de que será o arauto esta publicação, a primeira entre nós”⁽⁵⁾.

Referindo-se ao acontecimento, disse Edméa Cabral Velho que, “inegavelmente, deve-se a Rachel Haddock Lobo o valor desse trabalho pois a maior sobrecarga caiu sobre seus ombros”. Sua inteira dedicação culminou com o oferecimento do papel e pagamento das despesas com a gráfica⁽¹⁾. Essa foi a primeira doação feita à revista.

O papel desempenhado por Edith Fraenkel nesse acontecimento foi de relevância. Ao sair esse primeiro volume as enfermeiras, reunidas, ofertaram-lhe uma estatueta em bronze representando uma coruja, símbolo da sabedoria, pousada sobre um livro também de bronze em um pedestal de mármore; na lombada foram gravadas as palavras *1.º VOLUME*. Esse documento histórico encontra-se em poder de Amalia Corrêa de Carvalho, a quem foi ofertado pela própria Edith Fraenkel, depois de transferir-se de São Paulo para o Rio de Janeiro, em 1956.

Com relação à origem da revista, nada melhor que o testemunho da própria Edith Fraenkel. De carta datada de 20 de fevereiro de 1958, dirigida a Helena de Barros Silveira, secretária da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e sua amiga pessoal, foi tirado o seguinte trecho: “Aí envio finalmente a estatueta de Florence Nightingale e a coruja (...). A coruja foi-me dada por D. Rachel Haddock Lobo em uma manifestação que me prestaram as enfermeiras, por ocasião da publicação do 1.º número dos “Anais de Enfermagem”, iniciativa minha (...”).

Marina de Andrade Resende, editor da Revista Brasileira de Enfermagem de 1957 a 1965, em pesquisa feita em 1962 atendendo solicitação de esclarecimentos sobre a verdadeira origem da revista feita por Amalia C. Carvalho, assim concluiu o seu estudo: “Tenho dúvidas de que uma pessoa tenha sido sozinha a fundadora da revista. Com admiração, presto homenagem às que considero fundadoras: a Edith de Magalhães Fraenkel, na época presidente da Associação que teve a revista como seu órgão oficial e que, com a diretoria deve ter tomado a resolução de aceitar para a Associação a primeira atividade de publicação; a Rachel Haddock Lobo, sob cuja responsabilidade, na qualidade de Redatora-chefe, a revista foi efetivamente publicada; a Célia Peixoto Alves, secretária, da fundação até 1938; a Záira Cintra Vidal, redatora revisora chefe de 1933 a 1938; a Edméa Cabral Velho, tesoureira dos primeiros tempos”⁽⁶⁾.

A Comissão do Jornal da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras realizou outras reuniões nos anos de 1932 a 1935. A 17 de abril de 1933, Rachel Haddock Lobo acertou com os membros presentes que o número seguinte da revista deveria sair, também, a 20 de maio desse ano, mas a doença e seu falecimento, pouco depois, impediram a realização do plano. A 23 de outubro, Zaíra Cintra Vidal tomou posse do cargo de redatora-chefe, indicada que havia sido, por unanimidade de votos, em reunião geral anterior da Associação. Nessa data foi fixado o dia 25 de novembro para a saída do segundo número. Já em fevereiro de 1934, o preço de cada exemplar foi aumentado para 10\$000 (dez mil réis) e em julho de 1935, a redatora-chefe informou que a revista, sem o auxílio da Associação, não poderia enfrentar as despesas com a gráfica (7).

Administração da Revista

1932 Rachel Haddock Lobo foi a primeira redatora-chefe; permaneceu no cargo até sua morte, em setembro de 1933, quando foi substituída por Zaíra Cintra Vidal (1933-1938), que era também vice-presidente da Associação.

1938 Por ocasião das eleições da nova diretoria da Associação, realizada a 3 de novembro de 1938, Zaíra Cintra Vidal aproveitou para declarar “não poder e nem desejar continuar à testa do Jornal visto muito se ter preocupado e contrariado”. Por proposta de Edith Fraenkel, Alayde Borges Carneiro foi indicada redatora-chefe. No ano seguinte, a 28 de janeiro de 1939, foram designadas para auxiliar na direção de Anais de Enfermagem, Firmina Sant’Ana, como secretária e Maria Mendes da Rocha, tesoureira. A primeira, que já vinha atuando como segunda redatora-chefe, pediu demissão em fins desse ano. Quando o pedido foi comunicado, a 15 de setembro, a nova redatora-chefe aproveitou, também, para falar sobre a revista; declarou-se desanimada com as dificuldades que vinha encontrando para conseguir material para os números seguintes e com o aumento no preço do papel. Foi nessa reunião que a presidente Hilda A. Krisch sugeriu que fossem impressos “três números em um só exemplar”; pediu, também, às sócias que auxiliassesem Alayde Carneiro, que “tanto tem se esforçado para se desobrigar com êxito da árdua tarefa que lhe foi imposta”. Foi lembrado, por Juracy Pyrrho Pacheco da Silva, que seria conveniente conseguir anúncios para auxiliar nas despesas (8).

Houve, também, nesse período (1932-1941), algumas mudanças nos grupos das colaboradoras; Maria Madalena Almeida

Kasprzykowski (Werneck) participou, como colaboradora permanente responsável pela página da estudante, de 1934 a 1941; Ermengarda Johansen (de Faria Alvim), como desenhista, de 1934 a 1936; e Celina Flores Pernasetti, como desenhista, de 1937 a 1941. Nesse período, ou seja, de 1937 a 1941, eram colaboradoras permanentes, além das duas acima citadas, apenas Rosaly R. Taborda, com o mesmo encargo, e Edith de Souza, responsável pela seção de bibliografia.

Dentre as simplesmente colaboradoras, Madalena Almeida, Iracema dos Guarany Melo, Lidia Gonçalves e Silvia A. A. Maranhão foram substituídas, em 1934, por Carrie Reno (Teixeira), Adelina Zcurob (Fonseca), Maria Adelaide Witte (Fernandes), Maria Oliés e Mafalda Leone. Essa categoria de colaboradoras passou a não constar do expediente da revista a partir de 1937.

De 1941 a 1945, a publicação da revista foi interrompida.

Entre 1940 e 1943, parece ter havido séria crise de interesse pela Associação⁽⁹⁾. Quando Zaíra Cintra Vidal tomou posse da presidência, a 25 de setembro de 1943, encontrou-a com apenas vinte associadas, de acordo com o relatório que apresentou ao término de seu primeiro mandato, em 1945.

Naquele ano, 1943, houve uma tentativa para fazer a revista renascer. Na reunião de 10 de outubro de 1943, a presidente Zaíra Cintra Vidal tratou de vários assuntos, dentre os quais, três relacionavam-se com a revista: 1) o aluguel, pago pelo SESP, de uma sala para a associação e para a revista, durante um ano; 2) a aprovação, pelas associadas, de que fosse lavrado em ata um ato de louvor ao SESP; nessa oportunidade, Safira Gomes Pereira propôs, e foi unanimemente aprovado pela assembléia, que as enfermeiras norte-americanas, componentes do SESP, fossem consideradas sócias honorárias da ANEDB; 3) o último ponto, o mais importante, dizia respeito ao “reerguimento dos Anais de Enfermagem”. Para que isto se desse, foi nesse mesmo dia eleita nova diretoria, ficando Rosaly Taborda como redatora-chefe, Delizeth de Oliveira Cabral, secretária e Ana Jaguaribe da Silva Nava, tesoureira.

Em 1944, Rosaly Taborda foi dirigir o serviço de Enfermagem da Santa Casa de Santos, Estado de S. Paulo; não foi substituída na redação da revista apesar de ter sido cogitado, por Zaíra Cintra Vidal, o nome de Ana Nava para o cargo. Todas essas tentativas não foram suficientes para reerguer a revista.

A 16 de novembro a presidente, Zaíra Cintra Vidal, lembrou que a revista estava sem redatora-chefe. E, “considerando as van-

1943

1944

tagens oferecidas pelas oficinas de S. Paulo quanto a preço, qualidade do papel e duas capas em cores, sugeriu que fosse aclamada redatora-chefe Edith Fraenkel, então naquela Capital, que assim poderia atender aos interesses do periódico. A assinatura custaria vinte e cinco cruzeiros (...). Nessa ocasião, lançou um apelo às enfermeiras para que colaborassem enviando artigos”.

Edições anuais

De 1932 a 1941, a Associação conseguiu manter as publicações de Anais de Enfermagem quase ininterruptamente, embora de maneira muito irregular. A previsão inicial para edição de quatro números anuais não se concretizou; em 1932 foi editado apenas o seu primeiro número; em dezembro de 1933 saiu o número dois; em 1934 foram publicados os números três, quatro e cinco, em abril, julho e outubro, respectivamente; em 1935 apareceram os números seis e sete, de janeiro e maio; o número oito só apareceu em novembro de 1936; nesse ano, a revista passou pela primeira transformação em seu formato e na apresentação da página de rosto; o texto continuou em coluna dupla e o tamanho ficou igual ao que tinha até 1975; em maio, setembro e dezembro de 1937 foram editados os números nove, dez e onze, respectivamente; em 1938, também saíram três números: o doze em março, treze e catorze correspondentes aos meses de junho/setembro, e quinze, de dezembro; o número dezesseis abrangeu os anos de 1939/40 e o número dezessete saiu em abril de 1941; essa foi a última revista desse primeiro período. Foram dezesseis publicações em dezessete números, nos primeiros dez anos de existência, correspondentes aos volumes de I a IX⁽¹⁰⁾.

De novembro de 1938 a setembro de 1941, a Associação esteve sob a presidência de Hilda Anna Krisch; os problemas de manutenção da revista ou jornal, como era, também, chamada, agravaram-se no princípio do seu mandato com o aumento no preço do papel, motivado pela II Grande Guerra (1939-1945).

É de se imaginar o que de obstáculos não deve ter enfrentado o corajoso grupo de enfermeiras que compunha a direção da entidade de classe e da revista, nesse período, face ao desequilíbrio financeiro que as caracterizaram durante todos esses primeiros anos. Além do mais, o excesso de atividades profissionais a que estavam sujeitas as associadas impediam uma dedicação integral aos assuntos da revista. Das onze reuniões programadas pela Comissão do Jornal, entre 1932 e 1935, três não puderam ser realizadas por falta de “quorum”.

Não houve, por parte das suas fundadoras e colaboradoras, a preocupação de relatar, em qualquer das suas primeiras edições, os fatos que precederam e acompanharam sua fundação, as montagens da revista e nem os obstáculos que tinham que enfrentar; queixaram-se, sim, da falta de colaboração em artigos. O número de julho de 1934 fez constar, na seção "Crítica Humorística", entre as "Cousas que incomodam: VI — a falta de artigos para a Revista"; e no de janeiro de 1935, entre "O que não devemos esquecer: 3 — Colaborar com artigos que interessem a profissão".

Uma ou outra notícia, entretanto, foi publicada. As primeiras páginas do número de dezembro de 1933 foram inteiramente dedicadas à memória de sua fundadora e primeira redatora-chefe, que a morte havia levado a 25 de setembro desse ano.

O editorial do número quatro, abril de 1934, trouxe a descrição da capa e uma justificativa da escolha de sua ilustração. Escreveu sua autora, Lycia Ribeiro Lopes, referindo-se à escolha do simbolismo egípcio:

"(.) Anais de Enfermagem não poderia fugir à sedução que aquele povo misteriosamente exerce sobre os que cultivam a história da civilização. Eis porque as fundadoras desta interessante revista marcaram a sua capa com os monumentos simbólicos que a destinguem.

Compreendemos perfeitamente toda a imensa beleza que na arte egípcia encontraram as fundadoras e diretoras desta revista, a ponto de tomarem como tema da capa de "Anais de Enfermagem" a linda e impressionante mitologia daquele povo, rica em divindades e pródiga de encantadora filosofia" (11).

1933
1934

PERÍODO INTERMEDIÁRIO: 1946-1947

Edith M. Fraenkel, redatora-chefe e presidente da ABEn — Seção de S. Paulo, organizou logo seu campo de trabalho instalando, na Escola de Enfermagem de S. Paulo, da Universidade de São Paulo (EEUSP), da qual era diretora, a redação e a administração de Anais de Enfermagem. Seus primeiros auxiliares foram Marina Bandeira de Oliveira, secretária; Safira Gomes Pereira, tesoureira; e José Maria Machado, editor responsável; este último foi substituído por José Finocchiaro e Enio Barbato nesse mesmo ano. Na presidência da Comissão de Propaganda ficou Glete de Alcântara, a quem deveriam ser endereçados todos os pedidos de assinatura.

1946

O preço inicial desta foi de trinta cruzeiros por ano e cinqüenta por dois anos; a impressão passou a ser feita na gráfica da *Revista dos Tribunais*, em São Paulo.

Ao recomeçar a publicação, a redatora definiu seus objetivos quando escreveu: "a enfermagem necessita de um órgão de publicidade não só para divulgação de informações e troca de idéias (...), como para estimular o espírito de pesquisa, no intuito de melhorar as nossas técnicas, através da publicação dos resultados obtidos, dos quais advirão inestimáveis proveitos em prol do bem-estar e da saúde do nosso povo" (12).

No início dessa segunda fase, os volumes XV e XVI, correspondentes aos anos de 1946 e 1947, ainda saíram com certa irregularidade. Como pode ser verificado pela análise dos exemplares, na seriação dos volumes foram considerados os anos de interrupção, de 1942 a 1945, que corresponderiam aos volumes de XI a XIV. No primeiro ano, 1946, foram publicados quatro exemplares, os de número 18 a 21, todos em capa verde, com o símbolo egípcio simplificado; tendo no centro o mesmo lema, em triângulo; esses números correspondiam aos meses de janeiro/março, abril/junho, julho/setembro e outubro/dezembro. Já em 1947 foram publicados apenas os números 22 e 23, referentes aos quatro primeiros meses do ano.

O aspecto interior da revista era menos compacto que o que tem hoje; a distribuição do assunto era feita em coluna dupla, páginas de 18x24 cm, o que tornava a leitura mais agradável e o volume, de manuseio mais fácil.

Nesse período, a revista, apesar de tiragem irregular, contou com uma quantidade apreciável de anunciantes, comparada com a situação atual; chegou a onze anúncios no primeiro exemplar, intercalados com artigos científicos, notícias e informações, atos legislativos, consultas, fotografias e índice bibliográfico anual. Recebeu auxílio financeiro de várias instituições, principalmente do "Centro Acadêmico XXXI de Outubro" da Escola de Enfermagem da Universidade de S. Paulo. O número 19, de abril/junho de 1946, assinalou a contribuição do Serviço Especial de Saúde Pública (mil cruzeiros), da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (mil quatrocentos e oitenta e cinco cruzeiros), do Centro Acadêmico "XXXI de Outubro" (mil cruzeiros), da Escola Ana Neri (mil cruzeiros) e da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (novecentos cruzeiros).

A festa de Sto. Antônio (12 de junho), tradicionalmente realizada na Escola da Universidade de S. Paulo pelo corpo docente e

corpo discente foi, nesse ano de 1946, em benefício de Anais de Enfermagem que recebeu, do Centro Acadêmico, a valiosa contribuição de mais novecentos e quinze cruzeiros. Rosaly Taborda, na reunião mensal da ABED de novembro desse ano, pediu que fosse “lançado em ata um voto de louvor a Glete de Alcântara, pela sua cooperação em Anais de Enfermagem, (...) extensivos às alunas da Escola de S. Paulo, que muito contribuíram para a revista”. No ano seguinte foi a redatora-chefe que, ao apresentar relatório, destacou a valiosa colaboração de Glete de Alcântara que consagrava grande parte de seu descanso diário à referida revista. “Se a revista circula”, disse Edith Fraenkel, “devemo-la à dedicação de Glete de Alcântara”. Outras manifestações semelhantes de reconhecimento foram feitas pela ABED, ressaltando a colaboração que as alunas dessa Escola vinham prestando à redação e à administração de Anais de Enfermagem (8).

Em 1947 houve mudança na designação de alguns dos cargos; 1947
Edith Fraenkel tornou-se diretora e Glete de Alcântara, secretária; a tesoureira foi Hermínia Nogueira. Desapareceu a Comissão de Propaganda. Foram indicadas as redatoras responsáveis pela revista nas seções estaduais então existentes: Amazônia, Leontina Gomes; Bahia, Haydée G. Dourado; Minas Gerais, Waleska Paixão; Distrito Federal, Leda Moreira; Rio de Janeiro, Ermengarda de Faria Alvim, mais tarde auxiliada por Hermínia Nogueira; e São Paulo, Ruth Borges Teixeira. Os editores continuaram os mesmos.

O número de janeiro/março de 1947 foi inteiramente dedicado ao I Congresso Nacional de Enfermagem, realizado nesse último mês. Iniciava-se, assim, uma tradição só quebrada em 1968, quando os trabalhos dos congressos passaram a ser publicados em mais de um número.

Outras iniciativas dessa fase tiveram continuidade: a publicação de atos legislativos, do quadro da organização da ABEn e, de uma certa maneira, o sistema de paginação. Este foi individualizado, por número de revista e não por volume, nos anos de 1948/49 e 1970/71. Nos demais períodos seguiu o sistema por volume anual. A publicação de atos legislativos pertinentes foi sempre considerada de interesse. No VII Congresso Nacional de Enfermagem, em 1954, a Assembléia Geral deliberou que a revista deveria publicar o noticiário da Comissão de Legislação, a partir do primeiro número de 1955.

Por outro lado, houve uma certa inconstância na escolha do local para a publicação do *Expediente*; ora aparecia na primeira, ora na última contra-capá; firmou-se na primeira, de 1948 a 1952. A

partir de 1953, começou a aparecer sempre na página de rosto. A publicação do índice bibliográfico anual foi interrompida de 1950 a 1959; voltou a ser publicado de 1960 a 1968, e tornou a desaparecer em 1969.

Essas informações, plenas de detalhes, mostram que a mudança em curto prazo do corpo administrativo da revista, principalmente do editor, é responsável por tantas alterações em sua organização, nem sempre inteiramente justificáveis.

PROGRESSOS E VICISSITUDES: 1948-1954

1948

Sem haver descontinuidade administrativa, mas tendo como fundamento a experiência adquirida nesses primeiros anos de trabalho publicitário e a vontade de acertar, fazendo o melhor, a redação da revista modificou-a por completo em 1948, quando começa a terceira fase de sua história. Foi iniciada nova série com o volume I, considerando-se, esse ano, como o primeiro da série.

“As alterações sofridas”, disse Glete de Alcântara, “não se verificaram somente na redução do formato para tornar menos dispendioso seu custo. Procurou-se, de um lado, elevar o nível do conteúdo da publicação, pela seleção mais rigorosa dos trabalhos, e de outro, estimular a produção de literatura profissional pelas próprias enfermeiras. Como órgão de classe, *Anais de Enfermagem* precisa refletir o desenvolvimento profissional através de maior contribuição das próprias enfermeiras. Os números publicados nos primeiros tempos, após a mudança ocorrida, não revelaram as alterações profundas que se desejava imprimir” (13).

Enquanto trimestral, a publicação permaneceu constante e regular (quatro revistas por ano) no período de 1948 a 1960. De 1961 a 1963 passou a bimestral, com o auxílio recebido da Fundação Rockefeller; cessado esse auxílio, continuou bimestral, porém, foi necessária a fusão de dois, três e até de quatro números em uma só publicação. A princípio, os quatro números anuais correspondiam aos meses de janeiro, abril, julho e outubro. Essa divisão passou, em 1953, a corresponder aos meses de março, junho, setembro e dezembro; mudou em 1961, para fevereiro, abril, junho, agosto, outubro e dezembro. A distribuição em seis exemplares foi conservada até 1974, porém, com as mais variadas combinações de número e de referências mensais, essas últimas, principalmente, a partir de

1970. Em 1974, a diretoria aprovou sugestão da coordenadora da revista, Celina de Arruda Camargo, para voltar à numeração antiga, de um a quatro, considerando que, realmente, são apenas quatro os números publicados anualmente.

Quanto ao aspecto interno, passou a ser impressa em coluna única, com quadros e tabelas em pequeno número, uma ou outra ilustração científica ou quadro fotográfico; tamanho, 15x22,5 cms.

O aspecto externo foi uma constante até 1954: capa incolor, conservando o mesmo símbolo egípcio simplificado dos dois anos anteriores — 1946 e 1947 — porém, centralizado.

No congresso realizado em S. Paulo em 1954 houve grandes modificações. A Assembléia Geral, realizada a 21 de agosto, aprovou emenda apresentada pela presidente da Comissão de Estatuto, Maria Dolores Lins (de Andrade), por sugestão da diretoria, referente à mudança do nome da associação e da revista que passaram a denominar-se Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) e Revista Brasileira de Enfermagem (RBEn), com nova apresentação, a partir de 1955.

1954

Na reunião da diretoria de 9 de outubro de 1954, Haydée Guanais Dourado, redatora-chefe, comunicou que, de acordo com a Lei de Imprensa, seriam necessários dois jornalistas para que a revista conseguisse personalidade jurídica e direito de importar papel de linha d'água. Nesse mesmo dia ficou decidido que o jornalista Magno Guanais Dourado ficaria responsável pelo seu registro, com a nova denominação. Seu nome foi posteriormente substituído pelo de Maria Geralda Franco, quando esta se diplomou em jornalismo.

Administração da Revista

A administração de Anais de Enfermagem gozou, nesse período, de alguma estabilidade quanto à direção; esta, contudo, não contou com um grupo constante de colaboradoras. O trabalho, que não era pouco, exigia e ainda exige a ocupação das horas que deveriam ser reservadas ao descanso das enfermeiras.

Edith Fraenkel foi denominada diretora até 1948, e redatora-chefe desta data a 1951. Pela reforma do estatuto, aprovada pela Assembléia Geral realizada em 1948, foi criada a Comissão de Redação, em caráter permanente, que tinha como finalidade “manter em dia as publicações de Anais de Enfermagem, conseguir assinantes, obter anúncios e fazer a divulgação da revista”. Na reforma processada em 1950, foi retirada a expressão *em dia*, pois, segundo

1948

Irmã Matilde Nina, o relatório deficitário apresentado pela Comissão de Redação suscitava a pergunta: “como poderá a Comissão de Redação responsabilizar-se pela publicação em dia da revista se não houver dinheiro suficiente?” (8). Em reunião do Conselho De-
1949 liberativo da Associação, a 3 de dezembro de 1949, Glete de Alcântara foi indicada presidente dessa comissão, passando Edith Fraenkel à denominação antiga, de redatora-chefe. Em fevereiro de 1951 Edith Fraenkel pediu demissão do cargo em caráter irre-
 vogável, sendo substituída por Maria Rosa Souza Pinheiro. A Comissão de Redação desapareceu em princípios de 1953.

Glete de Alcântara passou a constar da contra-capa das revistas como diretora responsável, de janeiro de 1951 a fins de 1954. Segundo seu próprio relato, porém, de agosto de 1950 a novembro de 1951, por motivo de viagem de estudos ao exterior, afastou-se “do cargo de secretária”, que reassumiu após seu regresso. Ao ser eleita presidente da Associação em julho de 1952, tornou-se, automaticamente, a diretora responsável pela revista, “embora as atividades relativas à sua publicação tivessem passado para as mãos capazes de Maria Rosa S. Pinheiro” (13).

Como redatora-chefe, Maria Rosa S. Pinheiro trabalhou para a revista de fevereiro de 1952 a fins de 1954; de agosto deste ano a julho de 1958, como presidente da ABEn, tornou-se a diretora responsável.

Anais de Enfermagem de junho de 1952 publicou, também, os nomes de um grupo de redatoras, além das componentes da Comissão de Redação. Foram elas: Cecília M. D. Sanioto (substituída no mês seguinte por Ana Nava), Haydée G. Dourado, Maria Rosa S. Pinheiro e Waleska Paixão, esta última iniciando, também, no mês seguinte. Esse grupo desapareceu em princípios de 1953.

1953 Em 1953 a administração da revista compunha-se de diretor responsável, a presidente da ABED, Glete de Alcântara; diretor secretário, Maria Rosa S. Pinheiro; redator-chefe, Haydée G. Dourado; e diretor de publicidade, Clélea de Pontes. O gerente apareceu mais tarde. Essa foi também a diretoria em 1954.

Em julho de 1953, Haydée G. Dourado fez uma sugestão à diretoria que somente alguns anos depois se concretizou; foi a seguinte: “que a atual Comissão de Redação de Anais de Enfermagem tenha, por sua presidente, assento na Diretoria da ABED até que a revista adquira personalidade jurídica e seja estabelecida sua relação com a ABED”.

Colaboração científica

Em 1949 foi constituído um novo grupo de redatoras das seções estaduais; foram acrescentadas representantes das novas seções e substituídas algumas das antigas. Nessa ocasião, novembro de 1949, ficou estabelecido, também, que as colaborações em artigos deveriam ser encaminhadas à secretaria pelas respectivas representantes, que compunham a Comissão de Redação, criada em 1948.

1949

Várias outras substituições foram feitas nessa comissão, como pode ser verificado pelo exame da contracapa das revistas do período em que ela existiu, ou seja, de 1947 a 1953. Parece que essa comissão não deu os resultados esperados; os apelos para maior contribuição por parte das enfermeiras, recomeçados em março de 1946, continuaram em 1947 e nos anos subsequentes. Em reunião da Associação em 1945, a presidente, Zaira Cintra Vidal (1943-1947), foi informada por Haydée G. Dourado que Edith Fraenkel havia providenciado material para a publicação do primeiro número da nova fase, "cuja contribuição de artigos por parte de associadas foi muito pequena".

Em 1950, Glete de Alcântara solicitou maior colaboração das seções, alegando que a revista não saia regularmente por falta de artigos para publicação; informou, também, que os números um e dois desse ano haviam saído com a colaboração quase exclusiva da Seção de S. Paulo e salientou as vantagens auferidas por quem escreve um artigo, ou seja, "título e desenvolvimento pessoal (...)".

1950

Esse assunto foi longamente debatido na Assembléia Geral do IV Congresso, 1950, quando Maria Rosa S. Pinheiro apresentou o relatório da Comissão de Redação, na ausência de Glete de Alcântara. Elisa Bandeira propôs que cada seção estadual se responsabilizasse pela publicação de um número da revista e sugeriu que os artigos deviam ser censurados nas seções, "impedindo a devolução dos mesmos pela censura de Anais de Enfermagem, em São Paulo". Assim, as colaboradoras menos experientes não perderiam o estímulo para escrever. Para Irmã Matilde Nina, a Comissão de Redação deveria organizar um cadastro "das enfermeiras capazes de colaborar na revista"; deveria também agir de tal maneira, que as enfermeiras que desejassem colaborar não perdessem o estímulo. Na opinião de Ella Hasenjaeger, seria interessante que pessoas "especializadas fossem destacadas para opinar sobre os diversos artigos".

Essas discussões, que mostram a preocupação das enfermeiras pela elevação do nível das publicações, resultaram na aprovação,

pela assembléia geral, das recomendações da Comissão de Redação, para que fossem formadas comissões de redação em cada seção ou distrito da ABED, com a finalidade de conseguir assinantes, anunciantes, colaboração em artigos e notícias para Anais de Enfermagem. Suas presidentes, indicadas pelas presidentes das seções ou distritos, passariam a compor a Comissão de Redação da ABED, e agiriam como o elo de ligação entre as duas comissões. Notícias de fatos de interesse para a profissão, e os artigos a serem publicados deveriam ser encaminhados por essas presidentes (14).

1951

Os resultados dessa decisão parecem ter sido positivos. No relatório apresentado no ano seguinte, 1951, Maria Rosa S. Pinheiro, já como presidente da Comissão de Redação acumulando com o cargo de redatora-chefe, agradeceu “aos membros das Comissões de Redação das Seções e a todas as enfermeiras que angariaram assinaturas, anúncios e escreveram artigos para publicação”. Quanto a esses, escreveu a presidente, “continuamos com as mesmas dificuldades de colaboração apontadas nos anos anteriores mas também neste ponto estamos otimistas. Notamos um grande movimento em favor da elevação do padrão de cultura de nossas enfermeiras; não são poucas as que cursam no momento escolas superiores a fim de ampliar o seu cabedal de conhecimentos. Esta melhoria do padrão de cultura dá uma segurança que facilita a produção de literatura profissional” (15).

Esse otimismo, porém, durou apenas dois anos. O relatório de 1953 salientou as dificuldades em conseguir matéria para publicação o “que justificava o atraso na saída dos números” (8).

REFLEXOS DO DESENVOLVIMENTO DA ÉPOCA: 1955-1975

1955

As razões da reforma procedida em 1954 — mudança do nome e do símbolo — foram explicadas no relatório das atividades da ABEn correspondente ao ano de 1954/1955, apresentado pela presidente. Referindo-se à revista, disse Maria Rosa S. Pinheiro (1954-1958): “A Revista Brasileira de Enfermagem prossegue sua trajetória acidentada. Só é publicada por que a ABEn a tem sustentado. Apresenta-se este ano com vestimenta nova, num esforço por se tornar mais atraente para sobreviver. O círculo vicioso em que vive ainda não se rompeu; as enfermeiras por ela não se interessam devido ao seu atraso e este atraso é causado pelo desinteresse que se traduz em falta de colaborações e falta de dinheiro. Está, agora,

em mãos de gente moça, menos envolvida nos problemas da Associação; fazemos um apelo para que lhe deis o vosso apoio, renovando as vossas assinaturas".

A vestimenta nova a que se referiu foi a completa modificação de sua capa. De acordo com Haydée G. Dourado, "a capa da Revista foi mudada em atenção à sugestão neste sentido apresentada pelo Professor da cadeira de Periódicos, do Curso de Jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia, respondendo à consulta técnica que lhe foi formulada pela Diretoria da Revista" (16). A capa, criação do grande decorador e desenhista Santa Rosa, passou a variar de cor conforme o número da publicação; os símbolos egípcios foram abandonados e em seu lugar surgiu a figura estilizada da *dama da lâmpada*, encimada pelo título da revista, em letras minúsculas, em itálico.

O editorial da revista, dedicado à comemoração do seu 30.^º aniversário em 1962, assim descreveu as mudanças processadas. "A apresentação gráfica atual é a de uma revista pobre. Sem ilustrações visto como o clichê encarece a publicação — a leitura não é amena. O papel é de custo médio. É evidente que dentro das atuais condições, a Revista tem dificuldade em manter-se financeiramente. Deverá sair, com mais esforço, desta fase inicial de trabalho voluntário. Nenhuma revista boa é feita sem que possa fazer face à manutenção de seus serviços. Eis o desafio diante dos que compreendem o seu papel na enfermagem".

Referindo-se ao símbolo, perguntou a mesma editorialista: "Teria o artista evocado Santa Catarina de Siena ou Florence Nightingale? Para nós resume ambas; tem o condão de suscitar imagens que vão às raízes, à essência da enfermagem que desejamos realizar".

Apenas os números um e três de 1960 saíram com capa diferente, com o escudo da ABEn como símbolo. Esses números foram impressos pelas Universidades da Bahia e de Minas Gerais, respectivamente, como homenagem à ABEn, em comemoração ao ano Florence Nightingale.

O aspecto interno não sofreu modificações até 1975; os números correspondentes ao X volume, 1958, contêm maior número de fotografias e ilustrações científicas que os demais.

Vinte anos depois dessas alterações, a revista procura modernizar-se. O primeiro número de 1975 apresentou-se modificado no tamanho, aspecto interno e página de rosto: fugiu aos modelos an-

teriores, adotando a medida de 21 x 17,5 cm. Quanto ao aspecto interno, foi adotada a coluna dupla das duas primeiras fases, e acrescentada a indicação bibliográfica completa de cada um dos artigos.

A impressão voltou a ser feita no Rio de Janeiro a partir do terceiro número de 1952, a princípio na Oficina Gráfica da Universidade do Brasil. Em uma das reuniões do Conselho Deliberativo, realizada em outubro de 1956, a Seção de S. Paulo propôs a transferência da redação novamente para S. Paulo; os protestos de Maria Geralda Franco, gerente da revista e 1.^a tesoureira da ABEn, e de Doralice Regina Ayres, 1.^a secretária, determinaram a retirada da proposta.

Administração da Revista

Em 1955, foram dadas novas denominações para os cargos da diretoria da RBE ou seja: responsável, a presidente da ABEn, Maria Rosa S. Pinheiro (1954-1958); diretor redator-chefe, Haydée G. Dourado (1953 até o presente); gerente, Maria Geralda Franco (1955-1962); e editor, Altair Alves Arduino. Sob a presidência de Clarice Della Torre Ferrarini (1962-1964), o cargo da presidente da ABEn voltou a ser de diretor responsável; essas denominações são ainda mantidas.

Em setembro de 1957, Marina de Andrade Resende passou a editor, cargo que ocupou até sua morte, em 20 de janeiro de 1965; de 1958 a 1962 foi, também, diretor responsável. De 1965 a 1975, essa atividade foi desenvolvida por: Anayde Corrêa de Carvalho (1965 a 1968); Maria Rosa S. Pinheiro (1968-1970); Vilma Carvalho (1970-1972); Celina de Arruda Camargo (1972 até o término de seu mandato, em 1976). Essas três últimas acumularam o cargo de coordenadoras da Comissão da Revista Brasileira de Enfermagem com o de editor.

As presidentes da ABEn Waleska Paixão (1950-1952), Clarice Della Torre Ferrarini (1962-1964), Circe de Melo Ribeiro (1964-1968), Amalia Corrêa de Carvalho (1968-1972) e Glete de Alcântara (1972-1974) ocuparam o cargo de diretor responsável durante os respectivos mandatos. Com o falecimento da presidente Glete de Alcântara, a 3 de novembro de 1974, a 1.^a vice-presidente, Maria da Graça Simões Corte Imperial tornou-se o diretor responsável.

A gerência da revista foi exercida por Maria Geralda Franco até 1963, Altair Alves Arduino (1963), Ilnete Ayres (1964-1966), Irmã Maria Tereza Notarnicola (de 1966 até a presente data).

Colaboração científica

O atual valor científico-literário das publicações é, tanto o reflexo do desenvolvimento da Enfermagem nesses anos de progresso em todos os ramos do conhecimento, quanto das reformas institucionais que se processaram com o desenvolvimento do país, como um todo.

Em seus dez primeiros anos de vida, a colaboração em artigos para publicação foi quase totalmente fruto dos trabalhos redigidos pelas diplomadas e docentes da Escola Ana Neri, única escola, então existente, de currículo considerado superior. Nos anos de 1946 a meados de 1952, distinguiu-se a Escola de S. Paulo, da USP, pela colaboração de suas docentes e diplomadas. Nos primeiros anos que se seguiram a 1953, a contribuição maior ficou com as Seções do Distrito Federal, de S. Paulo e da Bahia, passando em seguida a ser dada, também, pelos outros estados, em proporções variáveis.

Com a fixação definitiva do ensino de Enfermagem no nível superior, com a criação de cátedras nas escolas e, hoje, com a carreira universitária obrigatória a quem se dedica ao ensino superior, o nível e o número de publicações elevou-se sensível e promissoramente. Essa melhora foi, porém, gradativa.

Em outubro de 1955, a diretoria da ABEn tomou conhecimento de que Waleska Paixão havia se queixado da qualidade dos artigos publicados na RBEn e havia proposto que a Escola Ana Neri ficasse com a responsabilidade da revisão do material, antes da publicação. No mês seguinte, Maria Geralda Franco, gerente, propôs que fossem criados dois núcleos para revisão dos artigos, um no Distrito Federal e outro em S. Paulo, para evitar que esta "demorasse mais de dois meses atrasando a saída da Revista".

1955

O relatório da presidente de 1955/56 citou a falta de material para publicação como uma das causas da irregularidade na sua remessa, ao lado "do atraso da gráfica, escassez de pessoal de escritório e deficiência no correio", fatores causais "da anemia crônica de recursos" de que vinha sofrendo a revista. Essa irregularidade era a responsável pelo cancelamento de assinaturas, diminuindo, assim, sua maior fonte de renda. "Não cabe apenas à Diretoria da ABEn encontrar os meios para resolver essa penosa situação, é problema vosso também. Em todos os Congressos são feitos apelos em nome da Revista; há um movimento momentâneo de boa vontade, formam-se comissões para angariar assinaturas e anúncios, mas o entusiasmo logo esvai-se e nem aparecem os anúncios e nem au-

menta o número de assinaturas (...). Sabiam que este número (de assinantes) é menor hoje do que cinco anos atrás?", perguntou Maria Rosa S. Pinheiro.

Em novembro de 1955, Marina de Andrade Resende sugeriu a criação de uma seção de perguntas e respostas, aumento do noticiário e a introdução da página do estudante; essas inovações teriam por fim tornar mais interessante o conteúdo da revista.

- 1959** O apelo aos enfermeiros para que colaborassem, enviando artigos para publicação, parece ter-se tornado desnecessário de 1960 em diante. A Assembléia Geral realizada a 21 de julho de 1959 lembrou ainda a responsabilidade das seções e distritos na ajuda aos "programas de aumento do número de assinaturas, de obtenção de trabalhos para publicação e de remessa de notícias". Disse, nessa ocasião, a presidente Marina de Andrade Resende (1958-1962): "É bem verdade que começam a aparecer outras colaboradoras, mas seria necessário que não nos fosse subtraído o concurso das colaboradoras dos primeiros tempos".

Com essa última queixa, as presidentes não mais encareceram a necessidade de artigos; o editor da revista começou a ter em mãos quantidade suficiente de material para publicação. Seu maior problema continua sendo a revisão dos artigos antes de serem publicados, e das provas, depois da primeira impressão.

FINANÇAS

Primeira fase: 1932-1945

As dificuldades financeiras foram uma constante desde a fundação da revista, em 1932. Já em abril de 1933, Célia Peixoto Alves havia sugerido que a Associação incorporasse o periódico.

- 1939** É de se supor que os problemas discutidos nas reuniões mensais da ANEDB em 1939 fossem os mesmos, desde o seu aparecimento, ou seja, sua precária situação financeira e a falta de artigos para publicação. Das sete reuniões da Associação realizadas em 1939 — seis mensais e uma da diretoria — três trataram de assuntos relacionados com a revista. Em uma dessas foi discutida a "independência dos Anais de Enfermagem". Foi decidido "que se fizesse um empréstimo à revista, sem prazo determinado, de quatro contos de réis (4:000\$000) a fim de dar saída aos quatro números de 1938 e ao primeiro de 1939".

Empréstimos e doações

A decisão sobre o empréstimo confirma a idéia inicial de uma publicação economicamente independente; essa meta, porém, nunca foi alcançada. O seu custo foi sempre maior do que seria a quantia a arrecadar de suas assinaturas e de outras fontes.

Em abril de 1939 a redatora-chefe, Alayne Borges Carneiro, agradeceu o empréstimo que lhe foi concedido para impressão e manutenção, naquele ano, e prometeu pagar a dívida em "ocasião oportuna". Encareceu, junto às colegas, a necessidade de maior cooperação tanto para conseguir artigos como para aumentar o número de assinantes.

Outros pedidos semelhantes, de auxílio financeiro e de colaboração, foram feitos nas reuniões mensais que se seguiram⁽⁸⁾. A fim de colaborar mais estreitamente, Laís Netto dos Reys, diretora da Escola de Enfermeiras Ana Neri (1938-1950), concedeu à Associação "duas excelentes salas no edifício da Residência da Escola, para instalação das sedes da Associação e do Jornal".

Em dezembro de 1943 foi convocada reunião extraordinária para tratar de proposta apresentada por Laís Netto dos Reys. Esta e as demais diretoras de escolas de Enfermagem ofereceram auxílio financeiro a Anais de Enfermagem para que a Associação desistisse do oferecimento do SESP — representado nessa reunião pela senhora Rodman — de pagamento do aluguel da sede. A pedido da vice-presidente em exercício, Mirabel Smith Ferreira Jorge, Rosaly Taborda fez um relato da situação da revista e dos problemas a resolver, dentre os quais, o do seu registro. Posta em votação, a proposta de Laís Netto dos Reys foi rejeitada; as enfermeiras presentes apoiaram integralmente o auxílio do SESP, não dispensando, também, o das diretoras das escolas.

Em setembro de 1945, a revista recebeu auxílio mais positivo, porém, ainda insuficiente. Na reunião realizada nesse mês ficou resolvido que todas as escolas de Enfermagem deveriam contribuir. A Escola de S. Paulo havia enviado setecentos cruzeiros, "Miss" Rice Heig⁽¹⁷⁾ mandou cem cruzeiros e cento e vinte e cinco foram recebidos de assinaturas das enfermeiras de S. Paulo. Esperava-se a contribuição das outras escolas. Enquanto isso, a revista tinha em caixa mil e quinhentos cruzeiros e a edição estava custando, em São Paulo, dois mil cruzeiros⁽⁸⁾.

Segunda fase: 1946-1947

Os obstáculos ao crescimento mais acelerado da revista não foram superados nas fases seguintes de sua existência. Formou-se um círculo vicioso, em que a pobreza de publicações certamente influiu no custo e tiragem, na obtenção de anúncios e de assinantes em número suficiente para evitar os constantes apelos de ajuda financeira, e no adiamento das suas possibilidades de independência econômica e jurídica.

Quanto aos assinantes, sendo a revista o órgão oficial da associação de classe e, até então, o único meio de comunicação entre as associadas, era natural esperar que, pelo menos, o número dessas correspondesse ao de assinantes. Mas Glete de Alcântara queria mais, em 1946 e 1947; queria, não somente que todas as enfermeiras se fizessem assinantes de *Anais de Enfermagem*, como, também, que se interessassem em conseguir maior número de assinaturas, "uma vez que o dinheiro existente em caixa não cobre as despesas para as edições de 1948".

Terceira fase: 1948-1954

Assinantes — Em 1949, quando presidente da ABEn — Seção de São Paulo, Glete de Alcântara informou a assembléia geral que, das quatrocentas e quarenta e oito assinaturas de *Anais de Enfermagem* em todo o Brasil, no ano de 1948, cento e noventa e sete haviam sido feitas em São Paulo, representando, portanto, este Estado, quarenta e três por cento do total.

O apelo para conseguir maior número de assinaturas foi uma constante nesse período, repetindo-se cada vez que era apresentado relatório administrativo, com uma única exceção, no ano de 1950/51. Nesse ano, Maria Rosa S. Pinheiro informou que tinha o prazer de destacar o grande aumento no número de assinantes, principalmente o verificado no Distrito Federal. O total de 385, em 31 de outubro de 1950, havia subido para 637, na mesma data do ano seguinte, distribuídos entre o Rio Grande do Sul e o Território do Amapá; esse número havia ultrapassado a meta, fixada em 600 assinantes. O resultado permitiu estabelecer, como meta a atingir em 1952, o ambicioso número de 1.000 assinaturas.

Com essas barreiras a vencer a manutenção de *Anais de Enfermagem* era o constante cuidado do seu corpo administrativo e da diretoria da ABED.

1950
1951

A redatoria da revista, porém, procurou ânimo nas lutas vencidas no passado. Disse ela, no relatório de 1951:

“Como todas as enfermeiras sabem, a nossa revista tem passado por muitas vicissitudes, desde o seu nascimento.

Se hoje, com o número de enfermeiras diplomadas que temos, *Anais de Enfermagem* luta com grandes dificuldades para sobreviver, imaginamos o esforço heróico que devem ter feito as enfermeiras pioneiras para manterem uma publicação profissional”.

Como um oásis no deserto das dificuldades que estavam sendo enfrentadas, esse relatório, otimista como sua própria autora o definiu, continha um plano para publicação, em futuro não muito remoto, de seis números em vez de quatro, pois em sua opinião “três meses é um intervalo demasiado longo sobretudo para publicação de notícias de interesse para os nossos assinantes”. Acreditava que, com mais um impulso e algum esforço dos enfermeiros brasileiros, *Anais de Enfermagem* haveria de se tornar “uma revista prestigiada e economicamente independente”.

Porém, na reunião do Conselho Deliberativo realizada a 20 de julho de 1952, a presidente, Waleska Paixão (1950-1952), referiu-se ao “fato espantoso de não terem sido renovadas, esse ano, mais de trezentas assinaturas de *Anais de Enfermagem*”. As dificuldades na remessa dos volumes aos assinantes foi apontada novamente como um sério problema a resolver.

1952

Anúncios — Quanto aos anúncios — melhor fonte de renda de uma revista profissional — embora ardenteamente desejados, deveriam sofrer uma censura prévia antes de serem publicados. A assembleia geral realizada em 1950 aprovou proposta recomendando que cada seção designasse um grupo de trabalho “para obter anúncios para *Anais de Enfermagem* e que no Rio e em S. Paulo funcionassem as comissões também como censoras dos anúncios”... Ao que parece, a comissão que funcionou em S. Paulo, em 1951, trabalhou de modo satisfatório, pois, as revistas desse ano apresentaram grande número de anúncios, inclusive um indicador profissional desse Estado.

Em 1952, a redatoria chefe queixou-se de que os anúncios não haviam aumentado na proporção esperada e sugeriu a criação de subcomissões da Comissão de Redação, encarregadas especificamen-

te de conseguí-los. Embora criadas, os resultados não foram positivos; apenas no número correspondente ao mês de setembro de 1953 apareceram dois anúncios, de uma página inteira cada um.

1954 Durante o VII Congresso, 1954, a presidente Glete de Alcântara (1952-1954) fez um dramático apelo às congressistas para que não deixassem "Anais de Enfermagem desaparecer". Nesse ano, Maria Rosa S. Pinheiro foi enérgica em seu relatório. Escreveu:

"(...) As dificuldades têm sido as mesmas dos anos anteriores: falta de colaboração, falta de anúncios (tiragem de apenas mil e duzentos números), aumento do custo da revista que sofre o reflexo da alta do preço do papel e de mão-de-obra, decréscimo no número de assinantes (...)" . Disse ainda: "desde a sua reorganização em 1948 até esta data, Anais de Enfermagem tem sido publicado, regularmente quatro vezes por ano; durante estes seis anos e meio nunca faltou. Contudo, agora, à vista dos cofres vazios, vemo-nos na contingência de declarar: ou as enfermeiras do Brasil reconhecem o papel que representa no desenvolvimento da própria profissão o órgão oficial da associação de classe e lhe dão o apoio que precisa para sobreviver, ou então na impossibilidade de fazer frente às despesas e de saldar nossos compromissos, seremos obrigadas a interromper a sua publicação. Esta Assembléia deverá decidir sobre o destino de Anais de Enfermagem.

Baseadas pois na verificação da situação atual viemos propor as seguintes recomendações: 1) a formação de duas comissões especiais que trabalhem intensamente durante esta semana de Congresso, uma para angariar assinaturas, outra para obter anúncios; 2) aumento do preço da revista, a partir de 1955, para oitenta cruzeiros por um ano e cento e cinqüenta cruzeiros por dois anos".

Atendendo à primeira recomendação, apresentaram-se como voluntárias Wanda Miranda, Alaíde Leme e Cecília Calazans, para conseguir assinantes; Maria Edna Salatino, Madre Marie Domineuc e Beatriz Guedes Galvão, para conseguir anúncios.

Preço da assinatura — No que se refere ao preço da assinatura, estipulado em trinta cruzeiros anuais e cinqüenta por dois anos em 1946, subiu para cinqüenta e noventa, respectivamente, em 1948.

Em 1950, Haydée G. Dourado sugeriu que a anuidade da ABED fosse elevada para duzentos cruzeiros, "tendo assim, cada sócia, direito a revista". Essa medida só foi adotada bem mais tarde, em 1962.

O aumento verificado no número de assinantes em 1952 não foi suficiente para equilibrar o orçamento, pois o preço de custo da impressão de cada número havia subido em proporção superior ao pago pelo assinante, excluídas as despesas de expedição, correspondência e números reservados para intercâmbio. A proposta para aumentar para sessenta, e cento e dez cruzeiros, respectivamente, foi aceita e esses preços vigoraram até 1954. Nesse ano subiu para oitenta e cento e cinqüenta cruzeiros, respectivamente, por decisão da Assembléia Geral do VII Congresso, levando em consideração "o papel que representa no desenvolvimento da profissão o órgão oficial da associação de classe e dada a impossibilidade deste fazer face às despesas de publicação". As constantes necessidades de aumento corriam quase que exclusivamente por conta do alto preço do papel, da impressão e da expedição.

Doações — Anais de Enfermagem sobrevivia, em parte, graças às doações recebidas.

Com relação às contribuições, em 1950 Edith Fraenkel sugeriu que fosse solicitada contribuição financeira das seções e divisões, como havia sido feito em anos anteriores. A idéia foi aprovada em assembléia geral, com a ressalva, "a menos que aumente o número de assinantes e de anunciantes". De qualquer maneira, foi recomendado que "cada Seção contribuísse com a importância de mil cruzeiros para Anais de Enfermagem". O grau de receptividade que essas solicitações alcançaram nesses anos, de 1948 a 1954, esteve, naturalmente, na dependência das próprias condições econômicas das seções então existentes, algumas das quais, recém-criadas. Houve contribuições valiosas das Seções de S. Paulo, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais e Pará; da própria ABED; das enfermeiras Waleska Paixão e Záira Cintra Vidal; das Divisões de Educação e Saúde Pública; do Centro Acadêmico "XXXI de Outubro" da Escola de Enfermagem de São Paulo — USP; da União de Religiosas Enfermeiras do Brasil (UREB) e da própria Escola de Enfermagem de S. Paulo, transformada em sede administrativa da revista até 1952, arcando, portanto, sua secretaria, com todo o peso do trabalho. As duas maiores doações, considerando o período a partir de 1946, foram do Centro Acadêmico "XXXI de Outubro" e da UREB, com quantias equivalentes, seguidos da Seção da Bahia.

As expectativas de progresso que as mudanças aprovadas na reunião de 9 de outubro de 1954 poderiam significar diminuíram com a informação prestada pela diretora secretária, nessa mesma reunião. "A Redação da Revista", informou Maria Rosa S. Pinheiro, "dispunha de vinte e um mil e quinhentos e oitenta cruzeiros em caixa, até 30 de agosto; em setembro foi gasto em papel, para o terceiro número, quinze mil e duzentos cruzeiros, tendo restado em conta bancária, seis mil cruzeiros para o quarto número".

Por proposta de Haydée Guanais Dourado, a Associação devia cobrir a diferença; a história começava a se repetir no início da quarta etapa de sua existência.

Quarta fase: 1955-1975

Os problemas custo, necessidade de ajuda financeira e empréstimo estavam longe de serem solucionados.

Contribuição e empréstimo — Em 1956, Waleska Paixão conseguiu um abatimento de 40% da Gráfica da Universidade do Brasil para a impressão da revista.

1955 Os empréstimos para a revista recomeçaram em 1955, com a quantia de trinta mil cruzeiros, para serem pagos parceladamente, sem juros, graças ao qual puderam sair os primeiros números de 1956; em 1960 foram mais cinqüenta e cinco mil cruzeiros; nesse ano, 1960, a presidente Marina de Andrade Resende havia lembrado que existia "há muito, um desejo de, conservando a Revista como órgão de imprensa da ABEn, transformá-la em Sociedade Anônima de Subscrições por cotas"; Maria Geraldina Franco havia apresentado um plano nesse sentido, que demandava ainda um estudo acurado por pessoas entendidas no assunto.

Em 1962, a Assembléia Geral de 21 de julho recomendou que "as Seções deviam incluir, obrigatoriamente, o preço da assinatura na anuidade de cada sócia".

1963 Em 1963, a ABEn decidiu pagar, em forma de doação, um empréstimo de aproximadamente cento e cinqüenta e quatro mil cruzeiros, feito pela revista. Diante da dificuldade econômica pela qual passava, a diretoria resolveu que devia ser procurada uma gráfica que se responsabilizasse pela publicação, continuando a ABEn com o encargo de revisão dos artigos. Essa modalidade foi tentada em São Paulo, na presidência de Circe de Melo Ribeiro, mas

sem resultados. Na mesma época, Marina A. Resende informou à diretoria que os anúncios estavam barateando o custo da revista e que esperava cobrir o deficit em breve; apresentou, também, plano para aumentar a cota das sucursais criadas nas seções para dois mil e oitocentos exemplares, elevando a trezentos os volumes destinados a vendas avulsas e a quinze, os destinados ao intercâmbio com revistas estrangeiras. Para diminuir o deficit, sugeriu: 1) publicar os números em dia; 2) aumentar o número de assinantes; 3) intensificar campanha de venda de números antigos; 4) obter mais anúncios; 5) obter transporte através da Força Aérea Brasileira; e 6) oferecer uma página aos auxiliares de enfermagem.

No ano seguinte, 1964, a decisão tomada previa a redução da tiragem para três mil exemplares e a fusão de dois números, "uma ou outra vez", continuando a revista com a distribuição ideal, mas não real, de seis números anuais.

Em outubro de 1965, depois de algumas ponderações, resolreu a diretoria que a revista deveria deixar de constituir órgão financeira e estruturalmente independente, uma vez que, na realidade, era a ABEn que providenciava verba para seu custo; dessa data em diante o seu orçamento passou a integrar o orçamento da ABEn.

Os números dedicados ao documentário dos Congressos, geralmente financiados integral ou parcialmente pelas seções que os organizam e hospedam, ou por sua intervenção, foram-no pelas Seções do Rio Grande do Sul (1955), Bahia (1960, 1º Seminário Didático sobre Integração dos Aspectos Sociais e de Saúde nos Currículos das Escolas de Enfermagem), Universidade de Minas Gerais (1960), Escola Ana Neri (1961, II Congresso Latino-Americano de Enfermagem — CICIAMS), Johnson e Johnson do Brasil S.A. (1964, primeiro número), Universidade da Bahia (1964), Ministério da Saúde e Johnson e Johnson do Brasil S.A. (1965) e Serviço Nacional de Tuberculose (1970). O número do Congresso de 1972 foi editado pela Imprensa Oficial de Minas Gerais, mas às expensas da Associação.

Todas essas proezas para conseguir equilibrar as finanças da RBEn não impediram que fosse enviada uma contribuição de dez dólares, por solicitação da revista "Nursing Mirror" a todas as revistas de Enfermagem das associações filiadas ao Conselho Inter-nacional de Enfermeiras, a fim de que fosse oferecido à presidente desse órgão um colar comemorativo da coroação da Rainha Elizabeth II. Esta foi a cota que sua situação financeira permitiu oferecer.

1964

O financiamento da Comissão de Seguimento do Levantamento pela Fundação Rockefeller, solicitado em 1960 e iniciado em princípios de 1961, incluía uma ajuda financeira para melhorar a RBEn. O plano enviado nesta época àquela Fundação incluiu: 1) o contrato de um gerente em tempo parcial e de uma secretaria em tempo integral; 2) aumento de anúncios; 3) aumento da circulação e da lista de assinantes; 4) divulgação da revista; 5) edição, a princípio a cada dois meses, e depois, mensalmente; 6) remessa por via aérea sem despesa adicional das seções; 7) mecanização da distribuição da revista; e, 8) depois de levá-la ao conhecimento do público por meio de uma boa administração, convertê-la em uma agência independente, por participação, da qual a ABEn ficaria com mais de 50% das cotas.

Essa ajuda foi da ordem de um terço da quantia total concedida à Comissão de Seguimento, ou seja, três mil dólares para o período de um ano, a terminar em março de 1962. Referindo-se ao fato no relatório das atividades da ABEn no período de 1960/61, a presidente Marina de Andrade Resende disse: "A Fundação Rockefeller mais uma vez veio de encontro às necessidades da Associação abrindo projeto de ajuda financeira à Revista que pôde passar por uma série de alterações administrativas para permitir sua tiragem bimestral, nos meses de fevereiro, abril, junho, agosto, outubro e dezembro. A ABEn se propôs a fazer sua expedição pelos meios mais rápidos, ainda que muito mais dispendiosos; pretende assim habituar o assinante a ter a Revista em mãos mais freqüente e atualizadamente, criando a necessidade de não se poder passar sem ela. Alcançada essa etapa, prevê-se o aumento do número de assinantes o que virá facilitar a campanha de anúncios para cobrir o deficit orçamentário". Nessas alterações administrativas deveria ser calculada a continuidade do pagamento do pessoal que seria contratado depois da vigência do projeto.

Nesse período, 1961/62, tornaram-se evidentes as vantagens de um orçamento equilibrado. "A RBEn foi mantida em dia e a expedição feita rapidamente. O número de sucursais aumentou de sete para doze (...) e o número de assinantes de 1085 para 1963, (...). Cumpre agora iniciar uma grande campanha para obtenção de anúncios (...) que deve abranger indústrias relacionadas com material e equipamento hospitalar, material de construção e outras (...)" disse a presidente, em seu relatório.

Chegado ao fim o projeto de ajuda, Clarice Ferrarini enviou, em princípios de 1963, novo pedido à mesma Fundação, incluído também no projeto para a Comissão de Seguimento, com o mesmo

fim. De acordo com informações enviadas por Honorina dos Santos, 2.^a vice-presidente “o orçamento previsto para 1962 havia sido ultrapassado em novembro daquele ano cabendo à ABEn cobrir as despesas de compra de papel, impressão e distribuição da edição correspondente ao mês de dezembro”. Informava ainda que as despesas previstas eram reais e apresentavam o mínimo exigido para manter a revista. Os recursos seriam obtidos por subscrições, anúncios, doações e venda de números antigos. Explicava que a doação permitiria assegurar a regularidade e a presteza na impressão e remessa da revista, o que permitiria assegurar também o número de assinantes e de anunciantes necessários.

Apesar de todos esses entendimentos e explicações, somente em 1964 a Fundação Rockefeller informou que, pelas normas vigentes da organização, não seria possível novo projeto de ajuda.

O fato não impediu, porém, que a tiragem fosse aumentada de duas mil e quinhentas para três mil cópias em 1963, mas o ano de fartura havia passado. “A Revista continua com deficiência de verba, o que tem criado muitas dificuldades, das quais a principal foi o atraso da publicação”, queixou-se a presidente Clárice Ferrarini, no ano da celebração do 30.^º aniversário, maio de 1962. Esse problema agravou-se de maneira considerável nos anos seguintes.

Circe de Melo Ribeiro (1964-1968) disse, em 1966, que a revista estava atravessando “talvez uma das suas maiores crises”. Com o afastamento da gerente Ilнетe Ayres, suas tarefas passaram a ser executadas pela 2.^a tesoureira, Ir. Maria Teresa Notarnicola, nesse ano a título de colaboração, mas no ano seguinte já como ocupante do cargo. O controle financeiro ficou sob a responsabilidade da Comissão Especial de Finanças da qual era, também, ordenadora.

A crise foi tão séria que, por deliberação da assembléia geral realizada em 1966, atendendo sugestão de Delzuite S. Cordeiro, foi indicada comissão especial constituída de delegadas de cada região do país, sob a presidência de Clélia Pinto, para estudar o assunto Revista. Não foi encontrado relatório do estudo realizado nessa época.

Nos anos de 1967 e 1969 foram também aprovadas pela diretoria medidas de contenção de despesas, propostas pela gerente, que incluíram: a diminuição do número de páginas de cada edição, a diminuição da tiragem para 2.500 exemplares e a não publicação de tabelas, que encarecia ao dobro o preço da página. O custo da revista nesse período era de sete cruzeiros por unidade.

A Assembléia de Delegadas de 1968 decidiu que deveriam ser publicados apenas dois números por ano em 1969 e 1970; o primeiro, correspondente aos números 1, 2 e 3, com assuntos gerais, e o segundo, correspondente aos números 4, 5 e 6, dedicado aos trabalhos do congresso e publicação dos relatórios.

Com o término da construção da sede em Brasília, a situação financeira da ABEn começou a equilibrar-se e, consequentemente, a da revista também; mas os atrasos só puderam ser solucionados a partir de 1970, quando a coordenadora da Comissão de Finanças, em seu relatório, pôde exclarar: "Graças a Deus conseguimos colocar nossa Revista em dia!".

SUCURSAIS

1958 Para facilitar a remessa e distribuição, despertar o interesse das seções estaduais e garantir as assinaturas foi estabelecido, em 1958, o sistema de sucursais da RBEn; por esse sistema, as seções passaram a ser as responsáveis pela distribuição, nos estados.

A primeira sucursal foi organizada em princípios de 1958, em S. Paulo, cuja Seção responsabilizou-se por duzentos números de cada edição, obtendo da direção da revista um desconto de vinte por cento sobre o total do pagamento. A presidente da ABEn, Maria Rosa S. Pinheiro, em reunião da diretoria realizada em maio, sugeriu que as seções onde houvesse maior número de assinantes também se interessassem pela organização de outras sucursais, o que se deu logo em seguida nas Seções da Bahia e do Rio Grande do Sul. O resultado parece ter sido satisfatório: facilitou o controle de renovação de assinaturas, de mudanças de endereços e diminuiu o problema de extravio. Como consequência, a Assembléia Geral de julho de 1959 fez recomendação para que as seções que ainda não tinham sucursais procurassem criá-las e as que já haviam organizado, que se encarregassem de não menos de cem exemplares.

1959 Dessa data em diante houve progresso nesse sentido; em 1959 foram criadas as de Minas Gerais e de Sergipe (extinta em fins de 1960) e em 1960 apareceram mais as da Guanabara e de Goiás. No ano seguinte, 1961, o número de sucursais subiu a doze e em 1962 a treze, responsáveis pela distribuição de 2118 exemplares. Somado a esse número a venda avulsa de 229 revistas e nove para o exterior, deu um total 2356 revistas distribuídas. O número de

sucursais aumentou para vinte em 1966, responsáveis por 3050 exemplares. A tiragem, porém, diminuiu nos anos seguintes; em 1970 foi de apenas 2.600 exemplares.

REGISTRO

Em 11 de abril de 1934, *Anais de Enfermagem*, ano primeiro, número um, de maio de mil e novecentos e trinta e dois, foi registrada por solicitação de "sua proprietária a Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras", talão n.º 4, pág. 33 — Biblioteca Nacional, Direitos Autorais — a fls. 231 e 231 verso do livro n.º quatro, sob o n.º 5.514, como seu Órgão Oficial. 1934

Seis anos mais tarde, 1940, na vigência do *Estado Novo*, Edméa Cabral Velho lembrou que "uma comissão deveria ir ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) a fim de conseguir o registro dos "Anais de Enfermagem como revista ou jornal", para que pudesse ser publicados anúncios. 1940

A 25 de setembro de 1940, recebeu a diretora de *Anais de Enfermagem*, Alayne Borges Carneiro, o seguinte ofício, n.º DI-2.341, do Diretor da Divisão de Imprensa: "Comunico-vos que a Divisão de Imprensa do DIP, tendo em apreço a recomendação do Conselho Nacional de Imprensa e usando de suas atribuições legais, resolveu negar registro a esse órgão de publicidade, como revista, concedendo-o, entretanto, sob a classificação de boletim.

Assim, não podeis fazer a exploração comercial de anúncios ou publicidade remunerada".

Em março de 1950, Edith M. Fraenkel, presidente da ABED, e Glete de Alcântara, diretora responsável de *Anais de Enfermagem*, fizeram nova solicitação. Nesse mesmo mês e ano "foi registrada no Cartório do 1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, sob o número de ordem 980, do Livro B, n.º 2, de Registro de Oficinas Impressoras, Jornais e Outros Periódicos a publicação denominada "Anais de Enfermagem", revista trimestral, com sede à avenida Ademar de Barros, 240, nesta Capital (S. Paulo), de propriedade da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, com sede na Capital Federal ...". Assim, o problema do registro de *Anais de Enfermagem* como revista, iniciado em 1940, foi solucionado dez anos depois, e Glete de Alcântara pôde comunicar às associadas que havia conseguido registrar *Anais de Enfermagem* como revista o que significava "direito de publicidade e direito de usar a carimbo Porte Pago". 1950

Em 1955, foi necessário novo pedido de registro em obediência à Lei de Imprensa n.º 2083, de 12 de novembro de 1953, uma vez que o seu título havia mudado para *Revista Brasileira de Enfermagem*. Esse novo registro deveria ser feito na Divisão de Marcas do Departamento Nacional de Propriedade Industrial, cujo Código estabelecia, em um dos seus artigos, que quando houvesse qualquer modificação “nos elementos característicos da marca, nome comercial, (...) insígnia ou expressão ou sinal de propaganda” deveria ser pleiteado novo registro; determinava, ainda, a validade de dez anos para o registro da marca, prorrogáveis “indefinidamente por períodos idênticos e sucessivos”.

A presidente Maria Rosa S. Pinheiro informou, no relatório referente ao período de agosto de 1955 a outubro de 1956: “não nos foi possível, até esta data, completar o registro da Revista, o que nos permitiria importar papel para sua impressão”. Maria Geralda Franco, gerente, comunicou à diretoria, em novembro desse ano, que “a Revista Brasileira de Enfermagem já é registrada em dois órgãos do Ministério do Trabalho”.

As informações sobre o registro da marca são imprecisas e, por vezes, contraditórias. Em artigo publicado no número dois da revista de junho de 1955, a página 151, e não contestado pela direção, Rosina Anchieta disse que o registro havia sido renovado entre 1954 e 1955, em virtude de ter mudado o nome, e que o fato facultava a importação de papel.

Dois anos mais tarde, janeiro de 1958, a diretoria foi informada de que “estava tudo pronto para registrar a Revista como jornal; em maio, que “a Revista já está devidamente registrada na Alfândega, já tendo sido adquirido, ao câmbio oficial, cinco mil quilos de papel linha d’água de segunda e sem imposto sobre a importação”; a 15 desse mesmo mês, ainda por Maria Geralda Franco, a diretoria foi informada “sobre a necessidade de sua presidente fazer pessoalmente, no Ministério do Trabalho, o registro da Revista Brasileira de Enfermagem”; e em junho “que a RBEn não pode ser registrada como órgão da ABEn. Só poderá ser registrada como Fundação Independente”. Daí a apresentação de um plano para sua transformação em Sociedade Anônima, em julho de 1960.

Marina de Andrade Resende, na edição de abril de 1963, informou, à página 86:

"Ao tratar de conseguir papel para impressão do número de dezembro de 1962, soube que na Alfândega a Revista tem o Registro n.º 375.

A 4 de fevereiro de 1963, com um formulário da Seção de Comunicações do Departamento Nacional de Propriedade Industrial, Termo n.º 378.740, de 19 de maio de 1958, até então arquivado na ABEn, retirei no Ministério da Indústria e Comércio o Certificado de Registro de Marca n.º 273.047, cujo pagamento de taxa havia sido efetuado a 26 de junho de 1962".

Tudo faz crer que o registro já havia sido feito anteriormente, pois o mesmo Código de Propriedade Industrial estabelecia multa para o caso de prorrogação requerida após "a vigência do último semestre do decênio de proteção legal". Segundo Haydée G. Dourado, "antes de 1955 foi feito o registro segundo a Lei de Imprensa e durante a presidência de Maria Rosa S. Pinheiro, o registro da Marca, ou de Propriedade Industrial".

SEDE DA REVISTA

A Revista Brasileira de Enfermagem teve um escritório próprio somente a partir de 1955, quando foi fixada na sala 1304, antiga sede da ABEn no Rio de Janeiro, à Avenida Franklin Roosevelt n.º 39. Até essa data, sempre na dependência das sedes provisórias da ABEn, a redação da revista havia passado pela Escola Ana Neri, desde sua fundação até 1946; dessa data a julho de 1952, na Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. De 1952 a setembro de 1954, voltando para o Rio de Janeiro, partilhou com a ABEn uma sala à Avenida Rio Branco n.º 251, no 13.º andar, e de 1954 a março de 1955, nesse mesmo endereço mas no 14.º andar, onde se localizavam os escritórios do SESP.

A REVISTA E O ESTATUTO

A inclusão da RBEn no estatuto da Associação ilustra as várias etapas de seu desenvolvimento estrutural.

Apareceu pela primeira vez nas reformas efetuadas em 1948, quando foi criada a Comissão de Redação, com a finalidade de publicar os *Anais de Enfermagem*; constou do artigo 49 que dizia: "A revista Anais de Enfermagem é órgão oficial da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas".

Dois anos antes, 1946, quando foi criado o Conselho Deliberativo, deste passou a fazer parte a redatoria dos *Anais de Enfer-*

magem, até 1955. As alterações efetuadas no estatuto em julho de 1955 incluíram a revista como o quinto órgão da ABEn, depois da Assembléia Geral, Conselho Deliberativo, Diretoria e Conselho Fiscal e eliminaram a Comissão de Redação.

Esse estatuto foi alterado em outubro de 1957, quando a revista passou a constituir um capítulo à parte, formado de um artigo e um parágrafo. Com a extinção do Conselho Deliberativo, passou a figurar como o quarto órgão da ABEn.

Dessa data a outubro de 1965, sua posição não sofreu alterações. O regimento da ABEn, impresso em 1964, dedicou integralmente o capítulo V à constituição da Revista, competência da sua Diretoria e atribuições de seus membros. A diretoria, su-bordinada à diretoria da ABEn, de mandato de quatro anos, compõe-se de diretor responsável — a presidente da ABEn — diretor redator chefe, editor e gerente.

A partir desse ano deixou de constituir um capítulo do estatuto, voltando à condição de comissão permanente da ABEn; sua coordenadora é membro da diretoria, posição reclamada por Haydée G. Dourado em 1953.

BOLETIM INFORMATIVO

1956 A primeira recomendação do relatório da Comissão de Legislação, em 1956, foi dirigida ao Conselho Deliberativo no sentido de “criar, de modo que funcione, o Boletim Mensal da ABEn (com peso de um porte do Correio Aéreo Militar)”.

A diretoria empenhou-se em tornar a sugestão um realidade, pois, sentindo a necessidade de um meio mais rápido de comunicação com as seções, a secretária executiva, Beatriz Cavalcanti (1952-1959), havia adotado o sistema do envio de carta circular, quando os assuntos a tratar o exigiam; estas foram portanto as precursoras do Boletim Informativo da ABEn.

1957 A assunto “Boletim Informativo” (BI) foi discutido nas reuniões da diretoria de março e abril de 1957. Na primeira, várias questões foram levantadas, tais como, de que tipo seria a publicação e a que comissão da ABEn caberia a responsabilidade de sua elaboração. Haydée G. Dourado sugeriu que se estudasse a possibilidade de conseguir papel com a impressão de um cabeçalho permanente e que o noticiário saísse mimeografado, com cortes diferentes para cada mês. Foram, então, tomadas decisões importantes: 1) que a responsável pela publicação seria a secre-

tária executiva, que trabalharia em colaboração com o Centro de Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem; 2) que a tiragem inicial fosse de 100 exemplares, a serem enviados a todas as escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem, às seções estaduais e aos distritos da ABEn, para serem colocados nos quadros de avisos; esse seria o veículo de informação entre a ABEn e os sócios, por intermédio daqueles órgãos. A remessa individual não seria possível, dado o preço elevado do porte aéreo. Por decisão tomada na segunda reunião, a secretaria executiva deveria providenciar a publicação a partir do mês seguinte, ou seja, maio de 1957 (18).

No congresso realizado em outubro desse ano, X Congresso Brasileiro de Enfermagem, Maria Rosa S. Pinheiro pôde informar que finalmente o plano, "há tempo concebido, de remessa às seções de um boletim informativo mensal que ponha as associadas a par das notícias mais significativas sobre a profissão", havia se tornado realidade.

Em março do ano seguinte, 1958, Marina de Andrade Resende, editor da RBEn, informou à diretoria ter saído o "Boletim Informativo" da ABEn referente ao mês em curso, porém, "sem apresentação por ser a continuação do que se pretendeu fazer em 1957, ano em que saiu uma carta circular mimeografada". Informou, ainda, que o papel utilizado havia sido fornecido pelo Ministério da Saúde por intermédio de Izaura Barbosa Lima e o trabalho de reprodução, em multilite, uma cooperação do SESP. Esse Serviço foi o seu grande colaborador até 1963.

1958

O primeiro Boletim Informativo saiu, então, em março de 1958, conservando, a partir dessa data, uma expedição mensal constante e regular. Foi, nessa ocasião, distribuído às dezessete seções estaduais existentes, cinco distritos e às escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem.

Para o boletim do mês de agosto, por impossibilidade técnica do SESP, Beatriz Cavalcanti conseguiu a colaboração do Diretório Acadêmico da Escola de Serviço Social para reprodução em mimeógrafo, tendo em vista a decisão da Diretoria de não autorizar despesa de impressão para esse fim. Estavam auxiliando na remessa dos boletins às escolas e seções, a Seção de Enfermagem da Divisão de Organização Sanitária do MS, a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto e o Serviço de Enfermagem do Hospital do Servidor do Estado.

Essas remessas foram mais tarde ampliadas, abrangendo os membros da diretoria e presidente de comissões.

1961 Em 1961, houve necessidade de limitá-las para diminuir as despesas, tendo sido suspensas as que se destinavam às escolas. A doação de trinta mil cruzeiros dos Laboratórios Johnson & Johnson, destinados à bolsa "Laís Netto dos Reys", foi empregada, por decisão da diretoria e assentimento da patrocinadora, na compra de papel para o Boletim Informativo.

1962 Marina de Andrade Resende, presidente da ABEn e editor da RBEn, no relatório de atividades de 1962 assinalou que, apesar do que constava no regimento interno da ABEn, o Boletim Informativo não estava sendo produzido pela secretaria executiva mas era considerado atividade de publicação e, portanto, estava sob a dependência da revista. Essa situação foi confirmada pela diretoria no ano seguinte; sua confecção e expedição ficaram a cargo do editor da revista, voltando a ser distribuído novamente às diretoras de escolas.

O ano de 1962 assinalou o seguinte movimento, em relação ao BI: 1.590 foram enviados às sucursais; 275, para avulsos; 72, para permuta e três foram enviados para o estrangeiro.

1964 Houve, entretanto, mudanças em relação à revista, que passava por sérias dificuldades, com reflexos na elaboração do BI. De janeiro a julho de 1964 foi publicado em S. Paulo, com a colaboração da 2.^a secretaria da ABEn, Enir Souza Lima. Em agosto desse ano foi devolvido ao editor da revista, para retornar à diretoria em maio de 1965, com a qual ainda permanece. Na realidade, responsabilizam-se pela sua produção e expedição a presidente da ABEn e a secretaria executiva, que são as pessoas a quem são dirigidas as notícias e que têm o controle das informações, em primeira mão, uma vez que continua sendo em menor número a colaboração das seções no envio de notícias locais.

Em julho de 1964, a diretoria aprovou o novo clichê para a impressão do cabeçalho, apresentado pela presidente Clarice Ferrarini. Constou esse do emblema da ABEn, ainda em sua antiga forma circular, em fundo preto e branco.

Dessa data até nossos dias o clichê foi modificado mais quatro vezes; nos anos de 1960, comemorando o Ano Florence Nightingale e em 1967, 1968, 1971 e 1973, sempre com a finalidade de torná-lo mais atraente e despertar a atenção de maior número de associados para sua leitura. Em 1971 houve uma tentativa

para utilizar papel em cores diferentes para cada mês, mas a reação não foi positiva. A maior alteração verificou-se em 1973, quando passou a ter como título "Informativo ABEn". "Graças às diligências promovidas por nossa Secretaria Executiva", disse a presidente, "a firma Johnson e Johnson está participando ativamente na publicação do BI". A partir, porém, de 1974, voltou à forma adotada em 1971, isto é, o emblema da ABEn em sua forma original retangular, em fundo azul e prata e com o título anterior; a Johnson e Johnson deixou de patrocinar a impressão "dado o alto custo do mesmo (...)".

A tiragem inicial de cem exemplares teve um aumento muito representativo nesses últimos anos; de setecentos e cinqüenta em 1968, subiu para oitocentos e cinqüenta em 1969, novecentos em 1970, mil e duzentos em 1971 e mil e quinhentos em 1973.

O BI foi mencionado no estatuto pela primeira e única vez em 1958; de 1963 em diante constou apenas do regimento interno.

Algumas seções estaduais contam com seu próprio boletim mensal.

CONCURSO "MARINA ANDRADE RESENDE"

Quando editor da Revista Brasileira de Enfermagem, Marina de Andrade Resende idealizou o denominado "Concurso Semana da Enfermagem", que tinha por finalidade incentivar a contribuição anual dos estudantes do curso de graduação e, ao mesmo tempo, aproximar os do órgão oficial de comunicação da ABEn. Esse concurso, que seria realizado durante a Semana da Enfermagem, passou a ser mais uma das atividades da RBE. Os prêmios seriam entregues durante os congressos anuais.

1963

Marina de Andrade Resende iniciou o novo programa enviando circulares às diretoras de todas as escolas de Enfermagem e presidentes de Centro e Diretórios Acadêmicos, propondo um tema de importância para a profissão que deveria ser desenvolvido pelos estudantes.

Para o primeiro concurso, a presidente Clarice Ferrarini entrou em entendimentos com a Johnson e Johnson a fim de conseguir o prêmio para o melhor trabalho apresentado. Uma vez aberto, contou com doze trabalhos, recebidos de oito escolas, que foram avaliados pela Comissão Julgadora durante as comemorações da Semana da Enfermagem de 1963. O prêmio coube a Lidia Delgado, estudante da Escola de Enfermagem da Universidade do

Maranhão, na época denominada Escola “São Francisco de Assis”, e foi entregue por ocasião do XV Congresso, realizado em Fortaleza, CE.

O concurso foi repetido, anualmente, até 1969. Foi interrompido em 1970, voltou em 1971, e deixou novamente de ser aberto em 1972.

Em 1966, foi decidido pela diretoria que o prêmio passaria a denominar-se “Prêmio Marina de Andrade Resende”. Essa decisão foi homologada pela assembléia geral em julho de 1970.

1964 Foram os seguintes os prêmios e respectivos patrocinadores: em 1964, o primeiro prêmio coube, também, à estudante da 2.^a série da Escola “São Francisco de Assis”, da Universidade do Maranhão. Nesse ano foram distribuídos três prêmios, ofertados pelas Seções de Minas Gerais, S. Paulo e Guanabara.

1965 Em 1965, o financiamento foi conseguido por doações de enfermeiras da OPAS/OMS e do governador do Estado de Minas Gerais. O primeiro recebeu o nome do doador, “Prêmio Governador Magalhães Pinto” e coube a uma estudante da 2.^a série da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto; o segundo e o terceiro foram denominados prêmio “Marina de Andrade Resende”.

1966 O concurso em 1966 foi possível graças à Marjorie Spaulding, enfermeira norte-americana que, querendo “fazer alguma coisa em memória de Marina”, doou cinqüenta dólares ao “Fundo Marina de Andrade Resende”. Parte dessa soma foi empregada na distribuição dos prêmios; o primeiro coube à um grupo de estudantes da 3.^a série da Escola Wenceslau Brás, Itajubá, MG.

1967 - **1968** Nos anos de 1967 e 1968 conseguiram, também, o primeiro lugar estudantes dessa mesma escola; em 1967 foi patrocinado pelo laboratório “The Sidney Ross C.º — Departamento Winthrop”.

Em 1969 coube à aluna da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia Madre Ana Moeller e o último em 1971, a uma estudante da Escola de Ribeirão Preto, pela segunda vez.

FUNDO DE IMPRESSÃO

1961 A 23 de outubro de 1961, a diretoria deliberou que deveria ser providenciada a tradução do livreto *Princípios Básicos sobre cuidados de enfermagem*, de Virgínia Henderson, publicação do Conselho Internacional de Enfermeiras, dando assim início a mais uma atividade de publicação da ABEn, a terceira.

Para que tal atividade fosse possível, dada a situação de seus recursos financeiros, decidiu, também, instituir o “Fundo de Impressão” (FI), que deveria ser iniciado com a doação feita por Maria Rosa S. Pinheiro de seis lotes de terreno localizados no Parque Jardim Teresópolis, município de Betim, em Minas Gerais. A comunicação da doação havia sido feita nessa reunião. O produto da venda desse imóvel deveria ser aplicado em outras publicações, que não fossem a Revista Brasileira de Enfermagem e o Boletim Informativo, de acordo com sugestão da presidente.

Por motivos vários, dentre os quais a desapropriação do terreno para passagem da Rodovia Fernão Dias, a transação não pôde ser feita, na ocasião. Houve então outra decisão da diretoria, que foi a de utilizar, para aquele fim, parte do saldo do II Congresso Latino-Americano de Enfermagem, CICIAMS, 1961. Com a quantia de quatrocentos mil cruzeiros antigos teve início o “Fundo de Impressão” da ABEn, cuja primeira publicação foi a tradução autorizada daquele livreto, feita em 1962 por Anyta Alvarenga, e orçada em duzentos e dez mil cruzeiros antigos. “Com pouco e, pouco a pouco, a ABEn põe à disposição das enfermeiras duas novas possibilidades: a de obter livros sobre enfermagem, em português e a de publicar livros que venham a escrever”, disse Marina de Andrade Resende na apresentação do folheto.

Em julho desse ano, Marina A. Resende, editor da RBEn e responsável pelo BI, foi também indicada para presidir comissão especial para elaborar anteprojeto do regimento e a comissão que se encarregaria da administração do Fundo, cargos que ocupou até sua morte, em 1965.

No ano seguinte, 1963, o controle do “Fundo de Impressão” 1963 passou a ser feito pela diretoria da ABEn, “até que a RBEn consiga se autonomizar”.

Em 1965 foi impresso o livro “Equipe de Enfermagem — organização e funcionamento” de Eleanor C. Lambertsem, traduzido por Clarice Ferrarini e Hortência Aguiar. A diretoria decidiu que toda renda proveniente da venda de livros fosse destinada a publicações, agora sob o rótulo “Fundo de Impressão Marina de Andrade Resende”. Com a movimentação dessa verba esperava, também, contar com mais uma fonte de recursos para levantar as finanças da ABEn. No mesmo ano, a presidente Circe de Melo Ribeiro conseguiu que as autoras do “Manual do Auxiliar de Enfermagem”, docentes da Escola de Enfermagem da Universidade de S. Paulo, concordassem em que o mesmo fosse publicado pela Associação.

O contrato foi firmado em 1966; as autoras continuavam gozando dos direitos autorais, com 10% da venda do total de exemplares, ao preço de cinco mil cruzeiros antigos por unidade.

As impressões desse Manual foram renovadas em anos posteriores encontrando-se, atualmente, em sua quinta edição.

1966

Em 1966 foi encerrada a conta bancária especial do Fundo de Impressão cuja importância foi depositada na conta geral da ABEn, passando o Fundo para responsabilidade da Comissão Especial de Finanças, sob a presidência de Irmã Maria Tereza Notarnicola, 2.^a tesoureira da ABEn.

Foram ainda editados pela ABEn: "A Enfermagem Moderna como categoria profissional: — obstáculos a sua expansão na sociedade brasileira", de Glete de Alcântara; "I Seminário Regional de ensino Médio de Enfermagem, 1966"; "Princípios de Física e Química aplicados à Enfermagem", de Leda Ulson Matos, em 1970; esta publicação foi possível graças a doação feita por Maria Rosa S. Pinheiro.

Antes desses havia sido editada, também, a tradução do livro de Esther Lucille Brown, "Enfermagem para o Futuro", feita por Maria Rosa S. Pinheiro, Glete de Alcântara e Maria de Lourdes Verderese.

Ella Hasenjaeger, ao apresentar relatório à Assembléia Geral do III Congresso Nacional de Enfermagem, 1949, como secretária executiva da ABED, fez dois agradecimentos; o primeiro à Tenente Amélia Lyszyk, pelo esforço que fez ao tentar traduzi-lo; e o segundo às tradutoras.

Dentre as publicações do SESP, em colaboração com a ABEn, destacam-se os chamados livros de leis, editados por aquele Serviço; o primeiro, sob a responsabilidade de Marina de Andrade Resende, com o título "Enfermagem: leis e decretos"; e o segundo, com o título "Legislação e assuntos correlatos", sob a responsabilidade de Anyta Alvarenga, editado em 1974.

NOTAS

CAPÍTULO III

1. Informações prestadas por Edméa Cabral Velho, transmitidas por Edith M. Fraenkel.
2. Informações de Izaura Barbosa Lima e Heloísa Maria Carvalho Velloso, prestadas em entrevista gravada a 13 de junho de 1972.
3. Rachel Haddock Lobo permaneceu nos Estados Unidos, com bolsa de estudo, de maio de 1927 a dezembro de 1929, e Célia Peixoto Alves, de junho de 1928 a fevereiro de 1930. Marina Bandeira de Oliveira não tinha compromisso com datas uma vez que havia viajado às próprias expensas.
4. Anais de Enfermagem, abr. 1934, pp. 11-12.
5. Anais de Enfermagem, maio de 1932, p. 1.
6. Rev. Bras. de Enf. dez. 1962, pp. 496-515.
7. Livro de "Atas das reuniões dos membros que constituíram a Comissão do Jornal da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras, denominado "Anais de Enfermagem". Arquivos da ABEN.
8. Livro de Atas n.º 2.
9. O Livro de Atas n.º 2 assinala a realização de apenas oito reuniões da Associação nos anos de 1940 e 1942: uma em 1940, quatro em 1941 e três em 1942.
10. O volume II, que deveria incluir apenas os números de 1933, foi repetido nas publicações de 1934; por esse motivo, em 1941, saiu o volume IX e não o X como deveria.
11. Anais de Enfermagem abr. 1934, p. 3.
12. Editorial de Anais de Enfermagem, jan./mar., 1946.
13. Rev. Bras. de Enf., dez. 1962, p. 516.
14. Anais de Enfermagem jan. 1951, p. 33.
15. Anais de Enfermagem, jan. 1952, pp. 135-138.
16. Rev. Bras. de Enf., mar. 1955, p. 3.
17. Informou Marina de Andrade Resende, em artigo publicado na RBEen de dezembro de 1962, que provavelmente trata-se de Ella Hasenjaeger, uma vez que nessa época não havia no SESP enfermeira norte-americana com esse nome. Há, porém, dois fatos que devem ser historiados: 1) Bertie Meekins Rice fez parte do grupo da Missão Rockefeller enviada ao Brasil, e aqui esteve de 27 de abril de 1922 a agosto de 1927; 2) na reunião da Comissão do Jornal da ANEDB, realizada a 17 de abril de 1933, quando eram discutidos os trabalhos que deveriam ser publicados na edição seguinte da revista, ficou combinado que Marina Bandeira de Oliveira escreveria um artigo "sobre Miss Rice e Maria Eugenia Celso". Dado o longo intervalo de tempo decorrido — 1933-1945 — parece mais provável ter sido a doação feita mesmo por Ella Hasenjaeger.
18. Livro de Atas das reuniões da Diretoria, n.º 3.

IV

CONGRESSOS

Os congressos de enfermagem são reputados como uma das realizações mais importantes da ABEn, porque constituem a fonte de inspiração do desenvolvimento da enfermagem como profissão, e dos enfermeiros como cidadãos úteis à sociedade. As recomendações decorrentes dos temas discutidos orientaram as ações das diretorias em quase todo o período da história da ABEn.

São, também, os congressos, o melhor meio de recrutamento de associados.

De 1947 a 1976 a Associação realizou vinte e oito congressos nacionais, e organizou um internacional (ICN), um latino-americano (CICIAMS) e um regional sul-americano (CICIAMS). Os primeiros foram designados Congressos Nacionais de Enfermagem, até o VIII, realizado em 1955; do IX em diante foram chamados Congressos Brasileiros de Enfermagem. De 1947 a 1954, deles provinham resoluções; a partir de 1955, recomendações.

Os acontecimentos que precederam esses certames, assim como os que se desenvolveram do decorrer da realização de cada um, mostram ter havido certa uniformidade de planejamento e de execução, respeitadas as diferenças da época em que aconteceram. Contudo, alguns fatos não habituais serão relatados a seguir, presumindo-se sejam eles de interesse histórico, principalmente os que se deram no Primeiro Congresso, em 1947.

1945

Na reunião mensal de 12 de junho de 1945, a presidente Záira Cintra Vidal comunicou às associadas ter recebido da Escola de

Enfermeiras do Hospital São Paulo proposta para que a ABED ren-lizasse um congresso nacional de Enfermagem, em setembro do ano corrente, no Distrito Federal. A ata dessa reunião documentou o seguinte: "ficou resolvido que para isto apenas será nomeada uma comissão para tratar do assunto dos trabalhos. Não haverá despesas. O programa constará de excursões pela manhã e reuniões à tarde" (1). Sabe-se que a idéia de realizar o congresso partiu de Irmã Marie Domineuc. A respeito desse acontecimento disse Irmã Marie Domineuc à autora, que a criação de novas escolas de enfermagem, de 1933 a 1945, permitiam esperar um crescimento mais rápido da profissão. Observando o que se passava no ambiente profissional paulista percebeu que, como "éramos tão poucas (...) a unidade da Associação Nacional parecia indispensável à evolução. As experiências de colaboração com as assistentes sociais em 1943 e com as religiosas enfermeiras em 1944 haviam provado que o programa era *caminhar juntos*". Daí a sugestão para que fosse realizado um congresso nacional.

A 3 de outubro de 1946, Záira Cintra Vidal recebeu a seguinte carta de Edith Fraenkel, presidente da Seção de São Paulo: 1946

"A Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, Seção de São Paulo, deseja convidar a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas para um congresso sobre enfermagem a realizar-se, provavelmente, em março p. f. Pensamos que o Congresso terá, no máximo, a duração de uma semana devendo ser ventilados estudos referentes ao ensino de enfermagem, enfermagem de Saúde Pública e outros, todos relacionados com os aspectos gerais da enfermagem no Brasil e no mundo em geral.

É de se esperar que o prédio da Escola de Enfermagem de São Paulo já se encontre quase pronto, podendo oferecer nessa ocasião residência às enfermeiras.

Assim sendo, esperamos ansiosamente que todas possam nos dar o prazer de vir até São Paulo, e nos auxiliar também a preparar o programa que deverá estar pronto antes (...)" (2).

O I Congresso Nacional de Enfermagem foi, portanto, realizado por iniciativa da ABEn — Seção de S. Paulo, na Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo; teve como lema "Elaborar, em conjunto, um programa eficiente de enfermagem, visando o desenvolvimento da profissão num plano elevado". 1947

A responsabilidade do planejamento e execução do programa científico esteve a cargo das Divisões de Educação e de Saúde Pública.

A Comissão de Programa foi organizada com os seguintes membros: Ella Hasenjaeger, presidente; Marieta March, secretária; Madre Marie Domineuc, Edith M. Fraenkel, Lucia Jardim, Aleluia Frota Salles, Madre São Geraldo. Para auxiliar essa comissão foram organizadas subcomissões presididas por: Corina Berlinck, de exposição em geral; Glete de Alcântara, de exposição de Enfermagem; Ruth Borges Teixeira, de hospedagem; Zilda Almeida Carvalho, de propaganda.

A sessão inaugural, presidida por Edith M. Fraenkel, estiveram presentes ou representados, o ministro da Educação e Saúde Clemente Mariani, o ministro da Aeronáutica, o governador do Estado, Ademar de Barros, o reitor da Universidade de S. Paulo, Benedito Montenegro, e o diretor do Departamento Nacional de Saúde. Compareceram, também, cerca de vinte oficiais brasileiros e norte-americanos e enfermeiras a serviço da Força Aérea Americana, no Brasil⁽³⁾.

A saudação às congressistas e convidados foi feita pela presidente da Seção de São Paulo, Edith M. Fraenkel, que, em poucas palavras, focalizou direta e objetivamente alguns princípios básicos para o ensino de Enfermagem, ainda hoje mencionados⁽⁴⁾.

O auxílio das docentes e estudantes da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo foi muito grande nesse Congresso; as últimas, principalmente, de duas maneiras: como monitoras, durante as sessões científicas, e como auxiliares na limpeza e arranjo do inacabado prédio da Escola, que serviu de residência para as congressistas de outros estados.

1948 O II Congresso Nacional de Enfermagem, realizado no auditório do Ministério da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro, teve como lema, "Aumentar o número de enfermeiras é contribuir para a Saúde Mundial". Segundo Clara Curtis, esse foi um "certame de caráter essencialmente profissional e de grande significação social".

O programa científico, coordenado por Ella Hasenjaeger, foi preparado pelas Divisões de Educação e de Saúde Pública e Seções do Distrito Federal, da Amazônia e de Minas Gerais.

A representação estrangeira foi de quase trinta elementos, entre enfermeiras e estudantes de enfermagem. Dentre as primeiras foram citadas em Anais de Enfermagem de outubro de 1948: Frances Helen Zeigler, Ruth Kuehn, Johanna Schwarte e Justa Mendieta, consultoras do Serviço de Enfermagem do Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA) (5).

A cópia mimeografada do programa, apresentado pela presidente da Comissão de Programa, contém os nomes dos homenageados, dos convidados de honra, da presidente da ABED, Marina Bandeira de Oliveira, da presidente da Comissão Executiva, Ella Hasenjaeger e da presidente da Comissão de Monitoras, Záira Cintra Vidal, que foi também responsável pela Comissão de Registro. O discurso de instalação foi proferido por Marina Bandeira de Oliveira (6). Esse programa, e a correspondência trocada nesse período entre a ABED e as seções estaduais indicam Marina Bandeira de Oliveira como presidente da ABED, de abril de 1947 a julho de 1948.

O Congresso realizado em 1949 inaugurou o método de discussão em grupo, utilizado depois em vários outros certames. 1949

Em fins de 1950, a Bahia hospedou o IV Congresso que teve como lema "Trabalhemos para fortalecer a Enfermagem nas Américas". Esse encontro distinguiu-se pelo número de representantes estrangeiras, vindas ao Brasil com o fim de discutir a possibilidade de criar a Federação Interamericana de Enfermagem. Contou, também, com a presença de duas representantes do Conselho International de Enfermeiras, a secretária executiva Daisy Bridges, e a 2.^a vice-presidente, Catherine J. Densford. 1950

Pela primeira vez o Congresso apresentou um Regimento Interno.

Em julho de 1955 foi realizado, no Rio de Janeiro, o 36.^º Congresso Eucarístico Internacional. A fim de não prejudicar o comparecimento dos enfermeiros a esse Congresso, a presidente da União Católica das Enfermeiras do Brasil (UCEB) solicitou adiamento do VIII Congresso Brasileiro de Enfermagem para 1956. A solicitação não pôde ser atendida, mas os trabalhos do congresso foram planejados abrangendo um período mais curto de tempo, de modo a facilitar o comparecimento dos enfermeiros aos dois Congressos. 1955

- 1958 O XI Congresso, realizado em Recife em 1958, assinalou o término das eleições em assembléia geral. Dessa data em diante, essas passaram a ser gerais, organizadas, realizadas e apuradas nas seções estaduais. Foi nesse Congresso que houve proposta das seções para que a ABEn providenciasse criar, por ato oficial, a *Semanas da Enfermagem*. Assinalou ainda: a realização das últimas reuniões do Conselho Deliberativo, a aprovação do Código de Ética da ABEn e a apresentação do relatório parcial do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil.
- 1960 No XIII Congresso, o discurso da presidente foi inteiramente dedicado à celebração do “Ano Florence Nightingale”, designação sugerida pela diretoria da ABEn ao ano em que se comemorava o centenário da criação da primeira escola de Enfermagem, por Florence Nightingale.
- Nesse Congresso foi oferecido um alfinete de ouro com a lâmpada simbólica à Haydée G. Dourado “pelo muito que vinha fazendo em prol da enfermagem”.
- 1962 A Comissão Executiva do XIV Congresso, 1962, fez recomendação à ABEn para que esta instituisse oficialmente o Fundo de Congresso, com a participação de todas as seções e distritos, que contribuiriam com dez mil cruzeiros anuais, no mínimo.
- A idéia de auxiliar os preparativos dos congressos com uma contribuição financeira surgiu em 1954. Em novembro desse ano a diretoria, reunida após a celebração do VII Congresso, decidiu que seria feito um adiantamento à Comissão Executiva do futuro VIII Congresso para que esta pudesse fazer face às despesas iniciais de programação⁽⁷⁾. Essa providência era muito necessária, pois a ABEn contou, desde o primeiro conclave, apenas com o concurso de seus próprios associados, para toda e qualquer tarefa de planejamento, de organização e de coordenação das atividades durante a realização de cada um desses encontros sócio-culturais.
- 1967 Em reunião da diretoria, logo após o XIX Congresso, Clarice Ferrarini sugeriu que durante esses encontros fossem realizados cursos de atualização de conhecimentos; a idéia foi aprovada e desde 1968 esses cursos são planejados e ministrados anualmente.
- 1972 Na sessão solene de encerramento do XXIV Congresso foi entregue o título de sócia remida da ABEn a Maria Amelia Rangel Garcia e, “post-morten” a Maura Maria Pereira de Lima. Essas são as duas únicas associadas dessa categoria, na ABEn.

CONGRESSOS DE ENFERMAGEM

CON- GRESSOS	DATA	LOCAL	PRESIDÊNCIA	PRES. COM EXEC.
I	18 a 22-03-1947	São Paulo	Mirabel S. F. Jorge	Ella Hasen- jaeger
II	20 a 24-07-1948	Rio de Janeiro	Marina E. de Oliveira	Ella Hasen- jaeger
III	28-11 a 3-12-49	Rio de Janeiro	Edith M. Fra- enkel	Ella Hasen- jaeger
IV	03 a 09-12-1950	Salvador, BA	Edith M. Fra- enkel	Maria Rosa S. Pinheiro
V	12 a 17-11-1951	Rio de Janeiro	Waleska Pai- xão	Maria Rosa S. Pinheiro
VI	12 a 27-07-1952	São Paulo	Waleska Pai- xão	Glete de Al- cântara
ICN	12 a 17-07-1953	Petrópolis	ICN	Glete de Al- cântara
VII	17 a 21-08-1954	São Paulo	Glete de Al- cântara	Zaida Cunha
VIII	12 a 14-07-1955	Belo Horizonte	Maria Rosa S. Pinheiro	Maria A. Resende
IX	16 a 18-10-1956	Porto Alegre	Maria Rosa S. Pinheiro	Maria de Lourdes Verderese
X	20 a 24-10-1957	Niterói	Maria Rosa S. Pinheiro	Engracia Li- ma Guillen
XI	14 a 17-10-1958	Recife	Maria Rosa S. Pinheiro	Margaret E. Mein (Costa)
XII	22 a 25-07-1959	São Paulo	Marina A. Resende	Maria Apa- recida F. Cor- rêa
XIII	20 a 23-07-1960	Belo Horizonte	Marina A. Resende	Maria Virgi- nia V. Pi- nheiro
CICIAMS	17 a 22-07-1961	Rio de Janeiro	Marina A. Resende	Denise M. dos Santos

CONGRESSOS DE ENFERMAGEM

CON- GRESSOS	DATA	LOCAL	PRESIDÊNCIA	PRES. COM. EXEC.
XIV	17 a 21-07-1962	Curitiba	Marina A. Resende	Terezinha B. G. Azeredo
XV	16 a 20-07-1963	Fortaleza	Clarice Fer- rarini	Ir. Leonie Bonfim
XVI	14 a 18-07-1964	Salvador	Clarice Fer- rarini	Eurides C Rocha
XVII	18 a 24-07-1965	Rio de Janeiro	Circe de M. Ribeiro	Ariadne L. de Menezes
XVIII	13 a 16-07-1966	Belém	Circe de M. Ribeiro	Terezinha P. A. Barros
XIX	17 a 22-07-1967	Brasília D.F.	Circe de M. Ribeiro	Nora Alida Gomes
XX	07 a 13-07-1968	Recife	Circe de M. Ribeiro	Maria Ferrei- ra da Silva
XXI	13 a 18-10-1969	Porto Alegre	Amália C. Carvalho	M.ª da Glória Leite Rosas
XXII	20 a 25-07-1970	São Paulo	Amália C. Carvalho	Maria C. O. Falcão
XXIII	12 a 17-07-1971	Manaus	Amália C. Carvalho	Davina Daisy Ricker
XXIV	18 a 22-07-1972	Belo Horizonte	Amália C. Carvalho	Isaltina G. Azevedo
XXV	17 a 21-07-1973	João Pessoa	Glete de Al- cântara	Syther M. O. Carneiro
XXVI	15 a 21-07-1974	Curitiba	Maria da Graça S. C. Imperial	Alice de Lima
XXVII	28-7 a 2-8-1975	Salvador	Maria da Graça S. C. Imperial	Jandyra Or- rico
XXVIII	12 a 18-08-1976	Rio de Janeiro	Maria da Graça S. C. Imperial	Herdy A. Vi- eira
CICIAMS			Amália de Carvalho	

TEMAS DOS CONGRESSOS BRASILEIROS DE ENFERMAGEM

I — Tema livre, relacionado com:

**Enfermagem de Saúde Pública, Preparo de enfermeiras che-
fes, Assistência à mãe e à criança, Preparo do auxiliar de enfe-
magem.**

II — Tema livre; os trabalhos versaram sobre:

**Organização sanitária e Enfermagem de Saúde Pública no Brasil,
Enfermagem Pediátrica, Cursos de pós graduação, Papel da enfer-
meira na administração hospitalar, Departamento de Enfermagem
no hospital universitário.**

III — Temas para discussão:

**Organização material de escolas de enfermagem, Regulamentação
da Lei n.º 775/49 e currículo para escolas de enfermagem e Enfer-
magem de Saúde Pública.**

**IV — 1. Enfermagem profissional. 2. Especialidades
em Enfermagem. 3. O programa do Ponto IV. O auxiliar de en-
fermagem. 4. Fiscalização para reconhecimento de escolas de en-
fermagem.**

**V — 1. Problemas relativos a escolas de enferma-
gem. 2. Problemas relativos à enfermagem hospitalar. 3. Pro-
blemas relativos à Enfermagem de Saúde Pública.**

**VI — 1. Currículo de escolas de enfermagem. 2. Obs-
tetria. 3. Supervisão. 4. Painel sobre legislação da Enfermagem.**

**VII — 1. Recrutamento e seleção para cursos de en-
fermagem e de auxiliar de enfermagem. 2. O Departamento de
enfermagem no hospital moderno. 3. Mesa redonda sobre "Re-
quisitos acadêmicos para matrícula em escolas de enfermagem a
partir de 1957. 4. Tema livre.**

**VIII — 1. O papel da enfermagem no programa de as-
sistência médico-hospitalar. 2. Tema livre.**

IX — 1. Ética. 2. Ensino clínico. 3. Tema livre.

**X — 1. A enfermagem e a assistência à maternidade
e à infância. 2. Análise do processo administrativo e princípios
envolvidos. 3. Tema livre.**

**XI — 1. Educação em serviço. 2. Painel: Planeja-
mento e organização de hospitais (SOLTEC). 3. Situação da en-**

fermagem no Brasil (Relatório do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem). 4. Tema livre.

XII — 1. Tema livre — discussão: Como poderão os hospitais e as unidades sanitárias do Brasil dar melhor assistência de enfermagem ao público? 2. Tema livre: Organização das escolas de enfermagem e de auxiliares de enfermagem e meios para tornar o ensino mais eficiente.

XIII — 1. Sindicalismo. 2. Tema livre.

I — Latino-americano do CICIAMS — 1. O sentido cristão de servir e a enfermagem. Enfermagem Obstétrica a serviço da família. 2. O sentido cristão de servir da enfermeira puericultora e pediátrica. 3. A escola a serviço da comunidade. 4. A enfermagem hospitalar a serviço da comunidade. 5. A Enfermagem de Saúde Pública a serviço da comunidade. 6. A enfermeira, elemento de elevação moral e espiritual. 7. Condições sociológicas do Brasil em relação ao bem-estar familiar. 8. Aspectos filosóficos do serviço à comunidade.

XIV — 1. Enfermagem hospitalar. 2. Enfermagem de Saúde Pública. 3. Tema livre.

XV — 1. Saúde Pública no Nordeste. 2. O ensino de Enfermagem à luz da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 3. Tema livre.

XVI — 1. Enfermagem e pesquisa. 2. Assistência de enfermagem obstétrica. 3. Enfermagem — profissão liberal. 4. Tema livre.

XVII — 1. A Enfermagem na realidade brasileira. 2. Tema livre.

XVIII — 1. Serviço de Enfermagem. 2. Relação Escola — campo de estágio. 3. Instrução programada. 4. Ensino de Enfermagem de Saúde Pública nos cursos de graduação e pós graduação em Enfermagem. 5. Ensino das Ciências Sociais no curso de graduação em Enfermagem. 6. Tema livre.

XIX — 1. Tendências modernas na formação da enfermeira. 2. Enfermagem na evolução da assistência hospitalar. 3. Pesquisa e enfermagem. 4. Enfermagem no processo de desenvolvimento sócio-econômico. 4. Tema livre.

XX — 1. Educar para a liderança. 2. Qualidade da assistência de enfermagem. 3. Tema livre.

XXI — 1. Comunicação, elemento essencial para o desenvolvimento da Enfermagem. 2. A ABEn e sua política de trabalho. 3. Tema livre.

XXII — 1. Integração do recém-graduado na vida profissional. 2. Política da ABEn. 3. Elementos básicos do diagnóstico de enfermagem. 4. Tema livre.

XXIII — 1. Princípio da investigação e o processo de observação sistematizada na Enfermagem. 2. O papel da enfermeira nos serviços de saúde diante da realidade regional ou local do Brasil. 3. Participação da enfermeira no planejamento de saúde. 4. Recentes estudos e pesquisas nas especialidades de enfermagem. 5. Tema livre.

XXIV — 1. Formação dos profissionais de enfermagem dos três níveis. 2. Exercício profissional. 3. O enfermeiro e a comunidade. 4. Recentes pesquisas em enfermagem. 5. Tema livre.

XXV — 1. O currículo mínimo do curso de graduação em enfermagem e obstetrícia. 2. Recentes pesquisas em enfermagem. 3. Problemas relacionados com o ensino e o exercício da enfermagem nas áreas: médico-cirúrgica, materno-infantil, de administração, de Saúde Pública. 4. Humanização da enfermagem. 5. Tema livre.

XXVI — 1. Necessidades psico-sociais e psico-espirituais dos pacientes. 2. Liderança. 3. Recentes pesquisas em Enfermagem. 4. Educação em Enfermagem. 5. Aspectos assistenciais de enfermagem. 6. Problemas de infecção hospitalar. 7. Tema livre.

XXVII — 1. Integração do ensino e serviço de Enfermagem. 2. Participação do pessoal de enfermagem nos programas de assistência à saúde nas populações da zona rural. 3. Problemas de assistência de enfermagem nos hospitais e clínicas particulares de grandes centros urbanos. 4. Recentes pesquisas em Enfermagem. 5. Tema livre.

XXVIII e I Sul-Americano do CICIAMS — 1. Formação filosófica e religiosa da enfermeira. 2. Sistema de registro de enfermagem. 3. Projeção da ABEn na comunidade brasileira. 4. Pesquisas em enfermagem. 5. Tema livre.

NOTAS

CAPÍTULO IV

1. Livro de Atas n.º 2.
2. Arquivos da ABEn-Secção de São Paulo.
3. Anais de Enfermagem, jan./mar. de 1947.
4. Do discurso de Edith Fraenkel destacamos o seguinte trecho: "A análise do estado atual da enfermagem no Brasil demonstra dois fatos fundamentais: em primeiro lugar, a desproporção existente entre o número de enfermeiras diplomadas e o número das que são necessárias para uma boa enfermagem; em segundo lugar o perigo que pode representar, quer moral quer profissionalmente, a tendência a sanar essa lacuna, permitindo-se a formação rápida e incompleta de enfermeiras. A pressa é inimiga da perfeição.

A instalação deste Congresso visa exatamente esses dois pontos: há a necessidade de se fomentar a vocação, de se aumentar o número de profissionais mas é necessário, também, que se dê um preparo técnico apurado e que se mantenha em dia esse preparo.

(...) Para que (os objetivos deste Congresso) realmente se concretigem, é necessário que toda enfermeira tome como norma e use como frase mágica (...) o princípio de que "a união das enfermeiras é o fator principal do desenvolvimento da profissão, em plano elevado.

Ao saudar os presentes, em nome da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, peço às enfermeiras que tenham em mente os fatos e os princípios assinalados".

5. A revista *The American Journal of Nursing* de fevereiro de 1949 publicou notícia sobre o II Congresso, à página 127.
6. Arquivos da Escola Ana Neri.
7. Fundo de Congresso — 1) Em 1955, Maria de Lourdes Verderese pediu a ABEn um adiantamento de vinte mil cruzeiros para as despesas iniciais do congresso que se realizaria no ano seguinte em Porto Alegre; 2) em 1962 o Fundo de Congresso foi instituído oficialmente; 3) em 1974 foi extinto, cessando o compromisso por partes das seções e distritos, mas continuando o auxílio da ABEn, por meio de adiantamentos.

V

PATRIMÔNIO E SEDE

Reza o atual estatuto que o patrimônio da ABEn é constituído de cota “per capita” enviada pelas seções, além de subvenções, legados e donativos, bens móveis e imóveis.

O Estatuto de 1929 não fazia referência alguma específica a patrimônio, mas dentre os deveres das sócias citava: “pagar as mensalidades e contribuir com todo o auxílio que fosse necessário”. A mensalidade era de cinco mil réis, e havia uma jóia obrigatória de vinte e cinco mil réis.

Até dezembro de 1929, a Escola Ana Neri havia diplomado noventa e uma enfermeiras; dessas, apenas cinqüenta e três (58%) estavam inscritas na associação⁽¹⁾. Por esse número pode-se fazer um cálculo aproximado de sua renda mensal. Contudo, nesse ano, 1929, a Associação realizou o seu primeiro investimento: comprou um terreno na Ilha do Governador. Com essa aquisição, foi necessário acrescentar um novo artigo no estatuto que tratasse do patrimônio, o que só aconteceu em 1944⁽²⁾.

Cuidar-se-á, neste capítulo, apenas do patrimônio imóvel adquirido pela diretoria da ABEn, não incluindo o das seções estaduais; os demais bens sofrem grandes alterações e, por esse motivo, são dificilmente controlados.

As seguintes Seções possuíam sede própria, em 1973; Amazonas, Pará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Guanabara, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul⁽³⁾.

TERRENO NA ILHA DO GOVERNADOR

1929 O contrato de compra desse terreno pela Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras (ANEDB) foi assinado por Edith Fraenkel (1927-1938) e Maria Francisca Ferreira de Almeida Reis, a 7 de maio de 1929. O compromisso de compra, feito com a Companhia Santa Cruz Sociedade Anônima, foi anotado no Livro n.º 8, sob o n.º 14, a fls. 6, em 10 de agosto de 1939 (promessa de venda averbada). A área do terreno era de 524 m², localizados na Quadra n.º 33, Lote n.º 40, ao preço de R\$ 10\$000 (dez mil réis) o metro quadrado. O valor do contrato foi de R\$ 7: 380\$000, (sete contos, trezentos e oitenta mil réis), em setenta e duas prestações mensais de R\$ 102\$500 (cento e dois mil e quinhentos réis). A última prestação foi paga em 21 de setembro de 1934; em 5 de julho de 1939 foram pagos R\$ 150\$000 (cento e cinqüenta mil réis) da diferença de quinze metros quadrados encontrados a mais no lote 40 da quadra 33. O valor total pago foi de R\$ 7: 494\$100 (sete contos, quatrocentos e noventa e quatro mil e cem réis). A escritura de venda foi lavrada no Cartório do 22.^º Ofício de Notas, em 29 de dezembro de 1939; representou a ANEDB a vice-presidente em exercício, Edméa Cabral Velho Rodrigues e a tesoureira Maria Adelaide Witte Fernandes. Assim, em 1940, estava completamente legalizada essa aquisição.

A compra teve objetivo social e assistencial; pensou a diretoria construir, em futuro mais propício, uma casa para as férias anuais das enfermeiras, que pudesse abrigar, mais tarde, as sócias idosas e carentes de recursos. A Associação não sentia ainda necessidade de um local próprio para sua administração, pois, para o desempenho dessas atividades, contava com as dependências da Escola Ana Neri, à qual estavam ligadas todas as associadas; pensou, em primeiro lugar, no bem-estar dessas e não na futura expansão de seus serviços. A idéia de uma sede administrativa própria surgiu somente em 1941 (4).

1938 Construir uma casa de férias, porém, não era tarefa fácil de ser realizada, por isso, ao longo desses anos, o terreno continuou sendo objeto das preocupações das associadas. Em 1938 houve uma tentativa, sem êxito, para sua demarcação; o pedido foi renovado em 1956 por Maria Geralda Franco e conseguido no ano seguinte, 1957.

1945 Em 1945 foi discutida novamente a possibilidade da construção da casa da enfermeira; Maria Francisca Ferreira de Almeida Reis foi indicada para presidir comissão que deveria estudar o pro-

jeto e a diretoria designou, também, uma “Comissão Social”, sob a presidência de Alice Vilela, que se encarregaria de “promover reuniões sociais com o fim de recrear as sócias e ao mesmo tempo angariar meios para a construção da Casa” (4).

Para que um engenheiro pudesse fazer a planta e apresentar orçamento, ficou determinado, em março do ano seguinte, que a “Casa de Campo da Associação deveria ter varanda, sala, três quartos, cozinha, copa e banheiro”. Rosaly Taborda, entretanto, ao fazer uma descrição do terreno às associadas em novembro desse ano, disse achar “impossível a construção da casa por ser íngreme o terreno o que a torna muito cara”. Diante dessa informação, a presidente foi à companhia vendedora, que havia prometido trocá-lo, mais tarde, por um lote melhor; isto, no entanto, não foi conseguido. O assunto “construção da casa de férias” voltou em 1950, desta vez com a sugestão de que a Seção do Distrito Federal auxiliasse na obra. Também dessa vez o projeto foi abandonado.

Dois anos mais tarde, Maria Rosa S. Pinheiro sugeriu a venda do terreno, “altamente valorizado”, para dar entrada na compra de uma sede para os escritórios da ABED; essa venda, porém, dependia de autorização da assembléia geral, uma vez que havia sido comprado para nele ser edificada a casa das enfermeiras. De qualquer maneira foi dada autorização à presidente para solicitar a um corretor que providenciasse a sua avaliação.

Ao que parece, os associados sempre resistiram à sua venda ou a qualquer outro tipo de transação. A fim de possibilitar a compra da sede, Madre Marie Domineuc propôs, em 1954, a hipoteca do terreno. Mas no ano seguinte voltou a ser discutida a construção da casa de férias, desta vez com empréstimo da Caixa Econômica, por sugestão de Maria Geralda Franco, enfermeira, jornalista, tesoureira da ABEn e gerente da Revista Brasileira de Enfermagem. Esse empréstimo não pôde ser realizado em virtude de mudança no quadro de pessoal daquela instituição, e a consequente saída do funcionário encarregado das negociações. O empréstimo deveria ser solicitado por intermédio da revista, dadas as vantagens oferecidas aos jornalistas (5).

Novamente em pauta a construção da casa de férias em 1956, uma equipe de arquitetos recém-formados, da qual fazia parte uma filha de Beatriz Cavalcanti, ofereceu-se para fazer graciosamente a planta da casa. Foi indicada comissão, constituída por Beatriz Cavalcanti, Rosaly Taborda, Zilda C. Hughes e Lucy Goedert para

1946

1950

1952

1954

1956

dar as especificações necessárias à execução da planta. Esta, porém, não poderia ser feita antes de conseguida a demarcação do terreno, o que se deu em 1957.

1958 Feita a demarcação, foi constatado que “o terreno é quadrangular, com dezessete metros de frente, quatorze de fundo e trinta e cinco laterais”. A casa seria, então, de “dois andares, com boas salas de jantar e de estar; cozinha, terraços, um banheiro para cada dois quartos, armários embutidos e cabides para enfermeiras que quisessem passar o domingo na praia.”

Ante a situação financeira da ABEn, em 1958, o plano de construção foi suspenso em agosto, para ser novamente discutido quatro meses depois, quando Beatriz Cavalcanti informou a diretoria que havia feito a verificação do “maravilhoso terreno para a construção da casa de férias”. Foi indicada nova comissão para tratar da planta, desta vez presidida por Maria Geralda Franco⁽⁴⁾. Já se cogitava, porém, de conseguir um terreno em Brasília, DF, para construir a sede. Com a doação, em 1963, de terreno na Capital Federal, as preocupações da diretoria e dos associados voltaram-se inteiramente para essa cidade, principalmente a partir de 1960⁽⁶⁾. A Ilha do Governador passou a ser lembrada esporadicamente pelas presidentes, a maior parte das vezes para providenciar a verificação das condições do terreno, e a execução dos necessários cuidados. As obras realizadas na Ilha pelo governo do Estado da Guanabara, depois da transferência do Distrito Federal para aquela cidade, em 1961, contribuíram grandemente para a sua valorização.

1965 Nova tentativa para construção da casa foi feita em 1965, desta vez com a Companhia ETEL, que não se mostrou interessada porque o local é muito acidentado.

A fim de levantar recursos para a construção da sede em Brasília, foi constituída, nesse ano, “Comissão Especial para planejar a rentabilidade do terreno do Galeão”; feita a avaliação, a ABEn foi aconselhada a não vendê-lo porque não apresentava vantagens no momento⁽⁷⁾.

1971 Em 1971, a Assembléia de Delegados aprovou proposta para que a diretoria da ABEn estudasse os termos de um convênio com a Seção da Guanabara para utilização, por esta, do terreno da Ilha do Governador; caberia à Seção construir a “Casa da Enfermeira”, ressalvado o direito dos associados de todo o Brasil de usufruírem do benefício.

1974 Depois de três anos de estudos sobre a viabilidade financeira da Seção face à decisão tomada, esta solicitou e obteve da Assem-

bléia de Delegados, realizada em julho de 1974, a dispensa do compromisso assumido (8).

PRIMEIRA SEDE PRÓPRIA NO RIO DE JANEIRO

A ABE_n só veio ter sede própria em 1953, com a compra de três apartamentos à Avenida Franklin Roosevelt, 39, Rio de Janeiro, onde se instalou em 1955.

Remontando às suas origens, em 1926, é provável que nos primeiros quinze anos (de 1926 a 1941), a Associação não tenha cogitado de outro local para sua sede senão o oferecido pela Escola Ana Neri. O entrosamento entre essas duas entidades era tão grande que a Associação considerava como um de seus deveres agraciar as diplomandas dessa Escola com um "tradicional chá", ao término do curso. Como curiosidade, nada melhor do que a reprodução de alguns trechos das atas das reuniões em que esse assunto foi tratado, para ilustrar esse relacionamento. Eis-los.

Na reunião mensal de novembro de 1938, "a presidente Hilda A. Krisch (1938-1941) falou sobre a festa das diplomadas (...). Mirabel Schmith F. Jorge pediu, em nome da presidente diplomanda, que não fosse oferecida festa dançante (...). Edith Fraenkel propôs que se oferecesse uma medalha cunhada à aluna que mais havia se distinguido na classe e que se levantasse uma coleta de 10\$000 (dez mil réis) entre as associadas para a aquisição da mesma (...). Alayde Carneiro disse que a festa proporcionaria maior contato entre as enfermeiras antigas e novas. Záira Cintra Vidal propôs realizar um chá na ocasião da entrega da medalha". Foi indicada uma comissão para organizar o chá, que se realizou em abril do ano seguinte, no dia da entrega da *Medalha de Honra a Ana de Souza* (4).

O mesmo assunto, e único, foi tratado na reunião de outubro de 1939. A vice-presidente, Edméa Cabral Velho, informou que, em virtude da próxima formatura das diplomandas desse ano "tornava-se necessário deliberar sobre a homenagem a ser prestada pelas Associadas". Laís Netto dos Reys declarou que as diplomandas pretendiam realizar uma festa dançante. Foi proposta, pela vice-presidente, a organização de um chá dançante. Deliberaram as sócias presentes que fosse estabelecida uma quota de 10\$000 (dez mil réis) de cada uma, a fim de auxiliar nas despesas da Associação. A vice-presidente pediu a Laís Netto dos Reys que "indagasse das diplomandas, se ficariam satisfeitas com a homenagem..." (4).

A 26 de novembro de 1941, foi explicado pela vice-presidente, Maria Francisca Ferreira de Almeida Reis, que a reunião tinha duplo objetivo, sendo o segundo “resolver sobre o presente a ser oferecido à turma de diplomandas do ano corrente (...). A vice-presidente informou que a quota seria de 5\$000 (cinco mil réis) a ser cobrada de todas as enfermeiras diplomadas, mesmo não sendo associadas...” (4).

1939 A Escola tinha, pois, boa vontade em oferecer facilidades de local para o encontro de suas ex-alunas. Essa situação permaneceu até julho de 1941, com algumas intercorrências. Em 1939, a sede foi transferida do pavilhão de aulas para o prédio de residência da Escola, à rua Benedito Hipólito n.º 275; Laís Netto dos Reys ofereceu duas salas naquele edifício, para a instalação da Associação e da Revista.

1941 Dois anos mais tarde, 1941, as reuniões passaram a ser realizadas na sede do Serviço de Obras Sociais (SOS), à Avenida Mem de Sá n.º 152 (9), começando então um período de mudanças mais freqüentes. Foi quando a vice-presidente, Maria Francisca Ferreira Almeida Reis, lembrou “que se tornava necessário adquirir uma sede própria para a Associação”.

1943 Do SOS mudou-se para o salão nobre da Escola Nacional de Belas Artes, mas por pouco tempo. Em fins de 1943, a sede foi para o 5.º andar do Edifício Holerith, Departamento de Educação. Aí permaneceu um ano, aproximadamente, transferindo-se, então, para a Avenida Rio Branco n.º 111, sala 607 (4).

1946 Com o início do funcionamento da Seção do Distrito Federal em 1946, dos Congressos em 1947, e reorganização administrativa da ABED, os grupos que compunham os diversos órgãos da Associação ficaram mais definidos; a diretoria, o conselho deliberativo e as assembleias gerais começaram a reunir-se, separadamente, no lugar que lhes parecia mais adequado e de mais fácil acesso: dependências do SESP, Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, Ministério da Educação e Saúde, Escola Ana Neri, além de outros. A sede administrativa continuava sem local fixo.

1949 Em 1949 e 1950 foi localizada na Rua Sta. Luzia em sala “gentilmente cedida pelo presidente da Sociedade Brasileira de Higiene”, por solicitação de Edith Fraenkel (1948-1950). Esse local, porém, era utilizado exclusivamente para recebimento da correspondência e para as reuniões da diretoria e do conselho deliberativo. Daí passou para a Avenida Rio Branco, n.º 251, onde ocupou, a princípio, o 13.º andar, mudando-se depois para o 14.º; foi por

essa ocasião que houve o incêndio que destruiu parte da documentação da ABED e o primeiro livro de atas das reuniões. Nessas salas, graciosamente cedidas pelo SESP, por intermédio da Divisão de Enfermagem, funcionou também a redação da revista.

Com a perspectiva da realização, em 1953, do X Congresso Internacional de Enfermagem, no Rio de Janeiro, a diretoria, reunida a 2 de fevereiro desse ano, concluiu que era urgente "conseguir, pelo menos temporariamente, uma sede para os trabalhos que deviam anteceder o Congresso". Em maio foi decidido que, provisoriamente, seria instalada no 10.^º andar do edifício da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em sala alugada por mil e oito-centos cruzeiros (antigos) mensais.

A secretária executiva, Beatriz Cavalcanti, escreveu no relatório correspondente ao período de 1953/54: "estivemos com a Secretaria instalada na ABI até 20 de janeiro de 1954, quando nos mudamos para a Avenida General Justo n.^º 275, em sala cedida pela Associação das Voluntárias Ana Neri (AVAN), sem pagamento de aluguel, com uso do telefone e de uma sala para reuniões da Diretoria". Essas facilidades foram obtidas graças à interferência de Magdalena Werneck, diretora do curso de auxiliar de enfermagem da AVAN.

Em julho de 1953, a diretoria indicou Irene Cotelipe Milanez para presidir a Comissão Especial de Aquisição da Sede. As seções estaduais foram consultadas pela presidente, Glete de Alcântara (1952-1954), sobre a conveniência "da aplicação da atual renda da ABED, aproximadamente de quinhentos mil cruzeiros na compra de uma sede própria".

Segundo Haydée G. Dourado, a idéia visionária de a ABEn procurar ter sede nessa área nobre do Rio de Janeiro foi de Maria Rosa S. Pinheiro, em 1952, ao notar o prédio em construção.

A dez de novembro reuniu-se novamente a diretoria na ABI, em sessão extraordinária, sob a presidência da vice-presidente Haydée G. Dourado; estavam presentes a 1.^a secretária Clélea de Pontes, a 2.^a secretária Flora Vitor Rodrigues, 1.^a tesoureira Enedina Ferreira e, como convidadas, a secretária executiva Beatriz Cavalcanti de Albuquerque e Irene Cotelipe Milanez. A secretária leu trechos da carta da presidente Glete de Alcântara, em que esta autorizava a diretoria, em sua ausência e de acordo com a Comissão de Sede, a tomar as decisões que julgassem necessárias para a compra do imóvel, dada a urgência do assunto. Foram, então, apresentadas três propostas de compra, que deveriam ser estudadas

pelo contador da ABED; este deveria, também, fazer os cálculos das prestações a serem pagas. Quatro dias depois, reuniu-se novamente a diretoria, ainda sob a presidência de Haydée G. Dourado. Postas em votação as propostas, foi escolhida a do edifício Portugal, constante de três apartamentos, de número 1.302, 1.303 e 1.304, situados à Avenida Franklin Roosevelt, n.º 39, ex-Avenida Presidente Wilson, na Esplanada do Castelo. O pagamento seria em cinco anos, ao preço final calculado em quinhentos e cinqüenta mil e oitocentos cruzeiros. A tesoureira lembrou, na ocasião, a grande responsabilidade que a diretoria estava assumindo, uma vez que a anuidade de cada sócia era de apenas doze cruzeiros; dada, porém a oportunidade do negócio, era favorável à compra (4). Deve ser levado em conta, que a previsão orçamentária para o ano de 1954 foi de cinqüenta e oito mil e noventa e cinco cruzeiros e sessenta centavos. A compra foi efetivada com o prédio ainda em construção. O compromisso de compra foi feito entre a Steel-Sociedade Técnica de Empreendimentos de Engenharia Ltda., e a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (4).

O assunto, sede própria, deveria continuar em pauta nas reuniões da diretoria e do Conselho Fiscal ainda por algum tempo após a compra, em 1953. Havia necessidade de cumprir com os compromissos assumidos, e equipar a sede.

1954

Juntamente com a proposta de Haydée G. Dourado, para que fossem alugadas duas das salas adquiridas e que fosse constituída comissão para administrar a sede, mais duas decisões foram tomadas, em 1954: 1) que fosse logo feito o registro do novo nome da Associação a fim de constar nos contratos de locação e, 2) que a própria Comissão de Aquisição de Sede, denominada agora Comissão de Sede, ficasse com a responsabilidade de administrá-la e angariar recursos para o desempenho de suas atividades.

Em setembro desse ano, Beatriz Cavalcanti propôs a mudança da ABEn para a sede própria, embora essa dispusesse apenas "de uma cadeira e uma mesa com uma máquina datilográfica". A mudança foi aprovada; a secretária executiva deveria fazer um ofício ao diretor da Campanha Nacional contra a Tuberculose solicitando o empréstimo de uma mesa-secretária e seis cadeiras. Mas em novembro, a tesoureira pôde dispor de trinta mil cruzeiros "para a instalação da sede, incluindo a compra de móveis e de equipamento elétrico". A ABEn deveria ocupar uma das salas e as outras duas seriam alugadas para garantir parte do pagamento das prestações.

1955

Por ocasião do VIII Congresso Nacional de Enfermagem, Ma-

ria Rosa S. Pinheiro prestou informações à assembléia geral sobre o assunto:

"Estamos finalmente instaladas em sede própria desde outubro de 1954. É uma das aspirações de toda associação de classe, que, para nós, se tornou realidade (...) É pequena mas por enquanto terá que abrigar a secretaria geral, a Revista Brasileira de Enfermagem e a Seção do Distrito Federal, a qual contribuiu largamente para a sua compra. Nela instalaremos a nossa biblioteca, que já conta com alguns bons livros e revistas, nacionais e estrangeiras (...). O pagamento das prestações mensais é e será uma de nossas grandes preocupações durante alguns anos ainda. A contribuição financeira das Seções como a do Ceará (...) da Comissão de Sede que já organizou uma festa benéfica, e de sócios individuais, de que temos dois belos exemplos na doação de um colar de pérolas cultivadas por Irene Cottogipe Milanez e de cem dólares pela Senhora Clara Curtis, nos tornam otimistas e nos levam a crer que chegaremos à meta de liquidarmos integralmente o pagamento da compra dos apartamentos (10)."

Nesse ano, Clélea de Pontes ficou encarregada de requerer a isenção do imposto predial. Seguindo orientação de advogado, foi feito, em 1956, o pedido de isenção do imposto de transmissão, em requerimento dirigido à Câmara Municipal, incluindo os impostos prediais atrasados. Iniciava-se, assim, outro tipo de luta a enfrentar. Em 1958, uma comissão, presidida por Edméa Cabral Velho, auxiliada por Alba Horta Barbosa, foi incumbida de tratar do assunto junto à Prefeitura do Distrito Federal; essa comissão foi logo em seguida transformada em Comissão Especial Pró Isenção de Imposto da Sede, sob a presidência de Nalva Curvelo Pereira. Esta informou a diretoria, em 1960, que "a ABEn não obteria isenção dos atrasados pelo fato de não ter sido passada escritura, nem ao menos de promessa de compra e venda, quando da aquisição das salas, em 1953; haveria possibilidade de isenção de imposto de transmissão e dos impostos prediais a partir de 1960, com a escritura de promessa já em nome da ABEn" (5).

1956

1958

Um dos problemas que a diretoria precisou, também, logo enfrentar foi o do despejo do inquilino de uma das salas alugadas, que a passara a outro sem autorização; essa sala foi depois alugada à Seção do Distrito Federal para a realização de cursos e instalação de sua sede.

1959

A situação financeira da ABE nã o era das melhores em 1958, pois estava atravessando um período difícil, em que "a despesa é acentuadamente maior que a receita", segundo a presidente. Porém, já no ano seguinte, com o término do pagamento das prestações, em julho de 1959, as finanças melhoraram sensivelmente. A Associação passou a ocupar duas salas, das quais a 1302 foi reservada para as atividades de secretaria e atendimento das sócias e a 1303, para a Comissão de Seguimento do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil, que deveria ser logo instalada; a outra sala ficou para a Seção do Distrito Federal e para a revista, que a compartilharam até 1961, quando foi utilizada exclusivamente por esta última.

Em outubro de 1959, na presidência de Marina de Andrade Resende (1958-1962), foi passada a escritura (17.º Ofício) de promessa de cessão e transferência dos direitos e promessa de venda. A soma devida, já integralmente paga pela Associação, havia alcançado a cifra de setecentos e setenta e cinco cruzeiros novos e vinte centavos (ou duzentos e cinqüenta e oito cruzeiros novos e quarenta centavos por apartamento), e novecentos e dezoito cruzeiros novos pela fração de 0,714% do terreno (quarenta e sete cruzeiros novos e sessenta centavos por fração). Essa escritura foi averbada a 1.º de dezembro desse ano. Havia terminado, então, o pagamento das prestações.

A escritura definitiva deveria ser passada tão logo a Associação a solicitasse, mas aconteceu somente a 29 de dezembro de 1967, na presidência de Circe de Melo Ribeiro e com a colaboração de Josefa Jorge Moreira, quando foi dada quitação. Para dar andamento ao processo de construção da sede em Brasília, D.F., houve necessidade de apresentação da escritura definitiva dos apartamentos; foi, então, descoberto pela presidente que esta não havia sido passada. Houve demora na tramitação do processo, motivada pelo fato do edifício ter sido construído em terreno foreiro — Aero-náutica e Estado da Guanabara.

A possibilidade da construção de edifício próprio para sede, em Brasília, monopolizou os recursos humanos e materiais de que a ABE nã o dispunha; de 1959 em diante, essa construção foi o principal tema das reuniões, cautelosamente a princípio, mas depois num crescendo de interesse, só arrefecido com a conclusão, em 1972, do primeiro dos três blocos planejados para o edifício. A sede na Guanabara já não precisava tanto das atenções da Associação, mas alguns problemas haviam ficado pendentes e ela nã o podia ficar esquecida.

Entre 1963 e 1964 foram feitos os reparos mais urgentes, a pintura das salas, e providenciadas as instalações para organização da biblioteca; foram compradas estantes de aço para a sala da revisita, além de outros melhoramentos de há muito exigidos.

Um dos problemas pendentes estava relacionado com o imposto de Transmissão de Propriedade "inter vivos". A ABEn havia solicitado isenção desse imposto em 1956, mas o pedido foi indeferido porque a Associação tinha despesas com a filiação a entidades internacionais. Inconformada, a presidente Clarice Ferrarini (1962-1964) fez a defesa dos direitos da Associação, explicando que era uma associação "reconhecida pelas entidades internacionais de enfermagem e que para gozar dos privilégios enviava, do "per capita" de cada sócio, uma cota à entidade internacional à qual a associada declarava querer ser afiliada"; explicava, também, os benefícios advindos dessa filiação e o fato de "todas as demais associações profissionais manterem o mesmo tipo de intercâmbio com as entidades internacionais". Para essa defesa anexou os documentos necessários, incluindo certidão do Departamento de Assistência Social da Secretaria Geral de Saúde e Assistência, comprovando seu registro nessa repartição. Mas a decisão anterior foi mantida. A ABEn entrou então com recurso ao Conselho de Contribuintes. Este deu provimento ao recurso em julho de 1963, nos termos do voto de um dos conselheiros que reconheceu à ABEn, segundo seu estatuto, "a qualidade de instituição de assistência social e educacional" com direito a imunidade tributária prevista no artigo 31 da Constituição⁽¹¹⁾.

O conselheiro relator das conclusões do Acórdão apresentou, na ocasião, o seguinte argumento:

"Dentre seus nove serviços permanentes seis, dois terços, se dedicam a trabalhos de características eminentemente sociais ou educacionais, tais como: Assistência, Auxiliares de Enfermagem, Educação, Intercâmbio Cultural e Profissional, Relações Públicas e Saúde Pública"; e que "a ressalva feita (...) sobre o pagamento de anuidades a entidades culturais estrangeiras (...) não poderá merecer (...) qualquer consideração. Ao contrário, julgamos imprescindíveis tais encargos para que uma instituição de assistência cultural e educacional possa como tal ser considerada". E concluiu, "não há dúvida, portanto, que a Recorrente satisfaz todas, absolutamente todas, as condições de instituição de assistência social e de instituição educacional, tendo direito, líquido, absoluto e irrefutável, a imunidade tributária prevista no artigo 31, inciso V, letra "b" da Constituição Federal".

1965 Em julho de 1965, o representante da Fazenda do Estado da Guanabara pediu reconsideração da decisão porque, a seu ver, a ABEn enquadrava-se apenas em parte naquele artigo, que exigia, também, que a instituição aplicasse integralmente suas rendas no país.

Graças aos esforços e ao trabalho eficiente de Josefa Jorge Moreira esse problema foi, também, resolvido. A ABEn obteve, em abril de 1966, a isenção do imposto de transmissão de posse das três salas. A compra foi realizada em 1953 e a ABEn teria que pagar a diferença de treze anos, com correção monetária, se essa isenção não tivesse sido conseguida.

SEDE EM BRASÍLIA, D.F.

1957 Na reunião do Conselho Deliberativo de 19 de março de 1957, "Haydée G. Dourado lembrou a necessidade de a ABEn pleitear, junto às autoridades competentes, a doação de terreno em Brasília para construção de sua sede na nova Capital" (12).

É de se supor que os membros do Conselho não estivessem ainda preparados para ouvir semelhante proposta, pois a idéia lançada nem sequer foi discutida.

1958 Em junho de 1958, a presidente Maria Rosa S. Pinheiro (1954-1958) transmitiu à diretoria o teor de carta recebida de uma associada da Seção de Goiás (Cacilda Rosa Bertoni) sugerindo que a ABEn adquirisse um terreno em Brasília. Atendendo decisão da diretoria a presidente encaminhou ofício ao Diretor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) pedindo a doação de terreno para construção da sede da ABEn.

Mesmo tendo enviado a carta, a Seção de Goiás fez, no relatório das atividades correspondente ao período de 1958/59, recomendação, aprovada pela Assembléia Geral de 21 de julho de 1959, para que a ABEn procurasse "adquirir um lote de terras em Brasília, enquanto sua aquisição está facilitada" (5).

1959 No mês seguinte, agosto de 1959, uma comissão, presidida por Maria Geralda Franco, procurou o diretor da NOVACAP a fim de reiterar o pedido constante no ofício anteriormente enviado. Este, passado mais de um ano, comunicou que o assunto seria levado à consideração do Conselho Superior depois de recebida a necessária documentação da ABEn. Apesar das promessas verbais, de toda diligência da ABEn auxiliada, sobretudo, pela Comissão de Legislação e, principalmente, devido às dificuldades de comunica-

ção no seguimento do processo, a ABEn só conseguiu a doação do terreno em janeiro de 1963 (13).

Um ano antes, a Assembléia Geral realizada durante o XIV Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1962, havia aprovado recomendações da Seção de Brasília à ABEn, para que esta: 1) telegrafasse ao relator da emenda ao orçamento da União para 1963, em nome da Assembléia Geral, solicitando-lhe esforçar-se pela manutenção da verba de dez milhões de cruzeiros antigos para a construção da sede, em Brasília; 2) que as seções trabalhassem junto aos respectivos representantes estaduais na Câmara dos Deputados no mesmo sentido e, 3) que fosse instituída, pela ABEn, a "Campanha do Tijolo" para a construção da sede. Para coordenar a campanha, que seria de âmbito nacional, foi organizada comissão especial presidida por Diva Câmara, mais tarde coordenada pela 2.^a tesoureira, Ir. Maria Tereza Notarnicola (14).

Conseguido o terreno, começaram as diligências para sua legalização e futura construção da sede; depois de legalizada a doação, havia um prazo estipulado de seis meses para dar início às obras. Da verba solicitada de dez mil cruzeiros novos para a construção, foram consignados apenas cinco mil, assim mesmo em dezembro de 1963, quando o projeto de contrução já estava sendo feito. O processo para a liberação da verba continuava em andamento.

O ano de 1964 não trouxe grandes progressos. A presidente da Comissão de Legislação continuou trabalhando no processo para liberar o terreno. Sua tramitação vinha sendo retardada em consequência dos recentes acontecimentos políticos que tiveram reflexos nas instituições do país. Foi, também, constituída comissão especial, presidida por Diva Câmara, para tratar da isenção de impostos, compra de material e levantamento de recursos; para conseguí-los, um dos meios empregados consistiu em solicitar a cooperação das seções estaduais (7).

Na Assembléia Geral de julho de 1965, Diva Câmara comunicou que havia conseguido três meses de prorrogação para o inicio das obras e que estas deveriam ser iniciadas logo, caso contrário, a ABEn perderia o terreno; de acordo com o sistema de construção de Brasília, o prédio deveria ser edificado dentro de curto espaço de tempo e, portanto, o pagamento seria feito integralmente, quase à vista. A primeira parte da construção foi calculada em doze milhões de cruzeiros (antigos) e o total, incluindo o segundo e terceiro blocos, em sessenta milhões (antigos). Diante dessas informações, várias propostas para levantamento de recursos foram feitas: solicitar verbas ao governo federal, alugar um dos aparta-

1962

1963

1964

1965

mentos do Rio de Janeiro, solicitar doação especial dos enfermeiros dos serviços federais beneficiados, pelo trabalho eficiente da Comissão de Legislação da ABEn, com o nível universitário pela Lei n.º 54.180/65, a venda do terreno da Ilha do Governador. A Assembléia decidiu que fosse constituída uma comissão especial para estudar a rentabilidade do terreno do Galeão, pró-sede. Os nomes indicados mais tarde pela diretoria foram o de Irmã Maria Tereza Notarnicola, presidente; Raimunda Becker, Marilda Borges e Irene Oliveira Carvalho. Feita a avaliação do terreno, sua venda foi desaconselhada.

Mesmo antes de ser conseguida a transmissão de posse, o terreno foi medido e cercado, e as plantas, bem como o plano de custo da construção, foram entregues ao superintendente da NOVACAP; isto deu-se em princípios de 1965.

A Comissão de Finanças, com a responsabilidade que o próprio nome lhe confere, movimentava-se para conseguir os recursos necessários. O processo de subvenção do Ministério da Saúde, iniciado em 1963, foi entregue à Procuradoria da Conferência dos Religiosos do Brasil, mas as dificuldades para a sua liberação estavam sendo grandes. Pelo relatório apresentado esse ano à assembléia geral, haviam sido arrecadados aproximadamente dois milhões e trezentos mil cruzeiros antigos, dos quais seiscentos e sessenta mil, provenientes da campanha do tijolo; o restante, enviado pelas seções, resultava de subvenção de deputado, rifas, cursos, principalmente sobre Enfermagem no Lar, e bazares pró-sede. Algumas Seções, como a de S. Paulo e Bahia, haviam feito doações de seu próprio orçamento, além das quantias arrecadadas por aqueles meios. Os enfermeiros de Brasília também fizeram doação especial. A soma assim conseguida foi empregada, a partir de 1966, em investimentos financeiros (letras de câmbio) a fim de aumentar os recursos exigidos para o pagamento da construção, que deveria ser feito tão logo esta fosse iniciada⁽⁷⁾.

Essa necessidade de verba, e a urgência em ultimar os trabalhos do cartório para conseguir a escritura de posse motivaram a convocação de uma assembléia geral extraordinária em outubro de 1965, para fins de consulta sobre a possibilidade de conseguir um empréstimo das seções. A idéia do empréstimo não foi aprovada, mas as seções se comprometeram a continuar promovendo atividades diversas para conseguir a necessária ajuda, principalmente, pela realização de cursos⁽¹⁵⁾.

As solicitações da Comissão de Finanças às seções foram bem aceitas, alcançando a arrecadação, nesse ano, onze milhões e quatrocentos mil cruzeiros antigos (ou onze mil e quatrocentos cruzeiros novos), aproximadamente; mas apenas algumas seções estavam contribuindo. A presidente Circe de Melo Ribeiro e Maria Rosa S. Pinheiro foram incumbidas de fazer um plano geral de arrecadação de recursos.

Em 1966, a presidente da ABEn providenciou novas plantas. O projeto de construção, elaborado sob a presidência de Clarice Ferarini, foi modificado em virtude de ter havido alteração nos planos de construção da cidade; as três peças do projeto anterior foram incluídas em uma só.

Nesse ano ainda, uma terceira planta foi aprovada pela diretoria, obedecendo a outras exigências do plano construtor de Brasília. Constou esta de três partes: secretaria e diretoria, salas de aula e auditório.

Somente a 3 de março de 1967 deu-se o ato de assinatura de posse do terreno, após nove anos de espera. A escritura de doação, registrada sob o nº 7.949, foi lavrada no 1º Ofício de Notas, representada a NOVACAP pelo seu presidente Israel Pinheiro e a ABEn, pela presidente Circe de Melo Ribeiro. A área doada era parte desmembrada da fazenda Bananal e integrante do plano urbanístico da Capital Federal, zona urbana, do Setor de Grandes Áreas do Nordeste (SGA/NE). O valor da doação, para efeitos legais, foi de quatro mil e quinhentos cruzeiros novos, e o prazo para o início e término das obras ficou estabelecido em dois meses e dois anos, respectivamente, a partir da data da posse do terreno.

Para presidir a comissão especial de Construção da Sede foi indicada a Irmã Catarina Colavite, da Congregação das Irmãs de Caridade; esta recebeu voto de confiança da Assembléia de Delegados realizada em Brasília em 1967, para escolha da companhia construtora e início das obras.

Nessa ocasião, a presidente informou que o terreno já estava pronto para o lançamento da pedra fundamental, o que poderia acontecer ainda durante o XIX Congresso; de fato, a 21 de julho de 1967, em Assembléia de Delegados, com a presença do presidente da NOVACAP representando o Prefeito do Distrito Federal, e grande número de congressistas, no módulo B da Superquadra 603, da Avenida L 2, N, foi lançada a pedra fundamental da sede própria, no Distrito Federal. Na urna foram colocados os seguintes documentos: o jornal Correio Brasiliense, do dia da inauguração do

1966

1967

Congresso de Enfermagem; o Correio Brasiliense do dia 20 de julho; o Diário Oficial do dia 20 de julho; a escritura definitiva do terreno; a ata da doação do terreno; o Estatuto da ABEn; o protocolo do Processo da Prefeitura do Distrito Federal; a relação dos membros da diretoria da ABEn e da ABEN — Seção do Distrito Federal; o Regimento Interno do XIX Congresso Brasileiro de Enfermagem; a fotografia da sessão solene de abertura do XIX Congresso; uma moeda do país e a ata de lançamento, com assinatura de todos os presentes. A primeira pá de cimento foi colocada pela presidente Circe de Melo Ribeiro (16).

Em assembléia anterior, realizada a 15 de julho de 1967, a 2.^a tesoureira, Irmã Maria Tereza Notarnicola, informou em seu relatório que, apesar dos constantes apelos feitos pela presidente por meio do Boletim Informativo e das circulares da 1.^a tesoureira, as contribuições haviam sido pequenas. Esperava, no entanto, que por ocasião do congresso houvesse surpresas, como já havia acontecido em anos anteriores. Acusou um total em caixa de dezoito mil cruzeiros novos, aproximadamente, de contribuições de enfermeiras beneficiadas pelo Decreto n.^o 54180/65, de dezesseis seções estaduais, e juros bancários; esta quantia representava menos do que a décima parte do total previsto para a obra, ou seja, duzentos e cinquenta mil cruzeiros novos.

As discussões sobre as várias formas de levantamento de recursos tomaram conta da assembléia. Algumas seções já estavam executando seus próprios planos, outras porém, com poucos recursos próprios, só podiam mostrar "boa vontade"; foi quando Haydée G. Dourado surgiu com um plano geral de divisão das seções em grupos, com a responsabilidade de entrar com importâncias proporcionais ao número de sócias e condições da região; as parcelas da importância global que cada seção se comprometesse a cobrir deveriam ser enviadas em datas previamente estabelecidas. As seções foram organizadas em sete grupos, cada uma com uma cota como meta a atingir e uma cota de compromisso formal. A importância de compromisso alcançou a soma de cento e cinquenta e seis mil cruzeiros novos. As Seções do Piauí, Pará e Rio Grande do Norte, não representadas na Assembléia e, portanto, não podendo assumir compromisso, seria solicitada a quantia de um mil e quinhentos cruzeiros novos de cada uma.

Alguns meses após o congresso a Comissão Especial de Sede recebeu comunicado urgente de que o terreno estava na iminência de ser tomado, por não ter sido iniciada a construção. A presidente em exercício, Maria Dolores Lins de Andrade (17), convocou imediatamente a diretoria para uma reunião extraordinária, realizada

em outubro desse ano, na qual Ir. Maria Tereza Notarnicola foi designada para ir a Brasília tentar solucionar os problemas surgidos. Com o auxílio das enfermeiras de Brasília, foi conseguida uma prorrogação, em caráter irrevogável, até 5 de janeiro de 1968; se as obras não fossem iniciadas, o terreno seria devolvido à NOVACAP. A situação em Brasília havia mudado porque Ir. Catarina Colavite pedira demissão da comissão especial, por ter sido transferida. Alice Andrade Maciel e algumas enfermeiras de Brasília propuseram-se a ajudar, mas receavam assumir a responsabilidade de coordenar a comissão; Ir. Maria Tereza Notarnicola deveria, então, proceder ao levantamento de preços entre as firmas construtoras e, com o auxílio do pessoal de Brasília, escolher a firma e empreitar a obra; os pagamentos, de acordo com o contrato a ser feito seriam, também, pela mesma efetivados.

Finalmente, em dezembro, foi constituída a nova Comissão Especial de Construção, em Brasília. Alice Andrade Maciel aceitou a presidência, com a colaboração de Maria das Graças Negromonte, Maria de Lourdes Cunha, Margarida M. Pequeno Fernandes como membros e Diva Câmara, como tesoureira. Foi-lhe dada autorização para cuidar dos trabalhos da construção, reportando-se à presidente da ABEn para a solução dos problemas em geral e à Ir. Maria Tereza Notarnicola, no que dizia respeito a prestação de contas. A firma construtora escolhida foi a Severo e Vilares que apresentou plano orçado em quatrocentos e oitenta mil cruzeiros novos.

Com a presença da presidente Circe de Melo Ribeiro foi firmado o plano de construção, por administração, a 29 de dezembro de 1967; pelo contrato feito com a empresa responsável, a ABEn deveria pagar vinte mil cruzeiros novos mensais até o término da parte contratada, isto é, a primeira das três que constituiria o edifício completo, ou seja, a diretoria e secretaria; esta parte, que deveria ficar pronta em julho de 1968 (18), foi calculada em cento e trinta e seis mil cruzeiros novos. Mas, por ocasião do XX Congresso, realizado em Recife em julho desse ano, a presidente informou que as plantas ainda não haviam sido liberadas pela Prefeitura do Distrito Federal e que, infelizmente, o andamento do trabalho não dependia da ABEn. Mesmo assim, a ABEn teve que enfrentar, em dezembro desse ano, agora na presidência de Amalia Corrêa de Carvalho (1968-1972), nova ameaça de retomada do terreno porque não havia iniciado a construção no prazo estabelecido pela NOVACAP. Movimentaram-se novamente as enfermeiras de Brasília, a Irmã Maria Tereza Notarnicola e a presidente, conseguindo demonstrar que a firma construtora já havia providenciado a pesquisa geológica, o preparo do terreno e a ligação provisória da água (19).

Em julho de 1968, Ir. Maria Tereza Notarnicola havia sido eleita 1.^a tesoureira, cargo que acumulou com o de coordenadora da recém-criada Comissão Especial de Finanças; nessa qualidade, apresentou o esquema de arrecadação de recursos para a construção com as cotas de compromisso e metas a atingir, de cada seção estadual, calculada esta última em duzentos mil cruzeiros novos. Até a data do XX Congresso haviam sido levantados noventa e sete mil e trezentos cruzeiros novos.

1969

Em maio de 1969, Ir. Maria Tereza Notarnicola comunicou à diretoria, em reunião extraordinária, que havia recebido nova solicitação de Diva Câmara de mais quarenta e cinco mil cruzeiros novos, exigência da firma construtora, e que estranhara o pedido uma vez que nem os alicerces estavam prontos apesar de todo o dinheiro que já havia sido empregado⁽²⁰⁾. Diante do ocorrido, a presidente e Ir. Tereza Notarnicola foram a Brasília e, com o auxílio de um engenheiro, amigo pessoal desta última, comprovaram a relação gasto-construção⁽²¹⁾.

Apesar de terem sido suspensos todos os planejamentos relacionados com outras atividades que pudessem significar despesas para a ABEn, a situação financeira continuava bastante séria.

Finalmente, em outubro, durante o XXI Congresso, em Porto Alegre, a presidente Amalia Corrêa de Carvalho pôde resumir da seguinte maneira o andamento da construção:

“Graças à dedicação da Comissão Especial de Construção da Sede no DF, especialmente de Alice Andrade Maciel e Diva Câmara, Presidente e Tesoureira respectivamente, e à liberalidade dos enfermeiros, através das Seções a que pertencem, a primeira fase da construção está em seu final. (...) A obra, orçada, a princípio, em cerca de cento e trinta mil cruzeiros novos, por motivos ligados ao encarecimento de material e de mão-de-obra, (...) passou a ter as despesas previstas em cerca de cento e noventa mil cruzeiros novos. Em julho de 1969, porém, a construtora apresentou a relação das despesas necessárias ao término da obra, que nesta altura foi orçada em perto de quatrocentos mil cruzeiros novos. A ABEn necessitará entrar com mais cento e noventa mil cruzeiros novos, se quiser a construção terminada em 1969.

De acordo com decisões anteriores haviam sido estabelecidas quotas para a participação das Seções nas

despesas com a Sede: 1) para 1968 uma quota fixa para cada Seção, atingindo um total de cerca de cento e noventa e oito mil cruzeiros novos; 2) em reunião das Presidentes, realizada durante o Congresso em Recife, as Seções assumiram o compromisso de concorrer, em 1969, com trinta cruzeiros novos por sócio quite.

Infelizmente nem todas as Seções saldaram o compromisso de 1968. Quanto ao ano de 1969, pouquíssimas lembraram-se dele. A situação da ABEn, portanto, tornou-se muito séria, razão pela qual foi feita uma reunião com a Diretoria da Seção de Brasília e com a Comissão de Construção da Sede, durante a qual foi sugerida a interrupção imediata da obra por falta de meios, uma vez que o dinheiro em caixa dava apenas para o pagamento de parte do montante previsto. A sugestão não foi aceita por motivo preponderante: maior encarecimento, quando do reinício dos trabalhos.

Por sugestão dos membros da Diretoria foi feita nova solicitação às Seções, algumas das quais corresponderam de pronto ao pedido. Mesmo assim não conseguimos ainda a quantia necessária. Esperamos, entretanto, poder inaugurar a Sede ainda em 1969" (22).

Nessa mesma oportunidade, a tesoureira da Comissão Especial de Construção, Diva Câmara, projetou "slides" mostrando o andamento dos 1.120 metros quadrados da primeira parte da construção e prestou informações de interesse do plenário. Em Brasília havia sido lançada a campanha do cimento entre os enfermeiros; havia falta desse material na ocasião e a sede dele necessitava com urgência. Durante o congresso todos os meios disponíveis foram utilizados com o fim de aumentar os recursos, tais como, venda de livros, de folhetos, relatórios, cópias de trabalhos e de traduções de interesse, além de sorteios de objetos ofertados por associados e outros brindes.

Em 1970 foi instituída a campanha das Placas Individual e Institucional, no valor de mil, e cinco mil cruzeiros, respectivamente, por proposta da secretaria executiva, Clarice Ferrarini. A fase de acabamento porém, foi lenta; segundo a coordenadora da Comissão de Finanças, em dezembro de 1969 "o Caixa era zero".

1970

Ir. Maria Tereza Notarnicola, por motivo do afastamento da tesoureira da comissão, assumiu a responsabilidade de uma fiscalização mensal até o término das obras. Em fevereiro desse ano, 1970, a presidente e a secretaria executiva, Clarice Ferrarini, em

visita às obras, decidiram que deveria ser solicitada à diretoria autorização para efetuar um empréstimo à Caixa Econômica Federal, de cem mil cruzeiros, sob hipoteca do edifício da sede em construção, a fim de apressar o final da obra. Feitos os necessários entendimentos, obtida autorização da Assembléia de Delegados em julho desse ano, e anuênciada NOVACAP, foi mais tarde verificada grande desvantagem para a ABEn e o pedido foi suspenso.

Até aquela data, isto é, julho de 1970, já haviam sido gastos cerca de quinhentos e dezenove mil cruzeiros, dos quais duzentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e quarenta e seis cruzeiros e vinte e cinco centavos provenientes da arrecadação das seções. O deficit foi coberto com o "per capita", dinheiro de venda de livros, lucro dos congressos e doações individuais. Entre essas, destacou-se a de Maria Rosa S. Pinheiro, cuja contribuição foi quase dez vezes maior que a solicitada para esse tipo de doações.

Nesse ano a presidente, Amalia C. Carvalho, assim se expressou ao dirigir-se à Assembléia de Delegados:

"Para nós, estes dois últimos anos serviram de testemunho da união que existe entre as associadas da ABEn; mostraram-nos do que é capaz um pequeno grupo constituído de mulheres na sua quase totalidade, quando reunido em torno de um ideal forte e válido. Este grupo, à custa de trabalhos e de sacrifícios individuais, agindo através das Seções e dos Distritos, deixará para as novas gerações de enfermeiras um patrimônio de incalculável valor social e cultural. Passará à história da enfermagem brasileira, no capítulo destinado à narração das importantes realizações da ABEn..."(23).

1971 O ano de 1971 foi de regozijo para todos os enfermeiros, e de desafogo para o grupo mais diretamente envolvido na obra.

Graças à persistência da presidente da ABEn, ao trabalho da Comissão Especial de Construção presidida por Alice Andrade Ma-ciel, e à vigilância de Ir. Maria Tereza Notarnicola, a data definitiva do término da obra foi marcada e respeitada pela companhia construtora. Foi feito o acerto final das despesas com a mesma companhia e acertada a dispensa de seus serviços.

A cerimônia de inauguração da primeira parte da construção deu-se durante as comemorações da 32.^a Semana da Enfermagem, a 15 de maio de 1971, em solenidade que contou com a presença de autoridades civis, militares e religiosas, membros da Diretoria

da ABEn, da Seção de Brasília, e representantes de quase todas as seções estaduais (24).

Como parte das cerimônias de inauguração foram colocadas duas placas, a da inauguração e a placa *Institucional* e *Individual*, com os nomes dos elementos que contribuíram para o término da obra, individualmente ou em grupos.

Por decisão da Assembléia de Delegados de julho de 1971, realizada em Manaus, foi concedido diploma de *Honra ao Mérito* às pessoas que se destacaram com contribuições monetárias ou de serviços para a construção, e às seções que ultrapassaram em mais de cinco mil cruzeiros a meta de contribuição estabelecida (25).

A etapa seguinte, que seria a da mudança da sede do Rio de Janeiro para Brasília, não se efetuou na época esperada. Vários outros problemas surgiram e todos eles dependentes, também, de apreciáveis recursos financeiros, como a urbanização urgente para evitar a invasão de lama provocada pelas chuvas, e a decoração. A urbanização, iniciada em princípios de 1972, já foi concluída.

Até julho de 1972, término da gestão dessa diretoria, haviam sido gastos oitocentos e noventa e sete mil e sessenta e três cruzeiros e quarenta centavos. Para essas despesas, as seções estaduais contribuíram com duzentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e setenta e quatro cruzeiros e sessenta e sete centavos (30%); a contribuição em placas individuais e institucionais, e de doações foi de cinqüenta e oito mil, trezentos e trinta e três cruzeiros (6%). O restante, isto é 64% das despesas correram por conta de recursos obtidos de congressos, do "per capita", da venda de livros, intensamente aumentada, e de outras iniciativas da diretoria da ABEn (26).

1972

Em agosto de 1973, a Diretoria, presidida por Glete de Alcântara (1972-1974), indicou Lydia das Dores Matta para coordenar uma comissão especial de conservação e manutenção da sede.

1973

Em julho de 1974, a Irmã Maria Tereza Notarnicola recebeu, da mesma diretoria, a incumbência de coordenar os arranjos finais para a mudança definitiva da sede, uma vez que, legalmente, esta já estava em Brasília, por vários motivos: 1) pela emenda no artigo primeiro do Estatuto, realizada em 1973; 2) pelo cancelamento dos registros da ABEn no Rio de Janeiro e novos registros em Brasília, e 3) pelas publicações da mudança nos Diários Oficiais da União e do Estado da Guanabara.

1974

Nesses treze anos de lutas, de 1958 a 1971, a ABEn teve cinco presidentes: Maria Rosa S. Pinheiro (1954-1958), Marina de An-

drade Resende (1958-1962), Clarice Ferrarini (1962-1964), Circe de Melo Ribeiro (1964-1968) e Amalia Corrêa de Carvalho (1968-1972).

A sexta, Glete de Alcântara (1972-1974) coube o término da urbanização e paisagismo da área externa e construção das galerias para águas pluviais; à sua substituta em 1974, Maria da Graça Simões Corte Imperial, 1.^a vice-presidente, caberá o remate da obra. A decoração e a instalação definitiva da sede da ABEn no Distrito Federal foi realizada graças ao trabalho incansável da secretaria executiva, Clarice D. T. Ferrarini. Em dezembro de 1975 a administração da ABEn instalou-se definitivamente em Brasília, D.F.

Em dezembro de 1975 a administração da ABEn instalou-se definitivamente no Distrito Federal.

Um resumo cronológico das fases da construção mostrará a seqüência dos fatos e as dificuldades vencidas:

1958 — Requerimento da presidente da ABEn, Maria Rosa S. Pinheiro, à NOVACAP solicitando doação de terreno.

1959 — Reiterado o pedido.

1960/61 — O diretor da NOVACAP encaminha o pedido ao Conselho Superior.

1962 — Foi lançada a campanha do tijolo para obter recursos.

1963 — A doação do terreno foi confirmada em janeiro e anunciada no Congresso de Curitiba, em julho.

1964/65 — Foi feita a primeira planta para a construção, apresentada no Congresso de Fortaleza, 1964. Esta não foi aceita por não ter sido projetada por arquiteto de Brasília.

1966 — Foi feita a segunda planta. Esta também foi rejeitada por não obedecer às normas estabelecidas pela NOVACAP. O processo de doação foi perdido: havia sido arquivado por existirem dois processos nesse sentido.

1967 — Deu-se a primeira tentativa de retomada do terreno e primeiras lutas para sua conservação. Foi feita uma terceira planta e assinada escritura de posse do terreno, a 3 de março. Foi realizada a cerimônia do lançamento da pedra fundamental, no último dia do Congresso, em julho.

1968 — Iniciada a construção com as fundações sobre estacas. Em dezembro, pela segunda vez, a Comissão de Construção foi comunicada pela NOVACAP de que o terreno iria ser tomado por não terem sido obedecidos os compromissos assumidos pela Associação (27).

1969 — Lançada a campanha do cimento. Mobilizados todos os recursos da ABEn para a construção.

1970 — Lançada a campanha das placas individual e institucional. Feita uma tentativa de empréstimo à Caixa Econômica Federal.

1971 — Inauguração da primeira parte da construção, em 15 de maio.

1972/73 — Urbanização e paisagismo da área externa.

1974 — Iniciada a decoração interna.

1975 — Término da decoração, do mobiliário e transferência definitiva.

NOTAS

CAPÍTULO V

1. O número de associadas, em 1929, foi dado por Frances S. Beck, consultora do Conselho Internacional de Enfermeiras, em carta de 10 de outubro de 1967, enviada a Edith M. Fraenkel.

2. Artigo 42 do Estatuto reformado em 1944 — “O patrimônio social se constituirá: a) das contribuições das sócias, legados, donativos, produtos de festas, etc.; b) das rendas do capital social representado em qualquer espécie e valores.

3. O relatório apresentado em 1973 pela 1.^a tesoureira, Taka Oguisso, contém, em anexo, a relação completa do fundo patrimonial da ABEn em 31 de dezembro desse ano, incluindo: 1) imóveis, 2) móveis e utensílios, 3) demonstração da receita e despesa 4) número de sócios quites das seções o “per capita” recebido, 5) relação das seções que possuíam sede própria até 1973.

4. Livro de Atas n.^o 2.

5. Livro de Atas das reuniões da diretoria, n.^o 3.

6. O processo de doação foi iniciado em 1958.

7. Livro de Atas das reuniões da diretoria, n.^o 5.

8. Relatórios da presidente Amália Corrêa de Carvalho, de 1971 e 1972 e de Glete de Alcântara, de 1973 e 1974.

9. Sobre o Serviço de Obras Sociais, Edith M. Fraenkel escreveu um artigo publicado em Anais de Enfermagem de set. de 1937, pp. 5-7.

10. Rev. Bras. de Enf., set., 1955, p. 275.

11. Recurso n.^o 006.146/62 — A ABEn pede imunização tributária de que trata o artigo 31 V. b. da Constituição Federal.

“Art. 31 — A União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é vedado:

V — lançar impostos sobre:

b) — instituições de educação e de assistência social desde que as suas rendas sejam aplicadas integralmente no País para os respectivos fins.”

12. Livro de Atas das reuniões do Conselho Deliberativo, 1946 a 1958.

13. O terreno doado, onde foi construída a sede, mede cinco mil metros quadrados (cinquenta por cem).

14. A Irmã Maria Tereza Notarnicola era, também, responsável: 1) pela verificação das condições dos lotes doados por Maria Rosa S. Pinheiro; 2) pelo terreno na Ilha do Governador; e 3) pela verificação dos impostos da sede do Rio de Janeiro.

15. Livro de Atas das Assembléias de Delegados, n.^o 4. Os relatórios da coordenadora da Comissão de Finanças e 2.^a tesoureira, publicados na Revista Brasileira de Enfermagem, volumes de 1965 a 1972, dão informações detalhadas sobre as contribuições para a construção da sede em Brasília.

16. Livro de Atas da Assembléia de Delegados, Ata da sessão de lan-

çamento da pedra fundamental da sede da ABEn em Brasília, D.F. — 21 de julho de 1967.

17. A presidente Circe de Melo Ribeiro encontrava-se no Chile fazendo um curso sobre Planejamento de Saúde, com bolsa de estudo da OMS.

18. Boletim Informativo de janeiro de 1968.

19. Rev. Bras. de Enf., jan./jun. de 1969, p. 108.

De acordo com o Relatório Geral de Construção da presidente da Comissão Especial de Construção da Sede da ABEn à presidente da ABEn, em 1969, as obras de construção civil tiveram início, realmente, em junho de 1968, com as ‘fundações sob estacas cravadas até dezessete metros de profundidade’.

20. Até a data já haviam sido gastos cento e setenta e oito mil cruzeiros novos.

21. Livro de Atas das reuniões da diretoria, n.º 6.

22. Rev. Bras. de Enf., jul./dez. de 1969, p. 238.

23. Rev. Bras. de Enf., jul./dez. de 1970, p. 149.

24. O Boletim Informativo de junho de 1971 publicou, com detalhes, as festividades da inauguração.

25. Detalhes sobre o assunto serão encontrados no capítulo **VIII, Honrarias, prêmios e distinções**.

26. Consultar os quadros 6 e 7, em apenso.

27. De acordo com a Comissão Especial de Construção houve três tentativas para retomada do terreno; suas características e localização desperaram o interesse de outras associações de classe.

VI

FILIAÇÃO A ASSOCIAÇÕES INTERNACIONAIS DE ENFERMAGEM

A Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) é filiada a três organizações internacionais de enfermagem.

Em 1929, três anos após sua fundação, tornou-se membro do Conselho Internacional de Enfermeiras (ICN), entidade apolítica e não confessional, de âmbito mundial.

Vinte e seis anos depois, em 1955, por iniciativa de um grupo de enfermeiras católicas da ABEn filiou-se, também, ao Comitê Internacional Católico de Enfermeiras e Assistentes Médico-Sociais (CICIAMS).

Em 1970 tornou-se membro da Federação Pan-Americana de Enfermeiras/os.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ENFERMEIRAS

O Conselho Internacional de Enfermeiras teve como ponto de origem os congressos do Conselho Internacional de Mulheres realizados em 1888, nos Estados Unidos e em 1889, na Inglaterra.

O movimento surgido nos Estados Unidos quarenta anos antes (1848) pela igualdade dos direitos políticos, de educação e de profissão da mulher, ajudaram-na a descobrir que é na “organização que reside a força” (1) e que somente um movimento internacional organizado possibilitaria a aplicação da regra de ouro à so-

ciedade, aos costumes e à lei: "Faça aos outros aquilo que queres que te façam".

O mesmo princípio norteou a criação do Conselho Internacional de Enfermeiras, cujo objetivo principal é incentivar a criação e o desenvolvimento de associações nacionais, único meio que torna possível o progresso de uma profissão que, de outro modo, permanecerá enclausurada em suas próprias fraquezas e com seus horizontes limitados.

Ethel Bedford Fenwick participava ativamente das atividades do Conselho Internacional de Mulheres como membro de suas comissões e tesoureira do Fundo Internacional de Congresso. Como feminista de profundas convicções, "lutou infatigavelmente para elevar a posição da mulher em geral e das enfermeiras, em particular" (...) porque os "problemas da enfermagem são os problemas da mulher". Estava convencida de que somente elevando o nível do ensino poderia elevar o padrão da enfermagem, para salvaguarda do paciente e do público. Assim, quando esse Conselho reuniu-se novamente em Londres em 1899, dez anos depois, sua grande oportunidade havia chegado. A sessão de Enfermagem, que havia conseguido introduzir no Congresso, contou com um dia inteiro para discussão dos problemas profissionais.

Na Conferência Anual do Conselho de Diretoras de Serviços de Enfermagem, "Matrons", a 1.^º de julho daquele ano, Ethel Bedford Fenwick teve oportunidade de expor suas idéias sobre a necessidade de organizar a enfermagem em uma federação de âmbito internacional. Disse ela que as enfermeiras, mais do que qualquer outra coisa, precisavam estar unidas; dependia de cada uma delas tornar o trabalho junto ao enfermo da maior utilidade possível, mas isso somente seria conseguido, se o ensino de Enfermagem obedecesse a um sistema educacional reconhecido, de bases amplas e profundas, e se a profissão fosse controlada. O trabalho da enfermeira é o mesmo em qualquer parte do mundo; a necessidade de desenvolvimento da enfermagem é a mesma para qualquer povo, por isso, "sugiro que inauguremos hoje um Conselho Internacional de Enfermeiras, órgão do Conselho Internacional de Mulheres", constituído das associações nacionais de enfermeiras, representativas de cada país, que preencherem as exigências determinadas pelo Estatuto; "esse Conselho terá como tarefa prioritária auxiliar a organização de associações nacionais nos países que ainda não as possuem".

Esse foi, segundo Daisy Bridges, "o acontecimento profissio-

nal culminante de um século que havia tornado a enfermagem uma profissão nobre, aberta a pessoas de educação e cultura".

1929 A Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras foi oficialmente aceita como membro dessa entidade internacional em julho de 1929, durante o Congresso realizado em Montreal.

Contribuíram para essa filiação, assim tão precoce, o estímulo e orientação de Ethel O. Parsons, o nível de preparo das associadas que correspondia aos requisitos educacionais exigidos pelo Conselho e a organização da Associação que, a partir de 1929, havia começado a funcionar formal e regularmente.

Além da delegada oficial, seis outras enfermeiras brasileiras estiveram presentes ao Congresso: Marina Bandeira de Oliveira, Rachel Haddock Lobo, Célia Peixoto Alves, Iracema Cabral, Maria de Oliveira Regis e Alayde Duffles Teixeira Lott. Com exceção da primeira e da presidente, todas estavam em estágio de aperfeiçoamento nos Estados Unidos, com bolsa da Fundação Rockefeller (2).

Entre 1929 e 1940, o entrosamento da Associação com o Conselho Internacional de Enfermeiras limitou-se, quase exclusivamente, à troca de correspondência entre as respectivas tesoureiras, a pedidos de informações sobre a história da enfermagem no Brasil e a convites para participar das reuniões do Conselho e dos congressos.

1933 Não há informações sobre a presença de delegados do Brasil ao Congresso seguinte, II Quadrienal, realizado em Paris e Bruxelas, em 1933. Dentre algumas das resoluções tomadas na ocasião, duas merecem ser mencionadas: 1) a necessidade do estabelecimento de um departamento de Enfermagem junto aos Ministérios da Saúde de todos os países e 2) a inclusão, no currículo das escolas de Enfermagem, da disciplina Enfermagem e Higiene Mental. Dos países da América Latina, o Brasil é o único em que a Enfermagem funciona independentemente de tal departamento, tendo sido, no entanto, "o primeiro país do mundo a criar uma divisão de enfermagem no Departamento Nacional de Saúde Pública", segundo Ethel Parsons.

1937 Na sessão de encerramento do congresso seguinte, Terceiro Quadrienal, realizado em Londres em julho de 1937, à apresentação do lema para os quatro anos seguintes, — *Lealdade: lealdade para com seu país, lealdade para com seus pacientes* — seguiu-se a cerimônia das mensagens de despedida, dirigidas pelas representantes dos cinco continentes; pelas Américas falou Edith Fraenkel,

do Brasil, que nessa ocasião teve oportunidade de demonstrar sua cultura, destacando-se o conhecimento de línguas estrangeiras.

Atendendo a solicitação feita em setembro de 1937 pela secretaria executiva do ICN a Edith Fraenkel, foram indicadas Záira Cintra Vidal e Zulema de Castro Amado para integrar as suas Comissões de Educação e de Saúde Pública, respectivamente.

A Segunda Grande Guerra (1939-1945) não permitiu a realização do congresso planejado para 1941, nos Estados Unidos, e nem a reunião da diretoria, em outubro de 1945.

Na reunião da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED) realizada em novembro de 1944, a presidente Záira Cintra Vidal (1943-1948) alertou as enfermeiras sobre a necessidade de modificar a situação da ABED, pois, nessa data, somente sessenta associadas estavam quites com a tesouraria, por esse motivo, a Associação corria o risco de ser eliminada do Conselho Internacional de Enfermeiras. Marina Bandeira de Oliveira aproveitou a oportunidade para historiar a entrada da ABED no Conselho, lembrando que vários países sul-americanos haviam pretendido filiar-se naquela ocasião, sendo o Brasil o único aceito, pelo seu alto padrão de ensino de enfermagem e qualificação das associadas⁽³⁾.

O plano de ampliação do quadro social, então desenvolvido pela diretoria, resultou em um apreciável aumento no número de associadas.

Em março de 1947 realizou-se em São Paulo o I Congresso Nacional de Enfermagem. A Associação contava com apenas duzentas sócias das setecentas enfermeiras existentes; as cento e doze que compareceram ao Congresso corajosamente resolveram recomendar à ABED que oferecesse o Brasil para sede do próximo congresso internacional⁽⁴⁾ que deveria ser realizado em 1951. Dos três convites recebidos, feitos pelo Brasil, África do Sul e Suécia, este último foi o país escolhido pelo ICN.

O primeiro congresso internacional realizado após a guerra foi em maio de 1947, na cidade de Atlanta nos Estados Unidos, conhecido como o Nono Congresso Internacional do ICN. A participação do Brasil foi relatada pela presidente da ABED, Záira Cintra Vidal, em Anais de Enfermagem de janeiro de 1948. Uma das sessões foi presidida por Edith Fraenkel, em substituição à presidente da ABED, por ter mais "experiência em dirigir reuniões movimentadas". Edith Fraenkel e Ella Hasenjaeger foram eleitas para integrar as Comissões de Estatuto e de Publicações do ICN, respectivamente.

1944

1947

1949

Em 1949 foi realizada em Estocolmo, Suécia, uma conferência de quatro dias em comemoração ao Quinqüagésimo Aniversário do ICN, para discutir os problemas de após guerra, que se haviam avolumado. O Brasil foi representado pelas delegadas oficiais Edith Fraenkel, presidente da ABED e Elia Hasenjaeger, secretária executiva; esteve presente, também, Olga Salinas Lacorte. Nessa ocasião, a presidente da ABED ofereceu novamente o Brasil para sede do congresso seguinte. "Ao término dessa Conferência", disse Daisy Bridges, "quando chegou a hora de decidir o local para o próximo Congresso, foi lida uma carta de Edith Fraenkel, presidente da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, convidando o ICN para realizar o próximo Congresso no Brasil, em São Paulo ou no Rio de Janeiro. O convite foi aceito; todas as delegadas expressaram grande satisfação porque, pela primeira vez, um Congresso do ICN seria realizado na América do Sul" (1).

A manhã do quinto dia do III Congresso Nacional de Enfermagem, realizado pela ABED em 1949, foi destinada à apresentação do relatório sobre essa conferência, por Edith Fraenkel. Especial atenção foi dada ao assunto, uma vez que seria realizado, no Brasil, o X Congresso Internacional, programado para 1953. A perspectiva desse acontecimento despertou o interesse das associadas sobre os métodos de organização da conferência e sobre os problemas que mais preocupavam os enfermeiros de outros países.

1950

Em 1950, a secretária executiva do Conselho Internacional de Enfermeiras, Daisy Caroline Bridges, esteve no Brasil a convite da ABED; pela primeira vez, também, um membro executivo desse Conselho visitava um país da América do Sul. O objetivo dessa visita foi discutir a conveniência de ser criada uma Federação Regional Sul-americana, como estavam pretendendo algumas associações dessa parte do Continente, e que, por razões geográficas e financeiras, não foi considerada oportuna. Daisy Bridges assistiu o IV Congresso Nacional de Enfermagem realizado esse ano na Bahia e discutiu com a diretoria da ABED os planos preliminares para o congresso de 1953.

Os preparativos para esse congresso começaram em 1949, com a indicação de uma comissão especial para levantar recursos, a fim de atender as grandes despesas que a ABED teria que enfrentar. Essa comissão, sob a presidência de Marina Bandeira de Oliveira, deveria contar com subcomissões em cada seção estadual. Por proposta de Clara Curtis, o resultado da venda do livro "Enfermagem para o futuro" deveria ser encaminhado a essa comissão.

1951

Entre a conferência realizada na Suécia, em 1949, e o congresso de 1953, reuniu-se o Grande Conselho em Bruxelas, em agosto de 1951; o Brasil foi representado por Waleska Paixão, presidente da ABED (1950-1952), por Dulce Pontes, secretária executiva e por Glete de Alcântara. Esta última, como vice-presidente da Comissão de Preparativos para o X Congresso Internacional, havia sido especialmente convidada pela Associação Sueca para visitar aquele país como hóspede oficial da Associação de Enfermeiras Suecas e entrar em contato mais direto com a sua organização e, ao mesmo tempo, inteirar-se de como havia sido organizada a conferência de 1949.

1952

O Conselho Deliberativo da ABED, atendendo solicitação da secretária executiva do Conselho Internacional de Enfermeiras, indicou, em fevereiro de 1952, as presidentes das comissões que deveriam coordenar os trabalhos para o congresso de 1953. A Comissão de Programa ficou a cargo de Clara Curtis, do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), que teve destacada atuação.

De julho de 1952 em diante, toda a atuação da diretoria e o trabalho das comissões foram centralizados nos preparativos para o Congresso. Glete de Alcântara (1952-1954), ao apresentar o relatório à assembléia geral da ABED referente ao período de julho de 1952 a julho de 1953, expressou o pensamento da diretoria quando disse:

“Conscientes da enorme responsabilidade assumida perante o Conselho Internacional de Enfermeiras, e convencidas de que a realização deste Congresso no Brasil seria um grande fator de progresso profissional, temos envidado todos os nossos esforços para que este certamente represente realmente aos olhos dos brasileiros em geral e das colegas vindas de outros países, a capacidade de realização das nossas enfermeiras.

Num país que conta com tão reduzido número de enfermeiras, para cujas escolas relativamente poucas candidatas se apresentam, um acontecimento de grande projeção social há de atrair, certamente, para a Enfermagem a atenção e a simpatia da opinião pública, essenciais a uma mudança desejável de atitude para com a profissão”.

Além da presidente da ABED, Glete de Alcântara, foram eleitas delegadas brasileiras junto ao congresso Edith Fraenkel, Haydée G. Dourado, Maria Rosa S. Pinheiro, Waleska Paixão e, como suplente, Ir. Margarida Villac.

Para o relato de alguns aspectos do X Congresso Quadrienal de 1953, será dada a palavra a Daisy C. Bridges.

"Quando foi feito o convite em 1949, em Estocolmo, pela presidente da ABED para que as reuniões da diretoria e do Grande Conselho e o Congresso fossem realizados no Brasil, o mês de julho foi escolhido porque, como informou Glete de Alcântara, o clima seria "semelhante ao do fim da primavera nos países nórdicos" e, portanto, não muito quente. Mas, na realidade, estava mais frio do que usualmente e algumas delegadas jamais poderão esquecer que chegavam às reuniões com as roupas mais quentes que haviam podido juntar, e mesmo, com bolsas de água quente. A seiscentas milhas do Rio, na direção oposta, ficava São Paulo, a maior cidade do Brasil e o maior centro industrial da América do Sul. Nessa cidade foram realizadas as reuniões da diretoria e o Grande Conselho, na Escola de Enfermagem, uma escola de enfermagem moderna, onde ficaram hospedadas todas as delegadas oficiais, as secretarias das associações nacionais, presidentes de comissões e membros da Diretoria do ICN, ao todo mais de cem pessoas (...).

Terminadas as reuniões em S. Paulo começou a operação do transporte aéreo de cento e treze pessoas, de S. Paulo para o Rio, na manhã de 11 de julho, sábado, de modo que chegassem a Petrópolis em tempo para a Sessão de Abertura do Congresso, no domingo. Apesar da distância em que o Brasil se encontrava de outros países, mais de mil e trezentas enfermeiras estiveram presentes, representando quarenta e seis associações nacionais; todas ficaram acomodadas no Hotel Quitandinha, o que foi de muita conveniência para as reuniões, considerando que o hotel estava "nas nuvens" (literalmente) e que a temperatura era muito baixa para ser confortável. Pela primeira vez um Congresso do ICN foi planejado de modo a ter suas apresentações traduzidas simultaneamente em 3 línguas, português, espanhol e inglês. Para o desaponto de todos, a aparelhagem quebrou antes do início do Congresso. A Sessão de abertura contou com a presença do Ministro da Educação e Saúde que patrocinou o Congresso" (¹).

Nesse congresso foi apresentado, discutido e votado, artigo por artigo, o Código Internacional de Ética de Enfermagem que mais tarde o Grande Conselho fez traduzir em várias línguas, e enviou

às associações nacionais, à Organização Mundial de Saúde e à Associação Médica Mundial. “A adoção de um Código Internacional de Ética foi, provavelmente, o resultado de maior alcance conseguido nessas reuniões”, disse Bridges. O relatório apresentou, em apenso, algumas sugestões de programas de Ética para escolas de Enfermagem, que foram publicadas em *Anais de Enfermagem* (5).

Alguns dos temas apresentados nesse congresso versaram sobre: as Novas Tendências do Currículo de Escolas de Enfermagem, Ensino e Supervisão do pessoal auxiliar, Trabalho da Comissão de Serviço de Enfermagem, Enfermagem de Saúde Pública e Relações da Organização Mundial de Saúde com a Enfermagem.

A palavra de ordem que iria servir de base para as ações dos próximos anos, dada pela presidente que se retirava, foi *Responsabilidade*.

Durante o Congresso Internacional foram realizadas reuniões administrativas da ABED, também no Hotel Quitandinha. Nessas reuniões foi ressaltada a repercussão positiva que o congresso havia provocado, despertando maior interesse pela classe, principalmente da parte de órgãos oficiais do país. Na primeira assembléia geral realizada tomaram assento à mesa, especialmente convidadas, Lorraine Dennhardt e Johanna Schwarte; a primeira, ex-diretora da Escola Ana Neri e a segunda, enfermeira de Saúde Pública e ex-assistente de Ethel Parsons.

Após a realização desse Congresso, o intercâmbio ABEn-ICN continuou, como de rotina, por meio de constante troca de correspondência, principalmente tendo em vista a realização do XI Congresso.

Nem sempre foi possível, para a ABEn, enviar representantes às reuniões da diretoria dessas federações internacionais. Quando isso acontecia, na maior parte das vezes a representante se propunha a responsabilizar-se por parte das despesas, ou pelas suas despesas totais, a fim de não onerar os cofres da Associação. O XI Congresso Quadrienal realizado em maio de 1957 em Roma, Itália, contou, no entanto, com uma representação de cinco delegados oficiais e vinte e seis enfermeiras congressistas, a maior que até então havia comparecido a um congresso no exterior (6). As delegadas foram Glete de Alcântara, Celina Viegas, Nancily Alencar, Clarice Ferrarini e Maria Julieta Calmon Vilas Boas (Irmã Joana); a secretária executiva e o editor da revista estavam incluídas entre as participantes.

Marina de Andrade Resende foi a representante da ABEn

1967

na reunião do Conselho das Presidentes realizada em Genebra, em 1963. O relatório da Comissão de Filiação do ICN, então apresentado, ao abordar os problemas havidos com as associações federadas, referiu-se especificamente ao Brasil pelo fato de a ABEn possuir dois grupos de enfermeiras: as que se filiavam ao ICN e as que se filiavam ao CICIAMS. A situação foi considerada irregular. A representante da ABEn teve oportunidade de fazer um relato sumarizado da situação histórica da Associação e de seu relacionamento com o ICN, principalmente no que se referia a estrita obediência aos requisitos estatutários do Conselho. Concluiu Marina de Andrade Resende declarando que a ABEn não estava violando o princípio de filiação associativa, não queria dividir-se para efeito de filiação internacional, com perigo de enfraquecer-se; não queria contrariar as aspirações e direitos de seus sócios de serem representados, pela Associação, em mais de uma Federação Internacional; e que, em âmbito nacional, lhe era conveniente permanecer como estava.

Nessa reunião foram ainda feitas várias recomendações, entre as quais: 1) designar pessoal da sede para visitar regiões, de acordo com as necessidades e interesses dos países. Essa decisão resultou na vinda de Frances S. Beck ao Brasil⁽⁷⁾, em 1964, por um período de seis semanas; 2) estabelecer a data de 12 de maio como o Dia Universal da Enfermeira; 3) convidar Daisy Bridges para escrever a história do ICN; 4) estudar a mudança da sede de Londres para Genebra.

Nessa reunião, também, Marina de Andrade Resende defendeu proposta que havia feito, quando presidente da ABEn, para que fosse criado um escritório regional do ICN na América do Sul. Não houve recomendação a respeito.

1964

Em 1964, Frances Beck foi hóspede da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo; para o período em que deveria ficar no Brasil foi feito um programa que incluiu visita às principais capitais do país e comparecimento ao XVI Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado em julho desse ano, na Bahia. Além do Brasil, visitou mais nove países da América Latina, sendo a primeira vez que um membro do ICN realizava trabalho de campo nesse continente.

Essa visita, contudo, não impediu que recomeçassem as discussões sobre a conveniência de a ABEn continuar filiada ao ICN, uma vez que a cota por este cobrada vinha onerando suas finanças, situação que se iria agravar com a perspectiva da construção da sede em Brasília. Diante do argumento de alguns membros da

diretoria de que a ABEn, como um de seus membros mais anti-gos, não deveria se desligar do ICN, foi feita consulta a este Conselho sobre a possibilidade de ficar inativa, ou seja, sem pagar as cotas devidas, por dois anos; a proposta foi considerada inviável.

No XIII Congresso Quadrienal do Conselho, realizado em Frankfurt, Alemanha, em 1965, a ABEn foi representada por Doralice Regina Ayres; dez outras enfermeiras compareceram ao certame. Nesse Congresso foi feita revisão do Código International de Ética de Enfermagem, denominado agora Código de Ética aplicada a Enfermagem. 1965

Nas reuniões do Conselho de Representantes Nacionais (Conselho de Presidentes) realizadas dois anos mais tarde em Evian, França, a ABEn foi representada por Amalia Corrêa de Cervalho aproveitando viagem à Europa; esta, em nome da ABEn, deveria pedir uma licença ou, mesmo, seu desligamento tanto do ICN como do CICIAMS (*). Para justificar o pedido deveria explicar a situação real em que a Associação se encontrava. A diretoria do Conselho não aceitou a proposta, ficando o assunto para ser estudado posteriormente. Em agosto de 1968, novo pedido foi feito, agora para que a taxa fosse reduzida e fixa, durante três anos a partir de 1968. Foi aceita a redução apenas para aquele ano com possibilidade de renovação anual do pedido. 1971

No XIV Congresso Quadrienal do ICN, realizado em junho de 1969, em Montreal, Canadá, a ABEn foi representada pela presidente Amalia Corrêa de Carvalho e vinte e quatro associadas. Na cerimônia de encerramento coube à ABEn, na pessoa de sua presidente, patrocinar a entrada da Associação de Enfermeiras e Enfermeiros de Portugal no ICN. 1969

O assunto *desligamento da ABEn* voltou à agenda das reuniões da diretoria. "As pesadas obrigações financeiras que a ABEn havia assumido com a construção de sua sede, tornou impossível desviar qualquer soma, por pequena que fosse, para outras atividades", disse a presidente no relatório apresentado em 1969. Por decisão anterior da diretoria, até que a Assembléia de Delegados se manifestasse, a contribuição anual da ABEn não foi enviada. De acordo com decisão da Assembléia de Delegadas, foi novamente solicitada uma licença de dois a três anos; a participação da presidente e da secretaria executiva na reunião do Conselho de Representantes Nacionais de Dublin, Irlanda, foi, por esse 1971

(*) Na mesma oportunidade deveria ir a Bruxelas fazer pedido semelhante ao CICIAMS.

motivo cancelada. Ainda desta vez o pedido não foi aceito pelo ICN, o que levou a assembléia geral a decidir que a diretoria deveria regularizar a situação da ABEn no que dizia respeito ao pagamento da contribuição devida.

1973
1974

O XV Congresso Internacional, realizado no México em 1973, contou com a presença de Vilma Carvalho representando a presidente da ABEn, da secretaria executiva Clarice Ferrarini e de grande número de associados. Vilma Carvalho participou de seminário sobre um dos temas oficiais do Congresso.

Circe de Melo Ribeiro representou a ABEn no Seminário sobre Legislação em Enfermagem realizado pelo ICN em maio de 1974, em Bogotá, Colômbia.

COMITÊ INTERNACIONAL CATÓLICO DE ENFERMEIRAS E ASSISTENTES MÉDICO-SOCIAIS

O Comitê Internacional Católico de Enfermeiras e Assistentes Médico-Sociais (CICIAMS) nasceu de um encontro de enfermeiras católicas de vários países, realizado em Basileia, Suíça, em 1928. A necessidade, que já vinha sendo sentida de uma organização que agrupasse as associações de enfermeiras católicas do mundo inteiro, ganhou força nesse encontro. As presidentes das Associações Católicas de Enfermeiras de alguns países, com o auxílio do padre norte-americano Edward Garesché, S.J., tornaram concreta aquela aspiração, criando o Comitê. Um de seus objetivos é “estimular, em todos os países, a criação e o desenvolvimento de associações profissionais católicas a fim de assegurar apoio moral e espiritual às enfermeiras e assistentes médico-sociais católicas, bem como seu aperfeiçoamento técnico”.

Aproveitando uma peregrinação de enfermeiras católicas a Lourdes, França, em 1933, o Pe. Garesché decidiu realizar o Primeiro Congresso do CICIAMS naquela cidade partindo, dessa data, as atividades da federação. Os congressos foram bienais até 1937, quando sofreram uma interrupção temporária.

Após a Segunda Guerra Mundial, em 1946, recomeçaram as atividades do CICIAMS. Os congressos passaram a ser realizados a cada quatro anos de acordo com o Estatuto; o quarto, (primeiro após a guerra) foi realizado em Roma em 1950.

Alguns anos antes da filiação da ABEn ao CICIAMS apareceram dois outros movimentos associativos no Brasil: a União das

Religiosas Enfermeiras do Brasil (UREB) e a União Católica de Enfermeiras do Brasil (UCEB).

União das Religiosas Enfermeiras do Brasil

A idéia de reunir as religiosas-enfermeiras em um grupo distinto partiu da Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo, atual Escola Paulista de Enfermagem, por iniciativa de Madre Marie Domineuc, fundadora da Escola e membro atuante da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas.

Em 1944, logo após a formatura, as ex-alunas religiosas dessa escola reuniram-se para planejar a fundação da *União das Religiosas Enfermeiras do Brasil (UREB)*, a fim de fornecer à Igreja, responsável por 65% das obras de assistência hospitalar, um órgão técnico indispensável ao apostolado católico.

A 18 de maio desse ano houve, na cidade do Rio de Janeiro, um encontro de enfermeiras representantes de várias congregações religiosas, sob a orientação de D. Jaime de Barros Câmara, Cardeal-Arcebispo dessa cidade; esse encontro deu origem ao primeiro núcleo da UREB, sediado no Rio de Janeiro. Uma vez organizada e com o estatuto pronto, a UREB filiou-se ao CICIAMS.

Em novembro de 1944 promoveu o Primeiro Congresso Nacional de Enfermeiras Religiosas, em São Paulo, presidido pelo Cardeal-Arcebispo dessa cidade, D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota; esse congresso contou com a participação ativa de várias religiosas e, dentre essas, Madre Marie Domineuc. Uma das resoluções tomadas recomendava a criação de dois tipos de escolas para o ensino de enfermagem às religiosas: 1) de padrão médio, que resultou na fundação, em março de 1945, da Escola de Enfermeiras Auxiliares São José. Essa escola adaptou-se às exigências da Lei 775/49, passando a denominar-se Escola de Auxiliar de Enfermagem S. José, da Santa Casa de Misericórdia de S. Paulo, dirigida pelas religiosas enfermeiras da Congregação de S. José. Com a criação do curso de graduação em enfermagem, a instituição passou a denominar-se Escola de Enfermagem S. José; 2) escola superior de Enfermagem, que deveria funcionar na Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo. Essa, que teria como uma de suas finalidades o preparo de enfermeiras para a docência a fim de melhorar o nível e a eficiência das escolas católicas, não passou de projeto (8).

Em junho de 1946, a sede da UREB foi transferida para São Paulo, funcionando na Escola de Enfermagem São José. No mês

seguinte foi realizado o Segundo Congresso Nacional de Enfermeiras Religiosas, também em S. Paulo, quando foi recomendado que a UREB aderisse à ABED, colaborando com as enfermeiras seculares. A UREB foi então representada na Associação pelo seu Conselho Técnico Administrativo.

1947

No ano seguinte, 1947, o I Congresso Nacional de Enfermagem contou com a ativa participação de membros da UREB entre os quais destacaram-se Irmã Matilde Nina, a primeira religiosa diplomada em Enfermagem no Brasil e fundadora da Escola de Enfermagem Luiza de Marillac, e Madre Marie Domineuc, ambas grandes responsáveis pela unidade da associação de classe. A contribuição de Irmã Matilde Nina foi de destaque, principalmente nos primeiros decênios da vida da Associação. Na opinião de Irmã Matilde Nina não deveria haver separação entre as enfermeiras leigas e as religiosas. Madre Domineuc vinha atuando em São Paulo desde 1944, quando incentivou e auxiliou Edith Fraenkel e Ella Hasenjaeger no reerguimento da ABED; em 1946 sugeriu que fosse realizado um congresso nacional de enfermagem, o que aconteceu no ano seguinte, com sua inteira ajuda. Era pensamento de Madre Domineuc que somente um congresso de âmbito nacional poderia unir as enfermeiras e evitar a separação em grupos, que se prenunciava.

Fiel a seus princípios, a UREB procurou incentivar as congregações religiosas na criação de escolas daqueles dois níveis de ensino e a encaminharem suas religiosas para as escolas de Enfermagem. Esse fato foi de muita importância porque as religiosas trabalhavam, em geral, em quase todos os hospitais do Brasil, e a primeira religiosa-enfermeira havia se diplomado em 1936, mais de dez anos depois da formatura do primeiro grupo da Escola Ana Neri.

O sentido católico de universalidade determinou a norma de conduta da UREB como colaboradora da ABEn, procurando incentivar a adesão de inúmeras religiosas-enfermeiras à única associação de classe existente, ao mesmo tempo em que seus membros tomavam parte ativa em todas as suas realizações.

Segundo o pensamento de Marina de Andrade Resende, expresso quando procurou esclarecer como as brasileiras conseguiram reunir em uma só associação as enfermeiras do País, essa "união resultou do esforço conjunto de muitos dos membros da Associação que acreditavam ser a unidade essencial para a existência de um órgão representativo da classe e capaz de coordenar as ativida-

des grupais no sentido de obter, com mais segurança e menos esforço, os resultados desejados" (9).

Na primeira Assembléia Geral da ABED, realizada por ocasião do X Congresso Internacional, 1953, foi lida carta da presidente da UREB comunicando o não comparecimento das religiosas-enfermeiras àquele certame, embora continuassem colaborando com a ABED. Em reunião anterior da diretoria, Madre Domineuc, membro do Conselho Fiscal, propôs que a contribuição das religiosas fosse enviada ao CICIAMS e não ao Conselho Internacional de Enfermeiras (ICN). A presidente Glete de Alcântara havia encaixado o assunto à Comissão de Estatuto, para estudo.

1953

Segundo Daisy Bridges a atitude das religiosas devia-se ao fato de o ICN não ter apoiado o pedido de representação do CICIAMS na Organização Mundial de Saúde (OMS). O diretor geral desse órgão havia consultado aquele conselho sobre a possibilidade de uma representação conjunta, para evitar dificuldades futuras. Em resposta, o ICN ponderou ter sido fundado com o objetivo de reunir enfermeiras de todos os países e de todas as religiões e que a decisão sobre a representação de dois grupos de enfermeiras caberia à própria Organização Mundial de Saúde. A decisão foi favorável ao CICIAMS, que em 1954 passou a ter, com a OMS, as mesmas relações que o ICN.

Sabe-se, entretanto, que a questão prendeu-se, principalmente, ao projeto do Código Internacional de Ética que iria ser discutido e aprovado, como o foi, nesse Congresso. O artigo primeiro desse Código não era bem claro na afirmação do respeito à vida humana, deixando margem a dúvidas. Por esse motivo as religiosas foram proibidas, pela hierarquia católica, de comparecer ao congresso.

A UREB teve atividades relacionadas com os seus objetivos até metade do ano de 1954. Em fevereiro desse ano havia sido fundada a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) que contava com um Departamento de Saúde, entre outros serviços. A esse Departamento a UREB fundiu-se, mais tarde.

União Católica de Enfermeiras do Brasil

Para obter maior aproximação e melhor entendimento com as enfermeiras católicas leigas, a UREB fundou em S. Paulo, a 4 de abril de 1948, a "União Católica de Enfermeiras do Brasil" (UCEB) (10), parte integrante da União Mundial de Enfermeiras Católicas.

1948

A primeira diretoria da UCEB foi eleita durante o II Congresso

Nacional de Enfermagem, em julho de 1948, ficando Celina Viegas na presidência. Laís Netto dos Reys foi eleita, por aclamação, presidente de honra.

1951 Em 1951 a presidente da UCEB, Cecília Mounier Pecego, ofereceu à diretoria da ABED o anteprojeto do Código de Ética para Enfermeiras que havia sido elaborado em S. Paulo, e que poderia servir de base para estudos posteriores.

1954 Na Assembléia Geral de 21 de agosto de 1954, a UCEB conseguiu que fosse aprovada emenda ao estatuto estabelecendo que a cota paga pela associação à entidade internacional de enfermagem fosse enviada ou ao ICN, ou ao CICIAMS, de acordo com o que cada sócia determinasse.

Até essa data, grande número de associados desconhecia o fato de estar contribuindo para o ICN com uma cota anual deduzida do "per capita" enviado pelas seções; foi feita, desde então, ampla campanha de esclarecimento de modo que os sócios pudessem conscientemente optar entre a adesão ao ICN ou ao CICIAMS.

Diante do aumento do número de enfermeiros católicos que se mostraram interessadas em contribuir para o CICIAMS, a ABE incontrou filiar-se, também, a essa organização internacional à qual a UREB já pertencia desde sua fundação e os enfermeiros da UCEB vinham prestigiando, principalmente enviando representações aos seus congressos mundiais. No Quinto Congresso, realizado em Quebec, em 1954, Waleska Paixão apresentou trabalho sobre a "Formação Psicológica, Cultural e Moral da Enfermeira".

1955 Em obediência à decisão tomada pela assembléia realizada em 1954, no ano seguinte cada sócia deveria declarar, no ato do pagamento da anuidade da ABE, para qual das duas internacionais — ICN ou CICIAMS — desejava fosse enviada sua cota anual.

Nesse ano, contribuintes do CICIAMS que tomaram parte na reunião da Confederação das Organizações Internacionais Católicas, realizada no Rio de Janeiro durante o 36.º Congresso Eucarístico Internacional, decidiram a criação de um secretariado do CICIAMS para a América Latina com sede em Buenos Aires, e um subsecretariado para o Brasil, com sede no Rio de Janeiro, a fim de facilitar as relações internacionais. A vice-presidente do primeiro foi Celina Arauz de Pirovano e a secretária do segundo, Waleska Paixão. Esse subsecretariado se propunha a: 1) enviar ao Secretariado Geral (Internacional) então com sede em Paris, informação sobre o número de membros da UCEB por seção estadual e um relatório anual de suas atividades; 2) manter correspondência com

o Secretariado, em Buenos Aires; e 3) enviar a todos os seus membros um boletim trimestral com as principais notícias internacionais.

Não havia ainda ficado decidida a modalidade de relação que a ABEn teria com o CICIAMS; esperava sua diretoria que, trabalhando agora em conjunto com o recém-criado Subsecretariado, fosse encontrada uma solução para o caso. Para o Secretariado Geral, que vinha mantendo contato com as enfermeiras da UCEB, a Associação já era "membro aderente" e, como tal, deveria contribuir com sua cota, que nessa época era de um mínimo de dez dólares.

Fundada com o propósito de se difundir pelos demais estados, a UCEB conseguiu formar apenas um núcleo no Distrito Federal. As enfermeiras que congregou deduziram que poderiam atuar com mais eficiência junto às colegas na ABED do que isoladamente, na UCEB. Os seus oito anos de vida foram um testemunho do interesse do grupo de enfermeiras católicas em melhor servir a ABED e a profissão, aprimorando-se na vida espiritual. Apesar de pequeno, o grupo mantinha um boletim como órgão oficial. O Boletim n.º 2, Ano I, de 1950, trouxe notícias sobre a representação do Brasil no IV Congresso Internacional do CICIAMS, realizado em Roma nesse ano; colaboraram na sua elaboração Waleska Paixão, presidente nacional da UCEB, em 1950, Cecília Mounier Pecego (Coelho) e Flora Mesentier, esta última secretária.

A UCEB não chegou a ser registrada e se dissolveu em 1956; seus membros haviam chegado à conclusão de que não havendo no país uma associação anticatólica, mas sim de caráter neutro, não se justificava a existência de uma associação profissional declaradamente católica. Além disso, verificaram que era impossível dedicarem-se com eficiência ao trabalho de duas associações dada a sobrecarga de atividades a que estavam sujeitas no exercício da profissão.

A oito de dezembro de 1956, em reunião extraordinária da UCEB, Seção de São Paulo, convocada pela sua presidente Marina de Vergueiro Forjaz para decidir sobre o seu destino, foram tomadas várias decisões importantes: 1) os membros da UCEB deveriam esforçar-se para fazer funcionar com eficiência o grupo de sócias da ABEn que contribuía para o CICIAMS e prestar a maior colaboração possível à Associação; 2) a UCEB deveria ser dissolvida e o patrimônio da Seção de São Paulo seria enviado à recém-criada Comissão de Enfermeiras Católicas da ABEn, presidida por Waleska Paixão (12).

gem, 1956, a presidente, Maria Rosa S. Pinheiro (1954-1958), deu conhecimento de moção que havia sido encaminhada ao Conselho Deliberativo, com trinta e nove assinaturas, sugerindo que fosse estudado em assembléia geral o problema da filiação dos elementos da ABEn às federações internacionais. Uma comissão especial presidida por Waleska Paixão havia sido designada para estudar o assunto; esta apresentou proposta de alteração no estatuto, de modo que a ABEn passasse a ser integrada por subgrupos especiais, de acordo com sua orientação religiosa e para o exercício de atividades e estudos que lhes fossem específicos. Os subgrupos criados deveriam reger-se pelo Estatuto da ABEn e pelos seus próprios regimentos. Os dois subgrupos seriam: a União Independente de Enfermeiras, filiada diretamente ao ICN, e a União Católica de Enfermeiras, filiada diretamente ao CICIAMS.

O relatório dessa comissão, aprovado pela assembléia, foi encaminhado à Comissão de Estatuto e Regimento com a recomendação de “que o Estatuto da ABEn e os Regimentos deveriam assegurar à Associação a garantia de seus princípios básicos e uma perfeita adaptabilidade às novas exigências associativas”.

1957 Com base nas emendas sugeridas pela comissão especial e, segundo a recomendação da Assembléia, a Comissão de Estatuto, agora presidida por Amalia C. de Carvalho, fez novo estudo. A fórmula encontrada, que obteve a aprovação da Assembléia Geral realizada a 19 de outubro de 1957, vinha de encontro aos desejos dos enfermeiros de fazer cumprir a decisão tomada três anos antes (1954). Consistiu esta na inclusão, no estatuto, de um capítulo intitulado “Dos Setores de Filiação Internacional”, que determinava a forma de filiação da ABEn às duas federações internacionais de enfermagem. Cada setor tinha uma representante e uma secretaria, eleitas pelos seus pares e responsáveis por todos os assuntos a eles ligados. Nessa mesma assembléia foram aclamadas, Waleska Paixão para representante do CICIAMS, e Maria Rosa S. Pinheiro, para o ICN, cabendo a cada uma escolher a secretária. Ambos os setores foram constituídos como órgãos da ABEn. Cada membro associado poderia pertencer a um dos setores ou a ambos; nesse último caso deveria pagar uma taxa adicional.

Essa situação permaneceu até 1965, quando nova reforma extinguia esse capítulo do estatuto; a cooperação com associações internacionais passou a ser apenas mencionada como um dos meios para a ABEn alcançar seus objetivos.

Na comunicação que fez sobre a ABEn aos enfermeiros reunidos no II Congresso Latino-Americano do CICIAMS, realizado

no Rio de Janeiro em 1961, Marina de Andrade Resende assim se referiu ao acontecimento:

“Os membros da classe votaram com a sabedoria e a ponderação que só a própria vida associativa pode proporcionar; as delegadas presentes a Assembléia Geral tinham a experiência da força que emana da classe unida e da liberdade gozada pelas Seções Estaduais. A fórmula votada pela Assembléia respeitava a liberdade individual de cada sócia no tocante a representação internacional, devendo no ato de inscrição, cada uma declarar, por escrito, a que setor ou setores deseja pertencer” (9).

Problemas com a filiação da ABEn ao CICIAMS

Começaram, a partir de 1958, as representações oficiais dos enfermeiros nos Congressos Internacionais do CICIAMS, agora credenciadas pela ABEn e não mais pelo Episcopado Brasileiro, como nos quadriênios passados.

Anteriormente, porém, em janeiro de 1957, a diretoria já havia delegado a Waleska Paixão a responsabilidade de representar oficialmente a ABEn junto ao CICIAMS, atendendo assim parte das recomendações da comissão especial.

Na reunião do Conselho Geral do CICIAMS, em 1956, havia ficado decidido que os congressos internacionais seriam precedidos de congressos regionais preparatórios, celebrados um ano antes, e que deveriam abranger diferentes zonas geográficas. Buenos Aires foi a sede do Primeiro Congresso Latino-Americano do CICIAMS, realizado em setembro de 1957; nele inscreveram-se cento e cinqüenta e duas enfermeiras brasileiras, com direito a voz e voto e cento e cincoenta e um membros observadores, a maior delegação presente. A delegação brasileira, chefiada por Waleska Paixão e incentivada por Madre Domineuc, apresentou trabalho sobre a assistência à maternidade e à infância.

Em julho de 1959 o Brasil foi representado por treze enfermeiras brasileiras (quatro delegadas oficiais) no VI Congresso Mundial do CICIAMS e Primeiro Congresso Mundial de Saúde, realizado em Bruxelas. Essa delegação, chefiada por Waleska Paixão, foi oficializada pelo então Ministro da Saúde, Mauricio de Meldeiros.

1958

De acordo com relatório apresentado à diretoria da ABEn, Waleska Paixão falou ao Conselho Geral reunido durante o Con-

gresso sobre “a maneira como o CICIAMS funcionava na organização da ABEn”.

Nesse Congresso coube ao Brasil, por eleição, a vice-presidência para a América Latina por um período de quatro anos. Waledka Paixão foi indicada pela presidente da ABEn, a quem cabia designar o membro para aquela função.

- 1961** Em julho de 1961, foi realizado no Rio de Janeiro, organizado pela ABEn, o II Congresso Latino-Americano do CICIAMS. Nesse ano, como aconteceu em 1953, não houve congresso da ABEn; foram realizadas apenas as reuniões administrativas.

Os preparativos para esse certame começaram em 1960; em setembro desse ano foi indicada a Comissão Executiva, presidida por Denise Mendes dos Santos.

O congresso contou com a participação de seiscentos e oito enfermeiros brasileiros além de representantes de nove países sul-americanos.

A presença oficial da ABEn nos encontros promovidos pelo CICIAMS em todos esses anos, e, mais, em Genebra em 1959, em Munich em 1960, não denotava a existência de nenhum problema quanto à natureza de sua filiação.

- 1962** Em julho de 1962 realizou-se em Buenos Aires o VII Congresso Mundial de Saúde. A ele compareceram Clarice Ferrarini, presidente da ABEn e Amalia Corrêa de Carvalho, representante do Setor CICIAMS.

Ao apresentar o relatório à assembléia geral da ABEn sobre as reuniões do Conselho Geral e Congresso Mundial, a representante do CICIAMS, Amalia C. de Carvalho, falou sobre as dúvidas que haviam sido levantadas no Conselho quanto à filiação da ABEn, por não ser esta uma associação profissional católica.

- 1963** Em julho do ano seguinte a diretoria aprovou o regimento interno do setor e enviou cópia, por intermédio de Marina de Andrade Resende, à Secretaria Geral do CICIAMS, em Bruxelas.

- 1964** Na reunião do Conselho Geral de agosto de 1964, em Lisboa, foi novamente discutida a situação especial de alguns países, dentre os quais, a do Brasil.

De acordo com o Conselheiro Eclesiástico do CICIAMS, D. André J. Fougerat, “as condições para as associações nacionais pertencerem ao CICIAMS deviam ser observadas com rigor (...);

os Estatutos só poderiam ser mudados pela Santa Sé já que haviam sido por ela aprovados". A situação do Brasil, último assunto da agenda, foi considerada anômala, uma vez que não existia, no país, uma associação católica. A secretaria geral esclareceu que essa situação não havia se modificado depois do encontro em Buenos Aires, em 1962; o país continuava como membro aderente, sem nenhum atraso no pagamento da taxa anual e sempre enviara representantes às reuniões e congressos. O representante da ABEn, Pe. Lídio Milani, indicado pelo Setor CICIAMS da ABEn, aproveitou a oportunidade para dar informações mais detalhadas sobre o funcionamento dos Setores Internacionais, principalmente do Setor CICIAMS, e concluiu afirmando que a ABEn preferia desligar-se de ambas as federações internacionais a se dividir. A criação de outras entidades significaria enfraquecimento da Associação e isso não era conveniente para os enfermeiros brasileiros. Diante dos argumentos apresentados, foi votado que o Brasil continuaria como membro aderente, constituindo um "caso especial e compreensível".

Como consequência dessas discussões, em janeiro do ano seguinte a diretoria tomou conhecimento, surpresa, de que a ABEn havia sido readmitida naquela federação por um período experimental de dois anos. A notícia foi alvo de grande número de interrogações; a Associação não havia se desligado e, portanto, não poderia ter solicitado readmissão.

A presidente, Clarice Ferrarini, sugeriu levar proposta à assembleia geral para o desligamento da ABEn de ambas as federações. Foi considerado, também, que talvez houvesse mais conveniência na filiação a uma associação católica latino-americana, que poderia responder melhor às necessidades comuns dos países desse continente. A Assembléia ponderou que, antes de tomar uma decisão definitiva, deveria ser tentado, com as federações, um outro meio para resolver o problema.

Com a reforma procedida no estatuto nesse ano, o capítulo destinado aos setores internacionais foi eliminado; os assuntos ligados às internacionais passaram a ser tratados diretamente pela diretoria.

Em 1966 a ABEn tomou conhecimento, por intermédio da correspondência de rotina do CICIAMS, de que "a condição do Brasil de membro aderente havia sido novamente reconhecida, em regime de exceção, até próxima reunião", de acordo com proposta votada pelo Conselho Geral reunido esse ano em Brighton, na Inglaterra.

1965

1966

1967 Em 1967, Amalia C. Carvalho, representante da ABEn na reunião do Conselho de Representantes do ICN, realizada em Evian, foi incumbida também de avistar-se com a secretaria geral do CICIAMS em Bruxelas para esclarecer, mais uma vez, a posição da ABEn em relação a seu estatuto e reafirmar que os enfermeiros brasileiros não pretendiam modificar essa situação, mesmo correndo o risco de um desligamento daquela federação.

Da mesma maneira que o ICN, o CICIAMS também não concordou com o desligamento da ABEn, ficando o assunto para ser estudado posteriormente. A assembléia realizada em 1969 decidiu que a filiação com ambas as entidades deveria ser mantida.

1970 A situação financeira da ABEn não era das melhores nos anos de 1968 a 1972, período de grande contenção de despesas. Tal como havia feito com o ICN em princípios de 1970, a ABEn solicitou "licença do CICIAMS por ter sido aumentada a cota de contribuição de cada país membro". Não houve preocupação de resolver o problema de imediato, por parte do CICIAMS, que não concedeu a licença; em julho de 1972, a ABEn ainda aguardava notícias, mas reconsiderou a proposta e continuou a cumprir seus compromissos anuais de membro filiado.

1974 No Congresso Mundial de 1974, realizado em Roma, a ABEn enviou Amalia C. Carvalho e Ir. Maria Tereza Notarnicola como representante e delegada oficial, respectivamente. A primeira, indicada pela Associação, foi eleita pelo Conselho Geral vice-presidente do CICIAMS para a América do Sul e presidente regional da Seção Sul-Americana do CICIAMS, e, credenciada pela ABEn, comprometeu-se a organizar um congresso regional do CICIAMS no Brasil, em 1976, na cidade do Rio de Janeiro.

Como de praxe, não deveria ser realizado o Congresso Brasileiro nesse ano mas a Assembléia de Delegados aprovou proposta da diretoria, em 1974, para que fossem realizados em 1976, no Rio de Janeiro, dois congressos concomitantes: o I Regional Sul-Americano do CICIAMS e o XXVIII Congresso Brasileiro de Enfermagem, tendo em vista a celebração, nesse ano, do quinqüagésimo aniversário da ABEn.

FEDERAÇÃO PAN-AMERICANA DE ENFERMEIRAS/OS

O movimento para fundar a Federação Pan-Americana de Enfermeiras foi iniciado em 1942, no Chile, no Centenário da Universidade de Santiago. A história do acontecimento foi re-

sumida por Edith Fraenkel no relatório que apresentou à Assembléia Geral da ABED de dezembro de 1950, como sua presidente.

"Em 1943, por sugestão de enfermeiras chilenas, começamos a pensar na necessidade de estreitar as relações e proceder a um intercâmbio entre as enfermeiras dos países deste Continente.

Antes de qualquer iniciativa, julgamos mais acertado ouvir a opinião de membros do Conselho Internacional de Enfermagem. Entretanto, a II Guerra Mundial impediu que essa idéia fosse levada avante.

Em 1947, a 16 de maio, dia do encerramento do IX Congresso Internacional de Enfermagem, realizado nos Estados Unidos, com a presença de enfermeiras da Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Estados Unidos, México e Venezuela, foi novamente estudada esta questão e estabelecidas as bases para a fundação de uma Associação Regional.

Para presidente provisória foi indicada Rae Chittick e para secretária Gertrude Hall, ambas do Canadá.

Foi constituída também uma Comissão para elaborar os Estatutos da novel agremiação, composta de dois membros, Alma Scott dos Estados Unidos como presidente e Edith Fraenkel, do Brasil.

Reuniu-se essa Comissão a 15 de junho de 1948, em Nova York (...) quando foi apresentado e discutido um projeto de estatuto elaborado por Alma Scott.

Em 1949, em Estocolmo, Suécia, mais três reuniões foram realizadas, sendo que na última, foi o meu nome indicado para presidente e o de Ella Hasenjaeger para secretária da Comissão que deveria levar avante o projeto da Federação Interamericana de Enfermagem.

Para as reuniões a serem realizadas em São Paulo (...) resolveu a Comissão convidar duas representantes como delegadas oficiais de Associações Nacionais de Enfermagem dos países sul-americanos.

As delegadas brasileiras, Zaíra Cintra Vidal e Zaíra Bittencourt, foram indicadas pela Diretoria da ABED...".

A presidente da ABED, Zaíra Cintra Vidal (1943-1948), representante oficial do IX Congresso Internacional do ICN, acrescentou os seguintes detalhes sobre a reunião realizada em 1947, nos Estados Unidos: "Terminada a sessão de encerramento, as representantes dos países americanos reuniram-se em conferência, para discutir a possibilidade da fundação de uma Associação Interameri-

cana, como um ramo do ICN (...) A seção foi iniciada sob a presidência de Ruth P. Kuehn, 1.º vice-presidente da Associação Americana de Enfermeiras, que passou a presidência a Rae Chittick, do Canadá, aclamada temporariamente presidente desse grupo. Ficou resolvido que Alma Scott e Edith Fraenkel, eleitas para a Comissão de Estatutos, estudariam os Estatutos da Associação".

- 1948** Na Assembléia Geral da ABED de 19 de julho de 1948, presidida pela vice-presidente Marina Bandeira de Oliveira, Rosaly Taborda fez a leitura de proposta recomendando que a ABED apoiasse "integralmente as finalidades da Federação Interamericana de Enfermagem, auxiliando assim o desenvolvimento dos países latino-americanos e preparando os mesmos para o seu ingresso no Conselho Internacional de Enfermagem". Ir. Matilde Nina pediu esclarecimentos sobre a proposta; estes foram prestados por Ruth Kuehn, presente à assembléia, nos seguintes termos: "Uma vez que estamos em países vizinhos temos a obrigação de compartilhar nossos trabalhos; precisamos de um melhor conhecimento mútuo, e de intercâmbio de idéias e de hospitalidade. Reuniões conjuntas e repetidas com os outros países podem apressar sua admissão ao Conselho Internacional de Enfermagem" (13).

Após o congresso e considerando essa resolução, a presidente Edith M. Fraenkel encaminhou moção recomendando, em nome da ABED, que a Comissão Interamericana de Mulheres, 1) desse "integral apoio a toda iniciativa que estimule o desenvolvimento da enfermagem em nível elevado, no continente americano, com o objetivo de contribuir para melhoria da saúde das nações americanas e abrir campo de atividade à mulher culta e interessada no bem-estar da humanidade; 2) apoiasse a "criação da Federação Interamericana de Enfermeiras".

- 1949** Na assembléia geral do ano seguinte, dezembro de 1949, foi discutida e aprovada a idéia de Edith Fraenkel, presidente da ABED e coordenadora da Comissão de Estudos da Federação Interamericana, de convidar duas representantes das associações nacionais para a reunião que seria realizada em São Paulo, em 1950, dando assim possibilidade às enfermeiras desses países de assistirem o IV Congresso Nacional de Enfermagem, em Salvador, Bahia. Com esse fim foram enviadas cartas-convite a todas as associações de enfermagem das Américas do Norte, Central e Sul. Para oradora oficial da sessão inaugural desse congresso foi enviado convite à Sra. Eleanor Roosevelt, que não pôde comparecer.

- 1950** A reunião se processou, mas a Federação não foi organizada "porque as cópias do projeto de estatuto que haviam sido enviadas

às associações nacionais não haviam sido recebidas; por esse motivo, as delegadas desconheciam o assunto". Ficou então resolvido que a mesma comissão deveria continuar os trabalhos comprometendo-se a enviar novas cópias do projeto de estatuto.

Ao encontro em S. Paulo compareceu a secretária executiva do ICN, Daisy C. Bridges, que visitava o Brasil a convite da ABED. Além da representação dos Estados Unidos, compareceram também enfermeiras da Argentina, Chile, Paraguai, Peru, Uruguai e Brasil e representantes do Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA) e da Repartição Sanitária Pan-Americana (OPAS/OMS).

Apesar de não ter sido tomada nenhuma decisão final, os enfermeiros deveriam concentrar seus esforços no desenvolvimento, em todos os países, de associações nacionais a fim de elevar os padrões da enfermagem. A idéia de uma federação pareceu prematura ao grupo; houve dúvidas quanto a estarem os países preparados para dirigirem suas energias e recursos para esse fim e se os resultados que poderiam advir justificariam os esforços e custos de encontros regionais.

Em 1960 houve nova tentativa. Nesse ano a ABEn recebeu carta circular da Associação Venezuelana de Enfermeiras solicitando apoio para a fundação da "Federação Latino-Americana de Enfermeiros". Antes de tomar qualquer decisão a diretoria quis inteirar-se de seus objetivos e requisitos de admissão.

O tema oficial "Federação Pan-Americana de Enfermeiras" foi debatido no VIII Congresso Interamericano de Enfermagem realizado na Guatemala, em dezembro de 1966; a esse congresso compareceram representantes de dezesseis países latino-americanos mas o Brasil não compareceu. Nessa ocasião ficou criada a Federação, composta de treze membros e foi designada uma diretoria provisória, representada pelos seguintes países: presidência, Chile; primeira vice-presidência, Argentina; segunda vice-presidência, Costa Rica; secretaria, Panamá e tesouraria, Venezuela. A sede provisória da Federação ficou sendo o Chile, país no qual residia, a presidente. Assim, dezesseis anos depois da primeira tentativa, em 1950, e depois de consolidadas as organizações nacionais na maioria dos países latino-americanos, nasceu a sonhada Federação.

Em 1968 ficou decidido que o Primeiro Congresso da Federação teria como sede Caracas, na Venezuela, e o tema seria "Estatutos e Regulamento da Federação". A diretoria provisória deve-

1960

1966

1968

ria elaborá-los e também estudar a forma de relacionamento da Federação com o ICN.

1969

No XIV Congresso Quadrienal do ICN realizado em Montreal em 1969, a presidente da ABEn, Amalia C. de Carvalho, participou de uma reunião da Federação Pan-Americana de Enfermeiras/os, como representante da ABEn, na qual foi solicitado que o Brasil apresentasse pedido de filiação. A Assembléia de Delegados realizada durante o XXI Congresso Brasileiro de Enfermagem, em Porto Alegre, decidiu favoravelmente.

1970

A Federação foi legalmente constituída, com o nome de Federação Pan-Americana de Enfermeiras/os, em novembro de 1970, quando da realização de seu I Congresso e IX Congresso Latino-Americano de Enfermagem, em Caracas, Venezuela. Nesse I Congresso foi discutido, alterado e aprovado, pelas delegadas oficiais dos catorze países presentes, o Estatuto apresentado pela diretoria provisória; essa mesma Assembléia elegeu a primeira diretoria da Federação e confirmou a sede no país em que a presidente reside.

A ABEn efetivou sua filiação nesse Congresso, representada pela presidente, Amalia Corrêa de Carvalho e pela 2.^a vice-presidente, Circe de Melo Ribeiro. Ambas desenvolveram intensas atividades na elaboração de emendas ao estatuto proposto. Dentre as comissões indicadas, coube ao Brasil a Comissão de Estudos e Aperfeiçoamento, para cuja presidência a diretoria da ABEn indicou Glete de Alcântara.

1972

O II Congresso da Federação foi realizado em Manágua, Nicarágua, em 1972. Representaram a ABEn, Ir. Maria Tereza Notarnicola e Clarice Ferrarini; e o III Congresso foi em Quito, Equador, em agosto de 1974. A esse compareceu regular número de enfermeiras brasileiras, incluindo a presidente em exercício e a segunda vice-presidente, como representantes oficiais, respectivamente, Maria da Graça Simões Corte Imperial e Amalia Corrêa de Carvalho.

Em 1975 foi organizada a Primeira Convenção da Federação, realizada no Chile. Representaram a ABEn como delegados oficiais, a presidente Maria da Graça S. Corte Imperial e a tesoureira Taka Oguisso.

São em número de dezesseis os países membros: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana e Venezuela.

CONGRESSOS INTERAMERICANOS DE ENFERMAGEM

Os primeiros congressos regionais, cinco no total, foram organizados sob os auspícios da Organização Mundial de Saúde (OMS); a partir do VI foram organizados e patrocinados pelas próprias associações nacionais.

Em 1942 foi realizado no Chile o Primeiro Congresso Pan-Americano de Enfermagem. O Brasil foi representado por Haydée Guanais Dourado e Radcliff Guanais Dourado que apresentaram trabalho sobre "Organização de Escolas de Enfermagem no Brasil"(14).

1942

O congresso seguinte deveria ser realizado no Brasil, em 1944. Para estudar o programa que seria desenvolvido foi organizada comissão em outubro de 1943, sob a presidência de Laís Netto dos Reys.

Em novembro de 1944, a presidente da ABED, Záira Cintra Vidal, comunicou às associadas que o Congresso fora "adiado para após guerra" em virtude das dificuldades por esta provocadas (3).

Agnes W. Chagas, enfermeira consultora da Repartição Sanitária Pan-Americana, escreveu a Edith Fraenkel em 12 de abril de 1949, a seguinte carta:

1949

"Depois da Primeira Conferência Pan-Americana de Enfermagem, convocada em Santiago, Chile, em dezembro de 1942, por iniciativa da Associação de Enfermeiras Chilenas, não se tem dado às enfermeiras das Américas uma oportunidade de se reunirem a fim de discutirem problemas em geral (...) A Repartição Sanitária Pan-Americana foi consultada sobre a possibilidade de organizar tais reuniões.

Sentimos satisfação em anunciar que a Repartição tomou o assunto em consideração e está planejando a realização de dois congressos regionais: o primeiro, a se realizar em San José, Costa Rica, em setembro de 1949, para o qual serão convidados todos os países ao norte da linha equatorial; o segundo, também em setembro de 1949, terá lugar na cidade de Lima, Peru, devendo se fazer representar todos os países da América do Sul.

A fim de conseguir apoio oficial, os planos para tais Congressos foram apresentados aos Ministros da Saúde de cada país e espera-se que as enfermeiras sejam por eles designadas como representantes oficiais.

É nosso desejo que a ABED designe uma ou duas delegadas representando essa Associação no Congresso a ser realizado em Lima" (15).

Esses congressos foram realizados na data prevista com o título de Congressos Regionais de Enfermeiras, ambos com o mesmo temário; o de San José da Costa Rica ficou conhecido como o Primeiro Congresso Regional.

A ABED não pôde enviar delegada oficial ao II Congresso realizado em Lima, mas as enfermeiras brasileiras foram representadas por Izaura Barbosa Lima, chefe da Seção de Enfermagem da Divisão de Organização Sanitária, Ministério da Saúde.

O III Congresso Regional (16) foi realizado no Rio de Janeiro, Brasil, de 19 a 25 de julho de 1953, logo em seguida ao X Congresso Internacional do ICN, que havia acontecido de 12 a 17 de julho de 1953. O IV e o V, os últimos patrocinados pelo OPAS/OMS, deram-se no México, em 1956, e Buenos Aires, 1959, respectivamente.

1962 Em 1962, a Associação Nacional de Enfermeiras Panamenhas fez realizar o VI Congresso de Enfermeiras para as Américas. O VII, VIII e IX tomaram o nome de Congresso Interamericanos e foram realizados em 1964, 1966 e 1970, pela Associação Nacional de Enfermeiras Colombianas, Associação Guatimalteca de Enfermeiras Profissionais e Colégio de Profissionais de Enfermagem da Venezuela, respectivamente. O último, realizado em 1970, coincidiu com o I Congresso da Federação Pan-Americana de Enfermeiras/os (17).

NOTAS

CAPÍTULO VI

1. A History of the International Council of Nurses - 1899-1964. The First sixty-five years, por Daisy Caroline Bridges.
2. Iracema Cabral não voltou ao Brasil; o navio em que viajava de retorno, o SS *Vestrás*, socobrou em novembro de 1928.
3. Livro de Atas n.º 2.
4. Resolução n.º 6, do I Congresso Nacional de Enfermagem: "que se apresente ao Conselho Internacional de Enfermagem convite para a realização, no Brasil, do próximo Congresso Internacional".
Na reunião da Divisão de Educação realizada no dia 20 de março de 1947, Ella Hasenjaeger havia sugerido que a ABED fizesse esse convite.
5. Anais de Enfermagem, mar. de 1954, p. 5.
6. O relatório desse congresso foi publicado na Revista Brasileira de Enfermagem de setembro de 1957, à p. 287. A tradução do discurso da presidente do ICN está na edição de março de 1958, p. 60; e alguns trabalhos foram reproduzidos no número de junho de 1958, pp. 106-150 e 186-216, da mesma revista.
7. Frances S. Beck era diretora da Divisão de Enfermagem do ICN.
8. Rev. Bras. de Enf., jun. de 1954, pp. 85-119.
9. Rev. Bras. de Enf., ago. 1961, pp. 385-389.
10. A UCEB foi fundada em São Paulo em um encontro de enfermeiras católicas na Vila Betânia, pelo Cardeal Arcebispo D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota e assessoria eclesiástica de D. Antonio Maria Alves de Siqueira, Bispo Auxiliar de São Paulo.
11. Membro aderente é o membro efetivo.
12. Ata da reunião realizada a 8 de dezembro de 1956 e relatório das representantes do setor.
Essa Comissão não chegou a ser criada oficialmente.
13. A proposta foi aprovada transformando-se em uma resolução do II Congresso Nacional de Enfermagem.
14. Anais de Enfermagem, jan./mar. de 1946, pp. 21-25.
15. Arquivos da ABEn.
16. Anais de Enfermagem, dez. de 1953, pp. 272-288.
17. Resenha histórica dos Congressos Interamericanos de Enfermagem e origem da Federação Pan-Americana de Enfermeiras/os. Arquivos da ABEn.

VII

SINDICALIZAÇÃO DO ENFERMEIRO

O problema da formação de um sindicato de enfermeiros prendia-se a uma questão de precedência. Não abrindo mão da terminologia que os define na legislação profissional vigente, consagrada na maioria dos países, os enfermeiros enfrentavam o dilema da existência de “sindicatos de enfermeiros”, que na realidade não eram de enfermeiros, mas que os deveriam legalmente representar.

Originariamente foi fundado o “Sindicato de Enfermeiros Terrestres”, a 28 de janeiro de 1933, subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que devia congregar “somente os enfermeiros, diplomados ou não” que estavam exercendo a profissão; essa entidade, de duração e número de sócios ilimitados, tinha sede no Distrito Federal.

Em 1945, o sindicato mudou a denominação para “Sindicato dos Enfermeiros e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde” (SEEHCS), englobando todos os que trabalhavam nessas instituições, mesmo os não pertencentes ao serviço de enfermagem. Essa mudança chamou a atenção das enfermeiras que consideraram o fato “uma grave ameaça à profissão”. O tema “sindicato de enfermeiros nas mãos de enfermeiros práticos” foi introduzido no plano de trabalho da presidente Záira Cintra Vidal (1943-1947).

Há trinta anos, portanto, os enfermeiros tentam conseguir seu próprio órgão de reivindicação da classe. As dificuldades e obstáculos encontrados ao longo desses anos vão sendo aos poucos vencidos; o primeiro deles foi o enquadramento do enfermeiro entre os profissionais liberais, e sua retirada do grupo denominado de Turis-

mo e Hospitalidade, que incluía os empregados de turismo, de hotéis, hospitais, e outros, conseguindo somente em 1962. Trata a ABEn, atualmente, de vencer a segunda fase, isto é, a formação das associações profissionais.

SINDICATO DE ENFERMEIROS

O sistema adotado no Brasil é o de sindicato único, portanto, se “existia um sindicato de enfermeiros já registrado que vinha atuando como órgão de ligação entre os agremiados e os poderes constituídos, conclui-se pela impossibilidade de conferir-se o direito a outro”. Assim, “tornava-se urgente o estudo da situação à luz dos imperativos atuais”, disse Haydée G. Dourado, em 1950 (1).

No IV Congresso Nacional de Enfermagem, realizado em de zembro de 1950, foi apresentada moção solicitando, entre outras coisas, que a presidente da ABED fizesse uma representação junto ao Ministro do Trabalho para que fosse registrado nesse Ministério um órgão representativo da classe de enfermeiros. Para estudar o assunto foi formada uma comissão especial presidida por Waleksa Paixão e constituída por Cecília Sanioto, Amalia C. Carvalho e a autora da moção, Haydée G. Dourado. A comissão nada pôde concluir quanto ao tipo de órgão que deveria ser criado, mas recomendou que fosse solicitada a substituição do nome dos “Sindicatos de Enfermeiros (...)” para “Sindicato de Práticos de Enfermagem (...)”, considerando que o título de “enfermeiro” deveria ser aplicado somente aos diplomados por escolas de Enfermagem reconhecidas pelo governo federal. Essa recomendação reafirmava o desejo dos enfermeiros de que deveria ser criado um sindicato que reunisse apenas membros dessa categoria profissional.

Os anos de 1952 a 1955, e mesmo alguns anos depois, constituíram um período de grande entrosamento entre a ABEn e os Sindicatos de Enfermeiros e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde (2). Reiniciavam-se os estudos para o projeto de lei que iria regulamentar a profissão — Lei n.º 2604/55 — e, não raras vezes, tanto as presidentes como grupos de enfermeiras interessadas se reuniram com a direção dos sindicatos para discutirem em conjunto os problemas comuns, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo; houve, entre 1956 e 1957, uma tentativa para criar-se uma coligação de todas as associações representativas da enfermagem no país, reunindo as categorias definidas na Lei n.º 2604/55.

No campo das comemorações também se fez sentir essa aproximação (3). As enfermeiras, no entanto, não se conformavam, e

1950

1952

1955

1959

ainda não se conformam, com o pagamento compulsório do imposto sindical a um sindicato não considerado representativo da classe. O problema voltou a merecer a atenção especial da diretoria da ABEn que, em abril de 1959, constituiu uma Comissão Especial de Sindicalização do Enfermeiro para estudar a conveniência dessa sindicalização, sob a presidência de Marina de Vergueiro Forjaz; fizeram parte da comissão Maria Rosa S. Pinheiro, Clarice Ferrarini e Celina Arruga Camargo. Essa comissão concluiu logo que havia necessidade de consultar um jurista, especialista no assunto, se quisesse apresentar algum resultado positivo.

Quatro meses depois de instalada, a presidente da comissão apresentou relatório à diretoria dando a conhecer o parecer de Cesarino Junior, favorável a conveniência do sindicato, precedendo a criação da ordem ou conselho dos enfermeiros. A seu ver, essa seria a agremiação que melhor iria atender aos interesses imediatos dos enfermeiros. A presidente finalizou o relatório com as seguintes sugestões: 1) que o assunto fosse discutido no XIII Congresso Brasileiro de Enfermagem, como um dos temas oficiais; 2) que a ABEn enviasse cartas-circulares às seções estaduais sugerindo que fossem promovidos cursos sobre sindicalismo, a cargo de juristas especializados, a exemplo da Seção de São Paulo que, pelas suas Comissões de Educação e de Legislação, acabava de realizar um desses cursos.

1960

O tema foi levado ao congresso realizado em Belo Horizonte em julho de 1960. Na opinião de Cesarino Junior, se as enfermeiras quisessem, podiam ter o seu sindicato porque, "se a gente quer fazer uma coisa, não começa olhando as dificuldades".

ENFEMAGEM, PROFISSÃO LIBERAL

1940

Em 1940, o enfermeiro foi colocado entre os profissionais liberais no quadro de atividades e profissões do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio⁽⁴⁾. Três anos depois, o Ministro do Trabalho, atendendo a um pedido do Sindicato dos Enfermeiros e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde do Rio de Janeiro, retirou o enfermeiro dessa categoria, mantendo, contudo, as parteiras entre os profissionais liberais⁽⁵⁾. Marina Bandeira de Oliveira, presidente da Comissão de Legislação, Waleska Paixão e Haydée G. Dourado, membros, analisando essa nova situação concluíram que a profissão deveria encontrar "um meio de sair desse impasse" e sugeriram à presidente da ABED que enviasse memorial ao Ministro do Trabalho solicitando a volta ao enquadramento anterior⁽⁶⁾.

Nesse ano, a Escola de Enfermeiras Católicas Luiza de Mairillac requereu ao Ministro da Educação e Saúde autorização para admitir religiosas estrangeiras como alunas.

Tendo em vista o artigo 150 da Constituição de 10 de novembro de 1937, segundo o qual somente os brasileiros natos e os naturalizados podiam exercer legitimamente profissões liberais, surgiu logo a pergunta: "deve a profissão de enfermeira ser considerada como profissão liberal, para efeito de ser exercida por brasileiro nato?". Para opinar sobre o requerido, o consultor geral da República, Hanemann Guimarães, procurou definir profissão liberal e, considerando-a como aquela que "depende de um diploma profissional", fez uma análise da situação da enfermagem. Concluiu o parecer (1943) dizendo que "a profissão de enfermeira diplomada (Decreto 20109, art. 1.º) se deve considerar profissão liberal".

Todavia o "Correio da Manhã" de Belém do Pará, de 2 de dezembro de 1945, publicou resposta da Comissão de Enquadramento Sindical a uma consulta do Sindicato dos Enfermeiros de Belém, segundo a qual "os enfermeiros, em face da Consolidação das Leis do Trabalho, não se enquadraram como profissionais liberais".

Em 1946, o assunto voltou à consultoria geral da República por causa da divergência de opiniões sobre o registro de diplomas conferidos a estrangeiros pela Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo. Duas questões foram então levantadas: 1) é a enfermagem profissão liberal? 2) sendo a enfermagem considerada profissão liberal, será admissível o registro de diplomas de enfermeiro expedidos a estrangeiros?

1946

Analizando o problema à luz da jurisprudência, o consultor Seabra Fagundes concluiu o parecer afirmando positivamente, no primeiro caso, e negativamente no segundo, isto é, o registro de diplomas expedidos por escolas de enfermagem a estrangeiros não poderia ser permitido porque "outras consequências dele poderão resultar". Esse parecer, que constituía expediente da Diretoria do Ensino Superior, à frente da qual se encontrava Jurandir Lodi, foi aprovado pelo Ministro da Educação e Saúde, Ernesto de Souza Campos, em agosto de 1946 (7).

As manifestações da ABEn sobre o assunto recomeçaram em 1948, no II Congresso Nacional de Enfermagem, e continuaram no IV, V, VI e XIII Congressos (8).

A primeira delas motivou resolução recomendando, como necessidade imperiosa, a "regulamentação da profissão de Enfermeira

1948

e reconhecimento desta pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, como profissão liberal”.

1950 Em 1950, a segunda recomendação resultou de moção encabeçada por Haydée G. Dourado, “tendo em vista o padrão cada vez mais elevado do ensino da enfermagem”. A resolução, aprovada pela assembléia geral, determinava que fosse pleiteada junto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a reintegração da Enfermagem na categoria de profissão liberal, no Quadro de Atividades e Profissões para Enquadramento Sindical.

Atendendo o que havia sido decidido, a Comissão de Legislação elaborou memorial que apresentou à presidente em março desse ano. Tal como o assistente social, o enfermeiro devia ser classificado nessa categoria, no Quadro anexo à Consolidação das Leis do Trabalho⁽⁹⁾. Encaminhada ao Ministério do Trabalho, formou o primeiro Processo, MT 140.290/51. Dois motivos impulsionaram a ABEn para conseguir essa classificação: o Plano de Classificação de Cargos e o problema da Sindicalização dos enfermeiros⁽¹⁰⁾.

1951 No ano seguinte, 1951, não houve propriamente uma resolução nesse sentido, mas a ABED deveria pleitear, junto ao presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no sentido de “Classificar como profissional liberal o enfermeiro e elaborar as estatísticas dos outros participantes das atividades de enfermagem sob as categorias existentes na legislação, a saber: auxiliar de enfermagem, enfermeiro prático e prático de enfermagem”.

1952 O assunto voltou à tona no congresso seguinte, 1952. A primeira resolução pleiteava, da mesma maneira, “a revisão do quadro anexo à Consolidação das Leis do Trabalho, tendo em vista a inclusão do enfermeiro na Confederação Nacional das Profissões Liberais”. Essa resolução decorreu de um abaixo assinado, lido por Haydée G. Dourado na assembléia geral realizada durante o congresso, e aprovado com aplausos pelos enfermeiros presentes; o documento formou expediente que deveria ser enviado ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Segadas Viana⁽¹¹⁾.

1955 Em 1955, como o processo de 1951 não havia sido ainda despachado pelo Ministro do Trabalho, a ABEn resolveu dar nova entrada ao mesmo pedido, em reiteração. Foi assim formado o Processo n.º 112.099/55.

Uma comissão, constituída por Haydée G. Dourado, Maria Dolores Lins de Andrade e Heloísa Veloso, acompanhou o processo naquele Ministério e junto à Comissão de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho, no Senado.

Esses dois processos não foram despachados pelo Ministro, segundo se sabe por influência dos sindicatos sobre os relatores da matéria, que se manifestaram a favor da situação existente para que os sindicatos não se vissem privados de uma das categorias profissionais em seus quadros; a divisão do sindicato implicaria na diminuição da renda resultante do imposto sindical.

Dois anos mais tarde, 1957, Izaura Barbosa Lima informou aos membros da diretoria da ABEn que havia sido despachado o arquivamento do Processo n.º 140.290/51, ao qual estava anexado o de n.º 112.099/55, do Ministério do Trabalho. A Comissão de Legislação, então coordenada por Josefa Jorge Moreira, deveria providenciar o pedido de reconsideração do despacho. Haydée G. Dourado, membro da comissão encarregada de acompanhar o processo, atribuiu os obstáculos que a ABEn vinha enfrentando ao relator dos processos que era “a favor da manutenção de mais uma categoria profissional no sindicato de enfermeiros e empregados em hospitais”, situação existente de fato, e a qual hesitava em contrariar. O pedido para o desarquivamento deu origem ao Processo MTIC n.º 189.133, de 3 de agosto de 1960, que não produziu o resultado esperado pela ABEn, que interpôs recurso.

Um dos temas oficiais do XIII Congresso, realizado em 1960, foi Sindicalização dos Enfermeiros. Por recomendação desse congresso a presidente da ABEn, Marina de Andrade Resende, encaminhou ao Ministro do Trabalho, a 23 de agosto desse ano, solicitação para que fosse arquivado o processo enviado em 1951 e seu anexo de 1955 e, em seu lugar, fossem feitas alterações no quadro de Atividades e Profissões referido no artigo 577 da Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a colocar os enfermeiros na Confederação Nacional das Profissões Liberais; os termos “enfermeiros e demais empregados...” da Confederação Nacional do Comércio (CNC) deveriam ser substituídos por “auxiliares de enfermagem e demais empregados...”⁽¹²⁾. Esse expediente foi anexado ao Processo MT n.º 189.133/60 e resultou no Processo MT n.º 183.831, de 27 de julho de 1961.

Em novembro de 1961, a Comissão de Enquadramento Sindical opinou favoravelmente, por unanimidade, ao recurso feito ao Ministério do Trabalho e, a partir de março do ano imediato, os enfermeiros tiveram seu direito de profissional liberal restabelecido, para fins de enquadramento sindical, pela Portaria n.º 94 de 27 de março de 1962, assinada pelo então Ministro do Trabalho e Previdência Socal, André Franco Montoro⁽¹³⁾.

1957

1960

1961
1962

Do relatório da Comissão de Legislação apresentado em 1962 por Haydée Guanais Dourado, destaca-se o seguinte trecho:

"Desde 1951 a ABEn solicita esta classificação. De setembro de 1952 a outubro de 1957, o primeiro relator do processo o reteve, sem apresentar o parecer. Em setembro de 1959 fora designado relator Luiz Valente de Andrade, que em maio de 1961, apresentava seu parecer favorável; nesta data, votaram contra todos os demais membros da Comissão do Enquadramento Sindical. Todos, finalmente, o acompanharam votando pelo enquadramento, em novembro desse mesmo ano. Dois fatores influíram na vitória: a argumentação que a ABEn apresentou, sem desfalecimento, durante dez anos e a vontade firme da presidente atual de obter este enquadramento. Concorreu ainda a aprovação, pelo Ministro da Educação, do parecer do Consultor Geral da República, em 1946".

Mas não terminou aí a batalha. Várias informações de que havia grupos interessados na revogação da portaria chegaram ao conhecimento da diretoria da ABEn.

A Federação Interestadual dos Enfermeiros e Empregados de Hospitais impetrou recurso a 7 de agosto de 1962, com entrada para a Comissão do Enquadramento Sindical (CES) a 31 desse mesmo mês. Em sua opinião, o enfermeiro devia ficar na Confederação Nacional do Comércio (CNC). Desse recurso nada resultou.

1964

Em carta dirigida à presidente da Comissão de Defesa da Classe, em 1964, a presidente Clarice Ferrarini encareceu "toda a atenção dessa Comissão no sentido de conservar a nossa condição de profissionais liberais". Esta presidente também havia encaminhado ofício do Ministro do Trabalho e Previdência Social solicitando providências no sentido de ser alterada a denominação dos sindicatos, a fim de que o termo enfermeiro fosse privativo dos profissionais com direitos legais ao título.

Ainda em 1964, ao tratar da reclassificação dos enfermeiros determinada no Decreto n.º 54.015/64, a presidente informou os membros da Diretoria que o trabalho de organização de associações profissionais de Enfermeiros não podia continuar porque estas, para serem legalmente registradas, deveriam constar do quadro das atividades e profissões e este não previa ainda a Enfermagem entre as profissões liberais.

Nos anos que se seguiram houve uma certa diminuição do interesse pelo assunto por parte dos enfermeiros causada, talvez, pelas dúvidas, levantadas por algumas instituições, sobre estar ou não a enfermagem enquadrada como profissão liberal.

Em 1967, a presidente Circe de Melo Ribeiro oficiou ao Ministério do Trabalho e Previdência Social solicitando informações sobre a interpretação da Portaria n.º 94/62; havia mesmo informações de que a Comissão Sindical negava-se a aplicar a portaria. A resposta do Ministério foi decisiva sobre a classificação do enfermeiro, dirimindo as dúvidas existentes. Tornava-se oportuno, portanto, reviver e acelerar o movimento para a sindicalização em todas as seções estaduais. O que vinha acontecendo foi explicado alguns anos mais tarde, 1971, pela presidente da Comissão de Legislação, Haydée G. Dourado, que alertou a diretoria: as novas edições da Consolidação das Leis do Trabalho não estavam incluindo o Enfermeiro no Grupo das Profissões Liberais, em seu Quadro Anexo, num autêntico erro de publicação, que deveria ser corrigido.

1967

1971

A Comissão de Legislação, reportando-se ao resultado do Processo MT 183.831/61, e, considerando “que as instituições sindicais são muito úteis para a vida nacional e que é muito importante que obedeçam a legislação vigente”, enviou ao XIX Congresso, 1967, a seguinte recomendação, por esse aprovada: O XIX Congresso Brasileiro de Enfermagem recomenda ao Ministro do Trabalho e da Previdência Social “que estude o modo de autorizar a substituição, em cada carta sindical, dos atuais sindicatos denominados de enfermeiros, por outra expressão tal como de auxiliares de enfermagem e similares, para esse fim nomeando um grupo de trabalho que apresente a matéria de modo documentado”.

ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS

De acordo com a legislação atual, para ser organizado um sindicato o Ministério do Trabalho deve conferir a carta sindical, isto é, o registro de órgão aprovado. Na fase anterior à carta sindical, a entidade denomina-se associação profissional. As associações profissionais constituem a base para a formação dos cinco sindicatos necessários para formar a federação e entrar, definitivamente, na Confederação.

Como tentativa pioneira para a criação de uma futura associação sindical, as enfermeiras da Bahia já haviam fundado a “Associação dos Enfermeiros Profissionais Liberais do Estado da Bahia” (APLEB), com sede na Escola de Enfermagem da Uni-

versidade Federal da Bahia. Essa associação conseguiu registro (14) após a vigência da Portaria Ministerial n.º 94, de 27 de março de 1962, que colocou os enfermeiros entre os profissionais liberais, para fins de enquadramento sindical.

1961 As outras seções estaduais também começaram o movimento para a criação dessas associações; em 1961, as Seções de Sergipe, Estado do Rio e Goiás relataram estar estudando o assunto. Dois anos depois já haviam sido criadas as Associações Profissionais de Enfermeiros dos Estados da Guanabara, do Rio de Janeiro e do Ceará.

1970 Em 1970, entre as resoluções tomadas pela Assembléia de Delegados, uma referia-se novamente à necessidade de as seções reiniciarem as gestões com essa finalidade. Essas recomendações, assim repetidas a intervalos de tempo, podem levar à conclusão de que, além de um movimento sabidamente lento, a sindicalização do enfermeiro em uma agremiação específica, por dissociação, encontra dificuldades sérias, que escapam ao controle da classe.

1973 Durante a Semana da Enfermagem de 1973 foi criada nova agremiação na Bahia, a APEB — Associação Profissional das Enfermeiras da Bahia —. Nos Estados de Pernambuco, Paraná e Santa Catarina os processos de criação se encontravam em andamento.

Considerando, também, essas três últimas citadas, o número de associações profissionais sobe a oito, nesses catorze anos de esforços a contar de 1970. Dentre essas oito, a do Estado da Guanabara já conseguiu reunir quase todas as exigências para o registro.

1974 Em 16 de julho de 1974, o Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, deu o seguinte despacho ao processo MTPS — 307.507/72, tendo em vista resolução da Comissão do Enquadramento Sindical: 1) dar provimento ao recurso da *Associação Profissional dos Enfermeiros Liberais do Estado da Guanabara*, determinando seja excluída de sua denominação no registro efetuado pela Delegacia Regional do Trabalho (...) a palavra *Liberais*; 2) alterar a denominação da categoria profissional dos *Enfermeiros e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde*, (*inclusive duchistas e massagistas*), prevista no 4.º Grupo — Empregados em Turismo e Hospitalidade — do plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, para *Profissionais de Enfermagem, Técnicos, Duchistas, Massagistas e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde*.

A 2 de setembro de 1974 saiu publicada no Diário Oficial a Portaria Ministerial n.º 3.311/74 que oficializou essa mudança na denominação dos sindicatos.

O caminho está, portanto, aberto à sindicalização do enfermeiro.

NOTAS

CAPÍTULO VII

1. Rev. Eras. de Enf., out. de 1950, pp. 170-173.
2. Na reunião da diretoria de novembro de 1952, foi lembrado que Celso Rosa, presidente do Sindicato do Rio de Janeiro, havia entrado em contato com a diretoria da ABED a fim de propor que defendessem juntos os interesses da enfermagem; a proposta foi aceita e ambas as entidades trabalharam em cooperação.
3. Ver em Anais de Enfermagem de junho de 1954, à p. 182: "A ABED faz-se representar no Sindicato de Enfermeiros e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde do Rio de Janeiro".
4. Decreto-Lei n.º 2381/40, de 9 de julho de 1940 — Aprova o quadro das atividades e profissões, para registro das Associações Profissionais e o enquadramento sindical e dispõe sobre a Constituição dos Sindicatos e das Associações Sindicais de Grau Superior.
5. Decreto-Lei n.º 5452, de 1.º de maio de 1943.
6. Trabalho da Comissão de Legislação, 1955/60. A sugestão apresentada estava contida no trabalho intitulado, "A enfermagem e sua categoria entre as atividades e profissões exercidas no Brasil". Arquivos da ABEn.
7. Anais de Enfermagem, jul./set., 1946, pp. 34-36.
8. Recomendações n.º 7, 1a), n.º 10, n.º 1 e n.º 19b) do II, IV, V, VI e XIII Congressos, respectivamente.
9. Rev. Bras. de Enf., jan. 1952, pp. 127-133.
10. Rev. Bras. de Enf., set. 1960, p. 329 e abr./jun., 1966, p. 148.
11. Em circular datada de 31 de agosto de 1953 a secretaria executiva, Beatriz Cavalcanti, solicitava às presidentes das seções estaduais que colhessem assinaturas dos enfermeiros de todo o Estado a fim de acompanhar o memorial que seria enviado ao Ministro do Trabalho. Arquivos da Seção de São Paulo.
12. Rev. Bras. de Enf., set. de 1960, p. 304.
13. A obtenção desse enquadramento foi auxiliada pelos contatos de enfermeiras residentes em Brasília com o Ministro do Trabalho, André Franco Montoro, a quem emprestaram assessoramento.
14. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Delegacia Regional. Certificado do Registro de Associação Profissional.

"O Delegado Regional do MTIC certifica que a Associação Profissional das Enfermeiras do Estado da Bahia, com sede na Escola de Enfermagem da Universidade da Bahia, foi registrada nesta Delegacia sob o n.º 122, Livro 2, fls. 122 a 6 de outubro de 1962, com observância do artigo 48 do Decreto-Lei n.º 1402, de 5 de julho de 1939, modificado pelo de n.º 2353, de 29 de julho de 1940".

VIII

OUTRAS REALIZAÇÕES

HOMENAGENS, PRÊMIOS E DISTINÇÕES

Em todo agrupamento social há sempre os que se distinguem, quer pelos dons de inteligência e habilidades, generosamente recebidos e convenientemente utilizados, quer por uma disciplinada existência de estudo, trabalho e dedicação; em ambos os casos predominam a crença no valor das instituições e o altruísmo desinteressado que tudo dá, sem nada esperar receber.

A Associação Brasileira de Enfermagem conta com ambos os tipos de personalidade em seu quadro ativo de associados; a uns e outros procurou render, sob variadas formas, suas homenagens e demonstrar sua apreciação. A instituição de bolsas de estudo, de prêmios e medalhas com o nome de enfermeiras distinguidas, a concessão de diploma de menção honrosa e de honra ao mérito são algumas dessas manifestações.

Ao lado da generosidade encontrada em seu próprio meio, importantes auxílios são prestados à ABEn por pessoas ou organizações ligadas a outros ramos de atividades, às quais são concedidos, como sinal de reconhecimento, os títulos de sócio honorário ou benemérito. Por disposição estatutária desde 1929, faz jus ao título de sócio honorário toda pessoa que contribuir, de maneira relevante, para elevar o nome da Enfermagem, em âmbito nacional; e ao título de sócio benemérito, desde 1944, aquele que fizer doação de bens ou prestar serviços à Associação; ambos os títulos são concedidos pela Assembléia de Delegados, por proposta da diretoria.

Em 1967 foi instituído pela ABEn e Laboratório Johnson e Johnson do Brasil, patrocinado por este, o prêmio “Enfermeira do Ano”⁽¹⁾ destinado especificamente à enfermeira que mais se distinguisse pelos trabalhos em prol da Enfermagem, no Brasil. Quando foi instituído, a diretoria decidiu, por sugestão da secretária do prêmio, Clarice D. T. Ferrarini, que o critério adotado na seleção dos candidatos não teria como referência principal a apresentação de trabalho científico mas, sim, sua atuação no sentido global, considerando os méritos e realizações do passado até o presente. Certos requisitos de formação cultural e profissional deveriam ser, naturalmente, observados. Em 1973 a diretoria indicou Circe de Melo Ribeiro para fazer uma revisão no regulamento do prêmio; o Laboratório patrocinador não concordou com as alterações propostas, decidindo interromper a doação.

Um levantamento das homenagens prestadas pela ABEn, de 1939 até o presente, poderá ser considerado como um complemento de sua história. A lista, porém, não está completa pois nela não estão incluídos aqueles que, igualmente dedicados e generosos, conservaram-se no anonimato⁽²⁾.

Sócios Honorários

1939

Clélia Allevato: secretária do Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde.

Ruth Barcelos: secretária da Escola Ana Neri.

A proposta para concessão do título de sócio honorário para Clélia Allevato e Ruth Barcelos foi aprovada pela diretoria na reunião ordinária mensal realizada em março de 1939; foi apresentada pela presidente Hilda Anna Krisch, “pelos serviços prestados à Associação e o constante interesse revelado”. Homologada pela Assembléia de Delegados, em 1968, o título foi entregue na sessão de instalação do XXI Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1969.

Irmã Matilde Nina — Em maio de 1939, a presidente Hilda Anna Krisch propôs Irmã Matilde Nina para membro honorário da ABEn, porque não podia ser sócia efetiva uma vez que a Escola “Carlos Chagas”, hoje Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais, onde havia se diplomado, ainda não era reconhecida. A proposta foi renovada em 1968 e nesse mesmo ano homologada pela Assembléia de Delegados. O título foi outorgado na sessão de instalação do XXI Congresso, 1969.

1951

Nair Fortes Abu Merhy: chefe da Seção de Ensino e Organização da Diretoria do Ensino Superior, Ministério da Educa-

ção e Cultura — Recebeu o título de sócio honorário na sessão de instalação do XII Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1959, pela primeira vez entregue pela ABEn.

O nome de Nair Fortes Abu Merhy para membro honorário da ABEn foi sugerido em 1951, em moção apresentada ao V Congresso. Nessa oportunidade, a proposta foi aprovada por aclamação. Em 1956 foi renovada, tendo sido aceita pela Assembléia Geral realizada durante o IX Congresso. O título só foi entregue três anos depois.

Jurandir Lodi: diretor da Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura. Foi agraciado com o título de membro honorário da ABEn na sessão de instalação do XII Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1959, pelo grande apoio e estímulo dado aos enfermeiros. A concessão havia sido aprovada, também, em 1956, juntamente com Nair Fortes Abu Merhy, considerados ambos grandes amigos da Enfermagem. 1956

Zeferino Vaz: diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo — Recebeu o título de sócio honorário pelo interesse e auxílio na criação de cátedras na Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto e grande apoio dado a essa Escola. Foi concedido pela Assembléia Geral realizada em abril de 1961, e outorgado na sessão de abertura do II Congresso Latino Americano de Enfermeiras, promovido pelo CICIAMS e ABEn, em 1961. 1961

Edgar Rego Santos: ex-reitor da Universidade da Bahia e ex-presidente do Conselho Federal de Educação — A proposta de concessão do título de sócio honorário da ABEn foi aprovada na Assembléia Geral de 16 de julho de 1962 e a outorga foi efetuada, “post-mortem”, na sessão de encerramento do XIV Congresso Brasileiro de Enfermagem, a 21 do mesmo mês. Edgar Rego Santos nunca deixou de dar irrestrito apoio à causa da Enfermagem. 1962

Odair Pacheco Pedroso: presidente da Associação Paulista de Hospitais — A concessão do título de sócio honorário foi aprovada na Assembléia Geral do XV Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1963, e o diploma entregue na sessão solene de abertura da XI Jornada Paulista de Administração Hospitalar. O homenageado não pode comparecer ao XVI Congresso, como programado, para receber o título. A Odair P. Pedroso, a Enfermagem deve grande parte de sua divulgação pelo país como profissão de interesse social. 1963

- 1964 *Álvaro Guimarães Filho*: diretor do Amparo Maternal de S. Paulo — Concedido o título de sócio honorário da ABEn pela Assembléia Geral do XVI Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1964, que foi entregue na Assembléia Geral realizada no ano seguinte. A ABEn manifestou assim o seu apreço pelo grande apoio e incentivo que a Enfermagem paulista dele vinha recebendo há vinte e seis anos, principalmente no campo da Enfermagem Obstétrica.
- 1965 *Gennyson Amado*: professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro — O título de sócio honorário foi-lhe concedido e outorgado em Assembléia Geral realizada durante o XVII Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1965, pela compreensão que sempre demonstrou pelos problemas da Enfermagem em geral e pelo muito que vinha fazendo pela enfermagem no Estado da Guanabara.
- 1966 *Agnes Wadel Chagas*: ex-chefe da Divisão de Enfermagem da Organização Mundial de Saúde — Foi-lhe concedido o título de sócio honorário da ABEn pela Assembléia Geral realizada em 1966, recebido durante as solenidades do XIX Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1967, pelos relevantes serviços prestados a Enfermagem na América Latina, nos dezenove anos em que trabalhou na Oficina Sanitária Pan-Americana da Organização Mundial de Saúde.
- 1967 *Laurônio Lins de Almeida*: médico da Campanha Nacional contra a Tuberculose — Tornou-se sócio honorário da ABEn por decisão da Assembléia Geral de 1967. O título foi-lhe outorgado em 1968, durante a realização do XX Congresso Brasileiro de Enfermagem, pelo grande apoio e interesse pela enfermagem.
- 1968 *Edith M. Fraenkel*: ex-presidente da ABEn — Em 1967 recebeu o título de sócio honorário da ABEn, cujo diploma foi-lhe outorgado pela Assembléia de Delegados realizada durante o XX Congresso, 1968. Os serviços que Edith Fraenkel prestou à enfermagem brasileira justificam qualquer honraria.
- 1968 *Maria Rosa S. Pinheiro*: ex-presidente da ABEn — Em 1968 recebeu o título de sócio honorário, outorgado em 1969, na sessão de encerramento do XXI Congresso Brasileiro de Enfermagem. Em 1962, as Filhas da Caridade S. Vicente de Paula já haviam feito proposta que não pôde ser aprovada porque, nessa ocasião, o estatuto proibia a concessão desse título aos sócios efetivos.

Haydée Guanais Dourado: ex-coordenadora da Comissão de Legislação. O título de sócio honorário foi-lhe outorgado pela Assembléia de Delegados do XXII Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1970, e entregue na sessão de encerramento do XXIII Congresso, em Manaus, 1971.

Simone Fomm Rivera: educadora da Fundação SESP — Recebeu o título de sócio honorário concedido pela Assembléia de Delegados do XXIII Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1971 e outorgado em 1972, por proposta da Seção da Guanabara. O nome de Simone F. Rivera está ligado a várias atividades que contribuíram para o desenvolvimento da Enfermagem, principalmente na Seção da Guanabara.

A. F. Cesarino Junior: médico e advogado trabalhista. Foi admitido como membro honorário por decisão da Assembléia de Delegados de 1972. Em 1973 a diretoria decidiu que o título ser-lhe-ia entregue por ocasião do XXV Congresso Brasileiro de Enfermagem realizado nesse ano. Não tendo podido comparecer a esse Congresso o homenageado recebeu o título em 1974 em seu escritório.

Maria Ivete Ribeiro de Oliveira: ex-coordenadora da Comissão de Educação da ABEn — É sócio honorário da ABEn desde julho de 1975, tendo sido agraciada com o título durante o XXVII Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado em Salvador, Bahia, nesse ano.

Sócios Beneméritos

André Roseira de Mattos: diretor do antigo Laboratório Crino-Sedas SA — Recebeu o título de sócio benemérito, concedido pela primeira vez, na Assembléia Geral do XII Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1959. A aprovação da proposta deu-se em 1957, na Assembléia Geral do X Congresso. Esse Laboratório, por intermédio de seu diretor, foi o primeiro a conceder bolsa de estudo à enfermeira.

Fundação Rockefeller — Representada por Ernani Braga, 1959 — recebeu o título de sócio benemérito na sessão solene de instalação do XIII Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1960, concedido pela asembleia geral realizada no ano anterior, durante o XII Congresso. O auxílio da Fundação Rockefeller nas atividades que visam o desenvolvimento da Enfermagem no Brasil data de 1922.

Fundação Serviço Especial de Saúde Pública — Represen-

1962

tada por Arnoldo Chiminazzo Boscardim, recebeu o título de sócio benemérito em 1962 pela constante colaboração que representou sua ajuda, sob as mais variadas formas. O título foi entregue em sessão solene do XIV Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizada nesse mesmo ano.

1963 *Johnson e Johnson do Brasil* — Foi agraciado com o título de sócio benemérito pela Assembléia Geral do XV Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1963, recebido na sessão de encerramento do XVI Congresso, representado por Mario Dias Morais. Esse Laboratório tem dado, desde há muito anos, apreciável colaboração à ABEn, patrocinando várias de suas iniciativas. Foi o idealizador e o promotor do prêmio *Enfermeira do Ano*.

1969 *Laboratório Winthrop* — Em 1969 recebeu o título de sócio benemérito, concedido pela Assembléia de Delegados realizada durante o XXI Congresso Brasileiro de Enfermagem.

1972 *Indústria Papel Simão S/A* — A Assembléia de Delegados do XXIV Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1972, concedeu-lhe o título de sócio benemérito. Tem sido grande sua contribuição à ABEn, principalmente à Revista Brasileira de Enfermagem.

Clarice D. T. Ferrarini: ex-presidente e atual secretária executiva — Recebeu o título de sócio benemérito em 1973, proposto e aprovado na Asembléia de Delegados realizada em 1972, por ocasião do XXIV Congresso Brasileiro de Enfermagem, pelos notáveis serviços que vem prestando à ABEn como secretária executiva, sem ônus para a Associação.

Homenagens especiais

1945 *Enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira* — As reuniões crdinárias da ABEn de julho e novembro de 1945, abertas pela presidente Zaíra Cintra Vidal, foram especialmente realizadas para homenagear as enfermeiras que haviam participado da “Força Expedicionária Brasileira” na II Guerra Mundial⁽³⁾. Na primeira data, as enfermeiras Izaura Barbosa Lima e Ocimara Barbosa, presentes à reunião e representando as demais, foram recebidas com uma salva de palmas e saudadas por Zulema de Castro Amado. A revista Anais de Enfermagem, de julho/setembro de 1946, noticiou a concessão, pela Diretoria de Saúde do Exército, de *Medalha de Guerra* às enfermeiras Nair Paula de Melo e Olga Mendes.

Edith de Magalhães Fraenkel — Foi homenageada pela Seção de São Paulo em 1956, “como uma das fundadoras da ABEn e destaca figura da enfermagem brasileira”. 1958

Haydée Guanais Dourado — Foi homenageada pela Diretoria da ABEn, em sessão solene de encerramento do XIII Congresso Brasileiro de Enfermagem como reconhecimento dos enfermeiros que alcançaram, por meio de seu trabalho, a classificação no Grupo Técnico-Científico, na Reclassificação de Cargos e Funções dos Enfermeiros Civis da União. Já no ano anterior, a homenageada havia recebido menção especial no relatório apresentado pela presidente Marina de Andrade Resende. 1950

Haydée Guanais Dourado e Senador Jarbas Maranhão, em sessão solene no Museu de Arte Moderna, pelo mesmo motivo.

Záira Cintra Vidal: ex-presidente da ABEn — Seu nome foi dado ao prêmio instituído pelo Serviço de Cirurgia Torácica e Cardiovascular do Hospital de Clínica Pedro Ernesto, da Universidade da Guanabara, em 1962; foi conferido pela primeira vez na Semana da Enfermagem comemorada naquele ano. 1962

Maria Beatriz Cavalcanti Albuquerque — Em homenagem póstuma foi dado seu nome à Biblioteca da Seção da Guanabara. 1962

Izaura Barbosa Lima — Foi homenageada pelas enfermeiras da Seção da Guanabara, em nome das enfermeiras do Brasil, na mesma ocasião em que recebeu do Ministério da Saúde uma Medalha pelos serviços prestados. 1963

Glete de Alcântara — Foi homenageada no XV Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1963, por ter sido a primeira enfermeira, no Brasil, a defender tese para professor catedrático.

Pelo mesmo motivo recebeu homenagens especiais da Seção de Minas Gerais, em sessão solene realizada a 27 de fevereiro de 1964. 1964

Marina de Andrade Resende — O XVI Congresso Brasileiro de Enfermagem recomendou à ABEn, pela primeira vez, um voto de louvor a essa enfermeira, como uma homenagem dos enfermeiros brasileiros pelos relevantes serviços prestados à Enfermagem no Brasil e pela sua notável gestão como Presidente da ABEn (4).

Irmã Maria Tereza Notarnicola — Pela Seção de Minas Gerais foi homenageada durante as solenidades de inauguração de sua sede própria pelos muitos serviços prestados àquela Seção. 1966

Haydée G. Dourado — Foi homenageada em 1966 pelas enfermeiras da Seção de Brasília, DF, juntamente com o consultor geral da República, Adroaldo Mesquita da Costa.

1969 Clarice D. T. Ferrarini — Foi homenageada pela TV Tupi, Canal 4, S. Paulo, por iniciativa das enfermeiras da Seção de S. Paulo, pelos grandes serviços prestados à Enfermagem e por sua participação no êxito do primeiro transplante cardíaco realizado no Brasil. O programa era chamaod *Essa é sua vida* e focalizou aspectos de sua vida profissional e familiar.

1972 Maura Maria Pereira de Lima — A ABEn prestou-lhe homenagem póstuma durante o XXIV Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1972, na sessão realizada no dia 22 de julho.

Medalha Comemorativa do Centenário da Escola de Enfermagem do Hospital São Tomás, em Londres

1960 A medalha com a efígie de Florence Nightingale foi mandada cunhar por Waleska Paixão, com auxílio da Fundação SESP e reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foram feitas cem medalhas e uma placa de bronze para a Galeria de Imortais do Forum de Ciências e Cultura do Palácio Universitário dessa Universidade ⁽⁵⁾.

Dentre as agraciadas com a medalha estão as ex-presidentes da ABEn, que a receberam das mãos da presidente Marina de Andrade Resende durante as comemorações da Semana da Enfermagem realizada no Rio de Janeiro, em 1960: Edith de Magalhães Fraenkel, Zaíra Cintra Vidal, Waleska Paixão, Glete de Alcântara e Maria Rosa S. Pinheiro.

Clara Curtis — Recebeu do Governo Brasileiro a Ordem do Cruzeiro do Sul, quando deixou o Brasil em 1954, por solicitação da ABEn ao Ministro da Saúde.

Bolsas de Estudo

1957 Laís Netto dos Reys — Em 1957 foi instituída pela ABEn a bolsa de estudos *Laís Netto dos Reys*, como homenagem póstuma a essa educadora; a doação anual foi feita pelo Laboratório Crino-Sedas de Suturas Cirúrgicas S.A., em S. Paulo, em homenagem à enfermeira brasileira. Destinava-se ao aperfeiçoamento de uma enfermeira em Centro Cirúrgico e seria concedida em rodízio, de acordo com as regiões políticas do país.

Em 1961 o Laboratório patrocinador foi absorvido pela Johnson e Johnson do Brasil, que continuou a subvencioná-la até 1968.

Por iniciativa de Clarice Ferrarini, secretária executiva da ABEn, continuou a ser oferecida em 1969 com novo patrocinador, o Laboratório "Valmont Institucional Industrial". Em 1973 a bolsa foi transformada em prêmio ao melhor trabalho de pesquisa apresentado em congresso.

Izaura Barbosa Lima — Foi instituída pela ABEn em 1970 a bolsa de estudos *Izaura Barbosa Lima* para aperfeiçoamento de enfermeiras no campo da Enfermagem Médico-Cirúrgica.

1970

Prêmios e Medalhas

Edith de Magalhães Fraenkel: ex-presidente da ABEn. A única candidata para a bolsa Laís Netto dos Reys, em 1957, teve que desistir depois de um mês de estágio, recebendo apenas um terço da quantia destinada à bolsa; os dois terços que restaram foram empregados na cunhagem de uma medalha de prata dourada que se transformou em prêmio, instituído anualmente pelo Laboratório Crino-Sedas S.A., para o melhor trabalho inédito apresentado por enfermeira sobre Centro Cirúrgico. Por decisão da ABEn, o prêmio foi denominado *Edith de Magalhães Fraenkel*. Em 1970 o prêmio passou a ser oferecido ao melhor trabalho de pesquisa apresentado como tema livre nos congressos. Em 1973 foram feitas cinco novas medalhas das quais a primeira foi entregue no XXV Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado nesse ano.

1958

Clélea de Pontes — Em sua homenagem foi dado o nome aos prêmios conferidos às vencedoras de concurso de monografias sobre a "Contribuição da Enfermeira no Controle da Contaminação Hospitalar". O prêmio foi patrocinado pela "Bauer Equipamento Médico-Hospitalar" e entregue pela primeira vez durante a Semana da Enfermagem comemorada em 1971.

Prêmio Enfermeira do Ano

Waleska Paixão: ex-presidente — Foi a primeira enfermeira a receber o prêmio Enfermeira do Ano, instituído em 1967, e outorgado pela primeira vez no encerramento do XX Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1968.

1968

Clarice Della Torre Ferrarini — Recebeu o segundo prêmio Enfermeira do Ano, em sessão solene de instalação do XXI CBE, 1969.

1969

Maria Rosa Souza Pinheiro — A esta educadora coube o terceiro prêmio Enfermeira do Ano entregue na sessão de instala-

1970

ção do XXII Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1970. Fez doação integral à ABEn da quantia em dinheiro.

1971 *Josefina Mello* — Recebeu o quatro prêmio Enfermeira do Ano durante o XXIII Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado em Manaus, em 1971. Doou-o integralmente à ABEn para equipar o auditório de sua sede em Brasília.

1972 *Irmã Maria Tereza Notarnicola* — Fez jus ao título e prêmio Enfermeira do Ano, que recebeu em sessão solene realizada durante o XXIV Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1972.

Além de constituir justa homenagem a uma enfermeira que se vem dedicando com muito idealismo e desprendimento à Associação Brasileira de Enfermagem, esse prêmio representou, também, o reconhecimento desta Associação à Congregação das Irmãs de Caridade São Vicente de Paulo, à qual pertence, que proporcionou à Irmã Maria Tereza Notarnicola e a muitas outras religiosas enfermeiras desta Congregação a oportunidade de trabalhar nas atividades da associação de classe.

1973 *Haydée Guanais Dourado* — Em 1973 foi-lhe concedido o título Enfermeira do Ano, outorgado na sessão solene de instalação do XXV Congresso Brasileiro de Enfermagem realizado naquele ano, em João Pessoa, Paraíba.

Diploma de Honra ao Mérito

1971 A construção da sede em Brasília foi considerada um empreendimento de grande relevância, que contou com a colaboração de quase todos os associados da ABEn, individualmente, ou por meio de suas seções. Algumas associadas se sobressaíram na contribuição monetária individual ou na prestação de serviços, o mesmo acontecendo com as seções que ultrapassaram a meta de contribuição previamente estabelecida. A todas essas a ABEn concedeu o diploma de Honra ao Mérito. São elas: Maria Rosa S. Pinheiro, Alice Andrade Maciel, Diva Câmara, Cacilda Rosa Bertoni, Circe de Melo Ribeiro, Clarice Della Torre Ferarini, Irmã Maria Tereza Notarnicola e Amalia Corrêa de Carvalho; Seções de: S. Paulo, Guanabara, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Pernambuco.

Menção Honrosa

1968 *Edith M. Fraenkel* — Em 1968, o júri que concedeu o primeiro prêmio Enfermeira do Ano a Waleska Paixão decidiu prestar uma homenagem especial a Edith M. Fraenkel, uma das fundadoras da ABEn e co-responsável pela sua reestruturação em 1944,

pela sua dedicação e trabalho em favor do ensino da Enfermagem no Brasil. Recebeu, nessa ocasião, Menção Honrosa, em sessão solene organizada pela Seção da Guanabara.

Prêmio "Associação Brasileira de Enfermagem"

Irmã Marie Domineuc — Em março de 1974 foi instituído 1974 um fundo, por sugestão da presidente Glete de Alcântara, cuja quantia em dinheiro seria utilizada pela ABEn para premiar as enfermeiras ativas na Associação mas que se conservam no anonimato. A diretoria aprovou a idéia, achando-a oportuna e feliz e indicou Irmã Marie Domineuc como a enfermeira que mais se enquadrava nos objetivos do prêmio, "pelos inestimáveis serviços prestados à Enfermagem e à ABEn". Aprovada pela Assembléia de Delegados do XXVI Congresso Brasileiro de Enfermagem, ficou oficialmente instituído o prêmio Associação Brasileira de Enfermagem. Irmã Marie Domineuc recebeu o prêmio na sessão de encerramento do XXVI Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado em Curitiba, em 1974.

EMBLEMA DA ABEN

A necessidade de um símbolo que representasse a Associação surgiu com maior força em 1955, quando Jurandir Lodi foi considerado membro honorário da ABEn e deveria receber o título, juntamente com Nair Fortes Abu Merhy, proposto este três anos antes. 1955

Em fins de 1956, Nancyli V. de Alencar foi incumbida de providenciar a feitura de um desenho para os diplomas que deveriam ser entregues a ambos, não o tendo conseguido. Lembrou então Beatriz Cavalcanti, que a ABEn precisaria decidir, antes da entrega do título, sobre a insígnia a ser adotada, para que esta constasse nos diplomas. Marina de Andrade Resende foi indicada para conseguir, entre os professores de heráldica, um modelo cujo simbolismo agradasse os enfermeiros. 1956

Várias tentativas foram feitas no ano seguinte, sem resultado. Entre as inúmeras solicitações enviadas a diversas instituições, merecem destaque as que foram feitas no Mosteiro de São Bento em Salvador, Bahia, ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, ao professor de Heráldica da Universidade do Brasil, ao professor do Museu de Arte Moderna e à Escola de Belas Artes. O Diretório Acadêmico desta última aceitou a incumbência e se prontificou a elaborar um emblema. 1957

1958 Em maio de 1958, Maria Palmira Tito de Moraes, Doralice Regina Ayres e Maria Geralda Franco foram indicadas para continuar o trabalho, inclusive entrando em entendimentos com o professor de Heráldica e um grupo de alunos dessa escola. Três meses depois os esboços já estavam prontos. A diretoria delegou poderes a alguns de seus membros para a aprovação da insignia e assim, em outubro desse ano, a presidente Maria Rosa S. Pinheiro (1954-1958) pôde comunicar que a ABEn já contava com seu emblema, "após três anos de tentativas e de espera".

1959 A perspectiva da entrega dos primeiros títulos de sócios honorário e benemérito, programada para a sessão solene de abertura do XII Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1959, havia apressado as providências para a confecção do modelo do distintivo da ABEn.

A diretoria, na presidência de Marina de Andrade Resende (1958-1962), tratou logo de modificar os impressos da Associação, deles fazendo constar o emblema de acordo com o único modelo que havia encontrado nos arquivos da ABEn e providenciou a fabricação de um broche com o fim de fazer divulgação da Associação e de seu símbolo. O modelo encontrado era em círculo.

1970 Na segunda Assembléia de Delegados do XXII Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1970, foi aprovada petição para que fosse definitivamente restaurado o modelo retangular original, em substituição ao circular, então em uso, tendo em vista as informações de Maria Rosa S. Pinheiro, em dezembro de 1961, de que aquela era a forma que havia sido aceita pela maioria dos enfermeiros, em assembléia geral.

O emblema da ABEn é um retângulo azul escuro, tendo no centro a lâmpada de Aladin, em azul céu e o Cruzeiro do Sul, em branco; o rodapé ouro serve de base à sigla da ABEn, em branco⁽²⁾.

MEDALHA PRESIDENCIAL

Como homenagem às presidentes, o Laboratório Johnson e Johnson do Brasil ofereceu à ABEn um medalhão dourado com a insignia da Associação em relevo, preso a uma corrente, também dourada, para ser usado em comemorações solenes e nas sessões de instalação e encerramento dos congressos de Enfermagem.

A primeira presidente a usá-lo foi Clarice D. T. Ferrarini, em 1963.

SEMANA DA ENFERMAGEM

A Semana da Enfermagem nasceu na Escola Ana Nery, idealizada por sua diretora Laís Netto dos Reys, em 1940. Dois anos antes já havia sido instituído o *Dia do Enfermeiro* pelo Decreto n.º 2956, de 10 de agosto de 1938, do presidente Getúlio D. Vargas. Esse decreto determinava, também, que no Dia do Enfermeiro, 12 de maio, deveriam ser prestadas homenagens especiais à memória de Ana Neri em todos os hospitais e escolas de Enfermagem do país.

A primeira celebração foi organizada pela diretora da escola com o título de *Semana da Enfermeira*, com início a 12 de maio para celebrar o nascimento de Florence Nightingale em 1820, e término a 20 do mesmo mês, para comemorar a data do falecimento de Ana Neri em 1880⁽⁶⁾. No discurso de instalação da Semana, Laís Netto dos Reys propôs os objetivos gerais das comemorações que foram os seguintes: 1) honrar Florence Nightingale e Ana Neri; 2) estimular as enfermeiras na procura do aperfeiçoamento dos serviços de Enfermagem, recordando os ideais e os ensinamentos daqueles que as precederam na profissão; 3) facilitar o encontro de diretoras de escolas e tornar possível o contato dessas com autoridades da administração pública, com profissionais do ramo da saúde e com pessoas interessadas nos problemas da Enfermagem⁽⁷⁾.

No ano seguinte, 1941, foi organizada e comemorada a 2.ª Semana da Enfermeira, também na Escola Ana Neri. Para essa celebração Laís Netto dos Reys convidou as diretoras de escolas de Enfermagem de outros estados; os objetivos da semana foram definidos e considerados muito importantes pelas diretoras que, por sua vez, cuidaram de organizar a Semana da Enfermeira em seus estados⁽⁸⁾.

Logo depois a Associação, por suas seções estaduais, tomaram a iniciativa de organizar programas comemorativos, em colaboração com as escolas de Enfermagem, de maneira que, atualmente, essas comemorações são realizadas em todos os Estados da Federação. Outros grupos da equipe de enfermagem começaram também a organizar programas semelhantes para comemorar essas datas.

Em outubro de 1958, a assembléia geral aprovou recomendação das comissões permanentes e seções da ABEn para que esta providenciasse a criação, por ato oficial, da *Semana da Enfermagem*. Antes mesmo que isto acontecesse, a Associação decidiu ampliar os objetivos dessas comemorações adotando o nome de Se-

1940

1941

1958

mana da Enfermagem, ao invés da Semana da Enfermeira; pensava, desse modo, contribuir para a união de todos aqueles que formam a equipe de enfermagem e militam nos serviços de saúde.

1960 Em 1960, as comemorações tiveram um cunho especial; para celebrar o primeiro centenário da Escola do Hospital São Tomás, fundada por Florence Nightingale, esse ano foi denominado *Ano Florence Nightingale*. As comemorações da Semana da Enfermagem contaram com a presença de uma enfermeira inglesa, convidada pelo Ministério da Educação e Cultura, Evelyn Arnold Opie, chefe do Serviço de Enfermagem do "King's College Hospital" de Londres. Esta enfermeira tomou parte em algumas das comemorações realizadas no Rio de Janeiro, dentre as quais destacou-se a inauguração, no dia 19 de maio, de placa comemorativa com a efígie de Florence Nightingale na Galeria de Honra do Palácio Universitário (Reitoria da Universidade do Brasil), ofertada pelo Conselho Britânico. O véu foi descerrado por Evelyn A. Opie⁽⁹⁾.

No dia da inauguração das festividades, 12 de maio de 1960, foi assinado pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira o Decreto n.º 48.202, oficializando a Semana da Enfermagem. Esse decreto estabelece que "no transcurso da Semana deverá ser dada ampla divulgação às atividades da enfermagem e posta em relevo a necessidade de congraçamento da classe em suas diferentes categorias profissionais, bem como estudados os problemas de cuja solução possa resultar melhor prestação de serviço ao público".

1963 Em 1963 foi instituído o concurso *Semana da Enfermagem*, que em 1966 foi denominado prêmio *Marina de Andrade Resende*, em homenagem à sua criadora.

Todos os anos, desde 1940, a iniciativa de Laís Netto dos Reys se repete; tornou-se uma tradição na Enfermagem. É considerado como um dos melhores meios de divulgação da profissão e recrutamento de estudantes para as escolas. Os programas desenvolvidos são variados: vão desde palestras nas escolas secundárias a entrevistas pelo rádio, televisão e imprensa jornalística, ministração de cursos e cerimônias religiosas. Depois de 1969, o aspecto dominante das comemorações tem sido a realização de jornadas científicas, promovidas pelas seções estaduais e distritos da ABEn.

ABEn — SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA

1948 No II Congresso Nacional de Enfermagem realizado em 1948, as participantes mostraram preocupação pelos assuntos relaciona-

dos com a necessária contribuição da enfermeira na solução dos problemas de saúde do país e a deficiência numérica desse profissional, aliada às deficiências técnicas e materiais dos estabelecimentos de ensino de Enfermagem existentes.

A palestra pronunciada por M. G. Candau, na abertura do congresso, sobre o problema da Enfermagem no Brasil (¹⁰) parece ter influenciado as enfermeiras nas decisões a tomar. Referindo-se ao Plano SALTE (¹¹) por exemplo, o conferencista salientou que no Capítulo *Formação do Pessoal do Setor Saúde*, a única referência feita a *enfermeiras diplomadas* dizia respeito ao indispensável treinamento em Enfermagem de Tuberculose em um curso de três meses; não explicava, no entanto, como conseguir os profissionais previstos no plano para os serviços. Já nessa época a estimativa do número necessário de enfermeiras para atender a população (cerca de cinqüenta milhões de habitantes) era de vinte e cinco a cinqüenta mil.

Ao finalizar a palestra, disse M. G. Candau: "Procure o Governo ouvir os técnicos, solicite e prestigie a opinião das sociedades técnicas e dentro de tempo razoável estará solucionado o problema da enfermagem em bases seguras e sem quebra do padrão de qualidade".

Do estudo desses problemas e, considerando a necessidade inadiável da criação de órgãos normativos de orientação, consulta e coordenação das atividades de enfermagem, o congresso fez duas recomendações a respeito (¹²): A primeira determinava:

"9 — Deverá ser reconhecida como de utilidade pública a Asociação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas e, como tal, auxiliada pelos poderes públicos".

A segunda fazia uma imposição à própria ABED, sugerindo ao Governo que, ao reconhecer a Associação como de utilidade pública, devia exigir desta a criação e manutenção de um conselho superior de Enfermagem, com as funções de órgão consultivo dos poderes públicos em tudo o que dizia respeito à Enfermagem. Para atender a primeira resolução, coube à Comissão de Legislação assessorar a diretoria na indicação da maneira pela qual o pedido deveria ser feito. Este deveria basear-se em disposições das leis trabalhistas que previam a concessão, às sociedades civis, por meio de decreto fundamentado em razões de utilidade pública, da prerrogativa de coordenar e defender os interesses da classe (¹³).

O problema voltou a ser tratado algum tempo depois.

1951 Em março de 1951, a diretoria aprovou o plano de trabalho apresentado pela presidente Waleska Paixão. Conseguir que a ABED fosse considerada de utilidade pública constituiu uma das atividades previstas no plano, que deveria ser realizada nesse ano. Haydée G. Dourado, presidente da Comissão de Legislação, ao apresentar relatório à assembléia geral realizada durante o V Congresso Nacional de Enfermagem, em novembro de 1951, recomendou que constasse do requerimento que seria encaminhado ao presidente da República, solicitação no sentido de serem concedidas à ABED as seguintes atribuições: 1) colaborar com o Estado, como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução de problemas que se relacionam com a enfermagem, 2) representar, perante as autoridades administrativas e judiciais, os interesses gerais dos membros da profissão ou os interesses individuais dos associados referentes à sua profissão⁽¹⁴⁾. A recomendação foi aprovada e incluída como primeira resolução tomada por aquele congresso⁽¹⁵⁾.

1952 Encaminhado o requerimento ao presidente da República, Getúlio D. Vargas, foi aberto o Processo n.º 4.367/52, no Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Seu acompanhamento e esclarecimentos ao Ministro estiveram a cargo de Ana Jaguaribe da Silva Nava, docente da Escola Ana Neri. No ano seguinte, 1952, foi assinado o Decreto n.º 31417 de 9 de setembro, que declarou a ABED órgão de utilidade pública na área federal, tendo em vista as razões apresentadas⁽¹⁶⁾. Esse decreto, considerado pela classe como fator de grande estímulo, tem sido o responsável pela participação da ABEn, junto aos órgãos de administração, no estudo e resolução de problemas que afetam a profissão e pela representação de seus interesses gerais perante o legislativo.

O que havia sido obtido na área federal necessitava ser concedido às seções estaduais que, como núcleos formadores da ABEn, devem gozar do mesmo privilégio em seus Estados, condição essencial à unidade da Associação. Todas as seções da ABEn já foram consideradas de utilidade pública pelos governos dos estados onde funcionam.

POLÍTICA DE TRABALHO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM (*)

A idéia de elaborar um documento definindo os propósitos e a política de trabalho da Associação Brasileira de Enfermagem sur-

(*) Esta parte foi inteiramente reproduzida da Apresentação do folheto Política de Trabalho da Associação Brasileira de Enfermagem, elaborado por Amália Corrêa de Carvalho em 1972.

giu do exemplo dado pelo Conselho Internacional de Enfermeiras (ICN) que formulou sua Declaração de Princípios sobre o Ensino, o Serviço e a Prática da Enfermagem e o Bem-Estar Social e Econômico das Enfermeiras⁽¹⁷⁾, dado à publicidade em 1969.

Nesse mesmo ano Hilda Lozier, então consultora da Organização Pan-Americana de Saúde no Brasil, sugeriu e insistiu que a Diretoria da ABEn deveria efetuar um trabalho nesse sentido a fim de oferecer às suas Seções as diretrizes básicas para o planejamento e a implementação do seu programa de atividades.

A Diretoria, acatando a sugestão, colocou o assunto como um dos temas do XXI Congresso Brasileiro de Enfermagem realizado em Porto Alegre, em outubro de 1969. Foram apresentados dois trabalhos: Declaração de Princípios, por Amalia C. Carvalho e Circe de M. Ribeiro, e Bases para a Política da Associação Brasileira de Enfermagem, por Hilda Lozier e Judith F. de Carvalho, ambos publicados na Revista Brasileira de Enfermagem, vol. XXII, jul./dez. 1969.

Como era de se esperar, a novidade do tema determinou uma certa reserva nas apreciações dos congressistas, que sugeriram fosse o assunto bastante divulgado e reapresentado em Congressos subsequentes. Após ampla divulgação a Política da ABEn, como passou a ser chamada, constituiu Tema Especial do XXII Congresso realizado em 1970, em S. Paulo; nessa ocasião Hilda Lozier, Judith F. de Carvalho e Ieda Barreira e Castro apresentaram um outro documento baseado nos dois primeiros, publicado posteriormente na RBEn, vol. XXIII, jul./dez., 1970.

Também em S. Paulo o assunto foi pouco debatido, embora a iniciativa tivesse sido muito elogiada. A Diretoria da ABEn decidiu submetê-lo à apreciação da Assembléia de Delegados, de onde deveria partir a decisão final. Baseada nos três trabalhos anteriores a Presidente da ABEn elaborou um quarto documento, que foi apresentado à Primeira Assembléia de Delegados realizada em Manaus, em julho de 1971, por ocasião do XXIII Congresso Brasileiro de Enfermagem. A Política de Trabalho da ABEn foi aprovada tendo sido sugerido, porém, fosse constituída uma Comissão para dar ao documento a forma ideal e final.

Essa Comissão, constituída por Elza R. Paim — coordenadora, Adalgisa V. Matos e Ieda Barreira e Castro — membros, apresentou à apreciação da Diretoria a redação final da Política de Trabalho da Associação Brasileira de Enfermagem, que foi aprovada em reunião realizada no dia 12 de junho de 1972, no Rio de Janeiro.

1969

1970

1971

A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM E OS ESTUDANTES DE ENFERMAGEM

A forma da participação estudantil na Associação Brasileira de Enfermagem ainda não foi estabelecida, embora seja pensamento comum entre os enfermeiros que a integração do estudante de enfermagem na associação de classe é necessária e só poderá trazer benefício para ambos os grupos.

As tentativas da ABEn para integrar os estudantes vêm sendo feitas com maior insistência nesses últimos anos. Nos períodos anteriores, não havendo ainda um consenso sobre o assunto, pensava-se que o problema seria resolvido com a criação de associações estudantis, locais e nacionais, que os incorporassem. Assim, foram criadas as já extintas, Associação Nacional de Estudantes de Enfermagem, órgão coordenador dos diretórios acadêmicos, e a União Brasileira dos Estudantes de Enfermagem (UBEEEn) que procuravam fazer suas reuniões nacionais, anuais, paralelas às dos congressos de Enfermagem.

As escolas de Enfermagem, porém, sempre estimularam os estudantes a participarem desses congressos, o que vem acontecendo desde 1947. Na programação do I Congresso Nacional de Enfermagem foi reservada uma noite para uma "Sessão Especial para os Estudantes de Enfermagem", que deveria ser dirigida pela presidente da ABED.

Além dessa participação, alguns congressos trataram de discutir os meios de aproximação dos estudantes à associação, fazendo recomendações mais ou menos semelhantes.

Em 1952, o V Congresso Nacional de Enfermagem recomendou às diretoras de escolas de Enfermagem que incentivasse "a participação ativa dos alunos do último ano, na qualidade de membros observadores, nas reuniões da ABED local". Essa recomendação teve como origem sugestão apresentada por Maria Julieta Calmon Villas Boas (Ir. Joana) nesse mesmo congresso⁽¹⁸⁾.

Depois desse, somente em 1969 o problema voltou a ser objeto de estudo. Nesse ano, os grupos que discutiram os trabalhos do XXI Congresso manifestaram-se a favor da participação do aluno na vida associativa do órgão de classe. A sugestão apresentada foi de que a inclusão dos estudantes do último ano poderia ser feita por meio da criação de um "departamento especial ou formação de uma associação de alunos". O congresso, porém, não fez recomendação nesse sentido.

No ano seguinte, 1970, o XXII Congresso decidiu que deveria recomendar às escolas de enfermagem que incentivasse “a participação de suas alunas nas reuniões das Seções e Distritos da ABEn e nos cursos e congressos que esta promove”.

Dois anos mais tarde, 1972, um grupo de diplomadas recém-saídas da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo apresentou, no XXIV Congresso então realizado, um estudo sobre o interesse dos estudantes de enfermagem da cidade de São Paulo na organização de uma associação científico-cultural. Nesse estudo, as autoras sugeriram organizações local, estadual e nacional de estudantes de enfermagem, com as seguintes siglas: OLEEn, OEEEn e ONEEn, respectivamente. Segundo as autoras, a ONEEn “poderia vigorar como uma Subseção da ABEn, regulamentando-se por regimento interno próprio, baseado nos estatutos e no regimento dessa Associação” (19).

Em 1973 o XXV Congresso fez recomendação à ABEn, para que esta estudasse “um meio legal de incluir em seu quadro social os alunos do último ano do curso de graduação em Enfermagem e Obstetrícia”. As seções da ABEn deveriam “convidar os estudantes do último ano do curso de graduação para participarem de suas reuniões”.

Dois anos mais tarde, 1975, a diretoria da ABEn encaminhou proposta à Comissão Especial de Revisão do Estatuto para que esta “estude o tipo de participação dos estudantes na ABEn”.

Espera-se que uma fórmula seja em breve encontrada por essa comissão, resolvendo assim um importante assunto que, embora sem muitas manifestações por parte da Associação, vem preocupando, principalmente, as suas presidentes.

RELAÇÕES COM OUTRAS ENTIDADES

Colaboração com os Ministérios

Os enfermeiros começaram a participar da resolução dos problemas profissionais afetos aos ministérios logo depois da instalação definitiva da Enfermagem no Brasil como profissão de elevado padrão técnico.

Em 1925, quando o primeiro grupo de estudantes da Escola Ana Neri completou o curso, o Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, DNSP, tentou, repetidas vezes, conseguir dispositivos legais que protegessem o público e a prática

da enfermagem, e, ao mesmo tempo assegurassem padrões razoavelmente elevados de ensino, estabelecendo algumas bases para a organização de outras escolas de enfermagem.

1931 Por essa época, todas as atividades de ensino e de saúde pública eram da alcada do Ministério da Justiça e Negócios do Interior. Quando, a 14 de novembro de 1930 foi estabelecido o Ministério da Educação e Saúde Pública, (MES), pelo Decreto n.^o 19402/30, aquelas atividades passaram para esse Ministério. Uma de suas primeiras providências foi reorganizar o sistema nacional de ensino, de modo a proporcionar certa uniformidade entre as escolas. De acordo com as normas vigentes, as escolas de nível secundário e superior só poderiam ser criadas seguindo um tipo padrão estabelecido pelo Governo Federal.

Aproveitando o momento psicológico das reformas no ensino, o Serviço de Enfermeiras, a cuja frente se encontrava Ethel Parsons, elaborou um projeto de lei, obedecendo ao pensamento da época, que foi encaminhado ao Governo Provisório em princípios de junho de 1931. De acordo com Bertha Pullen, todas as enfermeiras ficaram agradavelmente surpresas quando viram suas pretensões atendidas com o Decreto baixado a 15 desse mesmo mês e que tomou o n.^o 20109/31. Nesse decreto já se tornava visível o papel que a associação de classe iria representar daí por diante, principalmente pela Comissão de Educação, tanto em termos de cooperação solicitada com o MES, como em termos de persistentes esforços para conseguir o que considerava necessário ao desenvolvimento da profissão.

1939 Como já foi mencionado, pelo Decreto-Lei n.^o 1.049, de 11 de janeiro de 1939, os serviços do Ministério da Educação e Saúde passaram para a Prefeitura do Distrito Federal; o Serviço de Enfermeiras do DNSP perdeu, dessa maneira, sua autonomia, e seu raio de ação ficou limitado.

Convencida de que a Enfermagem deveria estar, de novo, presente junto aos órgãos oficiais responsáveis pelo ensino e pelo exercício profissionais como órgão técnico atuante, como havia sido, ou representada por enfermeira conchedora das necessidades nacionais de ensino, a ABEf fez reiteradas solicitações nesse sentido aos órgãos competentes. Dos vinte e sete congressos já realizados, onze (²⁰) fizeram recomendações para que a Enfermagem fosse representada, tanto no Departamento Nacional de Saúde, como nos Conselhos Nacional e Estaduais de Educação ou Saúde. Aos profissionais de enfermagem deveriam caber as tarefas de fiscalização do exercício, inspeção e verificação de escolas de Enfermagem

e de Auxiliar de Enfermagem, e a orientação sobre o ensino a essas mesmas escolas. Com as mudanças verificadas nas estruturas dos órgãos oficiais de saúde e de ensino, modificava-se também o teor das recomendações; estas, partindo dos congressos ou das comissões técnicas, foram sempre o cerne dos programas das presidentes da ABEn, que desenvolveram grande parte de suas atividades em torno delas.

Assim, a segunda resolução do I Congresso Nacional de Enfermagem referiu-se à criação desse órgão nos seguintes termos: "considerando o retorno do País ao regime Democrático, solicitar ao Sr. Ministro da Educação e Saúde, que volte a funcionar, como Divisão de Enfermagem, nos moldes das Divisões de Organização Sanitária e Organização Hospitalar do Departamento Nacional de Saúde, o antigo Serviço de Enfermeiras, desmembrado pela reforma do Departamento Nacional de Saúde Pública, em 1939".

Essa resolução foi repetida em 1948, pelo II Congresso, nos mesmos termos. Além de uma Divisão de Enfermagem no Departamento Nacional de Saúde, as enfermeiras recomendaram também que fosse solicitada representação da Enfermagem no Conselho Nacional de Educação, "de vez que assuntos técnicos, relativos à formação de enfermeiras e escolas de enfermagem" teriam que ser examinados.

A lei do ensino de enfermagem n.º 775, sancionada em 1949, previa, no artigo dezessete, a criação de um "órgão próprio para cuidar dos assuntos referentes ao ensino de enfermagem". Esse órgão, porém, nunca chegou a ser criado.

No ano seguinte ao da promulgação dessa lei, o IV Congresso Nacional de Enfermagem, 1950, resolveu que a ABED deveria reiterar a solicitação ou solicitar ao Ministro da Educação e Saúde que fosse criada a seção de Enfermagem no Departamento Nacional de Saúde e que a inspeção e fiscalização para reconhecimento de escolas de enfermagem e de auxiliar de enfermagem fossem feitas somente por enfermeiros, preparados para tal função; essa atividade vinha sendo desempenhada por elementos não enfermeiros, apesar do que estava estipulado em lei.

Rosalyn Taborda, abordando o tema *Profissionais para fiscalização de escolas de enfermagem*, discutido nesse Congresso, sugeriu que a ABED, pela Divisão de Educação, colaborasse o mais estreitamente possível com a Diretoria do Ensino Superior (DESU), com o objetivo de servir de órgão orientador nas medidas que po-

1947

1948

1949

1950

deriam vir a ser tomadas em relação às escolas de enfermagem do país (21).

1951 A recomendação feita no V Congresso Nacional de Enfermagem, 1951, para que a Diretoria do Ensino Superior promovesse todos os meios ao seu alcance para fazer progredir o ensino de enfermagem do nível de transição em que se encontrava para o de ensino superior, "completando desse modo a obra que iniciou com a Lei n.º 775/49", foi precedida pelo reconhecimento, por parte das congressistas, da alta e valiosa contribuição que essa Diretoria vinha dando à Enfermagem, oferecendo condições para as escolas tornarem-se, de fato, estabelecimentos de ensino superior. As congressistas decidiram, ainda, que fosse solicitada a inclusão de uma enfermeira entre os membros do Conselho Nacional de Educação do MES, e outra, para servir na Seção de Medicina do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina, do mesmo Ministério.

1952 Na luta empenhada para conseguir a classificação do enfermeiro no serviço técnico-científico, e para a obtenção de catedras para enfermeiras nas escolas oficiais, a ABEn contou, também, com o apoio tanto da DESu, como do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina; ambos defenderam as pretensões da classe.

Com o aumento do número de escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem, maior foi o relacionamento entre as duas entidades; várias enfermeiras indicadas pela ABED foram designadas, pelo Ministério de Educação e Cultura, para fazer a verificação e dar parecer sobre a criação de novos cursos. A fiscalização das escolas, porém, continuava nas mãos de pessoas estranhas à enfermagem que, na maior parte das vezes, desconheciam o assunto; daí as constantes queixas das diretoras, principalmente das escolas de auxiliar de enfermagem, que voltavam a encarecer a necessidade da criação de uma divisão de Enfermagem naquele Ministério.

1954 Obedecendo resolução tomada no VII Congresso Nacional de Enfermagem, 1954 (22), a ABEn designou uma comissão especial para, cooperando com a DESu, traçar normas e diretrizes para a elaboração dos programas de concurso de habilitação. Nesse mesmo congresso as diretoras de escolas foram alertadas de que deveriam utilizar esse concurso como um dos meios de seleção de candidatas, como era de praxe na admissão a escolas superiores. Apesar dessa recomendação, em 1961 apenas seis escolas de enfermagem submetiam as candidatas a esse concurso: Ana Neri, do Estado do Rio, do Hospital São Paulo, de Ribeirão Preto, da Bahia e a da Universidade de São Paulo, as únicas que mantinham curso de En-

fermagem em nível superior. Nesse ano, foi enviado memorial ao Ministro da Educação e Cultura pedindo que fosse criada uma seção para ensino de Enfermagem nos níveis superior e médio naquele Ministério.

O problema da fiscalização do exercício da enfermagem, que vinha sendo apresentado há vários anos, voltou em 1955. O congresso realizado nesse ano fez nova recomendação a respeito, desta vez às seções da ABEn, para que conseguissem a criação de seções de Enfermagem junto aos órgãos competentes, nas quais seriam lotados, obrigatoriamente, enfermeiros. A diretoria da ABEn procurou introduzir essa recomendação no artigo 10 do Projeto de Lei n.º 1741/52, que deu origem à Lei n.º 2604/55.

A tenacidade foi sempre uma das características da ABEn. Uma vez convencida de uma idéia, para ela dirigia todos os seus esforços na tentativa de conseguir o melhor para a profissão, sem descuidar, entretanto, de adaptar-se às contingências da época. Assim, continuaram as tentativas para conseguir uma representação nesses ministérios, agora contando com a cooperação dos sindicatos em suas solicitações, principalmente o de São Paulo.

A Comissão de Legislação, no relatório apresentado ao IX Congresso Brasileiro de Enfermagem por sua presidente, Haydée G. Dourado, recomendou que a ABEn solicitasse ao Ministério da Educação e Cultura que fossem lotados enfermeiros na Diretoria do Ensino Superior, para contribuírem nos trabalhos normativos, de diretrizes, e de inspeção dos cursos de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem.

O Projeto n.º 3082/57, de ensino de enfermagem, previa, como um dos pontos considerados de grande alcance para a Enfermagem a criação, na Diretoria do Ensino Superior, de uma seção de Enfermagem para orientação e fiscalização das escolas, há tantos anos solicitada, sem êxito. O problema da criação desordenada, tanto de escolas de Enfermagem como de Auxiliar de Enfermagem, sem um estudo mais sério das condições locais que indicassem sua real necessidade, estava se tornando angustiante. Em nove anos, a partir de 1949, haviam sido criadas catorze das primeiras e quarenta e três das últimas, sem que houvesse aumento da produção anual de profissionais de um e outro nível, que justificasse a medida. Com o pequeno número de diplomadas que vinha saindo das escolas tornava-se cada vez mais difícil selecionar enfermeiras com experiência em ensino para tantas escolas novas, com prejuízo para a qualidade do escasso contingente de profissionais que se diplomavam.

1959 O estudo realizado pela ABEn em 1956/58, sobre os recursos e necessidades de enfermagem (Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil) concluiu, também, pela necessidade da criação de um órgão orientador e fiscalizador no MEC, quando se referiu à situação das escolas de Enfermagem. É importante considerar que as recomendações finais desse relatório foram apreciadas e aprovadas por representantes de vários órgãos oficiais, incluindo os Ministérios da Educação e da Saúde.

1960 Já no ano seguinte, no XIII Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1960, coube à Comissão de Auxiliar de Enfermagem aconselhar a ABEn que continuasse se esforçando para a criação, na Diretoria do Ensino Superior, do órgão citado na Lei 775/49, e que enviasse à esta Diretoria sugestões relacionadas com a verificação de escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem.

Ainda nesse ano, no documento de base apresentado para os Encontros Regionais de Educadores promovido pela Confederação Nacional da Indústria, Sesi e Senai, Marina de Andrade Resende fazia o mesmo apelo, uma vez que do MEC deveria sair orientação autorizada sobre o ensino de Enfermagem.

1961 Finalmente, em 1961, depois de catorze anos de expectativas, a DESu do MEC resolveu negar definitivamente os pedidos da ABEn nesse sentido. A partir de então, as atribuições que seriam da alçada dessa tão desejada seção de Enfermagem foram, a princípio, executadas pela diretoria da ABEn e Comissão de Educação; passaram em seguida a ser responsabilidade da presidente, que contou com o auxílio das Comissões de Educação, de Seguimento do Levantamento e de Legislação.

Com as novas determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a criação do Conselho Federal de Educação e enquanto esse se organizava, a DESu decidiu que era necessário instituir "nova política de ensino superior e os adequados instrumentos para a sua realização". Para dar cumprimento às novas diretrizes, essa Diretoria "planejou a criação de órgão de assessoramento técnico de alto nível, com o aproveitamento dos mais categorizados especialistas em todos os campos do ensino superior" (23). Assim foram criadas as Comissões de Peritos, com integral apoio do Ministro da Educação e Cultura. Todos os seus membros seriam indicados pelo Diretor do Ensino Superior.

Comissão de Peritos

A fim de estabelecer as bases de colaboração da ABEn com o MEC, foi realizada, a 3 de abril de 1962, uma reunião com re-

presentantes desta Associação, da Diretoria do Ensino Superior do MEC e da Fundação Rockefeller.

A presidente da ABEn, Marina de Andrade Resende, apresentou um plano para essa cooperação que incluía atividades que poderiam ser desempenhadas por uma comissão especial (24), desde que lhe fossem fornecidos os necessários recursos financeiros. Nas mesmas condições, a ABEn poderia também encarregar-se do assessoramento às escolas. De acordo com o representante da DESu, a prioridade nessa cooperação deveria ser a verificação das escolas para autorização de funcionamento e de reconhecimento.

A 6 desse mês o pedido de colaboração foi oficializado com o encaminhamento do ofício 1.752/62, do diretor da DESu Durmeval Trigueiro Mendes, à presidente da ABEn. Além do estudo dos pedidos de autorização para funcionamento e reconhecimento de novas escolas, cujas normas vinham em anexo, esperava a DESu obter das associações de classe o levantamento das condições das escolas já existentes e o assessoramento em questões de ensino de Enfermagem, atendendo a eventuais consultas daquela Diretoria, sem, no entanto, poder oferecer nenhuma contribuição financeira, no momento. Esse assessoramento foi feito pela Comissão de Peritos com o auxílio da Comissão de Educação da ABEn. Essa Comissão teve como uma de suas primeiras atribuições o planejamento do currículo mínimo do curso de graduação em enfermagem que seria encaminhado como subsídio ao Conselho Federal de Educação.

Uma vez estabelecido o currículo mínimo, as atribuições da comissão concentraram-se, basicamente, no assessoramento em questões de ensino e verificação de escolas.

O segundo aspecto que devia ser estudado pela Comissão de Peritos dizia respeito à formulação de critérios adequados para a expansão do ensino superior. A criação de escolas e cursos vinha sendo feita à base de pareceres burocráticos da DESu. De acordo com as novas diretrizes, caberia à Comissão de Peritos proceder a estudos sobre as condições de funcionamento de novas escolas, currículos dos professores e adequação dessas escolas às necessidades da região e do país, além de outros encargos semelhantes. Tanto a comissão verificadora de escolas para fins de reconhecimento, como a verificação para fins de autorização de funcionamento, passaram a ser integradas por enfermeiras indicadas pela Comissão de Peritos e designadas pela DESu.

Assim, desde logo começou a ABEn a dar pareceres em um.

não pequeno número de processos enviados pela DESu do MEC, quase sempre em caráter de urgência. Essa responsabilidade foi integralmente tomada por Marina de Andrade Resende, a princípio na qualidade de presidente da ABEn e da Comissão de Peritos e, depois, apenas como um de seus membros.

A Comissão de Peritos teve um período de vida muito curto; em fins de 1962 começou a funcionar como Comissão Especial de Colaboração com o MEC, presidida ainda por Marina de Andrade Resende, auxiliada por Anyta Alvarenga. Em julho de 1963, a presidente dessa Comissão, em seu relatório à ABEn, disse julgar não haver mais necessidade dessa colaboração, uma vez que havia uma enfermeira, Haydée G. Dourado, lotada na Seção de Cursos da DESu do MEC; pediu demissão em caráter irrevogável, em 1964.

Outro argumento importante para o desaparecimento dessa Comissão foi a vigência da Lei de Diretrizes e Bases que estabelecia como competência dos estados e do Distrito Federal autorizar o funcionamento, reconhecer e fiscalizar os estabelecimentos de ensino primário e médio. No que se referia a escolas de Auxiliar de Enfermagem, isso vinha sendo feito ainda pelo MEC, por deliberação do Conselho Federal de Educação, somente enquanto os sistemas estaduais não regulamentassem o seu sistema escolar, para que o ensino não sofresse um colapso.

1964

A partir de 1964, nova política de inspeção e ajuda técnica às escolas superiores começou a ser discutida pelo Conselho Federal de Educação.

Analizando o sistema até então vigente de inspeção das escolas superiores, o conselheiro Durmeval Trigueiro Mendes opinou pela mudança radical do sistema. Referindo-se às funções dos inspetores de ensino, cujos efeitos classificou de anódinos, argumentou que, em sua opinião "a estrutura básica da escola é a que se contém no seu regimento, e este é assunto do Conselho e da própria escola, no gozo de sua maior ou menor autonomia. Daí por diante, os problemas de ensino, pela sua própria natureza, só podem ser tratados por especialistas". Para esse educador "a nova política se basearia numa atitude, antes de cooperação que de fiscalização das escolas. Para os dois objetivos, ela utilizaria como verificadores especialistas no campo de ensino em que se inclui a escola". Para efeitos de informações e controle, seria bastante a realização de visitas periódicas por peritos experimentados, ao menos uma vez por ano. Com base em argumentos bem definidos, sugeriu a criação de Comissão de Peritos, distribuídas por todos os campos do ensino superior e integradas por especialistas de várias

regiões a fim de “ensejar visão realista e global dos problemas, na desigualdade das situações regionais do País”. Essas comissões seriam encarregadas da verificação das escolas para efeito de autorização e reconhecimento e teriam a incumbência de “aconselhamento e orientação tanto nos problemas de natureza científico-pedagógica, quanto nos de revisão e renovação de suas estruturas, (...) e de observação quanto aos padrões de ensino e ao cumprimento dos preceitos básicos da Lei de Diretrizes e Bases e do Regimento” (25).

O mesmo educador e conselheiro, em um estudo feito sobre o planejamento do ensino superior, apresentado em 1965 ao Conselho Federal de Educação, acentuou que o Plano Nacional de Educação deveria obedecer aos critérios setorial e regional, ou seja, deveria ser feito por área de especialização e por área geo-econômica. A programação setorial importava na mobilização das comissões de especialistas, já referidas, correspondentes aos vários campos de ensino superior, para assessorarem o Conselho Federal de Educação, na medida em que este julgasse conveniente.

Considerado o problema da expansão do ensino superior, essas comissões deveriam proceder a uma pesquisa direta e sistemática para avaliarem as possibilidades de contribuição de cada universidade ao Plano Nacional assegurando, desse modo, o pleno rendimento das universidades e das escolas.

Comissão de Especialistas no Ensino de Enfermagem — CEEEnfermagem

Aguardando a criação oficial desse órgão no campo da Enfermagem foi constituída, por solicitação verbal da Diretoria do Ensino Superior, uma subcomissão da Comissão de Educação da ABEn para elaborar plano de desenvolvimento das escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem do país, visando a melhoria do ensino. Essa subcomissão passou a órgão assessor da DESU, designado *Comissão de Peritos em Enfermagem*, para estudo e proposição de soluções para os problemas do ensino de enfermagem, designada por portaria de 11 de junho de 1965 e constituída de cinco especialistas: Waleska Paixão (coordenadora), Maria Rosa Sousa Pinheiro, Izaura Barbosa Lima, Haydée G. Dourado e a presidente da ABEn, Circe de Melo Ribeiro (26). No mês seguinte foi publicada a Portaria n.º 187/65, do MEC, que instituía na Diretoria do Ensino Superior o sistema de Comissões de Especialistas, destinado a ampliar a sua capacidade técnica e executiva (27).

1965

1966 Em obediência a essas determinações aquela comissão foi transformada na *Comissão de Especialistas de Ensino de Enfermagem* (CEEEnfermagem), instituída pela Portaria Ministerial n.º 132, de 5 de maio de 1966, com a mesma composição e objetivos. Essa Comissão procurou desempenhar-se com presteza de suas atribuições seguindo o princípio da pesquisa direta, por meio de questionário e visita de investigadora, membro da comissão, a todas as escolas de Enfermagem (28). Ao término desse ano, setembro de 1966, apresentou à DESu relatório em forma de *Subsídio para o desenvolvimento da enfermagem no Plano Decenal* e o resultado do estudo sobre as escolas de Enfermagem e sua ligação com as Universidades (29).

Apesar de todo esse esforço e das vantajosas perspectivas para o ensino da Enfermagem, essa comissão também teve vida breve.

1967 Com a mudança verificada no Ministério da Educação e Cultura, e com os planos para sua reestruturação, os trabalhos de algumas dessas comissões não foram mais solicitados, deixando a CEEEnfermagem de funcionar em março de 1967, quando seus membros colocaram os cargos à disposição do novo Ministro.

Inconformada com a falta de repreentação no MEC, a presidente Circe de Melo Ribeiro (1964-1968) apelou para a reintegração daquele órgão. A presidente seguinte, Amalia Corrêa de Carvalho (1968—1972), enviou novo ofício ao Diretor do Ensino Supeior em princípios de 1970, solicitando a reorganização da comissão e indicando novos membros para a integrarem. Seu diretor, Newton Sucupira, mostrou interesse mas solicitou que a ABEn aguardasse comunicações a respeito.

O alvo tão insistentemente perseguido, que havia custado incontáveis horas de trabalho das presidentes, principalmente de Maria Rosa S. Pinheiro e Marina de Andrade Resende, teve uma existência injustificada e inacreditavelmente curta. Como em um círculo vicioso, volta a ABEn à sua primitiva situação de apelo aos órgãos competentes, a fim de conseguir um meio mais direto de zelar pela manutenção de um padrão de ensino profissional condizente com as expectativas do público a que serve.

Programa Intensivo de Preparo de Mão-de-Obra-PIPMO

1971 Em 1971, a ABEn passou a colaborar com o Programa Intensivo de Preparo de Mão-de-Obra (PIPMO) por solicitação do coordenador, Waldyr da Rocha. Esse programa, iniciado pelo Mi-

nistério do Trabalho, passou a ser órgão do MEC e inclui o preparo de atendentes em cursos rápidos. A ABEn, por suas seções, estabeleceu convênios com o MEC com o fim de oferecer os cursos previstos, entre os quais o de Instrumentação Cirúrgica.

A colaboração da ABEn nesse sentido continua, com tendência a ser incrementada. O XXIV Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1972, recomendou à ABEn que fossem formuladas normas e diretrizes referentes a essa cooperação, a fim de racionalizar os recursos humanos e materiais utilizados pelas seções.

Representação nos Órgãos Centrais de Saúde

Ao mesmo tempo continuavam, também, os esforços da ABEn para conseguir representação nos órgãos responsáveis pelos serviços médico-assistenciais e de saúde pública, e pelo ensino. Em 1965, o congresso recomendou que a diretoria da ABEn e das seções trabalhassem para conseguir a criação de órgãos centrais normativos de enfermagem que pudessem atuar sobre os órgãos periféricos de nível operacional. Nos dois anos seguintes, o apelo foi para que o Conselho Nacional de Saúde e o Plano Nacional de Educação contassem com uma enfermeira para opinar sobre assuntos de enfermagem, e o Ministério da Educação e Cultura, com um órgão de coordenação e controle do ensino médio de enfermagem. Essa última solicitação foi reiterada no congresso seguinte, realizado em 1968. Quanto à primeira, nomeação de uma enfermeira indicada pela Associação para integrar o Conselho Nacional de Saúde, (C.N.S.), em março de 1967 a presidente da ABEn recebeu ofício-resposta encaminhando parecer do conselheiro relator, em que este informava que não há amparo legal para essa indicação porque, de acordo com a legislação que rege o C.N.S., este compõe-se de quatro membros, representantes: 1) da Academia Nacional de Medicina; 2) da Academia Brasileira de Medicina Militar, 3) da Sociedade Brasileira de Higiene e 4) da Associação Médica Brasileira. Mas, que essa mesma legislação prevê a possibilidade de convite a outros órgãos para colaborarem em estudos especiais.

O assunto, criação de órgão coordenador de enfermagem a nível estadual, voltou três anos mais tarde, no XXIII Congresso.

Em 1974, a recomendação foi feita aos Ministérios da Saúde e da Previdência Social (desmembrado do Ministério do Trabalho nesse ano) para que nestes fosse criado um órgão central de Enfermagem para funções normativas, de planejamento, de coor-

denação e de supervisão das atividades específicas desenvolvidas naqueles ministérios.

No momento, a enfermagem é representada nos Conselhos Estaduais de Saúde em várias unidades da Federação.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ENFERMAGEM

1975 Por iniciativa de docentes da Escola Paulista de Enfermagem, dirigida por Francisca Nogueira Soares (Irmã Cristo Redentor), foi criada oficialmente a Associação Brasileira de Escolas de Enfermagem (ABEE), na Assembléia Geral do XXVII Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizada a 1 de agosto de 1975, na cidade de Salvador, Bahia.

A idéia da criação dessa entidade foi lançada por essa escola em uma reunião de diretoras de escolas de Enfermagem da cidade de São Paulo, de representantes da Associação Brasileira de Enfermagem e do Conselho Federal de Enfermagem, realizada a 15 de maio, durante as comemorações da Semana da Enfermagem de 1975.

A comissão encarregada de elaborar o anteprojeto de estatuto da nova entidade encaminhou recomendação àquele Congresso, nos seguintes termos: "Que a Associação Brasileira de Enfermagem ABEn, por intermédio da Comissão de Educação, apoie a criação da Associação Brasileira de Escolas de Enfermagem — ABEE".

A primeira diretoria, eleita em assembléia geral extraordinária da ABEE, em 21 de agosto desse ano, ficou constituída dos seguintes membros: presidente, Francisca Nogueira Soares; 1.^a vice-presidente, Nylza Rocha Medeiros; 2.^a vice-presidente, Clara Wolfovitch; secretária geral, Maria Dolores Lins de Andrade; 1.^º secretário, Luiz Cieto; 1.^a tesoureira, Mariana Augusto; 2.^a tesoureira, Eloita Pereira Neves. Conselho Fiscal: Dilce Rizzo Jorge, Maria do Rosário Souto Nóbrega e Maria Marta Reichert (Irmã Eunice).

Os objetivos da ABEE são os mesmos da Comissão de Educação da ABEn que, no futuro, poderá ser reestruturada para não haver duplicação de meios para o mesmo fim.

A criação de uma associação de escolas de Enfermagem, a exemplo das associações das outras escolas da área da saúde, foi sugerida inúmeras vezes, inclusive por elementos ligados à Orga-

nização Mundial de Saúde. A resistência da ABEn em apoiar a criação de uma nova entidade determinou um convênio com as associações dessas escolas, dando origem ao Núcleo Integrado de Estudos de Recursos Humanos para a Saúde.

Núcleo Integrado de Estudos de Recursos Humanos para a Saúde — NIERHS.

A Associação Brasileira de Enfermagem sempre manteve bom relacionamento com a Associação Brasileira de Escolas Médicas (ABEM). Várias de suas associadas são membros da ABEM que, em suas reuniões anuais têm contado com a participação de representantes da ABEn, inclusive com apresentação de trabalhos científicos.

Em outubro de 1967, a diretoria da ABEn discutiu, pela primeira vez, o convite recebido da ABEM para integrar o grupo já formado por essa associação e pela Associação Brasileira de Ensino Odontológico (ABENO). A ABEn seria representada pela sua Comissão de Educação, uma vez que a finalidade do interrelacionamento das três associações seria tratar de assuntos referentes ao ensino das respectivas profissões. Para o funcionamento dos escritórios dessa nova organização, a Escola Nacional de Saúde Pública cedeu metade de um andar de seu prédio, em Mangueiros, no Rio de Janeiro.

1967

A consolidação desse entrosamento deu-se dois anos mais tarde, em 1969, por influência indireta de Hilda Lozier e Mario Chaves, ambos da Organização Mundial de Saúde. A 10 de abril desse ano foi assinado convênio, no Palácio da Educação, no Rio de Janeiro, entre a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), Associação Brasileira de Escolas Médicas (ABEM), Associação Brasileira de Ensino Odontológico (ABENO) e a Associação Brasileira de Ensino de Farmácia e Bioquímica (ABENFARBIO). Posteriormente, foi incluída a Associação Brasileira de Escolas de Medicina Veterinária (ABEMVET). A nova entidade foi denominada *Núcleo Integrado de Estudo de Recursos Humanos para a Saúde* (NIERHS) e tem como propósito colher dados sobre os recursos humanos existentes, fazer projeções para o futuro e divulgar informações sobre a formação de pessoal técnico nesse setor.

Entre 1969 e 1970 foi feito pelo NIERHS o primeiro levantamento dos recursos humanos existentes; para o trabalho nô setor da enfermagem foi indicada, pela diretoria da ABEn, a 1.^a secretaria Ieda Barreira e Castro⁽³⁰⁾.

FUNDO DE BOLSAS

1961 O Fundo de Bolsas da ABEn foi instituído em 1961, por iniciativa de um grupo de enfermeiras da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública. Em dezembro desse ano essas enfermeiras fizeram doação de determinada quantia em dinheiro com essa finalidade e enviaram carta circular a outros grupos de enfermeiros convidando para participarem da iniciativa com suas contribuições, a fim de dar à ABEn a possibilidade de conceder bolsas de estudos a enfermeiros, membros de seu quadro social.

A primeira doação foi feita na sessão solene de encerramento do XIV Congresso Brasileiro de Enfermagem, logo após a posse de Clarice Ferrarini na presidência, a 21 de julho de 1962.

Esse fundo existiu até agosto de 1965 quando, por proposta de Irmã Maria Tereza Notarnicola, aprovada pelas suas criadoras, foi o mesmo destinado ao Fundo de Impressão (31).

BOLSAS DA CAPES

1958 Em janeiro de 1958, a diretoria da ABEn foi informada pela presidente Maria Rosa S. Pinheiro de que a Fundação Rockefeller pretendia oferecer bolsas de estudos no próprio país, por meio da CAPES, a enfermeiras, docentes de escolas, visando a melhoria do ensino de enfermagem. A ABEn forneceria à CAPES uma lista das escolas que estivessem em condições de aceitar bolsistas, com especificações sobre os campos de experiência prática.

O programa da bolsista seria desenvolvido em seis meses, nas escolas que contassem com corpo docente preparado e campo de estágio adequado. Para fazer esse estudo, opinar sobre os pedidos de bolsas, sobre as condições das candidatas, determinar o período em que a mesma deveria ser concedida e o número de bolsistas que cada escola poderia receber, foi indicada uma Comissão Consultiva de Bolsas, constituída por Waleska Paixão, presidente, Maria de Lourdes Verderese, representante da ABEn e Marina de Andrade Resende, representante da Fundação SESP.

De 1959 a 1962 foram estudados setenta e dois pedidos de bolsas e concedidas cinqüenta e duas, distribuídas de acordo com o parecer da Comissão Consultiva.

A partir de 1962, a própria CAPES passou a patrocinar as bolsas, com a retirada dos auxílios concedidos pela Fundação Rockefeller. Nessa data, Anyta Alvarenga foi indicada para presidir a Comissão Consultiva, sistema que vigorou até 1965, quando a CAPES não mais submeteu os pedidos à apreciação da ABEn (32).



I Congresso Nacional de Enfermagem São Paulo, 17 a 22 de março de 1947



Encerramento do II Congresso Nacional de Enfermagem. Rio de Janeiro, 1948



X Congresso Quadrienal do Conselho Internacional de Enfermeiras, Rio de Janeiro, 1953



Almoço comemorativo dos 30 anos de fundação dos Anais de Enfermagem, hoje Revista Brasileira de Enfermagem. Da esquerda para a direita: Dr. Woodrow Pimentel Pantoja, representante do sócio benemérito Fundação SESP; Glete de Alcântara, que já foi secretária e diretora responsável da Revista; Marjorie Spaulding, consultora da Agência de Desenvolvimento Internacional; Marina de Andrade Resende, editor da Revista; Edith de Magalhães Fraenkel, uma das fundadoras; Edmée Cabral Velho, que foi tesoureira da Revista; Dr. Tarcisio Ribeiro, do Laboratório Franco Valdez; D. Izaura Barbosa Lima, então chefe da Seção de Enfermagem do D.O.S.

NOTAS

CAPÍTULO VIII

1. O prêmio **Enfermeira do Ano** consiste na oferta de uma quantia em dinheiro, diploma e uma medalha de ouro.

2. As fontes consultadas para a elaboração desta parte do capítulo foram: 1) Revista Brasileira de Enfermagem; 2) relatórios das presidentes apresentados nos congressos; 3) livros de atas das reuniões da diretoria e das assembléias de delegados. No que se refere ao emblema da ABEn a Revista consultada foi a de março de 1959, pp 9 e 10; os Livros de Atas das reuniões da diretoria n.º 3 e n.º 4, correspondentes aos perfodios de 1957 a 1959 e 1961; o Livro de Atas das Assembléias de Delegados n.º 4, ano de 1970.

3. O Brasil entrou na II Grande Guerra (1939-1945) em 1942, ao lado dos aliados.

4. Recomendação n.º 17.

5. Informações prestadas por Ana Jaguaribe da Silva Nava, que doou à ABEn a medalha que lhe pertencia.

6. Ana Neri, dama da sociedade baiana, ofereceu ao Exército Brasileiro trabalho voluntário nos hospitais de campanha durante a guerra do Brasil com o Paraguai (1864-1870).

7. Discurso proferido pela presidente da ABEn, Marina de Andrade Resende, na abertura da 21.ª Semana da Enfermagem comemorada em 1960, ano **Florence Nightingale**. Rev. Bras. de Enf., jun. de 1960, pp. 165-171.

8. As comemorações da Primeira e da Segunda Semana da Enfermeira foram publicadas em livretos, que se encontram nos arquivos da Escola Ana Neri: 1.ª Semana da Enfermeira, promovida pela Escola Ana Neri 20 de maio de 1940, em homenagem a Ana Neri; 2.ª Semana da Enfermeira, Escola Ana Neri, 1941.

9. Essa placa foi obra da escultora brasileira Celita Vaccani. Foi mandada reproduzir em medalhas pela diretora da Escola Ana Neri, Waleska Paixão.

10. Anais de Enfermagem, out. de 1948, pp. 159-165.

11. Plano SALTE: SAÚDE, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E ENERGIA.

12. Recomendações n.º 9 e 10.

13. Artigo 599 do Decreto Lei n.º 5452, de 1.º de março de 1943 — Consolidação das Leis Trabalhistas: Art. 599. O Presidente da República, excepcionalmente e mediante proposta do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, fundada em razões de utilidade pública, poderá conceder, por Decreto, às associações civis constitufidas para a defesa e coordenação de interesses econômicos e profissionais e não obrigadas ao registro previsto no artigo anterior, a prerrogativa da alínea d) do artigo 513 deste capítulo.

Art. 513, d) colaborar com o Estado, como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução de problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal.

Consultar Anais de Enfermagem, out. de 1950, pp. 170-173.

14. Anais de Enfermagem, jan. de 1952, pp. 127-133.

15. Resolução n.º 1 do V CNEN: "pleitear junto ao Senhor Presidente da República que considere a ABED de utilidade pública (...)".

16. Anais de Enfermagem, out. de 1952, p. 415. As razões apresentadas pela diretoria da ABED foram as seguintes: a) a Associação "é de caráter cultural; b) tem incentivado, por congressos anuais, o progresso da profissão; c) tem colaborado na legislação da profissão; d) pela Divisão de Educação, incentiva, permanentemente, o progresso das escolas de enfermagem; e) pela Divisão de Saúde Pública, tem realizado estudos sobre a Saúde Pública Nacional; f) publica a revista Anais de Enfermagem, que leva orientação profissional aos longínquos Estados; g) foi a entidade promotora, com o auxílio do Ministério da Educação e Saúde, do primeiro censo de enfermeiras, realizado em 1950.

17. ICN — Statement on Nursing Education, Nursing Practice and Service and the Social and Economic Welfare of Nurses.

18. O trabalho de Maria Julieta Calmon Villas Boas, apresentado nesse congresso, tem como título, *Associação Nacional de Estudantes de Enfermagem* e foi publicado na Rev. Bras. de Enf., jan. de 1952, pp. 52 a 46.

19. Rev. Bras. de Enf., jul./set. de 1972, pp. 247 a 255.

20. Congressos que fizeram recomendações para a criação de um serviço de enfermagem nos Ministérios da Educação e Cultura e da Saúde: I, II, IV, V, XIII (AG), XVIII, XIX, XX, XXIII e XXVI.

21. Anais de Enfermagem, jan. de 1951, p. 143.

22. Resolução n.º 15.

23. Ofício 2371 C do Diretor do Ensino Superior, MEC, à presidente da ABEN, Marina de Andrade Resende. Sem data.

24. Essas atividades foram atribuídas à Comissão de Seguimento do Levantamento.

25. Indicações — Inspeções e ajuda técnica às Escola Superiores. Fundamentos e normas para uma nova Política. Documento n.º 31, nov. de 1964.

26. Rev. Bras. de Enf., out. 1965, p. 439.

27. Regimento e programação das Comissões de Especialistas. Rev. Bras. de Enf., dez. de 1966, p. 681.

28. Cópia datilografada da ata da reunião da Comissão de Educação realizada a 5 de janeiro de 1966, na Biblioteca da Escola Ana Neri.

29. Informações sobre as atividades dessa Comissão serão encontradas na Rev. Bras. de Enf., de 1966, às pp. 189, 514 e 684.

30. Os dados sobre o Núcleo Integrado de Estudo de Recursos Humanos para a Saúde foram colhidos das seguintes fontes: 1) Livro de Atas das reuniões da diretoria n.º 4 e 6; 2) relatórios das presidentes da ABEEn, Circe de Melo Ribeiro (1967) e Amalia Corrêa de Carvalho (1969 e 1970).

31. Rev. Bras. de Enf., dez. de 1962, pp. 525-528.

32. Outras fontes de informações sobre essas bolsas de estudo: 1) Rev. Bras. de Enf., dez. de 1958, p. 418; 2) Boletim Informativo da ABEEn fevereiro, abril e novembro de 1961.

A P E N S O 1

COMISSÃO ESPECIAL DO HISTÓRICO DA ABEN — 1965

A Comissão Especial que apresentou relatório do trabalho realizado entre 1965 e 1968 foi a seguinte:

Edith de Magalhães Fraenkel, coordenadora
Clotilde Accioly de Carvalho
Edméa Cabral Velho
Irmã Maria Tereza Notarnicola

Ao entregar o documento à diretoria da ABEn, em 29 de abril de 1968, a Comissão fez o seguinte AGRADECIMENTO:

“É de dever expressar os mais sinceros agradecimentos a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a elaboração deste trabalho. Reconhecimento especial ao Arquivo Nacional, Escola de Enfermagem Ana Neri da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Conselho Internacional de Enfermeiras, Johnson e Johnson do Brasil, Clélia Alevatto, Georgina Maria Rodrigues e Bertha Pullen pelos dados fornecidos e colaboração prestada. Às colegas entrevistadas e às que enviaram informações através de cartas, cuja extensa lista de nomes não será possível transcrever, a gratidão, o respeito e a admiração das autoras desse histórico”.

A P E N S O 2

E S T A T U T O D E 1 9 2 9

ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENFERMEIRAS DIPLOMADAS

CAPÍTULO I

“Do nome, sede duração e fins da associação

Artigo 1.^º — A Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas é uma associação com sede e fôro jurídico na Capital Federal e duração indeterminada, constituída de enfermeiras diplomadas por escola oficial nacional ou estrangeira reconhecida pela Associação Nacional de Enfermeiras do paíz em que se diplomou.

Art. 2.^º — O fim principal é o de elevar o padrão da profissão e também:

a) Trabalhar incessantemente pelo progresso da educação de enfermeiras e pelo estabelecimento de escolas de enfermagem que tenham os mesmos requisitos da Escola oficial do Governo Federal;

b) Incitar o espírito de união e de cooperação entre as enfermeiras diplomadas;

c) Manter profiqua vigilância contra supostas enfermeiras, defendendo a classe de acusações tendenciosas;

d) Promover a votação e sancção de leis regulamentando a profissão de enfermeiras;

e) Procurar estabelecer instituições para auxílio das enfermeiras diplomadas e da comunidade.

CAPÍTULO II

Das socias, seus deveres, direitos e regalias.

Artigo 3.^º — O número de sócias é ilimitado e divide-se em três classes: socias contribuintes, socias honorárias e socias benemeritas.

Artigo 4.^º — Serão socias contribuintes:

a) Todas as enfermeiras diplomadas brasileiras, ou naturalizadas, cujo diploma fôr reconhecido pelo D.N.S.P.;

b) Socia honorária poderá ser, de accôrdo com a associação, qualquer pessoa de honorabilidade reconhecida;

c) Poderão ser socias benemeritas as enfermeiras diplomadas, a quem por serviços extraordinários, a Associação resolva conceder essa graduação;

d) As socias contribuintes, honorarias ou benemeritas, são admitidas de acordo com os requisitos de cada classificação, não se considerando raça nem religião.

Artigo 5.^º — A proposta para admissão de socias contribuintes será feita verbalmente em reunião ordinária ou por escrito, por qualquer socia em pleno gozo dos seus direitos, e constará do nome e residencia, com indicação da Escola por que se diplomou.

Artigo 6.^º — São deveres das socias contribuintes:

- a) Pagar as mensalidades;
- b) Contribuir com todo o auxílio que fôr necessário;
- c) Defender os fins da associação.

Artigo 7.^º — Compete-lhes os seguintes direitos e regalias:

a) Apresentar para discussão, qualquer idéia em benefício da Associação; tomar parte nos trabalhos da Assembléia; votar ou ser votada;

b) Solicitar à Directoria a convocação de reunião especial, para discussão de qualquer assunto importante, com relação à Associação, contanto que o pedido seja feito por escrito, assignado por 10 socias quites e apresentado à Presidente, por intermédio da Secretaria;

c) Defender-se perante a Associação, em reunião geral ordinária, em caso de demissão;

§ único: — As socias honorarias gozam de todas as vantagens, direitos e regalias, excepto do direito de votarem e serem votadas.

Artigo 8.^º — Todas as socias, excepto as honorarias, são obrigadas ao pagamento de 5\$000 (cinco mil réis) mensalmente e de uma jóia de 25\$000 (vinte e cinco mil réis) que poderá ser paga parceladamente.

CAPÍTULO III

DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS

Artigo 9.^º — A assembléia geral se reunirá ordinariamente na segunda quinzena de Abril de cada ano, para tomar conhecimento do relatório da directoria, contas do ano social, discuti-las e votá-las; na mesma occasião será eleito o conselho fiscal que será imediatamente empossado.

Artigo 10.^º — Reunir-se-á em assembléia extraordinaria quando convocada pela Directoria.

§ único: — As assembléias gerais só poderão ser constituídas, em primeira convocação, com a presença de 2/3 das sócias quites; em segunda e última convocação, funcionará com qualquer número.

Artigo 11.^º — Haverá mensalmente uma reunião ordinária, que funcionará com qualquer número de sócias presentes; o dia e hora dessas reuniões serão avisados com 8 dias de antecedência, salvo casos especiais.

CAPÍTULO IV

DAS ELEIÇÕES

Artigo 12.^º — As votações serão por escrutínio secreto para eleição da Directoria e Conselho Fiscal.

§ único: — Os casos de empate serão resolvidos por novo escrutínio, sendo que havendo terceiros e com o mesmo resultado, será considerada eleita a associada, votada, mais antiga ou mais idosa em igualdade de condições.

Artigo 13.^º — Para proceder-se à eleição, da Directoria, ou Conselho Fiscal, cada associada organizará uma cédula única.

§ único: — Terminada a apuração, a presidente proclamará os nomes dos eleitos, os quais tomarão posse na mesma ocasião.

Artigo 14.^º — A directoria exercerá o seu mandato por 2 anos e o Conselho Fiscal por um ano.

§ único: — Qualquer membro da Directoria ou do Conselho Fiscal que deixe o lugar ou seja destituído, proceder-se-ha a eleição para o preenchimento do cargo vago.

CAPÍTULO V

Da directoria, seus deveres e atribuições.

Artigo 15.^º — A Directoria será composta de uma Presidente, de uma Vice-Presidente, de uma primeira e segunda Secretária e de uma Thesoureira, eleitas pela Assembléia geral para os respectivos cargos.

Artigo 16.^º — À Presidente compete:

- a) Representar activa e passivamente a Associação;
- b) Convocar e presidir às Assembléias;
- c) Submeter a discussão todos os projectos apresentados de acordo com a alínea primeira da letra A do artigo 7.^º
- d) Autorizar despesas urgentes e visar todas as contas legais, contanto que não excedam a dois terços dos fundos da associação,

- e) Nomear commissões necessárias;
- f) Convocar as reuniões extraordinárias;
- g) Fazer no fim de cada anno um relatório completo de seus trabalhos;
- h) Abrir e encerrar o livro de presença das assembléias e reuniões mensais.

Artigo 17.^º — À Vice-Presidente compete:

- a) Substituir a Presidente em sua ausência ou impedimentos temporários.

Artigo 18.^º — À primeira Secretaria compete:

- a) Substituir a Vice-Presidente e representar a Diretoria;
- b) Redigir e assignar a correspondencia da Associação, actas das Assembléias e comunicar as convocações das reuniões mensais;
- c) Ter sob sua guarda e responsabilidade os livros e archivos da Associação.

d) Classificar todos os livros e mais documentos pertencentes à Associação e apresentar à directoria no fim de cada trimestre um relatório do movimento da secretaria;

Artigo 19.^º — À segunda Secretaria compete:

- a) Auxiliar a primeira e substituí-la em seus impedimentos temporarios.

Artigo 20.^º — À Tesoureira compete:

- a) Arrecadar a renda da Associação;
- b) Fazer as despesas devidamente autorizadas pela Presidente;
- c) Assinar e extrahir os recibos de joias, mensalidades, bem como outros necessarios e ter em dia o registro de quitação das socias.

d) Ter sob sua guarda os valores e bens pertencentes à Associação e em dia a escripturação da receita e despesa, podendo depositar em um estabelecimento bancário nacional ou estrangeiro de notória idoneidade, e de accordo com a presidente, os valores e fundos sociais;

e) Assignar com a presidente os cheques, ordens de pagamentos, títulos e demais papéis;

f) Apresentar mensalmente um balancete do mez anterior;

g) Organizar o balanço annual da receita e despesa, e do estado dos fundos da Associação entregando-o à Presidente para confecção de seu relatório;

h) Apresentar mensalmente à directoria a lista das socias admittidas.

CAPÍTULO VI

Do Conselho Fiscal, seus deveres e atribuições.

Artigo 21.^o — O conselho fiscal será composto de três membros, eleitos annualmente pela assembléia geral, dentre as socias quites, competindo-lhe examinar em qualquer época a Caixa e a escripturação da Associação e convocar a Assembléia Geral Extraordinária quando apurar documentadamente que a directoria exorbitou de suas atribuições, prejudicando os interesses economicos e financeiros da Associação.

§ único — Serão franqueados ao Conselho Fiscal os livros de escripturação e da Caixa, documentos da receita e despesa e qualquer outros que forem exigidos e a Associação deva possuir.

Artigo 22.^o — Syndicar rigorosamente da procedencia dos protestos apresentados por outras socias para admissão e demissão de associadas e bem assim contra a não aceitação de qualquer proposta.

Artigo 23.^o — Propôr à Associação em reunião geral extraordinária a demissão de qualquer socia apresentando as causas justificadoras de tal ato.

CAPÍTULO VII

Dos empréstimos às sócias.

Artigo 24.^o — Às sócias quites, que tenham completado um anno de associadas, poderá a directoria, a seu critério, conceder pequenos empréstimos, a prazos curtos e juros módicos.

§ Único: — A totalidade dos empréstimos não poderá exceder de um terço á renda mensal de contribuição paga pela socia até a presente data, deverão ser pagos com os juros de 1/2%, no prazo máximo de 6 meses.

CAPÍTULO VIII

Disposições Gerais.

Artigo 25.^o — As emendas, reforma ou alterações dos Estatutos serão propostas pela Directoria, com parecer do Conselho Fiscal, e aprovadas em assembléia geral extraordinária, por 2/3 no minimo de socias quites.”

APENSO 3

*CEEENFERMAGEM**Subsídio para o desenvolvimento da enfermagem no Plano Decenal*1. *Estimativa das necessidades do pessoal de enfermagem segundo os tipos de atividade — 1976*

Na estimativa das necessidades de pessoal de enfermagem para o Plano Decenal, foi o presente estudo dividido em duas partes: pessoal para o serviço e pessoal para a docência. Obtidos os números de pessoal necessário para o serviço, foi este acrescido do número de enfermeiras docentes necessárias à formação daquele pessoal.

1.1. *Estimativa de pessoal necessário para o serviço*

Foram considerados separadamente os três grandes campos da enfermagem: estabelecimentos hospitalares, estabelecimentos para-hospitalares e unidades sanitárias. Não foi levado em consideração o campo novo da indústria, cujos serviços de saúde estão começando a empregar enfermeiras e auxiliares de enfermagem, por ser ainda pequeno o mercado de trabalho.

1.1.1. *Pessoal de enfermagem necessário nos estabelecimentos hospitalares.* Para esta estimativa foram adotados os índices empregados nos Levantamentos de Recursos e Necessidades de Enfermagem, realizado em 1956 e 1957 pela Associação Brasileira de Enfermagem⁽¹⁾, que damos a seguir:a) *Pessoal de enfermagem em geral***HOSPITAIS GERAIS**

De 25 a 49 leitos — Total de pessoal para todos os serviços — 1,2 pessoas por leito.

De 50 a 99 leitos — Total de pessoal para todos os serviços — 1,07 pessoas por leito.

De 100 e mais leitos — Total de pessoal para todos os serviços — 1,5 pessoas por leito.

Desse total — 60% para pessoal de enfermagem.

HOSPITAIS DE TUBERCULOSE E LEPRA

Total de pessoal para todos os serviços — 0,8 pessoas por leito.

Desse total — 40% para pessoal de enfermagem.

HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS

Total de pessoal para todos os serviços — 0,6 pessoas por leito.

Desse total — 40% para pessoal de enfermagem.

b) *Enfermeiras***HOSPITAIS GERAIS**

Menos de 50 leitos — 1 enfermeira por hospital.

De 50 a 99 leitos — 1 enfermeira para 20 leitos.

De 100 e mais leitos — 1 enfermeira para 16 leitos.

HOSPITAIS DE TUBERCULOSE E LEPRA

Até 200 leitos — 1 enfermeira para 30 leitos.

De mais de 200 leitos — 1 enfermeira para 27 leitos.

HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS

1 enfermeira para 80 leitos.

Segundo o Grupo de Coordenação do Setor de Saúde do Plano Decenal não é meta do Plano o aumento do número de leitos e sim, melhor aproveitamento dos leitos existentes em 1966.

A distribuição de leitos pelos hospitais das diversas categorias, em 1966, foi estimada na base dos dados publicados por Dr. Oberdan Revel Perrone, da Divisão de Organização Hospitalar do M.S. (2), única publicação que contém o número de leitos em cada hospital.

Os critérios do Levantamento não incluem as instituições hospitalares de menos de 25 leitos, mas a Comissão julgou que não deveriam ser ignorados por constituir 5,5% do total do número de leitos. Para estes foram adotados os mesmos índices que para hospitais de 25 a 49 leitos.

A estimativa do pessoal de enfermagem necessário nas instituições hospitalares em 1976 é a seguinte: enfermeiros, 10.474; pessoal auxiliar, 129.827.

1.1.2. Pessoal de enfermagem necessário nos estabelecimentos para-hospitalares — Neste cálculo a CEEENFERMAGEM precisou estabelecer seus próprios índices, pois des-

conhece a existência de índices válidos. O melhor seria aquele baseado na média anual de atendimentos, isto é, de consultas. Como, entretanto, esse dado não foi até o momento publicado, viu-se a Comissão na contingência de adotar outro critério, por cuja validade não poderá responder, enquanto não for demonstrada.

Fez-se a divisão dos estabelecimentos para-hospitalares em dois grupos, tomada a característica de possuir farmácia, para sua classificação no primeiro grupo, denominado aqui de Estabelecimentos Para-Hospitalares do tipo A, sendo do tipo B os que não possuem farmácia.

De acordo com o Anuário Estatístico de 1956 (3), havia, em 1962, 547 estabelecimentos de tipo A e 1.730 de tipo B. Levando-se em consideração o aumento da população, estima-se que, em 1976, haverá 799 e 2.528 estabelecimentos respectivamente.

O número de pessoal de enfermagem irá variar, é sabido, dependendo da integração ou não, no trabalho deste, das atividades de saúde pública; da assistência médica, com ou sem ensino e/ou pesquisa; dos cuidados de enfermagem a serem prestados; de nível de preparo do pessoal de enfermagem; da planta física da unidade.

Na impossibilidade, pela premência do tempo, de se fazer um cálculo bem fundamentado, foram adotados os seguintes índices julgados razoáveis em alguns estabelecimentos da Guanabara; para cada estabelecimento do tipo A: 5 enfermeiras, 10 auxiliares de enfermagem e 20 atendentes; para cada estabelecimento do tipo B: 1 enfermeira, 2 auxiliares de enfermagem e 6 atendentes.

Aplicados estes índices ao número estimado de estabelecimentos para-hospitalares, em 1976, foram obtidos as seguintes cifras: enfermeiras, 6.528 e pessoal auxiliar, 44.194, dos quais 13.046 auxiliares de enfermagem e 31.148 atendentes.

1.1.3. *Pessoal de enfermagem necessário nas unidades sanitárias.* Foi aqui utilizado o índice recomendado pela Organização Mundial de Saúde (3) que transcrevemos.

“Na Meso-América e na América do Sul, os serviços da saúde pública deveriam observar as seguintes proporções:

- uma enfermeira de saúde pública por 50.000 habitantes — 0,2 por 10.000.

- uma enfermeira diplomada adicional por 10.000 habitantes — 0,1 por 10.000.
- cinco ajudantes de enfermagem por 10.000 habitantes — 0,5 por 10.000".

Adotado este índice foram obtidas as seguintes cifras para a população de 110.000.000 de habitantes estimada para 1976: enfermeiras, 13.200, das quais 2.200 especializadas em saúde pública; pessoal auxiliar, 55.000.

Conclusão: somadas as estimativas do pessoal necessário para os três grandes campos da enfermagem foram obtidas as seguintes cifras: enfermeiras, 30.200, das quais 2.200 especializadas em saúde pública; pessoal auxiliar 229.000, incluindo técnico de enfermagem, auxiliares de enfermagem e atendentes.

1.2. Pessoal para a docência

Os dados de que dispomos revelam que, nas escolas de enfermagem, a proporção de docente por aluno é de 1:5,5 (incluídos os alunos dos cursos de pós graduação, cursos de graduação-geral, enfermagem de saúde pública e obstetrícia e cursos de nível médio-técnico e auxiliar).

Para a estimativa do número de alunos nas escolas, em 1976, foram usados os seguintes dados:

- a) alunos no curso de graduação em enfermagem geral: à estimativa de formados em 1976, 1977 e 1978, foi acrescentado o número de prováveis evasões durante o curso, evasões essas calculadas em 20% no 1.º ano, 7% no 2.º e 3% no 3.º. Total estimado em 1976: 5.330;
- b) alunos dos cursos de pós-graduação, obstetrícia, enfermagem de saúde pública e técnico. A atual proporção desses alunos sobre as matrículas no curso de graduação em enfermagem geral é de 24,9%. Aplicada a mesma percentagem aos números de 1976 obtivemos a cifra de 1.327;
- c) alunos no curso de auxiliar de enfermagem: 211% sobre o número de alunos matriculados no curso de graduação em enfermagem geral. Número estimado: 11.246.

O total de número de alunos estimado para 1976 é pois de 17.903.

Se a proporção de 5,5 alunos por docente for mantida, em 1976 as escolas que preparam pessoal de enfermagem deverão contar com 3.255 docentes.

S U M Á R I O

A estimativa do número de enfermeiras necessárias, em 1976, para funcionamento razoável das instituições que empregam esse profissional, é a seguinte em números aproximados: estabelecimentos hospitalares, 10.500; estabelecimentos para-hospitalares, 6.500; unidades sanitárias, 13.200 (incluindo enfermeiras do curso geral e especializadas em saúde pública); escolas, 3.300, num total de 33.500 enfermeiras.

Quanto ao pessoal auxiliar, que abrange técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e atendentes, as cifras são as seguintes, aproximadamente: estabelecimentos hospitalares, 129.800, estabelecimentos para-hospitalares, 44.200, sendo 13.000 auxiliares de enfermagem e 31.200 atendentes; unidades sanitárias, 55.000, num total de 229.000 (Tabela I).

TABELA I

Estimativa aproximada de pessoal de enfermagem necessário em 1976 segundo o tipo de estabelecimento que o emprega e o tipo de pessoal.

ESTABELECIMENTOS QUE EMPREGAM PES- SOAL DE ENFERMA- GEM	EUFERMEIROS		PESSOAL AUXILIAR		TOTAL	
	NÚMEROS ABSOLUTOS	%	NÚMEROS ABSOLUTOS	%	NÚMEROS ABSOLUTOS	%
Estabelecimentos hospitalares	10.500	31,3	129.800	56,7	140.300	53,4
Estabelecimentos para-hospitalares	6.500	19,4	44.200*	19,3	50.700	19,3
Unidades Sanitárias	13.200	39,4	55.000	24,0	68.200	26,0
Escolas de enfermagem e de auxiliar de enfermagem	3.300	9,9	—	—	3.300	1,3
T O T A L	33.500	100,0	229.000	100,0	262.500	100,0

(*) Aproximadamente 13.000 auxiliares de enfermagem e 31.200 atendentes.

2. *Tendência do ensino da enfermagem*

A estimativa da necessidade de enfermeiras, em 1976, é de 33.500, aproximadamente, ou seja 27.200 além das 6.300 hoje em atividade.

O estudo do número de matrículas nas escolas de enfermagem, desde 1962, quando houve uma queda brusca em virtude de exigência de curso médio completo para admissão, revela que, embora a taxa de crescimento seja muito alta e promissora, só será possível atingir perto de um terço da meta desejada.

As matrículas vêm aumentando aproximadamente 17% ao ano. Mesmo assim, em 1966 o número de 1.128 alunos matriculados não atingiu sequer 50% das 2.342 vagas existentes.

Se for mantido o ritmo atual, o que acreditamos só será possível com auxílio substancial do Governo Federal, as escolas de enfermagem deverão formar aproximadamente 7.100 enfermeiras até 1976.

Sendo a enfermagem uma profissão essencialmente feminina, as matrículas nas escolas de enfermagem são quase só de mulheres. Como resultado, a taxa de evasão da profissão é muito alta; calcula-se em 2,5 ao ano, principalmente devido ao casamento; portanto, o número de enfermeiras estimado para 1976 não ultrapassa 11.300 ou seja aproximadamente 30% das 33.500 necessárias segundo estimativa (Tabela II).

3. *Incentivos ao desenvolvimento da enfermagem*

Três passos importantes na tarefa de atrair jovens para a carreira da enfermagem e preencher a capacidade ociosa das escolas já foram dados pelo Governo Federal. São eles: a exigência de curso superior para o enfermeiro, a classificação deste ao nível científico e a sua inclusão na categoria de profissional liberal, para fins de enquadramento sindical. Isto porque prestígio social e bons salários são os fatores mais decisivos na escolha de uma carreira.

Entretanto estas medidas não bastam porque não são de conhecimento do público. Grande parte da população escolar feminina, que poderia optar pelo ingresso numa escola de enfermagem, não o faz, ou por não ter ciência das possibilidades da profissão, ou por não receber o apoio dos pais familiares e amigos, que também o ignoram.

TABELA II (*)

Estimativa, por ano, do número de formatura em escolas de enfermagem, número de evasões e número de enfermeiras em atividades, de 1966 a 1976.

ANO	ESTOQUE NO INÍCIO DO ANO	PERDAS (2,5%)	ESTOQUE REMANESCENTE	DIPLOMADOS NO ANO	ESTOQUE NO FIM DO ANO
1966	6.300	158	6.142	221	6.363
1967	6.363	160	6.203	300	6.503
1968	6.503	163	6.340	338	6.678
1969	6.678	167	6.511	395	6.906
1970	6.906	173	6.733	498	7.231
1971	7.231	181	7.050	582	7.632
1972	7.632	191	7.441	681	8.122
1973	8.122	203	7.919	797	8.716
1974	8.716	218	8.498	933	9.431
1975	9.431	236	9.195	1.092	10.287
1976	10.287	257	10.030	1.277	11.307

(*) Elaborada no escritório do Grupo de Coordenação do Setor de Saúde do Plano Decenal.

São dois fatos a considerar: a falta de informações sobre a profissão e o grande preconceito social contra a enfermeira, um decorrente de outro.

A enfermeira que o público conhece é aquela pessoa, não raro sem instrução e sem princípios morais e éticos, que recebe gorjeta e que, freqüentemente, passou de "varrer o chão", para "dar injeções e cuidados de higiene" aos doentes hospitalizados.

A ignorância a respeito da formação da enfermeira e da sua atuação na equipe de saúde, também existe entre os demais profissionais liberais e diretores de hospitais e escolas.

O saldo deste estado de coisas é o grande déficit de enfermeiras para as necessidades do País.

A contribuição do Governo Federal poderá ser decisiva, no sentido de modificar esta situação, se forem adotadas as medidas que abaixo sugerimos.

1. Campanha de divulgação de enfermagem

Entre os incentivos de caráter geral para o desenvolvimento da enfermagem, no Plano Decenal, sugerimos ao M.E.C., como o mais eficiente de todos, a promoção de uma campanha para esclarecimento da opinião pública sobre a enfermagem; esta deveria ser planejada e orientada por técnicos em relações públicas, dada a complexidade e seriedade do assunto.

Esta campanha deverá ser dirigida a públicos diversos: população adulta em geral, diretores de escolas médias e hospitais, profissionais liberais e estudantes de curso médio.

A colaboração das organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, lucrativas e filantrópicas, nos parece ser uma exigência para o sucesso de tão grande empreendimento no vasto território nacional.

Sendo os filmes de curta metragem, para cinema e televisão, um dos mais importantes elementos de divulgação para massas, permitimo-nos sugerir a confecção de um documentário, de Jean Manzon, para exibição comercial, pois seus filmes gozam de alto conceito e têm grande penetração em todas as camadas do público.

Tais filmes poderão, numa forma sistemática de apresentação, preparar o espírito do público, em tempo "record", para uma aceitação maior da enfermeira, e para maiores esclarecimentos posteriores sobre a profissão, com a utilização dos demais recursos sugeridos pelo plano de relações públicas.

As escolas de enfermagem e a Associação Brasileira de Enfermagem poderão cooperar na execução dos planos do M.E.C.

2. *Bolsas de estudos*

O M.E.C. inclui as escolas de enfermagem no seu programa de bolsas de estudo, mas a importância é absolutamente insuficiente para atender ao número de pedidos. Grande percentagem das alunas das escolas de enfermagem provém de famílias de escassos recursos financeiros, pois geralmente as famílias de maiores recursos não permitem que suas filhas colham esta profissão.

A concessão de bolsas de estudos em larga escala é indubitavelmente um incentivo digno de nota. Sugerimos que a previsão seja para 30% das alunas matriculadas.

3. *Criação de escola de enfermagem nas universidades federais de Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Distrito Federal.*

A Lei 775/49 prevê, em seu artigo 20, que em cada centro universitário ou sede de Faculdade de Medicina haja uma escola de enfermagem.

Os estados de Espírito Santo e Santa Catarina e o Distrito Federal não contam com escola para formação de enfermeiras e será conveniente o aproveitamento dos possíveis candidatos daqueles estados. No Paraná já existe uma escola da Congregação São José, localizada em Curitiba, mas a população do estado justifica a existência de uma escola federal.

4. *Auxílio às escolas de enfermagem estaduais e particulares.*

Se o ritmo de crescimento de matrículas continuar o mesmo, entre 1968 e 1969 deverá estar esgotada a capacidade excessiva das escolas de enfermagem. Nesta altura será necessário que o Governo Federal dê auxílio substancial às escolas, para que estas ampliem suas instalações a fim de receber o número de alunos necessários e previsto para os anos subsequentes.

O M.E.C., em obediência à Lei 775/49, artigo 23, há muitos anos vem dando uma pequena subvenção às escolas particulares. O montante de tais subvenções, entretanto, não tem sido suficiente para alterar o estado de pauperismo de algumas escolas de enfermagem. Mais de 50% das existentes pertencem a congregações ou a missões religiosas, que mantêm hospitais ou com estes têm contrato; a escola foi criada para atender a uma necessidade sentida, pela entidade mantenedora, mas não é justo que atendam à necessidade da maior

parte do País. Sugerimos que entre as demandas de auxílio a escolas superiores e médias, seja dada uma razoável prioridade às escolas de enfermagem.

BIBLIOGRAFIA:

- (1) Associação Brasileira de Enfermagem. *Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil*. 1957. Mimeoografia.
- (2) PERRONE, Obserdan Revel. **Armamento hospitalar no Brasil**. Ministério da Saúde. Departamento Nacional de Saúde. Divisão de Organização Hospitalar. Rio de Janeiro, 1958.
- (3) IBGE. Conselho Nacional de Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro, 1965.
- (4) Organização Pan-Americana de Saúde. Repartição Sanitária Pan-Americana. Escritório Regional da Organização Mundial de Saúde. **A saúde na América e na Organização Pan-Americana de Saúde**. Washington, 1960.

A P E N S O 4

**POLÍTICA DE TRABALHO DA ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE ENFERMAGEM**

Filosofia

A ABEn fundamenta seus princípios e ações na constituição do Brasil, cuja filosofia ressalta a promoção e a valorização humana, o reconhecimento da igualdade de direitos entre os cidadãos, o incentivo para o crescimento individual e coletivo, a ampla participação na vida nacional e o direito inalienável do homem na produção e na utilização dos bens sociais.

A ABEn reconhece que a Enfermagem, por sua natureza, tem como objetivo central o homem em sua dignidade absoluta; como atividade humana universal rege-se por normas éticas e se desenvolve de acordo com o processo científico e tecnológico; como profissão constitui um grupo social que, no contexto sócio-econômico e cultural do país, se coordena com as demais profissões, no sentido de contribuir para o bem-estar comum.

Declaração de Princípios da ABEn

1 — Todo ser humano tem direito à saúde e, portanto, a uma as-

sistência de Enfermagem que lhe assegure sua proteção ou, em caso de perda, a sua recuperação.

- 2 — A função primária da enfermeira é prestar serviço ao público sob a forma de assistência de enfermagem.
- 3 — A assistência de enfermagem inclui os aspectos preventivos, curativos, de reabilitação e de apoio psicológico, religioso e social, planejados segundo as necessidades do indivíduo, ou da comunidade.
- 4 — Constitui responsabilidade individual da enfermeira procurar conhecer as necessidades de saúde do país nos níveis local, regional e nacional, de modo a poder colaborar no atendimento daquelas necessidades.
- 5 — A assistência de enfermagem envolve atividades de complexidade diversa e de diferentes graus de responsabilidade, o que permite ser realizada por uma equipe constituída por elementos de Enfermagem de diferentes níveis, sob supervisão de enfermeira.
- 6 — A contribuição da enfermeira no campo da saúde é de grande importância para a qualidade da assistência prestada.
- 7 — O exercício profissional deve atender às necessidades do país, conforme sua realidade e a demanda do mercado de trabalho.
- 8 — A comunidade tem participação decisiva no desenvolvimento da profissão, pois ao reconhecer sua importância e exigir melhores padrões de assistência, influí na demanda de pessoal de Enfermagem, na sua formação e no seu aperfeiçoamento.
- 9 — É fundamental para a Enfermagem o emprego da pesquisa aplicada e de estudos operacionais, a fim de promover as mudanças metodológicas indispensáveis à educação e ao exercício profissional.
- 10 — A qualidade da assistência de Enfermagem é fortemente influenciada pelo grau de desenvolvimento do aparelho formador, pelas oportunidades para estudos pós-graduados e de especialização e pelo controle do exercício profissional.
- 11 — A formação pedagógica e o aperfeiçoamento continuado do corpo docente das Escolas de Enfermagem conduzem à maior eficiência e eficácia do ensino.

Política da ABEn

- 1 — Contribuir para o desenvolvimento da organização da Enfermagem nas estruturas sanitárias do país.
- 2 — Propugnar pela participação da Enfermeira no planejamento de saúde,

- 3 — Fortalecer junto aos órgãos de Educação, Saúde e Trabalho, o assessoramento para os assuntos ligados ao ensino e ao exercício profissional da Enfermagem.
- 4 — Melhorar o sistema de comunicação entre os profissionais de Enfermagem e entre estes e outros profissionais.
- 5 — Incentivar a ampliação do campo de atuação da Enfermeira nos programas de saúde e bem-estar social.
- 6 — Defender a prerrogativa da Enfermeira de ministrar o ensino teórico e prático das disciplinas profissionais e de dirigir cursos de Enfermagem dos três níveis, de graduação, técnico e de auxiliar de enfermeira.
- 7 — Incentivar a formação de Enfermeiras que, além de sua função primária, sejam aptas a exercer funções delegadas, ensinar e supervisionar pessoal auxiliar e administrar serviços de Enfermagem em nível local.
- 8 — Procurar redefinir os campos de atuação dos demais elementos que atualmente integram a equipe de Enfermagem (Atendente, Auxiliar de Enfermagem e Técnico de Enfermagem).
- 9 — Colaborar no treinamento dos atendentes já em exercício e procurar evitar a admissão de novos atendentes sem treinamento prévio.
- 10 — Estimular a capacitação de enfermeiras de serviço e de docência para proceder a pesquisas operacionais em áreas prioritárias do ensino e do exercício profissional.
- 11 — Contribuir para a criação e atualização das bases legais do ensino e do exercício profissional.
- 12 — Patrocinar ou incentivar a elaboração, tradução e publicação de livros-textos e de trabalhos de interesse para a Enfermagem.
- 13 — Continuar defendendo, junto às autoridades competentes e à opinião pública, a criação do Conselho Federal de Enfermagem e do Sindicato Profissional.

Diretrizes Gerais para a Aplicação da Política

A aplicação da Política da ABEn será feita mediante um plano geral que será elaborado pela Diretoria, através de suas Comissões, ouvidas as Seções Estaduais e por elas adaptado para execução local. A avaliação deverá ser apresentada em relatório anual da Presidente.

A P E N S O 5

DEMONSTRATIVO DA CONSTRUÇÃO DA SEDE EM BRASÍLIA — 1966 a 1972

Receita — 1966-1972	Despesas — 1966 a 1972	Diferentes Despesas Efetuadas	Receita e Saldo devedor Efetuado pela Receita da ABEn
Doações:			
Seções = Meta 267.474,67	1966 (início das a (despesas 315,00 1967 4.555,00 1968 — Início a Ccnst. 83.550,63 1969 a 311.642,00 1970 a 185.000,00 1971 a 93.000,00 1972 a 139.189,04 Outras Desp. Plantas-Viagem Taxas Bancárias 79.810,73 Telefonemas, etc.	Pagos a Severo Vilares 806.880,47 Desp. diversas 90.182,93	Receita até 30.6.72 327.807,67 Pg. pela ABEn 569.063,73
Institucional 34.263,00 Individual 20.400,00 Outras doações 3.670,00			
327.807,67	897.063,40	897.063,40	897.063,40

A P E N S O 6
CONTRIBUIÇÃO DAS SEÇÕES

S e c à o	M e t a	Recebido até Julho 1971	Recebido até Dezem- bro 1971	T o t a l	Déficit	Outras Doações
São Paulo	30.000,00	57.757,21	—	57.757,21	—	—
Guanabara	30.000,00	38.894,00	5.000,00	43.894,00	—	—
Distrito Federal	30.000,00	30.622,28	3.000,00	33.622,28	—	—
Minas Gerais	25.000,00	19.720,00	2.720,00	22.500,00	2.500,00	—
Rio Grande do Sul	20.000,00	25.605,00	—	25.605,00	—	—
Bahia	10.000,00	6.606,50	3.395,00	10.001,50	—	—
Estado do Rio	10.000,00	12.700,00	2.000,00	14.700,00	—	—
Paraná	10.000,00	10.000,00	1.000,00	11.000,00	—	—
Ceará	5.000,00	5.870,00	—	5.870,40	—	—
Pernambuco	5.000,00	10.576,00	—	10.576,00	—	—
Santa Catarina	5.000,00	4.377,00	500,00	4.877,00	133,00	1 Manta — 1 Cobertor 1 Jogo de 6 copos
Maranhão	3.000,00	3.022,00	—	3.022,00	—	—
Paraíba	3.000,00	3.014,68	—	3.014,68	—	—
Amazonas	1.500,00	1.500,00	10.000,00	11.500,00	—	1 Gravador
Pará	1.500,00	3.000,00	—	3.000,00	—	—
Piauí	1.500,00	390,00	1.200,00	1.590,00	—	—
Sergipe	1.500,00	2.476,00	—	2.476,00	—	—
Goiás	1.500,00	1.638,60	—	1.638,60	—	—
Rio Grande do Norte	1.000,00	864,00	136,00	1.000,00	—	—
TOTAL GERAL	194.500,00	238.633,27	28.951,00	267.634,67	2.633,00	

BIBLIOGRAFIA

1. AMERICAN JOURNAL OF NURSING, vol. 26/29, 1926/1929.
2. ANAIS DE ENFERMAGEM, Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, v. I/IX, maio, 1932/abr. 1941.
3. ANAIS DE ENFERMAGEM, São Paulo, Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, V. XV/XVI, jan./mar. 1946/abr. jun. 1947.
4. ANAIS DE ENFERMAGEM, São Paulo, Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, v. I/VII, jan. 1948/dez. 1954.
5. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM: Arquivos.
6. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM: Arquivos — Seção de São Paulo.
7. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM — Relatório do Centro de Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem. Rio de Janeiro, 1959.
8. ATA N.º 2 — CONSELHO DELIBERATIVO — ASSEMBLÉIAS. Rio de Janeiro, 1938 — 1954.
9. ATA N.º 3/5 — DELEGADOS — ASSEMBLÉIAS. São Paulo, 1954-1976.
10. ATA N.º 3/6 — REUNIÕES DA DIRETORIA. Rio de Janeiro, 1955-1976
11. ATAS — CONSELHO DELIBERATIVO. Rio de Janeiro, 1956-1958.
12. ATAS — SESSÕES PLENÁRIAS. CONGRESSOS.
13. BOLETIM INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM — 1959/1976.
14. BRASIL. Leis, decretos, etc. — Legislação e assuntos correlatos. Rio de Janeiro, Ministério da Saúde, 1974, v. 1/3.

15. BRIDGES, D.C. — *A history of the International Council of Nurses* — 1899 — 1964. Philadelphia, Lippincott, 1967.
16. CONGRESSO DE EDUCAÇÃO DE ENFERMAGEM, 3.º, São Paulo, 1968.
17. LIMA, I. B. — *Aspectos da situação de Enfermagem no Brasil*. Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Saúde, 1950.
18. PULLEN, B. L. — *Historial aspects of Nursing in Brazil* — s.l., s.c.p., 1939.
79. REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Enfermagem, mar. 1955/out./dez. 1975.
20. RIO DE JANEIRO. UNIVERSIDADE. Escola de Enfermagem ANA NERI: Arquivos.
21. SEMINÁRIO DIDÁTICO INTERNACIONAL SOBRE LEVAMENTOS DE ENFERMAGEM. — Rio de Janeiro, 1974.
22. SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE O CURRÍCULO DO CURSO DE GRADUAÇÃO — São Paulo, 1969.
23. SEMINÁRIO REGIONAL DE ENSINO MÉDIO DE ENFERMAGEM. 1.º, Rio de Janeiro, 1966.

RELAÇÃO DOS NOMES CITADOS

- Abyael Maria de Souza — 104, 109
Adalgisa V. Matos — 461
Adalucia Bomfim — 49, 72
Adauto Lúcio Cardoso — 153
Adelaide de Almeida — 112
Adelina Zourob Fonseca — 28, 335
Ademar de Barros — 372
Adroaldo Mesquita da Costa — 144, 248
A. F. Cesarino Júnior — 259, 261, 263, 264, 272, 273, 436, 449
Agnes Lima — 160, 204
Agnes Wadell Chagas — 80, 300, 431, 448
Akiko Kanazawa — 114
Alaíde Leme — 352
Alayde Romeiro Pereira — 116
Alayde Borges Carneiro — 36, 73, 334, 359
Alayde Cavalcanti — 332
Alayde Duffles Teixeira Lott — 330, 408
Alba Moura Horta Barbosa — 243, 389
Alberto Venâncio Filho — 310
Aldacy Raposo Nascimento — 111
Alfredo Simch — 221
Alice Alvares de Araújo — 26, 47, 332
Alice Andrade Maciel — 114, 397, 400, 454
Alice Matos Vilela — 53, 383
Alice Michaud — 110
Alice Rego — 115
Alleluia Frota Salles — 372
Almira Pessoa de Melo — 46
Alphaida Teixeira dos Anjos — 62
Altair Alves Arduíno — 59, 195, 346
Alvaro Guimarães Filho — 142, 144, 288, 448
Alvina Arruda Março — 55

- Alzira de Souza Melo — 60
Amália Corrêa de Carvalho — 39, 42, 56, 59, 60, 61, 62, 64, 66, 72, 84, 127, 154, 157, 185, 187, 397, 398, 400, 402, 415, 422, 424, 426, 430, 435, 454, 461, 472
Amaury de Medeiros — 6
Ana Clara Fernandes — 102
Ana de Paula Barbosa — 109
Ana Jaguaribe da Silva Nava — 51, 52, 53, 55, 214, 335, 342, 460
Ana Maria Wagner — 80
Ana Rosa Tupinambá — 52, 57
Ana de Souza — 385
Anayde Corrêa de Carvalho — 40, 42, 55, 62, 245, 263, 323, 346
André J. Fougerat, Dom — 424
André Franco Montoro — 228, 439
André Roseira de Matos — 449
Andrônica Almeida Borges — 112
Anete Bento Viana — 116
Angelina Dirse — 59
Anísio Teixeira — 296
Anita Lander — 13, 14
Annita Dourado Teixeira — 51, 55, 56, 73, 82, 101, 152
Annita Miranda Carvalhaes — 51
Antonieta Chiarello — 89, 154, 263
Antonio Silvio Cunha Bueno — 218
Anyta Alvarenga — 59, 197, 206, 310, 367, 368, 470
Aparecida Maria Jesuino de Souza — 103, 104
Aracy Coimbra — 62
Ariadne Lopes Menezes — 85, 89
Arízio Viana — 240
Arlete Marques da Silva — 114
Armando Mesquita Sampaio — 192
Arnaldo Prieto — 278
Arnoldo Chiminazzo Boscardim — 450
Artur da Costa e Silva — 269
Ary Castro Fernandes — 34
Ary Viana — 190
Aurea Ferreira Dias — 51, 73
Auro de Moura Andrade — 244
Aurora G. de Afonso Costa — 52, 57, 85, 104, 105, 128, 190
Beatrice Louise Lennington — 80, 306, 321
Beatriz Guedes Galvão — 352
Benedito Costa Carvalho — 264
Benedito Coelho Rodrigues — 303
Benedito Montenegro — 372
Eerila Pinto de Carvalho — 97, 99
Bertha Lucille Pullen — 9, 15, 16, 22, 26, 28, 47, 331, 464
Bertha Lutz — 4
Brígido Tinoco — 227

- Cacilda Rosa Bertoni — 56, 102, 114, 392, 454
Campos Vergal — 151
Cândida Fernandes — 107
Cândido Padim, Dom — 288
Cardoso de Menezes — 152
Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, Dom — 417
Carlos Chagas — 6, 7, 8
Carmela Longo — 115
Carmen Gonçalves — 46
Carmen Graça — 33, 47
Carrie Reno Teixeira — 72, 102, 335
Catherine J. Densford — 373
Cecília Calazans — 352
Cecilia Maria Domenica Sanioto Di Lascio — 342, 435
Cecilia Mounier Pécego Coelho — 52, 190, 287, 420, 421
Cecy Clausen — 23
Celestine Wesnofske — 102
Celia Peixoto Alves — 330, 331, 332, 333, 348, 408
Celina Arauz de Pirovano — 420
Celina Cunha Tibiriça — 57
Celina de Arruda Camargo — 64, 341, 346, 436
Celina Jäeger Biernfeld — 302
Celina Flores Pernassetti — 49, 335
Celina Viegas — 35, 54, 55, 125, 134, 135, 148, 150, 170, 311, 413, 420
Christianne Reimann — 27
Cícero Vasconcelos, Rvdo. — 220
Cinira Alves de Mattos — 116
Circe de Mello Ribeiro — 42, 57, 60, 61, 62, 66, 84, 85, 89, 161, 185, 200, 204, 244, 245, 246, 263, 264, 267, 275, 346, 354, 357, 367, 390, 395, 396, 397, 402, 416, 430, 441, 446, 454, 461, 471, 472
Clara Cúrtis — 53, 56, 73, 78, 79, 80, 190, 214, 295, 372, 410, 411, 452
Clara Louise Kieninger — 7, 13, 14, 331
Clara Wolfovitch — 474
Clarice Della Torre Ferrarini — 49, 51, 55, 57, 59, 60, 62, 66, 152, 153, 185, 204, 245, 261, 263, 271, 275, 312, 313, 322, 346, 356, 357, 354, 365, 367, 374, 391, 395, 399, 402, 413, 416, 424, 425, 430, 436, 440, 446, 450, 452, 453, 454, 456, 476
Clelea de Pontes — 54, 84, 150, 197, 206, 233, 342, 387, 389, 453
Clélia Allevato — 11, 48, 446
Clélia Luiza Gonçalves Pinto — 60, 109, 357
Clélia Márcia Córdova — 64, 89, 114
Clélia Teixeira — 106
Clemente Mariani — 372
Clementino Fraga — 27
Cleonice Falcão de Almeida — 116
Clotilde Accioly de Carvalho — 4
Clotilde Rodrigues Linhares — 278
Clóvis Salgado — 148, 158, 161
Corina Berlinck — 49, 97, 372

- Daisy Caroline Bridges — 26, 286, 373, 407, 413, 414, 419, 429
Daniel A. da Silva — 195
Déa de Souza Rego — 109
Débora de Azevedo Veiga — 278
Delizeth de Oliveira Cabral — 47, 124, 335
Delzuite de Souza Cordeiro — 59, 60, 114, 357
Denise Mendes dos Santos — 424
Denise Ribeiro Cardoso — 66
Dilce Rizzo Jorge — 474
Diná A. Coelho Mathias — 99
Diva Câmera — 56, 107, 393, 397, 398, 399, 454
Dolores Freitas Dieger — 60
Doriana Sampaio Mendonça — 116
Doralice Kluppel — 109
Doralice Regina Ayres — 55, 59, 60, 84, 108, 346, 415, 456
Dulce Ferreira Pontes — 65, 411
Durmeval Trigueiro Mendes — 184, 310, 469, 470
Durvalina Damasceno — 27, 46
Edgard Rego Santos — 447
Edilburga Pereira — 80
Eglantina Medeiros — 106
Edith de Magalhães Fraenkel — 4, 8, 11, 12, 13, 14, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 34, 36, 37, 42, 46, 48, 50, 51, 53, 57, 61, 64, 65, 69, 87, 94, 96, 97, 98, 101, 104, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 202, 211, 213, 229, 255, 256, 286, 287, 330, 331, 333, 334, 336, 337, 339, 341, 342, 343, 353, 359, 371, 372, 382, 386, 408, 409, 410, 411, 418, 427, 428, 431, 448, 451, 452, 453, 454
Edith de Souza — 48, 72, 332, 335
Edith Novais Pinto — 103
Edla Dalva Moreira — 60, 61
Edméa Cabral Velho — 23, 46, 47, 101, 332, 333, 359, 382, 385, 389
Edna Duarte Bispo — 278
Edna Perri Ricci — 112
Elcia Carneiro — 106
Eleosina Neves — 49
Eleyson Cardoso — 228
Elias Adalime — 241
Elisa Bandeira — 343
Elizabeth M. Koester — 200
Ella Hansenjaeger — 34, 38, 51, 64, 65, 96, 125, 127, 128, 129, 190, 257, 343, 368, 372, 373, 409, 410, 418
Elma Araújo Simões — 268
Eloita Pereira Neves — 474
Eloya Arruda — 105
Elvira de Felice Souza — 54, 60, 62, 64, 169, 188
Elza R. Paim — 461
Elze Vieira Souza — 110
Emília Camargo Cré — 46, 48, 49
Emílio Garrastazu Médici — 277

- Emílio Gomes — 187
Enedina Azevedo Ferreira — 53, 72, 81, 101, 387
Engracia Flores — 144
Enio Barbato — 337
Enir de Souza Lima 59, 364
Eriza Blandina Ferreira — 104
Erly Rabelo Brasil — 109
Ermeline Boeing — 114
Ermengarda de Faria Alvim — 52, 75, 105, 124, 152, 190, 335, 339
Ernani Braga — 310, 311, 312, 449
Ernesto de Souza Campos — 437
Erzila de Almeida Perri — 112
Estela dos Humildes de Oliveira — 116
Ester Morais — 66
Ethel Bedford Fenwick — 407
Ethel Hardy — 108
Ethel O. Parsons — 7, 9, 11, 12, 13, 15, 20, 21, 24, 25, 26, 47, 211, 331, 408, 464
Evelyn Arnald Opie — 458
Filomena Chiarello Spera — 54, 287
Filomena Lelis Camelo — 112
Firmina Sant'Ana — 334
Flora Mesentier — 421
Flora Silvia Vitor Rodrigues — 49, 53, 238, 387
Florina Castro — 102
Flérida Goudinho Cardoso — 115
Frances Helen Ziegler — 178, 373
Frances S. Beck — 23, 414
Francisca Barbosa de Aguiar — 114
Gennyson Amado — 448
Georgette de Jesus Teixeira — 59, 108
Gerda Mitt — 110
Getúlio D. Vargas — 457, 460
Gilberto Marinho — 145
Gilka Sampaio Garcia — 64
Glete de Alcântara — 35, 38, 53, 55, 56, 60, 62, 63, 98, 125, 135, 136, 150, 151, 162, 163, 169, 185, 192, 215, 220, 230, 238, 246, 258, 273, 274, 275, 277, 291, 292, 305, 323, 337, 339, 340, 342, 343, 346, 350, 352, 359, 368, 372, 387, 401, 402, 411, 413, 419, 430, 451, 452, 455
Glycon José Bernardes — 61
Gracinda Mota — 49
Guaraci Gonçalves Curvacho — 109
Guiomar Pereira Puppain — 39, 49, 50, 238
Hanemann Guimarães — 437
Haydée Guanais Dourado — 39, 48, 52, 54, 55, 58, 60, 62, 72, 81, 85, 86, 96, 97, 111, 114, 122, 123, 132, 144, 145, 147, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 163, 178, 180, 183, 184, 191, 192, 201, 216, 218, 220, 226, 238, 240, 241, 242, 244, 247, 248, 258, 260, 261, 271, 273, 274, 278, 283, 290, 291, 292, 295, 296, 297, 298, 301, 302, 304, 305, 308, 311, 313, 324, 339, 341, 342, 343,

- 346, 353, 354, 361, 362, 374, 387, 388, 396, 411, 431, 435, 436, 438, 439, 440,
441, 449, 451, 452, 454, 460, 467, 470, 471
Haydée Neves da Cunha — 47, 72
Helder Câmara — 151
Helena de Barros Silveira — 333
Heloisa Aparecida Leite Martins — 150
Heloísa Maria Carvalho Veloso — 22, 23, 24, 26, 332, 438
Heloisa Montenegro — 145
Herminia Nogueira — 27, 46, 48, 49, 51, 123, 339
Hilda Anna Krisch — 32, 46, 47, 69, 71, 83, 87, 122, 123, 213, 294, 334,
336, 446
Hilda Lozier — 206, 461, 475
Hildegard Goebel Pires de Campos — 47, 49, 51
Honorina dos Santos — 59, 160, 313, 357
Hortência Aguiar — 367
Humberto de Alencar Castelo Branco — 248
Ida de Jesus Picanço — 66, 152, 263
Ieda Barreira e Castro — 62, 72, 461, 475
Ilda Domingues Morgado — 48
Ilнетe Ayres — 346, 357
Iracema Cabral — 330, 408
Iracema dos Guaranys Melo — 332, 335
Irany Dantas Maciel — 109
Irene de Azevedo — 105
Irene de Miranda Cotegipe Milanez — 81, 387
Irene de Oliveira Carvalho — 60, 394
Irineu Leopoldino de Souza, Pe. — 150, 152
Irmã Abrahide Alvarenga — 112
" Anna Amasilles Rocha — 113
" Ana Sá — 60
" Antonieta Maria Barros Bernardes — 287
" Catarina Colavitti — 114, 395, 397
" Cecilia Behering — 152
" Cecilia Fernandes — 108
" Emilia Clarizzia — 57
" Eufrásia Costa — 57
" Ester de Almeida Neves — 60
" Fontenelle — 97
" Francisca Nogueira Soares — 270, 474
" Helena Couto — 55, 150, 304
" Helena Maria Villac — 128, 151, 152, 160
" Irene Rocha — 116
" Lídia de Paiva Luna — 104
" Lúcia Cristofolini — 292
" Luíza Odila — 110
" Margarida Villac — 411
" Maria Áurea da Cruz 55, 78, 86, 150, 263
" Maria Carmen Teixeira — 57, 59

- Irmã Maria da Glória — 110
" Maria Gabriela Nogueira — 59, 60, 154, 185, 245, 310
" Maria Luiza Breyer — 103
" Maria Marta Reichert — 474
" Maria Mônica — 110
" Maria Tereza Notarnicola — 59, 60, 61, 62, 64, 82, 84, 265, 268, 346, 357, 368, 393, 394, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 426, 430, 451, 454, 476
" Maria Turkiewicz — 110, 200
" Mariana Pereira Junho — 107
" Marie Domineuc — 35, 38, 54, 83, 84, 86, 144, 148, 150, 288, 290, 352, 371, 372, 383, 417, 418, 419, 423, 455
" Marta Teles — 51, 54, 60
" Matilde Nina — 48, 51, 52, 81, 85, 125, 128, 129, 342, 343, 418, 428, 446
" Mônica de Lima — 103, 104
" Otilia Hammers — 115
" Patricia Maria de Areia — 111, 112
" Percilia Aguiar — 288, 289
" Regina Magrin — 110
" Rosária Maria de Fortaleza — 112
" São Geraldo — 372
" Suzana Boutin — 107
" Tereza Araújo — 104
" Verônica Tartas — 110
Isabel Cardoso Gomes Pinto — 103, 104
Isabel Colquhoun Macintyre — 55, 108, 115, 116, 170
Isabel da Cunha Dantas — 261
Isabel dos Santos — 60
Isabel Maria Mesquita — 103
Isabel M. Gonzalez — 264
Isabel Pinto Coelho — 103
Isabel Stewart — 332
Isolina Saldanha de Lossio — 22, 46
Israel Pinheiro — 395
Itala Signates Novais — 103
Ivete Ferreira Santana — 116
Izaltina Schirmer — 109
Izaura Barbosa Lima — 22, 23, 24, 26, 31, 46, 49, 50, 54, 55, 57, 59, 60, 62, 73, 74, 112, 135, 145, 179, 191, 195, 203, 204, 205, 219, 231, 238, 240, 242, 255, 295, 297, 307, 363, 432, 439, 450, 451, 453, 471
Izaura Lopes de Godoy — 55, 56, 60, 62, 64, 105
Jacira de Araújo Cintra — 97
Jacyra Carvalho — 71
Jacy Morais Bahia — 103
Jaime de Barros Câmara, Dom — 417
Jandira Alves Coelho (de Olmos) — 52
Jandira Santos Orrico — 278
Jane A. Jackson — 5
Jânio da Silva Quadros — 227

- J. P. Fontenelle — 7
Jarbas G. Passarinho — 268, 269
Jarbas Maranhão — 243, 451
Jerônima Mesquita — 34
Jesulina Chaves de Oliveira — 114
João Café Filho — 221
Johanna Schwarte — 373
José Finocchiaro — 337
José Maria Machado — 337
José Plácido Barbosa — 6, 7
Josefa Jorge Moreira — 122, 125, 238, 241, 242, 260, 261, 390, 392, 439
Josefina Melo — 153, 278, 454
Judith Arêas — 22
Judith Costa — 107
Judith Feitosa de Carvalho — 66, 198, 206, 278, 461
Júlio Barata — 269, 270, 271, 274
Juracy Serpa Pyrrho Pacheco da Silva — 27, 46, 49, 51, 75, 332, 334
Jurandir Lodi — 54, 257, 258, 311, 437, 447, 455
Juscelino Kubitschek de Oliveira — 148, 243, 458
Justa Mendieta — 373
Kelita Augusto Duarte — 114
Kenneth L. Winters — 321
Kenneth O. Courtney — 302
Laís Netto dos Reys — 36, 87, 122, 125, 128, 132, 188, 213, 214, 286, 349, 385, 386, 420, 431, 452, 457
Laurênia Lins de Almeida — 448
Lauro Monteiro da Cruz — 134, 143, 147, 153, 219, 223, 300
Leda Moreira — 339
Lenisia Costa Santos — 57, 59, 82, 302
Leonarda Teixeira — 112
Leônia Borges Machado — 62
Leontina Gomes — 102, 339
Liberalina Góes — 103
Lídia Delgado — 365
Lídia Gonçalves — 335
Lídio Milani, Pe. — 264, 425
Lillian Clayton — 14, 21, 330, 331
Lizelotte Hischel — 101
Lorraine Dennhart — 21
Lourdes Castro — 49, 72
Lourdes Torres de Cerqueira — 60, 89, 245, 302
Lourenço Filho — 256
Lourival Ribeiro — 297
Lúcia Jardim — 35, 97, 199, 372
Luciemir Tavares Abreu — 102
Lucília Miranda — 47
Lucy Goedert — 383
Luiza de Barros Thenn de Araújo — 22

- Luiz Cieto — 474
Luiz Tinoco — 220
Lycia Ribeiro Lopes — 337
Lydia das Dores Matta — 55, 102, 242, 401
Lydia Ignes Rossi — 278
Lygia G. Chapuis — 145
Mabel Faust — 123
Madeleine Taafe Sebastiany — 148, 150, 263
Mafalda Leone — 123, 335
Magdalena Almeida Kasprzykowski Werneck — 332, 334, 335, 387
Magno Guanais Dourado — 341
Manoel José Ferreira — 11
Marcolino G. Candau — 34, 190, 215, 459
Margareth Mein Costa — 57
Margareth C. Albold — 76
Margarida M. Pequeno Fernandes — 397
Maria Adelaide Witte Fernandes — 47, 335, 382
Maria Alves Amorim — 64, 122, 274, 276
Maria Amélia C. Rosas — 332
Maria Amélia Rangel Garcia — 56, 62, 63, 105, 374
Maria Aparecida Mâncio — 60
Maria Barbosa do Espírito Santo — 112
Maria Batista Lima — 104
Maria Beatriz Cavalcanti de Albuquerque — 54, 65, 66, 72, 74, 122, 218, 231, 241, 258, 362, 363, 383, 384, 387, 388, 451, 455
Maria Borges Leal — 57
Maria Carmélia de Albuquerque — 113
Maria Cecília Pedreira Cerqueira — 114
Maria Célia Sivieri Laurente — 60
Maria Cle Clyde Barroso de Oliveira — 103
Maria Conceição Cavalcanti — 108
Maria da Glória Leite Rozas — 55, 76, 137, 153, 226
Maria da Graça S. Corte Imperial — 64, 278, 346, 402, 430
Maria Dalva Pereira de Souza — 113
Maria das Graças Negromonte — 397
Maria de Castro Pamphiro — 26, 49, 51, 101, 129, 332
Maria de Jesus do Vale — 108
Maria de Lourdes Almeida — 103
Maria de Lourdes Corrêa — 79
Maria de Lourdes Costa — 105, 108
Maria de Lourdes Góes Müller — 76
Maria de Lourdes Monteiro — 103
Maria de Lourdes Mota Andrade — 111, 112
Maria de Lourdes Oliveira — 55, 109
Maria de Lourdes Ortiz — 103
Maria de Lourdes Rodrigues — 76
Maria de Lourdes Silva — 104
Maria de Lourdes Silva Maia — 112

- Maria de Lourdes Verderese — 51, 55, 72, 79, 80, 84, 135, 150, 152, 301, 302, 304, 308, 368, 476
Maria de Lourdes Cunha — 397
Maria de Oliveira Regis — 330, 408
Maria de Souza — 109
Maria do Carmo Araújo — 105
Maria do Carmo Prado — 48
Maria do Carmo Ribeiro — 332
Maria do Rosário Souto Nóbrega — 474
Maria Dolores Cavalcanti — 34, 214
Maria Dolores Lins de Andrade — 38, 39, 42, 52, 53, 60, 61, 62, 79, 135, 150, 157, 163, 187, 206, 218, 241, 260, 270, 311, 341, 396, 438, 474
Maria Edite Primm — 115
Maria Edna Salatino — 352
Maria Etiel Ribeiro Leite — 144
Maria Eva Evangelina de Moraes — 54
Maria Francisca Ferreira de Almeida Reis — 22, 23, 26, 27, 46, 47, 48, 49, 382, 386
Maria Francisca Rangel de Jesus Barros — 62
Maria Geralda Franco — 54, 55, 70, 72, 75, 77, 341, 346, 347, 354, 360, 382, 383, 384, 392, 456
Maria Helena Ferreira de Aguiar — 66
Maria Helena Nery — 278
Maria Helena Nogueira — 64
Maria Heloisa Quintela Tanajura — 73
Maria Ivete Ribeiro de Oliveira — 56, 67, 62, 164, 165, 167, 170, 449
Maria José da Costa — 84
Maria José de Abreu — 114
Maria José de Almeida Leite — 51, 52
Maria José Magalhães — 57
Maria José Schmidt — 64, 86, 292
Maria Josephina de Brito Rocha — 26
Maria Julieta Calmon Vilas Boas (Ir. Joana) — 52, 55, 413, 462
Maria Julieta Telles — 105
Maria Lasthenia Miranda — 76
Maria Leda Vieira — 110, 170
Maria Luiza Teixeira de Alcântara — 108
Maria Madalena Guimarães e Silva — 112
Maria Margarida Neiva — 104
Maria Mendes da Rocha — 334
Maria Nazareth Bentes Ribeiro — 268
Maria Oliés — 335
Maria Palmira Tito de Moraes — 302, 456
Maria Pereira Nascimento — 116
Maria Rosa Sousa Pinheiro — 28, 34, 39, 40, 52, 53, 54, 55, 56, 60, 62, 70, 72, 78, 79, 81, 88, 96, 97, 100, 107, 123, 125, 126, 128, 132, 134, 138, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 154, 157, 159, 162, 164, 183, 195, 203, 240, 241, 245, 258, 259, 278, 297, 299, 301, 302, 305, 308, 311, 342,

- 343, 344, 346, 348, 350, 352, 354, 358, 360, 363, 367, 368, 383, 387, 388, 392, 395, 400, 401, 411, 422, 436, 448, 452, 453, 454, 456, 471, 472, 476
Maria Stella Braga — 103
Maria Stella Teixeira de Oliveira — 65, 80
Maria Tereza Calmon Vilas Boas — 57
Maria Valderez Borges — 57, 60
Maria Wanda Rodrigues de Oliveira — 105
Mariah Coelho de Sá — 35, 79, 102, 190, 238
Mariana Augusto — 474
Marianinha Araújo Vale — 103
Marieta de Lima Valverde (Legey) — 27, 46
Marieta March — 60, 84, 105, 372
Marilda Figueiredo Borges — 60, 62, 394
Marina Bandeira de Oliveira — 24, 33, 36, 46, 47, 49, 50, 51, 77, 128, 214, 215, 330, 331, 332, 337, 373, 408, 409, 410, 428, 436
Marina de Andrade Resende — 45, 46, 55, 56, 57, 72, 84, 88, 99, 102, 115, 122, 123, 134, 140, 143, 150, 151, 153, 156, 157, 159, 180, 182, 183, 185, 195, 204, 225, 228, 241, 242, 246, 260, 261, 286, 305, 307, 308, 310, 311, 312, 313, 316, 321, 333, 346, 348, 354, 355, 356, 360, 363, 364, 365, 367, 368, 390, 401, 413, 414, 418, 423, 424, 439, 451, 452, 455, 456, 468, 469, 470, 472, 476
Marina de Vergueiro Forjaz — 56, 57, 59, 260, 261, 288, 289, 421, 436
Mário Chaves — 475
Mário Dias Morais — 450
Marjorie Spaulding — 58, 366
Marta Cavalcanti — 310
Maura de Oliveira — 48
Maura Maria Pereira de Lima — 57, 59, 63, 82, 105, 374, 452
Maurício de Medeiros — 243
Milza Barcelos — 310, 322
Milton Campos — 264
Mirabel Smith Ferreira Jorge — 48, 49, 51, 73, 123, 295, 349
Miriam Graça Generoso Pereira — 72, 278
Moyses Kessel — 303
Nadir Matos Moura — 107, 190
Nair Albuquerque Moita — 112
Nair Fortes Abu-Merhy — 53, 184, 247, 446, 455
Nair Paula de Melo — 450
Nalva Curvelo Pereira — 389
Nancily Virgolino de Alencar — 74, 75, 77, 80, 84, 413, 455
Neusa Aparecida Ramos — 66
Neusa Coelho Santos — 112
Newton Sucupira — 472
Nilza Carmen de Lemos — 114
Nilza Maurício Marques Garcia — 55, 57, 59, 85
Nise de Melo Ribeiro — 66
Noélia de Almeida Costa — 26
Noemi Geni dos Santos — 103
Novelli Junior — 142, 202, 219

- Nylza da Rocha Dias Medeiros — 64, 278, 323, 474
Ocimara Barbosa — 450
Odair Pacheco Pedroso — 447
Odete Reis Sarandy — 202
Odete Seabra — 23, 26
Odete Vitoria Rita Mascagni Andrade — 107
Odilia de Carvalho Cunha — 112
Olga Mendes — 49, 450
Olga Salinas Lacorte — 13, 125, 410
Olga Verderese — 55, 85, 103, 107, 110, 150, 152, 302, 304
Ondina Teixeira — 245
Opelina Rollemburg — 109
Orminda Bastos — 32, 47
Oscarina Saraiva Coelho — 113
Paulina Kurcgant — 278
Paulo César de Azevedo Antunes — 199
Plinio Olinto — 34
Prisco dos Santos — 220
Rachel Haddock Lobo — 15, 22, 28, 330, 331, 332, 334, 408
Radcliff Dourado Pereira — 48, 84, 431
Raimunda da Silva Becker — 60, 62, 270, 278, 394
Raimunda Maranhão de Melo — 109
Raimundo Moniz de Aragão — 247
Raimunda Vieira de Paulo — 111, 112
Rimidia Bandeira de Souza Gayoso — 14, 22, 26, 46
Robert Briggs Watson — 300, 310
Rodolfo dos Santos Marcarenhas — 199
Rogélia G. Coimbra — 107
Romilda Cerqueira do Amaral Filha — 97
Romilda Volpe Campos — 103
Rosa de Lima Moreira — 56, 288
Rosa de Paula Barbosa — 109, 295
Rosa Maria Silva Medeiros — 116
Rosa Stellita de Souza — 107
Rosalba de Oliveira Lima Cavalcanti — 64
Rosaly Rodrigues Taborda — 33, 36, 49, 73, 101, 108, 136, 190, 332, 335, 339, 349, 383, 428, 465
Rosina Anchieta — 360
Rubens Maciel — 165, 167
Ruth Barcelos — 34, 48, 214, 446
Ruth Borges Teixeira — 49, 51, 127, 339, 372
Ruth Kuehn — 373, 428
Ruy Santos — 150, 152, 276
Safira Gomes Pereira — 49, 50, 73, 124, 214, 335, 337
Salgado Lima — 225, 226
Seabra Fagundes — 437
Sebastiana Ribeiro — 77
Segadas Viana — 438
Silvia Arcoverde de Albuquerque Maranhão — 27, 46, 332, 335

- Silvio Curvo — 146
Silvia Paes Barreto — 105
Simone Fomm Rivera — 449
Solange Sanches — 114
Suzi Annette Cunha Lima — 108
Stella de Paiva Pires — 105
Taka Oguisso — 64, 292, 430
Tancredo de Almeida Neves — 229, 246
Tarso Dutra — 222
Teófilo de Almeida — 34
Tereza Sena — 57
Terezinha Beatriz Gomes de Azeredo — 42, 110, 200, 278
Terezinha de Jesus Paes de Barros Andrade — 114
Terezinha Patrocínio do Valle — 278
Terezinha Teixeira Vieira — 57
Tessie F. Williams — 101, 102, 190
Thabita Lígia de Almeida — 49
Thomas Jabine — 303
Ursula Engel — 62, 89
Valmira da Costa e Silva — 112
Vani Maria Chiká Faraon — 276, 278
Vera Morais — 310
Vicente Zioni, Dom — 151
Vilma Carvalho — 62, 292, 346, 416
Victoria Secaf — 42
Violeta Aragão de Araújo — 66
Virgínia Arnold — 309, 310, 312, 313
Virginia Mc Cormick — 26
Waldyr da Rocha — 472
Waleska Paixão — 38, 52, 54, 102, 125, 134, 135, 136, 145, 148, 151, 152, 153, 163, 169, 216, 227, 228, 240, 286, 287, 288, 295, 339, 342, 346, 347, 351, 353, 354, 411, 420, 421, 422, 423, 424, 435, 436, 452, 453, 454, 460, 471, 476
Wanda Miranda — 80, 89, 238, 352
Wilma Pinto de Castro — 114
Yacy Lopes de Oliveira — 116
Yacy Maria Arruda — 110
Yolanda Lindenberg Lima — 81, 99, 199
Yoriko Kamiyama — 66
Zaida Cunha — 153, 287
Zaira Bittencourt — 51, 57, 154, 185, 287
Zaira Cintra Vidal — 24, 33, 34, 35, 37, 42, 46, 49, 51, 54, 69, 71, 72, 81, 87, 95, 100, 124, 125, 128, 190, 214, 230, 254, 255, 331, 332, 333, 334, 335, 343, 353, 370, 371, 373, 409, 427, 431, 434, 450, 451, 452
Zeferino Vaz — 447
Zélia Barbosa Machado — 144
Zélia Carvalho — 48
Zilda Carvalho Hughes — 52, 53, 77, 79, 97, 99, 301, 302, 305, 372, 383
Zilda Vieira Ramos — 49, 73, 77
Zulema de Castro Amado — 27, 46, 122, 332, 409, 450

Composto e impresso nas oficinas da
FOLHA CARIOSA EDITORA S. A.
Rua João Cardoso, 23, tel.: 223-0562
CEP 20.000 - Rio de Janeiro - RJ

